



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES  
MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO  
CRÍTICA**

**Débora Sousa Martins**

**Brasília – DF**

**2022**

**Débora Sousa Martins**

**O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES  
MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO  
CRÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

**Orientadora:** Maria Luíza Monteiro Sales Coroa – Universidade de Brasília

**Brasília-DF**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM386d Martins, Débora Sousa  
O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA  
MULHERES MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE  
DISCURSO CRÍTICA / Débora Sousa Martins; orientador Maria  
Luiza Monteiro Sales Coroa. -- Brasília, 2022.  
412 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) --  
Universidade de Brasília, 2022.

1. Resistências. 2. Análise de Discurso Crítica. 3.  
Desigualdade de gênero. 4. Identidades. 5. Programa  
Mulheres Mil. I. Coroa, Maria Luiza Monteiro Sales ,  
orient. II. Título.

**DÉBORA SOUSA MARTINS**

**O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Linguística. Área de concentração: *Linguagem e Sociedade*, defendida em 12 de abril de 2022.

**Banca Examinadora**

---

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Monteiro Sales Coroa - Presidenta  
Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

---

Prof. Dr. Sóstenes Cezar de Lima – Externo  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e  
Tecnologias/Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG)

---

Profa. Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas – Externa  
Programa de Pós-Graduação em Educação –(UnB/FE/PPGE)

---

Profa. Dra. Juliana de Freitas Dias - Interna  
Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

---

Prof. Dr. Rodrigo Albuquerque Pereira (PPGL/UnB) – Suplente  
Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

## DEDICATÓRIA

*“As mãos do Senhor Jesus me fizeram grata mesmo na tribulação. O todo poderoso fez em mim maravilhas, Santo é o Senhor! Ele me prepara constantemente para receber os milagres, pois quem como Deus? Ninguém como Deus!” São Luís Maria Grignon de Montfort (2016)*

*Dedico e consagro este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu Guia, meu Rochedo, minha Fortaleza e socorro bem presentes na hora da angústia. Dedico também a toda a minha família, em especial, à minha mãe, Maria Eterna de Souza, ao meu pai, Antenor José Martins, à minha irmã, Delma Sousa Martins, e à minha sobrinha e afilhada, Elisa Sousa Martins dos Santos, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Dedico, também, aos meus avós paternos, Carlota e Segismundo, “in memorian”, ao meu vovô materno, Divino Caetano, “in memorian”, e à minha vovó materna, Maria Benedita de Jesus, graças a Deus em vida. Dedico, ainda, à minha tão amada e inesquecível “vozinha”, minha bisavó Placidina Maria de Jesus. Agradeço imensamente pela existência de todos/as, em particular dos meus pais, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam, pois deram-me a vida. Às pessoas com quem convivi nestes espaços ao longo desses anos acadêmicos. À experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços, pois trago no peito essas vivências como a melhor experiência da minha formação acadêmica. Dedico também este trabalho, principalmente, às minhas colaboradoras, pois sem elas não teria existido nesse formato. Aprendi demais com vocês! Muito obrigada! Enfim, dedico esta tese a todas as mulheres da minha vida: amigas, tias, primas, afilhadas, sogra, vizinhas, professoras/alunas e alunas/professoras, inclusive àquelas que vieram antes de mim e às contemporâneas, vítimas, sobreviventes e reexistentes às diversas formas de violência.*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela presença constante em meu existir, pela misericórdia nesta árdua caminhada e, sobretudo, pela certeza da proteção, da força, da coragem e da perseverança, sentimentos que me conduziam a seguir. Gratidão infinita, Papai, pelo dom da vida e por sua companhia em todos os momentos.

À **minha orientadora**, professora Dra. Maria Luíza Monteiro Sales Coroa, por ser tão humana, generosa, compreensiva e pelo desafio de ter me orientado. Sei que dei muito trabalho. Gratidão pela sua práxis engajada, sua vivacidade, suas experiências partilhadas e o convívio afetoso, que tanto me fortaleceram a cada encontro. Te levarei comigo no coração. MUITO, MUITO OBRIGADA! E lembre-se que não existe ex-filha(o), sempre estarei em alguma posição da fila hierárquica.

À **banca de defesa**, composta pela profa. Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega A. Dantas, pela Profa. Dra. Juliana de Freitas Dias, bem como pelo Prof. Dr. Sóstenes Cezar de Lima e prof. Doutor Rodrigo Albuquerque Pereira. Muito obrigada pela disponibilidade de vocês em ler, refletir, discutir, corrigir e dar significativas sugestões para que este trabalho fosse aprimorado. Gratidão infinita pelas trocas!

A **todos/as os/as professores/as** que me ensinaram e compartilharam a vida, desde a educação infantil até os/as últimos/as anos, com os/as quais também aprendi tanto no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UnB). Muito obrigada, Carmem Jená M. Caetano, Edna Cristina Muniz da Silva, Juliana Freitas Dias, Kleber Aparecido da Silva e Maria Luiza M. S. Coroa, por compartilharem seus saberes e suas experiências de vida.

Ao **Instituto Federal Goiano** – (IF Goiano) pelo apoio, incentivo financeiro e pela liberação para a realização desta pesquisa, e a todos/as os/as diretores/as dos *campi*, bem como aos/às coordenadores/as dos cursos de Mulheres Mil de 2017. Agradeço, principalmente, ao então Pró-Reitor de Extensão, prof. Dr. Sebastião N. da Rosa Filho, e à profa. Dra. Geísa d'Ávila R. Boaventura, então coordenadora do Programa Mulheres Mil e hoje Pró-Reitora de Extensão.

Aos/Às **colegas de trabalho do IF Goiano**, em especial aos/às do Campus Posse, sobretudo à então diretora, profa. Dra. Simone da Costa Estrela, ao atual diretor, prof. Me. Frederico do Carmo Leite, e aos/às coordenadores/as pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar do trabalho em função deste estudo e de tantos outros momentos de partilha que acalentaram minhas dores durante a luta. Agradeço, em especial, ao **Cássio Jardim**

**Tavares**, por compartilhar comigo tantas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais. Gratidão pela presteza, pelo carinho e pela dedicação tão necessários para que nossa jornada de doutoramento se tornasse mais leve. Obrigada pelas discussões atentas sobre esta tese.

**Aos meus familiares**, em especial **à minha amada mamãe**, Maria Eterna de Sousa, e **ao meu amado papai**, Antenor José Martins, pela minha vida. Obrigada pelo amor, pelo cuidado, pela proteção e, sobretudo, por me ensinarem a lutar em caminhos íntegros com força e dignidade; sou grata por dividirem comigo a sabedoria, o valor e o tempo da vida de vocês. Agradeço com muito amor **à minha muito amada vovó, Maria Benedita de Jesus**, a senhora é nossa inspiração. Obrigada por nos ensinar, com a vida, a ser uma mulher negra, forte, corajosa, resiliente e a própria representação do amor. Te admiro e te amo. Graças dou pela sua existência!

**À minha muito amada irmã, Delma Sousa Martins**, por ser tão carinhosa, acolhedora, amiga, confidente e leal, parceira incrível para todas as horas. Obrigada por ser parte da minha existência, me acolher em teus braços e, se for preciso, chorar comigo. Te amo para além do infinito. Agradeço, ainda, ao meu primo e cunhado **Adimilson Caetano dos Santos**, pela compreensão em partilhar comigo suas amadas (esposa e filha), pelo incentivo e respeito.

**À nossa amada Elisa Sousa Martins dos Santos**, minha sobrinha e afilhada, que mesmo tão pequenina nos oferece um amor tão puro e verdadeiro, que nos restaura. Seu sorriso lindo e sua voz tão doce têm o poder de acalantar meu coração e iluminar nossos horizontes. Dindinha te ama demais! Obrigada por ser minha filha do coração.

**Ao Adolfo Felício Neto**, por sempre ter acreditado e reconhecido, em mim, um potencial que por vezes eu mesma desconhecia. Gratidão por ter me concedido tempo no trabalho para me dedicar aos estudos. Obrigada por partilhar comigo tantos anos de sua vida, aceitar minhas loucuras, viagens e me acolher e ser meu suporte quando eu me sentia sem forças para seguir. Trago, neste trabalho e na minha vida, vários ensinamentos, partilhas e cuidados seus. Tu sempre foste um anjo da guarda enviado por Deus. Hoje me faltam palavras para expressar toda a minha gratidão a você e à sua família. Sempre te levarei comigo no coração.

**Às/Aos companheiras/os que fiz durante estes estudos**: Regiane, Aline, Atauan, Gina, Camila, Wellington Pedro, Leonardo José, Rafaela, Núbia, Mayssara, Amanda, Valéria, Cida, Thaís Lôbo, Rodrigo, Cleber, Renata, Ondina, Vanessa, Vânia, Liliane e tantos/as outros/as; sou grata pelas palavras de força, conforto, carinho, crítica e incentivo na minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Muito obrigada pela acolhida!

**Aos/Às meus irmãos/irmãs de orientação**, constituídos/as durante o doutorado, especialmente àqueles/as com quem frequentemente compartilhei os momentos de angústia,

dor, superação, crescimento e resistência diante dos obstáculos. Muito obrigada, Ana Cláudia Dias, Chislene Cardoso, Eduardo Martins, Flávia Aparecida S. Luiz, Franciene Barbosa, Leonardo Café e Schneider Caixeta pelos inúmeros momentos de troca de vivências tão fortalecedores. Vocês contribuíram muito com o meu crescimento pessoal e acadêmico, durante as aulas, seminários, simpósios e tantos outros encontros.

À **Juliana Araújo Ribeiro**, minha irmã de orientação, minha amiga incrível e muita amada que a vida me presenteou ao entrar no doutorado; mesmo defendendo um ano antes de mim, não perdemos a conexão e a interlocução. Obrigada, amiga, por ter esse coração enorme e me acolher nos momentos de angústia, alegria e dor. Saiba que sua presença longe ou perto me trouxeram forças para seguir. Gratidão por todas as (re)leituras e contribuições tão significativas para o aprimoramento desta tese. Levarei você comigo para a vida toda.

**Aos/As meus/minhas diretores/as espirituais**, pelo sim de vocês e pelas práticas diárias de acolhimento que nos incentivam ao caminho da luz. Que minha gratidão e amor chegue até o coração de cada um/uma de vocês. Sou muito grata a Deus por tê-los/as em minha vida. Desejo que Ele abençoe profundamente os/as combatentes e guerreiros/as por todas as palavras proféticas de força e coragem que provocam uma metanoia constante em nosso existir.

**Agradeço a todas as mulheres** que vieram antes de mim, todas que lutaram e resistiram para que hoje nós, mulheres, estivéssemos aqui. A luta é diária. Por isso, sigo acreditando na resistência e na busca de uma sociedade mais respeitosa em relação às diversidades.

Às **egressas**, atoras<sup>1</sup> sociais desta pesquisa, por tantas ocasiões de diálogos, partilhas, choros, risadas, confidências e resistências que permitiram a construção deste trabalho. Sou-lhes grata pelos ensinamentos de vida; aprendi mais do que ensinei, recebi muito mais do que pude doar, cresci muito como pessoa, professora e pesquisadora. Obrigada por me ensinarem, com suas experiências por vezes muito sofridas, como é possível reexistir e (re)começar.

Manifesto por fim, o meu reconhecimento, afeto e consideração a todos/as que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e peço perdão àqueles/as a quem não citei nominalmente. Tenham a certeza de que a tônica constante em todas as fases de

---

<sup>1</sup> Os termos *atora/s sociais* estão sendo usados nesta tese para marcar as diversas formas de feminilidades e não reduzir o gênero a ator social, marcando as masculinidades de modo genérico. É uma maneira de resistir aos padrões hegemônicos do cis-masculino que vêm colonizando o gênero. Portanto, devido às limitações da própria Língua Portuguesa, que (ainda) seguem em curso quanto à inclusão da diversidade de gêneros social, opto por usar *atoras sociais* para me referir às feminilidades. Ainda, mesmo que em determinados momentos da escrita eu utilize as formas reducionistas (ex: as/os pesquisadas/os) para marcar as feminilidades e as masculinidades, registro que considero suas problematizações, suas recusas, fragilidades e limitações para referenciar e incluir as diversas formas de gênero social (LUGONES, 2014). Sigo resistindo a essas arbitrariedades. Para tanto, sempre que possível, uso também, de modo cambiante, todas/os/es/ex para acentuar e manifestar linguisticamente a presença de outras diversidades.

efetivação desta tese foi a sua presença e, principalmente, o amor fraternal e a acolhida encontrados em cada um/a.

“Eu vivi ao lado da violência. Eu cresci, com um pai totalmente abusivo e autoritário. Decidi que, como mãe, eu queria proteger meus filhos desse mal, que é a violência. Só eu sei o quanto minha mãezinha tentou me proteger e nos guardar. A violência na mente e no coração provoca muito mais dor que as marcas de roxo, o olho inchado e as cicatrizes no corpo. A violência dói na alma. Gostaria de gritar para o mundo inteiro como eu sofri de ser abusada por alguém que eu tanto amava. Meu próprio pai”.

(Maria L. Barreto)

A poesia tem a riqueza de surpreender com a maneira peculiar com a qual cada autor/a alinhava seus diversos estilos de expressão. No dia da defesa desta tese, fui agraciada com a honra de receber o poema “**Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou**”, composto pela profa. Dra. Juliana de Freitas Dias **junto com** as mulheres, colaboradoras e participantes desta tese. A partir dos trechos proferidos pelas egressas do Programa Mulheres Mil, a profa. Dra. Juliana estabeleceu um diálogo com elas na/para produção deste poema, que mescla, contrapõe, justapõe, modifica, reflete, resiste, mostrando a força, a resistência e o (re)começo de vida pelos diversos estilos, diversas formas e diversas vozes neste poema, que veremos a seguir. Gratidão pela partilha!

***Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou.***

*Minha voz se levantou e agora só adormece quando eu quero.*

*Eu pude fazer um passeio dentro de mim,*

*Olhar o exterior também com outros olhos.*

***Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou.***

*Inscrevi novo endereço no sangue do meu ventre de mulher.*

*Foi em roda que me armei de amor*

*Foi na dança com minhas irmãs que vi nossos rios lágrimas virarem mar*

*Foi na luta pela minha própria palavra que me levantei autora*

*Sou uma guerreira, uma combatente. Eu venci. Dei a volta por cima,*

***Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou.***

*Hoje eu sei a hora que quero dormir*

*Acordo e sigo não apenas por mim, mas pelas minhas filhas também*

*Escolho e me acolho*

*não no conformismo, mas na ação.*

*Um dia eu escuto, no outro dia eu falo, choro,*

*No outro, eu danço, sorrio e gozo.*

***Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou.***

*Juliana de Freitas Dias*

## RESUMO

Esta tese é a culminância de um estudo sobre o discurso das egressas do Programa Mulheres Mil, ofertado no âmbito do IF Goiano em 2017. As colaboradoras são dez egressas de cada um dos seguintes cursos, em seus respectivos Campi: Processamento de derivados do leite, frutas e hortaliças - Ceres; Horta caseira - Hidrolândia; Salgadeira - Iporá e em Urutaí; Manicure e pedicure - Rio Verde e Artesanato à mão - Posse. O problema social ou a questão que move o estudo é a desigualdade de gênero, em especial, a violência contra as mulheres. Ao longo do trabalho, com base nas ações e discursos proferidos pelas egressas sobre os efeitos do Programa na vida delas, problematizo as questões de gênero e suas intersecções dentro de contextos globais e locais que revelaram várias formas de violência, mas também, práticas de emancipação, empoderamento e resistência. Esse é de fato, o foco para as análises (o cruzamento dos significados representacionais e identificacionais, sem excluir os acionais). A pesquisa está ancorada nos aportes teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e os Estudos Críticos do Discurso (ECD), respaldados por Fairclough (2000; 2001; 2003; 2016 [1992]), Chouliaraki e Fairclough (1999), Wodak (2003), Wodak e Meyer (2001), Van Dijk (2004), bem como inserções na Educação Crítica (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013, 2019). Também me baseio nos estudos de Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2001; 2005; 2007), Silva (2000; 2010) e Dubar (2005), visto que o trabalho apresenta implicações com questões de identidades. Poynton (1989) e Magalhães (1995, 2006) também são referências para estudos acerca das identidades de gênero social. Esses motes nos levam certamente aos estudos sobre as performatividades de gênero social de Butler (2018), bem como às relações entre gêneros e intragêneros sociais a partir de perspectivas críticas e decoloniais feministas (LUGONES, 2008, 2014; LAZAR, 2005, 2007; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2017, 2019; AKOTIRENE, 2019). Tendo em vista as especificidades da pesquisa, os estudos de ideologia são conceitos-chave. Nesse sentido, pauto-me nos achados de Althusser (1974; 1980), Žižek (1996), Gee (1990), Gramsci (1971), Van Dijk (1998), Thompson (2011), Eagleton (1997), no que se refere às ideologias estabelecidas socialmente para homens e mulheres, na vida social e no mercado de trabalho. Saffioti (1995, 2001, 2004; 2015); Rocha (1996), Segato (2018b), Brasil (2006; 2015) acerca da violência e mais especificamente, violência contra mulher. Para tanto, o objetivo geral é compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do Programa Mulheres Mil, do IF Goiano. Considerando os objetivos do Programa, tem-se como objetivos específicos: a) analisar representações discursivas relacionadas às questões de gênero social, entrecruzamento de discursos e interseccionalidade; b) analisar as representações de vivências com a violência na constituição identitária das egressas do Programa Mulheres Mil, com vistas a compreender como essas práticas são negociadas, interpretadas e quais foram as estratégias de combate à violência doméstica e familiar discutidas durante o curso, como sugerem os eixos norteadores do Programa Mulheres Mil; c) verificar de que modo o acesso às leis e aos direitos da mulher, discutidos nos cursos, influenciaram nas práticas de combate à violência sofrida pelas mulheres; e d) verificar os efeitos do Programa Mulheres Mil na vida das egressas no tocante ao mercado de trabalho e seus desdobramentos discursivos. Assim, uso as seguintes técnicas e instrumentos para a geração de dados: questionários, entrevistas semiestruturadas individuais, gravadas em áudio e análise documental com base em Bauer e Gaskell (2017) e Flick (2009). Portanto, o estudo parte da seguinte problemática: como o Programa Mulheres Mil mostra sua materialidade na redução das desigualdades de gênero ao abordar questões de gênero, raça, nível de escolaridade e classe social nas práticas sociais cotidianas das mulheres atendidas? Os resultados apontam para lutas sociais tanto nas relações de poder inerentes ao processo de constituição identitária dessas mulheres quanto na resistência às diversas formas de violência doméstica e familiar. Além disso, mostram que o processo de constituição das identidades se dá na multiplicidade, no imbricamento das concepções

ideológicas e nas relações de recusa e pertença, autoatribuídas e atribuídas socialmente pelas representações sociais de gênero e as interseccionalidades que as circundam.

Palavras – chave: Resistências. Análise de Discurso Crítica. Desigualdade de gênero. Identidades. Relações de poder. Mulheres Mil. Egressas.

## ABSTRACT

This thesis is the completion of a study on former students' discourse related to the program "Mulheres Mil" (Thousand Women Program), provided within the range of the Federal Institute - IF Goiano in 2017. The collaborators are ten former students of each of the following courses, on their respective Campi: Milk derivatives processing, fruits and vegetables in Ceres; Home garden in Hidrolândia; Finger food maker in Iporá and Urutaí; Manicure and Pedicure in Rio Verde and Handcrafts in Posse. The social problem or issue that drives the study is gender inequality, precisely, the violence against women. Throughout the paper, based on the actions and speeches made by the former students about the effects of the Program in their lives, I problematize gender issues and their intersections within global and local contexts that disclose several patterns of violence, but also disclose practices of emancipation, empowerment and resistance. This is, in fact, my focus for the analyses (the intersection of representational and identational meanings, without banishing the actional ones). The investigation is anchored by the theoretical and methodological contributions of Critical Discourse Analysis (CDA) and Critical Discourse Studies (CDS), supported by Fairclough (2000; 2001; 2003; 2016 [1992]), Chouliaraki and Fairclough (1999), Wodak (2003), Wodak and Meyer (2001), Van Dijk (2004), as well as insertions in Critical Education (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013, 2019). I also anchor this research on the studies of Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2001; 2005; 2007), Silva (2000; 2010), and Dubar (2005), once the work confers inferences with issues related to identities. Poynton (1989) and Magalhaes (1995, 2006) are also references for studies about social gender identities. These motifs certainly lead us to Butler's (2018) studies on social gender performativities, as well as social gender and intragender relations from critical and decolonial feminist perspectives (LUGONES, 2008, 2014; LAZAR, 2005, 2007; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2017, 2019; AKOTIRENE, 2019). Once stated the research particularities, ideology studies are key concepts. In this sense, I base myself on the findings of Althusser (1974; 1980), Žižek (1996), Gee (1990), Gramsci (1971), Van Dijk (1998), Thompson (2011) and Eagleton (1997), regarding to the socially established ideologies for men and women, in social life and in the labor market. I also ground myself on the studies of Saffioti (1995, 2001, 2004; 2015); Rocha (1996), Segato (2018b) and Brazil (2006; 2015) concerning violence and more specifically, violence against women. In order to set it all, the general goal is to understand the social, discursive and identity effects as social contributions brought to the lives of the former students from the "Mulheres Mil" program (Thousand Women Program), of IF Goiano. Taking into account the objectives of the Program, we have specific objectives such as: a) analyze discursive representations related to social gender issues, intersectionality and discourses; b) analyze the representations of experiences with violence in the identity constitution of the former students from the "Mulheres Mil" program (Thousand Women Program), in order to understand how these practices are settled, comprehended and what strategies to combat domestic and family violence were debated during the course, as suggested by the guiding axes of the "Mulheres Mil" program (Thousand Women Program); c) verify how the access to laws and women's rights, discussed in the courses, influenced the practices to tackle the violence against women; and d) verify the effects of the "Mulheres Mil" program (Thousand Women Program) in the former students' lives regarding the labor market and its discursive developments. Accordingly, I use the following techniques and instruments for data generation: questionnaires, semi-structured individual interviews, audio recorded and documentary analysis based on Bauer and Gaskell (2017) and Flick (2009). Therefore, the study starts from the following problematic: How does the "Mulheres Mil" program (Thousand Women Program) materialize the decrease of gender inequalities by addressing issues of gender, race, level of schooling, and social class in the daily social practices of the attended women? The results point to social struggles either in the relations of power inherent to the process of identity constitution of these women or in the resistance to the various forms of

domestic and family violence. Furthermore, they show that the process of constitution of identities occurs in multiplicity, in the intermingling of ideological conceptions, in relations of refusal and belonging, self-attributed and socially attributed by the social representations of gender and the intersectionalities that surround them.

Key-words: Resistances. Critical Discourse Analyses. Gender inequality. Identities. Power relations. “Mulheres Mil” (Thousand Women). Former students.

## RESUMEN

Esta tesis es la culminación de un estudio sobre el discurso del Programa Mujeres Mil, ofrecido por IF Goiano en 2017. Las colaboradoras son diez miembros de cada uno de los siguientes cursos, en sus respectivos *Campus*: Procesamiento de leche, productos hortofrutícolas - Ceres; Huerta casera - Hidrolândia; Producción de saladitos - Iporá y en Urutaí; Manicura y pedicura - Rio Verde y Artesanías - Posse. El problema social o el tema que impulsa el estudio es la desigualdad de género, especialmente la violencia contra las mujeres. A lo largo del trabajo, a partir de las acciones y discursos dados por los miembros de las egresas sobre los efectos del Programa en sus vidas, problematizo los temas de género y sus intersecciones dentro de contextos globales y locales que revelaron diversas formas de violencia, pero también, prácticas de emancipación, empoderamiento y resistencia. Este es, de hecho, mi enfoque para los análisis (el cruce de significados representacionales e identificativos, sin excluir los activos). La investigación está anclada en las contribuciones teóricas y metodológicas de Análisis de Discurso Crítico (ADC) y los Estudios Críticos del Discurso (ECD), apoyadas por Fairclough (2000; 2001; 2003; 2016 [1992]), Chouliaraki y Fairclough (1999), Wodak (2003), Wodak y Meyer (2001), Van Dijk (2004), así como inserciones en Educación Crítica (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013, 2019). También me baso en los estudios de Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2001; 2005; 2007), Silva (2000; 2010) y Dubar (2005), ya que el trabajo tiene implicaciones con cuestiones de identidad. Poynton (1989) y Magallanes (1995, 2006) también son referencias para estudios sobre identidades de género social. Estos lemas ciertamente nos llevan a estudios sobre las actividades sociales de género de Butler (2018), así como a las relaciones entre géneros e intragénero social desde perspectivas críticas y decoloniales feministas (LUGONES, 2008, 2014; LAZAR, 2005, 2007; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2017, 2019; AKOTIRENE, 2019). En vista de las especificidades de la investigación, los estudios de ideología son conceptos clave. En este sentido, me baso en los hallazgos de Althusser (1974; 1980), Žižek (1996), Gee (1990), Gramsci (1971), Van Dijk (1998), Thompson (2011), Eagleton (1997), con respecto a las ideologías socialmente establecidas para hombres y mujeres, en la vida social y en el mercado laboral. Saffioti (1995, 2001, 2004; 2015); Rocha (1996), Segato (2018b), Brasil (2006; 2015) sobre la violencia y más específicamente la violencia contra las mujeres. Para ello, el objetivo general es comprender los efectos sociales, discursivos e identitarios como aportes sociales traídos a la vida de las egresas del Programa Mujeres Mil, de IF Goiano. Considerando los objetivos del Programa, los objetivos específicos son: a) analizar las representaciones discursivas relacionadas con las cuestiones de género social, el entrecruzamiento de discursos y la intersección; b) analizar las representaciones de experiencias con violencia en la constitución identitaria de las integrantes del Programa Mujeres Mil, con objetivo de comprender cómo esas prácticas son negociadas, interpretadas y cuáles fueron las estrategias de combate a la violencia doméstica y familiar discutidas durante el curso, tal como lo sugieren los ejes del Programa Mujeres Mil; c) verificar cómo el acceso a las leyes y derechos de las mujeres, discutidos en los cursos, influyó en las prácticas para combatir la violencia sufrida por las mujeres; y d) verificar los efectos del Programa Mujeres Mil en la vida de las egresas en relación con el mercado laboral y sus desarrollos discursivos. Así, utilizo las siguientes técnicas e instrumentos para la generación de datos: cuestionarios, entrevistas semiestructuradas individuales, grabadas en audio y análisis documental basado en Bauer y Gaskell (2017) y Flick (2009). Por lo tanto, el estudio se basa en el siguiente problema: ¿cómo el Programa Mujeres Mil muestra su materialidad en la reducción de las desigualdades de género al abordar cuestiones de género, raza, nivel educativo y clase social en las prácticas sociales diarias de las mujeres atendidas? Los resultados apuntan a luchas sociales tanto en las relaciones de poder inherentes al proceso de constitución identitaria de estas mujeres como en la resistencia a las diversas formas de violencia doméstica y familiar. Además, muestran que el proceso de constitución de identidades tiene lugar en la

multiplicidad, en la imbricación de concepciones ideológicas y en las relaciones de rechazo y pertenencia, autoatribuidas y atribuidas socialmente por las representaciones sociales de género y las intersecciones que las rodean.

Palabras clave: Resistencias. Análisis Crítico del Discurso. Desigualdad de género. Identidades. Relaciones de poder. Mujeres Mil. Egressas.

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCC	Associação dos Colleges Comunitários Canadenses
AD	Análise de Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
ADC	Análise de Discurso Crítica Feminista
Feminista	
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
CAPES	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	então Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP-UnB	Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade de Brasília
CERTIFIC	Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CEP/CHS- UnB	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Brasília
CONIF	Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CC	Código Civil
COVID 19	(co)rona (vi)rus (d)isease (doença do coronavírus)
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EBTT	Educação Profissional, Técnica e Tecnológica
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIC	Curso de Formação Inicial e Continuada
GSF	Gramática Sistemico-Funcional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IF Goiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
MMC Brasil	Movimentos de Mulheres Camponesas
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Brasil	Organização das Nações Unidas no Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas das Mulheres
Mulheres	
PMM	Programa Mulheres Mil
RC	Realismo Crítico
REDENET	Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNFPA	Fundo das Nações Unidas

## CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

As convenções foram estabelecidas a partir de algumas das propostas de transcrição feitas pelo pesquisador Luiz Antônio Marcuschi (2003), em sua obra intitulada *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*.

Notações	Ocorrências
(( ))	Comentários da analista
(+)	Pausa
[[ ]]	Falas simultâneas
“ ”	Citação, discurso indireto ou referência a outras falas
„ “	Aspas dentro de aspas
-	Não é enunciado o final projetado da palavra
/	Truncamento brusco
?	Indica entonação ascendente ou pergunta
!	Indica forte ênfase
,	Descida leve indicando que mais fala virá
.	Descida leve finalizando o término do enunciado
::	Pausa por desistir da fala em favor do interlocutor
(*)	Uma palavra incompreensível
(**)	Mais de uma palavra incompreensível
(****)	Trecho incompreensível
( )	Hipótese do que se falou
MAIÚSCULA	Ênfase
...	Indicação de trecho mais longo ou supressão.
Vish	Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção
[[Risadas]]/Choro	Risadas/Choro

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Síntese dos procedimentos analíticos.....	192
<b>Quadro 2</b> – Questões norteadoras da entrevista .....	202
<b>Quadro 3</b> – Processo de identificação a partir do histórico de vida – Pitanga Posse (ser-sentir-viver).....	233
<b>Quadro 4</b> – Representações sobre o Programa Mulheres Mil para a vida – Sempre-Viva Urutaí .....	243
<b>Quadro 5</b> – Identificações de si – <b>após o Programa Mulheres Mil</b> – Sempre-Viva Urutaí.....	243
<b>Quadro 6</b> – Representações sobre o fazer docente do <b>Programa Mulheres Mil</b> na mudança de vida – Bromélia Iporá.....	247
<b>Quadro 7</b> – Interdiscursividade nas representações de gênero social – Lobeira Rio Verde .....	252
<b>Quadro 8</b> – Interdiscursividade nas representações de gênero social – Esponjinha Ceres ...	255
<b>Quadro 9</b> – Mudanças linguístico-discursivas e identitárias – Jacarandá Urutaí.....	296
<b>Quadro 10</b> – Sempre-Viva e a relação com a violência .....	326
<b>Quadro 11</b> – Novas identificações e marcas de (micro)resistências – Sempre-Viva Urutaí.....	329

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> – Perfil das egressas por Campus .....	207
--	-----

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b> – Movimentos transdisciplinares teóricos desta tese .....	217
<b>Figura 2</b> – Triangulação metodológica deste estudo .....	217
<b>Figura 3</b> – Triangulação de dados .....	218
<b>Figura 4</b> – Triangulação do perfil das colaboradoras .....	219
<b>Figura 5</b> – Movimentos analíticos transdisciplinares .....	220
<b>Figura 6</b> – Movimentos analíticos transdisciplinares e triangulações .....	221
<b>Figura 7</b> – Representações sobre os direitos das .....	334
<b>Figura 8</b> – Denunciar a violência .....	353
<b>Figura 9</b> – Motivos de ingresso no <b>Programa Mulheres Mil</b> .....	363
<b>Figura 10</b> – Comparativo de renda familiar antes e depois do <b>Programa Mulheres Mil</b> ...	367

## SUMÁRIO

<b>OS PASSOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI .....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A CONJUNTURA E A PRÁTICA PARTICULAR DA PESQUISA.....</b>	<b>48</b>
1.1 PROGRAMA MULHERES MIL .....	49
1.2 LOCAIS DE FORMAÇÃO E A SITUAÇÃO DAS EGRESSAS: A PRÁTICA PARTICULAR .....	64
1.3 A PRÁTICA PARTICULAR E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	72
<b>CAPÍTULO 2 – MOVIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>86</b>
2.1 DIÁLOGO ENTRE AS VOZES SOCIAIS E A TEORIA .....	86
2.1.1 <i>O caráter dialógico da linguagem</i> .....	87
2.1.2 <i>Análise de Discurso Crítica</i> .....	93
2.1.3 <i>Análise de Discurso Crítica Feminista e os feminismos decoloniais</i> .....	102
2.1.4 <i>Estudos Decoloniais</i> .....	111
2.1.5 <i>Discurso</i> .....	125
2.1.6 <i>Identidades: a multiplicidade inerente</i> .....	137
2.1.7 <i>Ideologia em diferentes faces</i> .....	156
2.1.8 <i>Hegemonia, poder e processos de empoderamento contra-hegemônicos</i> .....	169
2.1.9 <i>Categorias linguístico-discursivas</i> .....	176
<b>CAPÍTULO 3 – DIÁLOGOS METODOLÓGICOS COM O CORPUS .....</b>	<b>185</b>
3.1 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA.....	185
3.1.1 <i>Síntese dos procedimentos usados para a análise: o método analítico em ação</i> .....	192
3.1.2 <i>Os alicerces éticos da pesquisa</i> .....	194
3.1.3 <i>A geração de dados</i> .....	196
3.1.4 <i>O perfil das participantes</i> .....	206
3.1.5 <i>Caminhos de análise e interpretação:</i> .....	213
3.1.6 <i>Sumarizando as triangulações e os elos transdisciplinares desta tese</i> .....	215
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DISCURSIVA E DIALÓGICA: NA TRILHA DA VIDA DAS EGRESSAS .....</b>	<b>222</b>
4.1 PARTILHANDO VIVÊNCIAS: “A GENTE NÃO PODE SE CALAR. TEMOS QUE MOSTRAR O NOSSO LUGAR E O NOSSO VALOR” .....	223
4.1.1 <i>Identidades de gênero: representação e identificação das egressas camponesas. “Eu não me sinto diferente de homem nenhum”</i> .....	225
4.1.2 <i>Revisitando memórias e descobrindo fendas: “a experiência com as outras colegas, deu até forças”</i> .....	237
4.1.3 <i>Gênero social e suas diferentes representações: o cruzamento de vozes e discursos. “Somos diferentes, mas somos todos humanos”</i> .....	249
4.1.4 <i>Interseccionalidade: gênero social, raça e classe. “Sofri por causa da cor, né? A gente pobre demais, né?”</i> .....	263
4.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E AS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO PROGRAMA MULHERES MIL: “18 ANOS APANHANDO[...] ME XINGAVA DE TUDO [...] AGORA...” .....	284
4.2.1 <i>Poder como norma, violência como forma e resistência como sobrevivência: “Ele me dava chute, soco, batia minha cabeça na parede, [...] agora não aceito mais”</i> .....	287
4.2.2 <i>Da porta da morte às portas da vida: “fui estuprada por meu esposo, diversas vezes, era horrível! Até que eu decidi”</i> .....	297
4.2.3 <i>Abuso sexual incestuoso: “o irmão ainda batia nela, porque eu não deixei mais ele agir assim com ela”</i> .....	303
4.2.4 <i>A (des)legitimação da violência doméstica pela (des)naturalização de práticas patriarcais: “a gente nem sabia como era a vida sem briga, sem violência, até que...”</i> .....	315
4.2.5 <i>Práticas de contestação e (re)configuração da violência e da vida: “estou me descobrindo de novo”</i> .....	321
4.3 COM A VOZ AS EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL: PROCESSOS DE CONTESTAÇÃO MOVIDOS PELAS LEIS E DIREITOS – “PARA EU SABER MAIS SOBRE OS MEUS DIREITOS” .....	333

4.3.1 Processos reflexivos de contestação, internalização e empoderamento: “Cheguei em casa e contei que agora eu estou por dentro... não passo mais nunca”.....	334
4.3.2 O acesso aos direitos como estratégia de enfrentamento: “conhecer meus direitos salvou a minha vida”.....	345
4.4 DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA MULHERES MIL NA RENDA FAMILIAR: “AGORA EU NÃO COMPRO MAIS [...] QUERO ENTREGAR PARA AS ESCOLAS”.....	356
4.4.1 Renda, inserção das egressas no mercado de trabalho e o Programa Mulheres Mil.....	357
4.5 – REFLEXÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DE VIDA.....	369
4.5.1 Cuidados de si: solidificando deslocamentos e projeções - “Eu pude fazer um passeio dentro de mim, sabe?”.....	370
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>379</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>386</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>408</b>

## OS PASSOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI

*Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros, (da minha mãe, pai, irmã, amigo etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo.*  
(BAKHTIN, 2006, p. 373-374).

Estou certa de que, assim como diz a epígrafe, as minhas escolhas ao longo deste texto são perpassadas por várias vozes que falam em mim sem que eu mesma possa ter a dimensão e a consciência de quantas e quais são elas. É com esta certeza que creio não ser possível eximir-me por completo das emoções, das crenças, das ideologias, das identidades encruzilhadas e de várias outras redes de valores e conhecimentos que nos constituem enquanto seres humanos ao produzir e ao analisar os usos linguísticos e discursivos do Outro. Não há uma neutralidade completa e não é necessário mesmo tê-la. As inquietações que nos movem não são apenas escolhas acadêmicas, mas, sem dúvida, são/estão intrinsecamente relacionadas aos nossos anseios de compreender a natureza humana, entender a si mesmo e ao Outro.

Por isso, o contexto desta pesquisa e os motivos que me fazem desenvolvê-la falam dentro de mim e são por vezes perceptíveis na organização material, visto que, como pesquisadora, sou um ser social situado em contextos históricos, pedagógicos, políticos, econômicos, éticos, sociais e culturais e em constante relação com os demais sujeitos. Ademais, sobretudo estou envolvida, constituindo-me e sendo constituída por tudo que me rodeia. Por isso, meus dizeres são híbridos, polifônicos e atravessados por dizeres outros, trazendo implicações coerentes e, por vezes, contraditórias, mas todas me constituem e constituem esta pesquisa. Com isso, é necessário abordar a conjuntura para olhar mais de perto onde os discursos pesquisados estão inseridos no que se refere às instâncias políticas, socioculturais, analisar as práticas maiores, as práticas particulares e os discursos em si (FAIRCLOUGH, 2003), em âmbito local, sobre os quais se fala neste trabalho. Assim sendo, verificar a conjuntura é condição essencial para dirimir, mobilizar, analisar e propor um projeto político dentro das perspectivas sob as quais queremos intervir socialmente na sociedade. É um modo de ver o mundo não apenas sob o meu ponto de vista, mas uma maneira de vê-lo com foco nas mudanças, na transformação, e não para justificá-lo ou se conformar com as situações de opressão, em estado de vitimização, mas como atores/atoras sociais ativos/as em movimento.

O contexto, nesse sentido, ou a conjuntura (FAIRCLOUGH, 2003), é uma construção que se dá pela e na interação, é uma etapa particular para analisar a rede de práticas sociais que interconectam as estruturas sociais, culturais, econômicas e os eventos concretos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). De acordo com Van Dijk (2012), os contextos são definidos como as interpretações subjetivas. É uma construção elaborada e sempre reelaborada, entre os sujeitos, de uma interação a partir de diversos elementos em uma situação social específica, a qual os/as interlocutores/as tomam como relevantes para a compreensão e a produção de discursos. Assim sendo, são sociocognitivamente construídos nos/as interlocutores/as acerca das características relevantes da situação social, interacional ou comunicativa da qual participam. Ainda para o autor, o contexto é fruto de experiências únicas desses/as participantes, originando discursos também únicos.

Vale ressaltar, ainda, que o autor estabelece modelos de contextos, constituídos numa base mental (cognitiva) tanto para a produção como para a recepção e compreensão de discursos. Isso pode ser expresso de modo que, para falarmos sobre determinado acontecimento discursivo, primeiro acionamos o que sabemos mentalmente para, depois, expressarmos, desde a opinião até os/as atores/as envolvidos/as, ou seja, inicialmente acionamos o contexto de realização, para, então, iniciarmos o discurso. O social é considerado peça fundamental para Van Dijk (2012) no que tange às relações cognitivas.

Com isso, as relações interpessoais, a ação dialógica entre o eu e o Outro, acontecem em contextos marcados por relações de poder e ideologia e estão relacionados com a atribuição de valores. Hanks (2008) esclarece que não é suficiente analisar apenas o ato de fala, seja oral, seja escrito, para compreender a complexidade do contexto. Para ele, é preciso haver uma valoração, ou, nas palavras do autor, o “cenário relevante”. Acrescenta, ainda, que o contexto não é apenas um local geográfico ou uma situação temporal, mas, sim, resultado de uma ação conjunta entre várias semioses. Assim, podemos ver que o contexto participa, se relaciona, é também um exercício social e cognitivo efetivado pelos sujeitos, que, ao realizá-lo, apontam também características intersubjetivas. Por isso o contexto molda e é moldado pelos sujeitos sociais, por suas posições no discurso e no mundo. Para tanto, o termo contexto, nesta pesquisa, se dissolve entre os momentos da prática social, mas não submerge seu caráter de importância, ou seja, deve ser entendido como decorrência de uma ação interconectada entre diversas semioses.

Meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) não se refere necessariamente a mim como única pessoa, dizendo algo, mas sim, como um ser social, sou atravessada por diferentes vozes, muitas delas transitórias, transeuntes e plurais, é um fluxo de “ser-sendo” (LUGONES, 2014). Minhas

bases de origem pertencem à classe baixa e estigmatizada, que vive em condições de subjugo, dificultando-nos assegurar, lutar e garantir a manutenção dos nossos direitos de cidadãos e, assim, acessar lugares sociais que sempre nos foram negados. Ao dizer isso, levo em conta marcadores como gênero, raça, classe social, sexualidade, ao passo que, dessas posições múltiplas, outras divisões são possíveis.

Essas divisões geram, na maioria das vezes, desigualdades, no sentido de não respeitarem as diferenças (SOUSA SANTOS, 2010), acentuando as injustiças e as relações de poder assimétricas, de modo que estar à margem dos padrões hegemônicos representa conhecer e sentir, no corpo e na alma, o peso das discriminações e repressões advindas de vários vieses, que afetam a vida humana em elos articulados. As implicações políticas da visão hegemônica e imperial do pensamento moderno são usadas como pretexto para desqualificar, excluir e ignorar os corpos fronteiriços deixando marcas físicas, espirituais e emocionais. Peço licença, neste momento do texto, para dizer de onde venho, que lugares sociais e discursivos represento, constituem-me, significam e convivem em mim, certa de que carrego vários outros lugares/significações/representações que nunca conseguirei mensurar, no entanto, causam-me efeitos, polifonias e processos de subjetivação, estilos, modos de ação e representação.

Falo enquanto mulher, descendente de pai branco e mãe negra, ambos alfabetizados, porém, apenas até o Ensino Fundamental II. Minha mãe, dona Maria Eterna de Sousa, origem pobre, negra, nascida e criada na zona rural, desde a infância segregada pelo padrão do sistema socioeconômico a desempenhar a função de mulher do lar, assim como fora com sua mãe, Maria Benedita de Jesus, também negra, pobre, que não completou nem mesmo o Ensino Fundamental, e com sua avó, Placidina Maria de Jesus, negra, pobre e que nunca frequentou a escola. Todas foram atravessadas por múltiplos elos de opressão pela raça, classe, gênero, territorialidade, nível de escolaridade etc. As duas últimas nem chegaram a ter salário, cuidavam da casa, colhiam algodão e fiavam; em troca, recebiam alimentação e moradia. Para Collins (2019), é relegado, em especial às mulheres negras, o lugar de subalternidade nas casas onde trabalham e, ainda, devem exercer suas atividades de modo passivo, sem questionar a exploração de suas forças ante as funções acumuladas, já que, na concepção dos/as dominadores/as, as trabalhadoras são “abrigadas”, sem custos, nesses ambientes. A esse respeito, recorro a bell hooks<sup>2</sup> (1995, p. 468), para quem “sexismo e o racismo, atuando juntos,

---

<sup>2</sup> A autora bell hooks mesmo explica que assina seu nome com letras minúsculas para mostrar a ideia de que a obra dela é mais importante do que ela, ou seja, ela sugere esse movimento para afastar-se de sua identidade. Assim, bell hooks é pseudônimo de Glória Jean Watkins (nome de registro geral) (HOOKS, 2017).

perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”.

Do mesmo modo, os cuidados com a casa dos donos da fazenda, com porcos, galinhas e demais serviços domésticos não era função reservada a todas as mulheres, mas, em especial, às mulheres negras, pobres e sem escolaridade, como elas, resultados estes de uma construção histórica de opressão que se valeu do sofrimento de outras pessoas para manter os padrões hegemônicos de dominação econômica, exploração de gênero e racialização. Nas palavras de Collins (2019), “fazer as mulheres negras trabalharem como se fossem ‘mulas do mundo’ é uma forma de objetificação” de seus corpos. O tratamento, muitas vezes entendido como carinho, na verdade é uma desqualificação dos corpos, “chamar as trabalhadoras domésticas de ‘meninas’, permite que os empregadores as tratem como crianças, como seres menos capazes” (COLLINS, 2019, p. 138).

De acordo com Sousa Santos (2010), a ascensão social das mulheres negras é algo bem dificultoso, pois elas enfrentam muitos obstáculos ao longo da história e, mesmo após o período de escravidão, ficou a herança colonial nas crenças populares de que as negras só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. Isso acontece, pelo menos, desde o início da colonização e da escravização dos povos africanos até os dias atuais. É preciso interromper o curso e exteriorizar que, desde a infância, aprendi que as mulheres negras, além da desigualdade de gênero, padeciam e, ainda sofrem, com a sobreposição de raça e classe social. São vivências que aprendi por ver e sentir na prática, nos olhos e no corpo, a situação que as mulheres da minha família viviam. Mais tarde, na universidade, tive acesso às teorias que nomeiam essas mazelas sociais de acordo com as conjecturas do mundo acadêmico. Isso porque, no campo acadêmico, devemos citar autores/as/xs, respeitar a cronologia de produção e publicação, indicar a área, usar os termos específicos de cada linha de pensamento, não permutar correntes tidas como contrárias, seguir as normas dos trabalhos acadêmicos e tantas outras que esse campo minado de poder institucional nos exige com suas dinâmicas biopolíticas constituídas por práticas e tecnologias discursivas institucionalizadas (FOUCAULT, 2013). Grande parte das pessoas que (con)vivem na academia passam pela “normose acadêmica” (SOUZA, 2014),<sup>3</sup> práticas burocráticas coloniais impostas constantemente pelas relações de biopoder, que levam à normalidade na constituição das carreiras pelo “produtivismo

---

<sup>3</sup> SOUZA, Renato Santos. A normose acadêmica. In: NASCIMENTO, Luís Felipe Machado do (org.). **Lia, mas não escrevia:** contos, crônicas e poesias. Porto Alegre: LFM do Nascimento, 2014. (Livro eletrônico). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98456/000929536.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2021.

acadêmico”. Esse costume, essa naturalização podem chegar ao adoecimento, à conformidade excessiva dessa “normalidade”, uma “normose acadêmica” de cobrança do fazer científico, das publicações, das avaliações institucionais, produzida pelos dispositivos de controle, de avaliação. Ou seja, fala-se tanto em transformar, modificar o mundo, mas a academia nem sempre aceita nossos modos de ser, por outro, exige-nos a reprodução do conhecimento no mundo acadêmico abissal (SOUSA SANTOS, 2010), carregando uma herança colonial (CASTRO-GÓMEZ, 2007) que pode levar ao adoecimento, a frustrações e, por vezes, à inibição da atividade intelectual criativa.

De acordo com Dias, Coroa e Lima (2018, p. 33), “nossas universidades e escolas constituem modelos exemplares de instituições de resistência reacionária”. Os/as autores/as denominam esse termo (*resistência reacionária*) como uma “ação política que atua para a conservação das desigualdades e injustiças sociais, mantendo os privilégios de certos grupos sociais”. Nesse sentido, essas ações políticas funcionam como “um robusto e complexo sistema de reprodução ideológica e material, incrustado em diversas instituições sociais, é responsável por manter e defender a distribuição desigual e injusta dos bens materiais e simbólicos”. Ainda segundo os/as autores/as, essas instituições atuam de diversas maneiras para “racionalizar e justificar os modos de ação, produção e reprodução de uma sociedade”. Ademais, “fragmentando os/as professores/as e os/as alunos/as é que a ideologia dominante atua” (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 40). Minhas experiências de vida podem não ser aceitas como minhas teorias de gênero, racismo, sexualidade, subalternidade e tantas outras, mesmo assim constituem-me, atravessam-me, sendo elas externalizadas, questionando as relações de poder da vida contemporânea e possibilitando a convivência de outras vozes, discursos e intersecções. Por mais que as citações válidas sejam as que foram e são nomeadas, publicadas pela academia, na lógica da origem (SPIVAK, 2010) e daqueles/as que estão “autorizados/as” a falar, precisamos também ser partícipes.

Com isso, devemos desnaturalizar, descolonizar a universidade para construir uma sociedade outra (CASTRO-GÓMEZ, 2007), falar de vários modos, até mesmo por meio de silêncios. Ao questionar essas posições hierárquicas, arbitrarias e pensar nos bastidores da produção dos conhecimentos aceitos na academia, nos chamados “cânones”, estamos exercitando a **resistência transgressiva** (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 40). Assim sendo, “é possível transgredir e romper limites, roteiros que confinam nossa prática”, pois temos autonomia relativa, somos também ativos no nosso processo de constituição.

Sei que preciso, nesta tese, cumprir as exigências mínimas para ser aceita e aprovada, mas também entendo que, mesmo dentro desses padrões acadêmicos, há espaço para ser quem

eu acredito ser, ou seja, colocar-me, no sentido mais intenso. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que operacionalizo esta pesquisa, elaboro um trabalho em mim, sobre mim e comigo mesma ao perscrutar memórias, desejos e valores como uma prática de liberdade. Podemos relacionar essas movências a modos de ativação e de compreensão de efeitos causais e de poderes causais (BHASKAR, 1998; GOMES, 2016; PAPA, 2009), na superação de estruturas sociais de opressão e sofrimento. Nesse sentido, nossa vida social, acadêmica e profissional, portanto, é inseparável da atividade e dos compromissos humanos, os quais são instáveis e fluidos. Gomes (2016, p. 5) citando Baskar (1999, p. 109) diz que os/as agentes sociais são constituídos por ações resultantes dos efeitos causais, entendido como “qualquer coisa que seja capaz de operar uma mudança em algo (inclusive em si próprio)”. Essa possibilidade de transformação e modificação deve passar, não só pela mudança de consciência, mas segundo Baskar (1998), pela transformação dos/as agentes envolvidos/as por meio de ações práticas, poderes causais e tendências. Assim, nesta escrita há, de certa forma, um retorno aos cuidados interiores, minimamente uma estética de viver com focos de resistência às estruturas de poder e dominação. Isso nos traz muitas reflexões, visto que são pontos complexos e não me demorarei neles por ora. Voltemos, portanto. Dona Maria Eterna, minha mãe, após casar-se com seu Antenor José Martins, meu pai, esforçou-se para sair da zona rural, mesmo assim, viveu no campo por mais de dez anos. A partir daí, migrou para a cidade em busca de escola para as filhas, eu e minha irmã Delma. Nesse período, estava meu pai na zona rural e minha mãe na cidade, desprovida do letramento urbano e sem qualificação, restando-lhe continuar como doméstica, sem carteira assinada, e, assim, quando encontrava trabalho, era para lavar e passar as roupas das senhoras de melhores condições.

Meu pai, também nascido e criado na roça, trabalhou a maior parte da vida como lavrador para os fazendeiros no interior de Goiás, lidando com o gado, ordenhando, fazendo cercas, aceiros e demais serviços a ele destinados. Ele conta que seu pai calçou o primeiro par de chinelos aos 10 anos de idade, quando ele mesmo teve condições para comprar um – e com ele não foi diferente –, e, para se ter uma ideia do tamanho da dificuldade, meu avô foi o primeiro depois de seus avós e de seus pais a prover subsistência aos seis filhos. Passados mais de 13 anos de casados, meu pai decidiu sair da roça e juntar-se a nós na cidade. Trabalhou com serviços gerais, marceneiro, até tentar um emprego de mototáxi, mas foi atropelado logo na primeira viagem, no primeiro dia de trabalho. Hoje, convive com deficiência física crônica, amputação do membro inferior esquerdo, devido ao acidente de motocicleta, ocorrido em 2010, causado por outro condutor, que estava embriagado e sob o uso de substâncias entorpecentes. Houve alguma punição para esse condutor? Não. Meu pai recebeu algo para reparar o dano

social, psicológico, moral e financeiro? Não. Ele recebe o auxílio-doença, no valor de um salário-mínimo e sente o gosto e o peso da impunidade, da injustiça social para os/as menos favorecidos/as. Depois disso, tentou o sustento abrindo um bar, posteriormente uma mercearia, e hoje, após doze anos do acidente, ele faz artesanato de peças pequenas em madeira para ajudar no sustento familiar.

De modo bastante sucinto, é isso! Venho de um lugar marginalizado pelas atribuições sociais, espaço este no qual as estruturas dominantes tentam sufocar e calar os sujeitos pelas relações assimétricas de poder, saber e ser (GROSFUGUEL, 2011; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2010), como se todos/as fossem fadados/as a cumprir o mesmo destino, em condição de sujeitos assujeitados e predestinados pelos mecanismos estabilizadores e fortalecedores da dominação. “Nasceu pobre e pobre sempre será”; “Não tem como ser diferente”; “Filho de peixe, peixinho é”. Mas não concordo e não aceito! Acredito em um ser ativo, hábil, capaz e crítico, que produz sentido em relação ao mundo e às suas vivências, com um engajamento significativo que faz emergir forças de renovo, ressignificações: é existir para ser diferente. Somos partícipes do processo histórico humano, ou seja, do nosso próprio processo de vida; somos corpos movediços, em deslocamentos de renovação e significação, mesmo que essas práticas sejam vistas socialmente como rebeldia, desobediência, insubordinação ou outros modos de assinalar indícios de emancipação, empoderamento e protagonismo de vida.

Somos seres dialéticos e dialógicos, marcados pelo social, histórico e cultural e, ao mesmo tempo, deixamos nossas marcas em todos esses caminhos. Não mudamos nada sozinhos/as e sempre trazemos os Outros<sup>4</sup> conosco, principalmente, em nossos dizeres. Todos os nossos antepassados emanaram forças para que não desistíssemos e continuássemos incessantemente fazendo valer o esforço deles/delas agregados aos nossos, para conseguirmos nos insurgir e lutarmos novamente pelo direito de ser e pertencer a esse lugar chamado mundo, independentemente da nossa raça, gênero, classe social ou qualquer outra opção e/ou ideologia que acionemos, representemos ou nos (re)signifique.

Desse modo, há sim espaço para atuarmos à procura das transformações sociais, através da perseverança e da luta não como fim, e sim como um começo, uma possibilidade de despolitização e repolitização dos sujeitos sociais (GRAMSCI, 1979); é um movimento de agir

---

<sup>4</sup> O/s **Outro/s**, usado com letra maiúscula, marca a presença da alteridade, da interdiscursividade, do confronto de vozes, das diversas formas de presença do Outro na vida e no discurso. Arranjos trazidos das concepções bakhtinianas sobre a dimensão constitutiva da linguagem e do ser humano, entrevedo uma apreensão ativa e uma atitude responsiva pelo/do “discurso de outrem que se manifestam nas várias formas da língua” (BAKHTIN, 2006, p. 146).

em si mesmo, no íntimo e em outras realidades, de modo que possamos agenciar saberes diversos (MOITA LOPES, 2006), nos quais os saberes linguísticos são interconectados aos problemas de ordem social emergentes. Por isso, luto contra a dominação, a predestinação e o assujeitamento, acredito em um (re)ordenamento social diferente do já posto, mesmo que seja entendido como “indisciplinar” (MOITA LOPES, 2006), ou que fuja à ordem imposta, sendo assim, uma “(des)ordem, ou uma (des/re)organização”. Para tanto, acredito e ancoro-me na perspectiva de que a ação humana pode (re)produzir, (re)transformar, (re)agir, porque o sujeito, mesmo constrangido pelas estruturas, tem poderes causais, não é assujeitado (ALTHUSSER, 1974) e nem um “agente processual com graus relativos de autonomia, mas [...] construído por e construindo os processos discursivos a partir da natureza de ator ideológico” (PEDRO, 1997, p. 20).

Creio, sim, em outras possibilidades de existência e de comunidade, em que as pessoas participem dos espaços privilegiados de decisão, de consciência e de direitos coletivos, independentemente de suas origens socioeconômicas, credos, nacionalidades, raças ou escolaridade, pois essas relações não são somente das letras, os fenômenos linguísticos são também sociais, culturais, políticos, históricos. São, por isso, bem complexos, afetam-se mutuamente. Devem ser vistos, portanto, por diversos saberes, uma ecologia dos saberes, nas palavras de Sousa Santos (2010). De acordo com o autor, a ecologia dos saberes refere-se ao reconhecimento da infinita pluralidade dos saberes e da necessidade de conjugações específicas desses saberes para realizar determinadas ações. É “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica e pretende contribuir para credibilizar e fortalecer” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 154).

Movimentamos forças que, ao serem estruturadas e organizadas, levam-nos a resistir, a transgredir, a enfrentarmos a hegemonia<sup>5</sup> e ocuparmos os espaços públicos por direito, como, por exemplo, ingressarmos nas escolas/universidades públicas de qualidade, sem desprezar os nossos saberes do mundo, as nossas ignorâncias. As diversas formas de inter-relação e interdependência entre a ideologia, as relações de poder e identidades são forças que movem os sujeitos contra a hegemonia, desvelando as estruturas sociais de desigualdade e impulsionando-nos às diversas representatividades, ao empoderamento, à emancipação e à mudança social. Esses são alguns dos motivos pelos quais acredito e pauto-me nos Estudos Críticos do Discurso,

---

<sup>5</sup> O conceito de hegemonia será discutido no capítulo 2, teórico, porém, por hora é importante mencionar que “a hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade de classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 122).

os quais abarcam várias perspectivas teórico-metodológicas (re)pensando, (re)produzindo diálogos e coconstruindo saberes e vivências, que fazem parte de um projeto comum (PEDRO, 1997), pela perspectiva inter/trans/multidisciplinar em viés crítico.

Em especial, ancoro-me na perspectiva relacional-dialética, na Análise do Discurso Crítica faircloughiana, a qual entende os/as atores/as sociais como agentes ativos/as e capazes de intervir nos problemas de ordem social, e não apenas seres passivos e rechaçados pela estrutura. Assim, como prática de escrita acadêmica, também preciso evidenciar meu *lócus* de enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpolítico do sujeito que fala (GROSFOGUEL, 2011), de modo que os passos, as vivências ou as vivências a mim negadas também constituem tanto o meu corpo pessoal quanto o científico. Como mencionei, os Estudos Críticos do Discurso estão imbricados, pois, enquanto sujeitos, nos inscrevemos e/ou somos inscritos/as na dinâmica das práticas de linguagem materializadas através de arranjos enunciativos. Esses lugares não são fechados e fixos, ao contrário, são transitórios, fluidos e em constante (re)construção, pois são também atravessamentos de vida – em aberto.

É possível ir em busca dos objetivos de vida, mesmo que as condições primárias não nos favoreçam. Estudei sempre na rede pública, acredito nesse lugar e o defendo, lutei muito contra o exercício do poder operante na sociedade, o sistema cultural patriarcal, econômico, político e social excludente (mercantilista) para chegar à graduação, ingressar no mestrado, e, agora, no doutorado em uma das melhores universidades do país, a Universidade de Brasília (UnB), que também é pública. Isso porque, mesmo sabendo que a Educação é um direito social fundamental de todos/as/es e dever do Estado, garantido pela Constituição, na prática, não há vagas suficientes, tampouco formas democráticas de acesso que atendam à diversidade de raça, de aprendizagem e de classe social, pois muitas pessoas ficam à margem. Essa realidade também carece de reflexão, mas não nos alongaremos nessas veredas especificamente devido aos objetivos do trabalho. Após várias batalhas, consegui ocupar os bancos dessa instituição (UnB) e, nesse sentido, entendo a minha condição de assumir esse lugar por direito, mas, assim mesmo, vejo-o como privilégio perante meus pares, que ainda não tiveram essa oportunidade, porque apesar de ciente de que a Educação é um direito, na realidade ainda observo que esse direito não é garantido a todos/as/es.

Assim, o que é direito passa a ser visto socialmente como privilégio de poucos. Estou certa de que as projeções e os enfrentamentos são constantes, mas sinto-me cada vez mais aberta para (re)descobrir conceitos, vivenciar novas habilidades/capacidades, permitindo que a razão e a emoção estejam equilibradas. Reexisto e reluto para que essa condição assimétrica de ocupar os espaços públicos de ensino seja em favor daqueles/as que ainda não tiveram esse direito

garantido. O termo reexistir assume a significação de continuar existindo, existir para/pelo renascer, sendo uma nova forma de existência, mais forte que resistir: é reexistir (MUNIZ, 2021; SOUZA, 2021; WALSH, 2013), é uma possibilidade de superação, emancipação e empoderamento diante das opressões. Assume, assim, o sentido de remodelar-se no pensar, no agir, nos modos de saber/conhecer e poder. De modo ampliado, reexistir significa conhecer outras trajetórias, outras histórias além daquelas hegemônicas, de modo a dar visibilidades às lutas travadas cotidianamente pelas pessoas e por suas práticas de reexistir em meio a tantas opressões (WALSH, 2013), como, por exemplo, a luta das pessoas negras, em especial, das mulheres negras, pela existência perante os vários elos de exploração, e “entender como essa população vem fazendo para reexistir desde que o mundo colonial se apoderou de nossos corpos, mas nem todos tiveram também suas mentes aprisionadas” (MUNIZ, 2021, p. 274).

Ademais, creio, sim, que todas as pessoas possuam um lugar de fala, sua relação com esse ecossistema (território), sua localização geopolítica, corporal, espiritual, ancestral, territorial e social, visto que a nossa relação com a língua não é apenas o contato com ela de modo linguístico, mas também de coexistências, de experiências com o Outro na esfera social, religiosa, cultural, ética, econômica e política, isto é, “do tamanho do meu mundo”. Por isso, defendo o meu lugar de origem, o lugar que sofre com a hierarquia hegemônica, patriarcal e tantas outras excludências, ao passo que minhas enunciações também são marcadas dentro do sistema capitalista, inscritas nas hierarquizações raciais, de espiritualidade, de corporeidade, da segregação de classe, de gênero e sexualidade. Por outro lado, marcados também em prol da desarticulação das formas de opressão, com identidades plurais e transitórias. Agora, na posição de pesquisadora, a qual nem cheguei a almejar quando criança, devido às minhas construções e experiências de vida na época, sinto ainda mais a responsabilidade e o compromisso social de estar/ser na/a coletividade a que pertença.

Venho de uma cidade do interior de Goiás com aproximadamente 34.157 mil habitantes em 2020, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como podem imaginar, na época da minha graduação, há mais de dez anos, as condições estruturais da cidade eram ainda mais difíceis. Nascer e viver a maior parte da vida em uma cidade de interior significa também estar à distância de várias práticas sociais e leituras de mundo, como as possibilidades de conhecer e frequentar, desde a infância, cinemas, teatros, museus e tantos outros modos/espços de cultura. Isso também me constitui e é parte integrante das minhas múltiplas identidades, estabelecidas em meio a tantas formas de hierarquizações e restrições em virtude da minha localização territorial, cultural, política, social e histórica, advindas das cidades do interior e de famílias de baixa renda reprimidas pelas frentes hegemônicas.

Nesse sentido, esse meu lugar de fala é moldado pelo individual e, ao mesmo tempo, pelo coletivo, pelas minorias sociais que eu represento, nas quais me incluo e das quais tomei conhecimento a partir das margens e pelos grupos que me excluem (DUBAR, 2005; LUGONES, 2014). É, sem dúvida, um lugar de reflexão, de conflito e de constante construção na afirmação, na manutenção e, por vezes, na transição entre valores e crenças. Visto que as mudanças discursivo-identitárias podem provocar as transformações sociais, do mesmo modo o social promove o discurso. A relação entre a linguagem e a sociedade é interna e dialética e a linguagem, como discurso, pode reverberar através das práticas do eu sobre os outros e sobre o mundo e vice-versa, em uma via de mão dupla, (FAIRCLOUGH, [1992] 2016). Esse embate de forças internas ao eu, ao falar e agir é salutar, e não um problema na realização da pesquisa, visto que a vida pessoal da pesquisadora está diretamente ligada às escolhas teóricas, metodológicas, analíticas e ontológicas. Assim, tenho, até certo ponto, o distanciamento emocional para o desenvolvimento da pesquisa, mas não sou ingênua de pensar que essas identidades não influenciam nas minhas opções e tomadas de decisão, como, por exemplo, influenciaram na minha base teórica e metodológica (Análise de Discurso Crítica) e em várias outras correntes, as quais apresento com mais detalhes no decorrer do trabalho. Portanto, sou a semente e o fruto de toda essa conjuntura.

Desse modo, o contexto é parte constitutiva deste trabalho, e não um mero aspecto da história. Assim, ao iniciar minha atuação pedagógica na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EBTT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), em 1º de junho de 2015, intensifiquei meu contato com outras formas de letramento. Após três meses, ao ser convidada a assumir a coordenação da Unidade de Extensão do IF Goiano – Campus Posse, aproximei-me mais dos projetos de Extensão e me inquietava quando ouvia falar dos Programas sociais ofertados pelo Governo Federal via IF Goiano, tentando entender se esses projetos de fato garantiam uma mudança de perspectiva social, educacional, emancipatória e financeira na vida dos/as atores/as sociais envolvidos/as.

O Programa que mais chamava minha atenção era o **Mulheres Mil**<sup>6</sup>, que é agenda desta pesquisa. Os/As servidores/as falavam dele de forma bastante expressiva, relatando os benefícios das edições anteriores em *Campi* mais antigos, porém, devido às recessões financeiras, o IF Goiano não ofertou o Programa entre 2015 e 2016. Em 2017 sim, foi publicado o edital para seleção de projetos entre os 11 *Campi* da instituição.

---

<sup>6</sup> Alguns termos aparecem em negrito e/ou em itálico durante o texto para destacar determinado conteúdo, metodologia, programa, categoria ou marca de mudanças identificacionais, representacionais ou acionais.

Dessa forma, após todo o processo de cadastro e seleção, ao final foram aprovados 6 projetos para serem executados no âmbito da Instituição, com 30 vagas em cada *Campi*, totalizando 180 mulheres atendidas. A partir daí iniciei diretamente com o público do **Programa Mulheres Mil** enquanto coordenadora do projeto intitulado “Artesanato à mão”, em parceria com a coordenadora, a profa. Dra. Simone da Costa Estrela. O trabalho foi desenvolvido no Povoado de Nova Vista de Goiás, a aproximadamente 20 quilômetros do Campus Posse, meu local de atuação. O curso foi desenvolvido com a colaboração da então diretora da escola, profa. Deuslene Madalena Vendraminia, bem como da coordenadora Vera Lúcia Santos da Conceição, sob minha orientação e da diretora do Campus Posse à época, profa. Dra. Simone da Costa Estrela.

O encantamento das mulheres ao chegarem ao curso me provocou um movimento de empatia, ao refletir e imaginar as dificuldades, os valores, os fatos históricos e os sentimentos enfrentados por elas para que ali estivessem. Durante o cadastro delas, descobrimos que a maioria daquelas mulheres buscava o curso a contragosto dos parceiros e vivia sob formas numerosas de imposições e heranças da desigualdade de gênero, que desconsideram as diferenças entre os gêneros e intragêneros: são, por exemplo, são mulheres racializadas (COLLINS, 2019; HOOKS, 2019; LUGONES, 2014). O IF Goiano mostrava-se como um lugar de busca e ressignificação, podendo seguir tanto por caminhos padronizados no ato de educar quanto percorrer um caminho emancipatório, criativo e dinâmico, contribuindo para transformar a sociedade (FREIRE, 2012; HOOKS, 2013). A ação delas de enfrentar as imposições e ir em busca de um curso simbolizava a possibilidade de novas informações, percepções e críticas sobre elas mesmas e sobre o mundo em torno delas, mesmo que elas não se dessem conta ou não estivessem com esse propósito inicial. Tratava-se de frequentar um espaço de formação educacional institucionalizado que lhes fora antes negado, espaço até então não pertencente à realidade delas. Ademais, participar de uma instituição de ensino abre espaço para a construção narrativa de múltiplos sentidos, sendo um deles a oportunidade de confrontar as barbáries inscritas no nosso próprio processo de constituição, olhar o passado no sentido de (re)pensar criticamente e de forma comprometida e reelaborar práticas libertadoras para movimentar nossas vivências. Com isso, acredito que a nossa concepção de tempo e espaço é inscrita em um contexto histórico e social balizado por nossas construções de sentidos e valores.

Quanto mais eu trabalhava no projeto, mais aumentavam meus questionamentos acerca da significância dele na vida das mulheres atendidas. Como os discursos efetivados durante o curso reverberariam no discurso e nas práticas de vida dessas mulheres? É importante mencionar que o termo discurso é compreendido de modo totalmente conectado ao caráter

social, seja pelo seu lado integrante das práticas sociais nas/pelas quais os sujeitos fazem referência, conscientes ou não dessas ações, seja por promover efeitos na sociedade em que este é materializado (FAIRCLOUGH, 2016). Assim, através dos discursos, as práticas sociais materializam-se em práticas discursivas, e é por meio dessas práticas discursivas que as práticas sociais são ou não legitimadas, reproduzidas e modificadas. Desse modo, o discurso tem efeitos sociais que podem ser entendidos através do estudo das práticas sociais, analisando não só de modo singular, mas práticas coletivas que se relacionam na sustentação e/ou transformação da estrutura maior. E quem pode falar, no caso desta tese, do Programa e do contexto de realização desses eventos? Todos/as podem falar, assim, eu, o guia, as leis, os/as docentes do curso, os dados, bem como elas, as protagonistas desta pesquisa. Com isso, durante as aulas, nas trocas, apareciam, no discurso delas, temas relacionados à violência doméstica e familiar,<sup>7</sup> violência de gênero, principalmente nas atividades de narrativa pessoal relacionadas aos direitos humanos e à *Lei Maria da Penha*, nas quais as mulheres contavam fatos significativos da vida, como. Por exemplo, um pequeno trecho que muito me marcou está na narrativa de vida de Maria,<sup>8</sup> 29 anos: “*Fui casada durante 5 anos e nos últimos dois anos apanhei muito, eram murros, chutes, pontapés, beliscões, até murros no rosto, fui estuprada por meu esposo, diversas vezes. Era horrível!*”.

O pequeno trecho linguístico-discursivo da narrativa de vida de Maria, 29 anos, traz histórias concretas atravessadas por “*muitos*” anos de violência de gênero, violência doméstica em todas as suas esferas, “*apanhei muito*”, violência sexual, “*fui estuprada por meu esposo*”, violação dos direitos de viver, ser e existir, direitos estes essenciais e primários a todas as vidas do universo. Essas violências não foram causadas por outra mulher, na maioria das vezes, foi por um homem e, neste caso, o companheiro à época, “*meu esposo*”. De modo que, mesmo as violências atingindo todos os gêneros, ela incide em maior potencial nas mulheres, devido aos problemas históricos, sociais, culturais, patriarcais, religiosos e éticos (CONCEIÇÃO, 2009; GROSFUGUEL, 2016). Nesse mesmo espaço temos a presença do homem, historicamente autorizado, pelos discursos hegemônicos coloniais e patriarcais, a tocar no corpo feminino, a

---

A ideia de família para esta tese está em consonância com os estudos de Scott (2005), que se contrapõe à ideia de isolamento e unicidade na constituição das famílias, pois as pós-modernas apresentam diferentes arranjos relacionados às transformações geopolíticas, econômicas, culturais, históricas e simbólicas. Assim, compreendemos a família não apenas na figura tradicional e patriarcal constituída pelo marido, esposa e filhos/as, mas também as famílias alternativas em suas pluralidades e flexibilidades nas adaptações e nos novos modos instáveis e transitórios de uma organização familiar. A seu turno, entendo o grupo doméstico como pessoas que moram no mesmo ambiente familiar, de modo não cambiante, mas que convivem.

<sup>8</sup> Os nomes usados para as colaboradoras desta tese são todos codinomes, em atenção às normas éticas para pesquisa com seres humanos.

vê-lo como um espaço público, que pode ser tocado, interpelado, até mesmo por desconhecidos (SAFFIOTI, 2015), marcando as relações de poder, as ideologias machistas, sexistas e patriarcais exercidas em todas as dimensões. Essas práticas discursivas hegemônicas, como, por exemplo, as que foram usadas pelos companheiros, são naturalizadas na sociedade e sustentam o comportamento possessivo, agressivo e violento do homem, mesmo dentro do lugar que convencionalmente deveria ser o mais seguro, a própria casa, na qual a mulher é violentada e privada de liberdade. Essas representações sociais conferidas aos homens têm efeitos significativos na condição e na vida das mulheres e em suas relações de intimidade, isto é, as relações que se baseiam, principalmente, em como as mulheres devem agir, comportar-se, relacionar-se no casamento, ou seja, devem acatar as opressões masculinas para serem aceitas socialmente.

Com isso, as questões de gênero e de violência doméstica e familiar são questões culturais e acontecem, na maioria das vezes, dentro de casa, em contextos de intimidade, sendo preciso refletir sobre essas violências, pautadas no gênero das pessoas envolvidas. De acordo com Young (1999, p. 101-102), o que faz a violência uma das faces da opressão, um fenômeno de injustiça social, e não apenas um erro moral individual, “é seu caráter sistêmico, sua existência como prática social”, de modo que “o contexto social em torno das práticas de violência torna-as possíveis e, por vezes, aceitáveis”. Apesar de serem constituídos socio-historicamente, esses discursos e práticas podem ser fraturados, refutados e resistidos por constituições identitárias e discursivas contra-hegemônicas, que desnaturalizam e desconstroem essas relações de poder (ANZALDÚA, 2005; HOOKS, 2019; SOUSA SANTOS, 2010), possibilitando outras experiências sociais que marcam processos de emancipação e transformação social (FAIRCLOUGH, 2003).

Portanto, as atividades propostas no curso de extensão que possibilitavam as narrativas de vida eram propostas, também, em consonância com os objetivos do **Programa Mulheres Mil**, o qual se define como um Programa que almeja fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio da educação profissional, da elevação educacional, de acordo com as necessidades de cada comunidade, e do acesso ao trabalho (BRASIL, 2011). Para isso, sugere trabalhar com uma equipe multidisciplinar, profissionais como psicólogos/as, assistente social, médicos/as e odontólogos/as, empreendedores/as, bem como vários profissionais da escola nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Uma das frentes usadas nos cursos são atividades que abordem direitos da mulher, violência doméstica, cuidados

com meio ambiente, novas tecnologias, empoderamento e emancipação da mulher, autoestima e mapa de vida.<sup>9</sup>

O mapa de vida é uma ferramenta pedagógica usada pelo **Programa Mulheres Mil**, que objetiva dar oportunidade para que as participantes protagonizem suas histórias de vida, estabelecendo um marco cronológico desde a infância, abordando os acontecimentos mais marcantes da vida, projetando sonhos, desejos e aspirações para o futuro. Esse recurso oportuniza às mulheres o estabelecimento de um elo entre o que já foi dito, ouvido, assistido, lido, cantado, debatido e escrito, até aquele momento no curso, na vida delas, tecendo o passado, presente e futuro em elos de encontros e desencontros, processos de ressignificação e cura.

Assim, elas buscam formas de reviver o próprio passado, propondo, a elas mesmas, formas diversas de expressá-lo, interpretá-lo e, se possível/confortável, externá-lo para as outras participantes. Entre as diferentes formas aparecem os modos escritos, orais, gravuras, desenhos manuais, histórias ou outra forma de existir e mostrar a subjetividade delas. É uma atividade de (re)elaboração de si, é uma (re)construção particular e, ao mesmo tempo, coletiva, de uma rede de memórias, experiências e relatos muito significativos. Em um espaço de tamanha heterogeneidade, apareceram relatos positivos, negativos, sofridos, felizes, de modo que todas as práticas foram chocantes, despertando alegria, sofrimento, saudade, enfim, trazendo recordações que significaram ou ainda representam algo na constituição de cada uma delas. Para o início da atividade foi necessário que eu, enquanto mediadora, proporcionasse um ambiente de conforto, acolhimento, confiança e segurança nas relações interpessoais para que elas se sentissem mais tranquilas para construir os mapas de vida.

Assistimos a um mapa de vida de edições passadas, fizemos comentários e reflexões sobre o relato assistido e, em seguida, fizemos alguns direcionamentos; abrimos espaço, então, com um som ambiente, para que uma delas iniciasse os relatos organizados pelas próprias escolhas. Se depois de um tempo não houvesse inscrição, eu apresentaria o meu mapa de vida e, na sequência, elas fariam os delas. É necessário que alguém inicie o compartilhamento de experiências e, a partir disso, as emoções vão fluindo e as participantes aderem ao jogo da percepção de si, do outro, do distanciamento e da releitura dos fatos, visto que esse instrumento

---

<sup>9</sup> “O mapa de vida é uma ferramenta no processo de construção do Programa Mulheres Mil e objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas. O método potencializa o sujeito como autor/a da história da sua vida, de seu grupo, da instituição ou comunidade, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por seus/suas protagonistas. A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas” (BRASIL, 2011).

se mostra capaz de despertar empatia, vínculos, e estimular a recontagem da nossa própria história pela intersubjetividade. Nesse dia houve muito choro, gargalhadas, brincadeiras, lamentações, libertação, desapego, relatos de violência em diferentes formas, permitindo a reflexão sobre a maneira como as histórias de cada uma são individuais e coletivas, porque, afinal, fazem parte de contextos socioculturais, históricos, políticos e econômicos comuns.

A partir desse encontro, tivemos várias atividades voltadas para a busca de acolhimento, com uma escuta sensível (FREIRE, 2012), sem julgamentos, sem medir e nem comparar, na tentativa de compreender a existencialidade interna e mediar modos de libertação, esclarecimentos, emancipação, resistência e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Isso para proporcionar a elas acolhimento, bem como desenvolver mais o amor-próprio, os cuidados de si, a autoestima, o conhecimento intrínseco, o empoderamento diante dos problemas e a coragem em seguir e fortalecer ainda mais as ações de embate às imposições das estruturas sociais relatadas por elas naquela ocasião. São essas as características gerais da prática particular, expressas, aqui, por mulheres em vulnerabilidade social, de baixa renda, com pouca escolaridade, a maioria com mais de dois filhos e, em grande parte, vítimas/resistentes/sobreviventes de violência doméstica e familiar.

De acordo com Ferreira (2014), a vulnerabilidade social envolve a interação entre as potencialidades sociais da população e a falta ou a estrutura apresentada por parte do Estado, pelas oportunidades no mercado de trabalho e pelo território onde vivem, além da infraestrutura desses locais de saneamento, tratamento de água, esgoto, igualmente, o que lhes permite ou não o acesso a bens e consumo. Dessa forma, a vulnerabilidade social não se limita à parte financeira, mas implica também a infraestrutura do local de habitação, a renda, o trabalho, o bem-estar social, o capital humano individual e coletivo do grupo familiar. Esses são os determinantes para os indicadores de vulnerabilidade social.

As conversas em sala, o apoio das psicólogas, os debates, as rodas de conversa e as palestras, tudo mexia muito comigo, me fazia refletir demais sobre a vida e a situação social delas, um movimento de *sentirpensar* (TORRE, 2001; MORAES e TORRE, 2002; RECHETNICOU, 2021). Segundo La Torre (2001), *sentirpensar* é fundir e integrar dois processos essenciais ao nosso movimento existencial: o sentir e o pensar. Todavia, essa mesclagem obviamente, está para além disso, propondo-nos a sermos atoras/es sociais de interatividade e projeções, sendo assim, ativas/os, resilientes, persistentes em busca de diálogos constantes em nossos campos de ação. Nesse sentido, observar o ser humano em sua inteireza, como no caso das colaboradoras, pensar e sentir a situação delas na coletividade, mas também, nas especificidades, como por exemplo, a quantidade de filhos, as condições de renda, o

(des)emprego, enfim, a realidade social que lutávamos contra, como sempre fiz na minha vida pessoal. Eu sempre me perguntava: e depois do curso? Os debates sobre a desigualdade de gênero, sobre a violência contra a mulher, os direitos humanos, os cuidados de si... Teriam elas mais oportunidades no mercado de trabalho? Até que ponto esse Programa se mostrava efetivo? Quais transformações sociais acontecem na vida delas depois? Como se constituíam discursivamente as identidades dessas mulheres a partir das experiências/vivências umas com as outras? As identificações e representações acerca do curso, dos direitos e lugares sociais por elas assumidas seriam alterados? E assim sucessivamente.

Esses questionamentos sempre me incomodaram, a preocupação com o Outro, o respeito às diferenças, ao espaço/tempo de cada pessoa e com o social. Como docente em posição engajada e comprometida com uma educação crítica, que nutre e movimenta em mim práticas de autocrítica na direção de não esmorecer, mas sim de agir criticamente às diversas formas de opressão, a preocupação com as egressas se dava em mim tanto pessoal quanto profissionalmente. Assim, a partir do discurso das egressas poderia acionar as representações e identificações delas sobre o curso e sobre as mudanças causadas por ele na vida delas. Agora, neste estudo, tenho a oportunidade de pesquisar sobre essas e outras indagações que surgem a cada passo do trabalho.

Portanto, decidi pesquisar todos os *Campi* do IF Goiano que ofertaram cursos dentro do **Programa Mulheres Mil** em 2017, a saber: Ceres, Iporá, Hidrolândia, Urutaí, Rio Verde e Posse, com o intuito de ouvir as egressas, saber, de fato, o que acontece com elas após o curso. Busco analisar as mudanças identificacionais e representacionais sobre elas em arranjos sociais emancipatórios, educacionais e financeiros do **Programa Mulheres Mil**, ocasionadas na vida dessas egressas. Para tanto, preciso apresentar uma parte técnica, mas necessária, de modo a ampliar a visibilidade em relação aos modos de condução do trabalho e direcionar os procedimentos padrões advindos do projeto de tese, das inquietações mencionadas, que deram início, de fato, a esta pesquisa.

Com isso em mente, ao refletir acerca desse Programa e sobre os cursos por ele ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), no ano de 2017, surgiu a **problemática**: como o **Programa Mulheres Mil** mostra sua materialidade na redução das desigualdades de gênero ao abordar questões de gênero, raça, nível de escolaridade e classe social nas práticas sociais cotidianas das mulheres atendidas? Tais práticas sociais e discursivas constituem e interferem no sistema estruturante de uma sociedade, bem como nos modos de ser e de representar das pessoas. O Programa é realmente uma porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho? Considerando a interconexão entre sujeito, discurso e sociedade, os

cursos ofertados podem ser vistos numa ação coletiva, que pode alterar a relação do sujeito com/no mundo, movendo as estruturas sociais, mas como o Programa efetivamente pode modificar a vida das egressas no aspecto discursivo, subjetivo e social? Por isso, tornou-se imprescindível ouvir as mulheres a respeito dos seus lugares de fala, por entender a importância do discurso não apenas como modo de manutenção, mas também de mudança social. Nesta pesquisa buscamos, portanto, compreender e analisar como esse Programa age nas práticas e nos cuidados de si, no social, e como contribui para reduzir as desigualdades de gênero, especialmente no que se refere aos casos de violência doméstica e familiar.

Vale ressaltar que a desigualdade entre os gêneros sempre vai existir, devido às inúmeras possibilidades de identidades de gênero no interior de cada gênero social, como, por exemplo, os diversos modos de ser, de representar e de performatizar feminilidades e masculinidades. Assim sendo, falo em reduzir as desigualdades de gênero no sentido de respeitar as diferenças entre e intragênero para, assim, promover igualdade com base nas palavras de Sousa Santos, garantindo o “direito de ser igual sempre que a diferença nos inferioriza” e o “direito a ser diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 313-314). Para tanto, viso analisar de que modo o Programa, de fato, efetiva a (re)inserção das mulheres no mercado de trabalho, a elevação dos níveis de escolaridade e, sobretudo, se colabora nas questões de empoderamento das egressas, operando nos discursos e nas práticas.

A partir disso, este trabalho se propõe a buscar respostas para as seguintes **perguntas de pesquisa**:

- 1) Como se constitui discursivamente o histórico de vida das egressas atendidas pelo Programa Mulheres Mil no IF Goiano no ano de 2017, tendo em vista os saberes/vivências, modos de inter(ação), representação e identificação.
- 2) Como as práticas discursivas e identitárias das egressas, reveladas no histórico de vida, apontam implicações de resistência, empoderamento, conscientização e acesso às Leis e aos direitos contra a violência doméstica e familiar a partir da realização dos cursos no Programa Mulheres Mil?
- 3) Como as egressas sinalizam discursivamente as contribuições e as vivências do **Programa Mulheres Mil** para a redução da desigualdade de gênero e a (re)inserção das egressas no mundo do trabalho, como indicam os eixos norteadores do Programa?
- 4) É possível considerar relações de (re)configuração identitária no que se refere ao enfrentamento das opressões, aos cuidados de si e do Outro?

A partir dessas inquietações, é pertinente recorrer ao aporte científico dos estudos de linguagem que mais se relacionam com as áreas voltadas às pesquisas de crítica social para analisá-las. Assim, as bases teóricas que sustentam esta pesquisa são a Análise de Discurso Crítica (ADC) e os Estudos Críticos do Discurso (ECD), respaldados por Fairclough (2000, [1992] 2016, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), Wodak (2003), Wodak e Meyer (2001), Van Dijk (2004) e demais autores citados ao longo do trabalho. A ADC é uma abordagem de cunho teórico e metodológico para a descrição, a interpretação e a explicação das interações e práticas sociais, sistemas culturais de (re)produção, (re)significação e contestação dos discursos, permeadas por poderes que se manifestam linguisticamente na sociedade (FAIRCLOUGH, 2003). Como o **Programa Mulheres Mil** é ofertado pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, instituições de ensino, pesquisa e extensão, faço algumas incursões nos Estudos de Educação Crítica (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013, 2019) quando temas em comum se tocam teoricamente.

Aciono também, em função da natureza da pesquisa, diálogos teóricos entre vozes relacionadas à Análise de Discurso Crítica Feminista (ADC Feminista), advindos de Lazar (2005) e Conceição (2009), bem como relacionadas às vozes contra-hegemônicas e periféricas do feminismo negro e decolonial, para abordar as questões de gênero social e outras interseccionalidades (ADICHIE, 2017; AKOTIRENE, 2019; ANZALDÚA, 2005; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2002; HOOKS 2019, 2013; LUGONES, 2007, 2014, 2020) para marcar o posicionamento acerca de pesquisas críticas, que envolvem especificamente mulheres em suas diversidades, vozes outras, aqui em particular, de mulheres negras e vulneráveis socialmente. Desse modo, apoio-me nos Estudos Decoloniais (GROSFOGUEL, 2008, 2011, 2014; LUGONES, 2014, 2020; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2002, 2005; SOUSA SANTOS, 2010; WALSH, 2007, 2013) para compreender os efeitos causais da *modernidade/colonialidade*<sup>10</sup> – a colonialidade do poder, saber, ser e a colonialidade do gênero –, bem como para descolonizar, desmistificar e desnaturalizar esses discursos em conjecturas globais e locais sobre capitalismo e as diversas colonialidades hegemônicas e opressoras.

---

Os termos modernidade/colonialidade, bem como decolonialidade, se referem a produções teóricas e críticas de alguns intelectuais que fazem parte da Rede Latino-Americana Modernidade/Colonialidade de pensamento crítico latino-americano, que, a partir do fim do século XX, passou a questionar o lugar da América Latina na formação do sistema mundo, moderno/colonial, e fazer a defesa de um giro decolonial (GROSFOGUEL, 2008; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2005).

Assim, de maneira bem introdutória, o gênero social é compreendido, nas ciências sociais e humanas, como uma construção cultural, social e histórica, ou seja, ser homem, mulher ou outras formas de ser, representar ou performatizar feminino e masculino significa ser um produto da realidade sócio-histórica-cultural, e não somente um aspecto biológico (MAGALHÃES, 2006; SCOTT, 1995). No entanto, historicamente se convencionou entender e distinguir apenas em relações binárias e dicotômicas universais o masculino (homem) e o feminino (mulher), sem ponderar as várias possibilidades de ser feminino e masculino, desconsiderando as diferenças entre os gêneros e no interior de cada gênero. Esses motes levam-me, certamente, aos estudos sobre identidades de gênero e outros atravessamentos. Para isso, além das autoras mencionadas, acrescentamos os achados de Butler (2018), Biroli (2018), Louro (2017), Ribeiro (2019), Poynton (1989) e Magalhães (1995, 2006).

Também me baseio nos estudos de Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2001, 2005, 2007), Silva (2000, 2010), Castells, (2018), Dubar (2005), entre outros autores, visto que o trabalho trata de questões de identidades. Outro conceito acionado é o de ideologia, pautado nos estudos de Althusser (1974, 1980), Žižek (1996), Gee (1990), Gramsci (1971, 1979), Van Dijk (1998, 2015), Thompson (2011) e Eagleton (1997), para analisar as ideologias estabelecidas e atribuídas socialmente a homens e mulheres, na vida social e no mercado de trabalho. Ancoro-me igualmente em Saffioti (1995, 2001, 2004, 2015), Rocha (1996), Segato (2018b) e Brasil (2006, 2011, 2015) acerca de patriarcado e violência, mais especificamente violência de gênero e violência doméstica e familiar.

A partir do exposto, portanto, a pesquisa trata das discussões acerca das identidades de gênero, em especial das mulheres, em suas diversidades, visto que o **Programa Mulheres Mil** é voltado integralmente para atender a esse público em suas particularidades. O Programa tem como foco fomentar a equidade de gênero, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a elevação dos níveis de escolaridade. Com isso, para atender à complexidade do tema, que trata de diversas questões – como gênero, raça, classe, inserção no mercado de trabalho e renda, violência doméstica e familiar –, os estudos sobre hegemonia, identidades, poder e ideologia são imprescindíveis para dar sustentação às análises que serão ancoradas na ADC.

### **Agenda de pesquisa**

O trabalho em questão tem como agenda de pesquisa o **Programa Mulheres Mil**. O público-alvo do Programa são especificamente as mulheres, em especial aquelas em situação

de vulnerabilidade social e econômica: mulheres em suas diversidades (brancas, negras, quilombolas, indígenas entre outras); com baixos níveis de escolaridade e renda, bem como vítimas de violência doméstica e familiar. De acordo com os documentos oficiais que regem o Programa, essa política pública<sup>11</sup> foi criada com o intuito de ser um instrumento transformador na vida das mulheres, especialmente nas seguintes áreas: inserção produtiva das mulheres no mercado de trabalho; elevação do nível de escolaridade; valorização da mulher; e promoção da equidade de gênero.

Assim, começo a pesquisa com a motivação de entender como esse Programa contribui, efetivamente, em termos discursivos, identitários e em práticas de resistência para a redução das desigualdades de gênero, além de ampliar a efetivação das mulheres no mercado de trabalho, como anunciado por ele. A partir desses pontos, destaco que o problema social está centrado na desigualdade de gênero, visto que, de certo modo, é perpassada por todos os outros aspectos, como desvalorização do feminino, violência familiar, acesso precário à renda, trabalho e educação, interconectados a outros fatores, sobretudo a raça. Nesse sentido, o foco, aqui, é a desigualdade de gênero e suas interseccionalidades, isto é, busca analisar se o **Programa Mulheres Mil** acarretou algumas mudanças discursivas e identitárias nas forças sociais contra-hegemônicas e econômicas na vida das egressas.

Para tanto, alguns questionamentos surgem, como, por exemplo: esse **Programa Mulheres Mil** pode ser considerado uma política pública estratégica para reduzir a desigualdade de gênero, bem como para preparação para (re)ingresso das egressas no mercado de trabalho? Como elas se autorepresentam e são representadas discursivamente por suas identidades? Surgem, então, muitas perguntas e sem dúvida, ao longo do trabalho, outras serão adicionadas. Para delimitar o *corpus*, trago, como recorte para o estudo, os cursos ofertados no âmbito do IF Goiano em 2017 e o acompanhamento de suas egressas.

## Justificativa

---

<sup>11</sup> É interessante registrar, desde o início da tese, que os documentos públicos, os programas, as leis, as organizações como ONU, ONU Mulheres, UNFPA, Direitos naturais e demais que aparecem ao longo do texto são também construções “no terreno da identificação de Estado e de Governo que é, precisamente, uma representação da forma corporativa-econômica, isto é, das tensões entre a sociedade civil e a sociedade política” (GRAMSCI, 1979), cultural, capitalista e histórica, ou seja, representam poderes hegemônicos, tensões, lutas e poderes contra-hegemônicos. Para tanto, são documentos criados primeiramente por homens brancos, heterossexuais, sexistas, machistas, permeados de subjetividades, crenças, preconceitos, valores coloniais e luta pela hegemonia, igualmente, alguns refletem mudanças trazidas pelas/das reivindicações e resistências contra as coerções e opressões, isto é, dos movimentos sociais contra-hegemônicos. Com isso, os documentos públicos e as organizações não são entendidos, aqui, como a tábua de salvação, e sim como processos a serem (re)visitados constantemente por movimentos de (des)construção, eliminação, substituição e ressignificação em aberto, assim como a vida.

É importante mencionar que a motivação em pesquisar o Programa se deu, também, pelos relatos das mulheres de Nova Vista de Goiás, proferidos ainda durante o curso de *Artesanato à mão*. Durante a realização da atividade denominada mapa de vida, visando promover um ambiente propício para que as mulheres falassem sobre as suas histórias de vida, as egressas revelaram suas próprias trajetórias. Nessas biografias protagonizadas por elas, apareceram vários casos de violência doméstica e familiar que evidenciavam a desigualdade de gênero. Desse modo, esperava-se que apresentassem características e registros de situações marcantes ao longo da vida. Essa atividade estimula as pessoas a organizarem sua própria vida cronologicamente, de forma a narrar sua trajetória pessoal, profissional e escolar de modo global. Ou seja, a própria protagonista escolhe quais dados e pessoas de sua vida serão registrados nesse percurso. As mulheres relataram diversas agressões sofridas por elas no ambiente familiar, entendido como grupo plural, complexo e diverso, não apenas como a família de modo tradicional e patriarcal. A partir daí, vários questionamentos foram feitos para entender se o Programa, de fato, contribuiu para as transformações na vida dessas mulheres.

Como esse Programa é ofertado em todo o IF Goiano, penso na realidade das egressas de outros *Campi*: como é a realidade delas no tocante às questões de gênero, classe, raça, trabalho, violência de gênero e violência doméstica? Há uma recorrência nos casos de desigualdade de gênero? Esses relatos e questionamentos foram possíveis porque o **Programa Mulheres Mil** se apresenta como um programa de políticas públicas destinadas exclusivamente às mulheres.

Trata-se de uma realidade que precisa ser investigada: observar o Programa em seus processos e desdobramentos na sociedade. É importante analisar quais aspectos dessa política pública precisam ser (re)pensados, fortalecidos, (re)significados, inseridos ou substituídos. Faço esse percurso para analisar como está o trato das questões relacionadas às questões de gênero, que envolvem: poder, identidades, violência doméstica e familiar, direitos da mulher, entre vários outros, que perpassam de forma direta ou indireta a vida das egressas. Alio-me, neste percurso, a uma das metas do **Programa Mulheres Mil**, que é fomentar a equidade de gênero, desmistificando os discursos conservadores, violentos, patriarcais e misóginos. E todos esses aspectos mencionados atravessam essas práticas.

Tendo em vista o já mencionado, objetivo discutir as possíveis mudanças identitárias e discursivas engendradas pelo **Programa** na vida das egressas para chegar, assim, a conclusões transitórias e reflexivas em relação à oferta dos cursos no ano de 2017 pelo IF Goiano. Esses indicadores são de suma importância, tanto para a Instituição ofertante – na busca de produção

de conhecimentos emancipatórios e de significados – quanto para a sociedade em geral – pela urgência de estabelecermos diálogos contra-hegemônicos, periféricos plurais e menos opressores. Além disso, os recursos utilizados são provenientes dos cofres públicos, ou seja, é necessária uma prestação de contas social dos modos de produção do saber em prol de práticas antidiscriminatórias, devido ao momento histórico em que vivemos, principalmente pelas questões de gênero social, raça e classe. Assim, busco empreender uma escuta ativa e acolhedora do discurso das egressas. Desse modo, executei uma escuta integral e sem julgamentos de certo ou errado, mas ao contrário, compreendo o valor da história de cada uma delas e procuro trazer os discursos que realçam mudanças de postura e estilos diante das situações de opressão.

Com isso, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do **Programa Mulheres Mil**.

Os **objetivos específicos** apoiam-se nos objetivos do Programa e nas perguntas de pesquisa, sendo eles:

- a) analisar representações discursivas relacionadas às questões de gênero social, entrecruzamento de discursos e interseccionalidade;
- b) analisar as representações de vivências com a violência na constituição identitária das egressas do **Programa Mulheres Mil**, com vistas a compreender como essas práticas são negociadas, interpretadas e quais foram as estratégias de combate à violência doméstica e familiar discutidas durante o curso, como sugerem os eixos norteadores do **Programa Mulheres Mil**;
- c) verificar de que modo o acesso às leis e aos direitos da mulher, discutidos nos cursos, influenciaram nas práticas de combate à violência sofrida pelas mulheres;
- d) verificar os efeitos do **Programa Mulheres Mil** na vida das egressas no tocante ao mercado de trabalho e seus desdobramentos discursivos;

A seguir, apresento como a tese está organizada. Evidencio, assim, a participação das agentes sociais, os eventos discursivos, as práticas sociais, os métodos, as teorias e os objetos que formaram o percurso desenvolvido no estudo. É relevante ter em mente que, em uma pesquisa qualitativa, delinear o roteiro a partir de um projeto é apenas estabelecer uma previsão, pois não é algo imutável e rígido, porque mudanças são possíveis, e muitas vezes necessárias, no decorrer da pesquisa, assim como acontece nos movimentos inerentes à própria vida.

Respaldo para isso tenho na própria teoria que serve de referencial para estas análises: a Análise de Discurso Crítica.

### **Organização da tese**

Além destas seções iniciais, a tese está dividida em quatro capítulos. No **primeiro** deles, apresento a conjuntura de realização da pesquisa, tendo em vista que se trata de uma pesquisa de cunho social e com aporte teórico, metodológico e analítico na ADC. Por isso, seguindo as orientações da ADC, especialmente as propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Fairclough ([1992] 2016; 2003), o contexto, ou a conjuntura, é uma das partes necessárias ao bom andamento da pesquisa.

Para tanto, este capítulo, destinado à conjuntura, contempla os princípios do **Programa Mulheres Mil** e sua efetivação, o seu surgimento e objetivos, bem como algumas pesquisas anteriores acerca dessa política pública. Ainda sobre a conjuntura, falo do surgimento da rede federal de ensino, onde o programa é implementado, em especial os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conduzindo a discussão até o IF Goiano – *lócus* de geração de dados para esta pesquisa, a prática particular. Com isso, faço concisas explicações acerca de cada *Campus* ofertante, na busca de tecer um cenário sobre as cidades em que as colaboradoras estão inseridas. E como o tema da violência chegou até mim através das atividades dos mapas de vida e posteriormente, reforçado durante as entrevistas, sigo nessa direção aprofundando as discussões. Logo, dedico-me a explicar as diversas formas de violência doméstica e familiar, pela perspectiva da *Lei Maria da Penha*, passando pelas formas de punição aos agressores e as medidas protetivas destinadas às vítimas, para ampliar a ótica sobre a conjuntura global e local numa visão sociológica, histórica e cultural em torno do problema social, isto é, da desigualdade de gênero.

No **segundo capítulo**, dedico-me às reflexões e às ponderações teóricas no campo da linguagem, especificando os caminhos discursivos seguidos – ADC, os quais possibilitam um diálogo com outras teorias/disciplinas, devido ao caráter inter e transdisciplinar, ao relacionar textos a objetos que produzem sentidos para as pessoas. É também uma relação de conjuntura local e global na constituição dos significados. Assim, a ADC não é apenas um campo teórico, mas um método de pesquisa qualitativa capaz de produzir crítica social; por isso, nesta pesquisa, a ADC é, igualmente, teoria e metodologia. Em função da especificidade do estudo, também trago para a discussão diálogos teóricos relacionados à Análise de Discurso Crítica Feminista (ADC Feminista) e ao Feminismo negro decolonial para marcar o posicionamento acerca de

pesquisas críticas decoloniais que envolvem especificamente mulheres em suas diversidades, e não um suposto universal feminino constituído por concepções brancas e eurocêtricas, de modo amplo e sem interseccioná-la a outros aspectos que as subjugam. Para tanto, faz-se necessário abordar os Estudos Decoloniais para analisar os efeitos causais da modernidade/colonialidade, como a colonialidade do poder, do saber, do ser e a colonialidade do gênero. Explano, também, sobre conceitos basilares para o trabalho, como discurso, identidades, ideologia, hegemonia, poder, empoderamento, bem como outros que corroboram com as principais contribuições teóricas.

No **terceiro capítulo**, apresento um diálogo da teoria com os aspectos metodológicos, visto que são campos que dialogam, aliando teoria e método. Nessa parte, dedico-me à apresentação da proposta metodológica de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), a qual tomo como base para a posterior elaboração das análises. Assim, busco esclarecer os procedimentos técnicos e instrumentais para realizar a triangulação dos dados – as entrevistas, os questionários e a análise documental. Apresento, ainda, as seguranças éticas para as atoras sociais envolvidas, bem como para o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade de Brasília (CEP-UnB). Igualmente, apresento o perfil geral das colaboradoras no que se refere aos dados socioeconômicos, para ampliar as possibilidades de análise e compreensão do problema social.

No **quarto capítulo**, analiso os dados gerados, a partir da aplicação de questionários e das entrevistas semiestruturadas à luz das teorias apresentadas. Assim, os procedimentos estão alicerçados nas bases teóricas e metodológicas para interpretar e apresentar as análises, cumprir os objetivos esperados e responder às perguntas de pesquisa. E é aqui, neste lugar da pesquisa, que mais forte pôde se ouvir e refletir sobre a voz das egressas, atentar para os seus discursos, suas autodeclarações e estilos e representações de si e do mundo. A partir dos dados gerados, para tratar da representação e da identificação dos/as atores/as sociais, uso as categorias<sup>12</sup> (dentro das significações acionais, representacionais e identificacionais), discutidas no Capítulo 2, para depois, desenvolver as análises. Essas categorias também se alinham aos objetivos do **Programa Mulheres Mil**. Nesta parte do trabalho, as egressas apresentam uma retomada interna, buscando compreender através das memórias os movimentos de luta, resistência e superação aos modos de opressão e violências. Busco ecoar a voz das mulheres atreladas a emoções e sentimentos, que revelam movimentos dinâmicos e significativos de transformação.

---

<sup>12</sup> Registro e problematizo meu descontentamento ao termo “categoria/s”, por entender que o nome não é o mais adequado, pelo caráter hermético, rígido, e, como ainda não nomeei um correspondente mais adequado, deixo marcado que uso o termo, mesmo desconfortável, pela ausência de um melhor.

Posteriormente, apresento algumas considerações finais, as referências e os apêndices. Devido à extensão, o *Guia Metodológico* pode ser acessado, na íntegra, pelo endereço eletrônico:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11834-Guia-metodologico-setec-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-Guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192). Passaremos ao primeiro capítulo, que trata da conjuntura de pesquisa.

## CAPÍTULO 1 – A CONJUNTURA E A PRÁTICA PARTICULAR DA PESQUISA

*“Não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991).*

Apresento, neste capítulo, a conjuntura de realização da pesquisa, pois, assim como vimos na epígrafe de Paulo Freire, é necessário conhecer a posição, a origem, atentar para a leitura de mundo e as consequências dessas ações, tanto no âmbito macro quanto no micro para, a partir disso, alçar voos, pensar, refletir, debater e propor práticas emancipatórias e transformadoras, para que se propaguem os princípios e valores de respeito e liberdade. Nesse mesmo sentido, e conforme a orientação da ADC, proposta por Chouliaraki e Fairclough, (1999) e por Fairclough ([1992] 2016, 2003), nos quais me ancoro para este trabalho, é necessário que o analista apresente a contextualização do meio social e da prática particular. A essa contextualização os autores nomeiam de *conjuntura*, como “um conjunto relativamente durável de pessoas, materiais, tecnologias e, assim sendo, práticas, eventos sociais, [...] ao redor de projetos sociais específicos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22). Para tanto, ao observar a conjuntura, na perspectiva da ADC, deve-se compreender como e por que se configuram as práticas discursivas, tendo como referência os momentos social, histórico, político, econômico e ideológico que se vivencia e que contribuem significativamente para a constituição desse contexto, dessa conjuntura. Aliado a isso, é imprescindível que eu, enquanto pesquisadora, lance mão de leituras que colaborem para o entendimento específico do estudo, do âmbito ampliado ao local, à prática particular.

Nesse sentido, apresento os princípios norteadores do **Programa Mulheres Mil**, para mostrar quais são as diretrizes que se alinham para propor ações afirmativas específicas às mulheres. Trago também outras pesquisas que se preocuparam em abordar a temática desse Programa e os seus desdobramentos.

Elucido, ainda, de forma breve, o contexto formativo das egressas – o IF Goiano, para chegar propriamente aos locais específicos de pesquisa, as seis cidades de Goiás, em que se situam os seis diferentes *Campi* do IF Goiano, onde as egressas conviveram umas com as outras durante a realização dos cursos. Depois, apresento as diversas formas de violência doméstica e familiar relatadas em seus depoimentos, as leis e as medidas assistenciais à mulher, na busca de compreender a conjuntura, o contexto sociodiscursivo pesquisado e denunciado pelas egressas durante as entrevistas, de modo que esses dados culturais, históricos e sociais colaborem para deixar as análises discursivas mais amplas e efetivas.

Passo, agora, à apresentação do **Programa Mulheres Mil**, para propor um panorama das suas principais características e objetivos. Além disso, discorro sobre as fases pelas quais o Programa passou e as políticas públicas que o amparam.

### 1.1 Programa Mulheres Mil

Qual é o intuito de abordar os dados históricos e contextuais do **Programa Mulheres Mil**, um programa de políticas públicas, em um trabalho de ADC? Várias perguntas podem ser feitas ao verificarmos o título da seção. Trago este tópico e essas abordagens históricas porque é de suma importância que eu, enquanto analista deste trabalho, apresente aos leitores quais são as características básicas do **Programa Mulheres Mil**, o qual pode ser entendido como um “guarda-chuva” para a condução dos cursos em cada instituição ofertante (as quais serão *lócus* de pesquisa). E mais, o Programa engloba políticas públicas específicas para mulheres em vulnerabilidade e risco social, por isso nos salta aos olhos.

É um Programa que se diz comprometido com as questões de desigualdade de gênero e as opressões intrínsecas advindas dessas relações, assuntos esses que me fizeram iniciar a pesquisa. A ADC estuda as questões sociais independentemente de onde estejam inseridas as necessidades dos/as atores/as envolvidos/as, assim sendo, a temática acerca da desigualdade de gênero, da constituição identitária das mulheres envolvidas nos cursos e das questões de violência doméstica e vários outros assuntos podem ser encontrados no discurso das egressas do **Programa Mulheres Mil**. Dessa maneira, é preciso conhecer, antes, as características desse Programa, que também é uma das formas de acessar o problema social, da constituição social do gênero e as desigualdades e diferenças entre os gêneros e intragêneros.

De fato, ao colocar em foco o contexto de criação e expansão do Programa, estão sendo apresentados, ao mesmo tempo, os dados históricos, culturais e contextuais que se entrecruzam nessas ações. O contexto é um aspecto constitutivo nos processos de formação humana, na formação de ideologias e identidades; ou seja, há uma ideologia que subjaz à constituição de todo ser histórico, a qual, na maioria das vezes, é contada pelos olhos do dominante, visto que constam dos dados oficiais do governo. Entretanto, isso não nos incapacita para sustentar (re)construções significativas do passado para fornecer sentido histórico formador de identidades culturais de indivíduos e sociedades, que possam destoar do prisma hegemônico.

Ademais, o trabalho crítico e engajado em ADC parte de várias questões e áreas interdisciplinares, que perpassam o cotidiano dos/as atores/as sociais, na busca de reposicioná-los/as e direcioná-los/as menos à margem e bem mais ao centro das discussões. Por isso,

conhecer mais sobre o **Programa mulheres Mil** se faz efetivo nesta pesquisa, devido ao entendimento das práticas sociais e de sua estreita relação com a realidade social. Isso porque a ADC é uma teoria com base na pesquisa social crítica, é uma teoria engajada em compreender o modo como o discurso opera ideologicamente e observar como as identidades sociais e individuais são negociadas em seus aspectos linguísticos e semióticos. O Programa identifica-se com a ADC por estarem ambos comprometidos com as mudanças sociais e a escolha pela ADC se dá por uma busca de analisar criticamente o discurso das colaboradoras, com vistas a problematizar os enunciados que irrompem em meio à linearidade histórica dos fatos e como mecanismo para lançar um olhar outro sobre o *corpus*, que questione e se distancie da naturalidade dos fatos históricos contados pelas vias hegemônicas. É uma provocação que decidimos aceitar, ou seja, não olhar com os olhos do dominador pura e simplesmente, mas provocar uma reflexão sobre os modos de ser e estar no mundo, respeitando o Outro independente do gênero social, além de não ver o Programa como “a tábua de salvação” para as mazelas sociais, e sim como o lançar de uma percepção crítica e reflexiva acerca de sua efetividade.

Para tanto, o **Programa Mulheres Mil** foi criado pela parceria entre a Associação dos Colleges Comunitários Canadenses (ACCC),<sup>13</sup> a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (Setec/MEC) e o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (Cefet-RN), de 2003 a 2005, ainda como projeto-piloto (ROSA, 2011). O curso foi desenvolvido como um projeto de extensão, tendo oferecido capacitação para camareira.

A partir daí a parceria se estendeu e outros Cefet iniciaram as ofertas, sendo eles Amapá, Ceará, Pará e Bahia. O Programa faz parte das políticas afirmativas<sup>14</sup> e se insere na linha de Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, faz parte de um conjunto de ações do governo brasileiro, na tentativa de cumprir os acordos firmados internacionalmente. Isso já me permite dizer que as equipes de governo foram estimuladas pelos órgãos internacionais a proporem algo que atendesse melhor essas demandas, e não apenas um olhar fraterno e governamental sobre as mulheres do Brasil, que há tempos passam por déficits de direitos e respeito social.

---

<sup>13</sup> São instituições canadenses voltadas para a educação profissional com a oferta de cursos técnicos, com duração de seis meses a dois anos, e bacharelados, que podem ter de três a quatro anos de duração. Disponível em: <https://www.mun.ca/educ/grants/ACCC.html> ou <https://www.collegesinstitutes.ca/what-we-do/international/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>14</sup> “[...] como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego.” (BELLINTANI, 2006, p. 8).

De acordo com os dados pesquisados no *site*<sup>15</sup> institucional do governo federal, o **Programa Mulheres Mil** foi implantado, inicialmente, em 13 estados das regiões Norte e Nordeste do País, em 2011, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com o apoio do Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (Conif), em acordo com as instituições internacionais Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e a Associação dos Colleges Comunitários Canadenses (ACCC).

A execução inicial foi realizada nos Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Em seguida, o Programa foi expandido para todo o território nacional, em forma de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Desse modo, foi instituído nacionalmente, de fato, a partir do **Plano Brasil sem Miséria**, criado em 2 de junho de 2011 pelo Governo Federal, na gestão da então presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de cumprir os acordos e de minimizar a extrema pobreza da população em todo o território nacional até o final de 2014. A principal atuação do Plano se dava em três principais frentes: garantia de renda para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias atendidas; e a inclusão produtiva, para aumentar as habilidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

O **Plano Brasil sem Miséria** foi criado pelo Decreto presidencial nº 7.492,<sup>16</sup> na tentativa de integrar e articular políticas, programas e ações (BRASIL, 2011) que, juntos, superassem a situação de extrema pobreza do País. Tal Plano tem como parte integrante o **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**, no qual se encontra a iniciativa dessa política pública exclusiva para mulheres com baixos níveis de escolaridade, negras, indígenas, quilombolas, de baixa renda, isto é, em situação de vulnerabilidade social.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> *Site* do Governo Federal – O projeto piloto de Mulheres Mil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/mulheres-mil-projeto-piloto>. Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>16</sup> Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou esse plano, por meio do Decreto nº 7.492. Para mais informações, acesse o documento. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil\\_sem\\_miseria/decreto-no-7492.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/decreto-no-7492.pdf). Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>17</sup> O Atlas (2021), publicado no *site* do Ipea, afirma que “assim como as noções de ‘necessidades básicas insatisfeitas’, ‘pobreza multidimensional’ e ‘desenvolvimento humano’, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária [...] colocando em evidências as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos”. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 10 jul. 2021.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é adotado, aqui, de acordo com a definição do Ipea, o qual não reconhece que essa condição resulte da incapacidade de as pessoas usarem os ativos de que dispõem, seja porque entende que os riscos (de qualquer natureza) são desigualmente distribuídos entre os/as atores/as sociais na sociedade de mercado, tornando mais vulneráveis aqueles/as que nela se inserem com menor quantidade de ativos (materiais ou simbólicos). Corroboro que as “vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os indivíduos, que por si só, não têm meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de mudar” (IPEA, 2018, p. 16).

Do mesmo modo, o **Programa Mulheres Mil**<sup>18</sup> se define como uma política educacional e social, que traz como objetivo a inserção socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, e se assegura através da formação educacional, profissional e cidadã. A Portaria de criação nº 1.015, de 21 de julho de 2011, foi assinada pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, com as seguintes diretrizes: possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a equidade de gênero e combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, os acordos firmados no âmbito internacional, a oportunidade de garantir mais movimentação no comércio e o conhecimento da realidade exigiram que se alterasse o modo de estabelecer as relações estatais entre os diferentes gêneros, pelo menos no que se refere à força produtiva das mulheres. Ou seja, a mulher também faz parte dessa sociedade civil que consome, produz e vende, além de serem o principal suporte para o sustento de suas famílias.

A intervenção do Estado se deu, portanto, na tentativa de mudança social e de atendimento às exigências do mercado capitalista através do viés da feminilidade. As mulheres, em suas diversidades, compõem um gênero em diversos modos de ser mulher, sendo estes bastante discriminados e com sérios prejuízos no que se refere aos benefícios sociais, à equidade de direitos, às diferenças de classe, raça e gênero. No entanto, é um gênero social que traz a narrativa de incômodo, para que as pessoas de fato se incomodem e entendam que privilégios vêm sendo produzidos à custa da opressão das mulheres e de várias outras minorias sociais. Vale lembrar, ainda, que as mulheres também chefiam famílias e, sem dúvida, trazem lucro ao Estado, por isso, e com base nas relações empreendidas pelo biopoder (FOUCAULT, 2013), precisam ser munidas de acesso a bens e serviços para garantirem as oportunidades de injeção

---

<sup>17</sup> O Programa Nacional Mulheres Mil está inserido no Programa Brasil sem Miséria. Para mais informações, acesse o *site*, disponível em: <http://mds.gov.br/brasil-sem-miseria/legislacao>. Acesso em: 6 dez. 2020. O Programa Nacional Mulheres Mil também está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 jan. 2018.

de recursos nas diversas formas de arrecadação. De acordo com Sousa Santos (2010), não pode ser apenas a lógica da diferença a governar a relação entre os grupos, na medida em que existe a necessidade da equivalência e da igualdade para que o respeito à diferença e à diversidade não se transforme em exclusão. Falamos, porém, de uma “igualdade que considera e respeite as diversidades, uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades”, como nos orienta Sousa Santos (2010, p. 313).

Assim, de acordo com Foucault (2013, p. 424), isso se explica na medida em que a família é um segmento privilegiado e os governantes usam desse recurso na tentativa de obter algo, como a mobilização em massa para determinado fim; assim, “[...] quanto aos comportamentos sexuais, à demografia e ao consumo, é pela família que se deve passar. De modelo, a família torna-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população”. A ideia era a criação de modos de agir e interagir socialmente, ligados a um espaço e tempo bem específicos.

Desse modo, a implantação inicial do **Programa Mulheres Mil** se deu com a metodologia baseada nas experiências canadenses, em busca de capacitar profissionalmente as populações desfavorecidas – entre elas, aborígenes imigrantes –, adaptando-se, em seguida, à metodologia que atendesse a realidade nacional, denominada Sistema Nacional de Acessos, Permanência e Êxito (BRASIL, 2011). A parceria Internacional Brasil-Canadá se deu também pelo modo Intercâmbio de Conhecimento para a Promoção da Equidade (Pipe).

Nesse sentido, a adesão de novos Institutos Federais fez com que a oferta de cursos fosse ampliada a outras regiões do País, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, local este que será o ambiente foco da pesquisa em questão. Os cursos foram planejados e estruturados com as características próprias para atender a essas mulheres que, por vários motivos, se afastaram do ambiente educacional formativo e apresentam dificuldades para retornar aos estudos. Vários/as estudiosos/as, entre eles/as Fairclough (2003), ressaltam as dificuldades no processo de recontextualização, o qual é construído por discursos, por textos que incorporam outros e novos textos, novas práticas são associadas, no sentido de que as pessoas constituam representações que impliquem práticas outras. Desse modo, a (re)condução das mulheres ao estudo institucionalizado ou ao mercado de trabalho não é algo fácil e simples, mas sim uma ação que demanda quebra de barreiras particulares e coletivas. Dessa maneira, o Programa foca também o processo, e não apenas o resultado.

No IF Goiano, o Programa foi desenvolvido de 2011 a 2012 nos *Campi* de Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí, através da oferta de cursos na área de Alimentos, Saúde e Confeção, entre outras. Nos anos de 2013 e 2014, a oferta dos cursos foi ampliada para outros

*Campi* e aconteceu no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em várias cidades do estado de Goiás.

As atividades relativas ao Programa foram suspensas de 2015 a 2016 no IF Goiano, devido à restrição de verbas, e o retorno em maior escala só aconteceu em 2017. Nessa nova etapa, a oferta de cursos se deu em seis *Campi* do IF Goiano: Ceres, Iporá, Hidrolândia, Urutaí, Rio Verde e Posse. Com isso, o Instituto voltou a oferecer cursos de Processamento de derivados do leite, frutas e hortaliças, no Campus Ceres; Salgadeira, nos *Campi* Iporá e Urutaí; Horta caseira, no Campus Hidrolândia; Artesanato à mão, no Campus Posse; e Manicure e pedicure, no Campus Rio Verde.

As instituições ofertantes recebem um *Guia Metodológico*, o qual também está disponível no *site* do MEC,<sup>19</sup> com sugestões de como proceder com o **Programa Mulheres Mil** (BRASIL, 2011). Ao analisar o documento, percebemos que o *Guia* foi desenvolvido por docentes e servidores/as dos 13 Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que participaram dos projetos-piloto e contém informações associadas aos seguintes eixos: 1) Metodologia de acesso, permanência e êxito: sistema de acesso, aprendizagem de conceitos e plano educacional; 2) Módulo Permanência e êxito; e 3) Plano de comunicação. Nele também constam sugestões desde o ambiente para receber as alunas do Programa a mecanismos para auxiliar as egressas após o curso.

O acesso ao Programa, à Instituição, é concebido pelo *Guia metodológico* como “*instrumento de inclusão*”, pois é compreendido como um meio de “aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais [...] dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo” (BRASIL, 2011, p. 4). Segundo o *Guia*, o principal objetivo do acesso:

é viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica. Por meio da formação e elevação de escolaridade, pretende-se dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades. (BRASIL, 2011, p. 5)

Pelo trecho, observamos que o objetivo principal para o acesso ao Programa e às Instituições *prima* por promover a inclusão social e econômica das mulheres, por meio da elevação dos

---

<sup>19</sup>Guia Metodológico do Programa Nacional Mulheres Mil, disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 dez. 2020.

níveis de escolaridade e reverberando em suas famílias e comunidades. Para ter maiores condições de acesso e permanência, a entrada ao Programa acontece também pelo reconhecimento dos saberes e competências construídos/as nas comunidades das ingressantes. Dessa maneira, o acesso intenta proporcionar o diálogo e a confiança mútua entre a comunidade e as instituições ofertantes.

Assim, de acordo com o *Guia*, deve haver um espaço reservado às mulheres na escola, denominado “Escritório de Acesso”, para que nele elas se sintam acolhidas, amparadas e seguras, pertencentes ao ambiente escolar. E mais, para que lhes proporcione vontade de retornar aos estudos. Um dos objetivos desse espaço é “ofertar e disponibilizar o conjunto de informações referentes aos serviços existentes, tais como: formas de ingresso, programas e serviços educacionais, programas de assistência estudantil”. Além disso, o “Escritório de Acesso”, intenta oferecer atendimento “(médico, odontológico, alimentação, etc), apoio psicossocial, informações de suporte ao emprego e empreendedorismo, etc” (BRASIL, 2011, p. 8). Esse espaço, sem dúvida, passa por alterações de acordo com a estrutura de cada Campus ofertante. No caso dos locais de pesquisa maiores e mais antigos, como os *Campi* Urutaí, Ceres, Iporá e Rio Verde, estes dispõem de mais recursos físicos e estruturais e têm melhores condições de oferecer um ambiente ao mesmo tempo atrativo. Mas há também os locais com menos recursos e estrutura física, como os *Campi* Posse e Hidrolândia. As parcerias, nesses casos, são essenciais para minimizar a falta de espaço e de recursos. Assim, surgem mais questionamentos: seria esse quesito atendido na prática? De fato, as mulheres usufruem desse espaço? A acolhida não se dá somente pelos recursos humanos? Ao longo do trabalho, percebo que esses questionamentos vão sendo sanados e, pelo discurso das participantes desta tese, muitas questões encontram suas respostas. Todavia, o trabalho de pesquisa traz ainda várias indagações para fazer-nos refletir sobre o Programa, sobre o processo, pensar, com as mulheres, sobre a necessidade de mudanças sociais, e nem sempre as questões têm respostas, é mesmo um movimento de balançar as estruturas, favorecer a reflexão e não trazer as respostas prontas.

De acordo com o *Guia Metodológico*, o acesso à Instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos Institutos e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, além de uma oportunidade de estabelecer o diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento formativo ao conhecimento prévio. Assim sendo, durante o processo de diagnóstico dos saberes são considerados o “aprendizado formal, aprendizado não formal e aprendizado informal” (BRASIL, 2011, p. 12). As mulheres chegam até os Institutos, na maior parte das vezes, via Centros de Referência de Assistência Social (Cras), grupos comunitários, Igrejas, cooperativas, associações, projetos sociais e, nos últimos

anos, pelas mídias sociais, visto que a divulgação é feita nas comunidades e na mídia em geral. Dessa forma, o processo de seleção das candidatas pode ser feito pelas instituições parceiras, e não necessariamente pelos IFs. Logo, a criação desse ambiente também é responsabilidade de todas as instituições envolvidas, inclusive das parceiras.

Nesse sentido, a ideia é produzir um ambiente reservado e propício a trocar ideias, desabafar, sugerir, solicitar, ou seja, fazer com que se sintam partícipes da e na escola, mas isso de fato acontece? Infelizmente, pelo que percebemos na prática, ainda existe um distanciamento entre os professores, alunos e técnicos administrativos da comunidade escolar. A configuração histórica da escola, de alguma maneira, dificulta que ela realize ações que extrapolem a tradição escolar moderna. O ambiente, porém, faz com que elas tenham uma identidade física dentro da escola, a porta de entrada, isto é, um espaço dedicado a elas na Instituição, “*o lugar das Mulheres Mil*” e, quando funciona, isso realmente as identifica. Essa foi a fala de uma das colaboradoras do Campus Urutaí, “*o lugar das Mulheres Mil*”, um dos melhores em estrutura física. Segundo a egressa, ao chegar ao Campus ela se sentia como uma “estudante normal”. Contudo, o que acontece nos locais onde a estrutura não lhes oferece essa oportunidade, como nos *Campi* Posse e Hidrolândia? As mulheres não se sentiam integradas? As aulas eram ministradas fora das unidades? Havia também um espaço de acolhimento? Durante as entrevistas e nos relatos em sala, que serão apresentados no capítulo analítico, percebemos que a diferença entre os *Campi*, no que se refere à estrutura, foi superada.

O *Guia Metodológico* ainda apresenta outros mecanismos para o desenvolvimento das ações de controle da evasão, como o eixo “Permanência e êxito”, o qual, de acordo com o *Guia*, consiste em um conjunto de ações inclusivas que promovem a criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito, propiciando às alunas transporte e alimentação, material didático, suporte em forma de serviços e espaço capaz de resgatar a segurança e aumentar a chance de desempenho e êxito. Um dos objetivos desse eixo é “facilitar a permanência da população-alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência” (BRASIL, 2011, p. 26). Entre os aspectos para o controle da evasão estão os mecanismos de acompanhamento das estudantes, como uma relação mais próxima, as atividades de mapa de vida, no qual todas as alunas e a equipe multidisciplinar dialogam entre si, falando das experiências significativas durante a vida, dos sonhos, dos objetivos de ingresso no curso. A partir dessas ações, cria-se um portfólio com fotos, atividades, avaliações, experiências, símbolos, imagens que tenham significado na vida delas. A ideia é estreitar os laços de afetividade, companheirismo e afinidade entre elas. Deve-se promover momentos de socialização e de troca de saberes, espaço para relatos de vida, ajuda

psicológica, bem como momentos de formação voltados ao debate sobre assuntos diversos, como, por exemplo, direitos e deveres.

Somam-se a esses propósitos, atividades materiais, como a oferta de bolsas para incentivar a permanência das alunas no curso. No início do Programa, os editais selecionavam 100 mulheres para cada processo de formação, mas, nos últimos anos, as seleções foram para apenas 30 mulheres por cada oferta de curso. Observa-se o corte de investimentos tanto no Programa quanto na oferta de bolsas às alunas. Ainda em relação à permanência e ao êxito, conforme o *Guia Metodológico*, as Instituições devem garantir lanche às alunas no período em que estiverem no curso, igualmente, precisam dispor de um espaço reservado para suas crianças, como uma creche, um espaço de recreação.

O uniforme está entre as estratégias adotadas para a manutenção e o êxito das alunas no curso. A questão é: todos os *Campi* estão estruturados para atender a essas demandas? Na prática, há servidores suficientes para garantir o espaço de acolhida às crianças enquanto as mães estudam? Novamente se diz: a estrutura de cada Campus ofertante pode atender de modo distinto, como, por exemplo, na oferta de lanche e de espaço às crianças, no trato aos uniformes para todas e sem custos, ao transporte, entre outros aspectos que podem variar de um Campus para outro.

O *Guia* também contempla a “Certificação de competências e reconhecimento de aprendizagem previamente adquirida” como parte dos Programas interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, jovens e adultos e pessoas com deficiência, para fins de prosseguimento de estudos e exercício profissional.

As alunas desses Programas são avaliadas pelos conhecimentos acadêmicos, bem como pelas experiências de trabalho adquiridas em suas próprias comunidades ao longo da vida. Esse modo de avaliar e validar os conhecimentos prévios das alunas pode ser associado à visão de ecologia dos saberes de Sousa Santos (2010, p. 85), pois “tenho vindo a defender que não há conhecimento em geral e nem ignorância em geral. Cada forma de conhecimento conhece em relação a um certo tipo de ignorância, e vice-versa [...]”. Desse modo, uma educação transformadora admite que todos os conhecimentos são significativos e incompletos e sempre está a buscar outros, porque “cada forma de ignorância é ignorância de um certo tipo de conhecimento” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 85). Esse diagnóstico integra o portfólio com os dados das alunas para estabelecer um perfil de cada estudante. Caso, em outro momento, elas decidam retomar os estudos, esses documentos também poderão ser usados para o ingresso nos cursos de formação regular. Mas aqui se colocam mais questões: a partir desse incentivo, a mulheres retornam aos estudos? Todas as mulheres atendidas são, de fato, de níveis de

escolaridade básicos? Essas respostas foram sanadas no decorrer do trabalho e, neste momento, podemos mencionar que uma boa parte das mulheres retornaram/iniciaram os estudos e grande parte delas tinha apenas os níveis básicos.

No que se refere às competências para o trabalho adquiridas ao longo de suas experiências cotidianas, essas são analisadas com base em conhecimentos populares e acadêmicos. Se diagnosticada alguma lacuna em relação às reivindicações econômicas, mercadológicas, sanitárias ou de outra ordem, os profissionais fazem um reconhecimento das lacunas das áreas a serem fortalecidas via cursos de formação. Após o processo de formação, as alunas são certificadas pelos Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Programa Certific). Isso, porém, ocorre em outra etapa de atividades, não dentro do **Programa Mulheres Mil**. Essa é uma estratégia de acompanhamento das egressas para viabilizar o ingresso delas no mercado de trabalho, além de uma tentativa de retomada aos estudos em busca de mais qualificação.

De acordo com o *Guia Metodológico*, a preparação por parte do Campus precisa ser bem detalhada para iniciar o curso. A recomendação é fazer um levantamento das reais necessidades das alunas para proporcionar-lhes oficinas e palestras que possam sanar os seus déficits. Assim, o aspecto sociocultural e econômico é um forte indicador da realidade dessas alunas. As demandas educacionais, profissionais e sociais devem ser diagnosticadas antes mesmo do início das aulas, para auxiliá-las em necessidades pessoais, em tratamentos de saúde física, mental, emocional ou de outra natureza, como a jurídica, por exemplo. Esses critérios nos remetem aos postulados de Sousa Santos (2010, p. 445), para quem “a tarefa central da política emancipatória do nosso tempo consiste em transformar a conceptualização e a prática dos direitos humanos, de um localismo globalizado, num projeto cosmopolita insurgente”. Ao se preocupar em diagnosticar as necessidades das alunas e atender aos seus direitos básicos, o Programa se insere em uma ação que busca transformar a realidade social das mulheres, pois proporciona mudanças para além dos muros das instituições de formação. Questiona-se: as palestras e os atendimentos são mesmo direcionados? Há abertura para palestras, dinâmicas e atividades sociointerativas?

Há, sim, em vários *Campi* dos Institutos Federais, profissionais nessas áreas, assim sendo, as mulheres são atendidas na própria escola. Se o Campus não dispõe de servidores nessas áreas, a escola deve buscar parcerias que garantam tais assistências. As especialidades mais enfatizadas no *Guia Metodológico* em relação à área de saúde são oftalmologia e odontologia, ou seja, a escola deve proporcionar atendimento às cursistas nessas áreas. Essa também é uma das estratégias para garantir o bem-viver (ACOSTA, 2016) delas e evitar a

evasão. Outras áreas sugeridas pelo Guia são: saúde da mulher, direitos humanos, relações interpessoais, leis voltadas à mulher, como a Maria da Penha, inclusão digital, meio ambiente, ética e cidadania, questões relacionadas a gênero e ao empreendedorismo.

Além disso, de acordo com as diretrizes do Programa, deve-se desenvolver o Plano educacional. No documento Brasil (2011), os planos educacionais devem integrar os aspectos do ensino propedêutico, a profissionalização e o domínio das tecnologias, como também a elevação de escolaridade e o resgate da autoestima. Percebe-se que o itinerário formativo é preparado para além da formação profissional pura e simplesmente, mas também para a formação humana: abrange o fortalecimento da autoestima e o sentido de inclusão, de pertencimento. De acordo com o *Guia*, a concepção pedagógica deve-se pautar na flexibilidade, permitir o diálogo com os saberes não formais, isto é, valorizar o conhecimento prévio das alunas pela abertura ao diálogo.

O *Guia Metodológico* propõe que os/as docentes sigam uma postura engajada com a qualidade do ensino e com o bem-estar das alunas, promovendo ações do cuidado de si e do Outro, da constituição humana e social, práticas de pertencimento e de inclusão dos sujeitos em suas diversidades. Nesse sentido, recorro a hooks (2013), para quem a educação tem seu sentido transformador, em movimentos de ruptura, de um fazer e desfazer contínuos, desenvolvendo uma pedagogia orientada pela transformação e pela emancipação dos envolvidos. Segundo essa autora, é essa uma educação comprometida com os processos de libertação individual, a partir do desenvolvimento da crítica e da autocrítica, ao relacionar os saberes científicos a uma orientação que problematiza e se fundamenta no diálogo e na troca de experiências. Essa maneira de lidar com a educação de modo transformador segue Paulo Freire (2012), em um movimento de formação permanente, ou mesmo de libertação, revelando possibilidades de maximizar o potencial emancipatório das relações de ensinar e aprender, bem como propor atividades que desenvolvam a autonomia dos indivíduos. E mais, espera-se: uma pedagogia crítica e engajada por parte dos/as professores/as; que não apresentem respostas prontas e definitivas para os problemas sociais; que estejam sempre em construção e orientem os/as educandos/as a refletirem sobre sua historicidade, sobre seu papel social; que compreendam sua importância na transformação da ordem social e no desenvolvimento de relações sociais democráticas (GIROUX, 1997).

Em consonância com essa proposta, os/as profissionais que atuam no Programa devem ser preparados/as e sensibilizados/as para essas especificidades do público-alvo. É preciso se aproximar mais das alunas, conhecer suas expectativas em relação ao trabalho, aos estudos, à cultura, saber das necessidades delas. Enfim, os/as profissionais devem pensar e refletir sobre

suas práticas e abordagens, como já o fazem nos cursos regulares. O modo de ministrar e de avaliar, porém, é diferenciado, essas alunas passam por critérios e objetivos diferentes, e, em virtude disso, deve-se avaliar não só os conhecimentos aprendidos no curso, mas ponderar os costumes de suas comunidades específicas, levar em consideração as limitações em relação ao grande período longe das instituições de ensino, a vulnerabilidade social das educandas, bem como as recorrências de violência doméstica e familiar.

Os conteúdos ministrados na área de inclusão digital devem contemplar as comunidades e a articulação com o uso das redes sociais de modo geral. Assim, também são propostas parcerias com instituições públicas e privadas que ofereçam outros cursos na área digital, na tentativa de divulgar os trabalhos realizados e produtos feitos durante o curso e garantir-lhes o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, as alunas devem se atualizar nas redes sociais, nas pesquisas, seja em busca de outros cursos, concursos, vagas de emprego, seja em atividades de associativismo, cooperativismo, dentre várias previstas em rede. Essa é também mais uma estratégia de auxílio às egressas no que se refere ao acesso às informações e à entrada no mercado de trabalho.

No livro intitulado *Mulheres Mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true = Mile femmes: du revê à la réalité*, organizado por Stela Rosa, em 2011, as mulheres relatam as histórias e as condições de vida, a origem, a quantidade de filhos, o nível de escolaridade; e falam da experiência em cursar o **Mulheres Mil**. O livro apresenta relatos em primeira pessoa de 27 mulheres, entre alunas e egressas, que participaram do projeto piloto nas regiões Norte e Nordeste do País.

O livro aborda, a partir dos relatos das participantes, a importância das aulas e da convivência, na Instituição, para a formação profissional e cidadã durante o curso. Apresentam também a sugestão de implantar o Programa em outras regiões brasileiras, pois as formas de acesso à formação educacional e profissional muito contribuíram na vida dessas mulheres em diversos aspectos, desde sua inserção no mundo do trabalho, até a melhora nas relações familiares e no desempenho dos/as seus/suas filhos/as na escola, porque elas passaram a auxiliá-los/as e incentivá-los/as ainda mais nos estudos.

Outro aspecto importante apresentado na obra são as posturas de respeito e firmeza do posicionamento das mulheres diante de seus companheiros a partir das aulas. Muitas mulheres conquistaram respeito dos companheiros a partir da multiplicação dos saberes em casa, dos diálogos sobre a questão da violência e das relações interpessoais. Elas relatam que faziam o mesmo com as amigas que não puderam participar do curso, orientando-as a não aceitarem a violência doméstica, e mais: as incitavam a procurarem ajuda e a se qualificarem para garantir

o sustento e não dependerem dos companheiros. Sousa Santos (2010, p. 85) explica que “o conhecimento-emancipação consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância, chamado colonialismo, e um ponto de conhecimento, chamando solidariedade”. O novo conhecimento emancipa, move a vida delas com elas mesmas e as relações entre elas e o mundo e entre as outras pessoas.

E é esse Programa que tanto causa expectativas que venho aqui pesquisar, na tentativa de entender se os fatores previstos, tão positivos, estão de fato acontecendo na vida das egressas do IF Goiano. Ver o *Guia Metodológico* e as propostas apresentadas no Programa não significa que de fato elas acontecem na prática, pois, como os locais de pesquisa estão situados em regiões bem distintas do estado de Goiás, isso também faz com que os cursos tenham atendimentos diferenciados.

Ademais, as colaboradoras deste trabalho também têm experiências de vida diferentes daquelas apresentadas nas pesquisas anteriores. Também, em regra geral, as condições específicas de cada Campus trazem bastante disparidade entre a oferta dos cursos, isso desde os/as profissionais em cada lugar, das condições de produção dos cursos e dos/as atores/as envolvidos/as até a localização das cidades. Assim, analisa-se a diferença com base em Stuart Hall (2006), que a define como o ponto que articula a formação do sujeito e de suas identidades. O modo como os sujeitos lidam e interpretam os símbolos culturais é singular, pessoal e subjetivo e o constituem enquanto ser humano. Essa singularidade é que faz a diferença, uma vez que o significado de cultura, bem como a historicidade pessoal e coletiva das pessoas envolvidos, são lidas de múltiplas maneiras, por isso as identidades constituem-se de modo dinâmico e fluido em cada um/a. Dito de outro modo, as identidades, sejam elas éticas, religiosas, profissionais, de gênero, ou outras, se constituem através da determinação da diferença ou através dela.

Todo processo apresenta, internamente, aspectos diferentes, tais como a diversidade entre os Institutos mais antigos e mais desenvolvidos em relação aos mais novos e/ou em implantação, além das condições estruturais das cidades nas quais eles se inserem. Outro motivo a se verificar são os impactos econômicos e sociais dessa oferta de cursos em 2017, em especial no IF Goiano. Além disso, a pesquisa em questão se faz inédita, porque as colaboradoras são inéditas e o objeto de pesquisa se faz diferente a cada olhar. A experiência de vida da pesquisadora e das colaboradoras, bem como o discurso delas, também confere originalidade ao trabalho. Outro diferencial desta pesquisa é o fato de usar a ADC como método e teoria, para analisar os discursos das egressas participantes do **Programa Mulheres Mil**, de modo a

desvelar elos de opressão e seus entrecruzamentos e trazer os movimentos que refutam e contestam tais práticas.

Em consulta ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a palavra-chave “Mulheres Mil” vieram resultados de 2013 a 2017, ano em que iniciei a minha pesquisa. Em seguida, apresento, de modo sucinto, alguns estudos que versam sobre o **Programa Mulheres**, como a tese intitulada *A docência na educação de jovens e adultos: um estudo a partir do Programa Mulheres Mil no IFSul – Campus Sapiranga/RS*, de Gisele Lopes Heckler (2017). Essa tese tem como objetivo, de acordo com a autora, analisar a docência na Educação de Jovens e Adultos com base no Programa Mulheres Mil, ofertado pelo IFSul/RS – Campus Sapiranga, no segundo semestre de 2014. As mulheres, participantes do Programa estavam afastadas da escola e tinham experiências profissionais variadas. Sua fundamentação teórica tem por base, em especial, a docência na Educação de Jovens e Adultos, as contribuições da Educação Popular, da Educação Profissional e, por fim, as questões de gênero social.

Essa tese permitiu identificar que as/os docentes participantes refletem sobre sua prática. Por meio de suas compreensões sobre o ensino, as/os docentes buscam exercer uma prática atenta, em primeiro lugar, às especificidades do público do **Programa Mulheres Mil**, proporcionando as condições mais adequadas à aprendizagem, sem perder de vista as expectativas das alunas e seu contexto, buscando posturas e metodologias que atendam aos objetivos do Programa, em especial o de elevar a autoestima dessas mulheres e promover a aprendizagem e a permanência delas nos cursos.

Nesse sentido, o estudo de Heckler procura contribuir com uma proposta que auxilie na formação e a prática docente para esse público específico, que tenha em conta uma formação inicial e/ou continuada que atenda às demandas de quem deseja ou precisa ensinar na EJA e na educação de mulheres, pensada nas especificidades destes/as estudantes e nas suas reais necessidades, visando à emancipação e ao empoderamento para alcançar a transformação, necessária, da ordem social vigente para outra muito mais igualitária.

Também encontrei a tese *Práticas de letramentos: os gêneros como mediadores dos letramentos de estudantes do Programa Mulheres Mil*, de Maria Emanuele Pereira Costa (2017). A pesquisa foi realizada com uma turma do curso de Auxiliar de cozinha do **Programa Mulheres Mil**, no Campus do Instituto Federal de Goiás (IFG) de Luziânia-GO. De acordo com a autora, procurou-se desenvolver uma pesquisa-ação, cuja finalidade foi realizar atividades de leitura e produção de textos comuns à realidade sociocultural das estudantes, a fim de proporcionar-lhes a oportunidade de entrar no mundo letrado e de compreender que ler

e escrever, na atualidade, são formas de facilitar o acesso dos sujeitos às esferas de participação social.

O objetivo da pesquisa foi desenvolver, no ambiente de sala de aula, a leitura e a escrita como práticas sociais, por meio de gêneros discursivos orais e escritos que tratam, entre outras coisas, da autonomia feminina através de projetos baseados em economia solidária, buscando, com isso, inserir as estudantes em um processo de consciência e de transformação paradigmática. Os resultados obtidos demonstraram que, superando a passividade que domina a sala de aula, a leitura e a escrita fizeram parte da construção da própria identidade social das alunas do **Programa Mulheres Mil**. Logo, acredita-se que o desenvolvimento do trabalho equilibrou a educação com sua função social e, de alguma forma, pôde minimizar e superar as condições que mantêm os sujeitos assujeitados em determinadas condições sociais.

Ainda na temática de **Mulheres Mil**, encontrei a tese *O Estado e a cidadania feminina: vozes das Mulheres Mil*, por André Pizetta Altoé (2017). A tese, de acordo com o autor, propôs discutir a cidadania feminina tendo como referência o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, a partir de sua implementação no Instituto Federal Fluminense (IFF), Campus Campos-Guarus, situado em Campos dos Goytacazes, cidade localizada no norte do estado do Rio de Janeiro. O trabalho buscou verificar, através de entrevistas individuais, se, a partir da formação profissional, ocorreram mudanças nos tradicionais padrões de gênero, nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do Programa.

Para o autor, as conclusões demonstram que as responsabilidades para com as tarefas de homens e mulheres, principalmente no que tange às atribuições domésticas, são um fator que contribui decisivamente para obstar a conquista das mulheres à cidadania. Por mais que se avance em direitos civis, sociais e políticos, o nó de uma cidadania de segunda categoria só será desfeito quando homens e mulheres conseguirem partilhar de forma equânime a responsabilidade pelas tarefas domésticas, e essa equidade não aconteceu. Para ele, só a partir da divisão justa é que poderão ocupar, em condições de igualdade, a esfera pública como verdadeiros cidadãos.

Com uma temática bastante particular, apareceu, nas consultas aos bancos de dados, a dissertação de mestrado intitulada *A violência obstétrica na perspectiva das egressas do Programa Mulheres Mil, Mulheres do Vale em Minas Gerais*, de Uendel Gonçalves de Almeida (2016). De acordo com o autor, o trabalho teve como objetivo avaliar a existência de violência obstétrica entre mulheres atendidas pelo **Programa Mulheres Mil**, no município de Almenara, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. A pesquisa buscou apresentar os melhores, ou menos

arriscados, caminhos para o parto, por meio de entrevistas realizadas com vinte gestantes, que contaram como se sentiram e foram tratadas pelo serviço de saúde, especificamente da enfermagem obstétrica; e, também, por meio de revisão bibliográfica, ao utilizar autores que estudaram a temática defendida. O estudo é transversal, com técnicas quantitativas e qualitativas. Almeida (2016) constatou, após a interpretação dos dados, a falta de informações prestadas às mulheres grávidas. Também foi possível verificar que a cesariana vem sendo usada como uma prática de programação da mãe, sem levar em conta a necessidade, ou mesmo o que seria melhor para a criança. Muitas mulheres têm optado por esse tipo de parto sem que os postos de saúde ou hospitais lhes mostrem os riscos provenientes dessa prática; além de não saberem as informações básicas acerca da obstetrícia humanizada, essas mulheres desconheciam seus direitos sobre o assunto. Dessa forma, de acordo com o autor, o acesso à informação contribui para o empoderamento das mulheres, que podem ser vítimas do medo de denunciar quem praticou a violência.

Para fins de organização da tese não foi possível, e tampouco necessário, listar todos os estudos de mestrado e doutorado que se debruçaram acerca do **Programa Mulheres Mil** porque o tema se abre a várias perspectivas. Vale ressaltar que é um Programa vigente na maioria dos Institutos Federais do País e com baixo número de evasão. Apresentamos quatro pesquisas anteriores para comprovar que a temática incomodou e ainda preocupa vários/as estudiosos/as, porém, vale também ressaltar que nenhuma pesquisa foi encontrada em relação às egressas do IF Goiano, nem acerca dos cursos ofertados em 2017, para as colaboradoras desta pesquisa, o que, mais uma vez, justifica este trabalho.

Em seguida, descrevo, de maneira sucinta, os locais de formação das egressas, ou seja, os *Campi* e as cidades em que elas residem, visto que o contexto participa ativamente na constituição dos sentidos dos discursos. Desse modo, é preciso conhecer também esses lugares, visto que os *Campi* são os *locus* (são seis (6) *Campi* do IF Goiano) da pesquisa.

## **1.2 Locais de formação e a situação das egressas: a prática particular**

Nesta seção, integrando a conjuntura, apresento de modo breve, os locais de realização particular da pesquisa e, posteriormente, as condições de vida das egressas. Imaginemos um grande “guarda-chuva”, no qual temos os Institutos e, neles, a oferta dos cursos, e, nesses, a oferta do **Mulheres Mil**. É interessante fazer a articulação entre os indivíduos e a sociedade dentro de um contexto histórico, porque as egressas trazem consigo marcas dessa formação e desses lugares. Para Hanks (2008), entender o contexto histórico, ideológico e social é

compreender que o momento histórico faz com que novos discursos e práticas sejam executadas.

As colaboradoras desta pesquisa são egressas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, fruto do reordenamento e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As colaboradoras são de diferentes *Campi* dessa instituição, que, em 2019, era composta pelo Campus Avançado Catalão, Campus Avançado Hidrolândia, Campus Avançado Ipameri, Campus Campos Belos, Campus Cristalina, Campus Iporá, Campus Posse, Campus Trindade e o Polo de Inovação em Rio Verde, além da Reitoria em Goiânia, na capital do estado de Goiás. Destes, seis locais fazem parte desta investigação, pois as mulheres pesquisadas são egressas dos seguintes cursos e respectivos *Campi*: Processamento de derivados do leite, frutas e hortaliças, do Campus Ceres; Salgadeira, dos *Campi* Iporá e Urutaí; Horta caseira, do Campus Avançado de Hidrolândia; Artesanato à mão, do Campus Posse; e Manicure e pedicure, do Campus Rio Verde.

Van Dijk (1997) apresenta, inicialmente, como traços contextuais relevantes às características que definem os/as atores/as sociais, a posição social, a etnicidade e a profissão. Dessa maneira, creio ser interessante apresentar onde estão situadas territorialmente essas egressas, visto que as condições estruturais, sejam do campo, sejam da cidade, influenciam na constituição de experiências e identidades dos/as atores/as sociais. Esses são dados da prática particular aqui estudada. Logo, a estrutura dos *Campi* e das cidades nas quais essas pessoas estão inseridas é relevante para, de fato, entender a conjuntura.

Cada Campus localiza-se em uma cidade do estado de Goiás, como consta nos dados do último censo, de 2010,<sup>20</sup> disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse modo, apresento, resumidamente, as principais características dessas cidades, listadas em ordem alfabética.

A cidade de Ceres, região central de Goiás, localizada a 180 km da capital goiana, tem 22.022 habitantes com idade entre zero e 99 anos. Destes números, 10.578 são mulheres, num total de 6.187 pessoas ocupadas na região. A média de salário é de 2,2 salários-mínimos ao

---

<sup>20</sup> O último Censo deveria ter sido realizado em 2020, porém, “em função das orientações do Ministério da Saúde relacionadas ao quadro de emergência de saúde pública causado pelo COVID-19, o IBGE decidiu adiar a realização do Censo Demográfico para 2021”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html>. Acesso em: 12 set. 2020. Todavia, devido ao baixo orçamento de 2021, o censo foi novamente adiado para 2022, “o projeto descreverá as demandas de recursos a serem repassados ao Instituto ainda este ano, para que o Censo ocorra no ano que vem – por enquanto, sem data definida. A prioridade, agora, é fechar a proposta, já que há necessidade urgente de recomposição do orçamento para conclusão de etapas preparatórias essenciais ao longo de 2021”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=30747>. Acesso em: 10 jun. 2021.

mês. O município de Iporá, no oeste do estado, tem uma população de 31.274. A média de salário mensal dos/as trabalhadores/as formais é de 2,3 salários-mínimos. A cidade fica a 220 km de Goiânia e a faixa etária da população é de zero a 95 anos.

Outra cidade que tem Campus do IF Goiano e que também ofereceu cursos em 2017 foi Hidrolândia, na região central do estado, localizada a 43 km da capital Goiânia, com uma população de 17.398 habitantes, dos quais 8.456 são mulheres. É um município com uma média de renda mensal de 2,2 salários-mínimos para os/as trabalhadores/as formais. Já a cidade de Rio Verde, localizada na região sudoeste de Goiás, tem uma população de 176.424 habitantes, sendo 86.394 mulheres residentes na região. A cidade situa-se a 220 km de Goiânia, com média salarial dos/as trabalhadores/as formais de 2,6 salários por mês.

A cidade de Posse localiza-se na região do nordeste goiano, aproximadamente a 530 km de Goiânia e a 295 km da capital federal, Brasília. A população é de 31.419 habitantes, com 15.494 mulheres. A média de salário mensal para trabalhadores/as formais é de 1,9 salários por mês. Urutaí, cidade ao sudeste do Estado de Goiás, dista aproximadamente 170 km de Goiânia. O município tem 3.074 habitantes, sendo 1.562 mulheres. A média de salário mensal por trabalhadores/as formais é de 5,1 salários-mínimos.

Em cada um desses municípios apresentados aconteceu um dos cursos oferecidos pelo IF Goiano dentro do **Programa Mulheres Mil**. Assim, é neles que se encontram as egressas colaboradoras da pesquisa, mulheres de baixa renda, em condições de vulnerabilidade social e que relatam casos de discriminação, violência de gênero e violência doméstica e familiar. Os relatos de violência apareceram de imediato nos relatos das alunas, no curso de Artesanato à mão, no Campus Posse. Nessa época, eu, enquanto coordenadora, já me questionava se nos demais *Campi* essa realidade se repetia. Agora, com esta pesquisa, tenho a oportunidade de verificar se as histórias de vida de todas são parecidas nesse aspecto. Pelo modelo e objetivos do Programa, as mulheres vêm de lugares distantes do estado, mas apresentam traços que as aproximam, como, por exemplo, as desigualdades no que se refere à distribuição de renda, à classe, à raça, nível de escolaridade, enfim, à vulnerabilidade social e às opressões decorrentes do capitalismo, das frentes coloniais e do patriarcado (BIROLI, 2018; GROSGOUEL, 2016; LUGONES, 2014; SOUSA SANTOS 2010), as quais ramificam as opressões nas esferas políticas, econômicas, culturais, sociais, éticas, religiosas e demais áreas da vida humana.

Como é essa realidade de violência doméstica e familiar na diversidade de conjunturas, ou melhor, nos seis locais de pesquisa, de modo mais abrangente, não apenas nos relatos particulares das mulheres atendidas em cada *Campi* pesquisado, mas nas cidades em que esses *Campi* e essas mulheres estão situados? Segundo a notícia disponibilizada no *site*

www.maisgoias.com.br, publicada em 19 de outubro de 2020, por Ton Paulo, Goiás está em quarto lugar no *ranking* nacional de violência doméstica e familiar. O estado teve um aumento de mais de 3.200 casos de lesão corporal contra mulheres por violência doméstica em 2019 em comparação a 2018. Os dados mostram que os crimes contra a mulher cresceram 27,1% em Goiás no ano de 2019. Informações da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), mostram 14.693 casos registrados em 2019, contra 11.430, em 2018. Só em Goiânia, o número desse tipo de agressão teve um aumento de quase 15%: foram 3.940 casos de violência doméstica em 2018, contra 4.586 em 2019. Em 2020, o quadro não teve melhora, pelo contrário. Em se tratando de lesão corporal dolosa contra a mulher, no contexto geral, 4.826 casos foram registrados no 1º semestre de 2019, enquanto no mesmo período de 2020 foram 5.029. Esses dados referem-se ao número de inquéritos por feminicídio. Ainda de acordo com a SSP-GO, Rio Verde, uma das cidades *locus* desta pesquisa, aparece em quinto lugar na lista de feminicídios em 2018, apresentando um acréscimo de 7,7%. Assim, como se pode perceber, os dados mostram que as mulheres no estado de Goiás estão passando por vários ataques contra a vida, vítimas de feminicídio, injúrias, preconceitos e demais formas de violência. É nesse cenário que se encontram as egressas da nossa pesquisa e, infelizmente, esse contexto se repete em várias unidades federativas do País.

De acordo com o Monitor da Violência-(NEV),<sup>21</sup> bem como o Fórum (2020), os dados registrados pelas polícias civis reafirmam a realidade de violência contra as mulheres no Brasil nos últimos anos, e, principalmente, em 2020. O número de feminicídios também teve um aumento expressivo em todos os estados brasileiros e no mundo, quando comparados ao mesmo período de 2019. As informações levantadas no Brasil sobre o primeiro semestre de 2020, com subsídios dos 26 estados e Distrito Federal, mostram que 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta, e, desse total, 631 foram casos de feminicídio, ou seja, homicídio motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero. Somados aos casos de morte e feminicídio no primeiro semestre de 2020, há ainda outras formas de violências, como, por exemplo, 9.310 estupros, 13.379 estupros de vulneráveis, e 119.546 casos de lesão corporal dolosa devido à violência doméstica. O número diário chega a 664 mulheres agredidas dentro de suas casas e 126 casos de estupro. Ainda de acordo com o levantamento, 75% das mulheres mortas apenas

---

<sup>21</sup> O Monitor da Violência é uma ação que engloba a parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o *site* de notícias do grupo Globo, G1, para levantamento, estudos e publicações sobre a violência no País. Portanto, é uma página que concentra os dados e as análises feitas pelo NEV e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/?\\_ga=2.97118237.32610210.1608296436-381647700.1529265792](https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/?_ga=2.97118237.32610210.1608296436-381647700.1529265792). Acesso em: 18 dez. 2020.

no primeiro semestre de 2020 são negras e 51% das vítimas de lesão corporal também são negras. Em relação ao feminicídio, as mulheres negras representam 60% dos casos e em estupro o indicador chegou a 52%.

Essa situação foi agravada e repercutiu no mundo devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que se iniciou ao final de 2019, na China, e foi se espalhando por todos os países do mundo, chegando ao Brasil nos primeiros meses de 2020. Nesse sentido, na Argentina, Alemanha, Canadá, Espanha, França, Reino Unido e Estados Unidos, autoridades governamentais, ativistas dos direitos das mulheres e parcerias da sociedade civil denunciaram crescentes indicadores de violência doméstica durante a pandemia e o aumento da demanda por abrigos de emergência (ONU BRASIL, 2020). Uma das principais medidas contra a disseminação do novo vírus é o isolamento social, no entanto, essa medida provocou resultados ainda mais negativos na vida das mulheres que já eram vítimas de violência doméstica e para muitas que não sofriam, de fato, com essa situação, o isolamento foi um gatilho para novos casos (ONU MULHERES, 2020). O isolamento social e a quarentena aceleraram os conflitos familiares, ao obrigar as mulheres a permanecerem em convivência, “presas em casa” com os agressores por mais horas, devido aos chamados *home offices*, teletrabalhos, ou mesmo pela permanência em casa por toda a família em tempos de isolamento. Os dados iniciais mostram que a situação de pandemia tem afetado a todos/as, mas tem atingido de diferentes modos os diversos grupos de pessoas, de acordo com suas condições econômicas e sociais antes da pandemia, de modo que as consequências são mais devastadoras para alguns, como, por exemplo, para as mulheres, e, mais ainda, para negras, indígenas, quilombolas, refugiadas.

De acordo com o relatório produzido a pedido do Banco Mundial pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2020, os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março e abril daquele ano, em 12 estados do País, comparativamente ao ano de 2019. Intitulado *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*, o documento, publicado também em 2020, tem como referência dados coletados nos órgãos de segurança dos estados brasileiros nos primeiros meses daquele ano e mostra que, sem lugar seguro, as mulheres foram obrigadas a continuarem em condições precárias de diminuição da renda e de ameaças dentro do próprio lar, pois, em função do isolamento, não conseguiam sair de casa e, conseqüentemente, houve uma diminuição de denúncias com a proximidade dos parceiros dentro de casa, o que gerava mais medo. O documento registra a Queda 43% nas denúncias/ocorrências de crimes domésticos na Itália, país que apresentava uma das situações mais críticas na pandemia de coronavírus (no momento da geração de dados) e que se encontrava em quarentena por mais de um mês. Ainda assim, segundo o relatório, nos meses de março e abril de 2020, no Brasil, o

número de feminicídios passou de 117% e o estado com o agravamento mais crítico foi o Acre, onde o aumento foi de 300%. Com isso, durante o período de pandemia, as sobreviventes dos casos de violência doméstica têm agora diversos obstáculos adicionais que podem agravar ainda mais os casos de agressão, como dificuldades em acessar os programas de proteção às vítimas, o aumento do desemprego, gerando a falta de subsídios alimentícios essenciais ao grupo familiar, e as restrições específicas da quarentena (ONU MULHERES, 2020).

Faz-se necessário, pois, considerar os casos de subnotificação, visto que as ocorrências de violência tiveram uma redução durante a pandemia, no entanto, essa redução não se deve a diminuição efetiva da violência doméstica, mas às condições que dificultavam o acesso das mulheres às formas de denúncia. Também de acordo com o Fórum (2020), a (ONU), por meio do então secretário-geral António Guterres, recomendou uma série de medidas para combater e prevenir a violência doméstica durante o período de pandemia da Covid-19. A partir dos dados, podemos afirmar que os grupos subjugados, em especial as mulheres em suas diversidades, sofrem com várias frentes de exploração, como gênero, classe e, sobretudo, raça, incluídas territorialidade e corporalidade.

Ao cruzarmos os elos de opressão, acessamos diversos aspectos para compreender que não é fácil ser mulher, principalmente de baixa renda, com níveis baixos de escolaridade e, ainda, negra, quilombola, indígena, refugiada, desempregada etc., em um mundo marcado por colonialismo, capitalismo, pelas assimetrias de poder e fatores de ordem histórica, econômica, social, cultural e pela violência de gênero. As dificuldades de sobrevivência se dão, em grande parte, pelas condições sociais que permitem ou não que essas mulheres acessem lugares de cidadania e oportunidades de modo equitativo (RIBEIRO, 2017), independentemente do período de pandemia ou não, pois a violência, em particular a doméstica e familiar, está em toda parte e se organiza na sociedade patriarcal e capitalista, abrindo brechas para processos de subjetivação, objetivação, opressão, subjugação, mas também para inscrições identitárias livres, revolucionárias, construindo para/com as mulheres outros modos de ser, sentir, pensar, agir e reexistir (AKOTIRENI, 2019; HOOKS, 2019; WALSH, 2013). Para pensar essas questões não podemos desconsiderar as demandas que perpassam a construção do gênero social. De acordo com Birolli (2018), o gênero pode ser compreendido como uma categoria decorrente da imposição de comportamentos a homens e a mulheres, que se adequam ao discurso moral ocidental, heteropatriarcal e, portanto, uma construção social. Nesse sentido, a lógica da supremacia masculina, denominada por Roger Chartier (1995) de alienante, mantém as mulheres em situações privadas, domésticas e cuidados com os/as filhas/os. Por outro lado, aos homens é dado o privilégio dos lugares públicos, livres, autônomos, as universidades, o trabalho

externo, mostrando a segregação dos lugares atribuídos aos diferentes gêneros e, por conseguinte, todos os discursos hegemônicos ideológicos, identitários e performativizados que penetram nessas esferas em relação às atribuições e aos papéis sociais para os distintos gêneros. De acordo com Bertolin e Carvalho (2010, p. 272), até 1962, para trabalhar fora de casa, a “lei presumia que a mulher estivesse autorizada pelo marido a exercer função ‘fora de casa’, mas este podia, a qualquer momento, rescindir o contrato, melhor dizendo, desautorizá-la”. Assim, se justifica a relevância de investigações que coloquem em cena a realidade da desigualdade e das diferenças de gênero social como um problema estrutural, histórico, colonial, bem como a violência doméstica e familiar sofrida por mulheres em suas diversidades, como forma de registrar as opressões articuladas e compreender a importância de programas como o **Mulheres Mil** no enfrentamento às diferentes opressões.

Reitero que a violência atinge todas as classes, raças e idades, e não apenas os/as menos favorecidos/as (BRASIL, 2006, 2015; SAFFIOTI, 2001, 2004), no entanto, as mulheres em condições de vulnerabilidade social, pobres economicamente e/ou as mulheres negras sofrem muito mais preconceito e não desfrutam das mesmas oportunidades de escolarização, emprego, acesso a bens e serviços, acumulando ainda mais isolamento social e falta de apoio (FÓRUM, 2020). Ademais, se for uma mulher negra, sem escolaridade e pobre, a discriminação é ainda maior e, por isso, estudar a violência doméstica passa pelo viés da interseccionalidade,<sup>22</sup> principalmente porque as concepções opressoras e hegemônicas partem da ideia de mulher como categoria universal (ANZALDÚA, 2005; BIROLI, 2018; BUTLER, 2018; HOOKS, 2019), como se todas as mulheres fossem iguais e tivessem as mesmas necessidades; desconsideram, portanto, as identidades interseccionadas, as interconexões e os elos de opressão (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2016; CRENSHAW, 2004).

Sobre a palavra interseccionalidade mencionada anteriormente, Collins e Bilge (2016) afirmam que as décadas de 1960 e 1970 é um período relevante para a compreensão e a elaboração do que foi denominado como interseccionalidade. Isso porque, nessa época, as mulheres afro-americanas perceberam não ser possível combater as opressões apenas com

---

O termo interseccionalidade parte aqui de estudos vinculados à vertente teórica do Feminismo negro e feminismo decolonial a partir de autores/as como: Akotirene (2019); Crenshaw (, 1989; 2004); Collins; Bilge (2016); Collins (2019); hooks (2000); Lugones (2014) entre outros/as. AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019; CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004; COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016; HOOKS, bell. Feminism is for everybody: Passionate politics. Pluto Press, 2000.

mecanismos que consideravam a raça, o gênero, a classe ou a sexualidade de forma separada. Eclodiram, paralelamente, diálogo e tensão com diferentes movimentos por direitos, dentre eles: a luta pelos direitos civis (das mulheres, em especial, das mulheres negras, o Black Feminism, contra o feminismo branco liberal), Black Power, Chicano Liberation, Red Power e os movimentos Asian-American (COLLINS; BILGE, 2016, p. 65), em movimentos de convergência entre os movimentos sociais e o conhecimento crítico acadêmico. Desse modo, para elas a interseccionalidade deve ser vista como a junção entre os movimentos sociais e o conhecimento crítico-acadêmico, mas o termo “interseccionalidade” foi denominado e utilizado metodologicamente pela primeira vez em 1989, pela estadunidense jurista e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo *“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”*, no qual considera os movimentos sociais anteriores e apresenta a urgência, para o feminismo negro, em pensar sistemas múltiplos e complexos de subordinação e opressão de maneira associada, na interseccionalidade entre gênero, raça, classe, orientação sexual, território, idade e outros marcadores de modo crítico. O pensamento interseccional é, então, necessário, porque “ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões” (AKOTIRENE, 2019, p. 13).

Assim, não há como hierarquizar as opressões que incidem sobre os/as atores/as sociais, que estão sob o julgo de múltiplos entrecruzamentos, avenidas de opressão (AKOTIRENE, 2019). Nesse cenário, várias são as formas de agredir, de calar e fazer cessar a vida de tantas vítimas, pois há a naturalização da ideologia estruturante, que divide as pessoas em duas classes, em dicotomias (LUGONES, 2014), como homens/mulheres, brancos/não brancos, ricos/pobres, ouvintes/surdos, Norte/Sul, humanos/sub-humanos, do centro e da periferia etc., com base em uma relação de hierarquia, respectivamente dominação e subordinação, construída junto com a modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2005). Essa realidade não se esgota em ser discutida, debatida e questionada para desenvolver estratégias que visem mudanças de fato, visto que as práticas de violência são exercidas mediante as “vistas grossas” feitas pelo Estado, em outras palavras, o poder soberano exercido pelo Estado sobre os corpos em tecnologias de poder (FOUCAULT, 2013), atingindo diretamente as formas de controle e de segurança, da saúde, do corpo, da ética, da raça, da classe e na divisão da população em menos e mais favorecidos, o biopoder. Leis já foram criadas, políticas públicas estão em andamento, mas, na prática, nos índices e nas delegacias os casos só aumentam (FÓRUM, 2020). Desse modo, as práticas de discriminação, abuso, desvalorização da mulher e, conseqüentemente, as diversas formas de violência acontecem, na maioria das vezes, no seio familiar. Infelizmente esse é um

fato que permeou grande parte da nossa história, perpassada por memórias de exploração e violação dos direitos ocorridos cotidianamente e, na maioria das vezes, exercidas por homens ricos, brancos, heterossexuais, machistas, sexistas, de grupos hegemônicos (GROSFOGUEL, 2016; LUGONES, 2014). Em virtude das discussões apresentadas, observamos não ser possível estudar a violência sem considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade, estudar as questões de gênero social (ANZALDÚA, 2005; BUTLER, 2018; CONCEIÇÃO, 2009; CONNELL, 2013; LOURO, 2017; LAZAR, 2005; LUGONES, 2014).

Portanto, o programa aqui estudado, o **Mulheres Mil**, volta o olhar para as mulheres, em particular para as que estão em condições de vulnerabilidade social, e traz uma preocupação em minimizar os casos de violência doméstica por meio de parcerias locais. Entretanto, há muito o que lutar para se conseguir o mínimo de equidade em relação ao gênero social no Brasil; e esse não é o Programa perfeito, que consiga resultados extraordinários, mas se mostra como um caminho. Isso significa dizer que, mesmo havendo várias formas de prevenção e de punição, atores sociais ainda perpetuam velhos hábitos, para não perder o controle, a dominação sobre a mulher e seu corpo. Por isso, abordo, em seguida, os desafios, as lutas e os enfrentamentos às diferentes formas de opressão que versam sobre diversas formas de violência de gênero, em especial contra a mulher em suas diversidades.

### **1.3 A prática particular e as formas de violência contra a mulher**

Como a pesquisa traz, em seu bojo, objetivos do **Programa Mulheres Mil** quanto à desigualdade de gênero, na abordagem da conjuntura, ressalto o foco sobre as violências sofridas pelas colaboradoras, tornando-se relevante abordar as formas de violência contra as mulheres, formas estas que podem ser visíveis ou invisíveis. De acordo com Bauman (2005), a modernidade líquida – ou tardia, para Giddens (2002) – trouxe, junto com o crescimento do capitalismo mundial, como decorrência da globalização neoliberal, várias instabilidades e exclusões em proporções globais e locais. Como consequência, os arranjos geopolíticos e as profundas transformações sociais advindas com os processos de colonização, modernização e exploração da mão de obra escrava segregam, constroem ou provocam um verdadeiro genocídio epistemológico e humano (GROSFOGUEL, 2016; QUIJANO, 2003; SOUSA SANTOS, 2010). Esses novos arranjos também ocasionam uma ausência progressiva da garantia de direitos de cidadania, do direito ao bem-viver (ACOSTA, 2016) agudizando mais a crise individual e coletiva pelo biopoder (FOUCAULT, 2013). Essas incidências são, de certo modo, consolidadas no âmbito de Estado, pela falta de leis, investimentos e políticas públicas

que combatam, ou ao menos amenizem, as opressões veladas e naturalizadas socialmente, como o patriarcado, o racismo, o sexismo (CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; CONNELL, 2013; SAFFIOTI, 2001, 2004; SOUSA SANTOS, 2010). Em decorrência desse contínuo de segregações desenvolvem-se diversas outras formas de violências e (sub)divisões sociais em entrecruzamentos, como, por exemplo, quem tem direitos ou não, a superioridade das masculinidades sobre as feminilidades, quem é considerado humano ou sub-humano (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2007).

Nesse sentido, a subjugação da mulher é uma das formas de violência e o problema se agrava gradativamente devido à vulnerabilidade a que as pessoas estão expostas, seja de renda, seja de trabalho, seja de espaço territorial de moradia ou de bens e serviços. Paralelamente a isso, existem e não podem ser desconsideradas as ações de resistência, reexistência, luta e conquistas de diversas mulheres ao longo da história, na tentativa de romper com as velhas concepções. Por isso, torna-se fundamental reconhecer o lugar de fala e posicionar-se frontalmente contra um modelo de civilização que limita a visão do mundo, as possibilidades de ir e vir a ser e existir, que tentam diminuir a consciência crítica e naturalizam os fenômenos sociais. Ou seja, colocar em evidência as diversas formas de enfrentamento e as micro(resistências) diante de tantos ataques, mostrar as práticas emancipatórias e libertadoras que valorizam o local, as práticas particulares, e não apenas o centro, o hegemônico (SOUSA SANTOS, 2010).

Assim, a violência não escolhe as vítimas, mas pode acontecer em todas as ramificações sociais e em todas as classes. É um mal que parece passar como uma avalanche: arrasta, destrói e causa medo em todos/as que estão direta ou indiretamente envolvidos na situação. O termo violência pode ser entendido como “[...] uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas” (ROCHA, 1996, p. 10). Ainda de acordo com Rocha (1996, p. 10), “a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser visto como um puro e simples objeto”. Assim, a dignidade das pessoas que sofrem qualquer ato de violência é violada, como a própria palavra violência nos aponta.

A violência se agrava quando a vítima é uma mulher e, ainda por cima, em diferentes níveis de desvantagens acumuladas historicamente, como acontece com a mulher negra e a mulher indígena. A situação se torna ainda mais grave quando somada a outros riscos sociais, como pobre, de baixa renda, sem escolaridade. Rita Segato desenvolveu, por dez anos, uma pesquisa com mulheres indígenas no Brasil, em contexto de expansão do Estado democrático,

desenvolvendo, assim, bastante experiência em relação aos estudos de gênero nas comunidades indígenas. De acordo com Segato (2018b), as mulheres indígenas, subjugadas pelo poder patriarcal moderno/colonial, são duplamente vítimas, uma por serem mulheres e, outra, por serem indígenas; foram, com certeza, dentre todos os habitantes explorados, as mais violentadas, dizimadas e as que mais sofreram no processo de colonização/modernização desde o início dos tempos.

O patriarcado é, em termos concretos, o provedor da violência contra as mulheres, que persiste pela força e pela opressão de um ser contra o outro, a mulher (SEGATO, 2018b). Em relação aos atos de violência praticados pelos parceiros e que suscitam as discussões sobre o patriarcado temos as brandas sanções legais contra os atos de violência sexual, a ideologia que sustenta os privilégios sexuais do homem, a crença à honra da família e a virgindade sexual. Essas formas de violência, como por exemplo, no passado era crime contra a “hora do esposo”, a mulher se casar e depois descobrir que ela já tinha tido relação sexual, convencionalmente de “sem virgindade”. Tais práticas de violência, denominadas de difamação, injúria, calúnia, como prevê o artigo 138 do código penal, são agora levemente punidas, depois da aprovação do (Projeto de Lei nº 675/2021,<sup>23</sup> o que torna a tese da “legítima defesa da honra” inconstitucional, cruel e fator de perpetuação da violência doméstica para casos de feminicídios). Esses fatores comprovam como o patriarcado segue reproduzindo a violência contra a mulher como um direito masculino sobre o corpo feminino (SEGATO, 2018b). Podemos considerar que as mudanças em relação às Leis, ao Código Penal e aos modos de entendimento do argumento “crimes contra a honra do homem” são reflexos do enfrentamento, das problematizações das relações de poder, do desenvolvimento do pensamento crítico das mulheres pressionando as leis conservadoras, coloniais e patriarcais. São as práticas de micro(resistências) atingindo as estruturas, provocando mudanças sociais, discursivas e identitárias.

Heleieth Saffioti, também uma das grandes referências brasileiras na área dos estudos de gênero, sobretudo na temática da violência contra as mulheres, apresenta várias tipificações

---

<sup>23</sup> Aprovado por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aos 12 de março de 2021, o projeto de Lei nº 675 de 2021, de autoria do então senador Carlos Fávaro modifica os arts. 138 a 141 e art. 144 do Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para penalizar com mais rigor quem for responsabilizado pela prática de crimes contra a honra, como os crimes de calúnia, injúria e difamação. E em casos de feminicídio o argumento torna se inconstitucional, ou seja, não mais aceito nos julgamentos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/10/favaro-defende-projeto-que-institui-penas-mais-severas-para-crimes-contra-a-honra>. Também em: [https://Guia.doestudante.abril.com.br/atualidades/stf-torna-inconstitucional-argumento-de-defesa-da-honra-em-femicidio/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,honra%E2%80%9D%20para%20casos%20de%20femic%C3%ADdio.&text=A%20decis%C3%A3o%20do%20STF%20vem,durante%20o%20per%C3%ADodo%20de%20confinamento](https://Guia.doestudante.abril.com.br/atualidades/stf-torna-inconstitucional-argumento-de-defesa-da-honra-em-femicidio/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,honra%E2%80%9D%20para%20casos%20de%20femic%C3%ADdio.&text=A%20decis%C3%A3o%20do%20STF%20vem,durante%20o%20per%C3%ADodo%20de%20confinamento) Acesso em: 15 mar. 2021.

sobre violência. Nesta tese uso várias discussões de Saffioti (1995, 2001, 2004, 2015) acerca da violência contra as mulheres no ambiente familiar e doméstico, bem como da violência de gênero, na atribuição de papéis sociais pela segregação do trabalho pelo gênero. Para a autora, “[...] no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115). Para tanto, chegamos à compreensão de que a violência contra as mulheres é um fenômeno onipresente em todas as sociedades que operam de acordo com a lógica patriarcal, colonial e capitalista. Para a hegemonia exploradora, a violência é parte integrante da normatização e precisa existir, visto que estabelece importante elemento do controle social. Dessa forma, a violência masculina contra a mulher firma-se “nas vísceras da sociedade com preeminência masculina, o que gera maior possibilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque apaga a vítima e dissemina a legitimação social pela violência [...]” (SAFFIOTI, 1995, p. 32).

A violência contra as mulheres é um fenômeno social, histórico e cultural, produto de uma sociedade que se organiza a partir de hierarquias coloniais, epistemologias e saberes hegemônicos em dinâmicas desiguais de raça, classe, território, saberes, sexualidade, corporeidade e tantas outras separações binaristas, dicotômicas dominantes. A violência é, certamente, o resultado das formas de socialização dentro da ordem patriarcal, colonial e capitalista neoliberal. No entanto, para a autora, apesar de o patriarcado ser um princípio estruturador da sociedade, ele não é o único. Também operam de modo estruturante as noções de classe social e raça/etnia, constituindo-se relações de poder, tal qual as relações de gênero, bem como o patriarcado-racismo-capitalismo e, podemos acrescentar, sexismo, misoginismo, classismo, machismo, colonialidade, entre outras formas de subalternização que afetam, em especial, as mulheres em suas diversidades. Nessa perspectiva, ser mulher, negra (ou não branca) e pobre é uma tríade que impõe desafios, adversidades, desigualdades e violências. Daí a necessidade de se pensar e discutir a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2014; HOOKS, 2013, 2019; LUGONES, 2014). A superação do que estrutura cotidianamente a negação dos direitos humanos, ou seja, a superação do sistema patriarcal-racista-capitalista demanda associar a luta por direitos a “uma nova forma de organizar as relações sociais, fundada no trabalho associado e na socialização da riqueza material e espiritual produzida” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 35). Com base no exposto sobre a violência contra as mulheres, consideramos básica a responsabilização do sistema de patriarcado, mesmo não sendo o único vetor.

Para Saffioti (2004, p. 56),” colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração [...]”. Segundo a autora, as práticas violentas contra as mulheres resultam da ordem patriarcal que estabelece e hierarquiza as relações de gênero, sendo, portanto, essencial para a apreensão dessas práticas o reconhecimento do patriarcado e de que ele instaura e naturaliza a dominação masculina e a subordinação feminina.

Quanto à violência de gênero, remetemo-nos diretamente a esse modo de ver as mulheres, em especial, como objeto do desejo, objeto este que pode ser agredido onde, como e quando se quiser. Isso não significa dizer que haja lugar ou momento para ser agredida, muito pelo contrário, significa que essas ações devem ser extintas e, em seu lugar, deve prevalecer o respeito a todas as formas de viver, sentir, pensar, representar, agir, expressar, enfim, estar no mundo. Deve-se considerar, assim, o cuidado de si e do outro, ou nas palavras de Acosta (2016) o “bem-viver”, central para a vida humana, visto que o cuidado envolve as relações interpessoais, a ética de si, os modos de ver e respeitar o outro, independentemente do gênero e da orientação sexual.

É importante dizer que, mesmo sendo as pessoas menos favorecidas, mulheres e negras as mais agredidas, as atitudes agressivas não escolhem cor, idade, gênero, raça, classe, escolaridade, território. Ou seja, a violência contra a mulher pode acontecer em qualquer lar, entre as pessoas da mesma família, qualquer um/uma pode ser agredido/a; pode ocorrer entre os membros mais próximos, entre homens e mulheres, pais, mães, filhos, entre jovens e idosos ou entre parentes mais distantes. No que se refere às mulheres, porém, a violência acontece de modo desproporcional, se é que pode haver uma dimensão nesse tipo de ação, e a mulher é a principal vítima da violência doméstica, ação considerada, de certa maneira, como rotina, pois, na maioria das vezes, se repete e se intensifica gradualmente.

As injúrias podem se agravar para ações físicas, devido a comportamentos existentes há anos, tidos como “naturalizados” nas relações de poder entre homens e mulheres, devido às desigualdades em força física e no exercício de poder e de manutenção das frentes econômicas do homem em casa. Esse homem, que se sente e é considerado pelas convenções sociais como o detentor do poder patriarcal, provedor de recursos financeiros, mantenedor da ordem, age como se tivesse a posse da mulher. Estas são algumas das estratégias ideológicas, sedimentadas socialmente, que ainda mantêm a dominação masculina e a rotina dos atos de violência.

Essas ações, porém, têm sido também legalmente repudiadas a partir do maior marco legal no Brasil contra a violência doméstica e familiar, a *Lei Maria da Penha*, de nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006. Ela recebeu esse nome em alusão à cearense Maria da

Penha, mulher que sofreu duas tentativas de homicídio de seu companheiro (uma com tiro e a outra, com choque elétrico), que lhe deixaram sequelas gravíssimas, a tetraplegia. Mesmo assim, não esmoreceu e lutou até ver seu agressor condenado e preso.

A *Lei Maria da Penha* cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres (BRASIL, 2006). Depois dela, todo caso de violência doméstica é considerado crime, passando por inquérito policial e sendo remetido ao Ministério Público. Além disso, possibilita que o agressor seja preso em flagrante, ou tenha sua prisão preventiva decretada quando ameaçar a integridade física da mulher.

É uma lei de caráter impositivo, que busca também a reeducação da sociedade brasileira, mesmo que seja via punição, em relação às questões de gênero social, ou seja, objetiva mudanças nos modos de representação de homens e mulheres, visto que, por ela, as mulheres não devem submeter-se às agressões físicas, psicológicas ou de qualquer outra ordem, mesmo que essas ações sejam advindas de alguém que represente o poder na constituição familiar. É, então, uma mudança na legislação que reflete o início das alterações nas práticas sociais no que se refere à representação de gênero social. De acordo com o Título II, “Da violência doméstica e familiar contra a mulher”, Capítulo I, “Disposições gerais”, artigo 5º, a violência contra a mulher está denominada como “qualquer ação ou omissão [**contra a mulher**] baseada no gênero que lhe acarrete morte, lesão, sofrimento, físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” [inclusão e grifo nosso]. Ainda no parágrafo único desse artigo, o Estado denominou que “as relações pessoais aqui expressas neste artigo **independem de orientação sexual**” [grifo nosso]. Como podemos observar, as noções de gênero e de sexualidade tornam-se alicerces legais para a discussão e guia sobre a violência contra a mulher e sua criminalização, punição.

No capítulo II, artigo 7º, da *Lei Maria da Penha*, há disposição das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Elas são divididas em cinco casos distintos, a saber: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência matrimonial e a violência moral, cada uma delas separadas por suas devidas explicações. Em seguida, abordaremos cada uma das incidências, como elas aparecem descritas nessa lei.

No que se refere à **violência física**, de acordo com o art. 7º da Lei nº 11.340/2006, “I – a violência física pode ser entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Nesse caso, podemos ver que a lei ampara a mulher contra todo ato que ferir sua imagem de mulher, mesmo que não sejam visíveis as consequências, pois não é necessário ter hematomas, fraturas, olhos roxos, entre tantas outras formas marcadas no corpo para que

sejam caracterizados atos de violência. Não se trata apenas de dor física, como podemos ver nos próximos casos de violência.

A seguir, a *Lei Maria da Penha* apresenta a **violência psicológica**. Segundo o art. 7º da 11.340/2006, ela pode ser:

II - entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2006).

Todos os comportamentos citados na caracterização da violência psicológica sempre existiram na história da modernidade e da colonialidade e por vários anos foram tidos como “normais”. No entanto, são formas que agredem a integridade psicológica da pessoa que a sofre. Com o passar do tempo, a vítima pode desenvolver sérias anomalias e depressões, entre várias outras configurações de isolamento que influenciam na autoconfiança, na autoestima, visto que as palavras traduzem ofensas construídas na cultura, na história e na constituição identitária dos/as atores/as sociais.

A esse respeito, podemos acrescentar que o sentido das palavras pode tanto colaborar com a formação da autonomia do “eu”, como também pode interferir negativamente nos processos de subjetivação. Assim, o uso cotidiano de palavras que desqualificam a mulher pode ser decisivo na formação do “eu”, interferindo no conjunto de valores e dimensões intrínsecas que são constituídas nas tramas sociais. A violência psicológica é uma das formas de violência privada, mas também pode ocorrer na escola, no trabalho, são agressões que destroem o interior da subjetividade, uma força brutal arremessada com o uso das palavras e das ações. O crime é praticado de várias formas, como a que impede a mulher de ir e vir, constituindo o cárcere privado, por exemplo. A mulher é presa em casa, proibida de sair com os amigos/as ou familiares, bem como não é permitida de se comunicar com outras pessoas sem a presença do homem. São ações que destroem, principalmente, a individualidade, a autoestima e a autonomia da mulher.

A *Lei Maria da Penha* ainda discorre sobre a **violência sexual**, que, no art. 7º da 11.340/2006, recebe a seguinte definição:

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a

utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (BRASIL, 2006).

A violência sexual é mais um dos casos que sempre existiram na sociedade, mas passavam despercebidos por ser uma violência que envolve ações sexuais, geralmente na privacidade, muitas vezes encarada como situações “normais da vida”, pois, como convencionado socialmente, “devo sempre servir e me resguardar para o meu companheiro, como me foi ensinado desde criança”. Ou seja, temos aqui as implicações culturais e sociais validando agressões, com determinações sociais que reforçam e refletem a impunidade e neutralizam a violência sofrida pelas mulheres. É crime, mesmo se for praticado pelo namorado, marido ou companheiro, ou seja, é violência toda relação sexual a que a mulher é obrigada a se submeter mediante força física, correção, sedução, intimidação psicológica, ou, ainda, por chantagem, manipulação e/ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal e, como tal, deve ser denunciada.

Podemos citar, ao longo da história, vários casos de mulheres agredidas por seus companheiros em noites de núpcias, escondidos atrás da “lavagem de sua honra”, se desconfiassem que as mulheres não eram mais “puras”. Esses conceitos (“noite de núpcias” e “puras”) são fundados nas práticas patriarcais que reforçam a supremacia masculina sobre os corpos e as práticas das mulheres, calcados na ideia de propriedade do outro, poder sobre seus desejos, aspirações e escolhas. Esses atos foram considerados lícitos por vários anos e, também, são consequência da colonização, por hábitos impostos como corretos e lícitos pela doutrinação religiosa. Tais violências vinham mascaradas por relações de poder e dominação, da força masculina sobre a vulnerabilidade feminina, em um patriarcalismo desmedido e cruel, que atribui ao homem a responsabilidade e a autoridade de “disciplinar os corpos”, nas palavras de Foucault (2013).

Em relação às colaboradoras da pesquisa, como tenho mencionado, houve vários relatos semelhantes, nas atividades de narrativa de vida, durante o curso de artesanato, sobre casos de violência doméstica sofrida por elas, que serão tratados com mais detalhes nas análises. Esses casos são recorrentes, mesmo após 15 anos de vigência da *Lei Maria da Penha*.

Não podemos deixar de reconhecer os avanços legais quanto à questão da violência, sobretudo quanto à influência no modo de entender as questões de gênero social, porém, os casos de violência sexual ainda são muito frequentes, principalmente se a mulher tiver algum

histórico de profissional do sexo ou for considerada uma mulher que não usa trajes adequados para os padrões hegemônicos.

Ainda sobre as formas de violência, a *Lei Maria da Penha* traz a **violência patrimonial**, um modo mais atual de conceber a apropriação indevida, ou destruição dos pertences da mulher, por parte dos homens. Assim, de acordo com o art. 7º da 11.340/2006:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Dessa forma, a *Lei Maria da Penha* age para deslegitimar o patriarcalismo, visto que a mulher sempre foi vista no cenário de dominação e submissão, principalmente no que se refere a bens financeiros, ao propor mudanças na forma de representação da figura da mulher. Sai-se da situação de “autoridade” conferida aos homens e se redefinem as identidades de gênero, com uma rede de novas práticas, pela luta e resistência contra as relações de poder impregnadas na sociedade.

A violência patrimonial, pouco difundida, é muito frequente nos casos de divórcio com partilha de bens, em que a mulher, a depender dos motivos da separação, é desfavorecida no que se refere aos bens. Esses eventos acontecem mais frequentemente se os envolvidos forem advogados não militantes na advocacia criminal ou que subjetivamente entendam a figura do homem como patriarcal e defensor da honra. Acontece também quando homens enclausuram e ameaçam as mulheres para viver do trabalho delas e desfrutarem de seus bens e recursos de modo exploratório. Ainda, há casos mais corriqueiros, como a omissão ou o retardo do pagamento de pensão alimentícia, quando a mulher renuncia ao trabalho para cuidar da criança, restando-lhe apenas o valor destinado pela pensão para sua sobrevivência econômica.

Além disso, podemos também citar casos de violência patrimonial, em que mulheres são ludibriadas e manipuladas psicologicamente a ponto de ceder a vida e os bens a malfeitores, passando-lhes propriedades, permitindo usos indevidos de cartões de crédito, fazendo empréstimos, deixando-lhes benefícios como heranças, tudo sob prováveis promessas para o futuro.

Soma-se a esses modos a **violência moral**. A esse respeito, a *Lei Maria da Penha*, no art. 7º, assinala: “V- a violência moral, é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006). Essa modalidade de violência também não

era considerada como violência contra as mulheres. É, sem dúvida, uma forma de violência que demonstra atitude de posse, pois o agressor se sente no direito de proferir qualquer palavra ou perpetrar ato que ofenda a imagem e a moral social da mulher. O agressor, enredado em uma cultura machista, da qual incorporou um ideário de controlador e detentor do poder de decisão, acredita ter domínio sobre a mulher: ela é um objeto, uma propriedade. Portanto, apresenta posturas discriminatórias e violentas conduzidas por padrões ideológicos e identitários hegemônicos atribuídos socialmente aos homens, que podem ofender os indivíduos em vários níveis, desde um xingamento até calúnias, injúrias e difamação da imagem.

Infelizmente, como temos apenas treze anos de uma lei mais severa, dos amparos legais e explicativos, não houve uma redução significativa nos indicadores de violência doméstica e familiar, a ponto de expressar uma virada social. Vale mencionar que a tipificação do crime faz com que os registros aconteçam com maior frequência. Com isso, a tendência é que com o aumento da consciência jurídica, os registros continuem, as punições acendam e, ao mesmo tempo, aumentem formações que desenvolvam posturas menos violentas e mais respeitadas. No princípio, a pena imposta ao agressor, em caso de tentativa de homicídio, poderia ser reduzida se ele apresentasse bom comportamento. Assim sendo, foi necessária uma alteração no Código Penal, a partir da publicação da Lei nº 13.104/2015, de 9 de março de 2015, para incluir uma modalidade de crime específica para o homicídio contra mulheres, agora denominada de feminicídio, e o incluir como crime hediondo (BRASIL, 2015). Foi, então, adicionado o § 2º – como cláusula explicativa do termo feminicídio – “razões da condição de sexo feminino”. Caso cometido, a pena será de 12 a 30 anos. O § 2º expõe, também, que há duas razões de condição de sexo feminino, quando o crime envolve: I) violência doméstica e familiar; II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A lei acrescentou, ainda, o § 7º ao art. 121 do Código Penal, constituindo agravantes para o aumento da pena em razão de feminicídio, de 12 para 30 anos.

O termo feminicídio refere-se, portanto, a assassinato de mulheres pela condição de ser mulher; ou seja, um crime pela razão de gênero é um crime de ofensa, caracterizado pelo ódio à mulher, que já sofre o peso da discriminação e do desprezo ao longo da história. Esse tinha sido um alibi para os agressores: a mulher vem sendo dominada historicamente desde a infância por eles, que se abrigavam na certeza da impunidade e na falta de leis que, até então, regessem esses atos, com o beneplácito da indiferença da sociedade e do Estado.

Agora, com a Lei nº 13.104/2015, para os crimes de feminicídio, justificam-se causas para aumento da pena ao agressor, de um terço até a metade se for praticado: a) durante a

gestação ou nos três meses posteriores ao parto; b) contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; c) na presença de ascendente ou descendente da vítima (BRASIL, 2015).

Um dado bastante significativo é que a própria *Lei Maria da Penha* não se reduz a cônjuges apenas heterossexuais. Segundo o art. 5º, parágrafo único, da Lei 11.340/2006, “[a]s relações pessoais enunciadas neste artigo (no caso da Lei supracitada) independem de orientação sexual”. Nesse sentido, as relações que não são entre homens e mulheres também recebem amparo. Ou seja, podemos considerar também mulheres hétero, cis ou transexuais, visto que, de acordo com Butler (2018), o caráter biológico (SCOTT, 1995) não necessariamente está atrelado à identidade de gênero, isto é, pode haver sexo masculino e identidade de gênero feminino, ou vice-versa. Assim, caso haja violência baseada no gênero, pode caracterizar-se o feminicídio. Isso caberá ao entendimento e interpretação dos juízes que julgarem o caso.

Quanto a isso, consideramos que as diversas formas de identidade, inclusive os diferentes modos de ser feminino, são perpassados pelos processos de identificação e representação de si na sociedade. É também um processo de identificação coletiva autoatribuída e atribuída pela malha social, a qual sempre centrou as relações de poder nas mãos dos homens. Por isso, os movimentos feministas observam e promovem a resistência ao discurso de dominação masculina, mesmo argumentando haver a possibilidade de alteração de identidade para outro modo de ver e conviver, pois as posições não são fixas, e sim sempre movediças. Por isso lutamos e resistimos, por meio desta pesquisa, para que as mulheres colaboradoras também tenham suas identidades reconhecidas e respeitadas.

Desse modo, a *Lei Maria da Penha* é um amparo legal que tenta atender diversas frentes, como a de prevenção, no que tange às “medidas integradas de prevenção educativas”, bem como aos modos de proteção, com as “medidas protetivas emergenciais”, e, ainda, aos modos de punição – com a condenação dos agressores, como citado anteriormente.

No que se refere às medidas preventivas, a Lei dispõe, em seu art. 8º, que serão realizadas ações com a adesão dos poderes, como um “conjunto articulado de ações da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e de ações não-governamentais”, para criar políticas que previnam e coíbam as ações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em relação às medidas protetivas, podemos dizer que, segundo essa Lei, em seu art. 9º, elas são formas de assistência emergencial prestadas às vítimas de violência doméstica e familiar. “São ações de forma articulada e, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de

Segurança Pública” (BRASIL, 2006). Ainda de acordo com o previsto na Lei, por serem medidas emergenciais, a vítima pode solicitá-las através do meio policial ou do Ministério Público, que vai encaminhar o pedido ao juiz. A lei prevê que a autoridade judicial deverá decidir o pedido no prazo de 48 horas.

Podemos elencar, como exemplo de medidas protetivas, de acordo com a *Lei Maria da Penha*, “a inclusão no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e/ou municipal”; a “integridade física e psicológica”, com “acesso prioritário ou remoção do local de trabalho quando servidora pública”, bem como a “manutenção de vinculado trabalhista por seis meses”, quando o afastamento do local for necessário.

Também citamos, como exemplo, os “benefícios decorrentes de desenvolvimentos científicos e tecnológicos” para tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, quando se tratar de violência sexual. Em relação ao atendimento policial, este “garante a agilidade e proteção, com acompanhamento pericial especializado e ininterrupto prestados preferencialmente por profissionais femininos”, e visa “garantir que em nenhuma hipótese a vítima terá contato direto com os investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas”. Isso significa que se busca garantir que o agressor não se aproxime da vítima, dentre várias outras ações.

Como a *Lei Maria da Penha* não estipula a distância mínima, quem fazia isso até o ano de 2017 era o juiz. Nesse momento, foi necessário outro complemento na normativa nesse quesito. Assim, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou o Projeto de Lei nº 7.841/2017), que fixa em 500 metros o limite mínimo de distância a ser mantido pelo agressor que pratica violência doméstica e familiar contra a mulher. Esses pontos são os que mais recebem críticas, haja vista a quantidade de mulheres que foram mortas, mesmo amparadas pelas medidas protetivas de distanciamento dos agressores. Dessa forma, apesar de incluídas medidas de proteção para a mulher, com o afastamento do homem do ambiente familiar, na prática isso não é garantia de sobrevivência à vítima.

Nas relações de violência doméstica e familiar contra a mulher está explícito um poder exercido pelo homem, estabelecido nas relações de gênero social, e é possível dizer que essa posição de hegemonia desempenhada pelo homem passa pelo discurso, remete a determinadas ideologias – presentes nas práticas sociais –, e volta a ser legitimada pelos discursos. Por essa razão, é também pelo discurso que se procuram novas formas, novas práticas de poder.

É por meio das interações sociais, do contexto social e histórico e das relações interdiscursivas que surgem as identidades, como modo de representação e identificação com determinados “modelos”, que podem ser culturais ou sociais. Essas formas de identificação não

são inflexíveis. De acordo com Hall (2006), as identidades não são unificadas. Podemos considerar que a figura feminina não assume apenas uma identidade social; ela é conselheira, mãe, professora, motorista, médica, é também cuidadora, cozinheira, enfim, constitui sua identidade numa pluralidade de papéis sociais. Isso resulta em uma identidade híbrida, consequência, de certo modo, de uma cultura híbrida, como considera Canclini (2013), visto que todos fomos colonizados e temos marcas do antes e do depois da colonização, de modo híbrido. Para o autor, são processos socioculturais ocorridos nas estruturas, em que traços já existentes de modo separado se combinam para gerar novos modos de viver e formas concretas de ação na sociedade.

Todas essas formas de representação influenciam nas decisões de a vítima continuar ou não com o agressor, de denunciá-lo ou não, de aceitá-lo de volta ou não, de acreditar nas promessas de mudança, ou vários outros motivos que poderiam ser elencados, até mesmo o medo de morrer, pois as medidas não garantem a segurança de vida para a vítima. As mulheres aqui pesquisadas também apresentam todas essas nuances identitárias e muitas outras em seus contextos pessoais, haja vista que elas são constituídas por experiências singulares, mas também coletivas; ou seja, o local de origem, os costumes e as crenças familiares e pessoais coexistem nessa relação e são formadoras de identidade de gênero.

Portanto, em relação à violência doméstica e familiar, estão imbricadas as relações com a identidade de gênero, por serem as mulheres constituídas em uma família com suas peculiaridades sociais, culturais e ideológicas. Então, normas regulatórias de gênero estão subliminares no discurso, pois as mulheres do presente podem ter reproduzido discursivamente, de forma consciente ou não, hábitos de violência que incidiram sobre aquelas que as antecederam e, em grande parte, naquela época não reagiram, não denunciaram, por submissão aos valores incutidos. Por outro lado, as mesmas mulheres agora são constituídas pelas novas possibilidades de amparo e de proteção, modos diferentes de sentir, de ver a realidade e de transformá-la, em um mundo social e coletivo que as constrói, possibilitando a elas agirem diferentemente em suas subjetividades. É importante perceber, nesse imaginário social, que os estudos feministas não estão apenas na palavra gênero, mas arraigados em nossos saberes sociais diários, em nossa cognição, mesmo que ainda tímidos, mas já fazem parte do conhecimento enciclopédico disponibilizado socialmente e é âncora de nossos conhecimentos prévios, ajudando-nos a lidar com os diferentes modos de ser homem ou mulher.

Consideramos que as pessoas moldam suas identidades por meio da dualidade entre a semelhança e a diferença (SILVA, 2014). Isso significa dizer que temos um movimento de complementariedade e, ao mesmo tempo, de embate entre as nossas formas de entender, sentir,

pensar, agir, de nos constituir e constituir o mundo. Existem embates nem sempre lineares entre o que sou, o que eu quero ser, e o que eu vejo no outro. É a coexistência de uma identidade de gênero sendo constituída pela igualdade e pela diferença em relação ao seu outro, ao homem, e em relação a suas próprias experiências de ser e representar-se como mulher. Pelo que dissemos, é importante reforçar que o discurso não pode ser entendido fora das práticas sociais, pois ele é a própria prática em ação, é um elemento da prática social, atrelado a diversos outros movimentos, como gestos, choros, risadas, ruídos, entre outras formas de manifestação que revelam questões ideológicas e de poder.

Por isso, esta pesquisa se apoia nas falas das colaboradoras, mas não se restringe às questões linguísticas das falas, vai além, buscando respostas no discurso, no social, nas relações dialógicas e constitutivas dos/as atores/as sociais, nas conexões entre o “eu” e o “Outro”. Além disso, as questões de desigualdade de gênero e da violência doméstica e familiar surgem das práticas sociodiscursivas e influenciam comportamentos e ações. Assim, a dimensão sociodiscursiva é que faz sentido, e não apenas o linguístico separado das práticas.

A partir dos relatos das colaboradoras, é possível ver como as identidades das egressas se constituem discursivamente, como essas mulheres se relacionam após o curso, no quesito mercado de trabalho, práticas sociais e culturais. Este estudo busca entender, também, se ocorreram alterações de saber e poder no que se refere aos direitos enquanto mulher. Tendo em vista essas perspectivas, procuro me embasar em teorias que se preocupam com o aspecto social dos/as atores/as envolvidos/as em uma perspectiva de educação crítica, libertadora e emancipatória (FREIRE, 2012). Assim sendo, apresento, em seguida, o referencial teórico que ancora esta pesquisa de cunho social, ou seja, pauto-me nos estudos do discurso, aqueles que compreendem ser a linguagem incompleta, aberta a falhas, ao equívoco, à polissemia, mas que também constitui identidades e práticas sociais. Ancoro-me, dessa forma, na Análise de Discurso Crítica.

## CAPÍTULO 2 – MOVIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

*“A vida, portanto, não pode ser concebida como um sistema fechado – ela é um sistema aberto, que é de fato, determinado pelos mecanismos (assim como, as estruturas), em um sistema complexo [...] Esse é o lugar que a ADC tem para contribuir com a crítica e a transformação social.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).*

Neste segundo capítulo, discorreremos<sup>24</sup> sobre os principais aportes teóricos, os quais também são alicerces metodológicos, pois, como exposto na epígrafe, a ADC parte do social, preocupa-se com a vida e com os/as atores/as sociais envolvidos/as. Assim, o trabalho com a teoria e com o método ocorre de modo intrínseco, abrindo-se, ademais, para o diálogo com outras áreas do saber. Apresentamos, também, a relação com a língua, a linguagem e a sociedade ao tratar do campo da Linguística no qual esta tese e as perspectivas discursivas do estudo se ancoram. Ademais, trazemos aqui conceitos-chave para o desenvolvimento da pesquisa: relações de poder, hegemonia, interdiscurso, identidade e ideologia, com as principais implicações teóricas. Em seguida, discutimos alguns aportes teóricos essenciais para o estudo que ora apresentamos.

### 2.1 Diálogo entre as vozes sociais e a teoria

Neste lugar, abrimos um espaço para posicionar-me de acordo com alguns conceitos e autores/as fundamentais para esta pesquisa. Desse modo, o fio principal deste trabalho é a Análise de Discurso (AD), mas como existem, no interior desse amplo campo do conhecimento, muitas linhas de pesquisa que se sustentam em embasamentos teóricos quase sempre paralelos, é preciso esclarecer que área da AD estamos trilhando. Filiamo-nos à Análise de Discurso Crítica (ADC), principalmente na perspectiva de Fairclough.

Nosso olhar não se volta única e especificamente para as questões estruturais da língua, mas para o discurso, visto que a ADC considera a linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos, de modo que não podemos pensar a linguagem sem considerar a vida social (FAIRCLOUGH, 2003). A ADC interessa-nos, como teoria, pela mediação entre o social e o linguístico; e, como método, pela análise das práticas

---

<sup>24</sup> Em algumas partes do texto, como na parte teórica e nas análises dos dados, o texto está escrito em primeira pessoa do plural, por entender que todas as partes têm várias vozes, mas principalmente estas, foram escritas em maior regime de coautoria, a partir das discussões com a orientadora. Em outras, o uso da primeira pessoa foi intencional, por marcar ações realizadas apenas por mim, como por exemplo, nas entrevistas, diretamente com as colaboradoras.

sociais, com ênfase para os aspectos discursivos. Preocupamo-nos, assim, em compreender como as mulheres, particularmente as colaboradoras, egressas do **Programa Mulheres Mil**, em suas diversidades, constituem discursivamente suas representações sociais e como são atribuídas e autoatribuídas suas identidades e ideologias; ou seja, buscamos, na tessitura discursiva, as possibilidades de análise e de compreensão desses discursos. De acordo com Bakhtin:

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2006, p. 123).

Para tanto, a interação verbal, realizada por meio das enunciações, é a realidade fundamental da língua. Para ele, essa realização se dá pelo enunciado, e este é sempre um evento único e irrepetível da comunicação discursiva; sendo assim, ele é uma réplica de outro diálogo, é a funcionalidade da língua, a qual não se dá fora das relações dialógicas, da vida social. Isso ainda significa entender e respeitar que não se pode aprisionar o sentido, mas que este deve ser visto pelos caminhos trilhados, porque não se pode chegar à origem fundadora do dizer, apenas ao processo em andamento. As opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, racismo, sexismo, violência, patriarcado e tantas outras operam, portanto, de modo constitutivo por meio da interação verbal, seja legitimando ou refutando as condições e os papéis sociais impostos aos sujeitos em seus grupos. Logo, as escolhas linguísticas, bem como os significados sociais atribuídos às palavras nas trocas comunicativas, criam padrões de linguagem que, por vezes, segregam pessoas em determinados contextos históricos e culturais. Nesse sentido, faz-se necessário acessar, neste estudo, as discussões acerca do entendimento da linguagem como interação verbal, como apresentamos em seguida, uma vez que as mudanças no uso da linguagem (no discurso) estão ligadas a questões e processos sociais e culturais.

### *2.1.1 O caráter dialógico da linguagem*

É interessante, desde o início desta reflexão, posicionar-me em relação a determinados conceitos, visto que eles já norteiam e marcam muitas concepções e escolhas teóricas que, na sequência, se apresentam. Uma dessas escolhas é a opção por conceber e entender a linguagem como um processo de interação verbal e produção social, em consonância com a ADC. Para a ADC, a linguagem é um recurso sociodiscursivo utilizado pelos interactantes para estabelecer

e sustentar relações de dominação e poder, para contestá-las e superá-las, como nos propõem as perspectivas sulistas, que primam pela ruptura, violação e resistência aos padrões coloniais e universalizantes. São considerados campos de estudos críticos sulistas (RESENDE, 2019) os que se esforçam para mostrar maneiras pelas quais discursos hegemônicos podem ser questionados, subvertidos e até mesmo superados, em movimentos de baixo para cima, caminhando ao lado das minorias sociais. Isso implica uma relação dialética entre a linguagem e a sociedade; a linguagem verbal – e também outras formas de se expressar, outras semioses, como as imagens visuais, sons, gestos – é concebida como um elemento da prática social que constitui outros elementos, assim como também é constituída por eles (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Essa concepção se baseia, inicialmente, nos estudos de Bakhtin (2006), para quem toda e qualquer expressão linguística se dá pelo enfoque discursivo-interacionista, sempre socialmente dirigida e orientada ao outro, e se fundamenta em conceitos como “gêneros discursivos” e “dialogismo”. Esses estudos, desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin<sup>25</sup> (2006, 2011) contribuíram para a constituição da ADC, principalmente por essa concepção de linguagem e pelo enfoque discursivo-interacionista. Assim, o outro não é simplesmente um ouvinte receptivo que escuta passivamente, mas sim um ser social, ativo, que traz uma atitude responsiva e replica o objeto da comunicação.

Em consonância com essas ideias, recorremos a Bakhtin/Volochínov (2006), para os quais a língua é dialógica e não é outra coisa senão um fenômeno social, histórico e, também, ideológico. Esses autores não concebem uma linguagem que não cumpra a função social e comunicativa, capaz de interferir e sofrer interferências dos indivíduos e do contexto da interação. Por isso, segundo eles, a linguagem, vista como língua ou como discurso, nunca está pronta, completa, mas é sempre um projeto inacabado.

Observamos, assim, que o aspecto social é de suma importância para o dialogismo, para a relação entre o eu e o outro, porque esse caráter dialógico da língua deixa entrever a subjetividade inerente no sujeito discursivo. A interconexão, a relação entre os/as atores/as sociais, anunciada por Freire (2012), aqui no Brasil, ocorreu antes mesmo que os estudos de Bakhtin chegassem até o sul. Essa relação possibilita novos sentidos às palavras, aos discursos, absorvendo, constituindo o outro e se constituindo nesse espaço conflituoso entre vários discursos. E para Freire (2012, p. 108), essas práticas se dão pela “existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras

---

<sup>25</sup> Círculo de Bakhtin é uma expressão bastante utilizada para identificar o conjunto das obras produzidas por Mikhail Bakhtin, Valentin Volochinov e Pavel Medvedev, entre outros.

verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”. De maneira que existir, “humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”. Assim, os/as atores/as sociais se constituem nas relações que entrecruzam diversas vozes, estabelecidas entre o sujeito e o contexto social/histórico.

Segundo Bakhtin/Volochínov (2006), toda compreensão de um texto, falado ou escrito, implica uma responsividade e, conseqüentemente, um juízo de valor. Barros (2005, p. 26) destaca que, para Bakhtin/Volochínov, “[...] o texto não existe fora da sociedade, só existe nela e para ela e não pode ser reduzido à sua materialidade linguística, o texto é dialógico, define-se pelo diálogo, entre os interlocutores e pelo diálogo entre os textos”. Freire (2012) alerta que quando tentamos um adentramento no diálogo, como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra”. Porém, “ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos” (FREIRE, 2012, p. 109). E no que se refere aos aspectos constitutivos, Brait (1997), traz que a noção de Bakhtin sobre “dialogismo” e “polifonia” enfatiza, duas diferentes concepções do princípio dialógico: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos.

Desse modo, ao abordar as relações dialógicas por Bakhtin/Volochínov (2006) e por Freire (2012), acionam-se, sem dúvida, as concepções indissociáveis de constituição do sujeito, de dialogismo e alteridade, numa perspectiva interdiscursiva da linguagem que vislumbra o diálogo num processo permanente, em uma relação quase sempre conflituosa, e não simétrica, refletindo e refratando a vida em sociedade. Isso significa dizer que as relações dialógicas são sempre constituídas de posicionamentos ativos; estejam elas em conciliações, concordâncias, discordâncias ou indiferença, sempre há uma luta de forças que busca tornar vencedora uma posição ou outra dentro do discurso.

Para Faraco (2008, p. 24), o dialogismo de Bakhtin/Volochínov pode ser entendido da seguinte maneira: “ele aborda o dito dentro do universo do já-dito; dentro do fluxo histórico da comunicação; como réplica do já-dito e, ao mesmo tempo, determinada pela réplica do ainda não dito, todavia, solicitada e já prevista”. O enunciado, assim, é apenas um elo da cadeia comunicativa e, portanto, só pode ser compreendido dentro dessa cadeia. Ele, o enunciado, nunca é repetível, mesmo que seja repetido, pronunciado por inúmeras vezes e com o mesmo conteúdo linguístico, isto é, nenhum enunciado é exatamente igual ao outro, porque a sua constituição se dá no aqui e agora da enunciação, conforme a situação e os interlocutores envolvidos.

Freitas (1997), ao analisar o dialogismo em Bakhtin, diz que ele pode ser entendido como elemento representativo das relações discursivas, que se estabelece entre o eu e o outro nos processos discursivos produzidos historicamente pelos sujeitos, processos esses pelos quais os sujeitos também são instaurados a partir de referentes que não estão “simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; mas pelo contrário, encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 96).

Essas relações discursivas entre o eu e o outro, do interior com o exterior, do eu com o meio social, são constitutivas do sujeito. Isso significa dizer que, sem o outro, o homem não se estabelece como sujeito, pois “sem ele (o outro) o homem não mergulha no mundo sógnico, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve”, nas palavras de Freitas (1997, p. 320). De modo bem simples e resumido, isso se relaciona ao conceito de alteridade para Bakhtin (2006) e, nesse sentido, “o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humano. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos.” (FREIRE, 1986, p. 122-123). A partir disso, temos uma interface com os estudos em ADC, pois estes possibilitam a visibilidade dos processos de coerção, resistência e emancipação, em que o sujeito é constringido pelas estruturas, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que resiste e promove mudanças sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

E nas palavras de Freire (2012, p. 109) “por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes”. A representação do outro tem fundamental importância nesse movimento, tanto na construção do seu mundo interior, quanto nos significados que atribuem ao mundo exterior e os modos como o apreende. Ao enfatizar o caráter dialógico e intersubjetivo da linguagem, esses estudos promovem também uma reorientação da perspectiva centralista do “eu” em sua relação com o “outro”.

Para Geraldi (2016), o conceito de alteridade expresso em Bakhtin representa o grande deslocamento teórico dos estudos do autor, no reposicionamento do “eu” em relação de igualdade com o “outro”, e o sujeito que insurge dessas perspectivas teóricas não é assujeitado, tampouco individual e consciente apenas, mas o resultado “de uma clivagem da relação entre linguagem e história” (GERALDI, 2016, p. 47). Quando falamos em “igualdade” não estamos querendo dizer que todos devam trilhar a mesma vida ou tenham as mesmas escolhas, mas que as oportunidades e os direitos sejam iguais. Igualdade, aqui, deve ser entendida como a

possibilidade de escolha de vida própria e respeito às escolhas individuais de cada pessoa, igualdade que garanta a possibilidade de todos/as viverem de forma digna, de acordo com suas aptidões, desejos e valores. Por mais diferentes que estes/as possam parecer, “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 280). Em diálogo com Marx e Foucault, Sousa Santos (2010) diz que se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização: são sistemas de hierarquizações sociais igualmente complexos.

Segundo Bakhtin (2006, p. 373), o sujeito individual não existe, a relação dialógica entre “eu” e “tu” é condição de existência. “Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe)”. Nessa mesma linha de pensamento, Freire (2012, p. 227) diz que “o eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não-eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu”. É sem dúvida, nessa trama das relações que o “eu” existe, e mais, pode-se dizer que, para Bakhtin e Freire, o princípio dialógico origina a alteridade como inerente ao ser humano e ao seu discurso. Por exemplo, como foi apresentado na epígrafe do início do capítulo, “a princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo” (BAKHTIN, 2006, p. 373). Portanto, cada pessoa se constitui no que é na medida em que fica consciente do que o outro vê nele/a.

A alteridade, a constituição do sujeito e o dialogismo estão, portanto, imbricados, um depende do outro, eles coexistem entre si. Todos esses aspectos só são possíveis pela natureza dialógica da linguagem. A necessidade do outro é imprescindível, o outro é central para que o eu exista, mas ele, o Outro, não existe sem mim; visto nesse processo, eu sou o Outro para ele. Logo, o/a ator/a social não pode ser pensado/a fora das suas relações sociais, pois “somos povoados pelo Outro e nossas relações com o outro fazem de nós e deles os elementos constituintes da sociedade” (SOBRAL, 2009, p. 48).

De acordo com a segunda concepção de diálogo proposta pelo Círculo de Bakhtin, o discurso não é individual porque se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores, como seres sociais, e também porque mantém relação com outros discursos, isto é, se constrói como um diálogo entre discursos. O dialogismo explanado define o texto, então, como “um tecido de muitas vozes, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si, no interior do texto”, alertando para o caráter ideológico dos discursos assim definidos (BRAIT, 1997, p. 34). A autora distingue, ainda, o conceito de

dialogismo e de polifonia, usando o segundo para caracterizar certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. Isso porque, com base nos estudos de Bakhtin, a autora faz distinção entre os textos monofônicos e polifônicos. “Nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver, ou entrever; nos textos monofônicos eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz” (BRAIT, 1997, p. 35).

É importante mencionar que Fairclough parte desses estudos de Bakhtin para abordar o conceito de intertextualidade, em uma proposta voltada para a análise de textos, com a perspectiva de análise de discurso com foco na mudança social. Desse modo, Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram a relevância de Bakhtin nesse contexto, pois ele propõe que uma teoria dialética da linguagem tem de se concentrar na interdiscursividade. De acordo com os autores, a intertextualidade pode estar presente no discurso relatado, no qual a voz do “eu” se manifesta por meio da voz do “outro” ou na combinação de diferentes discursos, na interdiscursividade, situada no espaço das ordens de discurso, lugar esse essencial nas análises em ADC.

Nesse sentido, só é possível analisar a linguagem na sua complexidade quando considerada como fenômeno social e ideológico e apreendida no fluxo com a historicidade e é essa perspectiva social, ideológica e histórica que compõe a expectativa bakhtiniana sobre a relação de fala entre os interlocutores. Essa relação possibilita a constituição do sujeito, os julgamentos de valor entre um e outro, abre possibilidades de avaliação das práticas individuais e dos outros. Esse processo é constitutivo, e de fato o é, porque constrói e reconstrói nossas identidades a todo instante.

Desse modo, podemos ressaltar a nossa ancoragem em Freire, bem como também nos pressupostos bakhtinianos, que desenvolvem uma temática axiológica,<sup>26</sup> em que todo signo é carregado de valor, de um sentido, ou seja, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2006, p. 36). Nesse diálogo, Freire (1967, p.142), ao falar do processo de alfabetização, traz que esse movimento “só nos parece ser válido, a alfabetização em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo, descobrindo a relatividade da ignorância e a da sabedoria”. Assim, evidencia-se uma centralidade na relação entre o eu e o outro na/pela construção do discurso e seus desdobramentos, e mais, de acordo com Faraco (2006, p. 32), Bakhtin “desenvolve um

---

<sup>26</sup> O termo “temática axiológica” está diretamente ligado à ideologia nos estudos de Bakhtin.

método sociológico para os estudos da linguagem”. Diante das discussões expostas e compreendendo a centralidade exercida pela linguagem em nossas vidas e nas nossas relações e práticas sociais, tomamos a ADC como abordagem teórico-metodológica para este estudo. É pertinente essa ancoragem, porque a ADC é uma teoria crítica, preocupada com a sociedade, com os/as atores/as sociais envolvidos/as e suas práticas discursivas e sociais. Assim, a ADC assume ontologicamente a vida social como um sistema aberto, ou seja, passível de mudança, concebendo a linguagem como parte irreduzível da vida social (FAIRCLOUGH, 2003), o que respalda teórica e metodologicamente nosso interesse em analisar o discurso nas práticas sociais. Em seguida, apresentamos os pressupostos teóricos da ADC.

### 2.1.2 *Análise de Discurso Crítica*

Como já mencionado, esta tese se organiza teórica e metodologicamente a partir da Análise de Discurso Crítica (ADC), com base em Fairclough (2000, 2001, 2003, [1992] 2016) e em Chouliaraki e Fairclough (1999). Para Fairclough (2016 [1992]), a ADC se constitui em uma perspectiva teórica e metodológica de análise que contempla diversas teorias sociais e linguísticas. Ainda de acordo com os autores, a ADC se consolidou como disciplina no campo da Linguística em 1991, com o intuito de estudar a linguagem como prática social, em que o estudo do texto se dá de modo situado sócio e historicamente, e que revela as relações de controle, de dominação, discriminação e poder revestidos de ideologia.

Discurso e prática social são conceitos centrais nessa perspectiva teórica. Fairclough (1989, [1992] 2016), desde o início de suas pesquisas, preocupou-se em definir o termo **discurso** para marcar seu lugar de fala sobre esse termo:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, [1992] 2016, p. 90-91).

Assim, o discurso é definido, nos termos da linguagem em uso, como uma prática sempre ativa que move o mundo, modifica pensamentos, assim como altera comportamentos, identidades e valores dos sujeitos no mundo, de forma a poderem manipular/transformar as

estruturas sociais. Desse modo, o discurso envolve um “uso imbricado nas relações e processos sociais, no sistema de valores e crenças, na constituição das identidades dos sujeitos sociais que interagem na atividade material concreta, sob a forma verbal ou não-verbal” (DIAS, 2015, p. 27).

O discurso como prática social apresenta concepções acerca de ideologia e hegemonia, pois pode agir ideologicamente na vida social. Harvey (1989) entende as práticas sociais como constituídas de momentos em relativa estabilidade: atividades, pessoas (crenças, histórias, valores, desejos), relações sociais e institucionais, tecnologias, noções de tempo e espaço, linguagem e outros modos de semiose, que se interconectam em relações de internalização. Chouliaraki e Fairclough (1999), e depois Fairclough (2003), sugerem um refinamento dessa teorização e, baseados no funcionalismo de Halliday, detalham os momentos internos do aparato semiótico das práticas. Para esses autores, o benefício em focalizar as práticas é que elas “constituem um ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos e eventos concretos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

A ADC é uma área caracterizada pela transdisciplinaridade, que possibilita uma relação dialética entre diversos campos do saber. Assim sendo, o/a analista de discurso se vale de diferentes teorias, que dialoguem entre si para refinar as análises e investigar a relação entre linguagem e sociedade. Essa abertura à interação e às contribuições de outras áreas conduz a uma agenda em comum para operacionalizar reflexões críticas que atuem na desconstrução de práticas e discursos excludentes e opressores. Para Chouliaraki e Fairclough, (1999, p. 2), na ADC, teoria e método estão em relação dialógica com outras teorias sociais e métodos, como um movimento transdisciplinar. Isso possibilita o desenvolvimento do caráter emancipatório dos/as atores/as para a promoção de transformações sociais.

Nesse cenário, devido ao diálogo transdisciplinar, a ADC se filia às contribuições da filosofia da linguagem desenvolvida por Mikhail Bakhtin, como vimos na subseção anterior. Também se alia à Linguística Sistêmico-Funcional, de Michael Halliday, e a algumas teorias sociológicas, filosóficas e de teóricos sociais críticos, como Harvey, Habermas, Gramsci, Bourdieu, Giddens, Bernstein, Foucault, entre outros. Dessa forma, a ADC tem uma relação particular com o discurso, a ideologia e o poder no contexto da sociedade contemporânea, ou seja, faz uma leitura crítica acerca desses aspectos para entender e intervir no funcionamento do mundo social. E mais, “os analistas críticos do discurso procuram mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p. 85).

Pode-se dizer que a ADC contempla o fenômeno social de maneira distinta, por entender que o homem deve voltar-se a si mesmo, vestindo-se de consciência acerca de si e de suas práticas – e isso se dá, evidentemente, pelo discurso. “Esta consciencia crítica respecto de las prácticas lingüísticas cotidianas responde a cambios fundamentales en las funciones que cumple el lenguaje en la vida social [...]” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 369).

A ADC teve também influência da Linguística Crítica. Conforme Rajagopalan (2002), esta nasceu na década de 1970 e é uma abordagem centrada na convicção de que estudar a linguagem é uma forma de intervir nela e na estrutura social que a norteia. Um dos grandes nomes da Linguística Crítica que influenciaram a ADC é Michel Halliday, pela chamada Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que busca compreender as escolhas semântico-pragmáticas dos constituintes lingüísticos de um enunciado, avaliando seus estatutos de objetos ou agentes em uma prática discursiva de representação social. A ADC propõe, então, categorias analíticas lingüístico-discursivas para as investigações dos efeitos constitutivos dos textos nas práticas sociais.

O conceito de hegemonia trazido para a ADC parte dos estudos do pensador marxista italiano Antônio Gramsci. Para ele, a ideia de hegemonia se relaciona a um conglomerado de aspectos políticos, culturais, ideológicos e morais, ou seja, define-se hegemonia como “um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423). É importante, porém, marcar que os estudos mais recentes de Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam que a ADC tem mais proximidade com os teóricos sociais contemporâneos, como o sistema aberto de Bhaskar (1989), o Realismo Crítico.

A ADC pode ser compreendida também como uma orientação social. Nesse sentido, ela traz como conjecturas os principais conceitos apresentados por Michel Foucault – *enunciado e ordem discursiva* –, ideias cruciais à apreensão dessa abordagem teórico-metodológica. Os aspectos constitutivos do discurso e do poder usados na ADC foram inspirados nos estudos de Foucault (FAIRCLOUGH, [1992]2016).

Foucault (2003) compreende o discurso como um espaço de lutas e, ao apresentar as formas de vigilância impostas socialmente, já marca as possibilidades de mudanças sociais que podem surgir a partir desses dispositivos de poder. É importante dizer que Fairclough ([1992]2016) reconhece as contribuições do autor, mas reformula as concepções para a ADC, para a qual o foco está na transformação, na mudança, bem como no embate social tomado no discurso. Resende e Ramalho (2006, p. 18) afirmam que dentre as discussões foucaultianas, importam, sobretudo, “o aspecto constitutivo do discurso, a interdependência das práticas

*discursivas, a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso e a natureza discursiva da mudança social”* (grifos das autoras).

Fairclough ([1992]2016) e Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram a concepção de linguagem foucaultiana como parte irredutível da vida social. Assim, a análise textual é incorporada à análise do discurso e a estrutura social determinista dá lugar ao enfoque dialético que considera o discurso como um elemento essencial na constituição do social, que também o constitui.

Nesse mesmo sentido, Jürgen Habermas (1984) também desenvolveu uma Teoria Crítica, em que a comunicação é encarada como processo fundamental da intersecção entre o simbólico e o material na constituição organizacional. A comunicação é vista como um processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização social e, desse modo, tem um poder emancipatório, nas palavras de Fairclough ([1992]2016). Habermas (1984) discute a separação e as transformações das separações entre as esferas pública e privada como um marco do contexto moderno. Para Fairclough ([1992]2016), as tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder. Também para Habermas (1984), é por meio do agir comunicativo que as pessoas podem procurar sua libertação, e o discurso é entendido como elemento emancipador.

Outro conceito fundamental em ADC é o de prática social, concepção da vida social como um sistema aberto à mudança, a partir da filiação ontológica ao Realismo Crítico (RC) de Bhaskar (1989). Nessa abordagem, os autores recusam a ideia de que a vida é um sistema fechado e previsível, acreditando que ele apresente movimentos de causa e consequência. Compreendem a vida, portanto, como um sistema aberto, em constante transformação, composta por mecanismos das mais variadas naturezas (física, biológica, econômica, social, psicológica, semiótica), os quais podem se combinar de distintas maneiras, a depender do contexto em que estão inseridos, de modo que “o mesmo poder pode produzir resultados diferentes, de acordo com a maneira pela qual as condições de fechamento são quebradas, por exemplo, a competição econômica pode levar firmas a se estruturarem, inovar ou fechar” (SAYER, 2000, p. 2). Nesse sentido, a ontologia diz respeito ao modo como se entende a natureza e o mundo social, a realidade social. Para o Realismo Crítico, a ontologia está relacionada à teoria do ser, enquanto a epistemologia está ligada à teoria do conhecer.

Segundo Fairclough ([1992]2016), as ações produzidas pelos/as atores/as sociais podem também ser materializadas em atos comunicativos livres de dominação, ou seja, os/as atores/as não são apenas alienados/as pela dominação, mas também livres para agir. É uma teoria com instrumental para a guinada crítica, transformadora, comprometida com um ideal democrático,

em que os sujeitos se identificam no outro e ao mesmo tempo percebem-se como distintos, singulares, pois existe a possibilidade de desarticulação e rearticulação dos elementos hegemônicos através da potencialidade criativa dos/as atores/as sociais, que dispõem de uma liberdade relativa de agência diante dos constrangimentos impostos pelas estruturas. Aqui cabe um adendo para esclarecer que a dimensão agentiva, que vem de agência do sujeito, é usada pela ADC com o termo ator social em vez de sujeito para marcar agência ativa e não assujeitamento. Nesta tese usamos outros termos além de atores/as sociais, como, por exemplo, sujeitos, interactantes, agentes etc. Por isso, registro aqui conhecimento de que os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente, pois mesmo usando outros termos, sei à força da agência que move nos/as “atores/as sociais” e/ou aos/as “atores/as ideológicos/as” de Pedro (1997). Portanto, ao usar o termo “sujeitos”, por exemplo, marcamos esses seres como políticos sociais ativos/as, agentes e não passivos/as, assujeitados/as e sem agência.

Nessa direção, Van Leeuwen (1997), a partir do “inventário sócio-semântico”, usado para identificação e classificação das inúmeras maneiras de se representar os/as atores/as sociais, reafirma a significância da agência linguística para os estudos discursivos. Estudos estes bastante relevantes para a ADC, uma vez que “a agência [...], enquanto conceito sociológico, revela-se a maior importância clássica na Análise Crítica do Discurso: quais os atores sociais e em que contextos estão eles representados como “*agentes*” e como “*pacientes*”? (VAN LEEUWEN, 1997, p. 169, grifos nosso). Assim, de acordo com a ADC, o sujeito da linguagem é uma posição intermediária, estando situado entre a determinação estrutural e a agência consciente. Por outro lado, ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele/a trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las, transformá-las conscientemente. De tal modo, Fairclough (2003) ressalta que usa o termo agência com base nos estudos de Archer (1995, 2000). Igualmente, afirma que os/as agentes sociais não são ‘livres’, são socialmente restritos/as, mas suas ações não são na totalidade socialmente determinadas. Os/As agentes têm seus próprios ‘poderes causais’, que não são reduzíveis aos poderes causais das estruturas e práticas sociais. Dito isso, para esta tese, usamos agência com base em Fairclough (2003) e, por conseguinte, em Archer.

Vale, pois, salientar que na ADC, a concepção de linguagem como forma de prática social está conectada às noções de poder e ideologia, que se relacionam com a perspectiva discursiva e interacionista de Bakhtin (2006), concebendo o sujeito social, ativo e dialógico. O termo crítico, utilizado por Fairclough ([1992]2016) na ADC, está voltado para a descoberta da interconectividade entre o social e o político, entre a língua e outros elementos da vida social.

A teoria é crítica porque busca analisar os modos como o discurso opera ideologicamente e, ainda, como as identidades individuais e sociais são negociadas em seus aspectos linguístico-semióticos; aliado a isso, a ADC está comprometida com as mudanças sociais. Assim, em vez de simplesmente fazer uma descrição dos elementos linguísticos presentes no texto, o/a analista de discurso crítico assume a tarefa de explicar como eles figuram na interação social e, especialmente, na estrutura social.

Segundo Wodak e Weiss (2005), a ADC compreende a linguagem como parte de uma prática social, sendo, como qualquer prática social, determinada e restringida pelo aspecto social, produzindo, ao mesmo tempo, efeitos sobre ele e transformando-o. O contexto de uso da linguagem é visto como um elemento crucial, além de investigar as relações entre 'linguagem e poder'. O discurso é considerado, na ADC, como uma prática de significação de mundo e a linguagem é compreendida como sendo dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social (FAIRCLOUGH, [1992]2016).

Nessa mesma perspectiva, o uso da linguagem como discurso é considerado, por Fairclough (2003), uma forma de prática social, e não uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. O autor defende que a linguagem se constitui por sujeitos em suas relações sociais. Desse modo, propõe concepções que são sustentáculos para a ADC, investigando a linguagem através de um quadro analítico que denomina Teoria Tridimensional do Discurso, para verificar as mudanças sociais ocorridas em relação às ideologias e ao poder, realizados nas práticas sociais.

No livro *Discurso e mudança social*, Fairclough ([1992]2016) formula a Teoria Social do Discurso. Nessa teoria socialmente orientada, o autor traz uma proposta de análise teórica, metodológica e linguística. A concepção de linguagem compreendida como uma forma de prática social parte do princípio de que a linguagem não é apenas uma forma de representação do mundo, mas também de ação sobre o mundo e sobre o outro. Logo, eu atuo sobre o mundo e o mundo sobre mim, isto é, sobre cada um de nós e nós, então, atuamos uns sobre os outros.

Nesse entendimento há sempre uma relação dialética entre as estruturas sociais e o discurso, com influência mútua. O discurso, portanto, é visto, concomitantemente, como texto e como modo de inter(ação). Não somente texto no sentido exclusivamente escrito, mas todas as formas de texto. A análise das práticas discursivas e sociais verifica a relação entre os/as atores/as sociais em dado contexto social, histórico, ideológico e cultural e, logo, todo discurso deve ser entendido, ao mesmo tempo, como texto, prática discursiva e prática social.

Dessa forma, esta proposta não se limita à estrutura da língua, mas supera-a e traz como ideia, para o estudo da linguagem, a articulação de três níveis: o linguístico, o discursivo e o

ideológico-cultural. Nessa proposta tridimensional, o autor contempla as dimensões: textual, de prática discursiva e de prática social. Nesse caso, Fairclough ultrapassa a abordagem individual de uso da linguagem e, assim como Bakhtin (2006), busca explicar a realização e a negociação das relações sociais na concretude da prática social.

A proposta tridimensional de Fairclough ([1992]2016) indica que toda produção linguística – texto – está envolta por processos de produção, distribuição e consumo (do texto) – práticas discursivas –, as quais vão se alterando de acordo com aspectos sociais – práticas sociais. Depois, em Chouliaraki e Fairclough (1999), as sugestões da organização tridimensional são retomadas e há uma reformulação sobre o entendimento da complexidade das práticas sociais. Neste livro, enfatiza-se a “[...] mudança social contemporânea, em que o discurso figura tanto como elemento semiótico quanto como um momento dentro dessas práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28-29). Com isso, em *Discourse in Late Modernity* (1999), os autores apresentam uma reformulação da proposta analítica anterior. Para tal, sugerem diferentes maneiras de “operacionalizar” as análises interdiscursivas e semióticas, considerando as relações entre o discurso e outros momentos das práticas sociais. O discurso visto, assim, como parte da atividade ou das reflexões, junto a outros elementos. Em Fairclough (2003), as discussões são em torno da recontextualização feita por ele em relação à Linguística Sistêmica Funcional, de Halliday, evidenciando ainda mais a impossibilidade de segregar os aspectos linguísticos dos elementos discursivos e sociais, pois os processos teórico-metodológicos da ADC reconhecem a dialética entre esses polos na vida. Nesta tese, usamos as propostas de Chouliaraki e Fairclough (1999) e, do mesmo modo, as propostas metodológicas de Fairclough (2003), pois a pesquisa envolve questões discursivas no processo de (re)significação e contestação das colonialidades de saber, poder, ser e de gênero e suas interseccionalidades. Por conseguinte, tratamos de (re)formulações discursivas identificacionais, representacionais em diferentes formas de ser, sentir, pensar, agir e viver como maneiras de superar essas opressões que incidem sobre as minorias sociais, em especial sobre as mulheres em suas diversidades.

Dessa maneira, a ADC é uma teoria que se preocupa com as causas sociais e, de acordo com Wodak (2004, p. 225), ela “almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)”. Por essa razão, a ADC é multidisciplinar e é usada como aporte analítico em diversas áreas de estudo que se interessam em investigar motes sociais.

Nesse cenário, ao se falar da análise textual, pode-se iniciá-la como a parte descritiva, em que o/a analista vai descrever o que se passa no texto. Ademais, as partes que analisam a

prática discursiva e a prática social possibilitam ao/à analista interpretar, com base nos dados sociais, analisar os significados sociais que as pessoas lhes atribuem e atribuem aos/às outros/as e ao mundo a partir de suas experiências. A proposta de Fairclough ([1992]2016, p. 61) é aprofundar as investigações analítico-metodológicas e dar mais comprometimento e seriedade aos trabalhos acerca da linguagem em sociedade.

Ainda segundo Fairclough ([1992]2016, p. 61), a análise de discurso proposta por ele preza pela variedade, pela mudança e pela luta: “variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais”. Para tanto, ao se analisar o discurso é necessário partir das estruturas sociais, visto que elas são mediadas pela linguagem e são constituídas, reconstituídas e transformadas pela luta de poder, por meio de forças ideológicas que almejam transformar o social a partir das práticas sociais estabelecidas, seja na mídia, seja no dia a dia.

O texto é visto, portanto, em todas as suas possibilidades de gênero, tanto na modalidade escrita quanto no modo semiótico, assim como acontece na LSF de Halliday & Hasan (1989), que valoriza e estuda a linguagem para além do linguístico – o extralinguístico, o semiótico. A esse respeito, Fairclough (2010) e Kress e Van Leeuwen (2001) mencionam que em todas as práticas sociais há elementos significativos e semióticos, carregados de significados e sentidos.

Para a LSF, de modo geral, os textos têm, concomitantemente, as *funções ideacional, interpessoal e textual*, ou seja, eles ao mesmo tempo representam aspectos do mundo (físico, o social e o mental); interpretam as relações sociais entre participantes de eventos sociais e as atitudes, desejos e valores dos participantes; e conectam partes de textos de modo coerente e coesivo, relacionando-os a seus contextos situacionais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Vale ressaltar que a realização dessas funções se dá em seus sistemas próprios. A *metafunção ideacional* se relaciona ao sistema de lógica e de transitividade; a *metafunção interpessoal* refere-se aos sistemas de modo e modalidade (nos quais estão inseridos as avaliatividades); e a *metafunção textual*, ligada ao sistema de informação e à estrutura temática. A partir da transdisciplinaridade da ADC, Fairclough aproxima-se da LSF, posto que não pode desconsiderar o caráter funcional da LSF para interpretar os textos e para entender os elementos da estrutura linguística. Fairclough, porém, adéqua-os aos próprios princípios analíticos da ADC.

Para Fairclough, a *função de identidade* seria deixada à margem, “como aspecto menor” da *função interpessoal* proposta por Halliday; isso impossibilitaria capturar a importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades (FAIRCLOUGH, 2016). Por isso, a ADC propõe uma recontextualização do modelo de

Halliday, que desvela a significância da função identitária na linguagem, pois os modos de construção e categorização de identidades em dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social (FAIRCLOUGH, [1992]2016).

De início, o autor sugere a divisão da *função interpessoal* de Halliday em duas funções separadas, a *função identitária* e a *função relacional*. A primeira “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; a segunda, a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Essa cisão se justifica pela significância do discurso na construção, na reprodução, na contestação ou na desconstrução de identidades.

No livro *Analysing Discourse*, Fairclough (2003) recomenda uma articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de *gênero*, *discurso* e *estilo*, indicando, para o lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: *acional*, *representacional* e *identificacional*. A *função textual*, conservada em Fairclough ([1992]2016), é incorporada ao *significado acional* na obra de 2003, porque o autor não concebe a ideia de uma *função textual* afastada da ação. Prefere, então, agregá-la ao seu significado acional: “não distingo uma função ‘textual’ separada, ao contrário, eu a incorporo à ação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27).

Com isso, Fairclough (2003) relaciona *ação* e *gêneros*, *representação* e *discursos*, *identificação* e *estilos*. *Gêneros*, *discursos* e *estilos* são modos relativamente estáveis de *agir*, *representar* e *identificar*, concomitantemente adotados também pelo autor como elementos de ordens de discurso no nível da prática social. Ao analisarmos os textos como parte de eventos discursivos particulares, estamos fazendo duas atividades interconectadas: (1) olhando-os em termos dos três aspectos do significado – *ação*, *representação* e *identificação* – e para como são realizados nos diferentes traços de textos (vocabulário, gramática e demais); (2) constituindo a ligação entre o evento social concreto e a prática social mais abstrata, ao erguermos questionamentos sobre que *gêneros*, *discursos* e *estilos* estão apresentados e como os diferentes *gêneros*, *discursos* e *estilos* se mostram no texto.

Assim, Fairclough (2003) se refere aos textos como multifuncionais, ao passo que destaca as relações internas a ele (relações semânticas, gramaticais, de vocabulário e lexicais), interconectadas às relações internas ao texto, como, por exemplo, as práticas e estruturas sociais, outros elementos dos eventos sociais, a partir de uma análise interdiscursiva dos *gêneros*, *discursos* e *estilos*, que se articulam concomitantemente, de modo que cada um internaliza os outros, mas sem reduzir-se a eles. Os *gêneros* são constituídos e reconstituídos de acordo com as práticas sociais, de modo que novos *gêneros* são criados a partir da

combinação dos existentes. Ao analisar um texto com base na ADC não se pode, portanto, concebê-lo fora do contexto discursivo e social em que ele está inserido, e isso se deve aos aspectos ideológicos e culturais em que estão valorados. Ademais, é por meio do discurso que essas manifestações acontecem. Mais adiante, na subseção 2.1.5, veremos mais sobre o discurso e os três significados do discurso na perspectiva de Fairclough (2003). Antes, contudo, apresentamos brevemente, na próxima subseção, outros conceitos fundamentais para o desenvolvimento deste estudo: a Análise de Discurso Crítica Feminista (ADC Feminista) e os feminismos decoloniais e a colonialidade de gênero.

### *2.1.3 Análise de Discurso Crítica Feminista e os feminismos decoloniais*

Recorrendo aos estudos dos movimentos feministas, percebemos que, historicamente, foi a partir da década de 1970 que esses movimentos eclodiram em busca de instrumentos que fomentassem a cidadania feminina, o direito à representatividade da voz, de modo a considerar a experiência participativa das mulheres nos diversos segmentos sociais. É necessário registrar que feminismo é um termo usado no singular para falar de cada especificidade, mas na realidade há uma pluralidade de correntes. Por isso, é algo bastante complexo, visto existirem vários fluxos, ou seja, não é algo uniforme, nem homogêneo, mas sim uma multiplicidade de movimentos, ideias e visões. Há diversas matrizes do feminismo, como liberal, radical, socialista, marxista, cultural, humanista, psicanalítica, lésbica, do terceiro mundo, negra e outros.

Apesar dessas posições impossibilitarem uma ideia singular do feminismo, elas concentram o interesse comum, provocam o debate político contra a dominação patriarcal e as desigualdades sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade (CONCEIÇÃO, 2009). “Essa interdependência de diferentes forças dentro do feminismo assinala sua principal virtude em relação a outros movimentos sociais”. Segundo o autor, isso pode ser visto “principalmente quando consideramos as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito visando objetivos políticos, materiais e culturais específicos” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 749).

As abordagens mais recentes questionam a generalização das experiências das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média dentro do movimento, que tem tratado o lugar da opressão como universal, categorizando as mulheres de modo universal, desconsiderando os aspectos particulares que as envolvem, como, por exemplo, as negras, refugiadas, quilombolas, indígenas e tantas outras diversidades. Desse modo, se tornou necessário reivindicar a

afirmação de outros feminismos, como feminismos negros e lésbicos, e criar espaços de fortalecimento dessas identidades. Assim, no interior de cada coletivo de diferentes sujeitos, surgem distintas necessidades e lutas específicas, em variadas territorialidades, por exemplo, na América Latina (ZANETTI, 2011). Por isso, de acordo com Michelle Lazar (2007), desde a década de 1970 os achados teóricos correlacionados a gênero e linguagem apresentam um traço bem significativo para os estudos feministas. Nesse cenário, uma das perspectivas em desenvolvimento notou a necessidade de acrescentar-se o termo “feminista” a diversas áreas de estudos, como, por exemplo, a partir dos anos 2000, o uso desse vocábulo adicionado aos trabalhos desenvolvidos em Análise de Discurso com perspectivas feministas, tornando-se Análise de Discurso Crítica Feminista (ADC Feminista) (LAZAR, 2005, 2007). Para a autora, a visão crítica da ADC despertou a atenção para a junção de agendas; mesmo sabendo que a ADC já lutava por mudanças sociais e pela ruptura das hegemonias sociais por meio da investigação e das denúncias linguísticas, os Estudos Feministas optaram pela adição da palavra “Crítica” como bandeira útil, ao relacionar-se com a ADC e ao reafirmar a importância desta área para o centro das discussões sobre linguagem e gênero. Desse modo não se opõem, mas se complementam.

A autora ressalta que o termo “feminista” foi adicionado também a diversas correntes teóricas existentes, pois esse campo discursivo com perspectivas feministas tampouco é unificado. Ela cita a Análise da Conversação Feminista (KITZINGER, 2000); a Estilística Feminista (MILLS, 1995); a Pragmática Feminista (CHRISTIE, 2000) e a Análise de Discurso Feminista Pós-Estruturalista (BAXTER, 2003, 2008). Citando as palavras de Cameron (1992, p. 16), Lazar (2005, p. 2) ressalta que um dos principais objetivos dessas subdivisões é “questionar, dentro de cada agenda específica, todos os preconceitos acadêmicos da linguística e mostrar como os pressupostos e as práticas da linguística estão implicadas na ideologia patriarcal e de opressão”. Desse modo, a ADC Feminista também traz como objetivo e legado a representação do feminismo pelo feminismo e para o feminismo, assumindo, assim, um cunho ainda mais político do que o originalmente sugerido pela ADC em relação às questões de gênero e no reconhecimento das mulheres junto aos diversos saberes, inclusive no fazer ciências.

Dessa forma, a ADC Feminista busca guiar as análises realizadas por princípios feministas, teorizando sobre a natureza opressiva de gênero, muitas vezes assumido como uma categoria dada no estudo das práticas sociais, nas quais as relações entre discurso, poder e ideologia são também consideradas (LAZAR, 2005, 2007). Nesse sentido, no livro *Feminist Critical Discourse Analysis*, Lazar (2005) traz uma interconexão do feminismo com a ADC. Segundo a autora, a ADC Feminista consiste em um projeto político que almeja revelar as

estratégias de entrelaçamento desses níveis (discurso, poder e ideologia) na constituição do gênero social, contribuir para uma maior reflexividade sobre as práticas, teorias e metodologias feministas no combate à desigualdade de gênero e à sexualidade, considerando a interseccionalidade entre as categorias como raça, classe social, território, etnia, etc. A aproximação da ADC Feminista à ADC se dá, assim, ao realizar análises sempre contextualizadas, que permitam entender como se estabelecem os limites de significação, rechaçando o binarismo entre as categorias universalizantes *mulher e homem*, para concebê-las junto a outras variáveis como idade, raça, classe, gênero, entre outras, com as quais sempre interagem. Esses princípios dialogam com os pressupostos de desnaturalizar, desmistificar as relações de poder, advindas das opressões patriarcais e capitalistas que incidem historicamente sobre os sujeitos sociais, em especial sobre as mulheres em suas diversidades, como, por exemplo, as mulheres negras.

De acordo com Lazar (2005), o objetivo central é contestar uma sociedade patriarcal, capitalista, onde a mulher surge como um grupo social excluído: “como analistas crítico-feministas do discurso, a nossa preocupação central é analisar criticamente discursos que sustentam uma ordem social patriarcal”: ou seja, relações de poder que, por um lado, privilegiam sistematicamente os homens como um grupo social, e por outro lado, “excluem e desvalorizam as mulheres como grupo social” (LAZAR, 2005, p. 5, tradução nossa).<sup>27</sup> Ela concebe as relações de gênero inter-relacionadas a outros marcadores sociais, como classe social, raça, território, as quais são imbricadas pelo contexto social, cultural, político e econômico, portanto, multilíneas e mutáveis. A autora coloca em discussão a ideia de gênero como estrutura ideológica dominante e hierárquica produzida com base no binarismo, sexismo que divide as pessoas em dois grupos: *homens e mulheres*.

A pesquisadora ainda menciona que uma perspectiva crítica sobre arranjos sociais desiguais sustentados através do uso da linguagem, com os objetivos de transformação social e emancipação, constituem a pedra angular da Análise Crítica do Discurso e de muitos Estudos Linguísticos Feministas. Dessa maneira, podemos afirmar que a ADC Feminista adota a linguagem como prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), como discurso. Ademais, confirma a visão da dialética de Fairclough (2016 [1992]), pois rompe com a reprodução e a manutenção da ordem social e, nesse sentido, luta pela resistência e a transformação dessa ordem. O controle dos homens sobre as mulheres deve-se parcialmente à

---

<sup>27</sup> Texto original: “As feminist critical discourse analysts, our central concern is with critiquing discourses which sustain a patriarchal social order: that is, relations of power that systematically privilege men as a social group and disadvantage, exclude and disempower women as a social group” (LAZAR, 2005, p. 5).

forma como os sentidos são mobilizados ideologicamente no discurso para mantê-los em funções públicas de prestígio e, nessa perspectiva, o discurso é uma dimensão da prática social (MAGALHÃES, 1995).

Do mesmo modo, é plausível afirmar que a ADC Feminista está baseada numa perspectiva política sobre gênero e, como tal, vê-se empenhada com a desmistificação de gênero, poder e ideologia no discurso e com a transformação social. Esse campo de estudos adota a ADC para questionar e compreender o complexo funcionamento das questões de gênero, poder e ideologia, que têm se tornado cada vez mais difíceis e sutis e, também, para fazer militância (ADC Feminista) sobre a opressão de gênero dentro da academia e no interior da própria Linguística.

A partir dessas conceituações, torna-se também um movimento feminista decolonial, problematizando, por uma perspectiva crítica, a categoria de gênero, o “ser mulher”, a posição da mulher na sociedade, como sujeito de cultura, social, histórico, político, intelectual e de direitos em suas diversidades, como, por exemplo, a diferença de raça, classe social, territorialidade e posições epistemológicas. Haja vista que várias pesquisadoras e ativistas feministas da América Latina – seja dentre o feminismo decolonial, o feminismo negro, o feminismo afrolatinoamericano, o afronorteamericano, entre outros – se preocupam com essas inter-relações. Esta pesquisa também encontra alento nesse bojo, pois, dentre as 60 colaboradoras deste estudo, 75% delas se declaram negras e pardas, pelas categorias do IBGE, de modo que esses feminismos plurais negros decoloniais, de vertente crítica, feminismo negro e decolonial, têm se dedicado à intersecção das categorias para compreender o modo como a modernidade/colonialidade impôs a hegemonia masculina branca, heteronormativa, capitalista, patriarcal e europeia, com todos os seus privilégios e poderes. Dessa maneira, é importante acionar sempre as memórias discursivas dos discursos raciais, misóginos, genocidas, direcionadas à população negra, em especial às mulheres negras, uma vez que os perpetradores desses crimes são majoritariamente brancos em suas masculinidades. São, então, casos de violências históricas constituindo normatividades e corporalidades socioculturais que naturalizam a vitimização do gênero feminino e a resistência dos homens ao avanço daquelas que enfrentam, questionam essas normas do patriarcalismo (VIVEROS-VIGOYA, 2018). É na e pela linguagem que se dá a sustentação das práticas e relações de poder hegemônicas segregadoras, atestando discursos que garantem às pessoas brancas privilégios, superioridade sobre as vidas negras, infligindo sofrimento a vida dessa comunidade por meio de instrumentos ideológicos que naturalizam tais práticas.

Por isso, Carneiro (2005) tem proposto enegrecer o feminismo para entender a relação entre racismo e sexismo e feminizar a luta antirracista para entender os efeitos do racismo nas mulheres. Assim, os pensamentos feministas negros e decoloniais envolvem interpretações da realidade de mulheres negras feitas também por mulheres negras (COLLINS, 2019) e subalternizadas. Segundo Carneiro (2005, p. 119), “a diversidade das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz ao feminismo é resultado de um processo dialético”, de modo que, se “de um lado promove a afirmação das mulheres em geral (mulher como gênero feminino universal) como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres”, negras, indígenas, quilombolas, refugiadas etc. Em virtude da natureza desta pesquisa, é mister a filiação aos estudos de feministas negras decoloniais, algumas já citadas aqui, como Crenshaw (2004), Lugones (2014, 2020), Hooks (2013, 2019), Akotirene (2019), Carneiro (2005) e várias outras citadas ao longo do trabalho. Assim, os vários modos de lutar criticamente pela diversidade no interior dos gêneros, com debates sobre antirracismo, anticlassismo, anticapitalismo, antisexismo e demais agendas similares, são pontos em comum, convergências e entrecruzamentos desses movimentos negros críticos decoloniais. Constitui-se o decolonial como um campo crítico que sintetiza essas correntes pós-coloniais, com um posicionamento político-teórico-metodológico comum, que busca desnaturalizar, desmistificar a hegemonia, as relações assimétricas entre as relações de gênero, e, conseqüentemente, no interior de cada gênero. Com isso, busca fortalecer as práticas contra-hegemônicas e os discursos de resistência ao patriarcado, às colonialidades e ao capitalismo.

A hegemonia masculina acontece muitas vezes de forma velada, sutil, por isso é aceita como natural, como, por exemplo, a imposição de gênero na mudança do nome da mulher para o nome do homem, como uma forma jurídica de legitimar e institucionalizar a submissão feminina no casamento (ADICHIE, 2017). Chimamanda Adichie (2017) interpreta essa atitude como um ato de violência de gênero, mesmo que de modo sutil, fato que constrange a mulher, causando-lhe desgaste para trocar a documentação, e a perda de uma identidade materializada na troca de nome e concretização na adesão a uma ideologia de posse, imposta e efetivada nos novos documentos, no registro de identidade. Além disso, efetivada também nos modos de ser, no estilo de vida que lhe é imposto pela nova identidade de mulher casada. Adichie (2017) ainda aborda a questão dos brinquedos das crianças, na problematização da imposição de gênero, como um problema histórico, e menciona os transtornos que teve ao comprar cores convencionadas socialmente como masculinas para sua filha. Assim sendo, são ações que acontecem na vida vão cristalizando a colonialidade de gênero e alicerçando ainda mais os

padrões e papéis sociais na dicotomia homem e mulher. No entanto, essa realidade tem sido cada vez mais questionada por várias frentes de pesquisa, como exposto até aqui.

Faz-se necessário mencionar que várias estudiosas da ADC na América Latina, em especial no Brasil, vêm lutando contra a desigualdade de gênero, que não considera o respeito às diferenças entre os gêneros e no interior de cada gênero. Esses estudos seguem marcando espaço, tempo, território, epistemologias, cada uma a seu estilo, e despontando, nas pesquisas mais recentes, repaginando a ADC e os estudos críticos para um modo mais autêntico, mostrando, por meio da resistência, a força das minorias sociais, propondo novas e diferentes reflexões. Pesquisadores/as que se permitem ousar e respeitam o/a outro/a, na busca de “descolonizar os Estudos Críticos do Discurso” (RESENDE, 2019). Como exemplos desses estudos podemos citar: Izabel Magalhães (2003, 2006, 2017), Coroa (2006, 2017), Resende e Ramalho (2017), Resende (2019), Vieira (2016), Dias, Coroa e Lima (2018), Dias (2011, 2015), Diniz e Velez (2008) e tantas outros.

Nos movimentos feministas recentes, em que convivem as vozes periféricas e subalternas, podemos encontrar diálogos com o feminismo decolonial. Este tem como uma das principais expoentes a argentina Maria Lugones, filósofa, professora e ativista feminista. Em *Rumo a um feminismo descolonial*, Lugones (2014) sugere analisar a opressão de gênero, raça e a exploração capitalista a partir de uma epistemologia de fronteira feminista. O termo “as margens”, como ela denomina nos textos, constitui-se em um lócus rompido, no qual a subjetividade é construída e apreendida por uma dupla consciência, ou, nas palavras da autora, por uma *consciência multiforme*. Esse mesmo sentido é trazido por Glória Anzaldúa (2005), como *uma nova consciência mestiça*. Lugones (2014) ressalta que há um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero, que ignora as categorias de raça e classe em sua constituição.

Nesse sistema, de acordo com a autora, existem os humanos: o homem branco, detentor da razão e inteligência; a mulher branca, reprodutora da dominação colonial e da mentalidade dominante; e os não humanos, ou, segundo ela, os bestializados, os negros e os índios. Nesses espaços, as mulheres indígenas e as negras não estão representadas nem na categoria universal de mulher, nem nas categorias índio e negro. Por isso as teorias e conceitos da autora favorecem a incorporação de vozes subalternas, com foco na diferença. Pensar a partir das margens, como ela traz, é uma visão crítica em relação às imposições hierárquicas sociais, que estigmatizam os grupos considerados não universais/essenciais, marcados socialmente como inferiores. As mulheres colaboradoras desta pesquisa são, em sua maioria, mulheres negras, com pouca escolaridade e de baixo nível de renda, ou seja, são deixadas à margem. Assim, também elas devem ser pensadas e compreendidas como mulheres em suas diversidades, e não como

categorial universal mulher, como se todas sofressem as mesmas opressões e tivessem as mesmas demandas.

Lugones (2014) discorre acerca das múltiplas resistências de gênero em face das múltiplas opressões. Ela refuta a ideia das opressões de modo isolado, compreende-as de maneira articulada, numa política teórica e metodologicamente interseccional. Para ela, a “interseccionalidade revela o que não é visível quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente” (LUGONES, 2007, p. 192), de forma que o feminismo decolonial promove a crítica contra a universalização imposta pela modernidade. Para a autora (2007, p. 193), “o movimento para intersectar essas categorias foi motivado pelas dificuldades de tornar visível aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os nos termos de ambas as categorias”.

Para tanto, seus estudos trazem uma abordagem crítica que reúne as discussões acerca de raça, gênero, classe e sexualidade, mostrando a indiferença da sociedade frente às diversas formas de violência que (re)incidem sobre as mulheres, e mais ainda sobre as não brancas e não eurocêntricas, pois são milhões de mulheres às margens no mundo, cujas situações específicas não são contempladas via pensamentos apenas europeus. Assim, partindo da tese da *colonialidade do poder*, a qual detalho posteriormente, do peruano e teórico Aníbal Quijano, Lugones (2008), em *Colonialidade e gênero*, propõe um novo percurso para descolonizar o gênero, o feminismo, procurando, assim, compreender as condições das mulheres não europeias, vistas sob suas próprias perspectivas, fora do cerne das discussões de gênero eurocêntricas. Assim sendo, diz: “chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (LUGONES, 2014, p. 941).

Após a autora perceber que, além do político, social, econômico e cultural, havia uma *colonialidade do gênero*, teoriza sobre esse campo e amplia a visão que se tinha até aquele momento. Desse modo, o discurso feminista descolonial de Maria Lugones (2008) parte da desterritorialização de outros discursos feministas que teorizavam sobre as reivindicações das mulheres, mas, na verdade, só atendiam às mulheres brancas, elitizadas e europeias. A autora refuta a imposição colonial, sobretudo às mulheres não brancas e/ou não europeias, versa contra o binarismo, as dicotomias e as hierarquias patriarcais brancas e traça uma nova direção crítica, envolvendo as mulheres não brancas de todas as zonas, territórios, vítimas da hegemonia europeia, descolonizando o gênero a partir da diferença colonial<sup>28</sup> (MIGNOLO, 2013). Ela

---

<sup>28</sup> Gallas: “Qual é o conceito de diferença colonial”? Mignolo: “A diferença colonial é uma estratégia fundamental, antes e agora, para rebaixar populações e regiões do mundo. Como transformar diferenças em valores, dessa maneira, pela diferença colonial, a América Latina não é apenas diferente da Europa; desde Buffon e Hegel, é uma

ainda ressalta que, ao usar o termo colonialismo, sua intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de *colonialidade de poder e de gênero*, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para as classificações sociais. Essas subjugações promovem o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a com menor direito que os seres humanos, isto é, sub-humanos, como foram denominados.

Lugones (2007) apresenta um estudo de investigação transversal sobre um *feminismo decolonial* e não concebe a ideia de compreender-se gênero fora do entrelaçamento das dimensões de raça, classe e sexualidade. Ela ressalta que, apesar de cada um ou cada uma na modernidade capitalista europeia ser “racionalizado(a)” ou “gendrado(a)”, nem todas as pessoas “são dominados/as ou vitimizados/as com base em seu gênero ou raça. [...] É somente quando percebemos o entrelaçamento ou fusão do gênero e da raça que vemos efetivamente a mulher de cor” (LUGONES, 2007, p. 192-193). Pela trilha dela, o feminismo descolonial, é preciso olhar as opressões, a diferença colonial, sentir e resistir ao próprio hábito epistemológico do apagamento e, a partir daí, renovar os modos de compreender a mulher, deixando de vê-la como significado universal, para começar a compreender pelas/nas fissuras históricas. Com isso, considerar e respeitar as diferentes formas de ser mulher, as feminilidades, estas que há longos tempos já resistem às diferenças coloniais.

Ademais, Lugones (2007), em *Heterossexualism and the Colonia/Modern Gender System*, propõe um novo entendimento sobre as dimensões de opressor e de oprimido, ou, como a autora trata, de colonizador e de colonizado, na relação de gênero, raça, classe, produzindo uma revisão da modernidade capitalista. A revisão crítica é produzida para pensar as múltiplas facetas de resistência que se inseriram desde o início da colonização, trazê-las à tona e desmistificar as dicotomias que simplificam e generalizam o mundo, com enunciados tidos como universais e que serviram de alicerce para justificar a violência e a exploração dos colonizadores sobre os colonizados. Para tanto, a autora propõe ir além da “lógica categorial”, isto é, das categorias dicotômicas impostas pela modernidade para, de fato, em suas palavras, “ver as mulheres não brancas”. Ela ressalta ser preciso fazer uma análise capaz de questionar o que ela denomina lógica categorial dicotômica e hierárquica: “proponho o sistema moderno

---

zona inferior do mundo com suas populações e suas faunas, seus crocodilos e seus pântanos. E assim em tudo [...]” (MIGNOLO, 2013, p. 24). MIGNOLO, Walter. Entrevista (Decolonialidade como o caminho para a cooperação), por Luciano Gallas. Tradução de André Langer. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, edição 431, 4 nov. 2013. p. 21-25. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52). Acesso em: 20 dez. 2020.

colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas” (LUGONES, 2014, p. 935).

Nas relações dicotômicas universalizantes, as pessoas fora do padrão normativo são tidas como não humanas, não importantes, animais, como aberrações, em uma completa barbárie e violência física, moral, psicológica, que apaga as memórias, as vivências, as relações intrassubjetivas e até mesmo a origem de cada pessoa, sua própria história e cultura. Por isso devemos ter um cuidado ainda maior na relação pesquisadora e pesquisadas, para não marcar viés de hierarquia, de opressão e de assimetrias de qualquer forma e ter em mente que, sem as colaboradoras, esta pesquisa não teria esses relatos, porque este *corpus* é singular, assim como a história de vida delas, cada uma, em suas múltiplas identidades, constituídas em parte por suas individualidades e em parte pela coletividade que elas constituem e são, ao mesmo tempo, por elas constituídas.

Podemos concluir, assim, que considerar as relações geopolíticas, intersubjetivas e discursivas, analisar as relações de ideologia e poder de toda ordem – considerando a interseccionalidade entre raça, gênero, classe social, sexualidade e idade – é um dos traços que unem essas correntes teóricas aqui apresentadas (ADC, ADC Feminista, Feminismo negro e decolonial), no compromisso assumido com os grupos em situação de desvantagem. Estas teorias não são homogêneas, nem pretendem sê-lo, tampouco é preciso ser. No entanto, elas dialogam entre si ao proverem releituras e ressignificações críticas de gêneros, discursos e estilos hegemônicos coloniais sedimentados historicamente, os quais subjagam e oprimem as minorias sociais. Dessa maneira, pensar as categorias de modo interseccional nos “permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com essa lógica” (LUGONES, 2014, p. 935). A resistência está no “ser-sendo” e no “estar sendo em relação às diversas formas de opressão”. Devemos olhar para os “lócus-fraturados”, as fissuras, e apostar que nossas pesquisas possam contribuir para um “movimento de coalizão” na diferença.

Desse modo, por meio de múltiplos e diversos movimentos teóricos e metodológicos, é possível contribuir para que discursos e estilos estabelecidos historicamente sejam negociados, resistidos e ressignificados, causando transformação entre estrutura, ação social e a relativa liberdade dos/as atores/as sociais. Com isso, é possível dar visibilidade às vozes e discursos contra-hegemônicos, zelando por cuidados e respeito a si e aos outros, haja vista que somente se minhas relações “com o outro se derem na aceitação desse outro como um legítimo outro na convivência, e, portanto, na confiança e no respeito”, minhas conversações com esse outro se darão, de fato, no espaço de interações sociais. Do contrário, essas “não são relações sociais,

mas relações de supervalorização e desvalorização”, respectivamente, pois, “sem ações de aceitação mútua não somos e nem agimos como seres sociais.” (MATURANA, 2002, p. 65-66).

Para tanto, esta pesquisa tem o aporte teórico basilar na ADC, pesquisa crítica social em diálogo com as demais correntes aqui apresentadas, sendo esses movimentos transdisciplinares inerentes à ADC. Neste estudo, em especial, propomos fazer reflexões críticas e trazer análises discursivas críticas que considerem e analisem o gênero em articulação com outros marcadores sociais de diferença. Intenta-se compreender, assim, que são mulheres em suas diversidades, brancas, negras, quilombolas, de origem pobre, com baixo nível de escolaridade, vítimas de violência doméstica e familiar, enfim, posicionadas socialmente à margem, em situação de vulnerabilidade social, subalternidade. Nesse sentido, em ADC, a análise linguística e a crítica social devem estar inter-relacionadas, num processo no qual a primeira e a segunda se alimentam e se justificam.

Para estender a compreensão das várias facetas da colonização, suas repercussões, principalmente para mulheres colocadas em posição de subalternidade, ou seja, à margem da sociedade, e os estudos que questionam e resistem a essas hierarquias coloniais, apresentamos, em seguida, de modo breve, conceitos dos Estudos Decoloniais que dialogam com a ADC nesse referencial teórico.

#### 2.1.4 Estudos Decoloniais

Os Estudos De(s)coloniais destacam-se no desenvolvimento de um projeto político potencialmente emancipatório, que busca desmistificar hierarquias hegemônicas a partir de análises críticas do legado colonial. Escolher a denominação de pensamento decolonial ou descolonial é uma opção política. Walsh (2017) sugere o termo decolonial, pois, dessa forma, se nega a colonialidade, e não descolonial, porque esta última pressupõe algo destruído, e, assim, seria uma palavra nova, uma inovação, e não uma negação à colonialidade, como aqui procuro fazer. Salvos os nomes, o mais importante é vermos, em vários autores, que ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela *colonialidade* e ao desmantelamento de seus principais dispositivos de opressão. O movimento de enfrentamento à colonialidade emergiu como coletivo de contestação, questionamentos e análises inerentes à fundação da própria modernidade. Surgiu, com isso, o conceito de *modernidade/colonialidade*, introduzido por Aníbal Quijano, no final dos anos 1980 e início dos 1990 (MIGNOLO, 2017). A *decolonialidade* se propõe a exceder os propósitos do Projeto

*Modernidade/Colonialidade*, vindo a distinguir-se de “*pós-colonialismo*” (pensamento geralmente relacionado a Edward Saïd, Gayatri Spivak e Homi Bhabha) e de “*descolonialidade*” (referência ao processo político de *descolonização* de países periféricos).

A decolonialidade traz, logo, a necessidade de transcender as epistemes eurocêntricas como uma das principais ideias do movimento decolonial (GROSFOGUEL, 2008). Ela é “um tipo de atividade (pensamento, giro, escolha) de enfrentamento à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade [...]”. Nesse cenário, “pensar decolonialmente [...] significa então embarcar em um processo de desprender-se das bases eurocentradas do conhecimento” (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 34). Em oposição aos pensamentos eurocentrados, devemos, nas palavras dos autores, “pensar fazendo conhecimentos que iluminem as zonas obscuras e os silêncios produzidos por uma forma de saber e conhecer cujo horizonte de vida foi constituindo-se na imperialidade” (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 34).

Além de Quijano, outros pesquisadores do pensamento decolonial também fazem parte do coletivo (grupo), inicialmente intitulado *modernidade/colonialidade*, hoje renomeado para *modernidade/colonialidade/decolonialidade*, são eles: Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Arturo Escobar e Eduardo Restrepo, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Castro-Gomez, Fernando Coronil (LANDER, 2005), além de outros/as importantes estudiosos/as associados/as ao grupo, tais como Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres e Cristina Rojas (ESCOBAR, 2003), e tantas outras pessoas que hoje colaboram com os postulados desse coletivo de pesquisadores/as. É importante marcar que esta pesquisa também se situa na perspectiva dos *Estudos Decoloniais* conforme as proposições desse coletivo, oriundas de várias procedências, mas com o objetivo comum de construir um projeto epistemológico, ético e político a partir dos efeitos causais da *modernidade/colonialidade* e, assim, transgredir, insurgir percursos outros para desnaturalizar o que foi naturalizado em posições, pensamentos, práticas, crenças, valores, padrões, gêneros sociais, culturas, classe, raça, língua, corpo, enfim, ver, ser, sentir, conviver e existir de outros modos, menos encaixados.

A partir daí, o pensamento decolonial traz vários estudos e trabalhos, com diversos enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade/colonialidade, oferecendo releituras históricas que problematizam a constituição dos alicerces da modernidade (MIGNOLO, 2005). Segundo o autor, esse movimento se iniciou nas Américas pela resistência do pensamento indígena e afro-caribenho, e, de modo diferente, em contextos asiáticos e africanos, num movimento de contraposição ao imperialismo britânico e ao colonialismo francês.

O revisitar da constituição histórica da modernidade e de suas transformações na América Latina foi o fundamento a partir do qual essas questões se articularam, à luz da categoria colonialidade, como o lado negativo da modernidade. Assim, “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada”, “não há colonialidade sem modernidade” (MIGNOLO, 2005, p. 75). Para ele, a colonialidade é “o lado escuro da modernidade”. Ainda conforme o autor, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial (hegemônico) do poder capitalista e funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder (QUIJANO, 2005, p. 93).

Já o colonialismo, para Maldonado-Torres (2019), é mais antigo, vem desde a formação histórica de territórios coloniais e foi um instrumento de invasão e colonização dos impérios ocidentais da maior parte do mundo, sempre usado como justificativa de “descoberta”, como se fosse a salvação para esses povos, a chegada do “Mundo Novo”, civilizado. Desse modo, o

[...] **colonialismo** pode ser compreendido como a formação dos territórios coloniais, como, por exemplo, de acordo com a história hegemônica, a descoberta do Brasil por Portugal, passando a ser sua colônia. O **colonialismo** moderno pode ser entendido como as maneiras particulares pelas quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “**descoberta**”. (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 41, grifos nossos).

Por outro lado, a colonialidade “pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de ‘*colônias formais*’” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36). A colonialidade é um processo da modernidade vinculado ao colonialismo e implica não apenas uma ferramenta ocidental, mas uma contínua lógica de dominação, que permeia as relações sociais nos locais de subalternidade.

Conforme Quijano (2005), a colonialidade, como permanência da estrutura de poder colonial, tem como principais alicerces: a “racialização” e as intrínsecas formas racializadas das relações de produção; o “eurocentrismo”, como forma de produção e controle das subjetividades, das existências; a hegemonia do “Estado-nação”, que, como processo intrínseco, após o colonialismo, é construído como periferia, à margem. Portanto, a colonialidade caracteriza-se por um padrão de poder que deriva da “classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial [...]” (QUIJANO, 2005, p. 95).

É necessário ressaltar que os conceitos não devem ser tidos como sinônimos, porque o colonialismo é um período encerrado da História, pois foi a “constituição geopolítica e geohistória da modernidade da Europa Ocidental [...] em sua dupla face: a configuração econômica e política do mundo moderno, bem como o espaço intelectual [...] que justificam tal configuração” (MIGNOLO, [2000]2003, p. 140). No entanto, a lógica de dominação imposta pela colonialidade não terminou com o fim do seu modelo geopolítico formal.

Ao contrário, a ação colonial permanece viva, ativa, concretizando-se em várias formas de opressão, insere-se na desumanização das pessoas, nessas zonas colonizadas, ou seja, às margens, mesmo longe das “colônias formais” (MALDONATO-TORRES, 2019). Essas formas de subjugação manifestam-se, de modo explícito ou, às vezes, de modo velado. No entanto, atendem aos mesmos fins, perpetuam as diferentes formas de hierarquização de saberes, raças, etnias, gêneros, todas derivadas do colonialismo, e permanece sob outras configurações, em um momento que Mignolo chama de pós-colonialidade. Ainda, pode se manifestar nas formas de *colonialidade do poder*, *colonialidade do saber* e *colonialidade do ser*.

Assim sendo, a partir dos questionamentos acerca dos alicerces universalizantes e da opressão do “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2004),<sup>29</sup> “sistema-mundo/capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126), o coletivo de pesquisadores estabelece a proposta decolonial, ou seja, uma releitura da própria modernidade capitalista colonial, a qual, nas palavras de Lugones, passa pelas questões de raça e gênero, atravessa questões sobre “ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (LUGONES, 2014, p. 935).

Essa proposta vai, então, desde a denúncia da colonialidade até a proposta de construção de um movimento insurgente que rompe com a base universal, com a epistêmica moderna, pois o global e o universal não servem, porque são homogêneos, e o particular e o local não contam nesse sistema, porque são invisíveis, descartáveis, desprezáveis (SOUSA SANTOS, 2010). Não se trata, assim, da aposta no pós-moderno. Trata-se de ir além. Significa apostar na potência da

---

<sup>29</sup> O termo “sistema-mundo” “começou a ser usado no início da década de 1970, como uma nova perspectiva de análise para a realidade social, que só pode ser analisada como um todo.” Ainda, segundo o autor, “a realidade social na qual vivemos e que determina quais opções temos não é constituída pelos múltiplos Estados nacionais dos quais somos cidadãos, mas algo maior, que nós chamamos Sistema-Mundo” (WALLERSTEIN, 2004, p. 1/10, tradução nossa). O texto original está disponível na modalidade online em: WALLERSTEIN, Immanuel. World-systems analysis: an introduction. London: Duke, 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/33376583/World\\_Systems\\_Analysis\\_An\\_Introduction\\_by\\_Immanuel\\_Wallerstein](https://www.academia.edu/33376583/World_Systems_Analysis_An_Introduction_by_Immanuel_Wallerstein). Acesso em: 12 jan. 2021.

base epistêmica “não moderna”, que não é sinônimo de pré-moderno, mas, sim, de pós-colonial. (MIGNOLO, 2005, p. 30). São estudos que questionam as relações de poder e saber pela crítica decolonial/descolonial e trazem a necessidade de transcender epistemologicamente, isto é, de descolonizar a epistemologia e o cânone ocidental (GROSFOGUEL, 2008, p. 116), incluindo os conhecimentos, as memórias, as experiências e as vivências dos grupos explorados, subalternizados e oprimidos (ESCOBAR, 2003, p. 53).

Em seguida, apresentamos discussões acerca do conceito de *colonialidade do poder*.

#### 2.1.4.1 Colonialidade do poder

De acordo com Quijano (2005), a *colonialidade do poder* pode ser compreendida como um sistema de dominação social, como um processo histórico de destruição e classificação do Outro estabelecido pela modernidade/colonialidade, a partir da ideia de raça, expressando a dominação colonial que desde sempre tem permeado as dimensões mais importantes. As relações de dominação e exploração marcam, assim, o poder mundial hegemônico nas diversas formas de controle e hegemonia, como, por exemplo, a exploração nas relações de colonizador e colonizados. Segundo Walsh (2007), a colonialidade do poder é o padrão do poder moderno que vincula a raça, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento. Assim também como Quijano (2002, p. 2), para o qual a colonialidade do poder está expressa na classificação pela raça, como fundamento universalizante para a dominação e exploração social; no capitalismo, como forma global de exploração social e trabalhista; no Estado, como forma central e global de controle e hegemonia coletiva; e no eurocentrismo, como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade no controle da produção de conhecimento.

Com isso, a ideia de raça foi constituída como referência à diferença de papéis e lugares sociais para o controle do trabalho. Aos brancos, principalmente aos homens, os colonizadores, “civilizados”, eram destinados os melhores trabalhos e estes com remuneração, ao passo que as pessoas negras, as colonizadas e as “não modernizadas”, eram reduzidas à escravidão e não tinham direito a receber salários. Assim, se classificavam os colonizadores como superiores e os colonizados como inferiores, solidificando estratégias de manipulação, domínio e exploração, expressas nas diversas formas, denominadas por Quijano (2005) de colonialidade do poder. Por isso, a colonialidade é constitutiva da modernidade.

O termo *colonialidade do poder* também se justifica pelas relações assimétricas estabelecidas na participação ativa da “diferença colonial” (MIGNOLO, 2000) durante a expansão do circuito comercial do Atlântico, posto através dos séculos como Ocidente ou

civilização ocidental. Desse modo, o estudo da colonialidade do poder nos “possibilita compreender as delimitações histórico-geográficas e lógicas geoculturais” constituídas pela modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2005, p. 43).

Ainda de acordo com Quijano (2002, p. 1-2), a colonialidade no controle do trabalho determinou a distribuição geográfica social de cada uma das formas específicas e coletivas integradas ao capitalismo mundial, tendo em comum fatos importantes que contribuíram para esse controle. Sendo assim, “três elementos centrais afetaram a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo”. Não temos garantia, contudo, de que a heterogeneidade histórico-estrutural tenha sido erradicada dentro de seus domínios. Essa globalidade implica “um piso básico de práticas sociais universalizantes e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central, um padrão de orientação valorativa do conjunto” (QUIJANO, 2005, p. 124), um controle político.

A colonialidade representa, assim, a “continuação das formas coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). A colonialidade manifestada nas relações de poder e dominação é fundamental para a estruturação da divisão do trabalho, com a hierarquia étnico-racial global entre as forças coloniais *versus* as decoloniais, entre os colonizadores e os colonizados, um modo de poder mundial, que monopoliza e ainda impera no mundo moderno e colonial.

A partir disso, o moderno, o europeu, tornou-se desejável, algo a ser alcançado, pois os que não estão nessa lógica moderna eurocêntrica, ou seja, os excluídos, são tidos como inferiores, incapazes e em nível menor que aqueles. Ou ainda, de acordo com Lugones (2014), a lógica dicotômica moderna central dos europeus contra todo o resto do mundo segrega o “humano *versus* não humano”, ou, também, civilizados *versus* selvagens. A dicotomia, nesse caso, não está somente em diferenciar, como em marcar as posições de hierarquia, dar legitimação às relações de dominação. Como já vimos neste trabalho, Lugones (2014) propõe analisar a colonialidade do poder através da interseccionalidade raça, classe, gênero e sexualidade, teorizando sobre a *colonialidade de gênero*. Dessa maneira, ela propõe desnaturalizar, descolonizar as teorias feministas hegemônicas a partir da interseccionalidade, porque, na verdade, essas teorias colonizam e perpetuam a divisão racial do trabalho, com consequências para a construção identitária e para as lutas por emancipação na sociedade pós-moderna.

Portanto, esse poder segregador esconde as heterogeneidades, justifica-se pelo conhecimento e pelo racismo, categorizando os colonizados em escalas econômicas inferiores,

considerando-os dispensáveis. Logo, a distinção racial entre os povos, sociedades e nações tornou-se “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo, gerando uma epistemologia territorial e imperial, anulando os saberes locais, descentralizados” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123).

O critério da raça e gênero foi utilizado como distribuidor de povos nos diversos lugares e espaços sociais, políticos, econômicos e culturais dentro da estrutura de poder das sociedades modernas e contemporâneas. O sistema de poder colonial agrega também ideologias patriarcais traduzidas em práticas sexistas e misóginas, justificando dicotomias e hierarquizações estabelecidas e naturalizadas entre os sexos masculino e feminino, resultando em violências de todo o tipo contra a mulher, em suas diversidades, no interior da sociedade colonial, mas também se estende para as sociedades que não se consideram coloniais, como pode ser comprovado pelo discurso das colaboradoras desta pesquisa.

Importa, para tanto, considerar a relação que os Estudos Decoloniais desenvolvem, no sentido de questionar e transcender a colonialidade. Essas posturas orientam e alertam a sociedade para a existência de outras narrativas, cosmovisões e experiências mundiais, não apenas as hegemônicas, e por conseguinte, essas ações cooperam para descolonizar o poder. Logo, práticas de contestação voltam-se para a humanização e, especialmente, para a descolonização do pensamento, do saber, uma vez que a colonialidade é estruturada também em outras formas da colonialidade de poder, entre elas a colonialidade do saber, pela legitimidade de tudo aquilo considerado conhecimento (QUIJANO, 2005). Dessa forma, o autor afirma que a matriz da *colonialidade do poder* é um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a geopolítica hegemônica na produção de conhecimento. Há, logo, além do legado das desigualdades e injustiças sociais trazidas pelo colonialismo, a herança do reducionismo epistemológico eurocentrado, denominado de *colonialidade do saber*, como apresentamos em seguida.

#### 2.1.4.2 Colonialidade do saber

Durante o processo de constituição da modernidade/colonialidade foi se estabelecendo uma relação de soberania entre os colonizadores e colonizados, entre os países do centro norte e os do sul, da América Latina, pelas relações de poder e exploração. Isso se deu de tal modo que as relações hegemônicas manipulam também a forma de pensar e de produzir conhecimento. Essa soberania se pauta em modelos epistemológicos hegemônicos dentro da ciência moderna, de modo a subalternizar e a desprezar as formas desviantes dos padrões

institucionalizados estabelecidos pelos europeus, freando a emergência ou cerceando o desenvolvimento de diferentes formas de pensar, agir e produzir conhecimentos. Desse modo, a noção de *colonialidade do saber*, apresentada por Quijano (2005), refere-se ao poder epistêmico da Europa, que, a partir do sistema-mundo moderno expressa a centralidade da produção, legitimação e difusão de conhecimento. Assim, os processos de produção de conhecimento também devem ser vistos como expressão da colonialidade operando em diversos níveis, ao longo das gerações, por meio da veiculação da memória genealógica da antiga elite colonial.

Quijano (2005, p. 115) define a *colonialidade do saber* pelo eurocentrismo como “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo”. Para tanto, é uma dominação/colonização dos modos de pensar e produzir conhecimento, já que, desconsiderando todas as outras perspectivas não alinhadas ao saber hegemônico, todos os outros são deixados à margem. Nesse sentido, as comunidades colonizadas têm suas identidades submetidas à hegemonia eurocêntrica, a qual define o que é ou não conhecimento. Essa colonialidade do saber constituída ao longo do sistema colonial/moderno cria linhas imaginárias, que marcam a divisão da realidade social, os pensamentos abissais<sup>30</sup> (SOUSA SANTOS, 2009), segregando espaços, lugares e saberes, humanos e sub-humanos, sujeitos e objetos, legal e ilegal, verdades e falsidades, dicotomias que resultam na mutilação epistemológica.

Para Grosfoguel (2016, p. 25), a circulação hegemônica do conhecimento se dá especialmente pelas literaturas de origem eurocêntrica, que se tornaram consensuais e “têm dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais”. É uma naturalização em relação às epistemologias dominantes que orientam a produção, a sistematização e a circulação do conhecimento no meio acadêmico, denominada de *colonialidade do saber*. Para o autor, a legitimidade e esse “monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que

---

<sup>30</sup> De acordo com Sousa Santos (2009), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, consistente num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Além do aspecto epistemológico, o autor aborda o aspecto jurídico, mas não o apresentaremos nesta pesquisa. Essas discussões encontram-se também no ensaio: “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, disponível em: [https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para\\_alem\\_do\\_pensamento\\_abissal\\_RCCS78.PDF](https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF). Acesso em: 18 jan. 2020.

produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo”. Lembremos que, para Foucault (2013, p. 11), os “regimes de verdade” formados pela estruturação e disseminação do saber científico geram poder e dominação. Isso porque a produção do conhecimento científico é capaz de legitimar e fundamentar práticas sociais que passam a adquirir valor quase inquestionável e funcionam como verdadeiros mecanismos de poder, ditando o que deve ser aceito como verdadeiro e falso em cada sociedade.

Nesse cenário, o padrão de poder baseado na colonialidade também implica o padrão cognitivo, o não europeu é visto como produtor apenas de culturas inferiores, de modo primitivo e insignificante, despojando-o de sua própria cultura, de suas identidades e de suas histórias, enfim, de sua singularidade e de seus conhecimentos. O autor propõe uma perspectiva epistêmica organizada do lado do subalterno, com a possibilidade de criar uma perspectiva crítica, por ponderar necessário descolonizar a epistemologia e o cânone ocidentais, com o intuito de produzir uma justiça cognitiva e social. Ele sugere pensamentos epistêmicos que insurgem de lugares étnico-raciais subalternos, que podem gerar uma teoria crítica descolonial radical (GROSFOGUEL, 2011).

Nesse mesmo sentido, Sousa Santos (2010) diz que não é possível uma teoria geral, porque não há diversidade que consiga abarcar as diferenças existentes no mundo, os saberes, as culturas, não é possível organizar tudo em uma mesma epistemologia. É preciso trazer novas possibilidades, como o autor mesmo argumenta, a razão que é situada pela “Sociologia das Ausências” torna outras experiências possíveis. O momento exige um novo modo de pensar, nas palavras do autor, um pensamento “pós-abissal”, pela justiça cognitiva, longe das injustiças sociais que “têm em seu âmago a injustiça cognitiva”. Esse coletivo que abala as linhas abissais é denominado de “cosmopolitismo subalterno de oposição”, “uma forma cultural e política de globalização contra hegemônica”. É o nome dos “projetos emancipatórios com vasto conjunto de redes, iniciativas e organizações”, com o objetivo de desenvolver uma epistemologia do Sul – Sul global, que “lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela globalização neoliberal” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 21).

Essas configurações até então eram vistas como impossíveis, “ausentes, de modo que é necessário colocá-las presentes, na prática, é preciso que elas existam não apenas como forma de emergência, mas como alternativas possíveis” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 38). É importante dizer que não pretendemos, aqui, desqualificar as pesquisas ocidentais e os estudos anteriores a esse novo tempo. Não é desprezar os conhecimentos hegemônicos, nem é uma rejeição à ciência moderna ocidental, não é partir da “noção do ponto zero” (GROSFOGUEL,

2005), porque, como nos orienta o autor, esse ponto zero não existe. É preciso reconhecer a importância do legado, mas devemos questionar as formas de imposição e perceber como é limitador compreender o mundo e seus habitantes através de uma única óptica, de um único contexto, simplificando a complexidade e a diversidade de lugares, pensamentos, espaços, culturas e modos de viver e ver a vida.

Sousa Santos (2010) propõe um processo intercultural e social, em que os saberes sejam produzidos em outros saberes, uma Epistemologia do Sul, que tem como conceito central a “Ecologia dos saberes”. Esta vislumbra a possibilidade no encontro e na convivência de diferentes culturas e saberes, geração de interculturalidade capaz de produzir saberes distintos, materializando a “ecologia dos saberes” e buscando, assim, “a inteligibilidade à diversidade, sem canibalismo ou homogeneizações”. Essa “ecologia de saberes” sugere a igualdade nas relações entre os saberes distintos, em busca de visibilizar outras formas de saber, reconhecer a validade de diversidades entre as epistemologias dos centros e das periferias, das produções do Norte e do Sul do globo, a convivência entre os saberes científicos, saberes locais, saberes de senso comum e, também, os saberes contraditórios, ignorantes.

Para tanto, as ideias de Sousa Santos (2010) se contrapõem à monocultura e às ciências modernas que privilegiam apenas os saberes hegemônicos, reproduzindo o imperialismo epistemológico, a exclusão e a hierarquia entre os saberes e as pessoas. Desse modo, a “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008) é capaz de nos colocar num movimento de refazer caminhos, desconstruir saberes e questionar alguns “achados” em nossas pesquisas. Sousa Santos (2010, p. 115) nos orienta para o movimento contemporâneo de “des-pensar”, para poder pensar, “des-localizar”, para sair do comodismo, “des-racializar”, para questionar as epistemologias, no sentido de empenhar-se em uma crítica radical da política do possível, da vontade de agir, de transformar, “des-produzir”, “para atravessar as linhas abissais”. É necessário tirar as vendas do saber hegemônico dos olhos e vislumbrar outros saberes, os locais, como, por exemplo, validar os conhecimentos das colaboradoras desta pesquisa, aprender com elas, respeitar a sua cultura local e utilizar também outras epistemes mais à margem, que nos impulsionam ao movimento de transgressão epistemológica contracolonial, “numa dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 115).

Dessa maneira, é preciso equilibrar-nos no que Mignolo (2008) propõe, o movimento de “desnaturalizar o saber”. Assim, ao falar de “Ocidente”, de território, segundo ele, não nos referirmos à geografia por si só, mas à “geopolítica do conhecimento”. Nas palavras do autor, “consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008, p. 290). O intuito não é ir contra o “Outro”, contra o centro, mas sim lutar

para ocupar o lugar que é de direito, introduzir grupos subalternos,<sup>31</sup> é uma luta para incluir a diversidade à raça, ao gênero, à classe e a todas as outras formas de existir que não apenas consideram o centro. Grada Kilomba (2016) também sugere descolonizar o conhecimento, num movimento de “desobediência epistêmica”, para criar outras configurações de saber e poder. Para ela (2016, p. 17), “narrar posições e subjetividades como parte do discurso é marcar e relembrar que a teoria não é universal, nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém, tem uma história”.

Para tanto é necessário sempre atentar-se ao conceito central de *colonialidade do poder* elaborado por Quijano (2005, p. 117), que parte da necessidade de um movimento de desprendimento epistêmico do eurocentrismo, também interseccionado por outros conceitos pós-coloniais, como a ideia de diversidade, ao invés de apenas um projeto universal, ou seja, praticar a “transmodernidade”, concebida por Enrique Dussel (2005, p. 31), “de liberdade política, econômica, ecológica, erótica, pedagógica, religiosa, que propõe transcender a visão eurocêntrica da modernidade”. Assim como a crítica da “noção de ponto zero”, desenvolvida por Grosfoguel (2005, p. 14), atenta-se para o que ele chama de “pensamento de fronteira”, com a intervenção epistêmica dos grupos subalternizados (SPIVAK, 2010). Essas práticas também se aliam à ideia de “desobediência epistêmica” de Walter Dignolo (2008, p. 288), como uma resposta crítica decolonial aos grupos hegemônicos e suas imposições epistêmicas.

Podemos acrescentar que as mulheres negras, de acordo com bell hooks<sup>32</sup> (2013), foram historicamente associadas apenas a seus corpos, e não ao pensar ao produzir conhecimentos e, nesse contexto racista, a produção das mulheres foi sendo cerceada, apagada para a legitimação da epistemologia dominante e branca. Gonzales (1988) explica que o privilégio epistemológico esteve nas mãos de quem também detém o poder e o privilégio social. Ainda de acordo com a autora, a ciência moderna sempre se constituiu a partir do racismo e do sexismo, pelos brancos e pela hierarquia patriarcal, conferindo ao pensamento europeu masculino e branco a exclusividade dos saberes válidos e hegemônicos.

Portanto, é importante mencionar que todos os modos de repressão hegemônica contra os conhecimentos produzidos pelos marginalizados e subalternizados trabalham também na tentativa de apagamento do sujeito, de suas identidades e de suas tradições. Com isso, as formas

---

<sup>31</sup> O termo “grupos subalternos” vem do teórico e marxista Antônio Gramsci, como categorias, grupos de pessoas que estavam alijados das formas de manifestação do poder político. No entanto, como nos alerta Spivak (2010), não devemos teorizar sobre um sujeito subalterno monolítico e indiferente, haja vista que somos sujeitos heterogêneos. Para tanto, “as camadas mais baixas da sociedade são constituídas por sujeitos subalternos em suas específicas formas de exclusão do mercado, da representação política, e das possibilidades de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

de colonialidade não se findam, mas se dividem em outros aspectos, como, por exemplo, a colonialidade do ser. Haja vista a naturalização social de que a forma universal de conhecer o mundo foi promovida pelo homem branco, colonizador, civilizado, que estudou nas universidades europeias, invadindo indiscutivelmente a cultura dos colonizados, sua visão de mundo, suas particularidades, tornando-o colonizado em sua constituição mais intrínseca. Essa colonialidade não acabou no período colonial, mas homogeniza as pessoas até os dias atuais em suas diversas formas de hierarquias e controle do poder, do saber e do ser. Assim, a decolonialidade do saber não é apenas deixar de lado os modos hegemônicos, mas um desprender-se das formas acadêmicas centrais para uma abertura crítica que permita a transgressão discursiva e a ocupação na produção de novas epistemes em diversos espaços e lugares de poder, manifestadas em suas interseccionalidades. Assim, os elos de opressão se materializam de diversas formas, como as colonialidades advindas da subjugação de uma pessoa ou grupo sobre outros/as. Em seguida, apresentamos a *colonialidade do ser*, que traz modos do exercício do poder por meio de posturas interseccionadas que incidem diretamente na constituição do ser.

#### 2.1.4.3 Colonialidade do ser

Com base nas discussões sobre modernidade/colonialidade, mundo moderno/colonial, surge a necessidade de abordar a *colonialidade do ser*, advinda da relação entre o poder, o conhecimento e o ser. Maldonado-Torres (2007) aprofunda o conceito de *colonialidade do ser* usado inicialmente por Walter Dignolo (2003), pois, ao analisar as relações de poder coloniais, podemos apontar para uma construção do “humano” como racista, um homem europeu, branco, católico, heterossexual, cisgênero, construindo, assim, a imagem do colonizador. Ao mesmo tempo, essa colonialidade do ser cria, em oposição ao colonizador, a imagem do colonizado, como um ser não humano, primitivo, incapaz e inferior. Nas palavras de Lugones (2014, p. 938), a “dicotomia hierárquica”, a segregação entre o “humano” *versus* “não-humano” existiria, já que “mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generalização dicotomizada dos/as colonizados/as, tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial”.

Essa citação pode ser comprovada por acontecimentos absurdos e desumanos, exemplificados pela autora, como o caso de as pessoas colonizadas serem dadas, ainda vivas, como comida para os cães. E ainda pior, o fato de confeccionarem chapéus com a vagina de mulheres assassinadas violentamente. Assim, ontologicamente, o ser negro, em especial as

mulheres, trazem, em sua constituição, o peso de sempre servir aos homens brancos e às mulheres brancas, marcando as hierarquias de gênero e raça, um ser sempre para o “Outro”, as mulheres não eram vistas como mulheres, mas como meramente fêmeas” (LUGONES, 2014, p. 939).

Nesse sentido, de acordo com Mignolo (2003), a *colonialidade do ser* está relacionada à “não existência do Outro”, se “não pensa, não existe, se existe sua existência é dispensável” e, assim, passa a ser submetido a uma negação sistemática e a uma sobredeterminação constante de sua essência e do Ser. A superioridade passa a ser justificada pela formação de um discurso, que estabelece diferentes categorias de humanidade. As categorias que oprimem são atribuídas às identidades raciais, de modo que o saber, o gênero e a raça subjuguem o Ser a passar por processos de desumanização, exploração e opressão dos saberes. Estes são também modos de inibir seus padrões, suas culturas e expressões, demarcando cada vez mais a diferença colonial, ou seja, a diferença racial e imperial, com seus diversos desdobramentos. As práticas estabelecidas pelo discurso de opressão operam como relações de poder e dominação dos corpos, atendendo aos interesses hegemônicos. Para que as pessoas sejam conduzidas é preciso homogeneizar os indivíduos para também homogeneizar os pensamentos e, assim, constituir corpos dóceis e úteis para a sociedade, diminuindo a capacidade de revolta e de resistência (FOUCAULT, 2013).

Para Escobar (2005, p. 65), a *colonialidade do ser* deve ser vista também através da “dimensão ontológica da diferenciação”, seja da raça, do gênero, da idade, do saber. Para ele, essa colonialidade se dá no “excesso que ocorre quando seres particulares são impostos aos outros e, também, criticamente enfrenta a eficácia dos discursos com os quais o Outro responde à suspensão como resultado desse encontro”. Segundo o autor, esse termo se refere aos modelos estabelecidos pelo poder mundial, que resultam do colonialismo a que os povos foram submetidos, como, por exemplo, a aprender/conhecer a história pela visão do dominador. Remete-se, ainda, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem, como trabalhado por Mignolo (2003), pois silencia vidas, histórias, memórias, vivências, conhecimentos e saberes, subalternizando-os e enquadrando-os na lógica universal (MALDONADO-TORRES, 2007).

Esse padrão de poder é usado para efeitos de verdade e perdura nas histórias dos livros didáticos oficiais, na imagem dos povos excluídos ao longo da história, como os/as negros, os/as índios/as, os/as refugiados/as. Soma-se a isso a relação entre homens e mulheres, até mesmo nas relações intragêneros, como, por exemplo, das subjugações das mulheres brancas com as mulheres negras e várias outras formas de hierarquias constituídas pela

modernidade/colonialidade. Podemos perceber, então, que esse contato com o “Outro”, com o de fora, o colonizador, trouxe as marcas da rejeição do Ser, pela cor da pele, pelos hábitos de vestimenta, bem como pelos princípios religiosos e filosóficos aqui praticados, pensando-se na América Latina e, em especial, no Brasil. O estilo de vida dos índios que habitavam essas terras não foi aceito pelo colonizador, por isso deveriam ser catequizados. Nesse cenário, o colonizador classificava-os como pessoas sem alma, sem sabedoria, seres vazios, selvagens, para justificar a coisificação das pessoas, tratando-os como se fossem objetos e anestesiando os sentidos através do racismo, do sexismo e da exploração do trabalho e do corpo, para o “desenvolvimento da nação”.

Nesse sentido, os Estudos Decoloniais buscam romper com essa lógica dualista trazida pela modernidade/colonialidade, rejeitando essa segregação entre as relações de poder, saber e fazer. É necessário questionar o que está posto como verdade absoluta, devemos desconfiar das epistemologias, no sentido de reinventarem as formas de ser e de existir. De acordo com Gayatri Spivak (2010), é preciso refletir sobre os instrumentos de poder, propor possibilidades de agenciamento do sujeito subalterno, ou seja, criar maneiras alternativas de pensar e ler os construtos históricos a partir da margem, da fronteira. A partir daí, podemos levar a uma desestabilização produtiva nas teorizações e nas análises da sociedade e das práticas culturais a elas associadas. É um movimento através das relações interseccionais de raça, gênero, classe social, conhecimento e demais diversidades, abrindo caminhos para pensar sobre o lugar dos subalternos, da mulher, em especial da mulher negra, indígena, quilombola, pobre e sem escolaridade, isto é, atentar-se aos diferentes modos de ser mulher e aos vários modos de representar-se mulher.

Questionar as formas de colonialidade não é apenas questionar o eurocentrismo, pois os modos de colonialidade podem ser vistos em termos locais, como, por exemplo, o primeiro colonizador é a própria família, que determina os modos de ser e existir para o sujeito. Para tanto, os princípios religiosos, a alimentação, a cultura, os modos de se vestir e de se comportar são constituídos desde a infância e continuam constituindo identidades ao longo da vida. Com o amadurecimento do sujeito, as maneiras e estilos são acrescentados, perdidos, substituídos.

Assim, todas essas transformações são significativas na constituição das identidades dos/as atores/as sociais, agindo em sua subjetividade e intersubjetividade, constituindo seres submissos e conformados, ou seres críticos, questionadores e resistentes às forças hegemônicas. Conforme Magalhães (2006), as identidades podem ser sociais e pessoais e se articulam em uma relação dialética. Para a autora (2006, p. 27), “a identidade pessoal diz respeito à

personalidade, à subjetividade, a identidade social depende das circunstâncias sociais em que as pessoas nascem e de sua socialização em determinados papéis sociais”.

Desse modo, o diálogo e as discussões permitem compreender que a propensa invisibilidade de demandas sociais é uma forma de perpetuar o colonialismo formal através da modernidade/colonialidade. Evidenciar através da ferramenta interseccional essas questões camufladas permite compreender quais grupos precisam ser observados dentro dos processos de luta, assim como propor soluções viáveis para transformar essas realidades. O colonialismo continua até nossos dias sob muitas outras formas, entre elas, o neocolonialismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa e em diversas outras maneiras de segregar e classificar as pessoas.

Como vimos até agora, os Estudos decoloniais podem ser usados como instrumento de interpretação, compreensão e análise discursiva contextualizada das questões sociais, históricas, geopolíticas, dentre outras áreas, de modo crítico e emancipatório. Portanto, considerando o projeto colonialista como determinante para a (re)construção de sociedades subalternizadas pela modernidade/colonialidade, não podemos deixar de lado a representatividade decolonial expressiva das diversas regiões à margem, partindo do local para se reinventar, resistir e re(existir) contra as hegemonias e dominações. Sublinha-se, dessa forma, a necessidade de se pensar em sistemas múltiplos e complexos de subordinação e opressão de maneira associada, articulando gênero, raça, classe, orientação sexual, território, idade e outros marcadores.

Em seguida, apresentamos as concepções de discurso, visto que esse é um conceito de suma importância para a ADC, por conseguinte, e, pela especificidade da pesquisa, o termo permeia toda a tese. Isso ocorre porque o discurso possibilita a promoção, a contestação, a (re)produção das diversas formas de (de)colonialidades.

### 2.1.5 *Discurso*

É importante marcar que o conceito de discurso é bastante complexo, porque é interdisciplinar e muito estudado por vários teóricos em diversos campos do saber. Ao estudar o termo *discurso*, deixamos marcado que as nossas bases teórico-metodológicas estão alinhadas às bases teóricas que o amparam. Assim sendo, o discurso nomeia outro aspecto mais complexo e exterior à língua, ainda que esta seja sua unidade de análise, visto que o discurso se manifesta materialmente através desta. Para Fernandes (2005, p. 20), ele implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguísticas.

Como o discurso encontra-se no social, não há como desvinculá-lo da historicidade do sujeito, da língua, da linguagem, do caráter intersubjetivo e, ao mesmo tempo, social, extralinguístico e constitutivo da realidade que nos circunda. Nas palavras de Brait (2014, p. 10), há uma “[...] indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos, que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento [...]”. Assim, ao analisar o discurso, deve-se levar em consideração fatores como quem produziu o discurso, em quais condições de produção ou contexto social essa voz se insere, a quem esse discurso se direciona, quais os aspectos históricos, culturais e sociais daquela enunciação.

Para Foucault (2008), o discurso pode ser entendido como um conjunto de enunciados pertencentes a um campo de saber específico e é concebido como um lugar de luta por efeito de sentido. Assim sendo, cabe ao analista de discurso colocar em foco esse embate. Nesta tese que ora escrevo, o discurso das egressas é uma manifestação contextualizada de um grupo específico de agentes sociais – mulheres, em específico, em condição de vulnerabilidade social e em suas diversidades, as quais marcam, pelo discurso, identidades, crenças, culturas, bem como posição em que se encontram na pirâmide social.

O termo *discurso* significa, em sua origem, curso, percurso, correr por movimento, ou nas palavras de Orlandi (2005, p. 15), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. A esse favor, o discurso não deve ser entendido apenas como um esquema, no qual estão em cena o emissor, o receptor, o código, o referente e a mensagem, e sim como algo em movimento, em construção, um terreno movediço.

Van Dijk (2012, p. 168) ressalta que o discurso não pode ser considerado apenas a partir dos aspectos verbais, mas de todas as formas semióticas de manifestação. Para ele não há uma distinção estrita entre o discurso, de fato, e seus entornos durante as situações de comunicação. Ao restringir o discurso ao linguístico, toma uma decisão limitadora e arbitrária e se, por fim, essa fosse uma decisão a seguir, deixaria de se considerar “os fonemas, as estruturas sonoras, como as pausas, entonação, assobios, choro, sorriso e assim por diante”.

O autor defende que a discussão de discurso-contexto passa pelo viés da definição de discurso, a qual adota. Ele considera uma definição bastante ampla, que leva em conta várias ordens do discurso, como “estruturas (faladas e escritas), e quaisquer aspectos semióticos (interpretáveis) do evento comunicativo que sirvam diretamente de apoio ao evento, tais como as estruturas sonoras e visuais (escritas e impresso) relevantes, a expressão facial e gestos [...]” (VAN DIJK, 2012, p. 168).

Fairclough ([1992]2016), em *Discurso e mudança social*, assegura haver três efeitos construtivos do discurso, os quais se dão pela mediação das práticas sociais, visto que elas se relacionam com as circunstâncias institucionais e organizacionais, e nelas ocorre o evento discursivo, podendo-se analisar a maneira como a prática social pode moldar a prática discursiva com efeitos constitutivos e construtivos.

Desse modo, um dos efeitos constitutivos do discurso se relaciona à constituição de “identidades sociais”, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento de crenças. O primeiro efeito, o **significado acional**, porque somos seres dialógicos, nos constituímos a partir do Outro, pelas e nas práticas discursivas e sociais, mediadas pelos discursos. Nesse sentido já se estabelece o segundo efeito, o **representacional**, porque, ao interagir com o Outro, o discurso “contribui na construção das relações” entre os atores sociais. Eu construo e moldo as minhas opiniões, crenças, valores e ideologias acerca da realidade social e me faço partícipe na constituição das ideologias e dos valores dos sujeitos à minha volta, o que geraria o terceiro efeito constitutivo do discurso, o **identificacional**. Como pode-se ver, estão todos esses efeitos imbricados, um depende e constitui o outro.

Em estudos posteriores de Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso passa a ser compreendido como um elemento da prática social, diferentemente da centralidade atribuída ao discurso em Fairclough ([1992]2016). Em Chouliaraki e Fairclough (1999), a preocupação se volta ao entendimento das transformações sociais contemporâneas, denominadas de modernidade tardia pelos autores, nas mudanças de ordem local e global de grande escala, de maneira que um dos temas centrais é a compreensão científica e crítica acerca da vida social por meio das Teorias Sociais Críticas e da ADC. Eles trabalham a vida social em termos de ética e de política, ou, nas palavras dos autores, “justiça e poder”.

Já em Fairclough (2003) há uma volta aos textos anteriores, ou seja, um revisitar de suas obras, trazendo novos modos e conceitos, como, por exemplo, o termo conjuntura ao lugar de contexto, bem como significado para função, como é nomeada por Halliday (1994). Dessa forma, após as reformulações de alguns postulados que deram origem ao primeiro modelo de análise linguístico-discursiva crítica, designado Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), apresentado em 1992, o autor propõe, em 2003, outro modelo de análise linguístico-discursiva crítica, denominado abordagem relacional à análise de textos. Nessa perspectiva, Fairclough (2003) ressalta não as funções dos textos, mas os diferentes significados criados, reproduzidos ou alterados por eles em relação ao texto e ao evento social, ao mundo físico e social e às pessoas envolvidas no evento.

Nesse cenário, ao levar em consideração a teoria da linguagem de Halliday (1994), LSF, como já mencionado neste trabalho, Fairclough parte das três metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual, para estabelecer os três tipos de ‘significados do discurso’ para ele: o significado acional, ligado ao gênero; o representacional, ligado ao discurso; e o identificacional, ligado ao estilo. Essa dialética entre os textos e as partes internas e externas que o constituem pode ser observada mediante uma análise interdiscursiva entre gêneros, discurso e estilo, “ali articulados e dialeticamente relacionados, de modo que cada um ‘internaliza’ os outros, sem se reduzir a eles” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 36).

A recontextualização da multifuncionalidade da linguagem proposta por Fairclough (2003) sinaliza uma aproximação ao conceito de ordens do discurso postulado por Foucault (2013), pois cada significado do discurso relaciona-se à realização de um dos eixos das ordens de discurso. Para tanto, Fairclough relaciona os significados do discurso aos três eixos postulados por Foucault (2013): o eixo do poder, o eixo do conhecimento e o eixo da ética, ou, ainda, o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo do ser. O **significado acional (poder)**, relaciona-se ao eixo do poder, pelos gêneros discursivos, pois a ação corresponde à relação com o outro, bem como à ação de agir sobre os outros; o **significado representacional (saber)** diz respeito ao eixo do conhecimento/saber, por meio de discurso, no social e no controle das estruturas, no controle das coisas; e o **significado identificacional (ser)** refere-se à ética e aos assuntos relativos à moral, corresponde aos cuidados de si, aos estilos como formas de identificar-se no mundo social.

Em vários momentos, Fairclough (2003) reitera a importância e o modo como estão ligados esses três sentidos do discurso. Sabemos da interconectividade dos três significados do discurso, mas é preciso detalhar cada um deles de modo separado por razões analíticas, sendo importante não ignorar o fato de que os significados do discurso estabelecem relações dialógicas entre si. Posteriormente, retomaremos as discussões acerca do construto discurso.

#### 2.1.5.2 Significação representacional: modos de representar o mundo

Fairclough (2003, p. 124) relaciona significação, **significado representacional** ao conceito de **discurso** como modos de representação de aspectos do mundo (sejam eles físicos, social ou psicológico), de maneira que os diferentes discursos podem revelar várias perspectivas de entender o mundo, relacionadas a diversos modos de interação interpessoal, dependendo de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social. “Eu vejo os discursos como formas de representar os aspectos do mundo – os processos, relações e estruturas do mundo

material, o “mundo mental” de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o “mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124). Ainda segundo o autor, na mesma página, “aspectos particulares do mundo podem ser representados de forma diferente, por isso estamos geralmente na posição de ter de considerar a relação entre diferentes discursos”. Dessa forma, um único discurso poderá gerar várias representações particulares. É importante alertar que cada uma dessas representações não pode ser confundida com o que também é chamado de ‘discurso’, pois um mesmo texto pode trazer o discurso de violência, violência infantil, violência de gênero, violência institucional ou, ainda, a violência doméstica e com todas as representações de mundo que envolvem cada um desses modos. Evidencia-se, então, a hipótese sobre a qual repousa a visão de linguagem para Halliday (1994), ou seja, a escolha, consciente ou não, determinada pelo contexto e pela cultura, implica o sentido.

Ademais, a partir de suas posições, dentro de qualquer prática, os atores sociais percebem e representam a vida social, com diferentes discursos, e produzem representações de outras práticas, bem como representações ‘reflexivas’ de sua própria prática. Tais representações são configuradas, para esses atores, em consonância com o modo como eles se posicionam e são posicionados socialmente. Ou seja, sempre usamos a linguagem para falar de alguma coisa, e essa forma de falar também é marcada e marca nossas posições sociais, os modos como nós entendemos o mundo e nos compreendemos.

No que se refere à parte linguística, essas questões do **significado representacional**, conforme Fairclough (2003, p. 23), correspondem à função ideacional de Halliday (1994). Ambos atribuem ao *sistema de transitividade* o papel de reconhecimento e realização da **função ideacional** da linguagem ou o **significado representacional** para Fairclough (2003). Com isso, Fairclough (2003) parte dos princípios teóricos da LSF, dispostos em “Halliday (1978, 1985, 1994, 2004); Halliday e Hasan (1976, 1989); Eggins (1994), Martin e Rose (2003); Thompson (2011), dentre muitos outros estudiosos que consideram a importância do ambiente situacional e cultural para a língua em uso” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 18).

O *sistema de transitividade* envolve a escolha de participantes, processos e circunstâncias que submergem o acontecimento. Dessa forma, a análise do **significado representacional** pode ser verificada nas orações em três tipos de elementos: *processos, participantes e circunstâncias*. Os processos geralmente são verbos, os participantes, sujeitos ou objetos diretos ou indiretos, e as circunstâncias, vários tipos de advérbios. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014), a experiência humana é entendida como fluxo de acontecimentos e eventos materializados através de processos, cada um deles representando um tipo de experiência humana.

Os autores identificam três tipos de processos: materiais, mentais e relacionais. Destes, os processos materiais e os mentais derivam da consciência adquirida por qualquer sujeito desde muito cedo para dois tipos de percepção da vida, sendo elas as vivências e as experiências externas e internas. A externa, à nossa volta, o que as pessoas fazem, como agem, está ligada aos processos materiais; a interna está ligada àquilo que sentimos dentro de nós, nossas reflexões e imaginações, refere-se aos processos mentais (eu acho, eu penso). A vivência interna é construída também a partir do externo e vice-versa; os modos de agir, reagir sobre os fatos, refletir sobre o mundo exterior são descritos pelos processos mentais. Os relacionais estão ligados às características do ser humano de generalizar e relacionar uma experiência à outra, identificando-a como igual ou diferente através de suas especificidades. Ainda, existem outros três tipos secundários de processos: verbais, comportamentais e existenciais, os quais se encontram mesclados, em termos de significado(s), justamente pela proximidade das fronteiras de sentido intercaladas pelos processos básicos. Halliday e Matthiessen (2014) explicam que o processo é o elemento central e os participantes estão diretamente envolvidos com ele, modificando ou sendo modificados pela mudança determinada pelo processo. Os participantes estão intrínsecos aos processos, já as circunstâncias podem ser opcionais, elas indicam tempo, espaço, causa, finalidade etc.

Outra categoria importante para o estudo do significado representacional é a interdiscursividade. De acordo com Fairclough (2003), a *categoria da interdiscursividade* é um dos aspectos da intertextualidade e se relaciona com os discursos articulados nos textos, igualmente à maneira como são articulados e combinados com outros discursos. Para o estudo dessa categoria é importante nos atentarmos não apenas à articulação dos discursos em textos, mas à forma como eles estabelecem conexões com as lutas hegemônicas e contra-hegemônicas. Assim, através das redes semânticas, podemos acessar a interdiscursividade e analisar as conexões com outras ordens de discurso, pois discursos particulares se interconectam a campos sociais, econômicos e culturais, demandas e desejos também particulares, de modo que podemos observar a associação entre discursos específicos em práticas específicas.

Focalizamos nossa atenção no **significado representacional e identificacional** do discurso, o qual, como dito, está associado ao conceito de discursos como “modos de representar aspectos do mundo: os processos, as relações e as estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças etc., e o mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124). No entanto, é imprescindível explicitar que, na análise dos dados, questões relativas ao **significado ideacional** (HALLIDAY, 1994) também são abordadas.

### 2.1.5.1 Significação acional: modos de inter(agir) discursivamente

De acordo com os estudos de Fairclough (2003), a **significação** (*meaning*), relacionando o termo a processo e movimento, ou, como convencionado no Brasil, **significado**, nesse caso, **o acional**, está vinculado ao **gênero** discursivo, como modo de agir e interagir nos eventos sociais, de modo que os agentes sociais agem por meio de formas discursivas e/ou não discursivas. Assim, gêneros podem ser compreendidos como maneiras diferentes de agir, de produzir a vida social, com os recursos semióticos. Os gêneros são definidos pelo contexto social, histórico e cultural, de tal modo que mudanças nas práticas sociais acarretam alterações nas formas de ação e interação.

O **significado acional** é produzido no texto nos modos de agir e interagir socialmente, assim sendo, está relacionado ao eixo do poder, levando-nos a compreender que podemos agir sobre o mundo, sobre as estruturas, do mesmo modo que sofremos influência dessas relações, pois são permeadas de poder; há uma “questão relacionada ao poder e à ideologia, nesse sentido, gêneros podem assumir um fim ideológico” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999). Fazemos uso do sistema linguístico para trocar significados com o mundo, para influenciar pessoas, dar informações, explicar algo, entre várias outras maneiras de agir e de interagir com o mundo em forma de textos, ou seja, no significado acional o texto é sempre materializado em algum gênero.

Fairclough (2003) propõe verificar o texto como modo de (inter)ação, tendo em vista o significado acional: uma macroanálise de gêneros e uma microanálise de significados e formas acionais em textos. Para a macroanálise dos gêneros discursivos, o autor aponta três fatores importantes, as ações, as pessoas e a linguagem, isto é, analisar os modos de agir das pessoas com os outros e sobre os outros, com as tecnologias de comunicação relacionadas ao gênero em questão. Já em relação à microanálise, propõe a categoria de intertextualidade.

Vale lembrar que tanto o conceito de gênero discursivo quanto o de intertextualidade advêm previamente de Bakhtin (2006), para o qual, primeiro, os textos são dialógicos, respondem a outros textos anteriores, e segundo, são polifônicos, há muitas vozes dentro do mesmo texto, tornando a intertextualidade complexa, pois este apresenta outras vozes ditas ou não ditas, de maneira direta ou indireta. Assim também, para Bakhtin (2006), as relações entre linguagem e sociedade são indissociáveis. Conforme o autor, as diferentes esferas da atividade humana, entendidas como domínios ideológicos (jurídico, religioso, educacional, jornalístico), dialogam entre si e produzem, em cada esfera, formas relativamente estáveis de enunciados,

denominados gêneros discursivos, os quais podem ser primários, ditos simples, e os secundários, ditos complexos.

A partir dos estudos de Bakhtin sobre gênero discursivo e intertextualidade, Fairclough (2003) elabora suas proposições. Para tanto, pontua que pela intertextualidade é possível identificar as marcas ideológicas no discurso, ressaltando que intertextualidade é a propriedade do texto de ter fragmentos de outros, seja de modo direto ou indireto, explicitamente ou mesclados, de forma que possa assimilar, contradizer, ecoar ironicamente os textos aos quais se refere. A “intertextualidade é a presença material de outros textos dentro de um texto – citações. No entanto, há várias outras maneiras, menos evidentes, de incorporar elementos de outros textos [...], desse modo, refere-se a uma gama de possibilidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37, tradução nossa). Ainda, a intertextualidade é a presença em potencial de outras vozes,<sup>33</sup> além da voz do autor, dentro do texto, que podem estar relacionadas (discutidos, pressupostos, rejeitados de vários modos).

Fairclough (2003) define gêneros como aspectos discursivos de formas relativamente estáveis dos modos de agir e interagir discursivamente em eventos sociais. Não se refere apenas a um tipo de texto em particular, mas apresentam peculiaridades nos modos de produção, distribuição e consumo, como, por exemplo, as diferenças entre um artigo científico e uma música. Isso inclui modos diferentes quanto à forma dos textos, bem como na produção, distribuição, leitura e interpretação. Fairclough (2003, p. 65, tradução e grifos nossos) “pressupõe a organização dos **gêneros discursivos** em níveis de abstração, sendo eles: *pré-gêneros*, *gêneros desencaixados* e *gêneros situados*”. Assim, o autor orienta-nos a usar: “*pré-gêneros* (SWALES, 1990) para narrativas; ‘*gêneros desencaixados*’ para entrevistas” e ‘*gêneros situados*’ para gêneros que são específicos de uma rede de comunicação particular de práticas semelhantes, como, por exemplo, a ‘entrevista etnográfica’”.

Portanto, para analisarmos o **significado acional**, é importante atentar, de acordo com o autor, para a necessidade de encontrar um padrão na análise de textos e interação, mas não de pensar que eles sempre são organizados em termos de uma estrutura genérica rígida e clara, mas sim em movimento, uma vez que, com tantas transformações sociais, os diversos gêneros, assim como as formas de ação/agir e de interação/interagir, se transformam. Nessas transformações há a combinação de gêneros já existentes e novos gêneros vão surgindo

---

<sup>33</sup> O termo “outras vozes” está relacionado aos conceitos de polifonia e dialogismo do Círculo de Bakhtin, como já mencionado nesta tese.

(tornando-se misturados, híbridos,<sup>34</sup> fluidos, combinando-se, hierarquizando-se). Assim como Fairclough (2003), Wodak (2003, p. 237) também ressalta a importância em estudar os gêneros discursivos para a ADC, pois, segundo ela, “é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões que o poder é exercido ou desafiado”, sendo, desse modo, bem produtivos para analisar discursivamente os sujeitos em seus diferentes modos de ação e interação. Passemos ao **significado representacional**.

#### 2.1.5.3 Significação identificacional: modos de ser

Halliday (1994) não se refere a uma função identificacional em particular. Assim, Fairclough (2003) diz que muito do que inclui a significação, o **significado identificacional**, está relacionado à função interpessoal, indicando a relação entre personagens representados/as nos textos, incorporada dentro da ação. Quem a pessoa é, em parte, é uma questão de como fala, como escreve, ou seja, está ligada ao corpo, à maneira, à postura, ao estilo/modos de ser, que se refere à construção e negociação de identidades no discurso. Segundo Fairclough (2003, p. 159), “à medida que o processo de identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso, deve ser considerado um processo dialético em que os discursos são inculcados em identidades.” Portanto, os **significados identificacionais** construídos no estilo textual pressupõem os **significados representacionais**.

Desse modo, o **significado identificacional** se relaciona à identificação, à identidade (posicionamento/avaliação), ou seja, à combinação com comportamentos físicos e estilos de vida, criando laços interpessoais. A linguagem, assim, é também um recurso para a identificação dos atores sociais, uma vez que os/as atores/as sociais também usam a linguagem (discurso) para se autoidentificarem ou autoatribuírem identidades. Dessa forma, ação, representação e identificação são significados do discurso, de maneira que eles podem ser vistos de modos separados, mas com traço dialético/relacional, pois a ADC adota a dialética entre o discurso e as práticas sociais.

Fairclough (2003), ao dividir a metafunção interpessoal em espaço identificacional (identitária) e relacional, busca dar conta desse fato. Para o estudioso, as identidades são relacionais no sentido de que aquilo que uma pessoa é está intimamente ligado ao como ela

---

<sup>34</sup> Fairclough (2003, p. 32) denomina “cadeia de gêneros” a situação em que diferentes gêneros se misturam, transformam-se mutuamente de gênero para gênero, como, por exemplo, os gêneros empresariais, as propagandas corporativas entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual, local) que envolvem uma cadeia de gêneros, uma mistura de gêneros.

fala, revela seu modo de ser, suas identidades. Em relação às análises textuais, elas devem identificar traços linguísticos que permitam perceber os estilos e os modos de ser, como os/as atores/as sociais identificam a si mesmos e a outras pessoas. Sobre esse prisma, os discursos são assim assimilados pelas identidades.

Por isso, um dos recursos ou categorias mais usadas para analisar o significado interpessoal é o *sistema de modo*, que é o recurso gramatical em que os diálogos se realizam em trocas de turnos entre os falantes, ou seja, a *categoria da modalidade*. Os *processos de avaliação* se materializam em declarações de juízo de valor, declarações observadas nos verbos, nos adjetivos, nos graus de intensidade demonstradas e nas atitudes de exclamar e atribuir valores. O sistema de modo é composto por orações, que se organizam em dois aspectos básicos: 1. graus de probabilidade; 2. graus de frequência. O primeiro grau envolve vocábulos como *certamente*, *possivelmente* ou *provavelmente*; já o segundo pode vir acompanhado de vocábulos como *às vezes*, *normalmente*, *nunca* e *sempre*. A modalização linguística envolve várias possibilidades de abrandamento e ênfase nos argumentos que desvelam os propósitos dos próprios falantes para representar a atitude/o julgamento sobre o que diz, o que pensa, o que escreve por meio de perguntas, declarações, ofertas, tipos de trocas, as funções do discurso e os tipos de modalidades (FAIRCLOUGH, 2003). O autor compreende a modalidade na perspectiva de dois eixos. O primeiro relaciona-se à modalidade epistêmica, que diz respeito ao comprometimento com a “verdade”, em trocas de conhecimento (afirmações e perguntas). O segundo eixo sugerido é o da modalidade deôntica, relacionado ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade, em trocas de atividades (demandas e ofertas) (RESENDE, 2005).

Outra categoria é a avaliação, moldada por estilos. Essa categoria demarca os modos de apreciação dos falantes, seja de modo velado, indireto ou de forma explícita, direta, no que diz respeito aos aspectos do mundo, expressos em apreciações boas e ruins, positivas e negativas (FAIRCLOUGH, 2003). A categoria pode ser dividida em três subseções: afirmações avaliativas (aferir juízo de valor sobre algo, pelas marcas dos verbos, advérbio ou por um ponto de exclamação); afirmações efetivas (processos mentais, efetivos explícitos pelos/as atores/as sociais – amar, odiar, gostar); e as presunções valorativas (implícito nos textos, os não ditos).

As abordagens de Fairclough (2003, [1992]2016) e de Halliday (1994), portanto, são instrumentos para a análise da linguagem em contextos específicos e para o entendimento da relação entre linguagem e identidades, mostrando como o poder é distribuído na sociedade, revelando as identidades não como algo concluído, mas como um processo moldado sócio-historicamente, constituindo os modos de ser, os estilos de cada ator/a social, pelas vias da experiência pessoal e coletiva. Acertados os significados do discurso de modo separado,

todavia, sem se esquecer de seu caráter dialético. Voltamos, assim, às considerações acerca do conceito de discurso para finalizarmos a sessão 2.1.5.

Wodak (2004), em consonância com os estudos de Fairclough (2003), menciona que o termo discurso está para além da linguagem. Ele envolve os aspectos ideológicos e de poder. A ideologia possibilita que relações desiguais de poder sejam estabelecidas ou mesmo se mantenham em dado contexto, logo, analisar as possíveis intenções dos discursos traz à tona as adesões ideológicas de modo mais explícito. Nesse sentido, a ADC analisa o discurso de manutenção do poder, pois, na maioria das vezes esses discursos são responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais ou possuem os meios para transformar a situação.

Fiorin (2008) ressalta que, ao constituir o próprio discurso, o locutor sempre leva em consideração o discurso do outro, um ato responsivo. Essa ação na maioria das vezes se dá de modo inconsciente, mas constante. Dessa maneira, todo discurso está voltado para o discurso de outrem, do que circula e constitui a sociedade. “Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2008, p. 19), e é uma manifestação de dialogismo, de acordo com os estudos de Bakhtin (2006), numa “concepção estreita de dialogismo” (FIORIN, 2008, p. 32).

Em continuidade a esse pensamento, para Fiorin (2008) existem dois modos diferentes em que o discurso do outro se manifesta no discurso do eu, ou seja, o enunciador dá voz às vozes outras, seja de modo explícito ou velado. Um deles refere-se ao discurso objetivado, no qual o discurso do outro é visivelmente destacado do discurso citante. O outro modo é o discurso bivocal, ao passo que o discurso do outro se constitui no domínio da intertextualidade implícita, sem demarcação clara dos aspectos fronteiríssimos entre o discurso citante e o citado (FIORIN, 2008, p. 13).

A esse respeito, Fairclough ([1992]2001, 2003) afirma que quando outros textos estão explicitamente presentes no texto citado, assinalados ou indicados por traços na sua superfície com uso de aspas, citações, discurso direto e indireto, por exemplo, denominam-se *intertextualidade manifesta* e *intertextualidade constitutiva*. A primeira se manifesta explicitamente nos textos, por meio de fragmentos diretos de outros textos. Já a *intertextualidade constitutiva* ou *interdiscursiva* é a constituição heterogênea de textos através de elementos de ordens do discurso caracterizados em gênero, discurso e estilo, ou seja, pela relação dialógica estabelecida com outros discursos, o que pode se dar de maneira criativa, gerando novas características, novas configurações. Nas palavras de Wodak (2004, p. 4), “cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder”.

Nessa conjuntura, todo enunciado não se origina de modo isolado e sozinho naquele espaço temporal sócio-histórico, haja vista que o enunciador traz consigo vozes outras, acopladas à sua cadeia de práticas sociais, de modo que já estão inscritos em sua historicidade através da influência mútua com outros falantes. Também por essa razão, faz-se necessário compreender o sujeito na produção dos seus discursos sempre associados ao contexto social em que ele e o texto estão inseridos; ao contexto de cultura, nas práticas dos objetivos sociais de modo geral, abstrato (a igreja, a religião, as comunidades, a origem); e ao contexto de situação, imediatamente ligado ao texto, às atividades das pessoas, aos aspectos interpessoais, enfim, posicionado no mundo (HALLIDAY, 1994).

Por isso, com base numa perspectiva de ADC, os discursos são produzidos a partir de um processo histórico, social, cultural e todos esses aspectos influenciam o fazer cognitivo; ademais, as estruturas sociais dominantes se legitimam por meio de ideologias de grupos que ostentam o poder. Assim, todas as mudanças influenciam as pessoas em alguma medida, pois Chouliaraki e Fairclough (1999), ao falarem das mudanças trazidas pela modernidade tardia, mencionam que, na interação discursiva, os atores sociais se encontram em um processo aberto, reflexivo e colaborativo de representar o mundo e, ao mesmo tempo, negociar relações sociais com os outros e elaborar suas próprias identidades. Por assim entendermos, as análises aqui desenvolvidas partem de uma concepção de linguagem não autônoma e transparente acerca dessas relações, mas de uma compreensão ideológica, que revela as relações de ideologia e poder, sempre considerando os paradoxos, as coerções, as incoerências existentes nas estruturas sociais e que são expressas pelos/nos discursos.

Reconhecer que há uma historicidade associada aos discursos e aos usos da linguagem significa dizer que não há algo posto e já dado, e mais, que o sentido não pode ser qualquer um, pois a significação está ligada a fatores específicos do contexto, do social, como visto anteriormente. A ADC, como ressaltado, propõe uma teoria crítica e, ao mesmo tempo, prática, sendo método e teoria, para os estudos que buscam as transformações sociais que analisam os usos linguísticos e extralinguísticos, em suas múltiplas extensões de forma situada, mostrando os papéis dos discursos na materialização ou, com mais enfoque, na ruptura de estruturas sociais desiguais de poder.

Há sempre relações de poder e resistência, as quais se constroem nas e pelas práticas sociais diversas e nas relações entre elas, isso porque nas fronteiras do “eu” e do “Outro” as relações nem sempre são pacíficas e respeitadas. Por muitas vezes, e por diversos motivos, essas demarcações, sejam elas sociais ou coletivas, são violadas, cerceadas e silenciadas por intervenções consolidadas nos discursos que replicam desigualdades. Nesse sentido, podemos

reafirmar que tanto a diferença quanto a identidade não são atribuídas às pessoas de modo inocente e aleatório, mas são estratégias ideológicas.

Ao discutir os aspectos mencionados, nos deparamos com a necessidade de colocar em discussão outros conceitos, como identidade, ideologia, relações de poder e interdiscurso. São aspectos indissociáveis na constituição discursiva, pois não apenas significamos os discursos enunciados, enquanto sujeitos históricos e simbólicos, mas o modo como agimos liga-se ao movimento do corpo, identificamo-nos nele e com ele aliamos ou refutamos determinados grupos sociais, de fato, produzimos e somos também o texto, no sentido mais amplo.

Em seguida, trazemos para a discussão algumas considerações acerca das identidades, visto a implicação com a agenda desta pesquisa, uma vez que as relações sociais e identidades apresentam partes discursivas concretas, são constituídas e reconstituídas na materialização das práticas. A constituição das identidades é também uma questão de ordem discursiva e está diretamente ligada às análises, no tocante à interpretação e à compreensão dos discursos das colaboradoras desta tese.

#### *2.1.6 Identidades: a multiplicidade inerente*

Por que tratar, aqui, de identidades? Porque analisar o discurso das egressas dos cursos oferecidos pelo **Programa Mulheres Mil** perpassa diretamente pela constituição das identidades delas, marcas heterogêneas que diferenciam as características de cada pessoa. Com isso, torna-se relevante compreender a constituição identitária das colaboradoras em seus espaços sociais. Identidade e discurso se inter-relacionam e se constituem mutuamente, ou seja, um está intrinsecamente ligado ao outro. É na ação e no discurso que revelamos nossas diversas fases e faces identitárias individuais e coletivas. De acordo com Fairclough (2003), os discursos servem como base para a construção de identidades, ou seja, as pessoas não representam o mundo de modo neutro, mas, sim, no decorrer de suas relações sociais interpessoais concretas e com suas próprias constituições identitárias, por estilos e modos de ser.

Nesse sentido, para o autor, o enfoque na construção discursiva das identidades revela a importância da função identitária na linguagem, como visto em 2.1.6, pois os modos de construção e categorização de identidades na vida social refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social. É importante ressaltar que nos apropriamos do termo identidades para o trabalho por entender e considerar a multiplicidade desse termo. O sociólogo Stuart Hall estuda as identidades culturais na perspectiva da pós-

modernidade e, para ele, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 13).

As identidades culturais são aquelas particularidades que nos fazem atribuir valor a nós como partícipes de determinada cultura específica. Assim, os/as atores/as sociais carregam várias facetas identitárias que se complementam e se opõem constantemente, isso é inerente ao sujeito, não é uma escolha ter ou não várias identidades. Ao contrário, as diversas identidades são intrínsecas à nossa constituição. Por isso, o estudo das identidades é uma tarefa árdua, um processo incessante, necessário e contínuo.

A partir da pós-modernidade/pós-colonialidade, convencionou-se o uso do termo identidades, e não mais identidade, visto que somos seres de várias identidades, múltiplos “eus”. Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2007, p. 7), as mudanças que acontecem constantemente no planeta criam “um ambiente novo e levam a uma série de desafios inéditos”. Esses desafios se apresentam nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, devido aos novos avanços do neoliberalismo, que traz com ele diversas formas de instabilidade e de exclusões nos âmbitos local e global, como também alertaram Chouliaraki e Fairclough (1999) ao falarem dos estudos críticos da pós-modernidade. As pessoas são perpassadas pela sensação de instabilidade diante das experiências de fronteiras culturais (BHABHA, 2001), pois as identidades se constroem não mais nas singularidades, mas nas fronteiras das diferentes realidades.

Essas mudanças produzem novos modos de ver e entender o mundo, gerando incertezas e insegurança. Aliada a isso, surgem as alterações de valores e hábitos, as diferentes formas de viver e de estar no mundo. Modos fixos e acabados, planos a longo prazo, verdades e informações absolutas são cada vez mais questionados, em virtude da flexibilidade das identidades culturais, onde tudo se transforma rapidamente com o imediatismo e a fluidez das informações, das tecnologias de comunicação.

Bauman (2001) denomina essa nova fase da sociedade como modernidade líquida, na qual há uma oposição entre liquidez e solidez. A liquidez é uma metáfora que se refere à pós-modernidade, enquanto a solidez faz alusão ao modo como era antes, ou à sociedade tradicional. Cada uma das referências vem carregada de valores e menções aos padrões de vida de dada época. Para tanto, o momento histórico estabelece comportamentos diferentes para os sujeitos envolvidos, e, com isso, os atores sociais também constituem diversos modos de se portar diante dos desafios. Desse modo, para o autor, o problema das identidades no contexto de pós-modernidade vincula-se ao debate de como se evitar a fixidez de forma a manter as opções

abertas. A ansiedade está em problematizar o essencialismo e os discursos permanentes e naturais.

Nesse “Novo Mundo”, o da pós-modernidade, são dados cada vez mais ao indivíduo o legado e a responsabilidade de solucionar seus próprios dilemas, os quais são oriundos de circunstâncias voláteis e constantemente instáveis (BAUMAN, 2007, p. 10). Para o pesquisador, tudo isso “é jogado nos ombros dos indivíduos – dos quais se espera que sejam *‘free choosers’* e suportem plenamente o peso das suas escolhas”.

Ele denomina de sociedade “aberta” aquela em que as pessoas percebem a fragilidade e a vulnerabilidade de viver em um planeta negativamente globalizado. As pessoas tentam voltar à firmeza de fronteiras espaciais e temporais, se agarrar aos hábitos passados, por medo e insegurança, alterando constantemente as identidades, as características individuais e, por conseguinte, o caráter. A busca por uma identidade surge na procura por segurança, por estabilidade, isto é, no desejo por uma ancoragem. “Está colocada a questão da identidade, ou das identidades, como um núcleo resistente à homogeneização e que pode ser semente de mudanças socioculturais” (CASTELLS, 2018, p. 31). Todas as manifestações identitárias são marcadas pelas histórias de cada grupo, por isso o autor denomina a identidade de resistência, aquela gerada por atores sociais que estão em posição de desvalorização e de discriminação, como as colaboradoras desta pesquisa. Elas criam movimentos de resistência, são as “trincheiras de resistência” (CASTELLS, 2018, p. 31).

De acordo com Hall (2006, p. 12-13), “o sujeito pós-moderno é conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’”. Sob essa ótica, analisar as identidades atribuídas às egressas e as autoatribuídas por elas implica compreender o modo e observar como essa constituição se dá para determinada camada de gênero social, no caso, mulheres em suas diversidades, mais especificamente as egressas aqui pesquisadas, que vêm de várias regiões e realidades. Isso implica dizer que “a identidade territorial é uma âncora, fundamental, de pertencimento que não é perdida nem mesmo no rápido processo de urbanização generalizado como estamos vivendo” (CASTELLS, 2018, p. 17). Os processos de globalização e modernização/colonização desestabilizam as identidades e as ideologias humanas, mas as memórias, as vivências, os valores e as crenças fazem com que essas realidades coexistam na constituição humana. O autor define que a construção das identidades se dá “como a fonte de significados e experiência de um grupo de pessoas [...]”. E em relação às identidades dos/as atores/as sociais, ele entende como “um processo de construção de significados com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de

significados. [...] identidades múltiplas” (CASTELLS, 2018, p. 54). Essa pluralidade é o reflexo dos embates e das contradições, tanto no que se refere à autorrepresentação quanto à ação social, às atividades, ao contexto e modo de se ver e ver os outros e o mundo.

A constituição identitária, por conseguinte, define-se a partir das relações entre um “eu” e seu “Outro”, no convívio social, através das manifestações sociais, culturais, espirituais, econômicas. Essas identidades são manifestadas no discurso, prevalecendo uma ou outra dependendo do seu interlocutor, do local de realização dos discursos e das condições de produção. Além, portanto, de plurais e fluidas, as identidades reproduzem sistemas e relações opressivas baseadas em padrões culturais como gênero, raça, sexualidade, território, a forma de trabalho, a produção e disseminação do conhecimento, bem como a autoridade e a intersubjetividade e o modo como eles se articulam através do mercado, do capital e da raça. As identidades são cindidas por todas essas instâncias hegemônicas advindas com a modernidade/colonialidade, deixando marcas de colonialidade do poder, do gênero, do saber e do ser (LAZAR, 2005; LUGONES, 2014; QUIJANO, 2005; SOUSA SANTOS, 2010). Por conseguinte, como salienta Castells (2018) e demais autores citados, a constituição identitária passa pelo reconhecimento de uma articulação entre vários elos (construção da autoridade coletiva, em todos os aspectos da relação entre capital, trabalho e na construção do conhecimento) tão caros à constituição humana, em especial quando falamos sobre as mulheres em suas diversidades.

No que se refere aos papéis sociais e às circunstâncias em que as pessoas nascem e vivem, há uma relação de interdependência com as posições ocupadas, pois, como vemos neste estudo, as colaboradoras fazem parte de um grupo social específico, todas são mulheres, todavia, todas trazem suas diversidades. Destas, a maioria é desfavorecida financeiramente e com baixo nível de escolaridade. De acordo com Fairclough (2003, p. 153), as pessoas são posicionadas involuntariamente como “agentes primários”, porque, ao nascermos, não decidimos onde e como, de modo que – “inicialmente não têm escolha – camponês ou nobre, classe operária ou classe média, macho ou fêmea, suas posições dentro da distribuição social de recursos, como Archer coloca”. Muitas das colaboradoras são mulheres negras, o que cria um subgrupo dentro do grupo das excluídas, ou seja, ainda mais às margens, nas fronteiras (ANZALDÚA, 2005), por isso se diferenciam das mulheres brancas, em razão das outras interseccionalidades que lhes são inerentes. Vale lembrar que as identidades sociais são características possíveis de serem reconhecidas por “outros” e as colaboradoras desta pesquisa, por exemplo, são reconhecidas socialmente como minorias sociais – mulheres em suas diversidades.

Portanto, para chegar a uma análise do discurso das colaboradoras, é preciso analisar também aspectos das identidades, os modos de ser/estilos, o modo de agir e compreender o mundo, porque o discurso e as identidades estão imbricados, fazem parte da vida em sociedade. Para bell hooks (2019), a construção das identidades se dá dentro e fora da representação, isto é, tanto na possibilidade de produzir narrativas que possibilitem às pessoas, em especial, às mulheres negras, falarem de si por meio delas como oferecer alternativas de identificação, vias para a concepção de novos sujeitos, desnaturalizar o olhar. Ademais, de acordo com Foucault (2003), analisar o discurso pressupõe analisar a vida social, uma vez que estão interligados e se constituem mutuamente. As identidades são também passíveis de serem contestadas, alteradas, visto que estão sempre em processo ininterrupto.

Bauman (2005) traz uma característica muito peculiar das identidades na pós-modernidade, entendendo-se ser este um tempo marcado por várias contradições. Ou seja, o sujeito quer ser livre, ter as fronteiras abertas e, ao mesmo tempo, não quer ser reconhecido como sujeito de um “não-lugar”, ou por uma “identidade da subclasse”. Ele ressalta que as pessoas ainda carregam traços da modernidade, como pode ser expresso no distanciamento entre o espaço e o tempo, o qual advém do modo como esses elementos são organizados nos contextos de práticas sociais. Tempo e espaço estão interconectados, há uma relação de intercruzamento.

Para o autor, são atribuídos valores e papéis sociais às pessoas de acordo com a posição que ocupam, como, por exemplo, os conferidos às “subclasses” e, dentre elas, podemos citar as mulheres, mães solteiras, pessoas sem território, negros, pobres, indígenas, homoafetivos, refugiados de determinada região, filhos órfãos, bem como inúmeros outros segmentos que não pertencem aos padrões hegemônicos, nos quais as identidades podem ser facilmente reconhecidas/respeitadas como superiores, de primeira classe. Logo, para o autor, a “identidade da subclasse” é a falta, ou a “ausência de identidade” (BAUMAN, 2005, p. 42).

Os sujeitos caracterizados, ou que vivem na “subclasse”, em especial, as pessoas que sofrem preconceito racial, de gênero ou de classe, muitas vezes assumem a posição de minorias sociais para marcar o descontentamento e a diferença, não por negarem suas origens. Ainda para o autor, estar em “deslocamento” ou estar em lugar nenhum não é uma situação confortável no que diz respeito às identidades. Esse traço identitário pode ser passageiro ou ter uma durabilidade maior se pensarmos nos andarilhos, que, nesse caso, já se constituem em outros aspectos ideológicos e identitários. Ou mesmo pode ser uma forma de marcar a posição de descontentamento, de resistência.

De acordo com Hall (2006, p. 38), as identidades não são inatas, mas sim constituídas a partir das relações sociais. Nas palavras do autor, “a identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo conatural, existente na consciência no momento do nascimento”. Desse modo, as identidades das colaboradoras também se constituem constantemente e a visão exterior, o modo como o Outro lhes atribui significado, exerce forte influência na maneira de viver e de agir dessas mulheres. As identidades se localizam em um espaço temporal, carregam marcas, e por vezes esse espaço e tempo são simbólicos.

Dubar (2005, p. 134), em diálogo com Erickson, ressalta que a “identidade nunca é instalada, nunca é acabada, [...] e que os indivíduos passam por crises de identidade ligadas a fissuras internas”. São processos de construção, desconstrução e reconstrução constantes, uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável. Nesse sentido, o autor acredita que as identidades resultam do processo de socialização, ou seja, essa decorrência abrange a presença do Outro. Por outro modo, a alteridade é analisada/julgada/posicionada o tempo todo pelas pessoas à volta, nos contextos nos quais os/as atores/as sociais estão inseridos. Para o autor, as identidades de si não se separam das identidades para/do Outro, pois são correlatas. Nesse sentido, “o homem tem uma necessidade estética absoluta do Outro, da sua visão e da sua memória; memória que o junta e o unifica e que é a única, capaz de lhe proporcionar um acabamento externo.” (BAKHTIN, 2006, p. 55).

Ademais, Dubar (2005) orienta que o processo de identidade deve ser visto por duas perspectivas: atos de atribuição e atos de pertença. A primeira é uma relação entre os atos atribuídos (os quais se referem ao que os outros falam ao sujeito que ele é, nomeada de identidades virtuais, ou seja, identidades atribuídas ao outro); e a segunda, os atos de pertença (refere-se à identidade para si, isto é, em que internalizamos as atribuições e identidades socialmente atribuídas a nós).

Dessa maneira, as identidades não são apenas o que vem do mundo externo, mas também do domínio interno, e esse resultado é conflituoso, contraditório e não linear, ou seja, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia [...], somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2006, p. 13). Na maioria das vezes, aliás, avaliamos os traços identitários a partir daquilo que nos é pertinente e aceitável. Silva (2010, p. 75) explica que a identidade é “o ponto original relativamente ao qual se define a diferença”. Para tanto, essa ideia evidencia a disposição em adotar aquilo que somos como regra ou padrão para distinguir e aferir os diferentes, ou aquilo que não somos.

Ao refletir sobre as atribuições dos outros e as ações de pertença das colaboradoras, com base nos pressupostos de Dubar (2005), questionamo-nos sobre quais influências exercem as situações de preconceito, violência e desrespeito no nível social delas. As situações vividas por elas no dia a dia refletem na configuração de suas identidades enquanto alunas, egressas e profissionais no mercado de trabalho? Até que ponto elas conseguem suplantar as atribuições negativas a elas proferidas e se sustentarem pela pertença da valorização do “eu”, do empoderamento, da autoestima, enfim, de ser mulher acima de todas as adversidades?

Em diálogo com as colaboradoras, pôde ser comprovado que elas são oriundas da classe baixa e têm um baixo nível de escolaridade. A partir dessas condições sociais, são lhes atribuídos papéis sociais e identidades tanto na constituição individual quanto pelo olhar exterior, pelas identidades coletivas. As pessoas são julgadas/posicionadas pelo local de moradia, pelo tamanho da casa, pelo valor da renda, quantidade de filhos e demais aspectos que demarcam poder, capital, bens e consumo.

Desse modo, o estabelecimento das relações de poder se dá por meio da veiculação reforçada da imagem daquilo que deve ser visto como objetivo a ser alcançado por todas as pessoas – como financeiramente bem-sucedidas, de determinada aparência física, possuidoras de determinados bens e heterossexuais. Tudo isso é reflexo e continuidade do longo processo de subjetivação e objetivação opressiva das dicotomias como construção normativa da sociedade, na lógica categorial (LUGONES, 2014). As pessoas são julgadas sem questionar as estruturas, o motivo pelo qual estão nessa situação, por qual motivo não conseguiram estudar, de modo que o poder e as ideologias que oprimem são camuflados, legitimados pelas convenções sociais. No entanto, além do grande problema em ser de classe baixa, não desfrutar de vários bens, não ter tido a oportunidade de escolaridade, ainda lhes são atribuídos valores desumanos.

Ao falarmos do nível de escolaridade, o preconceito e os julgamentos são, de início, atribuídos por formas negativas e estigmatizadas às pessoas que não usam a linguagem tida como a formal e acadêmica. Todos esses julgamentos podem ser internalizados e passam a ser os atos de pertença em sua constituição identitária, fazendo-as acreditar, de fato, que são incapazes de usar a língua em diversas situações do cotidiano. Esses sujeitos integram a categoria de “identidade para si”, a qual se constitui a partir da imagem que os outros têm dela, criando concepções de si e de sua autoimagem (DUBAR, 2005).

Em direção contrária ao sistema, podemos ressaltar casos de pessoas que resistem às imposições, em especial, mulheres que lutam por seus direitos para sair da zona de estigmas, mudarem a história e o contexto. Mulheres em suas diversidades buscam fazer diferente, ser

quem elas querem e desejam ser, como, por exemplo, nos casos de violência doméstica, em que as mulheres são julgadas por sofrerem agressões de seus companheiros e não reagirem ou não saírem do ambiente coercitivo. Há sempre uma relação de negociação identitária que se estabelece na (re)constituição dos modos de ver-se, de portar e de reagir diante das opressões.

Em vista disso, apesar da tomada de consciência, da necessidade de ativar mudanças para constituir-se como nova mulher, surgem as limitações para materializar as rupturas com o modelo anterior e encontrar possibilidades de sobrevivência longe da exploração introduzida pelos opressores. Essa ruptura nem sempre acontece, por vários motivos identificados nas colaboradoras, como baixa autoestima, escassa valorização do “eu”, por medo, por ameaça, por não se considerar capaz do seu próprio alento e do sustento dos filhos, por profunda carência, depressão, entre vários outros motivos. É algo inconcluso, é um esforço, é também uma descoberta de si e, porque não dizer, uma quebra dos próprios paradigmas, nesse caso. Isso se funda no que Bauman (2005) denomina de autodeterminação, ou seja, o eu postulado.

Hall (2006) defende o conceito de “identidades culturais” como características que surgem pelo nosso “pertencimento” a determinados locais sociais, como a raça, o gênero, a etnia, a língua, até mesmo a cultura local e nacional. O autor se insere teoricamente nos Estudos Culturais, os quais chamam a atenção para a força das relações interculturais estabelecidas entre a cultura, a identidade e as constantes transformações na pós-modernidade. Para ele, na pós-modernidade está acontecendo o processo de fragmentação, o qual nos leva à alteração das identidades pessoais, “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006, p. 9). Nessa confluência, muitos atores sociais se sentem em crise, por não se reconhecerem em determinados padrões ou por não aceitarem a perda de determinados valores até então preciosos do ponto de vista que lhes é interno.

O sujeito faz parte de um cerne interior, pessoal, e ao mesmo tempo, de um aglomerado social. Com isso, sofre a influência das formas como é representado ou interpretado nos e pelos diferentes sistemas sociais e culturais de que toma parte. Essas são as características dos sujeitos pós-modernos: assumir contornos diversos, aderir a identidades múltiplas e plurais – no caso das colaboradoras, identidades, de mãe, filha, irmã, funcionária, mulher, esposa, entre outras posições-sujeito –, impulsionando suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas. Logo, são caracterizadas pela diferença, pela inconstância, são identidades que permanecem sempre abertas à renovação, à (re)constituição.

Já para entender a questão das identidades, segundo Giddens (2002), é necessário passar pela compreensão do que é estruturação e reflexividade. Estruturação se relaciona ao modo

como as atividades dos sujeitos se tornam rotineiras e se repetem ao longo do tempo e do espaço. Isso ocorre porque a finalidade das práticas centra-se na estrutura; ela, a estrutura, é a facilitadora e, também, coerciva para a realização das ações e regras. Para o autor, os sujeitos por si mesmos, ou seja, individualmente, se organizam de modo a gozar dos recursos e das condições proporcionadas pela estrutura. É, assim, uma inter-relação entre o agente humano e a estrutura social, pois, na perspectiva transformacional, “a sociedade não é criação dos seres humanos, mas pré-existe a eles. A sociedade existe em virtude da agência humana, mas não redutível a ela, e vice-versa” (RAMALHO, 2008, p. 49).

Essas concepções são advindas de Bhaskar (1989), que endossa uma concepção transformacional de constituição da sociedade. Implica dizer que “sociedade” e “indivíduos”, ou estruturas (“conjuntos de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social”) e agência humana (“capacidade das pessoas para realizar as coisas”), não são redutíveis a um, mas sim casualmente interdependentes (GIDDENS, 2002). De acordo com o autor, a propriedade da estrutura social pode ser tanto meio para a agência quanto resultado da ação que ela recursivamente organiza, denominada por ele de “dualidade da estrutura” (GIDDENS, 2002, p. 26-40). “Essa dualidade não é dualismo, pressupõe estruturas (regras e recursos) como propriedades estruturadas e igualmente resultantes da ação humana” (RAMALHO, 2008, p. 50). Nas práticas sociais, os agentes singulares, ativos, se utilizam da estrutura social, (re)organizando, (re)articulando, (re)significando mecanismos e poderes causais e (re)produzem, (re)criam, (re)fazem e (re)significam as estruturas sociais, implantando no mundo efeitos indispensáveis. A reflexividade, então, faz referência ao fato de as práticas sociais estarem em constantes avaliações. Essas observações são feitas a partir das próprias práticas, alterando e renovando o modo de ser, seu caráter e atitude diante do mundo.

Nessa mesma linha de pensamento, Giddens (2002) ressalta que as identidades devem ser entendidas como a capacidade pessoal do “agente humano” para manter uma história a respeito de sua própria vida. Assim, as identidades não estão ligadas apenas ao comportamento individual. O autor faz uma reflexão sobre a “autoidentidade”, em referência às modificações de ordem social, visto que para ele as transformações em torno da vida íntima e pessoal estão diretamente ligadas às estruturas sociais. Pode-se entender como a trajetória ao longo da vida, ou, para ele, o que antes se chamava de “ciclo da vida”, por meio das mais diversas situações institucionalizadas, é uma biografia reflexivamente organizada.

Do mesmo modo, as formas de estar, compreender a si mesmo e entender o mundo passam pelo aspecto da “autoavaliação”. O “agente humano”, em suas palavras, engendra confiança nas pessoas à sua volta e, com isso, a constituição do “eu” está diretamente ligada às

relações de ordem sociológica e cultural. Com isso, ao relacionar a constituição identitária das colaboradoras, pode-se inferir que elas também se constituem através de sua classe social, gênero, território, raça, sexualidade, cultura e língua, como já exposto.

Nesse sentido, a falta de respeito aos diferentes traços identitários produz atitudes estigmatizadoras, que se manifestam não apenas em atos de fala, mas pelos usos sociais da linguagem, que podem variar de acordo com idade, gênero, região, nível de escolaridade, classe social e o contexto de uso em que estão inseridas. Essa diversidade as constitui enquanto atoras sociais, e, na maioria das vezes, a pluralidade e as diferenças não são aceitas socialmente. Como explica Moita Lopes (2002, p. 35), as pessoas que ocupam as posições sociais de mais prestígio tendem a ser as maiores produtoras de outros seres, alargando ainda mais as relações assimétricas.

O preconceito se dá acerca do falante, e não da língua em si, por exemplo, é a própria pessoa que sente as consequências das diversas formas de intolerância. Cria-se a ilusão de que suas identidades são o resultado de histórias independentes, ao invés de resultado de relações coloniais assimétricas históricas. Não é raro escutar, de várias pessoas, que a linguagem reflete a sociedade e, para haver uma modificação na linguagem, antes é preciso acontecer uma alteração na sociedade. A nosso ver, a linguagem não apenas reflete a sociedade, mas, conforme Fairclough (2003), a linguagem é parte do social. Isso implica dizer que é uma via de mão dupla, isto é, do mesmo modo que a sociedade influencia a linguagem essa também exerce influência no social.

Giddens (2002) usa a expressão “modernidade tardia” para se referir ao período pós-moderno. Vale ressaltar que, para este trabalho, adotamos o termo modernidade/colonialidade por acreditar que ainda vivemos sob as opressões coloniais em diversas esferas, seja de poder, do saber, do ser, do gênero, bem como outras formas de colonialidades: cibernética, estético-corporal, espiritual e religiosa etc. Enfim, todas as formas estão imbricadas umas nas outras, reforçando as configurações de opressão e hegemonia, constituindo e sendo constituídas em suas peculiaridades. Acreditamos, porém, em sujeitos ativos e capazes que, mesmo constrangidos pelas estruturas e pelas diversas formas de colonialidades, podem desenvolver-se, redefinir preocupações de modo interno e subjetivo a partir de novos saberes e práticas de enfrentamento, e, por conseguinte, acionar práticas e discursos que alterem as estruturas.

Assemelha-se à relação de reflexividade da modernidade/colonialidade, expressa anteriormente, de que o conhecimento acerca de determinado assunto nunca está pronto e acabado, não é uma verdade absoluta ou uma certeza incontestável, mas há sempre a possibilidade de novos questionamentos. “O uso contra-hegemônico da ciência moderna

constitui uma exploração paralela e simultânea dos seus limites internos e externos. [...] não se restringe apenas ao uso da ciência [...], mas numa ecologia dos saberes” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 107). Esse conhecimento se dá de forma fragmentada, dispersa e aberto a novos modos de perceber dentro das práticas sociais; é uma via de mão dupla.

Com base nesse ato de ser reflexivo diante de si, do outro, de modo que se retroalimentam, também podemos dizer que “[...] o ‘eu’ é um projeto reflexivo [...] o ‘eu’ alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (GIDDENS, 2002, p. 37). O sujeito precisa, sozinho, fazer e entender as etapas de transição do que é pessoal e social, das mudanças no decorrer da vida, nas diversas fases, como, por exemplo, da adolescência para a fase adulta, de solteiro a casado, desse para divorciado, se for o caso, e assim por diante. Tudo isso se dá pela responsabilidade do próprio agente social.

Apreendemos, então, que a identidade, para Giddens (2002), é um processo em constante progressão. Isso significa dizer que o sujeito não tem uma única identidade desde o nascimento, idade adulta e até a morte. E mais, as etapas e mudanças de identidade ao longo da vida não estão expressas de modo claro, em linha linear, mas passam por várias modificações intercambiadas. Logo, as identidades são construtos que advêm de diversas transformações ao longo do tempo. É um processo plural, multifásico e em constante movimento. Elas são vistas como uma construção reflexiva ininterrupta.

Nesse sentido, as identidades dos/as atores/as sociais pós-modernos/as são descentradas diante da complexidade do “eu” junto às relações sociais e culturais. Segundo Van Leeuwen (2001), a complexidade na constituição das identidades se dá pelas diversas possibilidades de um/a mesmo/a ator/a social representar-se por diferentes papéis sociais. É a mistura de várias faces de identificação da mesma pessoa no mesmo ou em diferentes espaços históricos e sociais, em espaços e tempos marcados. As identidades híbridas das egressas pesquisadas materializam-se nos diferentes modos de ser da mulher, os significados atribuídos à figura feminina, como foi aqui colocado. Acrescentamos, ainda, as identidades de dona de casa, de profissional, de chefe de família, entre várias outras opções que vão na contramão da ideia de uma única identidade.

A identidade também pode ser marcada pela diferença, de modo que uma característica entra em oposição a outra. Para Woodward (2014, p. 9), a identidade é relacional, ou seja, depende de algo exterior a ela para existir, de uma identidade que ela não é, pois diferente dela. Conforme a autora, as identidades são marcadas pela diferença que pode ser mais importante que outras, de acordo com casos e/ou grupos específicos. Ainda de acordo com ela, há uma

condição simbólica na classificação das identidades. Essa simbologia relaciona-se ao procedimento no qual se atribui sentido às práticas e relações sociais, determinando, assim, quem são os agentes sociais incluídos e, por conseguinte, os excluídos; portanto, é também pelo lugar social e pelas condições de vida que as pessoas são classificadas dentro de seus grupos. Se a pertença é a um grupo estigmatizado socialmente, são atribuídos juízos de valor também preconceituosos sobre aqueles sujeitos que dele fazem parte.

As identidades, ao mesmo tempo que marcam a inclusão, denotam também a exclusão. Você é X, logo, não pode ser Z. As identidades se diferenciam nas relações sociais, pela diferença, já que marcam socialmente aquilo que não são; são a afirmação pela negação. Vale lembrar, contudo, que esse sujeito não tem apenas essa identidade que o caracteriza como pertencente ou não a determinado grupo, visto que ele é um ser histórico e em constante evolução, marcado pelas múltiplas identidades que o constituem. As diferenças e as identidades não são vistas apenas como as opostas, ou seja, as diferenças também são formadoras de novas identidades. Elas são, ao mesmo tempo, interdependentes.

Com esse fundamento, anco-ro-me nas críticas de Hall (2006) acerca dos posicionamentos que tentam neutralizar e naturalizar a existência de diversas identidades culturais nacionais, ou seja, na trilha de Hall (2006), também defendemos a ideia de que, em uma mesma sociedade, há diferenças e pluralidades que precisam ser vistas e respeitadas. Segundo o autor, há uma estreita relação entre identidade e diferença, e não apenas uma identidade nacional unificada. Nela convivem os símbolos, as regras, a realidade, as memórias, culturas nacionais e locais em um movimento inacabado e multifacetado, trazendo à tona a existência da pluralidade de identidades e de diferenças que convivem em um mesmo espaço social.

Os movimentos migratórios de diversas raças e povos em direção a várias áreas do planeta acentuam ainda mais essa multiplicidade e liquidez advindos do processo de globalização e da quebra de fronteiras midiática. Também é preciso destacar que a movimentação de pessoas dentro do próprio país, pelas culturas regionais, locais, nacionais e internacionais, corroboram para que as múltiplas identidades sejam cada vez mais plurais, mesmo dentro da mesma cultura nacional.

Para a análise dos processos identitários há de se considerar não apenas o fator de identidades, mas também as condições de produção e de manutenção ou transformação das identidades, visto que todos esses fatores passam pelas relações de poder que engendram sobre sujeitos sociais, causando-lhes diferentes efeitos de poder. Foucault (2013) não compreende o poder como uma “entidade”, uma “ideia” ou “identidade teórica”. Para ele, o poder é uma

prática, o poder se exerce em várias direções no cotidiano, é uma rede de micropoderes que afetam as estruturas sociais a partir de diversos segmentos ou instituições, como o autor denomina, escola, igreja, hospital, entre outros, marcando, assim, as interações entre os grupos e as classes.

É interessante reforçar que o pós-modernismo/pós-colonialidade é um período marcado por fortes transformações sociais, que afetam os alicerces gerais que dão ao indivíduo a sensação de estabilidade. Com a redução dessa fixidez, os papéis sociais também são desestabilizados e colocados à prova, causando novas crises de identidade e a abertura para (re)pensar diversos conceitos, tidos como verdades absolutas, como, por exemplo, as discussões acerca das identidades dos gêneros sociais.

Dessa maneira, trazemos para a discussão o conceito de gênero, o qual surge para dizer que as diferenças sexuais não garantem, por esse simples fato, as diferenças sociais entre homens e mulheres, bem como as especificidades (diversidades) de mulheres e homens, em seus diversos papéis sociais. Por isso, reforçamos a importância de tratarmos de gênero social no processo de constituição identitária, mas sem perder de vista a significância da interseccionalidade de gênero social com outros marcadores sociais da diferença, sobretudo a raça, para o processo de (re) construção das identidades.

Essa distinção de ordem biológica serve, sem dúvida, para ampliar ainda mais a desigualdade existente entre os direitos sociais, reforçando a subordinação e a opressão de maneira associada à orientação sexual, à raça, à classe e tantos outros. Essa distinção é também um modo de exercer o poder e diminuir as possibilidades de contestação ao trazê-la como algo natural e convencionar os papéis atribuídos para cada um desses polos, constituindo, *a priori*, as identidades e papéis sociais de homens e mulheres. De acordo com Orlandi (2001), pensar o corpo desvinculado da relação sujeito/mundo e história é negar-lhe sua significação, seus limites de dizer e suas possibilidades de movência. Para a autora, o processo de produção das identidades se dá como uma relação entre sujeito, língua e história.

Ademais, recorremos a Butler (2018), a qual se opõe à ideia de compreender sexo e gênero como entidades naturais. Para a autora, deve haver uma característica política para afirmar que sexo e gênero são, de fato, essência e substância. Conforme explica, a constituição do gênero se dá pelo traço cultural, e não pelo aspecto biológico, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2018, p. 26). Logo, entender gênero nessa perspectiva é diferenciá-lo além da linha sexual do corpo pura e simples; é, sim, entender que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. O

gênero é um ato *performativo*, “isto é, constituinte de identidade que supostamente é” (BUTLER, 2018, p. 56, grifo do autor).

Dessa forma, a manutenção do discurso sobre identidades fixas para homens e mulheres, bem como a sustentação do discurso binário e dicotômico é um exercício de poder sobre esses/as atores/as, ditando e estabelecendo lhes regras e padrões a serem seguidos de acordo com as convenções sociais. Trata-se de um regime de poder para incluir ou excluir determinadas facetas de identidades, garantindo a existência de umas em detrimento de outras. Ou seja, gênero seria uma construção da modernidade colonial (LUGONES, 2014). Podemos inferir que os atributos sociais destinados ao que deve ser entendido como identidades de mulher e ao que se convencionou sobre identidades de homens aponta para relações de poder e ideologia na sustentação de uma ordem social, ordem essa ligada à discussão sobre os gêneros sociais, sobre as relações patriarcais e coloniais. E mais, as convenções são tidas como regras, como se existissem apenas os polos A e B, isto é, não são consideradas as inúmeras possibilidades de gêneros e identidades.

Nesse sentido, práticas sociais veiculam ideologias, relações assimétricas sedimentadas pelos discursos dominantes para a manutenção do *status quo* ou para combatê-lo em relação ao gênero social. Elas se relacionam às noções de poder e hegemonia, num processo que, para Fairclough (2001, p. 122), se constitui como “um foco de constante luta sobre pontos de grande instabilidade entre classes e blocos, para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”, assim como acontece na tentativa de manter as concepções ideológicas e as identidades como apenas de homem e mulher. A ideologia funciona como um sentido, um significado veiculado na sociedade, sentidos estes que constituem identidades. É algo que vêm de algum lugar já dito anteriormente por outro e produz sentidos, concretizando a historicidade e marcando o lugar social de quem (re)produz.

E, assim como o **Programa Mulheres Mil** é direcionado ao público feminino, podemos dizer que esse Programa pode sim ser destinado às pessoas que se autodeclararem pertencentes ao gênero feminino, não apenas no que se caracteriza como biológico, mas seguindo as características performativas (BUTLER, 2018). Vale lembrar que o Programa parte do princípio de uma política pública interessada em reparar as desigualdades sociais, existentes ao longo dos tempos, quanto à falta de recursos, reforçando o valor social destinado às mulheres.

Mesmo o gênero mulher para demarcar o feminino é contestado por Butler (2018), visto que, para a autora, a diferença está no ato performativo, e não no termo “mulher”, de modo que, para ela, ser mulher não é sinônimo de feminismo, já que este é marcado pelos atos

performativos manifestados pelos agentes sociais que se autodeclaram femininos. Assim, os sentidos são constituídos à medida em que os/as atores/as sociais agem, atuam e lutam contra os engessamentos e as imposições sociais. Pessoas que marcam seu lugar, suas performances, contra “uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual, em que heteronormatividade e cisgeneridade são postas como normas” (BUTHER, 2018, p. 201). Há outros modos de ser mulher, como, por exemplo, ser transexual, travesti, bissexual, enfim, *queer*.<sup>35</sup> Estamos de acordo com tais conceitos e relutâncias políticas, porém, vale ressaltar ser essa uma discussão que não surge como temática central para este trabalho. Isso porque não houve nenhum caso declarado pelas participantes da pesquisa, bem como devido aos objetivos deste trabalho. No entanto, compreendemos a importância desse debate em todas as esferas, em especial no interior das políticas públicas, como é o caso do **Programa Mulheres Mil**.

Não chegou até nosso conhecimento que mulheres que se declaram homoafetivas ou trans tenham procurado os cursos. Ou será que houve procura, mas não foram selecionadas pelo fato de não serem biologicamente caracterizadas como uma mulher? Não podemos perder de vista que os/as agentes sociais envolvidos/as na seleção das inscritas, mesmo que tenham os critérios a serem seguidos, trazem consigo características e crenças sociais e culturais adquiridas ao longo da vida. É importante levar em conta que certos aspectos da identidade podem ser silenciados em função de alguma restrição (velada) de poder. De acordo com Giddens (2002), esses atributos produzem a “autoidentidade”, construída a partir das experiências vivenciadas e também constitutiva e determinante nas concepções e identidades do eu. Todavia, é um dos pontos que podemos sugerir para ser acrescentado/alterado nos editais de seleção em nível de IFs e/ou mesmo nos objetivos do Programa, em parcela nacional, no que tange ao público-alvo.

É necessário registrar que essa divisão entre homens e mulheres, baseada na biologia, faz parte de uma herança da colonialidade que vem de várias gerações, é algo convencionalizado como naturalizado, mas não é normal e natural. No discurso de uma das participantes aparece essa naturalização: “*Minha mãe foi dependente do meu avô, dos pais, dos maridos, dos irmãos, assim também que devo ser. É nosso destino, eu acho*” (Entrevista, Ipê, Posse). Muitas

---

<sup>35</sup> Guacira Lopes Louro afirma que *queer* é o sujeito da sexualidade desviante que não deseja ser integrado, nem tolerado; “é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar, de ser, que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, dos ‘entrelugares’, do indecível” (LOURO, 2017, p. 7-8). Ainda de acordo com a autora, a partir dos anos 1990 o termo passou a ser usado “no âmbito teórico e político para indicar uma posição ou disposição de contestação e de não conformidade em relação às normas, processos de normalização ou cânones de qualquer ordem” (LOURO, 2017, p. 37).

colaboradoras pensavam assim e muitas ainda pensam como se fosse um legado, algo inquestionável, uma verdade absoluta. É um pensamento que vem sendo perpetuado, contribuindo cada vez mais para cristalizar diversas formas de discriminação e violência doméstica, sempre segregando e aumentando a desigualdade entre as identidades de gênero.

Poynton (1989) estuda a divisão entre a mulher e o homem, o macho e a fêmea, o feminino e o masculino. Ele observa as relações assimétricas que se estabelecem e se materializam na constituição identitária das pessoas. Para o autor, a mulher começa a ter as identidades construídas de modo submisso desde o nascimento, no berço da família, algo que vem junto ao processo cultural. Isso porque, para ele, família é a primeira e uma das primordiais instituições em que os agentes sociais têm suas referências sedimentadas. E é lá, em volta dela e sobre ela, que se cria um cenário de sentidos, os quais reforçam estereótipos naturalizados. Esse modo de entender e de aceitar com naturalidade é internalizado pelos sujeitos. Segundo Fairclough (2001), isso se dá através das práticas e de eventos discursivos. Pelo aporte teórico e metodológico da ADC, os/as analistas críticos/as buscam investigar esses traços e pistas na intenção de tornar visíveis as relações entre a linguagem e outras práticas sociais, que são dadas como naturais.

A esse respeito, Magalhães (1995) ressalta que existem modos distintos que garantem e contribuem, ao mesmo tempo, para a constituição das identidades de mulher e, também, para essa dicotomia de gênero. Para a autora, os discursos que circulam nas práticas sociais podem tanto libertar como exercer ainda mais controle sobre os agentes. Dessa maneira, o poder pode ser entendido como a possibilidade que os indivíduos, ou instituições que representam, têm de fazer uso de algum tipo de recurso para operar em determinado contexto social (GIDDENS, 2002).

Os discursos e as práticas de controle relacionam-se ao discurso hegemônico, aos padrões ideológicos dominantes, na visão dos quais a mulher não deve ter espaço de fala, não tem posição social, nem política, por isso, fica fadada ao preconceito e à discriminação. Em contrapartida, existem os discursos de embate, porque onde há poder, há resistências (FOUCAULT, 2013), que buscam uma revisão de aspectos da vida social para descolonizar e garantir cada vez mais os espaços de voz, de luta e de resistência. Essas são práticas discursivas que respeitam a mulher como ser social que fala, pensa e age por si só, com suas próprias concepções, seus desejos e suas particularidades. São, assim, discursos e lutas transversais, contra os privilégios do saber e as relações que ele estabelece com o poder. É uma recusa ao estado de naturalidade das práticas de violência econômica e ideológica, bem como da passividade diante das opressões, pois somos sujeitos agentes, ativos e não assujeitados.

Essa confluência de posicionamentos reafirma que as identidades sociais podem ser conflitantes, pois um mesmo sujeito perpassa inúmeras identidades, entrando frequentemente em contradição, ora consigo mesmo, ora com o social, devido às relações de poder na sociedade (FOUCAULT, 2013). É possível ter uma identidade tradicional, crenças em origens antigas e, ao mesmo tempo, concepções muito inovadoras e atuais em relação a outro assunto. Isso não significa que são ações fixas e imutáveis, visto estarem todas as identidades abertas aos movimentos.

Desse modo, é possível separar, por vezes, traços ideológicos que se assemelham mais às identidades tradicionais, como velhos hábitos que perpetuam os estigmas e ações outras que podem ser inferidas como uma tomada de postura, como a busca por liberdade e respeito. O ideal é respeitar a constituição e a formação ideológica de cada mulher em suas diversidades, pois dentro da mesma família há divergências. Todavia, muitas mulheres não estão munidas de informação, apoio psicológico, moral, financeiro, ou mesmo não entendem as situações de submissão e jugo às quais estão condicionadas.

No entanto, ao entender que o gênero é algo que se compõe na e por meio das práticas sociais, culturais e históricas, as quais estão em constante modificação, abrimos possibilidade de transformação de postura. Em consonância com Fairclough (2016), acreditamos ser possível uma mudança nas relações de gênero e na constituição das identidades da mulher. Para isso, são necessárias mudanças discursivas, algo que não acontece rápido e sem lutas e resistências. Segundo o autor, a relação entre discurso e prática se dá de modo dialético e contribui, assim, para a guinada discursiva, para a modificação da prática social num movimento de ir e vir. É possível perceber que, de fato, o gênero social é construído e constituído através da linguagem, a qual deve ser continuamente identificada também como prática social. Nessa linha, a (re) constituição e a (re) construção das identidades de gênero acenam para a interação dos/as atores/as sociais em práticas discursivas, como os contextos de utilização dessa linguagem e as posições sociais nas quais cada um/a está inserido/a.

Juntamente com o construto de identidades, emerge aqui o conceito de alteridade, como esclarecido no início da sessão, pois, pelo exposto até o momento, as identidades não podem ser pensadas fora da ideia de alteridade, visto serem o homem e a mulher seres sociais. Assim, as identidades surgem no interior de cada pessoa, mas falta algo para ser completado, falta a presença do Outro, a alteridade. Além da alteridade expressa por Bakhtin (2006) em 2.1.1, para Lévinas (1993, p. 56), “a relação com o Outro questiona-me, esvazia-me de mim mesmo e não cessa de esvaziar-me, descobrindo-me possibilidades sempre novas. Não me sabia tão rico, mas

não tenho mais o direito de guardar coisa alguma”. Silva (2014) define alteridade como a condição a que é do Outro, ou ainda, para ele, pode ser denominada como “outridade”.

Pelas relações dialógicas percebemos a alteridade, a diferença entre nós e os outros, processos esses que fazem com que afirmemos, ressignifiquemos ou recusemos nossas identidades. A esse respeito, recorremos a Silva (2014, p. 77) ao dizer que a identidade e a diferença são resultantes das construções linguísticas, dos atos de fala, “é apenas por meio dos atos de fala que instituímos a diferença e a identidade”. Para tal, os dois pontos devem ser compreendidos na relação dos sistemas de significação nos quais os sentidos são conferidos.

O intuito do autor em aproximar os dois polos se dá devido ao entendimento dele de que a linguagem é “caracterizada pela indeterminação, pela instabilidade” (SILVA, 2014, p. 80), assim como as identidades. Elas estão sujeitas a regras e ranços de hierarquias coloniais, das relações de poder e força. As identidades e as diferenças se dão também na disputa. Para o autor, onde existe a diferenciação há relações de poder, esse sim é o processo central pelo qual elas são produzidas.

Sabemos que o olhar do “Outro” nem sempre é uma visão terna e sem preconceitos, ou carga negativa, porém, esse olhar hostilizado também deve ser considerado, pois, mesmo assim, é constitutivo. O acesso à alteridade não anula as identidades do “eu”, ou a faz renunciar aos desejos próprios, às opiniões e aos significados interiores, mas mantém a abertura a outros discursos, ao exterior, à composição dialógica que vem do “Outro”. Logo, é uma relação retroalimentando “eu” – “Outro” e o mundo. Esse “Outro” não é uno, mas sim um sujeito constituído de valores e experiências que ora diferem das vivências do “eu”, por isso, o “eu” também é essencial para o meu “Outro”.

Esse formato de constituição abrange possibilidades de mudanças sociais, identitárias, ideológicas e culturais, na tensão do interno com o externo, com as bases de exclusões, coerções, resistências e hostilizações, e não apenas na adesão e aceitação, ao que lhe é atribuído em consonância com a autoimagem. A constituição humana se estabelece em processos que advêm por intermédio da cultura, de modo dinâmico e processual, algo que aprendemos nas diferentes formas de vida, através da linguagem, da abertura ao reconhecimento das diferenças culturais. É visível, portanto, a indigência em ponderar através de relações dialógicas, sobre uma ética da alteridade, solicitude e escuta, enfim, promover um lugar sensível à cultura das diferenças, entender que as diferenças são construções histórico-culturais. É preciso conviver com as diversas formas de realidade e modos de expressar-se por meio de identidades e ideologias.

Ainda, é importante observar, nos estudos de Silva (2014), que identidade e representação se relacionam, porque, segundo ele, ambas são significações advindas dos aspectos sociais e culturais. “É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido, [...] passam a existir” (SILVA, 2014, p. 91).

Como mencionado, Butler (2018) entende a constituição do gênero social como um ato performativo. Hall (2006), nos estudos sobre identidades, também diz que “as perspectivas que teorizam o pós-modernismo têm celebrado, por sua vez, a existência de um eu inevitavelmente performativo”. Nesse sentido, podemos depreender que a constituição identitária como a constituição do gênero social passa também por atos performativos; a diferença está na fluidez com que as identidades se transformam, o que de fato não acontece com o gênero social com tanta rapidez.

No que se refere à representação no nível das identidades, estas são representações, isto é, os sujeitos são representados, são posicionados de acordo com as identidades sociais conferidas a ele pela sociedade. Dessa forma, vários questionamentos na pós-modernidade/pós-colonialidade tornam-se frequentes, como, por exemplo: “Quem sou eu”? Como eu me vejo e vejo as outras pessoas e o mundo? Quem quero ou posso ser”? “Quem dizem que eu sou”? São diversas questões que podem ser respondidas de modo bastante particular, mas que, ao mesmo tempo, podem acarretar uma série de incertezas e repressões, principalmente se o sujeito-respondente chegar ao entendimento que aquilo que ele é não é, de fato, aquilo que ele quer ser, ou poderia ser.

As representações às quais o sujeito aspira podem não ser o que a sociedade lhe atribui como devido. Com isso, entram em cena as imposições, as forças ideológicas e as relações de poder, ditando o que deve e pode ser. Ou seja, a coerção advinda das identidades hegemônicas na tentativa de enquadrar os/as atores/as sociais em certos modos de ser e agir ditados pelo colonialismo. Ao quebrar essas barreiras com lutas e resistências, os atores sociais que o fazem são, na maioria das vezes, excluídos. Tornam-se os diferentes, os transgressores. Também por esse fato as identidades são contraditórias e cambiantes, visto sermos seres incompletos e em constante constituição.

Bauman (2005) ressalta que as identidades se tornam voláteis, algumas por escolhas próprias, outras lançadas por outras pessoas e entidades. Ainda para ele, a questão das identidades centra-se na tensão entre o “deve” e o “é”, de modo a levantar dúvidas sobre “quem você é?” (BAUMAN, 2005, p. 25). Por isso, as identidades são porosas, líquidas, passageiras, é uma crise de pertencimento, nas palavras do autor. As identidades ganham aspecto experimental e vão se adicionando, a depender do contexto e das necessidades de alteração

das/nas situações em que os atores sociais estão imersos. Nessa ponta da discussão, faz-se pertinente adotar a definição de Hall (2006), ao exprimir que não é possível oferecer afirmações conclusivas sobre identidades, pois trata-se de um aspecto complexo, que envolve múltiplos fatores. Esses fatores alteram-se constantemente, é uma arena movediça, sempre aberta a novas descobertas.

Assim, os nossos posicionamentos aqui demarcam o entendimento acerca do conceito de identidades com base nos/as autores/as acionados/as durante as discussões. Entendemos que as identificações estão diretamente ligadas às questões ideológicas – por isso, movediças – e se (re)organizam em decorrência das diversas mudanças estruturais provocadas, em grande parte, pelos processos de modernização/colonialidade, instaurando opressões que se mostram em aspectos de identidade e diferença, como raça, classe, nível de escolaridade e gênero social (GROSFOGUEL, 2014). Além disso, salientamos que as identidades das participantes da pesquisa são permeadas por vários aspectos sociais, históricos, culturais e discursivos, dados esses que serão detalhados posteriormente, com o entrecruzamento das bases teóricas e metodológicas.

Contudo, temos de apresentar melhor o que entendemos, a partir de vários teóricos, por “ideologia”. É o que faremos a seguir, visto que desse entendimento dependem muitas das escolhas aqui realizadas, principalmente no âmbito das análises.

### *2.1.7 Ideologia em diferentes faces*

Abordar o termo ideologia, igualmente como foi falar sobre identidades, não é algo pacífico, mas importante, porque as pesquisas em ADC mobilizam os conceitos de discurso, hegemonia, poder e ideologia para a execução das análises e interpretação crítica das práticas sociais em suas diversidades. De acordo com Fairclough ([1992]2016), a ideologia figura como elemento essencial para a sustentação de relações hegemônicas situadas no contexto sócio-histórico e concretizadas via discursos. Desse modo, ela permite a manutenção das relações desiguais de poder. Relações essas que podem ser analisadas pelo discurso nas práticas sociais. Em virtude disso, é necessário colocar as discussões sobre o conceito de ideologia para que possamos ter mais perceptibilidade ao proferir as análises. Ainda de modo bem incipiente, a ideologia pode ser compreendida como um conjunto de práticas instituídas socialmente, que se materializam através dos discursos e, simultaneamente, produzem significados.

Nesse sentido, com o intuito de compreender como as formas peculiares são atribuídas, transmitidas, compreendidas e autodeclaradas por pessoas situadas em contextos sociais

estruturados (THOMPSON, 2011, p. 76), em especial, com respeito às mulheres egressas no **Programa Mulheres Mil**, é imprescindível abordar a ideologia nesta pesquisa. Isso porque, ao mesmo tempo em que a ideologia pode ser usada pelas pessoas que detêm o poder e a hegemonia, para consolidar e perpetuar determinadas redes de crenças, ela pode, também, ser usada pelas pessoas que estão na contramão, com o discurso contra-hegemônico, que têm a possibilidade de usar dessa mesma ferramenta para transgredir e romper com tais pensamentos, que sempre se perpetuaram em contextos desiguais. Assim, a ideologia dominante não está imune às contradições e às críticas que surgem à medida que a “verdade” da classe dominante não atende aos interesses de todos os níveis sociais especificamente e, a partir daí, a vida em sociedade elabora, cria, gera novas demandas, ou mesmo resgata e conserva valores antigos que não se alinham mais às ideologias dominantes, sendo esse um movimento constante.

As egressas pesquisadas trazem, em seus discursos, momentos de virada discursiva, de posicionamento contrário ao discurso hegemônico, ou seja, transgridem as ideologias impostas a elas e lutam, resistem com suas posturas. Isso porque a ideologia não é algo intransponível, irreversível, mas, ao contrário, é passível de mudanças, rompimentos e extinções, a depender dos desdobramentos históricos e sociais. Reforçamos que o estudo da ideologia é um dos pontos de partida para o diálogo transdisciplinar sugerido pela ADC e para, a partir disso, analisarmos os múltiplos modos como o discurso pode atuar de maneira ideológica na vida em sociedade.

Para Žižek (1996), no livro *Um mapa da ideologia*, ela, a ideologia, não é algo que disfarça, ou mostra a realidade de forma ilusória. Para ele, a ideologia nada tem a ver com a “‘ilusão’, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social” (ŽIŽEK, 1996, p. 11). O autor entende, no entanto, que a realidade é ideológica por si só. Em suas palavras, a “‘Ideologia’ pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação [...]” (ŽIŽEK, 1996, p. 7-8).

Essas ações e locais nos quais o sujeito exprime suas crenças e valores podem se dar em várias ordens, desde o contexto no qual se inserem, em relação à vivência, ou seja, nas relações com a estrutura social cotidiana, até um conjunto de crenças voltadas para “[...] as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse” (ŽIŽEK, 1996, p. 7-8).

Nesses casos, o autor expressa que quando o sujeito não se sente partícipe de determinada circunstância, e sim somente na ordem de contemplação, ele não toma totalmente a posição, não vê a real necessidade de agir, mas lá está, assim mesmo, a ideologia. Concebe, então, que o sujeito é totalmente responsável pelos próprios atos, no que tange às questões

sociais, religiosas, morais, políticas, criminais e éticas. Nessa ideia, a ideologia está em tudo e em qualquer coisa, ela se faz presente na historicidade do sujeito, pois toda estrutura se dá mediada por identificações imaginárias, pela vivência e pelas memórias sociais, colocando o inconsciente em cena. Nas palavras do autor, “a função da ideologia não é nos oferecer um ponto de fuga da nossa realidade, mas oferecer-se a própria realidade social como fuga de algum núcleo traumático, real” (ŽIŽEK, 1996, p.147).

Para o autor, a “realidade é indistinguível da ideologia” (ŽIŽEK, 1996, p. 20). Dessa forma, ao analisar determinada situação ideológica, o analista já toma uma posição que também estabelece ideologia, seja ela favorável ou não em relação ao objeto pesquisado. Não deixa, contudo, de ser um posicionamento ideológico, pois a ideologia também é inerente ao sujeito a partir da convivência nas práticas sociais. Ademais, o conteúdo, ou o modo como dirigimos o olhar, as expressões, fazem diferença, de maneira que se materializam nas práticas sociais e intervêm nas identidades das pessoas em interação, é como se fosse um suporte positivo, negativo ou de qualquer outra esfera para a formação de suas identidades pessoais e coletivas.

Nesse sentido, as participantes da pesquisa são atoras sociais que sentem o peso das práticas sociais ideológicas adversas a elas, no caso da violência doméstica, do patriarcalismo no que se refere ao gênero social mulher, à questão da raça, da escolaridade, da classe social, enfim, às diversas esferas de vulnerabilidade social. Isso não significa dizer, no entanto, que elas não atuam e tampouco reagem diretamente contra essas correntes opostas. Até porque acreditamos e tratamos, nesta pesquisa, os/as atores/as sociais como seres ativos e operantes nas/pelas estruturas sociais (FAIRCLOUGH, [1992]2016, 2003; FREIRE, 2012; PEDRO, 1997; VAN LEEUWEN, 1997). De acordo com Althusser (1974, p. 72), a ideologia por si só não tem uma história, ela se torna perceptível, é pela e na historicidade que ela se faz presente. Assim sendo, “ela está na história concreta dos indivíduos” (ALTHUSSER, 1974, p. 73).

Ainda para o autor, a ideologia é o modo como o sujeito concebe o mundo à sua volta, no que se refere aos diferentes aspectos, como, por exemplo, o religioso, moral, político, entre vários outros. Ele acrescenta: “só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1974, p. 93). Se pensarmos que a ideologia não está a propósito das coisas, dos objetos, mas sim das pessoas, essa afirmação é fácil de ser entendida, haja vista que a ideologia traz fortes implicações na vida das pessoas, mesmo com base em determinadas ideologias acerca de certos itens. Logo, ela existe pelo sujeito, este é o veículo, o modo pelo qual a ideologia se dissemina no dia a dia, na luta de classes, no saber, bem como nas relações como um todo.

A luta de classes, as desigualdades sociais e o embate pela produção e distribuição do conhecimento, da moda, da estética e da ética dos corpos, são, sobretudo, lutas também

ideológicas. As colaboradoras deste estudo estão inseridas em uma sociedade que desprivilegia a classe de origem delas – classe baixa, negras, sem escolaridade –; mas tampouco concebemos que não possuam seus modos próprios de representação, de ideologia e de identidades, ou seja, são ativas no processo de escolha e de tomada de decisões. E é nesse sentido que a crítica social, na perspectiva da ADC, torna-se efetiva, uma vez que os atores sociais não são compreendidos como seres passivos diante das mudanças sociais; ao contrário, são partícipes desse processo.

Podemos inferir que a ideologia, na concepção de Althusser (1980), estabelece uma relação hegemônica, a partir da noção de que a ordem social precisa ser como é para que a sociedade continue existindo nessa configuração, ou seja, para que a sociedade funcione como é, os sujeitos devem aceitar as coisas do modo que são.

Nas palavras de Althusser, “Assim seja! [...] Esta expressão mostra que é preciso que seja assim, para que as coisas constituam o que devem ser: para que a reprodução das relações de produção seja, até nos processos de produção e de circulação, assegurada dia após dia na ‘consciência’” (ALTHUSSER, 1980, p. 114, grifos do autor).

Segundo essa visão, observamos a sujeição dos sujeitos acerca da sua sorte social, das suas identidades e ideologias, de modo que “as coisas são como devem ser”, cada um ocupando determinada posição na organização social, fadado ao fracasso sem lutar e resistir contra as imposições. O sujeito é considerado como um ser em situação de total dependência. Logo, os indivíduos são “invocados e interpelados como sujeitos concretos pela ideologia” (ALTHUSSER, 1974, p. 90). Para o autor, o efeito característico da ideologia é impor as evidências, “que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, é inevitável, naturalmente [...] É exatamente isso!”.

Predomina a visão de que a ideologia é “um cimento social” (FAIRCLOUGH, [1992]2016). De fato, não é esse o/a ator/a social que concebemos para esta pesquisa, mas sim, em linha oposta, colocamo-nos à margem, na tentativa de compreender as expressões que não são circunscritas ao centro, como as práticas particulares das colaboradoras que tocam as estruturas para modificá-las. Na margem, situam-se as manifestações culturais, de raça – as mulheres negras, de gênero oprimido –, mulheres negras e pobres, vários movimentos colonizadores em opressão.

Por isso, precisamos olhar a intersecção entre esses polos na organização de forças contra-hegemônicas. A hegemonia advinda do poder colonial, que institui padrões estéticos e políticos, forma uma centralidade que exclui a voz dos sujeitos historicamente oprimidos (HOOKS, 2019). Assim, a autora propõe atrever-se a discordar, a ter opinião própria, a posicionar-se. É nesse sentido que trabalhamos com o discurso das colaboradoras, para iluminar

as marcas de coragem e de confronto que também aparecem no interdiscurso, na materialização discursiva delas diante de tanta violência e exploração.

Contrariamente aos dizeres de Althusser (1980), Žižek (1996) assegura haver equívocos na interpelação, pois o sujeito tido como assujeitado não é totalmente alienado; há sempre, portanto, outra possibilidade, pois há brechas ou sobras, as quais propiciam que os sujeitos não sejam completamente alienados. Com as afirmativas de Žižek (1996), percebemos que a ideologia interpela, mas não anula as pessoas a esse modo. Nesse sentido temos, também, as pesquisas em ADC, que acreditam e propõem perspectivas de mudanças sociais através das práticas discursivas e sociais. De fato, valorizamos o poder da resistência, a luta dos atores sociais contra a relação das forças dominantes, como propõe a ADC, por isso estamos alinhados nesta tese.

Althusser (1974) também afirma que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – como, por exemplo, hospitais, escolas e igrejas – são os locais que garantem e marcam as lutas de classes, pela divisão do trabalho, as quais mascaram a desigualdade entre a classe dominante e o restante da população. O autor acredita que não há reprodução que se mantenha sem uma espécie de política de reprodução, na qual os AIE mantêm o poder e a hegemonia da classe dominante. Para que isso aconteça deve existir um equilíbrio entre o ideológico e o repressivo, pois são aparelhos diferentes para manter a regularidade.

Fairclough ([1992]2016), ao discutir ideologia e discurso, diz que os termos passam por vários debates e têm sido prejudicados por teorias limitadoras, como as afirmações de Althusser (1974), ao que se refere a “uma constante luta de classe, cujo resultado está sempre em equilíbrio”. Para Fairclough ([1992]2016, p. 122), essa visão anterior é predominante, “[...] havendo a marginalização da luta, da contradição e da transformação”.

Assim, conforme Fairclough ([1992]2016, p. 122), as ideologias podem ser definidas como

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução de uma ideologia dominante, havendo a marginalização da luta, da contradição e da transformação.

O autor, portanto, atribui outro enfoque para ideologia na perspectiva da ADC, e não esse aspecto de assujeitamento dos atores sociais. Ele entende que as transformações marcam a luta, que, nesse caso, é ideológica, a qual toma proporções nas práticas discursivas, com o intuito de remoldar as práticas discursivas e ideológicas em busca de mudar as relações de poder

e de controle da classe dominante. Ele ainda afirma que a ideologia “investe a linguagem de vários níveis, e que não temos de escolher entre possíveis ‘localizações’ diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 123, grifos do autor).

Assim sendo, ele considera haver uma questão-chave: “é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta é ‘ambas’” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 123). Desse modo, a ideologia tanto se localiza nos discursos que garantem os eventos passados, e ainda continuam no presente, como também a ideologia está presente nas condições de produção, nos próprios eventos, no aqui e no agora, ou seja, nas estruturas, no momento das transformações e das bases, as quais estão em dominação, a “ênfase está nas ordens do discurso” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 123). Ele propõe que as ideologias, como “construções de significações da realidade”, podem contribuir para transformar as relações fortemente hierarquizadas. Assim, as manifestações ideológicas podem ser vistas como significados que também estão em oposição às formas dominantes de estabelecer relações sociais.

O discurso, uma vez investido ideologicamente, pode assumir a função de cooperar para a dominação tanto quanto pode colaborar para a resistência aos padrões de desigualdade. Desse modo, a ideologia, entendida como a visão de mundo, pode se manifestar para contribuir para a manutenção, ou para as mudanças, nas relações sociais de poder, de dominação e exploração. Fairclough ([1992]2016) considera a ideologia relacional, pois os atores sociais são moldados pelas práticas discursivas, bem como capazes de remodelá-las e de reestruturá-las.

No que se refere à ideologia em relação à linguagem, na teia das relações sociais, essa também foi pensada por Bakhtin (2009), para o qual “a palavra é o signo ideológico por excelência, constituindo-se em elemento essencial que acompanha toda e qualquer criação ideológica” (BAKHTIN, 2009, p. 33). Para ele, o domínio da ideologia coincide com o domínio do signo. A palavra, diferentemente dos outros signos, possui neutralidade ideológica, podendo exercer função moral, científica, religiosa, entre outras. A função ideológica de uma mesma palavra pode trazer, portanto, outros sentidos, a depender do contexto em que está inserida. Assim, seu conteúdo ideológico pode ser alterado quando se muda a posição social de seu enunciador e/ou segundo a escala espaço-temporal de seu comunicado.

Nessa perspectiva, todo discurso é, sim, carregado de ideologias, e como é produzido por interlocutores e, também, direcionado a outros interlocutores, para Bakhtin (2009) esse ato demanda sempre uma réplica, uma resposta, independentemente de ser verbal ou escrita. Logo, de acordo com o autor, todo dizer é constituído sócio e historicamente para um interlocutor e

essa ação é a materialização das concepções ideológicas. Os dizeres são constituídos por um sistema ideológico que traduz o que predomina em dada época, em certo contexto, em alguma instituição, pois todo enunciado é único e irrepetível, devido às condições de produção daquela enunciação, ao aqui e ao agora.

Logo, tudo que dizemos é ideológico e carrega nossas concepções também identitárias, sendo assim, construções sociais em constantes transformações e tudo à luz do social, da historicidade dos/as atores/as sociais e, claro, envolvidas também pelas atribuições e visão do “Outro”. Dessa maneira, as situações de comunicação veiculam valores, significados, ideologias que se confrontam no cotidiano dos agentes sociais, e, dessa maneira, se configuram formas de dominação e exercício de poder.

Para além disso, o sociólogo italiano Antônio Gramsci (1971) pondera que a ideologia não pode ser vista descontextualizada e que ela se manifesta na própria realidade material dos indivíduos, na qual ela é produzida e reproduzida através de seus atores sociais. Nesse sentido, no entendimento de Eagleton (1997), a ideologia não deve ser vista apenas como opressora e legitimadora, pois não se pode perder de vista a certeza de que, apesar de ela ser indicativa de forças homogeneizadoras, ela tem sim um caráter relacional. Para o autor (1997, p. 19-20), ela é “marcada e desarticulada por seu caráter ‘relacional’, pelos interesses conflitantes entre os quais deve manobrar incessantemente”. Ideologia é, segundo ele, uma questão de discurso. Considera, ainda, que a hegemonia pode ser decomposta por vários aspectos, como ideológicos, políticos, econômicos e culturais. Isso significa dizer que a ideologia pode ser um mecanismo ideológico de repressão, mas, em determinados momentos, será também usada como instância de negociação e de resistência a determinados padrões hegemônicos.

Ademais, para Eagleton (1997), a ideologia tem vários significados adequados, por isso ele propõe um tipo de definição de ideologia que aborda seis gradações, seis diferentes níveis de assunções, seis graus de generalidade, a saber: 1- a ideologia como “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” (p. 38); 2- ideologia como “conjunto de ideias e crenças que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo” (p. 39); 3- ideologia como “promoção de interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos” (p. 39); 4- a ideologia como “promoção e legitimação de interesses setoriais”; 5- ideologia como “ideias e crenças que ajudam a legitimar interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo, distorção e dissimulação”; bem como 6- ideologia como “crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesse de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo” (p. 40).

Os diversos significados de ideologia apresentados ocorrem, segundo o autor, em função de abordagens teóricas diferentes. Não há uma relação causal entre diversos conceitos e manutenção de forças contrárias. A ideologia também colabora para a estabilização das forças dominantes, “convenientes aos governantes”, porém, não apenas como uma imposição de ideias e de força, e sim ao “garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados” (p. 39). Essa cumplicidade pode se dar como um “tipo de fala retórica ou persuasiva”, os quais se preocupam “com a produção de certos efeitos eficazes” (p. 38).

Para tanto, a ideologia estabelece várias relações de uso tanto para legitimar as forças hegemônicas e dominantes, “mediante sobretudo a distorção e a dissimulação” (EAGLETON, 1997, p. 39), como para permitir que grupos não dominantes, mas da “estrutura material do conjunto da sociedade como um todo”, reproduzam as “crenças falsas ou ilusórias”. Por esses motivos, podemos inferir que, para o autor, a ideologia atua no “campo discursivo, no qual os poderes sociais se autopromovem e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo” e em todas as partes (EAGLETON, 1997, p. 39).

O autor também afirma que o termo ideologia se relaciona com o termo cultura, porque as crenças, os hábitos e os valores são mantidos ou remoldados ideologicamente por várias gerações. Podemos observar a estreita relação entre as ideologias, os discursos e os atores sociais, visto ser na historicidade que as concepções identitárias e ideológicas se consolidam, remodelam ou se extinguem. Para tanto, em todas essas esferas há as relações de poder na sociedade.

Para Thompson (2011, p. 80), analisar a ideologia é também “estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação”, é analisar a ideologia numa investigação centrada nas relações entre sentido e poder, mais precisamente de como o sentido é produzido pelas formas simbólicas, “um amplo espectro de ações e falas, imagens, textos e sons, os quais são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como significativos” (THOMPSON, 2011, p. 79).

Essas formas de linguagem constituem e evidenciam as relações hegemônicas. Nessa concepção, os fenômenos ideológicos não são necessariamente ilusórios. As formas simbólicas analisadas nesta pesquisa são os relatos das colaboradoras acerca dos impactos sociais, culturais e financeiros após a realização dos cursos ofertados pelo **Programa Mulheres Mil**. Tudo é discursivo: os sons, os gestos e as expressões faciais são textos simbólicos e devem ser observados com a devida atenção (THOMPSON, 2011). Para tanto, o foco aqui não é deliberar a verdade ou a falsidade dos fenômenos ideológicos, mas entender como os fenômenos simbólicos servem para perpetuar as relações de dominação. Para Thompson (2011), a noção

de sentido, a dominação – que não se realiza apenas na assimetria entre classes, e as formas como o sentido estabelece e sustenta as relações de dominação – é compreendida como base dos processos ideológicos.

O autor propõe uma concepção crítica da ideologia, inter-relacionada à ciência. Isso significa dizer que a ciência está sempre cercada de ideologia, e mais, ancorada nas forças de “legalidade” do discurso, imbuído da ideia do discurso “verdadeiro”, o qual se ampara na “razão”, na legitimidade do saber e do poder (SOUSA SANTOS, 2010). Assim, parte da ideia de que a ideologia é um construto social, pois é no campo dos contextos sociais específicos, nas práticas particulares, que ela é produzida, disseminada ou recebida. Soma-se a isso que a ciência, ao ser constituída de ideologias, comporta aspectos de intencionalidade no interior de relações econômicas, políticas e culturais específicas, como os efeitos causais da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005).

Tendo em vista o exposto acerca dos estudos de Thompson (2011), é interessante apresentar a orientação que ele traz para tratar a análise da ideologia:

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: **estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.** (THOMPSON, 2011, p. 79-80, grifos do autor).

A análise observa traços para uma possível leitura para além da aparência superficial, chegando à interpretação das partes discursivas e, logo, revelar como o sentido foi moldado para a sustentação de aspectos ideológicos e de relações de poder. Para o desenvolvimento da pesquisa, pauto-me na concepção crítica da ideologia com base em Thompson (2011) e nas concepções acerca de ideologia dos autores, que também seguem uma abordagem crítica e preocupada com o social, aqui apresentados. No entanto, a proposta é não trabalhar com a ideologia em sentido apenas negativo, pejorativo e enganador, pois a pesquisa traz uma preocupação enraizada na consciência da realidade política, especialmente nos grupos oprimidos que pesquisamos – mulheres em diversidade e em vulnerabilidade, na busca pela intersecção e descolonização dos discursos. Procuramos identificar brechas, fissuras de crenças e valores revelados no discurso delas, que mostram ações de resistência e busca por transformação, como prática de autovalorização, pertencimento e negação ao conformismo colonial, isto é, procura descolonizar o poder, o gênero, o saber e o ser (GROSFOGUEL 2016; HOOKS, 2019; LAZAR, 2005; LUGONES 2014; MIGNOLO, 2003; QUIJANO 2005; SOUSA

SANTOS, 2010). Todas essas nuances se dão também pelas constituições ideológicas e identitárias de forças contrárias, no embate com os sentimentos de alienação, colonialização e naturalização.

Para isso, recorreremos a Thompson (2011), que apresenta cinco modos gerais de operação ideológica que mobilizam uma série de estratégias de construção simbólica; observar esses modos de operação ideológica possibilita a realização de análises mais consistentes em ADC. Os modos de operação ideológica acontecem por **legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação**. Cada um desses modos tem estratégias típicas de construção ideológica. É importante notar que a escolha de um ou outro desses mecanismos propostos por Thompson, na análise das construções simbólicas, terá implicação no diálogo com as categorias da ADC.

A **legitimação** é um modo de operação ideológica que diz respeito às relações de dominação, por vezes estabelecidas como justas e legítimas. As estratégias que podem ser usadas para a legitimação são: a **racionalização**, que pode ser entendida como uma estratégia de encadeamento de raciocínio produzido para validar um conjunto de relações sociais como sendo passível de apoio e aprovação. A **universalização**, que é uma estratégia por meio da qual o produtor usa algo específico, de interesse de poucos, para convencer a sociedade que esses são interesses de todos, ou seja, universais. E a **narrativização**, sendo a estratégia de contar narrativas do passado para legitimar a situação do presente aceitável, isto é, é assim porque tem de ser, é colocado como uma tradição eterna.

A **dissimulação** é um modo operacional que se refere às relações de dominação, às formas simbólicas que podem ser mantidas e perpetuadas pelo fato de serem ocultadas ou negadas. Essas relações podem ainda ser apresentadas de modo a desviar a atenção das pessoas das forças de poder e dominação ali entremeadas. As estratégias podem ser usadas por **deslocamento** de expressões e termos, ou seja, os sentidos de bom ou ruim são colocados fora de contexto enunciado, ou transferidos para novos entendimentos. Ainda, podemos citar a estratégia de **eufemização**, que é a descrição ou a redescricao atribuindo valor positivo às instituições ou relações sociais. Outra estratégia é o **tropo**, que diz respeito ao uso figurativo da linguagem, como, por exemplo: a **metáfora** (uso de características ou termos que não são compatíveis no mundo denotativo); a **metonímia** (mobilizam sentidos de modo tênue); e a **sinédoque** (uso de uma das partes para se referir ao todo, ou vice-versa). Essas figuras de linguagem podem ser usadas para dissimular relações de poder e de hegemonia.

A **unificação** é um modo de operação ideológica que, por sua vez, corresponde ao estabelecimento e à sustentação de relações de dominação através de **padronização** e

**simbolização da unidade.** A estratégia de **padronização** corresponde à utilização de formas simbólicas de modo padrão, modelo ou exemplo. Outra estratégia para conseguir a unificação é a **simbolização da unidade**, na qual constituem-se símbolos e estilos coletivos para distinguir um grupo de outro.

A **fragmentação** é outro modo de operação da ideologia que diz respeito às relações de dominação estabelecidas e perpetuadas através da segmentação de pessoas e grupos que possam representar uma intimidação aos dominadores; nesse sentido, as estratégias usadas para constituir a fragmentação são a **diferenciação** e o **expurgo do outro**. A **diferenciação** é uma estratégia que busca evidenciar as diferenças existentes entre as pessoas e entre os grupos. O **expurgo do outro** é a estratégia de construir por meio de formas simbólicas negativas um “inimigo”, ou seja, uma pessoa que precisa ser expurgada coletivamente do convívio social.

A **reificação** é o modo ideológico pelo qual as relações de dominação são constituídas e sedimentadas quando uma situação momentânea é inculcada como natural e estável, apagando, assim, os processos históricos, culturais e sociais. As estratégias compreendem a **naturalização**, **eternização** e **passivação/nominalização**. A **naturalização** é a estratégia usada para eliminar as características sócio-históricas dos fenômenos, na tentativa de manter as relações de poder e dominação como se fossem naturais. A **eternização** é uma estratégia usada para cristalizar o caráter histórico dos fenômenos sociais, os quais são tratados como invariáveis e sempre recorrentes. As estratégias de **passivação/nominalização** são percebidas pelo uso dos verbos na voz passiva, causando o apagamento dos sujeitos, bem como o fato de as ações e os participantes serem transformados em nomes.

Thompson (2011) ainda afirma que essas não são as únicas maneiras de operação da ideologia, como também podem não operacionalizar exclusivamente sozinhas e de forma independente. O que determina a representação ideológica não é a análise da ideologia em si, mas as formas, o contexto e os lugares sociais atribuídos a cada ator/a social. Enfim, as ações podem garantir a manutenção do discurso de dominação ou mesmo refutá-lo ou resistir a ele. O uso de uma categoria ou outra para a análise ideológica vai depender daquilo a que o texto analisado se propõe, ou seja, o *corpus* estabelece as categorias a serem interpretadas.

De acordo com Thompson (2011), as formas simbólicas são produzidas por agentes inseridos em dado contexto e recebidas por outros indivíduos, tratando sobre um assunto ou temática. Assim sendo, podemos inferir que o modo de recepção dos discursos e a operacionalização não ocorrem de forma passiva e linear, mas demandam sempre um ato responsivo (BAKHTIN, 2009), carregado de significados que ativam outros sentidos. A relação

de discursos com a ideologia se estabelece de modo interconectado, pois as formas simbólicas são estruturadas em um espaço e tempo, com historicidade significativa.

Também recorreremos aos postulados de Van Dijk (1998), para quem as ideologias são definidas como as estruturas básicas que constituem as representações sociais na mente dos membros do grupo social. Compõem e constituem objetivos sociais, políticos e interesses de coletivos ou instituições. Assim, dedicar-se à análise da ideologia para a apreciação de dados é, antes de tudo, descrever as convicções específicas e basilares de determinadas comunidades, já que por ideologia temos “as crenças sociais gerais e abstratas compartilhadas por um grupo que controla e organiza o conhecimento e as opiniões (atitudes), mais especificamente, desta determinada comunidade” (VAN DIJK, 2010, p. 72). Assim, a ideologia é a “base das representações sociais compartilhadas por um grupo social” (VAN DIJK, 2010, p. 72). Para tanto, o autor estuda o modo como a ideologia se articula no nível do significado dentro do discurso.

Nas concepções de Van Dijk (2010), a ideologia possui uma dimensão cognitiva complexa que controla a formação, na qual se tem a transformação e a aplicação de outros tipos de cognição social, como: o conhecimento; as atitudes sociais e de representações sociais, bem como os preconceitos sociais. Ainda, para ele, “a ideologia só tem como mostrar-se na língua”, e a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução de seu poder” (VAN DIJK, 2010, p. 237).

Nesse sentido, para evidenciar as ideologias presentes na agenda de pesquisa, é necessário observar a sociedade, ou seja, as estruturas sociais, assim como o discurso, isto é, as estruturas discursivas. Nesse caso, podemos considerar as falas e as ações das colaboradoras sobre si mesmas, as quais são significativas para as questões sociais. Ao modificar a maneira de se ver e de ver as questões sociais, muda também o modo de agir, os estilos e o modo de entender-se, compreender o mundo e as outras pessoas. Segundo Van Dijk (2010), o aspecto cognitivo, o estudo da cognição social na psicologia social é a chave para essas análises. É necessário se valer da ideologia entendida como “perspectiva, crenças e opiniões do enunciador ou de seu interlocutor”. Para o autor, todas essas tensões se dão pela “cognição” (VAN DIJK, 2010, p. 239) e é no cruzamento de vozes, crenças, conhecimentos, identidades, ideologias, normas e valores acerca da constituição ou da negação do “eu”, pelos traços de diferenças, como da etnia e do racismo, por exemplo, que se evidencia a dominação, o poder.

Nesse cruzamento de vozes aparece a preocupação em mostrar que há, na tessitura discursiva, outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como tensões de gênero e raça, como pode ser evidenciado na fala das colaboradoras ao relatarem

serem violentadas domesticamente por relações de gênero e de cor, pela linha da força, do poder e da dominação que seus companheiros, pais e familiares dispõem sobre elas. Para Van Dijk (2010) as pessoas buscam fazer parte de alguns grupos específicos e, quando se identificam e fazem parte efetivamente de determinado coletivo, elas passam a conjecturar em seus próprios discursos. A adesão a esses pontos de vista partilhados pelo grupo é denominada de “atitude ideológica”, a qual se estenderá às práticas sociais (VAN DIJK, 2008). Ideologias, nesse caso, são definidas pelo crítico como “modelos conceituais básicos de cognições sociais, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleção relevantes de valores socioculturais, segundo um esquema ideológico representativo de autoidentificação de um grupo” (VAN DIJK, 2008, p. 195).

Segundo ele, para compreender os efeitos das ideologias no discurso e as práticas sociais provenientes deles, é significativo adicionar a função cognitiva, considerando um triângulo, no qual a teoria do autor se baliza no tripé discurso, sociedade e cognição. Assim, todo ato comunicativo é tratado como discurso. A sociedade será analisada sobre o prisma dos aspectos sócio-históricos, culturais e políticos, pois é importante estudar o discurso como manifestação linguística que enseja as práticas sociais. Dessa forma, para o autor, uma das práticas mais significativas e mais condicionadas pelo uso das ideologias é o uso da linguagem e do discurso, os quais, em menor ou maior medida, têm algum viés ideológico.

Ao pertencer a algum grupo em especial, como, por exemplo, um coletivo político, as pessoas aderem aos discursos, hábitos, crenças e valores, sejam eles de raça ou de cultura. Essa adesão acontece a partir da significância das atividades, dos valores atribuídos e aceitos ou refutados pelos atores envolvidos. Por isso, para Van Dijk (2010), há uma relação de conflito ou de confluência de valores. É o quadro ideológico baseado em arranjos mentais que se sustentam, por exemplo, no elo ou na fronteira – “está conosco ou contra nós”, relativo aos aspectos significativos como “nós”, positivo para o grupo e o “eles”, o negativo, do nosso grupo, o oposto aos nossos ideais.

Logo, a função social da ideologia é admitir a entrada de novos membros a determinada rede de pensamento, inculcando formas bem parecidas, interesses comuns para a permanência e a manutenção dos valores sociais por eles defendidos, e os demais estão fora desse coletivo. Por conseguinte, os de fora fazem parte dos excluídos desse grupo, mas, ao mesmo tempo, podem ter perfeitamente as ideias de outra coletividade.

Portanto, a partir das concepções acerca do construto de ideologia estabelecidas e com embasamento nos autores mencionados, vimos que os/as atores/as sociais, a língua e a ideologia estão inter-relacionados. A história, a ideologia, as identidades e o discurso são aspectos

constitutivos e indispensáveis na construção dos aforismos e das práticas sociais. A língua e a ideologia se inter-relacionam na materialização de determinados ditos, e não outros em seu lugar. Esses fatores implicam na construção de efeitos de sentidos que fazem irromper posicionamentos ideológicos diversos, dependendo das experiências de cada um.

Em seguida, apresentamos, brevemente, o conceito de hegemonia, visto a relevância deste para os estudos críticos do discurso.

### *2.1.8 Hegemonia, poder e processos de empoderamento contra-hegemônicos*

A hegemonia é um dos temas centrais do pensamento de Gramsci desenvolvido antes e depois de sua prisão, pois ele escreve os *Cadernos do cárcere* no cárcere,<sup>36</sup> onde esteve de 1929 até 1937, sendo esse último o ano também de sua morte. Gramsci (1979) mesmo menciona que seus escritos receberam influência de Lênin e de Marx, grandes pensadores do marxismo, pois o tratamento dado à categoria da hegemonia por ele tem vinculação concreta com os problemas das lutas na sociedade capitalista, assim como fizeram Lênin e Marx. No entanto, vale ressaltar que seus trabalhos mostram um desenvolvimento constante, visto que ele não concebe os conceitos do leninismo e do marxismo como prontos e acabados, mas um caminho para novas posições e descobertas, necessitando de constantes modificações, por isso os transcendem em novas perspectivas (COUTINHO, 2007).

Para o autor, os estudos de hegemonia em Gramsci (1979) partem da vivência dele ao acompanhar os movimentos históricos da sociedade industrial, baseados nos fundamentos capitalistas ocidentais dos movimentos revolucionários da Europa Ocidental e dos partidos e organizações de extrema direita, tais como as ações de repressão sobre as camadas populares. Essa parte burguesa da sociedade buscava tornar-se dominante para evidenciar cada vez mais aos subalternos, preparados para o trabalho, imersos no movimento de produção, sua condição de inferioridade, para que se sentissem incapazes de superar tal condição e se conformassem com a parte da esfera econômica que lhes fora destinada: a exploração, a opressão e a servidão.

Gramsci (1979), contudo, também compreende que a hegemonia pode partir de qualquer classe social que se organize em uma visão de mundo que se vincule, frente às transformações, à mudança social, mesmo que essas surjam das pessoas menos favorecidas, da classe trabalhadora. Diferentemente do que propõe o pensamento althusseriano (1974), Gramsci

---

<sup>36</sup> *Cadernos do cárcere* têm trabalhos pré-carcerários ou políticos e os escritos dentro da prisão – as cartas destinadas a seus familiares, amigos bem próximos, bem como para as autoridades na época.

(1979) propõe a frente de batalha para uma hegemonia que germine dos subalternos, a construção de uma hegemonia operária, pois partilha da concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas que lhes atribuem caráter também para a reestruturação das lutas sociais.

Em qualquer mudança que se pretenda haverá lutas de hegemonias e o lugar dessas batalhas é na sociedade, nas relações interpessoais que podem mobilizar uma coletividade nos modos de pensar, de conhecer e sobre os posicionamentos ideológicos, sociais e culturais (GRAMSCI, 2017). O pensador propunha, dessa forma, uma guinada, uma revolução crítica e livre das desigualdades, que emergisse das classes operárias, contando, para isso, com a hegemonia, com um sujeito autônomo e consciente do seu potencial de transformação da realidade.

Nesse sentido, ele nos oferece diversas razões que não nos permitem pensar as relações e as concepções de poder como uma esfera, de modo algum fechada ou circunscrita unicamente na superestrutura social. As estratégias de alcance da hegemonia se dão pelas relações de poder constituídas também nas relações econômicas. Para o autor, no interior das próprias relações reside a luta de classes entre o sujeito social dominador/a e o outro sujeito social dominado/a, ou também, podemos dizer, entre o/a colonizador/a e o/a colonizado/a. Todavia, o/a colonizado/a pode revolucionar, desnaturalizar, conscientizar-se da situação e inverter a relação social de capital, a direção de pensar e fazer. Inverter não somente no sentido de tornar-se agora o/a dominador/a econômico, mas de reconhecer e ir em busca de seus direitos, seus lugares de fala, de pertencimento social. Com isso, o poder constitui o âmbito das relações de forças – que atravessam tanto as relações sociais como as políticas e econômicas – onde se produzem e reproduzem novas relações a partir da ruptura com as anteriores, em um processo prévio de resignificação da percepção, do sujeito e da consciência (GRAMSCI, 1999).

O conceito de hegemonia desenvolvido por Fairclough ([1992]2016) advém dos estudos de Gramsci (1979), pela aproximação das concepções de discurso deste, as quais também são defendidas por aquele. A ADC, nessa perspectiva, oferece uma maneira de teorizar sobre as mudanças em relação à evolução das relações de poder, possibilitando a verificação das práticas particulares para perceber as mudanças discursivas e assim também contribuir diretamente para tais movências, pois a luta hegemônica acontece em todos os lugares e inclui as instituições de modo amplo – como família, igreja, escola –, marcando diferentes níveis e dominações. Desse modo, ao direcionarmos o olhar para as situações particulares das colaboradoras desta pesquisa, podemos afirmar que há frentes de disputa no âmbito das ideologias e da hegemonia que circunscrevem resistências e podem mobilizar ações e modos de agir e representar discursivos

e não discursivos, pois as lutas hegemônicas e contra-hegemônicas acontecem em ambientes comuns, como mencionado.

Para Fairclough ([1992]2016, p. 127), “a hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”. O autor ainda acrescenta que “a hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais”. Essa aliança pode se dar “com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio estável” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 127). Essas forças se unem em prol de um coletivo, sendo ele de classes do proletariado ou operário. Ainda, menciona que a “hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 127). Desse modo, defende que a “hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade de classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 127).

Essas lutas são associadas às relações de dominação e de controle, o poder efetiva-se de modo complexo e em todas as ramificações sociais. O poder em si não existe, o que existem são práticas ou relações de poder. Isso significa dizer que o poder é algo que se exerce, se efetua e funciona como maquinaria. Ele se executa como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO, 2013).

Foucault (2013) ressalta que não há uma teoria específica para o poder, mas há forças díspares e heterogêneas em atuação. O poder não é visto como uma coisa, mas como prática social. “Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância estritamente negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2013, p. 10). Para o autor, o poder não está ligado apenas às forças do Estado como as relações de biopoder,<sup>37</sup> mas as frentes de poder partem também dos poderes locais, específicos; o poder não emana do macro para o micro, todavia, é um conjunto de relações que se ramifica em todas as instâncias sociais. Por isso, ao analisarmos como algumas relações de dominação são aceitas, devemos considerar que o poder “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”

---

<sup>37</sup> O termo biopoder pode ser definido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

(FOUCAULT, 2013, p. 10), de modo que ele circula e age em todas as esferas, na família, na escola, na igreja, nos hospitais, enfim, em todas as relações.

Segundo Foucault (2013), há uma rede de dispositivos, mecanismos que a nada e a ninguém escapa, de sorte que qualquer luta é sempre um embate de resistência dentro da própria rede de poder manifesta pelo discurso. Nesse sentido, “não havendo um local privilegiado para a manifestação do poder, não há também um local específico de resistência. Ela se multiplica em tantos locais quantos fossem os locais de afetação das relações de poder” (FONSECA, 2003, p. 34).

É assim que trabalharemos com as relações de poder nesta pesquisa, nessa conformidade, o poder se efetiva também a partir das microssituações em focos de resistência, materializando-se no discurso e esse, por sua vez, produz mais poder e, conseqüentemente, novos valores. Com isso, outros saberes vão surgindo, constituindo diferentes níveis de crenças e “verdades”. Para isso, “os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, crenças e valores, cada um de seus desempenhos cotidianos”, são pontos de disseminação e derivação do poder (FOUCAULT, 2013, p. 118).

Fairclough ([1992]2016) parte das concepções de poder sobre as sociedades modernas apresentadas por Foucault (2013). Como visto, o autor menciona que a colonialidade do saber age de forma dissimulada, escondendo seus mecanismos nas sociedades modernas, operando como agentes de transformação, criando e estabelecendo “regimes de verdade” para a vida humana. O poder, porém, não é imposto apenas de cima para baixo, mas surge pelo desenvolvimento de técnicas e mecanismos de micropoderes (microfísico) e resistências, as quais brotam de qualquer pessoa e em quaisquer segmentos sociais. Os micropoderes podem ser: o poder ideológico, o poder político, o poder religioso, o poder educacional, o poder patriarcal, o poder econômico, entre outros. Portanto, o poder não é algo que possa ser possuído, mas sim exercido, e todo sujeito encontra-se na possibilidade de exercê-lo.

Assim sendo, para a ADC, nas afirmações de Fairclough ([1992]2016, p. 79), as concepções de poder (biopoder) propostas por Foucault (2008) sugerem que “o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna: as práticas e as técnicas (a entrevista, o aconselhamento [...]) são em graus significativo práticas discursivas”. O caráter do poder nas sociedades modernas está ligado, então, aos problemas de controle da população, por isso, é necessário fazer análise do social, mas também dar mais atenção ao poder na análise do discurso (FAIRCLOUGH, [1992]2016, p. 79).

Como mencionado, o conceito de hegemonia para Fairclough parte dos estudos de Gramsci (1979), de modo que a hegemonia é poder, o qual pode ser derivado de toda a

sociedade e acessa todos os sujeitos, podendo alterar os níveis de baixo para cima e vice-versa. Nessa perspectiva, pode-se entender, a partir do autor, uma ação sobre ações, e essas ações são constituídas nas relações sociais, logo, o poder é visto como temporário pela ADC ou, nas palavras do autor, “um equilíbrio estável”, porque as relações são tão complexas e distribuídas difusamente que ora contestam, ora são contestadas. Com isso, podemos afirmar que hegemonia e relações de poder estão imbricadas, pois aquela se realiza nesta (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Nesse sentido, o pensamento gramsciano, a política e a economia são concebidas como luta pela hegemonia, a partir da ideologia, criam-se consensos, adesões que garantam a sua sustentação nas relações de poder. Ao olhar para as práticas particulares das mulheres pesquisadas, podemos dizer que o biopoder e as ideologias hegemônicas operam de diversas formas, como racismo, colonialidades, patriarcado e nas variadas configurações de violências advindas da disciplina dos corpos na tentativa de torná-los mais dóceis e úteis (FOUCAULT, 2013).

Ao falar de poder e hegemonia podemos também trazer para a discussão o termo empoderamento, que vem passando por várias (re)configurações ao longo dos anos. Berth (2019), no livro intitulado *Empoderamento*, ressalta ser imperativo discutir empoderamento como um agir teórico, cultural, político e prático de importante contribuição para a (re)estruturação social a partir das necessidades de grupos minoritários, como as mulheres negras, tendo em vista o *locus* social e as experiências que delas emergem. De acordo com Berth (2019), Bienwener (2015) e demais autores que se preocupam com o estudo do empoderamento, esse termo sempre foi revitalizado e recebe forte significação política, teórica e prática por diferentes lugares e em várias épocas por distintas frentes sociais. Isso desde os protestos religiosos, nos primórdios do capitalismo, quando esteve ligado à ideia de luta social contra as opressões, na busca por justiça equalitária, sendo usado posteriormente pelo coletivo de mulheres negras a partir da década de 1980 contra as violências (BACQUÉ; BIENWENER 2015). O conceito, porém, também esteve ligado a movimentos liberais, neoliberais, conservadores, ou seja, sempre acontece um esvaziando do sentido e um redimensionar, pois o termo já foi usado em diferentes propósitos, em finalidades de direita e de esquerda, e não apenas com o movimento de mulheres.

Com isso, surge a urgência social pela mudança de debate teórico das pessoas negras, em especial, das mulheres negras, ao reconfigurarem o termo em tempos pós-coloniais e aproximá-lo dos estudos do feminismo negro decolonial, pois, para Berth (2019, p. 92). “como mulheres negras não compartilhamos somente histórias de opressão. É preciso conhecer as trilhas dos caminhos de luta percorridos nessas opressões”. Durante esse processo, ela cita

várias influências teóricas como: microfísica do poder, advindas de Foucault; do poder em ação coletiva, de Hannah Arendt; de Gramsci, com o debate sobre subalternidade; e de Paulo Freire, para uma educação libertadora. Nesse sentido, o feminismo negro decolonial ressignifica empoderamento no sentido político de resistência, libertação e emancipação, buscando estratégias de superação das opressões estruturais em prol das mulheres negras e da coletividade (BERTH, 2019). Os movimentos se estruturam em diversos lugares, como, por exemplo, na América Latina, Caribe, com as feministas indianas, que de fato iniciaram o impulso progressivo de novos entendimentos, novas interpretações, no sentido de “empoderamento libertador”, em enfrentamentos a anversos locais de opressão (BACQUÉ; BIENWENER, 2015; SARDENBERG, 2008). Com isso, “o maior objetivo do empoderamento das mulheres negras é colocar em questionamento, desestabilizar, desnaturalizar os discursos opressores e, por conseguinte, transformar a ordem patriarcal e a dominação de gênero” (SARDENBERG, 2008, p. 19), convocando uma mudança estrutural que mitigue as opressões interseccionais de classe, gênero e raça.

Conforme Berth (2019), o empoderamento nasce com Paulo Freire, pela teoria da conscientização, da emancipação, definindo-o como instrumento para que as minorias sociais consigam compreender, através de práticas críticas libertadoras, os lugares de subalternidade onde se encontram e ressignifiquem suas práticas, criando outras interpretações e contornos críticos e emancipatórios em um processo que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Ainda para a autora, na perspectiva do feminismo negro, significa, grosso modo, “dar o poder” (p. 18). Mas, como a autora mesmo traz, para Foucault (2013), o poder não é uma coisa, não está localizado, não é uma propriedade que se possa dar a ninguém, por outro, são práticas sociais construídas em relações assimétricas, em redes de micropoderes.

Berth (2019) explica, assim, que “dar o poder”, ou empoderar, significa fazer a mediação “articulada de indivíduos e/ou grupos por diversos estágios (mas não há estágios absolutos) de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história” (BERTH, 2019, p. 21), ou seja, empoderar é um processo, e não um produto. Ademais, empoderar-se é um processo autorreflexivo, tem a ver com a construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões críticas reflexivas em relação à vida pessoal, ao mundo e aos outros. Além de aprofundar-se na sua própria historicidade, o processo de empoderamento traz para as pessoas, “principalmente, um entendimento quanto à sua posição social e política e, por sua vez, um estágio psicológico reflexivo, perceptivo do que se passa ao redor” (BERTH, 2019, p. 21).

O empoderamento é um processo de conscientização, em que as pessoas se empoderam à medida que elas se conscientizam, questionam os lugares sociais, os discursos hegemônicos, a reiteração dos discursos de imposições sociais e se autoquestionam quem elas são, como, por exemplo, quem são as mulheres negras, quais são seus papéis sociais como agentes ativas particulares e em comunidade. São processos de emancipação, de autorreflexão, que ressignificam, por exemplo, a compreensão do que significa ser mulher, ser negra, em uma sociedade machista, sexista, patriarcal. Reflexões que colocam em evidência as práticas de opressão e dominação às quais nós, mulheres, estamos sujeitas. Segundo a autora, é preciso um processo amplo de conscientização a partir de novos saberes contra-hegemônicos. Podemos citar os debates, as práticas de conscientização e reflexões críticas dos direitos da mulher e das leis contra a violência de gênero, violência doméstica, as atividades formativas e de autorreconhecimento vivenciadas pelas colaboradoras desta pesquisa nos cursos, para “estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhes é inerente. A partir daí, produzam novas percepções críticas de si” (BERTH, 2019, p. 21), alterando os modos de agir, sentir, ser, mover e transformar suas próprias práticas e as práticas em torno de si.

Para Berth (2019), a estética faz parte de todo o processo de empoderamento, principalmente por se falar de sujeitos cuja estética foi usada como instrumento de desvalorização, de opressão, como para aqueles com dificuldades em aceitar sua aparência pelo fato de ser negra, ter cabelos afros... Ela precisa, pelas mediações do saber histórico, cultural, político e contra-hegemônico, retomar essas questões e entender os fundamentos, as práticas aprisionadoras e performativas que perpassam a sociedade sobre o corpo e a estética das mulheres negras. Com isso, desenvolver estratégias de enfrentamento aos discursos dominantes acerca da estética, buscando a valorização de si mesma e o respeito a todas as formas de expressão. Desse modo, agora, agentes munidos de novas relações de saber, poder e ser exercem “críticas de si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive em prol de si e da coletividade” (BERTH, 2019, p. 21). Essas práticas discursivas constitutivas de identidades, subjetividades, intersubjetividades não são fixas, imóveis, mas transitórias, temporárias e suscetíveis a constantes modificações e incompletudes.

Como vimos, portanto, as diversas práticas hegemônicas são também pontos de vista, crenças, valores, ideologias, identidades produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no e pelo discurso, em organizações amplas e particulares através das redes de poder no interior nas tramas sociais. Por esse motivo podem surgir várias frentes contra-hegemônicas, discursos

contrários aos já estabelecidos que representam estratégias de micropoderes e resistências na virada de consciência dos atores sociais sobre si mesmo e sobre a situação social, pelos processos de empoderamento.

Dessa maneira, para verificar as práticas específicas nas relações de poder e nos processos de empoderamento vivenciados pelas egressas do **Programa Mulheres Mil**, fazemos uso de algumas categorias linguístico-discursivas apresentadas em seguida. Vale ressaltar que as análises não são movimentos presos, fechados e fixos nas categorias aqui mencionadas, mas variam de acordo com os excertos, de modo não rígido, e sim em movências ora mais densas, ora mais amenas. Para tanto, e devido às especificidades do trabalho, decidimos trazer as categorias linguístico-discursivas neste Capítulo 2, que abarca, com mais ênfase, os aportes teóricos.

### *2.1.9 Categorias linguístico-discursivas*

Nesta sessão importa-nos desenvolver, de modo sucinto, algumas considerações sobre as categorias discursivas que se mostraram mais fecundas para a análise do nosso *corpus*, as quais nos permitem entrever avaliações, identificações, representações, opiniões e contestações com bases nos dados apresentados, triangulando teorias e metodologias usadas nesse contexto de investigação, a fim de nos aprofundarmos quando do momento das análises discursivas. Segundo Fairclough (2003, 2016) e Chouliaraki e Fairclough (1999), a língua é interconectada à vida social, ou seja, é vista como “parte irreduzível” e dialeticamente interrelacionada a outros elementos sociais. Assim sendo, os autores nos sugerem categorias analíticas que possibilitam mapear as relações ente os recursos linguísticos utilizados pelos/as atores/as sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se situa.

#### *2.1.9.1 Representação de atores sociais*

A representação de atores/as sociais pode ser investigada pela análise do texto e sua organização interna, o que implica, segundo Fairclough (2003), a análise também de quais elementos dos eventos discursivos estão sendo inclusos e quais estão sendo excluídos no/pelo discurso. Nesse sentido, a representação dos atores sociais engloba várias escolhas e essas escolhas não são apenas linguísticas, mas envolvem também questões extralinguísticas, como, por exemplo, as nuances discursivas.

Assim, os processos de *inclusão* e *exclusão* revelados nos textos trazem informações de representações dos/as atores/as sociais sobre os graus de *generalização*, sobre posições de maior ou menor destaque, sendo estes *ofuscados*, colocados em *posições de passividade*, *suprimidos* ou mesmo apresentados como *agentes ativos*. Essas escolhas podem vir em forma de *substantivos* ou de *pronomes*, as quais parecem mobilizadas de modo aleatório. No entanto, como nos orienta Fairclough (2003), há várias motivações sociais que produzem nossas *seleções lexicais*, como, por exemplo, o desejo do/a enunciador/a em estabelecer o *apagamento* do outro, a *indeterminação* dos/as atores/as sociais pelos *pronomes indefinidos*, a *inclusão* ou a *exclusão* das pessoas pelo/no discurso. Van Leeuwen (2008) sugere um combinado de opções, categorias representativas que podem ser usadas de modo individual ou combinadas para analisar os textos e verificar a representação discursiva dos/as atores/as, como, por exemplo, observar se o/a ator/a é colocado/a em *ação ativa*, sendo *afetado/a*, *beneficiado/a*, *nomeado/a* ou *classificado/a*. Ainda, é possível notar a função gramatical pela qual os/as atores/as sociais estão sendo representados/as, além de verificar se as representações estão sendo feitas a um *único sujeito* ou a um *grupo de pessoas*, no qual ele/ela está sendo posicionado discursivamente.

Em complemento às formas de representação dos/as atores/as sociais no e pelo discurso, podemos combinar os estudos de Moscovici (2015) sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS). As representações, nesse caso, não se relacionam com estruturas linguísticas como as propostas, categorias linguísticas para verificar a representação dos/as atores/as sociais, mas a uma área do saber, dos conhecimentos, como acontece com a ADC. Isso porque as representações sociais partem do plano individual, mas atravessam essas fronteiras e atingem o plano coletivo, o social. Vale lembrar que a verificação das representações é feita no e pelo discurso, nas práticas discursivas e nos processos de significação identificacionais e representacionais nos quais as colaboradoras se inserem ou são colocadas socialmente.

De acordo com Moscovici (2015, p. 41), “representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade do nascimento de novas representações”. Nesse sentido, as representações sociais são constituídas pelo modo como tivemos contato com aquelas maneiras de ver, pensar, agir, falar, sentir que adquirimos em determinado grupo ou intragrupo, isto é, na coletividade. Podemos relacionar essas afirmações ao modo como temos os primeiros contatos com questões simbólicas, como a concepção e o entendimento das pessoas em relação ao gênero social, a compreensão e o respeito às diferenças de cor, raça, classe, modos de ser em relação aos corpos, sendo estes gordos, magros, baixos, altos, anões, com alguma deficiência ou não, e assim por diante.

Dessa maneira, o contexto histórico, cultural e temporal é significativo porque, como as identidades, as representações tampouco são fixas e imutáveis, ao contrário, são fluidas e acompanham as múltiplas identificações dos/as atores/a sociais, a partir de processos identitários no âmbito da sociedade. Esses processos incutem modelos padronizantes e homegeinizantes para a constituição identitária, seja por meio de comparação, diferenciação, assimilação e estereótipos, mas todos carregam cargas ideológicas sócio-históricas e culturais. Nesta tese, verificamos as representações das egressas sobre as questões de violência vivenciadas por elas, as representações delas sobre o gênero social e sobre o **Programa Mulheres Mil**, porque, assim como a ADC, a TRS se mostra preocupada com as minorias sociais, em compreender os universos consensuais, expressos nas relações cotidianas que compõem o senso comum, orientando os/as atores/as sociais quanto aos modos de compreender o seu meio social e de atuar nele (MOSCOVICI, 2015), com perspectivas de mudança social. Essas revelações se dão por meio do discurso, das escolhas e das significações causadas. Em seguida, tratamos das escolhas linguísticas (lexicais), que não são feitas de modo acidental, todavia, isso não significa mencionar que essas opções são sempre conscientes.

#### 2.1.9.2 Interdiscursividade

A análise textualmente orientada de acordo com a ADC deve propiciar, também, uma análise social, ou seja, a análise interdiscursiva, de modo a considerar os textos em termos de seus efeitos nas relações de poder e dominação, em contextos de desigualdade e exclusão. A interdiscursividade, assim, diz respeito à relação constitutiva de um enunciado particular de gêneros, discursos e estilo em um texto, com a rede de enunciados que lhe antecipam ou mesmo que lhe sucedem em cadeias que podem ser para contestar, associar, concordar, confrontar com vistas a discordar ou mesmo a resistir.

Assim sendo, como mencionado no Capítulo 2, subseção 2.1.5.2, trata-se de uma complexa configuração de interdependência entre os textos que nem sempre está explícita como a intertextualidade manifesta, ou seja, grafada na recorrência explícita, mas se relaciona com uma intertextualidade constitutiva. Por meio da categoria da interdiscursividade é possível identificar os diferentes discursos articulados e a forma como são articulados, mesclados em um texto (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), de modo a (re)articular os discursos em textos, atualizando-os e/ou reproduzindo-os em outros textos, ou seja, recontextualizando-os. Isso porque os textos potencialmente realizam relações dialógicas e/ou polêmicas e essas

articulações/relações nos possibilitam analisar suas conexões com as lutas hegemônicas mais abrangentes.

Desse modo, a interdiscursividade está ligada às maneiras particulares de representar aspectos do mundo, sendo, em princípio, uma categoria representacional (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142). A intertextualidade e a interdiscursividade, em vista disso, têm como característica serem seletivas em relação ao que será incluído ou excluído dos eventos e dos discursos representados (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55) pelos/as atores/as sociais no contexto de outros eventos discursivos, como, por exemplo, as metáforas que envolvem essencialmente uma reconstrução de experiências que implicam também efeitos identificacionais. Em seguida, falamos sobre a representação dos atores sociais.

### 2.1.9.3 Transitividade

A linguagem propicia aos seres humanos a transformação de suas experiências em significado (FUZER; CABRAL, 2014). Para que essas ações ocorram, o ponto de partida é a experiência interna das pessoas. Assim, interessa-nos, neste estudo, trazer também os aspectos léxico-gramaticais, a partir dos quais as atoras sociais representam suas experiências internas pela linguagem em diferentes semioses. Para tanto, utilizamos, principalmente, os estudos de LSF, de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2014), além da parte da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), na qual se manifestam os significados experienciais que se mostram úteis às análises, formando o *sistema de transitividade*.

Como abordado no 2.1.5.2, o *sistema de transitividade* tem vários papéis. Podemos nos referir a ele, resumidamente, como a descrição da oração em relação a seus componentes – os *participantes*, os *processos* e as *circunstâncias* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 222) –, que revelam quem faz o que, a quem e em quais circunstâncias (quem, o que e como). Cada tipo de processo – *material, relacional, mental, verbal, comportamental e existencial* – expressa suas próprias relações com os participantes e as circunstâncias.

Assim sendo, *processos* são itens lexicais (verbos) que revelam um estado, uma ação, um processo, um sentir, um existir, um acontecimento, um pensar, um dizer, um fazer. Já as/os *participantes* se associam aos processos e, assim, são elementos que indicam quem sente, quem age, quem existe, quem fala, quem faz, quem está sendo colocado em passividade ou em ação, ou seja, em determinado estado. Os/as participantes podem ser pessoas ou objetos, sendo nomeados pelos substantivos. As qualidades ou as desqualificações atribuídas a eles/as são os adjetivos. As *circunstâncias* são elementos que demonstram modo, lugar, tempo, assunto e

causa (adjunto adverbial) pela qual ocorrem os processos. Como nos explicam Fuzer e Cabral (2014, p. 53), “em termos de significado, circunstâncias associam-se aos processos referindo localização de eventos no tempo (quando?) ou espaço (onde?), modo (como?) ou causa (por quê?)”.

Vale destacar que, nesta tese, o estudo da GSF não é o foco principal, de modo que não nos aprofundamos na teoria, mas utilizamos os aspectos necessários e que se alinham com a ADC, como o *sistema de transitividade*, usado como um dos suportes para verificar como a funcionalidade da língua é intrínseca à linguagem, pois tudo que é produzido causa efeito e significado, isto é, tem uma organização funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) que precisa ser investigada e revelada.

As escolhas não são, portanto, aleatórias; por vezes, podem ser inconscientes, no entanto, desvelam o envolvimento dos/as atores/as sociais pelos aspectos linguísticos e mostram questionamentos, ordens, avaliações, atitudes, recusas, engajamentos com maior ou menor grau de intensidade. Podemos verificar o envolvimento das colaboradoras com as situações de violência, o engajamento delas com os cursos ofertados pelo **Programa Mulheres Mil**, as possíveis mudanças representacionais, bem como as identificacionais. Por conseguinte, esses achados trazem elementos importantes para as análises de texto, como, por exemplo, as relações pessoais e sociais, o contexto situacional e global, as escolhas semânticas, as interpretações sobre determinado assunto ou sobre/com quem o enunciador está falando ou a quem se dirigindo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Em seguida, falamos, sucintamente, sobre a interdiscursividade, que também se mostrou produtiva no processo de análise e interpretação dos dados.

#### 2.1.9.4 Escolhas linguísticas (lexicais)

Os textos representam expressões do pensamento social e atuam como forma de interação social, produção e circulação de conhecimento. Com isso, através de análise de textos, podemos compreender melhor o funcionamento da língua e, conseqüentemente, das práticas de discurso. Fairclough (2016, p. 239) afirma que “as palavras têm vários significados, e eles são ‘lexicalizados’ tipicamente de várias maneiras. Isso significa dizer que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar as palavras e como expressar seu significado”.

O autor ainda nos alerta que essas escolhas linguísticas não são puramente individuais, antes, os “significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são

variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 239). As escolhas também se relacionam ao contexto de produção e aos propósitos envolvidos no processo, sejam de contestação, sejam de concordância. Assim sendo, os/as atores/as sociais em diferentes tempos e espaços têm escolhas lexicais e estruturas gramaticais distintas, revelando, pela tessitura discursiva e lexical, os modos de ser, pensar, sentir e representar desses/as agentes. “A mudança e a contestação de significados resultam em mudanças na força” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 241), bem como podem configurar relexicalização.

Com isso, apontar as escolhas linguísticas como categoria analítica é uma forma de acessar os modos como as colaboradoras se identificam com os eventos, com as experiências entre/com elas e as representações do mundo e como elas se identificam nesses contextos específicos. Isso porque “discursos nomeiam ou lexicalizam o mundo de maneiras bem particulares” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129). Em vista disso, é preciso analisar as relações semânticas entre as palavras, pois discursos diferentes podem ser mobilizados pela materialização dos mesmos vocábulos e, à medida que as palavras são escolhidas e usadas, elas podem performatizar e revelar sentidos interdiscursivos. Assim, investigar o discurso pelas escolhas lexicais, observar o vocabulário, a conexão entre os itens e “focalizar em como diferentes discursos revelam modos distintos de perceber o mundo” é investigar como os/as atores/as sociais agem no mundo e constroem a si mesmos/as e à sua realidade social. Em seguida, falamos da metáfora.

#### 2.1.9.5 Metáfora

A *metáfora* é uma das categorias de análise da ADC para investigação do significado identificacional em textos (FAIRCLOUGH, 2003, 2016; LAKOFF; JOHNSON, 2002). De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 48), “as metáforas não são apenas questões de linguagem, ou seja, meras palavras, [...]. As metáforas como expressão linguística são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceitual de cada um de nós”. Nesse sentido, elas são possibilidades para expressar discursivamente significação à vida e tudo aquilo que nos move de modos diferente. Ou seja, cada pessoa pode expressar o mundo e aquilo que lhe é significativo a partir de sua leitura de mundo, sua cultura, seus lugares sociais, culturais e históricos. Ressaltamos a importância de articularmos a metáfora no sentido de não dicotomizar sociedade e cognição (SARDINHA, 2007), pois a separação entre elas é feita por razões teóricas e operacionais e não por ser polos incompatíveis. De acordo com Sardinha (2007, p. 30),

“vivemos de acordo com as metáforas que são construídas em nossa cultura, praticamente não temos escolha, se quisermos fazer parte da sociedade, interagir, ser entendidos, entender o mundo, precisamos obedecer às metáforas que nossa cultura nos coloca à disposição”. Com isso, mostramos a nossa compreensão e alicerce nos estudos das metáforas com perspectiva conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 2002), mas também, pelo uso de metáforas voltadas as bases culturais, cognitivas (SARDINHA 2007), em que a língua é vista como integrante do sistema cognitivo dos seres humanos. Assim, as metáforas são culturais, porque elas refletem ideologias e o modo de ver o mundo de grupos de pessoas, construído em determinadas culturas.

Dessa forma, essa categoria revela, a princípio, aspectos relativos a significações identificacionais, de modo que essas realizações trazem as experiências individuais e coletivas via discurso, para instaurar, sustentar ou contestar estilos e modos de ser, partindo, assim, de uma “base experiencial” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 68), do cotidiano, das práticas culturais, cognitivas e corpóreas. As colaboradoras, portanto, podem usar as metáforas, as quais podem ser analisadas via vocabulário (FAIRCLOUGH, 2003), para representar suas vivências com as diversas situações de violência, bem como para falar dos momentos de partilha umas com as outras, no **Programa Mulheres Mil**. Na sequência, trazemos a categoria da modalidade.

#### 2.1.9.6 Modalidade

A modalidade está relacionada à distinção entre ceder ou requerer informação ou em dar ou solicitar bens e serviços e pode ser compreendida como “um recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus. Refere-se a como falantes e escritores assumem uma posição, expressam uma opinião ou fazem julgamento” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114). Dessa maneira, a modalidade, como mencionada na subseção 2.1.5.3, se refere ao modo como as pessoas se comprometem, se envolvem ao fazer declarações, pedidos, ofertas, avaliações e demais funções do discurso, pois em cada uma dessas há várias maneiras de se expressar e com diferentes graus de comprometimento. Ainda segundo as autoras, “as reações e opiniões podem se situar em níveis intermediários, desde o menos negativo até o menos positivo” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 112).

Fairclough (2016, p. 207), pela definição “graus de afinidade”, de Hodge e Hodge e Kress (1988), assinala que a modalidade pode ser compreendida como os “vários graus de comprometimento”, com uma conjectura assumida pelos/as atores/as sociais ao usar a língua. Fairclough (2003, p. 165) afirma que a modalidade é um recurso valoroso de marcação da

subjetividade, ao passo que essa categoria nos possibilita acessar o valor dos julgamentos, das avaliações, das posturas, e, por conseguinte, analisar as identificações, a “estruturação de identidades”, bem como as representações acerca das relações sociais e do mundo.

Halliday e Matthiessen (2014) pontuam que há dois tipos de modalidade: *modalização epistêmica* e *modalidade deôntica*. No que se refere à *modalidade epistêmica*, o grau de probabilidade muda do sim ao não e também ocorrem os graus de probabilidade – como possivelmente, provavelmente, certamente – e os graus de usualidade – usualmente, sempre, nunca. Os enunciados se relacionam com o grau de comprometimento e com a realidade das proposições. Na *modalidade epistêmica* há a troca de informações, relacionando-se ela ao eixo do conhecimento. Já na *modalidade deôntica* acontece a avaliação do grau de polaridade e, também, dois tipos de possibilidades intermediárias, sendo os graus de obrigação – em verbos modais como poder, permitir, julgar e dever – e os graus de inclinação – querer, ansiar, aspirar –, pedidos e perguntas hipotéticas. Assim, são deônticas quando dizem respeito às necessidades ou desejos dos/as enunciadore(s), relacionado à troca de bens e serviços, pois há troca de atividade e envolvimento do falante com a ação, envolvimento que pode ser analisado pelos modos e intensidades nas declarações, como podemos ver na próxima subseção, que trata da avaliação.

#### 2.1.9.7 Avaliação/ Avaliatividade

A *avaliação* é mencionada em Fairclough (2003, p. 171) de modo mais amplo, podendo ser apontada por meio de categorias reveladas em declarações ou por outros modos que demonstrem julgamentos, apreciações, modalizações, enfim, expressam valoração sobre alguém ou sobre algo. Ele traz esse modo de entender a avaliação baseado em autores como Martin (2000) e White (2001), entre outros que também tratam dessa temática e abarcam as avaliações de maneira mais ou menos explícita.

Para Fairclough (2003), as pessoas revelam, nos textos, através das avaliações, a maneira como elas se identificam com o mundo, com as outras pessoas e com elas mesmas, isto é, mostram-nos como os processos identificacionais são estruturados. Segundo o autor, as declarações avaliativas, nos casos mais óbvios, são realizadas por meio de processos relacionais atributivos (portador/atributo), onde o elemento avaliativo está no atributo, podendo ser expresso por um adjetivo, que “retrata o que é desejável ou indesejável, o que é bom ou mau” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172).

Ela ressalta que a avaliação também pode aparecer em forma de verbo e cita, como exemplo, “ao invés de dizer, ‘ele era um covarde’, pode-se dizer, ‘ele se acovardou’”. As declarações avaliativas ainda podem ser formadas por advérbios avaliativos e exclamações. Além das declarações avaliativas, Fairclough (2003) traz como categorias as declarações com modalidade deôntica, as declarações com processos mentais afetivos (emotivos), exclamações e pressuposições de valor (pressuposições sobre o que é bom, agradável ou desejável).

Assim sendo, a avaliação é a parte principal que mobiliza os significados através das valorações expressas pelos/as atores/as sociais. Martin e White (2005) trazem a avaliação como *sistema de avaliatividade* que compreende as subdivisões em atitude, engajamento e julgamento. Para tanto, a avaliatividade é um sistema linguístico-discursivo que possibilita ao analista perceber estratégias, empregadas por autores/as de um texto, de avaliação de comportamento do “outro”. Esse entendimento também é evidenciado por Vian Jr. (2010, p. 85) ao afirmar que a avaliação de comportamento do “outro” é um modo de estabelecer relações de poder, pois “os significados avaliativos expressados ao construirmos os sentimentos em nossos textos serão um fator determinante na construção de valores e circulação do poder nas comunidades”.

Apresentamos, então, as categorias que se mostram mais produtivas para as microanálises e para compor o processo de descrição, interpretação e explanação dos dados. Em seguida, trazemos as concepções metodológicas que norteiam o trabalho, além das técnicas, dos métodos e dos instrumentos de geração de dados, bem como as garantias éticas necessárias para o desenvolvimento do estudo.

### CAPÍTULO 3 – DIÁLOGOS METODOLÓGICOS COM O *CORPUS*

*[...] à medida que vai se apropriando de si mesmo, sua pesquisa experimenta o gosto pela descoberta e pela sua subjetividade. [...] Examina-a em cada detalhe; um ajuste aqui, outro acolá, aproxima-a da imagem de seus desejos. É todo um processo de construir-se e, nesse construir-se, aos poucos, revelar-se. (IVANI FAZENDA, 1997, p. 37).*

A construção do trabalho é, sem dúvida, um percurso com vários ajustes, que se (re)inventam e se (re)significam a cada passo, seja pela apropriação teórica-metodológica, seja pelas análises dos dados. É um examinar-se constantemente, com arremates aqui e lá, para que lá na frente, ao término, a pesquisa esteja ao mesmo tempo pronta/revelada e, igualmente, aberta para novos olhares, na mágica da vida. Assim, neste capítulo, apresento como propõem as sugestões feitas pela metodologia de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003, 2010, 2016), os caminhos metodológicos percorridos para desenvolver as análises. Assim, também discorro sobre a complementariedade entre a pesquisa qualitativa e a ADC, as quais são aportes teórico-metodológicos para este estudo. Dessa mesma forma, esta parte do trabalho visa mostrar os cuidados e as garantias éticas, a geração de dados, os instrumentos para acessar o discurso das egressas – tais como os questionários, as entrevistas gravadas em áudio – e a análise documental. Ademais, na busca de conhecer e delinear o perfil das colaboradoras, dedico uma sessão a esse propósito. Para iniciar, passamos à construção do *corpus* desta pesquisa, que é de cunho sociodiscursivo.

#### 3.1 A constituição do *corpus* de pesquisa

É interessante dizer que, em uma pesquisa social, o objeto de análise não é algo visível de imediato e identificado inequivocamente, pois não é possível ter em mãos algo palpável e acabado, para, só depois, iniciar a investigação. Ao inverso, o objeto de uma pesquisa social é construído em todas as fases do trabalho – do início ao fim, porém, essa incompletude não inviabiliza a escolha do método, pois ele se imbrica com a teoria.

A esse respeito, Flick (2009) afirma que o objeto de análise determina a escolha do método, e não o oposto. Com base no autor, podemos inferir que o objeto de pesquisa não deve mesmo estar pronto e acabado para determinar a metodologia de estudo, mas é sua especialidade, mesmo em construção, que admite descobrir um método adequado a tal investigação. Ainda de acordo com ele, os objetos na pesquisa qualitativa são estudados em sua

complexidade, totalidade, continuamente, e os campos de estudo são as práticas e interações dos sujeitos na vida habitual.

Assim sendo, a pesquisa em questão segue os pressupostos metodológicos de acordo com a ADC, aliando a teoria ao método; logo, ao mesmo tempo em que a ADC é suporte teórico, também é o andaime metodológico, como mencionado. Isso significa conduzir a metodologia qualitativa em conjunto com a ADC. Tais abordagens aqui se fundem para delimitar o percurso seguido na construção do objeto, na geração de dados e na construção do *corpus*, bem como nas categorias analíticas utilizadas.

Ademais, é importante mencionar que a pesquisa qualitativa se alia aos propósitos do campo da ADC, visto que ambas procuram analisar e interpretar o social pelo viés do contexto natural, o qual se constitui nas relações interpessoais inseridas nesse espaço de luta e resistência. Desse modo, as análises interpretativas e qualitativas são guiadas em diversas dimensões com a finalidade de desvendar e compreender significados. Busca-se, na trama dessas relações, o que é constituído e constitutivo dos/as agentes sociais, do contexto de realização, pois se observam as significações, as pistas, procurando interpretar os sentidos que dali derivam para propor uma mudança na perspectiva de emancipação dos/as agentes que vivem as mazelas sociais.

Essa é uma pesquisa qualitativa, que contempla dimensões intersubjetivas, a partir de aspectos no domínio da construção de significados das participantes, envolvendo um problema social ou humano (CRESWELL, 2014). A tese em questão relata uma pesquisa social crítica, etnográfica, com enfoque no problema social, na desigualdade de gênero em intersecção com outras opressões, como a violência de gênero e a doméstica e familiar. Por isso, além do processo de olhar, aflora também a prática do sentir, no sentido de (re)construir com elas. No decorrer várias foram as sensações, empatia, representações, estilos, enfim, alteridades, e não apenas a fala sobre elas e suas práticas.

É salutar dizer que, no processo da pesquisa qualitativa, “cada pesquisador/a fala a partir de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais, marcados pelo gênero, do ato da pesquisa” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 32). Na pesquisa em questão, esses componentes foram as marcas de ideologias, de identidades, de relações de poder, de representações e identificações de gênero social para entender e delinear as análises à luz da ADC, sem perder de vista que nossas considerações são marcadas pelas experiências sociais, culturais e ideológicas individuais, tanto da pesquisadora como das colaboradoras. Isso confere aos estudos em ADC certa peculiaridade, pois, de acordo com Pedro (1997), as abordagens em análise de discurso partem do texto como domínio

adequado da teoria e da descrição linguística, ao passo que a ADC traz a dimensão crítica às análises dos textos.

Para Fairclough (2010), a ADC é, também, uma metodologia que mantém uma articulação dialética e transdisciplinar com a pesquisa social. Não se trata de um método simplesmente, pois o autor afirma que os métodos são escolhidos de acordo com as formas das quais os objetos são constituídos teoricamente. Portanto, nessa perspectiva, nas pesquisas em ADC não se faz a aplicação dos mesmos métodos de forma habitual e regular a outros trabalhos: tal aplicação depende da especificidade de cada *corpus* e as categorias são constituídas pela própria pesquisa. Por isso, cabe ressaltar que não é nítida a distinção entre método e teoria nos estudos dessa natureza.

Chouliaraki e Fairclough (1999) também entendem a ADC como uma junção de teoria e método. Os autores propõem um modelo analítico, adaptado de Bhaskar (1986), o qual contempla as necessidades reconhecidas pela ADC, mas que não precisa necessariamente ser seguido como um método. Assim, a analista tem a oportunidade de fazer seus amoldamentos de acordo com a particularidade de pesquisa. Nessa nova etapa, a vida social, ou a vida em sociedade, é vista de modo mais amplo, ou seja, também pela constituição das práticas semióticas, que vão além do verbal, além das imagens, são ainda gestos, expressões do corpo, enfim, tudo que faça sentido em forma de linguagem. É importante marcar, porém, que as relações extra discurso com o discurso se dão de modo dialético e que o discurso tem sua significância para além da vida social, isto é, não há de se reduzir a vida social apenas ao discurso.

A proposta de metodologia expressa por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003, 2010) se organiza em várias fases. É, na verdade, um modelo analítico para a ADC. É interessante deixar registrado que são sugestões e, mesmo ao optar pelo uso do arcabouço, é possível mudar a ordem dos passos, ou mesmo alterar alguns deles, ou seja, não são estruturas imutáveis e inflexíveis, mas passíveis de adaptações de acordo com cada pesquisa e cada pesquisador/a. Na primeira fase, é importante o pesquisador ficar atento aos aspectos semióticos em geral, ou seja, aos sistemas de significação, como imagem, som, gestos, entre outros gêneros não verbais do referido problema social. Para tanto, nessa **primeira fase**, o/a pesquisador/a deve focalizar em um problema social e em seus aspectos semióticos. É preciso observar o contexto, o *locus* do problema social, os aspectos ideológicos, culturais, econômicos, o que for necessário para a compreensão e interpretação daquele determinado problema social.

Para que essa fase seja bem-sucedida, os autores ainda a **subdividem em dois passos**. **O primeiro passo** é propor um tema de pesquisa, visto como um problema social, que apresente

relação com os elementos semióticos e seja transdisciplinar. Nesse sentido, ao preocupar-se com o bem-estar social, o tema e, conseqüentemente, a pesquisa, ganha relevância. Fairclough (2003, 2010) diz que a escolha do tema direcionado ao bem-estar social é importante para assegurar a relevância da investigação. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta trilha esse caminho, visto que traz uma preocupação de ordem social e inserida em práticas sociais específicas: verificar as questões de identidades, ideologias em relação à constituição de gênero social, práticas de violência de gênero, violência doméstica e familiar, bem-estar social e financeiro das egressas após os cursos ofertados no **Programa Mulheres Mil**, em um contexto de formação direcionada para mulheres em suas diversidades, sendo elas negras, brancas, pardas e em situação de múltiplas opressões. Os objetivos desse programa dão ênfase a otimizar as esferas sociais, culturais, educacionais e financeiras das egressas e uma das justificativas é que, ao receberem o certificado de um curso profissionalizante, elas terão mais oportunidades de (re)ingresso no mercado de trabalho. Isso de fato não basta para garantir esse ingresso.

No **segundo passo dessa fase** (FAIRCLOUGH, 2003, 2010) está a construção do objeto teorizado de modo transdisciplinar. Nessa perspectiva teórico-metodológica, o tema não é algo dado e aprioristicamente coerente; precisa ser teorizado, isto é, confrontado com várias teorias. Vale dizer que isso foi o que se desenvolveu até esse momento: estabelecemos como problema social pesquisar o discurso das egressas do **Programa Mulheres Mil** para verificar, em seus discursos de egressas, questões de identidades de gênero, interseccionadas à classe, raça, possíveis casos de violência de gênero e violência doméstica e familiar presentes na vida desse público em específico, sem perder de vistas as finalidades do Programa. Mas não só, pois igualmente podemos identificar discursos transgressores, ou seja, que apresentem uma postura de luta e de resistência para com as questões de gênero social. Desse modo, são atitudes contra-hegemônicas que se alinham à mudança das estruturas já postas e é esse caminho que as pesquisas de cunho crítico social devem trilhar: não apenas colocar em foco os discursos hegemônicos e coloniais, mas trazer para o debate aqueles que deslegitimam o poder e a ideologia dominante. Vale aqui lembrar que o objetivo geral da pesquisa é compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do **Programa Mulheres Mil**. Para tanto, estabelecemos diálogos com as teorias sociais, na tentativa de responder às perguntas de pesquisa, considerando que até o final deste trabalho o objeto esteve em processo contínuo de construção, reflexão e refação.

Segundo Fairclough (2003, 2010), na **segunda fase** o/a pesquisador/a deve: identificar os obstáculos para apreender/resolver esse problema social pela análise. É necessário que ele se aproxime do problema social para investigá-lo. Assim sendo, deve identificar os elementos

que dificultam a apreensão/resolução dos reais aspectos da realidade social. Essa etapa também se ramifica, visto desdobrar-se em várias outras na busca de apreender o problema social e tratá-lo com bases teóricas e analíticas.

**O primeiro passo da subdivisão** é analisar as práticas sociais e discursivas em que o problema se insere, ou seja, as ordens do discurso e as práticas sociais. Como essas duas instâncias estão sempre em relação dialética, é difícil estabelecer fronteiras entre elas. As práticas sociais apresentam a sociedade como ela, de fato, se mostra, suas identidades, simultaneamente constituídas e constitutivas. As ordens do discurso são as redes de possibilidades de realização entre a semiose e os outros elementos de ordem social.

**O segundo passo da segunda fase** é relacionar os aspectos semióticos aos outros elementos das práticas para constituir o objeto a ser analisado. Assim, a seleção de textos, orais, escritos e/ou a partir de outras semioses é de suma importância para a constituição do objeto de estudo. Essa fase é essencial para compreender e buscar o “ponto de partida” para constituir o objeto e iniciar a análise.

Nessa etapa da pesquisa, verificamos o discurso das egressas por meio de entrevistas semiestruturadas, acerca do Programa, comparamos com os questionários respondidos por elas sobre os fatores socioeconômicos, além de verificarmos os documentos oficiais que compõem as diretrizes para o Programa, o *Guia Metodológico*. Formamos, assim, um conjunto semiótico que dialoga com outras práticas sociais para compor o objeto e iniciar as análises. Durante esse processo de análise, as categorias foram sendo construídas de acordo com a perspectiva teórica e especificidade do objeto ao longo do trabalho.

**O terceiro passo da segunda fase** diz respeito à análise do discurso propriamente dita – é analisar a semiose. Essa etapa, por sua vez, compreende outras ramificações, considerando-se que o/a pesquisador/a deve atentar-se a todos os modos de linguagem que produzem significação. Na pesquisa em questão, durante as entrevistas com as egressas são perceptíveis modos de linguagem “paraverbal”, que não são passíveis de serem mensurados em letras e números, como sentimentos pessoais, crenças, gestos, entonação da voz, risos, choro, nervosismo, expressões faciais, valores que não podem ser interpretados de modo quantitativo.

Nesse sentido, para Duarte (2004), o instrumento entrevista é uma ação fundamental no mapeamento de valores, crenças e práticas, em universos sociais específicos, e possibilita ao/a pesquisador/a gerar indícios da maneira como cada um dos sujeitos inseridos naquele contexto percebem e significam a realidade. Assim, também é possível ao/a pesquisador/a apreender informações sólidas que lhe possibilitem descrever e compreender a dialética que alicerça as relações estabelecidas internamente naquele grupo ou situação.

Recorremos aos postulados de Van Dijk (2012, p. 167) ao dizer que “os gestos, a ação de tocar, e a expressão facial, exatamente como a entonação, o aplauso e assim por diante, são tratados como parte da dimensão interpretável do próprio discurso [...]”. Com isso, justificamos nosso posicionamento de analisar não apenas o discurso verbal, mas também todas as formas de manifestação significativa expressas pelas colaboradoras durante nossos encontros de geração de dados.

Ainda de acordo com o modelo analítico de Fairclough (2003, 2010), essa segunda fase compreende: analisar a estrutura analítica – as ordens do discurso – e fazer a análise interacional e interdiscursiva dos dados gerados. Todas essas etapas não são estanques e nem todas elas se aplicam necessariamente a todas as pesquisas e na mesma ordem. Como já dito, a especificidade do objeto de estudo determina as maneiras e as fases interessantes naquele contexto.

Em seguida, apresentamos a **fase 3**, indicada por Fairclough (2003, 2010). Nesse momento do estudo, o/a pesquisador/a deve ponderar sobre a ordem social, ou seja, avaliar se as práticas ali exercidas (as ordens) são, de algum modo, um problema social ou não. Caso o/a pesquisador/a, munido de todo o arcabouço teórico e metodológico, avalie que sim, é um problema social, é hora de buscar modos para resolvê-lo, ou mesmo sugerir ações de maneira crítica, que colaborem para a transformação social. É preciso analisar o motivo pelo qual a manutenção desse problema é interessante para determinado grupo hegemônico e se é possível resolver esse problema social.

Também é necessário que o/a pesquisador/a mantenha uma postura reflexiva e crítica perceptível para compreender as posturas de resistência que surgem na luta contra a hegemonia e não fique condicionado somente à busca de discursos hegemônicos capazes de reforçar as ideologias dominantes, visto tendermos a ter posturas que mostram ações contrárias. Esse pode ser entendido como um novo modo de pensar a ADC também, ou seja, buscar novas maneiras de olhar a vida social na pós-modernidade e encontrar fissuras na lógica categorial (LUGONES, 2014).

Ao chegar à **fase 4**, proposta pelo autor, é o momento do/a pesquisador/a apresentar/propor possibilidades de alteração/mudança para superar os obstáculos identificados na fase 2. Dessa forma, o/a analista trabalha na busca de transformar o que foi diagnosticado como um problema social, colaborando na procura de benefícios. Nesse sentido, Fairclough (2003, 2010) ressalta que a semiose é o passo inicial para testar, resistir, desafiar e superar as iniquidades sociais. Esse enfrentamento pode acontecer, de modo amplo, em grupos políticos, movimentos religiosos e sociais, estudantis, comunitários, ou mesmo de modo mais restrito, no

ambiente doméstico em casa, no trabalho, com os parceiros, enfim, criar instrumentos para contestar o discurso opressor e dominante e apresentar a troca de turno, o contra-hegemônico.

No trabalho em questão, essa etapa significa identificar, nos discursos das egressas, as opressões sofridas por elas na ordem das violências e das desigualdades entre os diferentes gêneros, atentando para as interseccionalidades de raça, classe, território, corporeidade e demais elos de opressão advindas da colonialidade/modernidade (CARNEIRO, 2005; HOOKS, 2013; QUIJANO, 2005). No entanto, significa observar também se aparecem, em seus discursos, marcas de mudanças na ordem de posicionamento, de postura e de enfrentamento aos discursos dominantes. Digo isso em relação aos conhecimentos das egressas acerca dos direitos da mulher, principalmente sobre a *Lei Maria da Penha*, ao (re)ingresso no mercado de trabalho, bem como na valorização do “eu”, assim como do “outro”, de modo que se sintam agentes e partícipes na sua constituição identitária e na constituição da realidade social. As pesquisas em ADC precisam se preocupar também com as pequenas manifestações de mudança, pois são essas que se movem em diversas direções e movem as estruturas sociais, ditando novos modos de ser e de estar no mundo.

Portanto, não menos importante é a retomada de todas as fases para compor a **fase 5**. Esta se caracteriza, desse modo, como uma reflexão da/na ação, na qual o pesquisador vai retomar as fases anteriores, de um a quatro, e observar possíveis lacunas. Essa é uma etapa muito importante, em que a crítica e a reflexão apontam se ocorreu mesmo transformações de ordem acadêmica, emancipatória e/ou social. É questionar a eficácia do trabalho, do tema, da abordagem. Assim sendo, é uma reflexão do/a analista acerca do objeto pesquisado, mas também acerca de sua abordagem crítica e qualitativa, seus métodos e procedimentos. É, quem sabe, ajustar as suas práticas e seus posicionamentos diante do mundo e das questões sociais, das relações ideológicas e no enfrentamento aos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Isso porque os discursos são movimentos constantes, tanto moldam as estruturas sociais como são moldados por elas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Assim, todos os passos dessa teoria e método são integrados na construção do objeto e, conseqüentemente, na produção das análises sobre o discurso das egressas, porém, não necessariamente na mesma ordem proposta pelos autores. De todo modo, é observar como a constituição identitária dessas mulheres é perpassada pelas ordens sociais, pelo discurso machista, patriarcalista e pela desigualdade de gênero, que se acentua no desrespeito aos direitos básicos, e não na desigualdade pela diferença de gênero com o devido respeito. As diferenças devem ser sempre pontuadas, juntamente com o respeito às suas demandas e

especificidades de cada gênero e intragênero (ANZALDÚA, 2005; BIROLI, 2018; BUTLER, 2018).

De acordo com Magalhães; Grigoletto e Coracini, (2017, p. 79), a teoria crítica do discurso também propõe uma agenda de discussões sobre as identidades: “um ponto definido pela teoria crítica do discurso é a leitura opositiva às imposições estabelecidas por produtores textuais que causam efeitos sobre os leitores e as leitoras”.

Com isso, interessa-nos mostrar, também, os momentos de transformação e emancipação, segundo bell hooks (2013) e Freire (2012), além da resistência e do contradiscurso através da virada discursiva dessas egressas frente aos direitos garantidos por Lei. Desse modo, em seguida tratamos de alguns instrumentos que norteiam o estudo com base nos achados de Chouliaraki e Fairclough (1999), explicitados por Magalhães (2017) e, de modo sistematizado, apresentamos as nossas adaptações.

### *3.1.1 Síntese dos procedimentos usados para a análise: o método analítico em ação*

Apresentamos os procedimentos analíticos com as adaptações que consideramos pertinentes para a realização da pesquisa com as egressas dos cursos ofertados pelo **Programa Mulheres Mil**, em 2017, no IF Goiano. Para fins de visibilidade, preferimos organizá-los no Quadro 1 abaixo:

**Quadro 1** – Síntese dos procedimentos analíticos

1. Focalizar-se em um problema social e em seus aspectos semióticos.	1.1 Propor um tema de pesquisa, o qual seja visto como um problema social, que apresente relação com os elementos semióticos e seja transdisciplinar: a constituição de gênero social e a desigualdade de gênero que podem levar à violência doméstica e familiar, ao baixo ingresso das mulheres no mercado de trabalho e, consequentemente, ao desemprego e à desvalorização delas e de seus corpos.	
	1.2 Construir o objeto teorizado de modo transdisciplinar.	
2. Identificar os obstáculos para apreender/resolver esse problema social pela análise	2.1 Analisar as práticas sociais e discursivas em que o problema se insere, ou seja, fazer uma análise das ordens do discurso e das práticas sociais (conjuntura) no primeiro capítulo, mas também a elas retomar ao longo do texto.	
	2.2 Relacionar os aspectos semióticos aos outros elementos das práticas para constituir o objeto a ser analisado durante o texto.	
	2.3 Analisar a semiose.	2.3.1 Analisar a estrutura analítica – as ordens do discurso.
		2.3.2 Fazer a análise interacional.
		2.3.3 Fazer a análise interdiscursiva dos dados gerados nos discursos das egressas.

(Continua)

(Conclusão)

3. Avaliar se as práticas ali exercidas (as ordens) são, de algum modo, um problema social ou se já são posturas que se contrapõem ao problema.
4. Apresentar, propor ou identificar possibilidades de alteração/mudança para superar os obstáculos identificados na fase 2, ou mesmo registrar se algo já está em alteração.
5. Apresentar reflexão sobre a ação de pesquisa, retomar criticamente as fases anteriores. A reflexividade será utilizada acompanhando todas as partes do trabalho, não apenas no final.

Fonte: Adaptações da pesquisadora para a proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60).

Com base nesse quadro analítico, a ADC mostra-se uma teoria adequada para fazer cumprir os processos de enfrentamento do problema motivador, visto que age diretamente sobre o social, por meio da tessitura do discurso e do texto, e de militância em favor dos grupos que são deixados de lado, em situação de exclusão. Assim, ao sistematizar dados da conjuntura, a análise revela, por exemplo, situações de colonialidade do poder, desigualdades e opressões de gênero, resultando na interseccionalidade de explorações e violências. Trazemos, assim, a discussão de temas sociais, o enfrentamento dessas mulheres, as situações de violência de gênero, violência doméstica e familiar vivenciadas por elas, relatados nos momentos de formação do **Programa Mulheres Mil** e seus discursos sobre os modos como essa formação pôde ou não colaborar no combate/enfrentamento à violência. Com isso, fazemos militância junto a elas, na resistência a todas as forças que se opõem à liberdade de expressão do corpo, trabalho, classe, raça e dignidade dessas mulheres em suas diversidades. Segundo Walsh (2013) e Pedro (1997), seguimos na reexistência.

Junto ao contexto particular, relacionamos os aspectos semióticos, o comportamento, os gestos, as marcas de exclusão no discurso, no corpo e na vida delas. Ao fazer esse exercício, também analisamos se os objetivos do Programa estão sendo seguidos de modo efetivo, porque ele se revela militante ao se centrar na busca de discutir e propor ações na temática da constituição das desigualdades de gênero, das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, das lutas e resistências para assegurar os direitos da mulher, independentemente da classe social, da cor ou da raça. Por ser desse modo, não desconsideramos os discursos outros que circulam socialmente na manutenção da discriminação e da exclusão, uma vez que eles também são constitutivos dos processos identitários dessas mulheres. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso é visto como um momento da prática social ao lado de outros momentos, os quais são igualmente importantes e, portanto, também devem ser privilegiados na análise. O todo é constituído por vários momentos, divididos entre encontros e desencontros. A convivência entre o “eu” e o “outro” é, sem dúvida, um diálogo fragmentado, uma luta de embates ideológicos e de relações de poder.

Vale ainda dizer que, antes de gerar os dados especificamente, é imprescindível vários procedimentos burocráticos. Essas são práticas relevantes e necessárias para garantir a fidedignidade da pesquisa, a segurança para a pesquisadora, no meu caso, e proporcionar confiança e transparência, além da segurança e anonimato para as participantes; ou seja, foi necessária a aprovação anterior do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (CEP-UnB). Assim sendo, em seguida apresentamos os aportes a respeito.

### *3.1.2 Os alicerces éticos da pesquisa*

É importante mencionar que as pesquisas que envolvem a colaboração de seres humanos necessitam ter suas propostas submetidas às análises do CEP. Este foi inspirado na Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), para sua regulamentação e estruturação. O CEP é regido pela atual Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016, publicada no DOU nº 98 de 24 de maio de 2016 – seção 1, páginas 44 a 46. Esses documentos constam em seu *site*.<sup>38</sup> Assim sendo, submetemos o projeto de doutorado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Brasília (CEP/CHS-UnB).

Além do projeto, foram anexados vários outros formulários necessários para a avaliação, a saber: o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); o cronograma; os formulários explicando quais são os instrumentos de geração de dados; o currículo da pesquisadora; a carta de aceite institucional da área/programa onde será realizada a pesquisa, nesse caso, do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras (LIP), da Universidade de Brasília (UnB). Ademais, outros documentos foram: a carta de revisão ética; carta de aceite institucional da Instituição pesquisada – IF Goiano, carta de aceite de todos os diretores dos *campi* pesquisados – Ceres, Hidrolândia, Iporá, Rio Verde, Urutaí e Posse; carta de aceite institucional de todos os coordenadores dos cursos ofertados nos referidos *Campi*; termo de responsabilidade pelo uso de documentos institucionais; termo de autorização para uso de som e imagem, visto que a geração foi realizada via gravação em áudio.

A partir da apreciação do CEP/CHS-UnB, o projeto foi aprovado pelo Parecer 2.681.541. Dessa forma, valida-se a pesquisa em questão, uma vez que a ética em pesquisa

---

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.cepih.org.br/>; <http://fce.unb.br/modelos-de-formularios/33-conselho-de-etica-em-pesquisa-cep?layout=>; <http://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

implica o respeito à dignidade da pessoa humana e há proteção para que os procedimentos de geração de dados não causem prejuízo de nenhuma ordem, pelo contrário, podem colaborar com as reflexões das colaboradoras no que se refere à desigualdade de gênero, às representações sociais das identidades femininas, bem como às questões relacionadas aos desafios da entrada da mulher no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a relação pesquisadora-colaboradoras se constrói aqui, continuamente, num processo de mão dupla, no qual tanto eu quanto as colaboradoras estamos em momentos ininterruptos de formação humana. Desse modo, os procedimentos podem ser redefinidos a qualquer momento, dependendo das necessidades latentes, respeitando a dignidade, a liberdade, os direitos civis, culturais, sociais e religiosos de todos/as os atores/as sociais envolvidos/as.

Por isso, é de se ressaltar o cuidado para que todas as exigências expressas nos formulários fossem respeitadas, como, por exemplo, fornecer informações referentes à pesquisa às colaboradoras, fornecer dados quanto à livre participação delas, bem como o compromisso de que a participação não geraria nenhum tipo de custo financeiro a elas e que seu anonimato seria resguardado. Assim, também, houve cuidado com a garantia da privacidade e do anonimato, da liberdade de desistência a qualquer momento ao longo do estudo, sem que fossem prejudicadas ou punidas de nenhum modo. Esses termos constam no Apêndice A.

Ainda, é importante mencionar que, ao manter os primeiros contatos com as egressas, já surgiu uma aproximação, revelada nas maneiras de me recepcionar e de atender com tanta presteza e atenção, bem como no momento das entrevistas. Essa é uma reação inevitável a esse modo de pesquisa, visto que a interação dialógica entre os seres humanos favorece as relações sociais e a identificação com uma ou outra forma de se fazer presente no mundo. Como a geração dos dados se deu com entrevista e questionários, a aproximação aconteceu de modo natural, pois os processos de escuta das histórias de vida das egressas foram momentos fortes e inesquecíveis. Dessa forma, foi imprescindível, ao analisar os dados, exercitar certo distanciamento necessário a todo/a pesquisador/a, para que assim eu pudesse entender e interpretar os dados à luz das teorias e metodologias que regem este estudo, mesmo sabendo das relações intersubjetivas.

Contudo, para a geração de dados, seção que apresentamos em sequência, uma das principais características se dará pela perspectiva social e pelo contato face-a-face, visto que as colaboradoras foram entrevistadas em seus locais de fala, a maioria delas em suas residências ou nos locais onde os cursos foram ofertados. Em grande parte, foram atendidos horários e local estabelecidos por elas, na tentativa de interferir ao mínimo no ambiente natural de geração de dados para que isso não distorcesse os resultados. Para tanto, em seguida, discutiremos acerca

dessa fase da pesquisa, da geração dos dados, com procedimentos prévios para chegar até a análise de fato.

### *3.1.3 A geração de dados*

Para articular a geração de dados em pesquisas qualitativas, de acordo com Flick (2009), tanto o/a pesquisador/a quanto as colaboradoras têm uma importância peculiar, visto que as informações às quais os/as pesquisadores/as têm acesso, ou mesmo aquelas que ficam obscuras, vão depender da relação dialógica mantida entre as atoras envolvidas. Nas palavras dele, “pesquisadores e entrevistados, bem como suas competências comunicativas, constituem o principal instrumento de coleta de dados e de reconhecimento” (FLICK, 2009, p. 110).

Norteando-me por essa perspectiva, eu, enquanto pesquisadora, busquei manter uma relação de respeito e confiança com as colaboradoras, pois, de acordo com Flick (2009, p. 110), os/as pesquisadores/as “não podem adotar um papel neutro, no campo e em seus contatos com as pessoas a serem entrevistadas ou observadas”. Elas, as colaboradoras, me receberam com muita atenção e, ao falarem de suas experiências no curso em relação aos momentos de interação com as outras mulheres, eram muito expressivas e animadas.

Até mesmo no relato das cenas de violência elas se mostravam interessadas em explicar-me suas histórias de vida. Isso fez toda a diferença na geração dos dados, pois elas não se opunham em esclarecer as minhas perguntas, surgidas no ato da interlocução. Desse modo, respaldo-me também em Flick (2009) ao dizer que as informações acessadas, ou as que permanecem excluídas dos/das pesquisadores/as, dependem basicamente da ação “bem-sucedida” de um papel ou postura apropriada desse sujeito ao abordar os/as colaboradores/as. As nossas ações se pautavam em uma escuta sensível (FREIRE, 2012), acolhedora, solidária.

Deixo aqui registrado que, uma vez estabelecido o contato com as egressas, é também instituída a relação de poder que, de certa maneira, influencia nos desdobramentos das ações e pode ressaltar as subjetividades das pessoas envolvidas. Igualmente, as diversas maneiras de compreender os vários significados, fundados nessa relação entre o “eu” e o “outro”, são perpassadas pelos processos de confiança mútua entre os interlocutores e o contexto de produção desses discursos. Por isso, minha postura holística e o contexto de realização, que em grande parte se deu na casa das colaboradoras, foram fatores que favoreceram também uma produção descontraída de significados, visto que desvelam crenças, hábitos, modos sociais e culturais intrínsecos à vida íntima e doméstica das egressas.

Por isso, novamente ativamos os estudos de Bauer e Gaskell (2015, p. 65), para dizer que a pesquisa qualitativa propicia o acesso aos dados básicos para “o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”. A partir daí é possível analisar os dados por diferentes olhares, ser crítica e reflexiva no campo, na ação de compreender o local de pesquisa e as pessoas envolvidas no processo.

Assim, o primeiro passo para a geração de dados foi a aprovação do projeto pelo CEP-UnB, como citado. Depois, passei pela liberação e autorização do então Reitor do IF Goiano, o prof. Vicente Pereira de Almeida, pela liberação dos gestores gerais de cada *Campi* do IF Goiano que ofertaram os cursos dentro do Programa em 2017 e pela autorização dos/das coordenadores/as dos cursos em cada *Campi*; por fim, pela autorização de cada colaboradora.

Após a carta de liberação e aprovação do projeto junto ao CEP, iniciei a próxima etapa – composição do grupo de colaboradoras. Solicitei aos/as coordenadores/as gerais uma reunião em dia e horário favorável às alunas para apresentar a proposta. Quando não foi possível fazer a reunião, as participantes eram contactadas individualmente ou pelos grupos no aplicativo de WhatsApp e convidadas a participarem. A partir disso, iniciei o processo de exposição da pesquisa e geração de dados, o qual se deu entre julho de 2018 e janeiro de 2019, durante sete meses. Em cada *Campi* foram geradas as informações de 10 mulheres, todas em caráter voluntário. A apresentação dos objetivos da pesquisa foi feita a todas as participantes, selecionadas pela maior assiduidade nas aulas durante o curso.

Dessa forma, a geração de dados consistiu na aplicação de técnicas e métodos guiados por diferentes instrumentos, utilizados em fases ou etapas diferentes (GÜNTHER, 2006) para a constituição do *corpus* de pesquisa. Neste estudo, usamos como instrumentos entrevistas semiestruturadas, gravações em áudio, questionários com perguntas abertas e fechadas e análise documental, o *Guia metodológico*, documento do Programa. Esses instrumentos foram selecionados na busca de atender aos objetivos e responder às perguntas de pesquisa.

A opção por esses instrumentos e técnicas se deve à utilização de diferentes métodos e técnicas que expandem as possibilidades de compreender a realidade das agentes sociais com mais precisão e eficácia. Miles e Habermas (1984, p. 235) justificam a disposição de múltiplas fontes também como uma prática ininterrupta de interpretação dos dados para a significativa construção do *corpus*. Por isso, realizamos pesquisa de cunho social, descritivo interpretativo, a qual envolve várias agentes sociais (as egressas), aliada à análise documental, como mencionado. A teoria crítica entende que os seres humanos são produtos históricos do poder.

Feminilidades e masculinidades não emergem fora do processo da história, suas identidades são moldadas pelos inter-relacionamentos nas teias do poder (FOUCAULT, 2013). Para tanto, a teoria crítica preocupa-se com as formas como o poder opera nas várias formas, buscando ainda entender como as instituições (Estado, família, igreja, escola) mobilizam o poder no esforço para constranger/sobreviver, como moldam o comportamento, dominam os outros, bem como aprimoram a condição humana. Assim sendo, construir “[...] pontes entre o leitor e o texto, o texto e quem o produz, o contexto histórico e a atualidade, e uma determinada circunstância social e outra” (KINCHELOE; MACLAREN, 2006, p. 288-289) são atribuições do pesquisador em pesquisas de cunho crítico-social.

Nessas perspectivas, ao contrário de reprimir a inter/subjetividade, a interpretação baseada no fazer crítico busca entender as práticas inter/subjetivas dentro do processo de construção de valores e saberes sobre o objeto de investigação. Para Cançado (1994), pelas diversas possibilidades de verificar o objeto estudado, os atos interpretativos devem acontecer a partir de relações entre o indivíduo e as questões emergentes do contexto macrossocial. Nesse sentido, é possível explicar, compreender e analisar os motivos pelos quais as atoras sociais constroem determinadas representações, e não outras em seu lugar. O/A analista passa a ser um *bricoleur* (KINCHELOE, 2007), pois as interpretações sempre são entretecidas por vários campos globais e locais, como, por exemplo, o social, o cultural, o histórico, o ético e o econômico, sem perder de vista os/as atores/as sociais, a historicidade, as pessoas envolvidas.

Para tanto, a compreensão do *corpus* se dará na perspectiva qualitativa, na busca de compreender, em vez de mensurar e focalizar a realidade a partir de dados somente quantitativos (DENZIN; LINCOLN, 2006). De acordo com Bauer e Gaskell (2015, p. 68), a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

É importante acrescentar, todavia, que durante as análises discursivas das entrevistas e dos questionários, nada impede de levar em consideração aspectos quantitativos que se manifestem com maior ou menor intensidade na fala das colaboradoras, haja vista que estamos trabalhando em seis *campi*, com dez mulheres colaboradoras em cada um e, em determinados momentos, a quantidade de mulheres que aderem ou não a determinados direcionamentos me conduzirá a caminhos diferentes de análise. Por isso, segundo Magalhães, Grigoletto e Coracini (2017, p. 58), “não obstante tratar-se de uma pesquisa qualitativa, nada impede de levarmos em consideração aspectos quantitativos que porventura se manifestem no processo discursivo”. Como são sessenta colaboradoras, devido à extensão dos dados, em determinados momentos usaremos aspectos de proporção ou de porcentagem para também revelar e apresentar a

recorrência de determinados achados discursivos e semióticos. No entrecruzamento entre dados quantitativos e qualitativos, posiciono-me discursivamente acerca do material. No entanto, considero importante dizer que esta pesquisa se pauta pelo fazer qualitativo, sendo a entrada quantitativa um traço colaborativo.

Para Flick (2009, p. 39), a lógica da triangulação significa a combinação de diversos métodos qualitativos, mas também pode ser a combinação de métodos qualitativos e quantitativos. Para ele, a verificação de exemplos de resultados qualitativos em comparação com resultados quantitativos, de modo que ambos fornecem um quadro mais geral do estudo, sendo combinadas, representa o fortalecimento de um ao outro. Desse modo, esta pesquisa é de cunho qualitativo, com colaboração e combinação de perspectivas quantitativas.

Ainda em relação às técnicas usadas na geração de dados, reafirmamos que os instrumentos utilizados são seguros para a participação das colaboradoras, isto é, não apresentam quaisquer riscos para a vida pessoal e social das egressas, visto que foram feitos questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas e entrevistas individuais, gravadas em áudio, bem como a análise documental, no caso dos documentos oficiais, que serviram de base e cujos princípios são explicitados nas próximas sessões. Portanto, essa etapa de geração de dados engloba as fases de aplicação dos instrumentos e, por isso, em seguida, tecemos uma breve especificação a respeito, descrevendo-os separadamente.

### 3.1.3.1 Questionários

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser compreendido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”. Nesse sentido, os questionários permitem acessar, de forma direta, informações sobre determinado tema, entretanto, não devem ser a única forma para a geração de dados, a não ser que se trate de pesquisa de levantamento de dados, o que não é o caso.

No que se refere à elaboração e estruturação das perguntas, elas podem ser qualificadas em perguntas abertas e fechadas (BELL, 2008, p. 120). As perguntas abertas são aquelas que permitem mais liberdade de respostas por parte das informantes (colaboradoras, participantes) e do/a entrevistador/a. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo/a pesquisador/a, pois o informante fica livre para discorrer sobre o que vier à mente. Um aspecto limitador é a questão da escrita. Dependendo do público, a escrita não é

uma ação confortável, o informante terá de ter habilidade de escrita, por isso, em alguns casos, eu, como pesquisadora, fiz as perguntas do questionário e registrei o que as colaboradoras responderam oralmente. Já as perguntas fechadas são utilizadas para chegar a informações mais específicas acerca de certo tema. Como aspecto negativo, podemos citar a limitação das possibilidades de respostas, restringindo, pois, as possibilidades de manifestação do organizador no questionário – a pesquisadora. Além dessas, usamos também perguntas de múltiplas escolhas, isto é, perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto. Foram usadas, neste caso específico, porque as egressas teriam mais opções de escolha ao responderem questões específicas do Programa, como, por exemplo, quais disciplinas foram importantes para o desenvolvimento delas em relação aos direitos da mulher e temas gerais a todos os cursos.

Em relação à organização das perguntas, Gil (1999, p. 132) ressalta que o conteúdo pode ser variado – fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros. Assim, elaboramos questões (Apêndice B) que abordam: a) dados gerais socioeconômicos, como idade, raça, cor, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade, renda; b) questões relativas ao objeto de estudo, como violência doméstica e familiar, desigualdade de gênero e percepções acerca do **Programa Mulheres Mil**; c) questões sobre antes e depois do curso, motivação de ingresso no curso, satisfação de ingresso, inserção no mercado, contribuição na renda familiar, antes e depois, entre outros. Buscamos, com isso, um panorama geral do perfil das egressas, bem como um paralelo entre o antes e o depois do Programa.

Os questionários foram formulados com algumas seções, como, por exemplo, a primeira parte com informações sobre o perfil das egressas; a segunda parte sobre a situação de moradia, trabalho e renda; a terceira parte sobre dados a respeito da situação educacional das colaboradoras; e na quarta e última parte buscamos as percepções, as representações (FAIRCLOUGH, 2003) em relação ao **Programa Mulheres Mil**. A leitura, a interpretação e a compreensão de alguns dados do questionário aparecem na análise como proporção, visto que, em determinados momentos, essa é a forma mais objetiva de dar visibilidade às práticas sociais e discursivas das participantes. Ademais, na tentativa de estabelecer uma triangulação dos dados, os instrumentos são aliados para compor o *corpus* como um todo. Por isso, além dos questionários, utilizamos as entrevistas semiestruturas, cujos princípios explanamos brevemente na próxima subseção. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser compreendido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de

opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”. Dessa forma, os questionários permitem acessar, de forma direta, informações sobre determinado tema.

### 3.1.3.2 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas com as participantes apresentam discussões e reflexões acerca de dados socioeconômicos, relatos/experiências de violência de gênero, violência familiar e doméstica, questões de gênero social, inserção no mercado de trabalho, bem como as identificações e as representações das colaboradoras sobre a participação delas no **Programa Mulheres Mil**. Isso implica dizer que são discursos constitutivos de identidades e ideologias dessas mulheres, sejam aspectos atribuídos socialmente ou autoatribuídos. A partir das entrevistas é possível acessar o falar sobre, bem como os modos de representação sobre determinadas práticas. Aqui na pesquisa podemos citar a representação das egressas sobre elas mesmas, as próprias identidades, sobre o mundo, sobre o Programa e sobre a violência doméstica e familiar. Vale dizer que, de acordo com Flick (2009), é inegável a subjetividade do pesquisador, o lugar de fala (RIBEIRO, 2019), bem como dos pesquisados. No entanto, é necessário agir com ética e serenidade para que o/a pesquisador/a saiba ser o mais imparcial possível ao gerar e analisar os dados.

É importante mencionar que, enquanto servidora do IF Goiano, também me pautei pela ética para não coagir ou obrigar as egressas a responderem algo que elas não quisessem em relação aos cursos. Do mesmo modo, agi com ética e seriedade em relação à Instituição em que trabalho, respeitando os discursos delas sobre as questões pesquisadas, sejam opiniões favoráveis, sejam desfavoráveis aos cursos e ao Programa. Isso significa dizer que busquei a maior imparcialidade possível, para não desvalorizar nem coagir nenhum dos lados.

Em relação à entrevista, Lüdke e André (1986) consideram que esse é um instrumento que desempenha um papel importante na atividade científica e, especificamente, nas pesquisas sociais. No caso desta pesquisa, sendo a entrevista uma conversa entre a entrevistada e a entrevistadora, ela tem o objetivo de captar determinada informação da entrevistada de forma direta e imediata, “praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Igualmente, a entrevista possibilita, também, ter acesso ao que as pessoas pensam sobre determinado assunto.

Assim, respeitando as particularidades de cada instrumento, os procedimentos se deram com muita cautela para não constranger as colaboradoras. Para a realização das entrevistas, delinee os seguintes processos diretamente com elas: a) contato com as entrevistadas, a fim de

solicitar a participação delas na pesquisa; b) agendamento (data e horário) das entrevistas; c) explicação do(s) objetivo(s) da entrevista, como também da pesquisa; d) assinatura de todos os termos e entrega das vias de cada uma (participante e pesquisadora); e) explicação e apresentação de um roteiro básico de perguntas para que as entrevistadas pudessem conhecer, antecipadamente, o assunto sobre o qual seria a entrevista (entreguei o roteiro e procedi à entrevista logo em seguida); e) conversa inicial informal sobre o assunto, objetivando deixar a entrevistada mais à vontade para a entrevista; f) realização da entrevista com a gravação em áudio.

Flick (2009, p. 141) diz que o interesse pela entrevista semiestruturada está associado à expectativa de que é mais provável que “os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou um questionário”. Com base nessa afirmação, trabalhei com a semiestruturada e elaborei um roteiro de perguntas com vistas a dar abertura para as egressas falarem acerca dos assuntos e temas que investigamos no estudo; a partir das respostas, eram questionados outros pontos necessários. Abaixo, o Quadro 2 apresenta as questões balizadoras das entrevistas.

#### **Quadro 2 – Questões norteadoras da entrevista**

1) Fale como você decidiu entrar no Programa Mulheres Mil. Você se arrependeu de ter entrado?
2) Como você avalia a sua vida antes e depois do Programa Mulheres Mil? Fale sobre isso.
3) Houve alguma mudança no orçamento familiar após o Programa? Se houve, fale mais detalhes sobre isso.
4) Como você avalia a desigualdade e as diferenças entre os gêneros (masculinidades e feminilidades) no mundo e no Brasil? Essa temática foi abordada no curso? Como você se sente, nesse sentido, em relação ao gênero oposto ao seu?
5) Em relação à violência familiar, você conhece algum caso que te chamou a atenção? Durante o Programa, foram abordadas questões relacionadas às formas de combate à violência doméstica e familiar? Se sim, quais? Foram significativas?
6) Fale sobre os pontos fortes e fracos do curso em sua opinião. O curso foi satisfatório ou não, na sua opinião? Por quê?
7) Você sentiu vontade de voltar a estudar após o curso? O curso abordou a questão de violência doméstica e familiar? Como? Houve impactos do Programa na sua vida pessoal, familiar e profissional? Se sim, quais?
8) Qual curso, na sua opinião, deveria ter sido ofertado no lugar do que você fez, ou você está satisfeita com esse? Sugira o próximo curso a ser ofertado pelo IF Goiano no Programa Mulheres Mil.
9) Qual era e é a diferença na renda familiar antes e depois do curso? Fale mais sobre.

Fonte: Projeto de pesquisa.

No entanto, a realização desse instrumento não é tão simples como parece ser. O manuseio com o perguntar deve ser minucioso. Para Fontana e Frey (2000, p. 361), “fazer perguntas e obter respostas é uma tarefa muito mais complexa do que possa parecer à primeira vista”, pois, em especial, para essas participantes, os relatos lidam diretamente com emoção, desejos, desabafos, traumas, preconceitos gravados na memória discursiva que as fazem sorrir, mas também chorar. Ademais, todas as relações constroem formas de poder, esse poder que

não é monolítico, mas vem de todos/as os/as participantes da interlocução, e não apenas de um lado. Entendo, assim, que todas as pessoas são afetadas pelo poder, a começar por suas identidades múltiplas, complexas e contraditórias; isto é, estamos diante de um leque de possibilidades a serem estudadas.

É importante sinalizar que não houve uma preocupação excessiva em manter a sequência das questões na ordem pensada *a priori*, tampouco em fazer todas as perguntas, sem alteração, mas privilegiei o fluxo da interação e prossegui no tema com outras questões e indagações pertinentes. Portanto, a condução das entrevistas seguiu também o modo etnográfico, visto que, com base em Flick (2009), estudar o modo de vida de determinado grupo é estudar a sua cultura, seus modos de ser e entender, como um contexto de múltiplas vozes e perspectivas.

Isso foi feito de modo etnográfico, porque a etnografia crítica considera a relação dos/as envolvidos/as e a relação direta desses/as com a pesquisa, ou seja, as atoras sociais são vistas como humanas de fato e não lhes é imposta a condição de objeto ou sub-humanas (LUGONES, 2014; QUJANO, 2005). As colaboradoras são participantes ativas desta pesquisa, visto que por vezes refletíamos juntas sobre os temas tratados. Essa preocupação se tornou uma ferramenta de fortalecimento para as mulheres e para mim, como pesquisadora. Elas mencionavam a força de contar suas histórias e essa ação deixava-as mais leves e empoderadas diante da vida. Desse modo, a etnografia e a ADC se complementam em seus propósitos. Como pesquisadora, não tenho a pretensão de dar a voz às egressas, esse não é o meu papel, porque entendo que elas possuem sua própria voz e são, sim, ativas e gritam para o mundo a partir de suas lutas e resistências. Para tanto, considero que estabelecemos uma troca de turnos, em que ora falamos com a pretensão de estar apenas nos representando, ora representando a coletividade. Em outros momentos, falamos juntas e discutimos acerca da situação em que estão envolvidas e dos caminhos que a pesquisa vai tomar, pois o discurso delas é, aqui, uma forma de condução para o trabalho.

Como defendem Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 95), é possível realizar, então, a pesquisa etnográfica para o estudo do discurso como um dos elementos das práticas, ou seja, adotar uma abordagem etnográfico-discursiva. É estar no chão da realidade, como eu estive, com toda licença e permissão, na casa, na igreja, no local de curso delas, enfim, no contexto real de realização das práticas. Isso implica não perder de vista o papel do discurso na compreensão dos momentos da prática nem a relação dialética entre eles; é o que procurei fazer durante as entrevistas: ter um olhar etnográfico-discursivo. Não podemos perder de vista que

as representações socioculturais são interconectadas e se inter-relacionam nos discursos e na prática social dessas mulheres.

Com isso, acredito que, para as colaboradoras da pesquisa, egressas do **Programa Mulheres Mil**, a ocasião das entrevistas pode ter significado também uma contribuição positiva em suas percepções, representações e identificações. Assim considero porque tivemos a oportunidade de parar um pouco a correria do dia a dia, sentarmo-nos e colocarmos em debate as lutas individuais e coletivas que travamos todos os dias contra os vários elos que nos oprimem. Daí mostramos, com nossas conversas, que os contradiscursos também agem e significam na vida social e são capazes de transformar as estruturas. Muitas vezes elas sinalizaram a vontade de chamar, e de fato chamaram, as vizinhas, amigas e parentes para também refletirem sobre os temas, na busca de incluir mais pessoas nas novas posturas ou, até mesmo, para reafirmar sua resistência contra as agressões. Nesses momentos, e mesmo depois de voltarmos aos nossos lugares, nós (eu e elas) talvez tenhamos percebido pontos que não vimos antes, seja pela disposição que a fala possibilita de articular ideias, seja pela característica da abordagem, que leva a novas análises.

Toda pesquisa, portanto, é complexa e, como se pode ver, esta não é diferente. Com isso, usamos a triangulação para dar fidedignidade e amplitude à análise, compreensão e interpretação dos dados. A triangulação pode ser entendida como uma ação crítica ao fazer pesquisa social, a qual soma um instrumento a outro para confirmar as informações e compor o *corpus*, numa tentativa de validar e de confirmar os dados. Para Telles (2002), a triangulação é o uso de tipos diferentes de instrumentos para a formação do *corpus*, usando diferentes métodos e instrumentos de registro com os mesmos participantes e para a mesma situação-alvo de pesquisa. Desse modo, além dos questionários e das entrevistas, utilizei a análise documental para ampliar o prisma de análise. Na próxima subseção, apresentamos brevemente os princípios da análise documental.

### 3.1.3.3 Análise documental: as bases do Programa Mulheres Mil

Segundo Ketele e Rogers (1995), o objetivo de todo documento selecionado para integrar o *corpus* é confirmar ou confrontar as informações, os comportamentos e os discursos obtidos por outros instrumentos, como, no estudo em questão, os questionários e as entrevistas. Assim, é com base no documento oficial de parâmetro para a implantação das ofertas de cursos nos IFs que respaldamos a triangulação dos dados.

Documentos oficiais são por si mesmos moduladores de práticas e de discursos, mas nem por isso devem ser vistos de modo unilateralmente construídos, visto que também são permeados por concepções ideológicas e identitárias. Os discursos expressos nos documentos oficiais revelam, mesmo que parcialmente, o contexto de sua produção e circulação, além de trazerem significações concebidas por situações e relações de poder. Esse documento será usado como parâmetro para verificar se os objetivos propostos pelo Programa estão de fato sendo alcançados, se agem na perspectiva de redução das desigualdades de gênero e se colaboram para a equidade quanto à inserção das egressas no mercado de trabalho.

A análise documental se justifica na medida em que esse *Guia Metodológico* interfere nas práticas sociais, pois é o documento guarda-chuva para a execução dos cursos. O conhecimento das características textuais que se materializam em textos oficiais pode nos ajudar a entender o estabelecimento das relações assimétricas de poder sustentadas pelos discursos que os atravessam e lá se estabelecem. Desse modo, é importante ter em mente um conceito significativo para a ADC, o de “ideologias”, o qual pode ser entendido como representações que podem ser legitimadas em maneiras de ação social e trabalhadas através da linguagem nas identidades das agentes sociais.

Vale lembrar que, sendo documento oficial, está à disposição pública, isto é, acessível a todos/as os/as interessados/as. Por isso, os documentos oficiais “são diferentes gêneros que se ligam com regularidades, envolvendo transformações sistemáticas de gênero em gênero” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31). Para Flick (2009, p. 234), os documentos “representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos. [...] devem ser vistos como forma de contextualização da informação”. As informações do *Guia Metodológico* são a porta de entrada para a constituição do Programa e da identidade das ofertas. Nesse sentido, podemos verificar se os objetivos do Guia foram alcançados e se, na prática, as mulheres foram mesmo beneficiadas.

Portanto, a integração dos instrumentos na geração de dados se faz importante para obter resultados mais objetivos e satisfatórios, por isso a análise documental é uma das opções entre as diversas técnicas de coleta e geração de dados. Tratamos das análises do *Guia Metodológico* durante a conjuntura, no capítulo 1, bem como em vários momentos ao longo do texto, inclusive, nas análises, ou seja, estão dispostas ao longo do trabalho. Também percebi que os resultados advindos dos questionários e das entrevistas pedem mais explicações, que podem ser obtidas por explicações quantitativas. Com isso, alio, às entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, os questionários e a análise documental, produzindo, assim, o que Denzin e Lincoln (2006, p. 18) denominam de bricolagem. Para os autores, bricolagem é um conjunto de

representações que reúne artefatos, peças, usadas para encaixar e desvendar as particularidades de cada contexto complexo, como este da pesquisa. Nessa arena, denominam o pesquisador de *bricoleur*, visto que um/a pesquisador/a qualitativo/a aplica diferentes estratégias, métodos ou materiais empíricos e os articula.

É importante reforçar, ainda, que todos esses dados são analisados à luz da ADC – o referencial teórico e metodológico usado para a descrição, a interpretação e a explicação das práticas sociais, perpassadas pelas relações de poder, se fazem presentes em todas as formas de comunicação e se manifestam discursiva e linguisticamente na sociedade contemporânea.

Para tanto, no delineamento do *corpus*, utilizei como triangulação e conferência dos dados das egressas os questionários com perguntas abertas e fechadas; as entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio; e análise documental. Assim, para melhor entender quem são as colaboradoras que integram o **Programa Mulheres Mil**, a seguir apresentamos o perfil de cada uma, a partir de dados advindos dessa junção de instrumentos explanados.

#### 3.1.4 O perfil das participantes

Quem são as participantes e em que contexto estão inseridas? Apresentamos o perfil delas nesta subseção. Van Dijk (1997), ao se referir aos traços contextuais relevantes, apresenta, inicialmente, os participantes e algumas de suas características, tais como gênero, idade, educação, posição social, raça e profissão. Com base nessas afirmações do autor, os dados estão marcados internamente, nas manifestações discursivas, no imbricamento da língua, com os aspectos linguísticos e extralinguísticos, mas, também, nas perguntas diretas, fechadas e objetivas, como pode ser observado nos questionários respondidos pelas colaboradoras da pesquisa. Como são essas mulheres? São casadas? Têm filhos? Qual é o nível de escolaridade delas? E a renda? A raça, a classe? São algumas das perguntas que me inquietavam. Por isso, e com base na necessidade da pesquisa, fui atrás das respostas. Em seguida, apresentamos a Tabela 1, com o perfil socioeconômico de cada uma delas, ou seja, de todas as colaboradoras separadamente.

Antes de passarmos à Tabela 1, de fato, é importante mencionar que, para preservar as suas identidades, os nomes conferidos às colaboradoras são nomes populares de flores do cerrado brasileiro. Devido à extensão da tabela, não coloquei a palavra “flor” antes de cada um desses nomes fictícios, mas é assim que os consideramos, como, por exemplo, Flor de Pequi, Flor de Ipê, Flor de Cajuzinho, e assim por diante. Aliadas aos nomes das flores/plantas estão as cidades de origem das colaboradoras, que, do mesmo modo, representam os *Campi* em que

fizeram os cursos. Vale ressaltar, contudo, que as formas de identificação civil e social das egressas estão totalmente preservadas. Agora sim, apresentamos a Tabela 1, com os codinomes de cada colaboradora.

**Tabela 1 – Perfil das egressas por Campus**

<b>Campus</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade (anos)</b>	<b>Situação Civil</b>	<b>Raça</b>	<b>Escolaridade*</b>
Ceres	Lipia Ceres	55	Solteira	Branca	E.M. Com.
	Lupulina Ceres	65	Divorciada	Parda	Fund. Inc.
	Araticum Ceres	61	Casada	Parda	E.M. Inc.
	Esponjinha Ceres	32	Casada	Negra	E.S. Com.
	Assapeixe Ceres	46	Casada	Parda	E.M. Inc.
	Camboatá Ceres	49	Divorciada	Branca	Até 4ª
	Babaçu Ceres	56	Divorciada	Parda	E.M. Com.
	Babosa Ceres	59	Casada	Negra	Até 4ª
	Bacupari Ceres	50	Casada	Parda	E.M. Inc.
	Barbatimão Ceres	53	Casada	Parda	Fund. Inc.
Hidrolândia	Baru Hidrolândia	65	Casada	Parda	Até 4ª
	Caliandra Hidrolândia	37	Solteira	Branca	E.M. Inc.
	Embaúba Hidrolândia	77	Outra	Parda	Até 4ª
	Sarandi Hidrolândia	34	Casada	Parda	E.M. Inc.
	Cagaita Hidrolândia	53	Divorciada	Branca	Fund. Inc.
	Cajamanga Hidrolândia	31	Casada	Parda	E.M. Com.
	Cajuzinho Hidrolândia	36	Divorciada	Amarela	Fund. Inc.
	Bocaiúva Hidrolândia	33	Casada	Parda	E.M. Com.
	Azedinha Hidrolândia	54	Casada	Parda	E.S. Com..
	Canzileira Hidrolândia	48	Divorciada	Branca	E.M. Inc.
Iporá	Caraíba Iporá	55	Casada	Branca	E.S. Com.
	Cedro Hidrolândia	36	União Estável	Branca	E.M. Com.
	Copaíba Iporá	40	Casada	Branca	E.S. Com.
	Bromélia Iporá	24	União Estável	Parda	E.M. Com.
	Faveira Iporá	57	Solteira	Parda	E.M. Inc.
	Mama-cadela Iporá	55	União Estável	Negra	E.M. Com.
	Gabiroba Iporá	37	Casada	Branca	E.M. Com.
	Humillima Iporá	61	Divorciada	Branca	E.M. Com.
	Goiaba Iporá	58	Casada	Parda	E.S. Com.
	Gravatá Iporá	55	Casada	Parda	Até 4ª
Posse	Graviola Posse	31	Outra	Negra	Fund. Com.
	Alfavaca Posse	30	Solteira	Parda	E.M. Inc.
	Guapeva Posse	29	Casada	Branca	E.M. Com.
	Guatambu Posse	46	Casada	Negra	Até 4ª
	Ingá Posse	38	Casada	Branca	Fund. Inc.
	Rubiflora Posse	34	Solteira	Parda	Fund. Com.
	Ipê Posse	36	Solteira	Parda	Fund. Com.
	Pitanga Posse	32	Solteira	Parda	Fund. Com.
	Colestenia Posse	60	Outra	Parda	Fund. Inc.
	Mimosa Posse	34	Solteira	Parda	E.S. Com.
Rio Verde	Polygala Rio Verde	27	Casada	Parda	E.M. Com.
	Jequitibá Rio Verde	23	União Estável	Negra	E.M. Com.
	Joá Rio Verde	49	Divorciada	Branca	Fund. Inc.
	Lobeira Rio Verde	33	Outra	Parda	E.S. Com.
	Paineira Rio Verde	42	Solteira	Branca	E.M. Inc.
	Ciganinha Rio Verde	73	Divorciada	Parda	Até 4ª
	Murici Rio Verde	24	União Estável	Negra	E.M. Inc.
	Orquídea Rio Verde	36	Solteira	Negra	Fund. Com.
	Mangaba Rio Verde	33	União Estável	Parda	Fund. Inc.
	Pequi Rio Verde	31	União Estável	Parda	Fund. Com.

(Continua)

(Conclusão)

Campus	Nome	Idade (anos)	Situação Civil	Raça	Escolaridade*
Urutaí	Jacarandá Urutaí	39	Divorciada	Parda	Até 4ª
	Jambo Urutaí	55	Casada	Branca	E.S. Com.
	Tamboril Urutaí	40	Solteira	Branca	E.S. Com.
	Quaresmeira Urutaí	36	Solteira	Parda	E.S. Com.
	Imbé Urutaí	37	Divorciada	Branca	E.M. Com.
	Alamanda Urutaí	42	Outra	Parda	Até 4ª
	Quina Urutaí	47	Divorciada	Branca	E.M. Com.
	Sempre-viva Urutaí	39	Casada	Branca	E.M. Com.
	Mutamba Urutaí	46	Solteira	Branca	E.M. Inc.
	Jasmim Urutaí	51	Casada	Negra	Até 4ª

\* Fund. Inc. = Fundamental Incompleto; Fund. Com. = Fundamental Completo; E.M. Inc. = Ensino Médio Incompleto; E.M. Com. = Ensino Médio Completo; E.S. Inc. = Ensino Superior Incompleto; E.S. Com. = Ensino Superior Completo.

Fonte: Pesquisadora.

De acordo com os dados distribuídos na Tabela 1 e no que se refere aos aspectos socioeconômicos das colaboradoras, observamos que o perfil delas é consonante em alguns quesitos, no entanto, há disparidades em relação a outros. No que se refere ao aspecto de idade, o **Programa Mulheres Mil** destina-se às mulheres de no mínimo 18 anos, mas não determina o limite máximo de idade para o ingresso, como é o caso de Embaúba Hidrolândia de 77 anos.

Quanto ao tamanho do *corpus* ou da amostragem, Bauer e Gaskell (2015, p. 55), ao discutir os estudos de Barthes (1967), ressaltam que também nas pesquisas qualitativas é necessário ter relevância, homogeneidade e sincronicidade, ou seja, que seja representativa, mas não apenas em números, também em significância. Nesse sentido, o tamanho da amostragem aqui atende a esses princípios, visto que são dez mulheres de cada *Campus*, todas egressas do mesmo Programa, e usamos o mesmo número e os mesmos instrumentos em todos os locais. Ainda de acordo com Bauer e Gaskell (2015, p. 41), a quantidade não é determinante, mas “quanto maior o *corpus*, menor a quantidade de erros destas estimativas [...]”.

A esse respeito, cada *Campus* ofertante pesquisado dispôs de 30 vagas para ingresso nos cursos, ou seja, um total de 180 mulheres. Dessas, nem todas conseguiram concluir o curso e serem certificadas. Assim sendo, propus-me a pesquisar 60 egressas no total, estabelecendo sincronia e homogeneidade no que se refere à quantidade de colaboradoras de cada lugar. Assim, são 10 mulheres egressas em cada *Campus* (Ceres, Hidrolândia, Iporá, Rio Verde, Posse e Urutaí), dentro de um universo de 142 concluintes, segundo o relatório final da Pró-Reitora de Extensão do IF Goiano.

Dessas 142 que concluíram os cursos ofertados pelo **Programa Mulheres Mil** em 2017, apresentamos quantas são respectivamente de cada *Campus* e com os referidos cursos, a saber: 23 mulheres do Campus Ceres – *Processamento de derivados do leite, frutas e hortaliças*; 14

mulheres do Campus Hidrolândia – *Horta caseira*; 26 mulheres do Campus Iporá – *Salgadeira*; 23 mulheres do Campus Rio Verde – *Manicure e pedicure*; 37 mulheres do Campus Urutaí – *Salgadeira*; 19 mulheres do Campus Posse – *Artesanato à mão*. O Campus Urutaí ofertou vagas além das previstas pela Pró-Reitora de Extensão, ou seja, com o orçamento do próprio *Campus*, por isso houve mais concluintes que nos demais lugares.

De acordo com a tabela, no que se refere à *idade*, dentre as *60 mulheres pesquisadas*, 80% delas têm entre 30 e 59 anos. A maior incidência está localizada no *Campus Urutaí*, no qual 100% das cursistas têm essa média de idade. O menor índice foi verificado no *Campus Rio Verde*, com 60% nessa faixa etária. Entre a idade de 18 e 29 anos, são 8,3% das mulheres. Ademais, é importante mencionar que 11,7% delas têm acima de 60 anos, ou seja, estão na faixa mais provável de mulheres aposentadas. Desse modo, inferimos que 88,3% das que fizeram os cursos estão na faixa de idade voltada ao mercado de trabalho, isto é, de 18 a 59 anos.

Essas características confirmam que somos constituídos/as nas e pelas construções históricas, culturais e sociais. É na convivência, na troca de experiências que se fundam as identidades individuais e se estabelecem as características coletivas (CASTELLS, 2018). Para tanto, foram dadas, às colaboradas questionadas, as opções de *cor ou raça* de acordo com o IBGE para que elas se identificassem entre: negra, branca, parda, indígena e amarela. Assim, 50% delas dizem ser pardas, 33,3% se autoidentificam brancas, 15% se autodeclaram negras e apenas uma pessoa se autoafirma amarela; ademais, nenhuma se autoidentifica como indígena. Desse total, a maioria atendida/pesquisada pode ser considerada de linhagem negra. Na soma de negras e pardas, tem-se 75%. Em virtude dos dados, a pesquisa traz diálogos teóricos e metodológicos com os estudos de femininos negros, críticos e decoloniais, ou seja, feminismos plurais para entender as constituições de gênero social e as interseccionalidades (AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2002; HOOKS 2019, 2013).

Nesse ponto, é importante ressaltar que um dos objetivos do Programa, enquanto política pública, é atender mulheres em diversidades, e não apenas mulheres brancas. Como já mencionado, 75% das colaboradoras desta pesquisa são mulheres em diversidades. Para tanto, esse objetivo foi atendido. Isso não significa dizer que todas as mulheres brancas são bem-sucedidas financeiramente e não estejam em condições vulneráveis. Ademais, importante mencionar que, em relação à microssituação, ou seja, por *Campus*, a maior incidência de pardas e negras está em Posse, sendo que, das 10 mulheres, 6 se declararam pardas, 2 se declararam negras, e 2 brancas. Portanto, na soma de negras e pardas, totalizaram 8 das 10 mulheres. Ao

contrário, a maior quantidade de mulheres que se declararam brancas se localiza em Urutaí, sendo 6 brancas, 1 negra e 3 pardas.

A esse respeito, podemos concluir que a região de Posse, talvez por ser uma região de fronteira, ao norte de Goiás, divisa com o oeste baiano, influi nesse aspecto. Apresenta um número maior de variação no tocante à raça, com maior mistura de negras, brancas e pardas, principalmente pela inter-relação de pessoas goianas e baianas em situação de fronteira. Vale lembrar que as mulheres foram selecionadas de modo aleatório (mulheres com assiduidade nas aulas) para os questionários e entrevistas, e que a constituição identitária não acontece do mesmo modo para todas as atoras sociais. Para as minorias, ou grupos colocados à margem da sociedade, subalternizadas (ANZALDÚA, 2005; SPIVAK, 2010), a autoafirmação de determinados traços pode significar associação à discriminação ou a piores condições de vida, mas também significa luta, reflexividade e recontextualização dos discursos de opressão (CONCEIÇÃO, 2005; FAIRCLOUGH, 2003; HOOKS, 2019). Essa adesão se dá, em grande parte, pelas experiências pessoais, atribuindo valor a relações e posturas historicamente construídas, rearranjadas a cada geração.

No que tange ao *estado civil* das participantes, as opções dadas foram: solteira, casada, união estável ou outra. De todas as colaboradoras, 38,3% se declararam casadas, 21,7%, solteiras, 18,3%, divorciadas. *Campus* Hidrolândia e Iporá apresentaram a mesma quantidade de mulheres casadas, 5 das 10, ou seja, 50%. No que se refere à união estável, são 13,3% delas nessa situação e 8,3% estão em outras condições, como a de viúva, por exemplo. Mesmo com a crise no modelo de famílias tradicionais e patriarcais advindas da colonialidade/modernidade, baseado na assimetria de autoridade/dominação do homem sobre a mulher, ou seja, no modelo de família caracterizado pela figura do homem, mulher e filhos, percebemos que, no caso das colaboradoras, esse aspecto ainda prevalece/persiste em grande parte.

No requisito *nível de escolaridade*, 40% estudaram até o Ensino Fundamental e, dessas, 30% estão com o Ensino Fundamental incompleto; apenas 10% delas o concluíram. Em relação ao Ensino Médio, 40% estão nessa fase, mas somente 21,7% conseguiram terminar. Uma informação relevante foi que 20% das mulheres concluíram o Ensino Superior, mas não atuam na área, estão desempregadas ou já se aposentaram. Os *Campus* Iporá e Urutaí apresentaram os melhores resultados em relação à escolaridade: 5 das 10 terminaram o Ensino Superior no primeiro caso, e, em relação ao segundo, são 3 para 10. Já os menores índices estão situados no *Campus* Posse, com 70% das mulheres até o Ensino Fundamental, seguido pelo *Campus* Rio Verde, que apresenta 50% delas também nessa fase.

A questão da *escolaridade* é um dado que merece atenção, visto que uma das propostas do Programa é a redução do analfabetismo e a democratização do acesso aos demais níveis de Educação. Para as atendidas nessa remessa de cursos, o retorno aos estudos não foi algo que aconteceu em grande proporção. Muitas responderam que planejam o retorno, mas, na prática, a minoria regressou. Também é salutar dizer que o Programa apresenta como objetivo minimizar a desigualdade de gênero, instrumentalizando as mulheres em níveis mais elevados de Educação. Nesse sentido, o maior número de mulheres atendidas tem baixos níveis de escolaridade, mas, após o curso, apenas 8,3% responderam que retomaram os estudos influenciadas pelo **Programa Mulheres Mil**.

Em termos de *quantidade de filhos*, 43,3% das colaboradoras têm de 3 a 6 filhos, seguidas de 41,7% com até 2 filhos; apenas 15% responderam não ter filhos. Outro aspecto ligado à formação de ideologias de classe social e de condições de vida é a quantidade de filhos, sendo esse, sem dúvida, um aspecto constitutivo de identidades, as quais não são apenas escolhas próprias, mas atribuídas socialmente ao estímulo, à adesão a determinadas posturas, ou seja, a ideia de que os elevados níveis de pobreza são decorrência de uma alta fecundidade das famílias. Pode, sim, haver certa relação, no entanto, não podemos olhar apenas por esse prisma, visto que essa é, também, uma das maneiras de transferir a responsabilidade às atoras sociais pelas suas condições de miséria e eximir o Estado das atribuições que lhe são confiadas.

Acerca das *condições de moradia*, 50% das mulheres vivem em residências próprias quitadas, com os companheiros, os pais, sozinhas ou com os/as filhos/as, 20% moram em casas cedidas pelo órgão público. As outras 18,3% pagam aluguel. Já 6,7% delas conseguiram fazer o financiamento da casa nos Programas do governo, devido à baixa renda. Ao verificar a microsituação, observamos que 70% das que responderam ter casa própria moram em Posse. O povoado de Nova Vista de Goiás se localiza na zona rural de Posse e tem aproximadamente 200 famílias. A oferta de trabalho em grande parte advém das propriedades rurais do entorno, em que as pessoas trabalham e residem. Esse é um dado a ser considerado também nesse microcontexto, a *diferença de territorialidade*, que influencia no acesso a bens e serviços, universidades, espaços de lazer e cultura.

Podemos inferir que a ideologia de ter uma casa e chamá-la de sua vem passando por diversas gerações, como um fator indispensável na avaliação das condições de vida econômica. Tanto é que a intervenção do Estado para auxiliar as famílias de baixa renda a comprar uma casa é uma das justificativas usadas para desenvolver políticas habitacionais e/ou prometer conjuntos habitacionais durante as campanhas eleitorais. Portanto, o fato de ter uma casa

própria, seja ela financiada ou não, é sinônimo de ascensão social, é a conquista de poder e de barganha no mercado.

No que se refere aos Programas Sociais, 70% delas não recebem benefícios sociais atualmente, a maioria disse que foi bloqueado ou que não recebe mais, porque algum membro da casa teve a carteira assinada ou mesmo porque a burocratização do cadastramento e do recadastramento tem aumentado a cada dia. Portanto, para receber ou se manter com o benefício, têm de comprovar que são totalmente miseráveis ou vivem “vidas precárias”. Como Butler (2018, p. 31) as define, “são vidas perdidas, destruídas, ou sistematicamente negligenciadas até a morte, sem ter condições sociais e econômicas mínimas atendidas, para serem mantidas como vidas”. De acordo com os dados, 30,4% recebem o Bolsa Família, ou seja, essa ainda é a principal renda da casa. A maior concentração de mulheres beneficiárias está em Posse, onde 60% delas o recebem, ao contrário do *Campus* Iporá, no qual nenhuma delas recebe benefício social, ou seja, 100% adquire renda de outro modo.

Ainda, é importante dizer que não é o fato de algumas não receberem auxílio social que lhes garante melhores condições de vida. Isso pode ser evidenciado no fato de 78,3% das pesquisadas terem renda mensal familiar de até um salário-mínimo antes de começarem os cursos. Assim, é possível inferir que as mulheres atendidas são, em sua maioria, de baixa renda, de vulnerabilidade social, como objetiva o **Programa Mulheres Mil**. Essa renda corresponde ao rendimento de todas as pessoas da casa, e não apenas ao das egressas individualmente. No período de geração de dados, 60% da renda familiar das entrevistadas era de até um salário-mínimo por mês.

Desse modo, percebemos que as mulheres tiveram um avanço, mesmo que tímido, em relação à renda mensal familiar desde o início dos cursos até a data da pesquisa, migrando de 78,3% das que recebiam até um salário-mínimo para 60%. Em contrapartida, antes do curso, 16,7% tinham renda mensal familiar de até dois salários-mínimos. Atualmente, essa margem subiu para 30% das famílias. Ou seja, houve uma tímida, mas já significativa alteração, um aumento de 13,3% na renda das famílias, as quais migraram de até um salário-mínimo para a margem entre 1 e 2 salários-mínimos por mês para a renda familiar.

A partir dos dados e comentários anteriores, trazemos um perfil das participantes quanto à raça, ao nível de escolaridade, à renda familiar mensal, ao número de filhos, estado civil, bem como às condições de moradia e territorialidade. Esses dados são preciosos ao olharmos a conjuntura social, as atoras sociais, as práticas particulares, enfim, o conjunto de ações. Todos esses aspectos são constitutivos do ser, das identidades, das representações, das ideologias. Nas palavras de Chauí (2008, p. 131), o “sujeito, eu, pessoa e cidadão constituem a consciência

como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, uma identidade consigo mesma, de conhecimento verdadeiro, de decisões livres, de direitos e obrigações”.

Nesse sentido, os questionários propiciaram delinear o perfil socioeconômico das egressas, bem como as entrevistas que ainda serão apresentadas, porque os dois instrumentos se complementam. Os perfis aqui apresentados serão novamente retomados em outros momentos do trabalho, pois as análises e a compreensão dos dados perpassam por essas características. Soma-se a isso que os dados gerados pelos questionários são também associados aos dados das entrevistas, de modo que as informações discursivas dos questionários são acrescidas, confirmadas ou contrapostas às respostas objetivas, que ainda serão trazidas nas próximas sessões. Desse modo, temos a integração das entrevistas e dos questionários, dos dados qualitativos aos quantitativos, como, por exemplo, o perfil socioeconômico das egressas, que gerou também dados quantitativos (o número de concluintes, a quantidade de negras, brancas, pardas, quantas recebiam até um salário, e assim por diante). Na próxima sessão, trazemos, brevemente, os processos de análise e interpretação dos dados gerados.

### 3.1.5 Caminhos de análise e interpretação:

Os dados gerados precisam passar por diferentes etapas, que compõem o caminho de desenvolvimento das análises e da interpretação. As entrevistas semiestruturadas, como mencionado no item 3.1.3.2, foram gravadas em áudio por mídia digital (gravador e dois telefones celulares). Com as gravações em mãos, iniciei o processo de escuta repetida das entrevistas e, posteriormente, fiz a transcrição e sistematização delas para visualização e condução das análises. Em seguida, reuni também os dados gerados pelos questionários, como explicado em 3.1.3.1, juntamente com o *Guia metodológico*. Fiz várias leituras, releituras, (re)escutas, agrupamentos, divisões, gráficos, tabelas, na intenção de clarear os processos analíticos na busca de regularidades, divergências e, a partir da voz dos dados, fazer os ajustes necessários à pesquisa.

Para o processo analítico foram usadas, como explanado em 3.1.1, as orientações de Chouliaraki e Fairclough (1999) com algumas adaptações minhas, devido às especificidades desta investigação. Dias (2011, p. 235), também com base nesses autores, ressalta que “o arcabouço da ADC é um instrumento que pode ser adaptado à realidade de cada análise, o que torna possível a seleção dos tópicos que interessarem ou, até mesmo, a inversão e a exclusão de outros”. Assim, salientamos que a organização e a ordem das orientações do enquadro não aparecem de forma linear nesta pesquisa: foram alteradas, na tentativa de iluminar as fases do

estudo, para concordar com a relevância de cada categoria que mais se sobressai na fala, bem como para atender o encadeamento em que esses dados aparecem e são analisados, trazendo unicidade ao texto. Dessa forma, a sequência das etapas analíticas não precisa ser presa ao proposto, uma vez que pesquisas em ADC não têm métodos empíricos completamente preestabelecidos. Desde o início deste trabalho, no Capítulo 1, apresentamos a conjuntura de pesquisa e aspectos da prática discursiva particular que são desdobrados, e/ou retomados, ao longo do texto, quando necessário.

Assim, os/as leitores/as já têm acesso ao contexto de pesquisa, à percepção do problema social com os aspectos semióticos, como questões de raça, gênero, classe, escolaridade, discursos preconceituosos, violentos, machistas, sexistas, patriarcalistas, coloniais e capitalistas que circulam na sociedade. Com isso, desenvolvemos análises e posicionamentos, (co)relacionando textos macrossociais como os motes socioculturais, políticos, judiciais, econômicos, educacionais, dentre outros, às práticas particulares, às realidades do sul, aos nossos locais, em especial aos contextos de realização da pesquisa.

O **Programa Mulheres Mil** mostra-se como uma das ações para o enfrentamento dos obstáculos previstos em sua formação e uma das possíveis formas de ultrapassá-los, a partir de ações e estudos coletivos engajados, emancipatórios, partilhas intersubjetivas, acompanhamento multiprofissional, acolhedor, e o conhecimento mais detalhado da constituição de novas leis e direitos, a exemplo da *Lei Maria da Penha*. Além disso, delineamos o acesso às identificações das participantes, aos cursos ofertados, às cidades em que elas se localizam, aos *Campi* ofertantes do IF Goiano, aos métodos e procedimentos teóricos-metodológicos de como os dados são/foram gerados e como esses aportes embasam essa investigação, lembrando de que não há modos fechados para a geração de dados e análises nas pesquisas em ADC (MEYER, 2003). Assim, trazemos os contornos das práticas de contestação, as (micro)resistências em ações, representações e estilos coletivos e individuais.

Para tanto, nesta tese, os/as leitores/as podem apreender como as questões de gênero, suas (de)colonialidades, as intersecções e as diversas formas de violência doméstica e familiar, bem como formas de resistência e contestação, passaram a ser assuntos presentes na pesquisa. Esse panorama vem sendo construído e discutido nos Capítulos 1, 2 e 3. Além disso, o último capítulo é dedicado às análises mais detalhadas. Isso significa dizer que as etapas de análise também são de acordo com as necessidades apresentadas pelos dados, ou seja, procuramos abrir espaço para uma ação contextualizada, interdiscursiva, elucidando ora de modo conjunto, ora separado, os significados representacionais, identificacionais e acionais, mas sem esquecer-se da dialética que os constitui. Buscamos trazer aspectos de microanálises linguísticas

(linguístico-discursivas), capazes de ressaltar a linguagem como prática social, tendo como objeto de análise, em especial, linguagem e poder, levando em consideração as minorias sociais, bem como considerando traços analisados mais na relação com as macroestruturas.

O foco centra-se nas análises, de modo a revelar os efeitos sociais dos textos, a depender da produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2003). Com isso, podemos repensar as práticas e nos posicionarmos diante das relações de poder, saber e dominação, com o intuito de transformar as pessoas pela/através de uma educação emancipatória, ativa e crítica para que as pessoas transformem o mundo (FREIRE, 2014), pelos modos de ação, modos de representação e modos de ser (FAIRCLOUGH, 2003). Nesta pesquisa, procuramos elucidar práticas discursivas e sociais que reexistem aos discursos opressores e interseccionais, apresentando modos de ressignificar a própria vida.

Vale registrar que as categorias para as microanálises não foram definidas *a priori*, mas emergiram dos dados, em consonância com a abordagem teórica, por isso foram sendo definidas ao longo das análises, e não necessariamente ao iniciar o tópico/sessão, subseção de cada parte das análises. Assim, ao analisar os dados gerados, procuramos iniciar as partes analíticas com os objetivos específicos e as perguntas de pesquisa, correlacionando os textos, suas multifuncionalidades e o contexto, valorando os eventos sociais concretos e a prática social mais ampla, os achados linguísticos, semânticos, discursivos, das ocorrências de sentido, a fim de trazer respostas aos questionamentos de pesquisa e aos pontos gerais específicos da investigação, sem desprezar a relação dialética que há entre cada um desses elementos citados.

A análise discursiva contempla, portanto, o entendimento relativo à descrição, à interpretação e à explanação crítica, pois a qualidade do processo de investigação, a reflexividade acerca das etapas, e as mudanças até mesmo na maturidade das minhas/nossas próprias releituras do mundo estão também atreladas às possibilidades de triangulação, sendo a combinação de perspectivas e de métodos de pesquisa adequados (FLICK, 2009) a cada contexto, trazendo, assim, aspectos distintos de um mesmo problema social. Com isso, trazemos, a partir de agora, um resumo das principais triangulações e elos transdisciplinares que perpassam esta pesquisa.

### *3.1.6 Sumarizando as triangulações e os elos transdisciplinares desta tese*

Jensen e Jankowski (1993, p. 78) nos apresentam quatro tipos de triangulação: de dados, de investigador, de teoria e de métodos. Como visto ao longo destes dois capítulos, a *triangulação* se refere à combinação de duas ou mais teorias, métodos, fontes de dados e

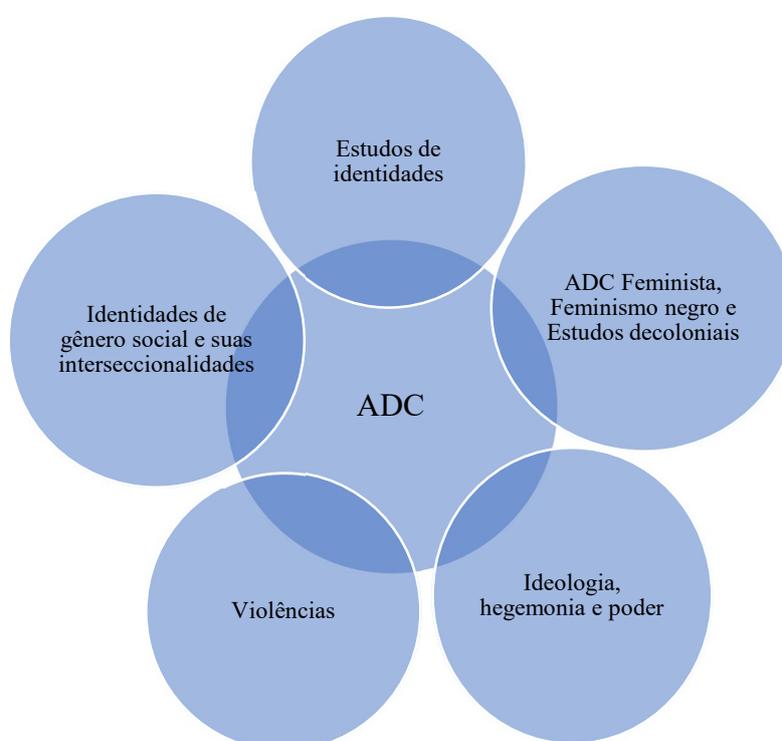
colaboradores/as, em que pesquisadores/as se debruçam para observar o mesmo elemento investigado sob diferentes prismas. Este estudo contempla movimentos de triangulação, mas também para além destes, isto é, a tese ampara-se na transdisciplinaridade. O movimento transdisciplinar busca abarcar tanto práticas transdisciplinares quanto transculturais de saberes (CASTRO-GÓMES, 2007), representadas aqui pelas vivências das egressas, respeitando a pluralidade moral, racial e ética de cada uma delas, acolhendo e aprendendo com modos de vida outros. Desse modo, se propõe a dialogar com os conhecimentos do Sul que foram antes excluídos do mapa moderno colonial. Busca-se envolver a coexistência, uma interação dinâmica (CELANI, 2007, p. 117) na construção de espaços mais plurais e sulistas. A transdisciplinaridade se apresenta em movimentos que transbordam as fronteiras das disciplinas, áreas, métodos e teorias, isto é, se abre ao novo, ao diverso, e não espera respostas somente com base nos polos binários entre sim e não. As pesquisas que primam pela transdisciplinaridade estão abertas a todas as respostas, pois consideram o movimento da vida, a diversidade, ou seja, transcorre várias disciplinas (MOITA LOPES, 2002), estabelecendo um hibridismo teórico-metodológico (FABRÍCIO, 2006). Dessa maneira, as análises podem trazer inspirações inesperadas, baseadas em múltiplos enfoques. Com isso, chegaremos a resultados mais satisfatórios não só em pesquisas qualitativas, mas nesta em maior profundidade, devido também às reflexões contínuas na interação dinâmica entre o/a pesquisador/a e o objeto de estudo (GÜNTHER, 2006). Nesse sentido, as pesquisas que empreendem abordagens multimetodológicas garantem um cenário mais rico e com mais credibilidade em virtude das múltiplas visões (COHEN; MANION, 2001; HUSSEIN, 2009).

Ademais, seguindo as assertivas expostas, a triangulação pode ser vista pelo menos a partir de duas óticas: a) como estratégia que contribui com a validade e confiabilidade dos resultados da pesquisa, por produzir um retrato alcançado por mais de um único viés; e b) como uma alternativa para a obtenção de novos conhecimentos e interpretação perspicaz através de novos pontos de vista sobre o mesmo fenômeno (VERGARA, 2006). Assim, embora todo/a pesquisador/a conviva com graus de incerteza, devido ao inerente e constante processo de construção da pesquisa, é necessário que o/a analista de discurso busque e encontre o seu caminho epistemológico crítico-reflexivo, dada a importância da inerente subjetividade no processo etnográfico para atender tanto o aspecto holístico quanto o êmico (CANÇADO, 2012, p. 56). Nessa perspectiva, devido à transdisciplinaridade proposta pela ADC, podemos propor uma análise de discursos situada, através das análises da conjuntura e da prática particular, que utiliza a microanálise como base para melhorar a compreensão das dificuldades sociais e propor

transformações (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Assim sendo, a investigação em ADC deve ser multitéórica e multimetodológica, crítica e autocrítica” (WODAK, 2003, p. 103).

Para as análises desta tese, usamos movimentos transdisciplinares e triangulações, quais sejam: movimento teórico transdisciplinar; triangulação metodológica; triangulação de dados. No que se refere aos movimentos teóricos, a ADC é o aporte principal em diálogos transdisciplinares, com: ADC Feminista, Feminismo negro decolonial, estudos de identidades, identidades de gênero social e suas interseccionalidades, violências, ideologia, hegemonia, poder e estudos decoloniais como expresso na Figura 1 a seguir:

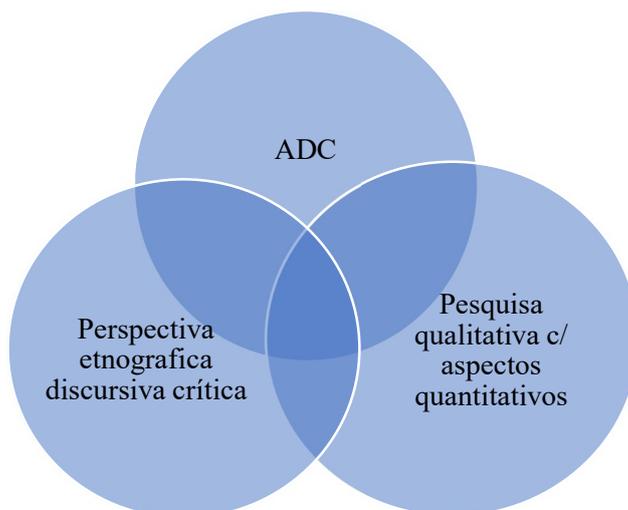
**Figura 1** – Movimentos transdisciplinares teóricos desta tese



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a *triangulação metodológica*, também mobilizamos a ADC, perspectiva teórico-metodológica em diálogos com a pesquisa qualitativa, em entrecruzamentos com aspectos da pesquisa e perspectivas da etnografia discursiva crítica, como mostra a Figura 2.

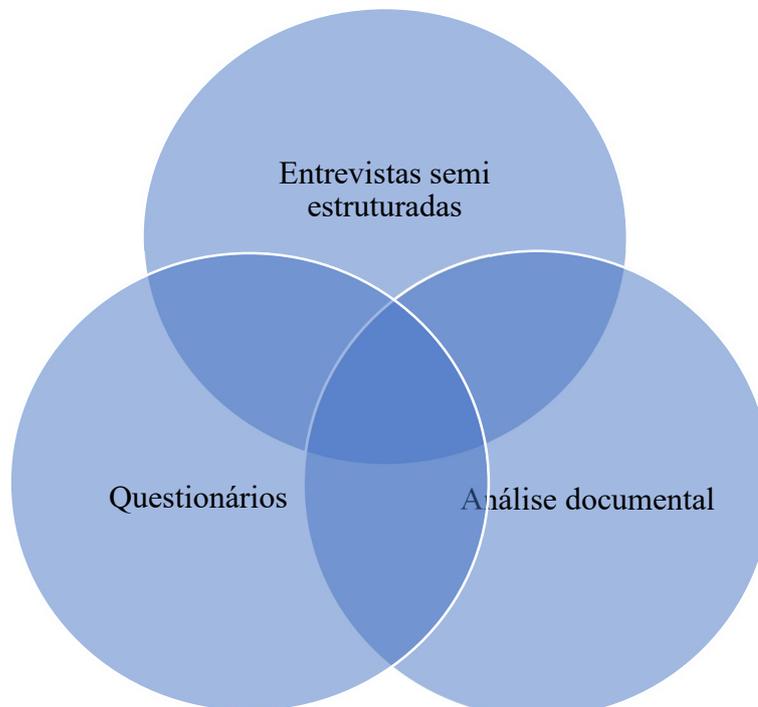
**Figura 2** – Triangulação metodológica deste estudo



Fonte: Elaboração própria.

Para a *triangulação de dados*, trazemos as entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, questionários com perguntas abertas e fechadas e análise documental – *Guia metodológico* do **Programa Mulheres Mil**, como mostra a Figura 3:

**Figura 3** – Triangulação de dados

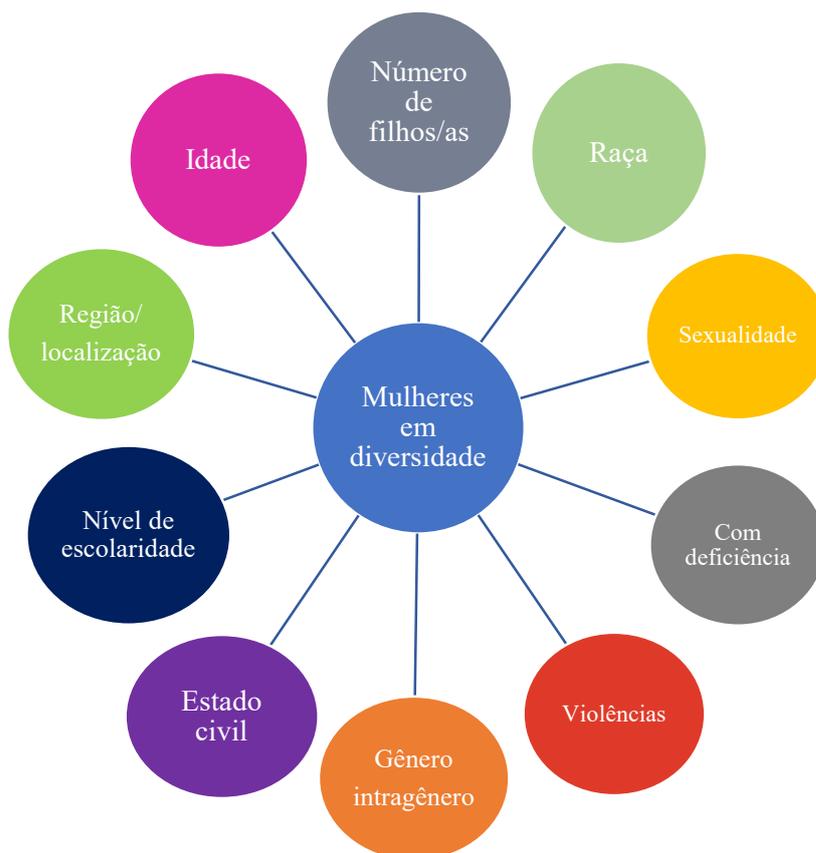


Fonte: Elaboração própria.

Apresentamos também a *triangulação das colaboradoras/participantes* (CANÇADO, 2012), pois são mulheres em suas diversidades relativas à raça, à escolaridade e à região, bem

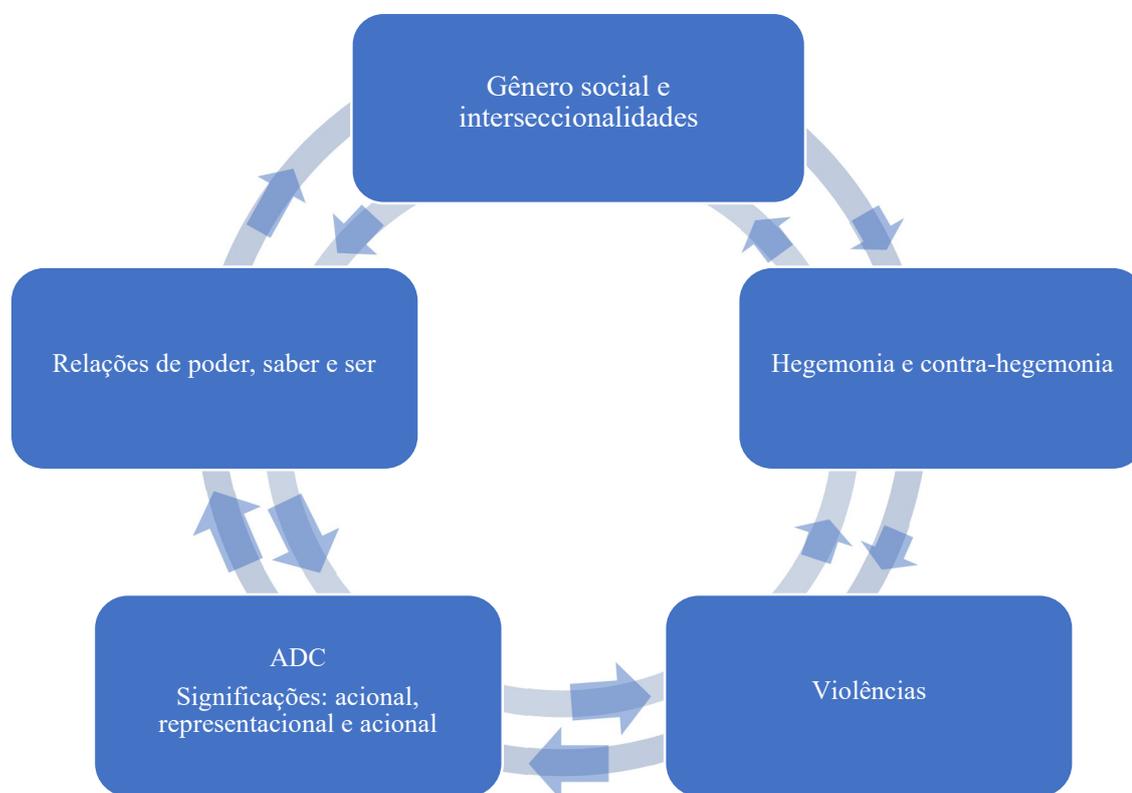
como às histórias de vida, crenças e desejos, sendo elas negras, brancas, pardas, de níveis de escolaridade diferentes, idades diversas e localizações bem distintas do estado de Goiás. Não trabalhamos com a categoria “Ser mulher” como um gênero universal, mas sim trazemos a concepção de mulheres em suas diversidades e interseccionadas, como ilustrado na Figura 4.

**Figura 4** – Triangulação do perfil das colaboradoras



Fonte: Elaboração própria.

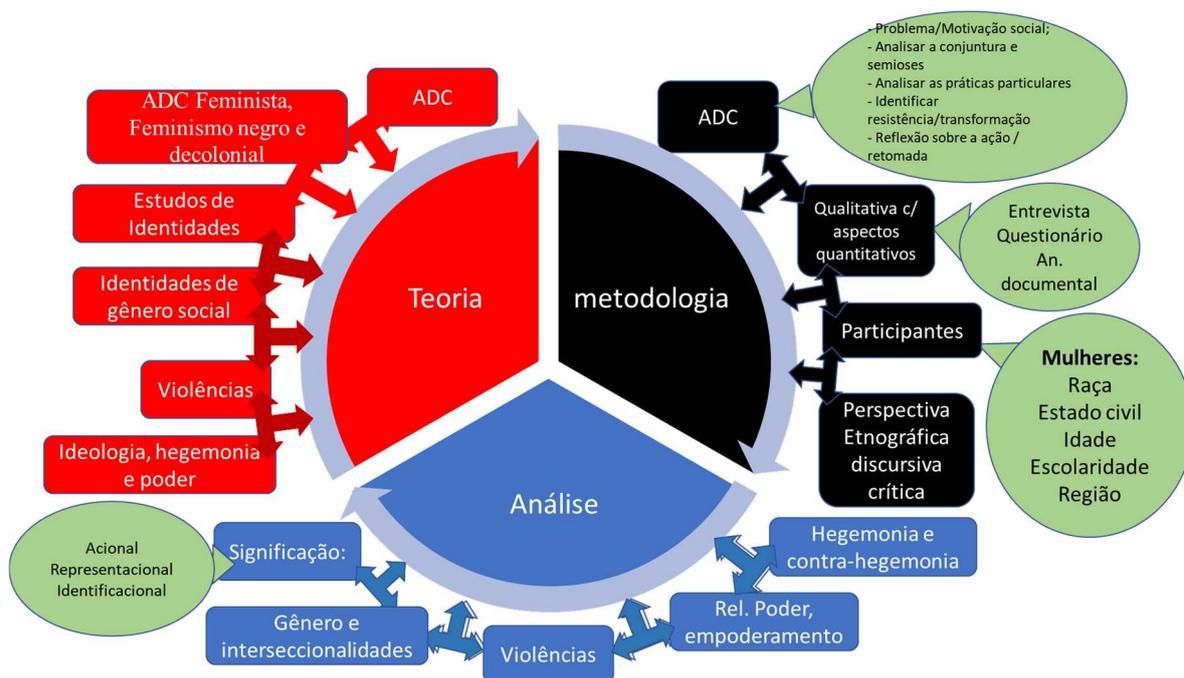
Como consequência, a análise integra a transdisciplinaridade teórica e triangulação metodológica. A partir da exigência dos dados, trazemos as micro e as macrocategorias para analisar as relações dialéticas entre as significações identificacionais, representacionais e acionais (ADC), em diálogo com as questões de gênero e suas interseccionalidades, violências, relações hegemônicas e contra-hegemônicas e as relações de poder, saber e ser, como indica a Figura 5 abaixo.

**Figura 5** – Movimentos analíticos transdisciplinares

Fonte: Elaboração própria.

A ADC está em todas as partes da pesquisa, é uma repetição necessária, porque a ADC é contemplada nas três partes – teoria, metodologia e análise –, constituindo um tripé. Essa teoria é crítica e engloba uma metodologia, um método de fazer crítico, possibilitando o desenvolvimento de análises pautadas na crítica. É devido a essas relações dialéticas que a ADC possibilita práticas reflexivas em sua postura analítica, pois “teoria é ela própria uma prática” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999, p. 29). Apresentamos, em seguida, para finalizar este capítulo, uma figura que intenta sumarizar as triangulações deste estudo, conforme a Figura 6 a seguir.

**Figura 6** – Movimentos analíticos transdisciplinares e triangulações



Fonte: Elaboração própria.

No próximo capítulo, explicamos, com mais detalhes, o tratamento dos dados, a partir da compreensão, análise e explanação crítica, através da triangulação das teorias, dos métodos e dos/as colaboradores/as, tendo em vista seus diferentes espaços de vida e lugares de fala. Em especial, trazemos a materialização do discurso das egressas para articular as análises.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DISCURSIVA E DIALÓGICA: NA TRILHA DA VIDA DAS EGRESSAS

*A investigação social crítica deve ser reflexiva, assim, como parte de toda análise deve existir uma reflexão sobre a posição a partir da qual se conduziu a investigação. Uma questão aqui [...] é a relação entre a prática teórica do/a analista e as práticas, que são analisadas.*

(CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Trago, neste espaço, as coordenadas para o Capítulo 4, no qual, tendo em vista a importância do papel social do/a analista de discurso crítico, dedico-me a explicar – a partir de descrições, triangulações e arranjos transdisciplinares – os modos como percorro os caminhos de análise, interpretação e explicação dos dados durante as fases do estudo, para responder às perguntas de pesquisa e perpassar pelos objetivos esperados. Para tanto, busco a voz das participantes, com seus anseios, autodeclarações, contestações, autoidentificações e as representações de si e do mundo que as circunda. As análises foram realizadas por meio da triangulação de várias fontes, as quais foram anteriormente apresentadas.

Para o estudo, as macrocategorias, escolhidas a partir dos referenciais teóricos para aplicação aos dados, são: acional, representacional e identificacional, ideologias, identidades, relações de poder, hegemonia, interseccionalidades (gênero social, raça, classe, escolaridade, trabalho) e violências, as quais também se conectam para analisar os resultados advindos dos objetivos do **Programa Mulheres Mil**.

Este capítulo está dividido em seções e subseções, que contemplam: “**Partilhando vivências**”, com informações significativas do histórico de vida das participantes, que, por sinal, indicam as “**Múltiplas faces da violência doméstica e familiar e as experiências formativas no Programa Mulheres Mil**”. Depois, outra seção é a “**Processos de contestação movidos pelas leis e direitos**”, seguida dos “**Desdobramentos do Programa Mulheres Mil na renda e do trabalho das egressas**”, perpassando também, pelas **reflexões e significações de vida**”, engendrada pelo **Programa Mulheres Mil**. Esse percurso é trilhado interconectando mutuamente alguns eixos internos àqueles: **gênero social, violências, leis e direitos da mulher, renda e trabalho** e, por fim, **engendrando cuidados de si**. A separação se dá pela necessidade trazida pelos dados, que mostram, primeiro, as vivências das mulheres antes do **Programa Mulheres Mil** e, depois, as modificações após os momentos de formação. Essas sessões e subseções estão todas imbricadas e interseccionadas, uma interligada à outra,

desvelando opressões, abusos, violências, mas também relevando forças, resistências, mudanças de vida e de brado na reexistência.

Assim, na primeira seção (de 4.4.1 a 4.1.4), analiso com mais ênfase o histórico de vida das egressas, no intuito de atender ao primeiro objetivo específico: analisar representações discursivas relacionadas às questões de gênero social, entrecruzamento de discursos e interseccionalidades. Vale registrar que essas questões são contempladas ao longo das análises, porque o histórico de vida está em constante constituição, e até nos últimos momentos dessa análise esses elos estão interconectados, revelando traços identificacionais e representacionais, uma vez que são inerentes à vida. O histórico de vida é como um berço que ampara todas as atividades, experiências e transformações aqui apresentadas e empreendidas, por isso, esse objetivo específico está entremeado a vários outros ao longo do trabalho. O próximo tópico inicia-se com a fala de uma das colaboradoras e, em seguida, faço algumas considerações em relação aos nomes, às transcrições e aos procedimentos.

#### **4.1 Partilhando vivências: “A gente não pode se calar. Temos que mostrar o nosso lugar e o nosso valor”**

*Eles acham ainda que a mulher em si tem que ser muito submissa ao homem. Eu não concordo com isso. Não penso assim. A gente não pode se calar. Temos que mostrar o nosso lugar e o nosso valor. [...] A gente se sentava em roda, às vezes no começo ou no final da aula para falar disso, sabe?*

(LOBEIRA RIO VERDE, 2018).

Ao iniciar esta parte com o discurso de uma das egressas, procuro marcar que a voz delas ecoa em vários lugares e espaços; assim, não uso o termo “dar-lhes a voz”, porque esse espaço já lhes pertence, como já foi dito, apenas a registro aqui. Busco, por meio do diálogo, em uma troca de turnos, apresentar os dados gerados, as informações partilhadas nos momentos de interação, nos eventos e nas práticas particulares. Intento fazer com que a voz das mulheres ecoe em sua diversidade, propondo, às vezes de maneira não tão consciente, mas no curso da vida, problematizar, contestar e desafiar o conhecimento colonizado constantemente. Em virtude disso, neste momento da pesquisa, volto meu olhar com bastante atenção aos dados, com vistas a responder às perguntas de pesquisa e atender os objetivos propostos. Para chegar a esses resultados, recorro às falas proferidas pelas colaboradoras via entrevistas semiestruturadas, questionários com perguntas abertas e fechadas, bem como análise do *Guia metodológico* com os principais eixos do Programa. Esses procedimentos estavam previstos no

decorrer no trabalho e, em especial, no Capítulo 1, na conjuntura e no delineamento metodológico, apresentados no Capítulo 3.

As falas das egressas são materializadas no trabalho em forma de texto e transcritas na modalidade escrita para viabilizar as análises e a organização da tese. Uso como aporte, para fazer as transcrições,<sup>39</sup> Moita Lopes (2002), no que se refere aos procedimentos de ética. Considero importante mencionar que a proposta de analisar os enunciados produzidos não pretende incidir em consequências de culpabilização ou exposição de nenhuma das mulheres. Por motivos éticos, portanto, os nomes das colaboradoras usados nas transcrições e nas análises não são para identificação civil e social, isto é, não são aqueles utilizados nos documentos oficiais de identificação delas, tendo sido substituídos por nomes fictícios. Como mencionado na sessão em que descrevi o perfil das colaboradoras, os nomes dados a elas na pesquisa são de flores/plantas do cerrado brasileiro, como, por exemplo, Flor de Cagaita, Flor de Araticum, Flor de Mangaba, e assim por diante.

Como já esclarecido, o procedimento analítico inicia-se pelas vivências, pelas crenças e pelos valores das egressas materializados no discurso, e, com isso, busco acessar a constituição das identidades. Depois, apresento os eventos de contestação que elucidam as mudanças identificacionais e representacionais após o Programa. Vale lembrar, porém, que o pensamento e as memórias são fluidos, aglomerados em fluxos com ir e vir desordenados. O passado e o presente não aparecem de modo linear e, por isso, no texto, por vezes essa realidade se faz recorrente nos excertos e nas análises. Na tentativa de manter o fluxo das informações e fazer ecoar a voz das mulheres, observo as mudanças de postura, identifico as lutas de poder e a resistência delas por meio de seus discursos, conseqüentemente, através de marcas identitárias e representacionais, sem perder de vista o discurso e os outros elementos da prática social.

---

Os sinais das transcrições, usados no trabalho, constam da página das convenções de transcrição.

4.1.1 *Identidades de gênero: representação e identificação das egressas camponesas. “Eu não me sinto diferente de homem nenhum”*

O histórico de vida das egressas é perpassado por questões identitárias em relação às constituições de gênero social e outros arranjos, como raça, classe, sexualidade e território. Para além delas, faz-se necessário, nesta pesquisa, compreender as identidades, as relações de poder, a ideologia e a dominação que perpassam o trabalho das mulheres no meio rural, pois foi um dado que apareceu no relato de colaboradoras que transitam nesse contexto.

Segundo Lugones (2014, p. 39), “pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral”, já que mostra a falha, a fissura das instituições capitalistas em discriminar as diferenças entre os vários modos de ser “mulher, das feminilidades, porque o mundo hegemônico trabalha apenas com a ideia de mulher de modo universal”, desconsiderando, por exemplo, as particularidades das mulheres do campo. O grupo de mulheres do campo também sofre com particularidades excedentes às mulheres dos centros urbanos, de modo que a territorialidade e o modo de trabalho do campo também são marcadores identitários que se articulam para a produção e reprodução de desigualdades sociais, uma vez que a colonização acabou, mas a colonialidade do gênero ainda está presente e é o que permanece nas intersecções, como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial (CRENSHAW, 2002; LUGONES, 2014; RIBEIRO, 2019).

Isso significa dizer que a colonialidade de gênero está nas ações diárias, como na jornada dupla ou tripla que as mulheres agricultoras são, por vezes, obrigadas, ou performativizadas, a ter desde a infância. Essas práticas são constituidoras de *identidades e representações sociais*, visto que, para Moscovici (2013), as identidades articulam-se não apenas com a vida coletiva de dada comunidade, nas interações dialéticas que as constituem, mas, igualmente, com os processos de construção simbólicos ou com as representações sociais, nos quais atores/as sociais procuram dar sentido ao mundo e nele encontrar o seu lugar por meio da identidade social. A partir dos trechos é possível acessar as representações delas sobre as diferenças de gênero e seus modos de identificação sobre essa temática, as quais também se constituem no imbricamento das relações coletivas e interpessoais.

As colaboradoras foram questionadas se, durante os cursos, aconteceram momentos de discussão sobre as diferenças de gênero social, bem como a forma com que se sentiam nessa relação de diferenças. A maioria delas disse que os cursos abordaram discussões acerca das diferenças de gênero. A partir desse retorno, perguntei quais foram essas atividades de

discussão. A maior parte respondeu “palestras, rodas de conversa, dinâmicas, brincadeiras, vídeos e filmes”, os quais ressaltavam, segundo elas, “o valor de cada mulher”. A partir dos dados, percebemos que as atividades intentaram recolocar o debate sobre gênero social no campo das relações sociais, históricas e culturais. Ademais, todos esses modos de ser, agir e se relacionar também refletem nas identidades de gênero, construídos do mesmo modo que as outras formas de identidades, no pluralismo, na dúvida, nos movimentos movediços; ou seja, as identidades não são fixas nem imutáveis (HALL, 2006). Como as vivências delas antes e depois do Programa revelam imbricações nas questões e nas identidades de gênero, optamos por trazer, no primeiro momento, as experiências de vida sobre gênero, que são, sem dúvida, constitutivas de identidades e ao longo das discussões; esses arranjos se interseccionam a outros elos sociais. Vale destacar que os trechos trazidos para as análises, seja a fala de uma ou de poucas colaboradoras, essas seleções se justificam, porque são falas representativas das outras, pois, contemplam muitos movimentos equivalentes, trazidos por elas. Mas, não perdendo de vista a diversidade inerente, como por exemplo, as diferentes opressões que sofrem as mulheres do campo em relação às mulheres da cidade, as negras às brancas, e assim por diante.

De acordo com Louro (2017, p. 33), “[...] esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça”. É assim que procuro observar o discurso das colaboradoras, que apresentam identidades plurais, fluidas e, com isso, as diversas formas de lidar com essas diferenças têm se mostrado produtivas, de modo a minimizar os efeitos de sentido de dominação, hegemonia e controle sobre as mulheres, em exclusivo.

Um aspecto interessante apresentado por Pitanga Posse diz respeito a uma relação mais explícita de dominação e normalização dos fatos de opressão exercida antes da formação. Em seu discurso aparecem representações e identificações que diferem de muitas outras egressas moradoras da cidade ou exercem outras funções e, ao mesmo tempo, são identificações e representações sociais, discursivas e identitárias que se aproximam às lutas e resistências diárias pelas quais todas passam. Nas palavras de Pitanga Posse:

**Pitanga Posse:** *Eles falaram muito na questão da diferença entre o homem, mulher, e outros jeitos de ser, no curso. Mas eu não me sinto diferente de nenhum homem não. Me sinto forte e vencedora com o que eu faço todo dia. Eu já sofri e sofro muito no serviço em casa e na lida da roça desde pequeninha. A nossa renda lá em casa é de arrancar açafraão, limpar, trocar e vender. Eu também pego pimenta pra vender, faço queijo... Eu cuido do gado e da porta... faço de tudo, sabe? Até serviço de homem [risadas]. E ainda cuido das crianças [risada]. Agora uma coisa boa no curso foi que eu aprendi a me valorizar mais, me arrumar mais. Ver que eu sou linda, sou*

*importante... [risadas] Esse curso mexeu comigo, ainda mexe dentro de mim, sabe? Com minha vida. Eu tô aprendendo a ser outra pessoa. Ser mais sabida [risadas]. (Informação verbal).*

É importante destacar, nessa fala, os processos de construção de significados com base em atributos culturais inter-relacionados com histórias que aconteceram com ela “desde pequeninha” para chegar às configurações identitárias em que se encontra hoje, no desempenho das relações de gênero social. Ela revela suas identificações pelas vivências e experiências na zona rural, no trabalho, na família, suas constituições de gênero social, bem como desvela suas representações sobre o curso e suas implicações discursivas e identitárias. Para Scott (1995), as relações de gênero se pautam em várias dimensões, como, por exemplo, a dimensão institucional, representada por família, religião, Estado, instituições responsáveis pela reprodução das relações patriarcais na formação de homens e mulheres ao estabelecer a internalização das normas e dos símbolos das relações conservadoras e desiguais entre os diferentes gêneros, manifestados na dimensão nomeada por Scott (1995) de subjetiva, como visto no discurso da colaboradora, que faz as atividades citadas e passa por aquelas situações “desde pequeninha”. Com isso, nas diversas atividades/papéis sociais que lhe foram designados para obter o sustento, destaco, pelas escolhas linguísticas dos processos: “arrancar, limpar, trocar e vender”. Estas se somam a outras funções e identificações expressas por “pego pimenta pra vender, faço queijo”, os quais remetem à ideia de entrelaçamento de várias dimensões, organicamente integradas (AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2005; SAFFIOTI, 2015), articuladas à cultura colonial dominante, patriarcalista, sexista e domesticante sobre a exploração da mão de obra escrava. As pessoas escravizadas faziam os serviços da casa, cuidavam dos animais, “do gado” e da natureza, “da porta”, do campo, atividades atribuídas às mulheres, principalmente as racializadas, durante o período de colonização, exceto a parte da venda dos produtos e da aquisição da renda. A colonialidade do gênero se dá pelos exercícios intrinsecamente relacionados, alguns no “corpo a corpo [...], onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas eram obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário”, com jornadas intensas (LUGONES, 2014, p. 948).

Vale ressaltar que os processos identitários vivenciados por ela desde a infância a constituem, além de objetivar e subjetivar suas diferentes inscrições ideológicas e identitárias, “*mas eu não me sinto diferente de nenhum homem não*”. É importante mencionar que o patriarcado oferece às mulheres brancas a representação identitária de fragilidade e delicadeza. Uma das principais críticas dos feminismos negros é que essa representação identitária jamais foi concedida às mulheres negras e pobres. Assim, a fala de Pitanga pode ser analisada também

como uma contestação ao discurso patriarcal ou ao feminismo liberal, que apresentam agendas de mulheres brancas. Essas pautas trazem deslocamentos epistemológicos em relação às agendas das mulheres negras, que trazem agendas interseccionadas e de mulheres que são colocadas à margem da sociedade. A fala de Pitanga sugere para a discussão o discurso “E não sou eu uma mulher?” de Sojourner Truth, proferido em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres que

aconteceu em Akron, Ohio (EUA), pelo sufrágio universal. Ela representa um enfrentamento às questões racistas e sexistas que ultrapassam as opressões sofridas pelas mulheres brancas, mesmo usando um discurso que utiliza as mesmas “armas”, as forças braças das masculinidades. Mesmo que o curso tenha falado sobre marcas de sujeição, dominação ou igualdade nas relações interpessoais, ela expressa “*eu não me sinto diferente*”. Ela não traz uma manifestação clara da percepção hegemônica social que influencia as representações de gênero e as relações entre eles. No começo, a fala dela deixa entrever que ainda não houve uma mudança profunda, pois, a colonialidade é um processo histórico-cultural (GROSGOUEL, 2005; LUGONES, 2014; SOUSA SANTOS, 2010), que também passa pelo tempo individual de processamento, reflexão, autorreflexão e agência e empoderamento, visto que, ao final do trecho, a colaboradora muda o tom, o sentido de pensar, e diz: “*estou aprendendo*”. Assim, além de funcionarem como mecanismos e técnicas de controle, essas ordens do discurso e práticas patriarcais e coloniais – “*forte e vencedora por fazer todo trabalho*”, “*não se sentir diferente*” – (re)produzem conformismo, passividade diante das opressões e exploração. O início do discurso dela evidencia implicações ideológicas hegemônicas colonialistas e hierárquicas que silenciam, objetivam e fabricam corpos dóceis (FOUCAULT, 2013), naturalizam os grupos estigmatizados representados pelo uso linguístico da negação por três vezes ao se afirmar como igual ao homem: “*não, nenhum, não*”. A naturalização, reificação das opressões por meio da regulação social e do controle do corpo, impõe-lhe uma relação de poder, docilidade e utilidade (FOUCAULT, 2013).

Essas constituições identitárias e discursivas se dão quase sempre por conflitos e tensões (CASTELLS, 2018), estando representadas aqui linguisticamente pelo uso dos processos “*sofri e sofro*”, marcando tempo e espaço, passado e presente, um contínuo de práticas sociais avaliadas como momentos de mulher, *ser-sentir-viver* em sofrimento, insatisfação, infelicidade e suplício do “*eu*”. E agora, na idade adulta, ela se sente no compromisso de fazê-los, porque aprendeu, tornou-se normal fazer assim desde a infância, como, por exemplo, acumular tripla jornada, “*cuidar da casa e da lida da roça [...] e ainda das crianças*”. Ela não decidiu agir assim desde a infância, uma vez que ao nascer já há esse predisposto ao lugar social, que pode

ser, ou não, modificado ao longo do tempo. Para Dubar (2005, p. 147), “é evidente que, antes de se identificar pessoalmente a um grupo profissional ou a um tipo de formação, os sujeitos, já na infância, herdaram uma identidade étnica e de classe social, que são as de seus pais” ou do/da responsável pela educação da criança. Em decorrência dessa realidade, muitas pessoas, sem compreender que diferentes mecanismos de controle constroem e reproduzem comportamentos, padrões e estilos, afetando o modo de agir, ser (FAIRCLOUGH, 2003), pensar e cuidar de si, continuam na cumplicidade e não assumem sua historicidade, não questionam, mas resistem, a seu modo, às lutas e batalhas diárias – “*me sinto forte e vencedora*” –, por vezes culpabilizando a si próprio pelas dificuldades sociais, econômicas e culturais – “*sofri e sofro*”.

Esse dado acende uma luz para pensar também sobre os diversos modos de exploração e segregação entrelaçados nas ordens de discursos sobre o trabalho rural, bem como no trabalho doméstico, que trazem inúmeros desafios para a construção da igualdade social, na perspectiva de gênero, devido à divisão corpórea-geopolítica constituída pelo padrão de dominação entre as pessoas do campo e da cidade, entre os/as que foram colocados/as em posição de privilégio em relação às classes em situação de subalternidade. De acordo com as linhas abissais de Sousa Santos (2010), constituídas pela visão classista e elitista subjugando quem mora no meio rural como atrasado/a, como lugar sem futuro, sem cultura, conseqüentemente, as pessoas que vivem no campo foram performatizadas, juntamente com seus corpos, como “do outro lado da linha”, ignorantes, pobres, caipiras e excluídos/as em oposição às dicotomias binárias de evoluído/a, civilizado/a e desenvolvidos/as. No entanto, cada vez mais os diversos movimentos de trabalhadores/as rurais têm se mostrado fortes e resistentes contra esses discursos e ideologias, gerando forças motriz para mudança de paradigmas pelas vivências e pela Educação Rural e Educação do Campo, por exemplo.

Assim, é necessário atentar aos modos de desenvolvimento identitários, aos processos transitórios representados linguisticamente pelo embate entre “*eu faço tudo, até serviço de homem, mas sofri e sofro muito no serviço de casa e na lida da roça*”, e não apenas ao resultado. Ao mesmo tempo que ela se compara igual ao homem, por fazer o mesmo trabalho que ele – “*faço tudo*”, declara – usa o operador adversativo “*mas*” para dizer que faz, porém, é sofrido – “*sofri e ainda sofro*” –, revelando as contradições e transitoriedades nos múltiplos processos identitários. Isso também pode ser expresso pelo uso do marcador inclusivo “*até*”, deixando entrever a ideia colonial, binarista e patriarcal de que cada um tem suas funções e papéis definidos socialmente entre homens e mulher – “*faço até serviço de homem*”. Com isso, ela reafirma as posições assimétricas de poder incutidas pela hegemonia, sob a influência de

discursos e práticas coloniais vinculadas como verdades incontestadas, produzindo modos de ser subjugados. Para Fairclough ([1992]2016, p. 127), “a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero [...]”. Somos sujeitos múltiplos, incompletos, fluidos, atravessados por uma multiplicidade de vozes, pois a pluralidade é a fonte de tensão e contradição (CASTELLS, 2018) inerentes à constituição humana.

A colaboradora está em uma ordem social que procura neutralizar a arbitrariedade dos fatos: é o reconhecimento da legitimidade das práticas sociais, já que ela age assim desde criança. As ações subjetivadas e objetivadas seguem nessa direção. Com isso, para funcionar bem a dominação e o poder, nessa relação, ela parte do inquestionável refrão, “sempre foi e sempre será desse modo”. Essa reprodução opera por meio de uma *reificação*, que é a “retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal (THOMPSON, 2011, p. 87). Isso porque determinados processos históricos são tratados e transmitidos hegemonicamente como naturais e seu aspecto histórico e social é eliminado e ocultado. A *reificação*, assim, se materializa na naturalização, na eternização das práticas sociais tidas como imutáveis. Outra estratégia ideológica identificada nesse trecho é a *legitimação*, aqui relacionada também ao reconhecimento dos papéis, pois ela “justifica” o porquê de as coisas serem como são, o que, na maioria das vezes, leva à aceitação da doutrinação. Esse dado também marca a diferença das formas de opressão sofridas pelas pessoas que moram nas cidades, já que as formas de trabalho são outras: as mulheres do campo não se ausentam de suas casas para o trabalho, mas trabalham “*na casa*”, “*na lida da roça*” e com os filhos e família, ou moram nas casas das famílias para as quais prestam serviço. No caso da colaboradora, ela não tem renda fixa mensal – a renda provém “*do campo, do gado e do açafrão*” –, marcando outras formas de desigualdades social, de classe e vulnerabilidade de renda, trabalho e território.

Ainda, diante do discurso dessa participante, fica subentendido que ela é a principal cuidadora dos filhos – “*E ainda cuidado das crianças*” –, outra sobrecarga de afazeres além dos trabalhos de casa e do campo – “*faço de tudo, sabe?*”. O operador “*tudo*” marca a totalidade das atividades, dos serviços, bem como da sobrecarga e da exaustão da colaboradora dia a dia devido à tripla jornada. Como visto pelas análises, as relações de gênero, trabalho, relação com a natureza, com a produção de alimentos orgânicos e as relações de poder no mundo rural são ainda mais arbitrárias às da cidade, pois continuam a ser caracterizadas pela subordinação e, inclusive, pela submissão do feminino aos trabalhos do campo, da agricultura, somando mais de duas jornadas. Essa concentração de atribuições dificulta que a mulher se reconheça como

um ser de direitos, dado que a representação de hierarquia patriarcal persiste nas relações como parte da ordem simbólica histórica e cultural. Com isso, o trecho revela elos de opressão que as mulheres camponesas sofrem, para além das mulheres urbanas, proporcionando-lhes leituras de mundo outras em relação à gênero, sexualidade, raça, participação nas decisões da família, territorialidade, ao corpo, à estética, ao trabalho com a agricultura e agroecologia e ao que se refere ao acesso às instituições de ensino, de saúde, a bens de consumo econômicos, sociais e culturais simbólicos.

Com isso, a agenda de luta das mulheres do campo difere da das mulheres da cidade, pois os Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) se apresentam com lutas voltadas para reformas estruturais da terra, democratização das riquezas naturais, políticas públicas que atendam às necessidades da agricultura familiar, da produção de produtos sustentáveis, à preservação da natureza, da água, das sementes, da biodiversidade, da valorização do trabalho e do salário das mulheres do campo. Ademais, também buscam pela participação política e pela equidade de direitos assentados sobre a luta de classes, raças e gênero, ou seja, pela emancipação das mulheres camponesas na batalha pela transformação da sociedade (MMC Brasil, 2018).<sup>40</sup>

E são projetos assim que movimentam as estruturas e empoderam as mulheres camponesas a buscarem seus direitos e a se reconhecerem como parte importante da ação e transformação. Desse modo, a colaboradora apresenta-se também como agente, uma vez que, mesmo tendo autoconsciência da sobrecarga das atividades e papéis sociais, ela se autoafirma, pois, ao final do relato, muda o tom ideológico, discursivo e identitário, desvelado pelo uso linguístico do pronome pessoal em primeira pessoa por mais de quatro vezes (4x), assumindo agência – “*eu me sinto*”, “*eu faço*”, “*eu cuido*”, “*eu sou*”, “*eu aprendi*”, “*me*” – usando a reflexividade para se identificar e representar-se socialmente. Nesse sentido, por meio dos processos internos, reflexivos e autorreflexivos, de estado de espírito, há o envolvimento, uma tensão entre as ações de *pertencimento e recusa* da agente social às atividades, no sentido de sentir-se igualmente responsável a fazer, em virtude daquilo que ela aprendeu a ser e a fazer – “[...] aprendemos a ser o que dizem que somos.” (DUBAR, 2005, p. 147) –, sendo útil aos padrões capitalistas e coloniais. Essas práticas se relacionam às *atitudes, às avaliações e aos*

---

<sup>40</sup> MMC BRASIL – Movimentos de Mulheres Camponesas. **Cartilha feminismo camponês e popular**. [S.l: s.n.], 2018. Disponível em: [http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf). Acesso em: 5 de abril de 2021.

*juízos pessoais*, reforçando estilos e identificações (FAIRCLOUGH, 2003), como visto, fazendo com que prevaleçam os significados identificacionais na fala da colaboradora.

Assim, os modos de ser da mulher, as *representações do gênero social*, são marcadas pela mutabilidade, pela complexidade, em um contexto rural, que se estrutura na tradição, no modelo pré-moderno, mas que traz aqui, também, identidades, que são caracterizadas pela fragmentação, expressa pelos usos “*cuido do gado*”, “*cuido da porta*”, “*cuido das crianças*”, “*me sinto forte, faço de tudo, mas sofro com tudo isso*”; são, portanto, identidades forjadas, reproduzidas e transformadas nos/pelos processos interpessoais – “*tudo isso*”. Ela mesma marca a inter-relação das dimensões articuladas pelo uso linguístico do advérbio de intensidade “*tudo*”, que a leva a identificar-se como “*forte*” e, ao mesmo tempo, triste: “*sofro*”. Assim, essas identidades se compreendem na pluralidade, nos antagonismos, em deslocamentos constantes, que sempre estão cruzando as fronteiras e se redefinindo. Toda essa sobrecarga de atividades – “*faço de tudo*”, “*sofri e sofro muito no serviço em casa desde pequeninha*”, colabora para a falta de visibilidade do “*eu*”, a *reificação*, a *naturalização* e, conseqüentemente, para a crise de valores, de modo que “as existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente interconectados” (BAUMAN, 2005, p. 18).

A relação dos diferentes modos de pertencimento, identificação e representação se mostra nos novos modos de ser, de agir, ver-se a si mesma, sentir-se valorizada, com possibilidades mais críticas do *ser-sentir-viver* pelas *atitudes* (MARTIN; WHITE, 2005), materializadas, mais especificamente, pelos subsistemas de *afeto e juízos* positivos sobre si – “*me valorizar mais*” –, buscar a sua interioridade e a beleza pela *apreciação positiva* do corpo, da estética – “*me arrumar mais*”. Desse modo, passa de julgamento de sofrimento, infelicidade, à felicidade; do “*eu*” irreconhecível ao “*eu*” autorreconhecido, satisfeita/feliz consigo mesma. (Des)articula, então, movimentos ideológicos por processos internos de identificação de sua própria importância enquanto “*ser-sendo*”, processos esses de *empoderamento* (BERTH, 2019) – “*eu sou importante*”. Ela apresenta o autorreconhecimento, a *valoração estética* (MARTIN; WHITE, 2005) pelo uso dos termos “*ver que eu sou linda*”, impulsionada a partir do gatilho dado pelo **Programa Mulheres Mil** – “*agora uma coisa boa no curso*” – no desenvolvimento da crítica e da autocrítica, pautado em orientações dialógicas – “*elas falaram muito sobre isso*”, “*eu aprendi a me valorizar mais, me arrumar mais. Ver que eu sou linda, sou importante... [Risadas] ...*”. Não temos tido espaço para amar nem homens, nem mulheres, nem ninguém muito menos a nós mesmas (LORDE, 2019), era como ela se sentia. Em seguida, trazemos o Quadro 3, com alguns trechos analisados que versam sobre os processos de identificação revelados por Pitanga Posse em sua fala.

**Quadro 3** – Processo de identificação a partir do histórico de vida – Pitanga Posse (ser-sentir-viver)

Antes do curso: subst. de <b>Atitudes – negativa</b>	Depois do curso: Subst. para <b>Atitudes- positiva</b>	<b>Mudança de atitudes – positivas (juízo / capacidade)</b>	<b>Gradação das avaliações</b>
<b>Afeto negativo: emoção:</b> “ <i>Eu não me sinto diferente de homem nenhum</i> ”.	<b>Afeto positivo segurança – emoção:</b> “ <i>Eu me sinto forte e vencedora</i> ”.	“ <i>[...]coisa boa no curso foi que eu aprendi a me valorizar mais.</i> ”	Mais (3x) - “ <i>Ser mais sabida</i> ”
<b>Infelicidade:</b> “ <i>Eu já sofri e sofro muito no serviço</i> ”.	<b>Felicidade:</b> “ <i>aprendi a me valorizar mais. [Risadas]</i> ”.	“ <i>Sou importante.</i> ”	“ <i>Esse curso mexeu comigo.</i> ”
<b>Insatisfação:</b> sobrecarga: tripla jornada – “ <i>cuido do gado, cuida da porta, e cuida das crianças</i> ”, “ <i>Faço de tudo</i> ”.	<b>Apreciação estética: valorização positiva e reação –</b> “ <i>ver que eu sou linda</i> ”. <b>Estética: valorização positiva –</b> “ <i>me arrumar mais</i> ”.	“ <i>Eu tô aprendendo a ser outra pessoa.</i> ”	“ <i>ainda mexe dentro de mim...</i> ”, “ <i>Com minha vida.</i> ”

Fonte: elaboração própria.

É interessante perceber que a colaboradora se desloca para novas posturas identitárias a partir das diferenças reveladas pelo **Programa Mulheres Mil**. Assim sendo, de acordo com Silva (2014, p. 76), “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social”. Essas novas identificações reveladas podem ser entendidas como efeitos do discurso, construídas no discurso como têm sido associadas pelas teorias pós-modernas e pós-estruturalistas (SILVA, 2014), de modo que os processos identitários não são concebidos como processos restritos aos modos textuais ou de linguagem, pois as pessoas são ativas, criam, mudam de postura, alteram posições em maiores ou menores graus de agenciamento.

A esse respeito, para Fairclough (2003, p. 160), com base em Archer (2000), existem dois tipos de agentes no discurso: agente primário, posição em que as pessoas são colocadas involuntariamente desde o nascimento, não sabem se “camponeses ou nobres, classe operária ou média”, pois não escolhem se pobres, ricas, milionárias, são de um gênero social ou de outro, se pertencentes a uma classe de trabalho ou a outra. No entanto, mesmo sendo agentes primários/as, de acordo com os teóricos citados, os/as agentes sociais têm a possibilidade de mudarem seus lugares sociais, de deslocarem seus limites sociais. Essa capacidade de transformação e modificação relaciona-se aos processos de reflexividade, às conversações internas, à internalização, aos discernimentos, às deliberações mais reflexivas e autorreflexivas que podem projetar esses/as atores/as sociais a assumirem papéis sociais de modo diferente, ou seja, incorporando, nesses projetos, seus próprios estilos, desempenhando-os de modo atuante,

integrando, pela dialética, a identidade social e a identidade pessoal. Isso ocorre em movimentos de ir e vir, pois as identidades não são fixas, rígidas, e a partir dessas posições os/as agentes primários/as tornam-se agentes atuantes, partícipes, engajados/as, militantes e/ou “incorporados”/as (RAMALHO; RESENDE, 2006), constituindo novas crenças, valores e subjetivações, estilos e modos de ser aos cuidados de si, do outro e do social, em busca de mudanças sociais. As mudanças internas, os processos reflexivos que estão em desenvolvimento no interior de Pitanga Posse – “*sou linda*” e “*sou importante*” – geram fissuras (LUGONES, 2014) significativas no processo de colonialidade do ser, marcando mudanças identitárias e emancipatórias (FREIRE, 2012; HOOKS, 2017), engendradas pelo **Programa Mulheres Mil**, ao dizer “*eu aprendi*” e “*esse curso mexeu comigo*”. Está na ordem do realizado, mas também do deslocamento, ainda reverberando dentro dela.

Desse modo, o Programa é um dispositivo (FOUCAULT, 2013) pedagógico e social que coopera com o desenvolvimento de processos de subjetivação, identificação e representação de gênero social, agenciadores e plurais, em reverberar-se – “*eu*” – empoderar-se, provocando reflexões, autorreflexões, autorreconhecimentos, e mudanças, como, por exemplo, um rebento de transformação – “*eu tô aprendendo a ser outra pessoa*” – pelo uso do processo “*aprender*” no gerúndio – “*aprendendo*” –, que indica um contínuo, uma ação em curso, de modo que a colaboradora também pode focalizar o processo, e não apenas o produto final. Para Lugones (2014), mesmo em nossas existências colonizadas, somos também desiguais daquilo que o hegemônico nos torna e a tarefa se inicia na tensão da própria mulher, ao conhecer e entender a diferença colonial; a partir daí, ela resiste enfaticamente, torna-se capaz de ver o mundo de modo diferente para ressignificá-lo, renová-lo e começar a aprender com outras mulheres, companheiras de luta, formas diferentes de ser mulher, sair do universal e resistir à diferença colonial. Pelas escolhas semântico-discursivas de “*outra pessoa*” revela-se que é uma nova identidade, novos modos de se ver intersubjetivamente, propósitos sociais menos coloniais e patriarcais, valorizando a sua existência e reinventando as relações de poder, ser, saber e gênero (GROSGOUEL, 2005; LOURO, 2017; LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2007).

É possível observar, aqui, a ruptura com os *processos materiais* anteriores, da ordem do “*fazer*”, e o estabelecimento de um novo tempo, uma (re)elaboração do “*eu*”, pelo aqui e agora da enunciação, indicando processo de identificação (HALL, 2006) – “*sou eu*”, “*eu aprendi*”, “*eu sou importante*”. Nessa ordem, ela usa os *processos mentais*, afetivos – “*mexe dentro de mim*” e “*valorizar*” –, com capacidades de remodelar posições sociais atuais e futuras. Segundo Fuzer e Cabral (2014), os processos mentais são aqueles das sensações, que exprimem noções

de sentir, pensar, perceber, ou seja, denotam afeição, percepção, desejo; referem-se às vivências de nossa consciência. Pitanga Posse, a experienciadora dos sentimentos e pensamentos, marca suas novas identidades, seu estado de consciência crítica em mudança, processando o fenômeno que lhe moveu, os modos de se ver, se representar e interagir com o outro, ela sente-se mais empoderada – “*sou linda*” – e valorizada – “*sou importante*” –, marcando linguisticamente sua identificação, seu estilo, pelo uso dos processos no presente – “*sou*” –, mas os valores outros que também falam dentro dela – “*sofri e sofro*” – coexistem. Isso porque esses processos de mudança na representação e identificação intersubjetiva do gênero, os estilos, as relações de poder, as ideologias e as inscrições identitárias sempre estão em movimento (CASTELLS, 2018) – “*ainda mexe dentro de mim*” –, estão sendo processados na autoconsciência, na autocrítica e na autoafirmação de si. Quanto maior o contato com determinados tipos de texto, maior a possibilidade de (re)significar, engendrar as identidades das pessoas (FAIRCLOUGH, 2003), e mesmo após o curso ela continua sentindo as mudanças dentro de si – “*dentro de mim*” e “*com minha vida*”. Acrescentamos o uso do recurso linguístico “*mais*” reiteradas vezes, expressando a ideia de soma, adição – “*valorizar mais*” e “*arrumar mais*” –, funcionando como um processo de cura pelas *atitudes de afeto positivo* ao descortinar algo, tirar as vendas dos olhos – “*ver*” e “*ver que eu sou linda*”. De outro modo, uma *metáfora* da passagem, saindo de uma visão a outra, modos diferentes, críticos de saber e poder – “*ser mais sabida*”.

A repetição aos padrões, ou mesmo a filiação a determinados discursos por parte das colaboradoras pesquisadas, configura-se em tensões, *relações interdiscursivas* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), as quais estão diretamente ligadas à visão de mundo internalizada por elas, também reveladas em suas práticas discursivas. Desse modo, as representações sociais do que é ser mulher, da adesão identitária ao gênero social, são sustentadas pelos sujeitos na articulação entre outros discursos com o seu próprio discurso; esse intercruzar é inerente à condição humana. Nas relações arbitrárias, em que a mulher reproduz o discurso hegemônico, é interessante notar que ela utiliza os mesmos instrumentos da dominação que sofre – “*não me sinto diferente de nenhum homem*” e “*faço de tudo*” –, isto é, defende o ponto de vista do “outro” elitizado/a, fazendo com que essas ações sejam vistas como normais e naturais. Essas iterações performativas agem de maneira tão natural e hegemônica que criam modelos identitários ficcionais e ilusórios, funcionando como regimes de verdade (FOUCAULT, 2013).

Portanto, pelos trechos analisados observamos que a constituição, a identificação e a representação das identidades de gênero das egressas são perpassadas pelo referencial individual e coletivo de ser mulher, elas se autoatribuem características que ora destoam, ora se

assemelham às atribuições que lhes são destinadas socialmente. Ou seja, as identidades se constituem na semelhança e na diferença, são de caráter plural e flexível (BAUMAN, 2006; CASTELLS, 2018; HALL, 2006; SILVA, 2014). Desse modo, o discurso dela revela o envolvimento a uma ou outra corrente ideológica e discursiva. As egressas aprendem e ensinam com as semelhanças e as diferenças, identificam-se com e nas diferentes formas de si, de se expressarem e compreenderem o mundo, mesmo que, ora ou outra, algumas dessas práticas e discursos (re)produzam as relações de poder das quais buscam se livrar.

As relações de poder e de dominação tornam-se eficazes, porque, diante da sujeição, as mulheres nem sempre vislumbram outras realidades e, com isso, internalizam esses valores e hábitos, tornando-os comuns e, por vezes, inquestionáveis. Em outros momentos de análise, porém, os dados mostram que a constituição discursiva e identitária das participantes aludidas até aqui foi submetida a novas experiências de empoderamento e de saber, dos cuidados consigo e com o outro. Assim, o “saber fazer” – “*eu aprendi*” –, bem como o conhecimento de si – “*eu sou*” – e a valorização do “*eu*” perante o outro – “*mais sabida*” – são marcas de resistência, ou (micro)resistências, de mobilização, transformando-as em atoras sociais partícipes, engajadas.

Os recortes apresentados indicam processos positivos do **Programa Mulheres Mil** na vida social das egressas, como instrumento provocador de mudanças identitárias em termos de autopercepção e percepção do outro, ou seja, significados identificacionais, representacionais, estilos, modos de ser, sentir e agir, acionais. Tais marcas revelam que as representações discursivas, identitárias e ideológicas podem ser diferentes, modificadas, inclusive, para ações mais respeitadas em equidade no que se refere aos direitos da mulher em sua diversidade. Com isso, são necessárias ações de resistência, e ela, a resistência, está no “ser-sendo” e no “estar sendo em relação” ao gênero e ao Outro. Devemos olhar para os “lócus-fraturados” e apostar que nossas pesquisas podem e devem contribuir para um “movimento de coalizão” na diferença, na fissura (LUGONES, 2014).

É importante mencionar que um dos **objetivos** do **Programa Mulheres Mil** apresentados no *Guia Metodológico* se refere às discussões acerca da equidade de gênero. Os relatos das egressas revelam que essa abordagem e esse propósito foram cumpridos durante os cursos, com instrumentos bem semelhantes em todos os *Campi*, como citado por elas: “*palestras, rodas de conversa, dinâmicas, filmes, debates*”, entre outros. No entanto, pelas reflexões e pelos excertos apresentados com/sobre as práticas particulares e pela conjuntura, percebemos que esse tema precisa ser bastante debatido para desafiarmos, assim, a razão única da modernidade/colonialidade ocidental, o poder colonial ainda presente (WASLH, 2013) e

desnaturalizar a história única (ADICHIE, 2017). Com isso, em seguida, apresentamos relatos que desvelam memórias.

#### *4.1.2 Revisitando memórias e descobrindo fendas: “a experiência com as outras colegas, deu até forças”*

Essa subseção traz a continuidade das vivências das egressas e a voz delas sobre suas representações e identificações ao visitar suas memórias. Essa separação em outra subseção se justifica, porque as falas aqui analisadas não são de egressas camponesas, mas de egressas da cidade, que apresentam agendas parecidas, mas também, diferentes daquelas. Além disso, as memórias são fundamento para as mudanças. Esse visitar relaciona-se à primeira pergunta de pesquisa: como se constitui discursivamente o histórico de vida das egressas atendidas pelo **Programa Mulheres Mil** no IF Goiano no ano de 2017, tendo em vista os saberes/vivências, modos de inter(ação), representação e identificação. A pergunta centra-se nos modos de representação e identificação discursivas e identitárias das egressas sobre suas vivências, ainda em atendimento ao primeiro objetivo específico apresentado no começo deste capítulo: analisar representações discursivas relacionadas às questões de gênero social, entrecruzamento de discursos e interseccionalidade.

Para isso, escolhemos a troca face a face por ser uma das melhores formas de aproximação entre os seres humanos. Além disso, possibilita observar bem mais que o uso da fala, analisando também os gestos, a face, a respiração, as emoções expressas em choro, risadas, olhares, enfim, as semioses mais complexas. Essas escolhas refletem a compreensão da linguagem como prática social, porque um dos estabelecimentos centrais da construção teórica e metodológica da ADC é a ideia de que a vida social é feita, é constituída por práticas, e o discurso é entendido como um dos elementos da prática social (FAICLOUGH, [1992]2016). No que se refere ao aspecto identitário, as egressas têm características bem híbridas: ora se aproximam umas das outras, ora se distanciam, o que é normal em um ambiente de pesquisa social. Nos trechos analisados há a coexistência dessa pluralidade de identidades, que não se excluem, mas se complementam, nem sempre de forma harmônica e linear, e sim na contradição inerente ao ser humano e às próprias identidades.

Para tanto, em conformidade com a análise discursiva crítica textualmente orientada, sigo pela dimensão linguística para acessar eventos sociais, práticas sociais e experiências particulares. Assim, durante as entrevistas, elas foram convidadas a refletir e a falar sobre diversos assuntos, como, por exemplo: como você avalia a sua vida antes e depois do **Programa**

**Mulheres Mil?** As respostas foram diversas. Algumas nos chamaram mais a atenção, como é o caso de uma egressa do curso de Salgadeira, realizado no Campus Urutaí:

**Sempre-Viva Urutaí:** *Eu avalio como uma mudança total de vida. As técnicas dos salgados, né? Assim... Eu aprendi muito mesmo. E, também, os direitos.*

**Débora:** *Ah! Sim.*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Eu falo que foi muito importante, porque acredito assim... como a experiência com as outras colegas, que deu até forças pra elas reagirem.*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Pelas agressões não só física, mas também psicológica, que também é muito, né?*

**Débora:** *Claro!*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Porque teve, né? Alguns relatos, né? Durante o curso muitas falaram que sofreram esse tipo de agressão. E os professores falavam assim... pra essas que passavam assim... por isso é... Tomar uma decisão... reagir, assim... sabe?*

**Débora:** *Teve algum momento durante o curso para falar sobre relatos de vida?*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Teve sim. Muitos.*

**Débora:** *Teve ajuda psicológica, assim...?*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Teve. Teve. Nossa! E como. Assim... nesses critérios que você perguntou aí... teve palestra, teve dinâmica, choro, risadas. Igual eu te falei, na hora de responder o questionário, se pudesse eu teria marcado mais [risadas]. Teve muita coisa boa, mesmo. E assim... outra coisa que eu achei muito interessante... foi que assim... às vezes esse convívio fora de casa. Esse espaço que a gente teve assim... de só mulheres.*

**Débora:** *Espaço só pra você, com mulheres, né?*

**Sempre-Viva Urutaí:** *Isso. (Informação verbal).*

A partir da posição “*uma mudança de vida*”, Sempre-Viva Urutaí, afirma que após o curso sua vida mudou, ficando subentendido que a vida antes do curso tinha outras representações e identificações, outros modos de saber, expressar, agir e ser, de modo que as escolhas semântico-discursivas realizadas por ela estão sendo motivadas por aspectos do contexto situacional imediato e pelo contexto de cultura (HALLIDAY; MATTHIENSSEN, 2014), vivenciados antes e depois do curso. Essa dialogicidade realizada por meio da linguagem proporciona a troca de significados com o mundo, com as pessoas, fornece informações e representações, como, por exemplo, sobre os cursos e sobre suas próprias mudanças de vida. Assim, pelo *sistema de avaliatividade* de Martin e White (2005), que é uma ramificação da LSF, os autores propõem a descrição da seleção gramatical usada pelo/a anunciador/a para expor, analisar seu modo de avaliar – “*eu avalio*” – de se posicionar e também de apreciar elementos da realidade, pois analisa-se o texto e o contexto. O/a locutor/a tem a seu dispor um conjunto de opções no âmbito semântico discursivo, denominado de *sistema*, pelo qual, no momento da enunciação, isto é, na *instanciação* (VIAN JR, 2010), os/as atores/as sociais *emitem juízos de valor* sobre si – “*eu aprendi*” –, sobre o mundo – “*eu acredito*” – e sobre o outro, incluindo, portanto, aspectos de identificação.

Nesse cenário, Martin e White (2005, p. 37-38) sistematizaram o *sistema de avaliatividade* para identificar os significados interpessoais das ações do cotidiano realizadas pelos/as atores/as sociais e subdividiram-no em três grandes subsistemas: *atitude, gradação e engajamento*, que, por sua vez, se organizam em outras categorias. Sempre-viva Urutaí demonstra *atitude* em sua fala, categoria pela qual pode-se identificar os sentimentos, as emoções, os julgamentos e as avaliações que as pessoas expressam nos textos (MARTIN; WHITE, 2005). Ela emite um *juízo de valor* em *atitudes de afeto* pelo sentimento de *satisfação* – “*muito importante*” –, desenvolvidas em primeira pessoa, se posiciona como agente ativa, falando das mudanças em sua vida, como forma de ajuizar a sua participação no curso. Aparece, aqui, a categoria de *avaliação* também caracterizada por Fairclough (2003), a qual é moldada por estilos, visto que a colaboradora materializa *afirmações avaliativas explícitas* – “*eu avalio como uma mudança de vida*” e “*muito importante*”. Essas afirmações positivas expressam aspectos favoráveis do curso pela representação da locutora, expressa linguisticamente pelo uso do processo mental (*avalio*) que atribui valoração positiva no processo de comparação – “*como mudança de vida*” –, evidenciando práticas emancipatórias e críticas com o engajamento do “*eu*”, demarcando uma participação agentiva. Logo, pelo uso da categoria de *avaliação* é possível analisar as manifestações de sentido valorativo bom ou ruim, desejável ou indesejável e os vários níveis de intensidade de comprometimento das colaboradoras diante dos julgamentos.

O grau de intensidade pode ser acessado com as posições/representações dessa importância na vida da participante, pelo uso das escolhas linguísticas – “*muito(a/s)*” –, advérbio de intensidade repetido oito (8x) vezes nesse trecho. Essa reiteração do recurso linguístico discursivo “*muito*” denota avaliações de atitude. Ela sinaliza/avalia seus sentimentos pelas *subcategorias felicidade e satisfação* – “*muito importante*” –, avalia a vida dela depois do Programa – “*muito interessante*” e “*aprendi muito mesmo*” – e as reações da coletividade – “*muitas falaram*”. Com isso, o advérbio está assinalando que as transformações aconteceram em grande amplitude na vida delas, como em “*aprendi muito*”, em que marca abundância, em oposição ao sentido de “*poucos*”, à medida que os bons e os maus sentimentos são expressos através do discurso, direto ou indireto. Ademais, Sempre-Viva Urutaí já apresenta uma resposta positiva, julgamento de estima social aos objetivos do **Programa Mulheres Mil**, que teve o intuito de se apresentar como um instrumento transformador, que rompe com paradigmas hegemônicos e traz um debate de enfrentamento às questões de gênero social, às violências, o que pode ser confirmado no discurso dela, pois há uma movência dentro da participante após a realização do curso. Ela focaliza a avaliação nas qualidades, a *apreciação* dela sobre o curso,

pelo modo como o curso age no interior das participantes, como ele trabalha na constituição das emoções – “*deu até forças*”. Ademais, é possível perceber uma *apreciação* de Sempre-Viva Urutaí ao apresentar *afeto*, sensibilidade e compaixão com as histórias de vida compartilhadas, “*teve choro*”, “*risadas*”. A egressa ainda traz uma *atitude de apreciação* de interesse positivo intenso – “*muito importante*” –, bem como de que modo o curso as afeta, com reação, enfrentamento e movências contra-hegemônicas – “*deu até forças pra elas reagirem*” –, também apreendidas aqui pelo nível semântico do discurso.

A transformação está descrita por ela também em relação às habilidades do saber – “*as técnicas dos salgados*” e os “*direitos*” –, em um discurso atravessado por outras vozes, saberes, resultando em micropoderes na vida da colaboradora. Relacionamos essas ações à autonomia do sujeito, proposta por Freire (2012), na busca de ações que visam à reflexão e à produção da crítica emancipatória. Outro aspecto, marcado nesse discurso, é a inserção em um grupo, no sentido de viver em sociedade, na troca de experiências, na constituição do “*eu*” através da interação com o “*outro*”, da alteridade (BAKHTIN, 2006) – “*como a experiência com as outras colegas*”. O verbo “*aprender*” demarca as práticas sociais cujo funcionamento ocorre na relação de alteridade, eu e o outro, nas rodas com potencial dialógico, acionando outros modos de compreensão, vivências e emancipação. É interessante, assim, a construção do conhecimento, a constituição de novas inscrições identitárias nas/pelas práticas sociais e discursivas. Uma ação mútua de se constituir, mas, ainda, de se reconhecer diante do e no outro, são os cuidados de si e do outro diante do mundo (FOUCAULT, 2004).

A partir dos dados, verificamos os momentos/processos de empoderamento (BERTH, 2019) de Sempre-Viva Urutaí ao dizer “*outra coisa que eu achei muito interessante*”, marcando o posicionamento, a tomada de turno, o ser social agente na assumida da voz e emitindo avaliação, mas, também, um empoderamento em nível de coletividade – “*só mulheres*”. Essa postura de agência ocorre também pela marcação linguística na escolha em usar o pronome pessoal em primeira pessoa do singular – “*eu*”, ao tomar o turno e definir, pelo uso dos *processos mentais*, sua opinião sobre algo – “*eu achei*”, “*eu aprendi*”, “*eu falo*” e “*eu avalio*”. Assim, no relato, são intensos os indícios apresentados quanto ao processo de estruturação de suas identidades, indicando uma maior atitude para fazer com que as coisas aconteçam, se modifiquem (FAIRCLOUGH, 2003). Com isso, atua como agente de transformação de suas próprias práticas a partir das ações discursivas engajadas e formativas do Programa. Ela diz isso em relação à possibilidade de sair de casa e frequentar o curso destinado especialmente às mulheres. Os sentidos indicam que essa saída foi percebida de modo legítimo perante o parceiro e a sociedade, sem ser questionada, e estar em pares – “*só mulheres*” – é apreendido, aqui, como

um ato de liberdade, nas mais diversas representações femininas da identidade de gênero. Essa sensação de pertencimento/estar em determinado grupo em exclusão a outros pode ser expressa pelo uso do advérbio de exclusão/inclusão “só”, o qual inclui a presença apenas das mulheres e exclui a presença de outros grupos. É ter “*espaço*”, um lugar de respeito para falar e ouvir sem ser interrompida, por exemplo, pela voz masculina, é a ausência do “dominador” que a todo tempo toma o turno.

Toda essa convivência foi significativa – “*uma mudança total de vida*” e “*deu até forças pra elas reagirem*”. Essas são as relações de semelhança e de diferença expressas por Silva (2014), a dualidade de identidades não apenas no sentido de duas identidades, mas múltiplas. Ela se coloca em posição diferente das colegas ao dizer “*deu forças pra elas reagirem*”, tendo sido essa reação não no âmbito pessoal, mas nas outras, na relação “eu” distante do “*ele/tu*”, nesse caso, “*elas*”. Os dados evidenciam a demarcação de fronteiras entre as ações, dela e das outras participantes do curso. Pelo menos duas interpretações são possíveis aqui: ela já se sentia confiante antes mesmo da convivência com as outras alunas, ou ela ainda não se sente com forças para reagir como as outras – “*elas*”. Daí esse distanciamento expresso no discurso. Também o uso do advérbio “*total*”, como recurso linguístico, marcando que nada falta, sendo, então, um intensificador que nos remete à ideia de mudança completa, inteira, em todas as partes de sua vida social. As reações deram “*até*” uma demanda de forças para as outras colegas. A quantidade/a intensidade das mudanças se deram em tamanhas proporções que foi possível “*até mesmo*” inter(ação), (re)programação de outras posturas diante da realidade vivenciada.

Nesse sentido, nos respaldamos em Orlandi (2005), ao dizer que a constituição do sujeito se dá no imbricamento da língua, da história e da ideologia, a fim de que haja sentido. Quanto às tensões sofridas pelo “eu” e sua busca por novas identidades, como expresso pela participante em “*os professores falavam assim*” e “*tomar uma decisão... reagir, assim... sabe?*”, ela materializa, no discurso, que os/as professores/as incentivavam a tomada de decisão, a ativação da agência às colaboradoras, como um processo de transformação. Essa ênfase se dá pelo uso dos verbos que marcam ação, mudança e, de acordo com Fairclough (2003), um enfoque na agência define as formas nas quais os/as agentes estabelecidos/as produzem eventos, ações e textos. Logo, a relação entre as estruturas e a agência é dialética, de modo que se influenciam mutuamente.

A partir da tensão entre os modos de ser e de representar, como observado nos dados – “*Tomar uma decisão... reagir*” –, há um conflito na constituição dessas identidades, descrevendo uma força emocional, uma reação, expressa em termos de *atitude* de apreciação do curso com *valor* de qualidades positivas. Esse conflito também é fruto da modernidade

tardia, momento em que encontram espaço e referência no surgimento do que Giddens (2002, p. 198) chama de “política-vida”, termo que pode ser entendido como uma política “das decisões de vida”. Essas decisões são necessárias diante do profundo impacto das mudanças econômicas e sociais da modernidade tardia, que significam novos desafios nos próprios estilos de vida. Para o autor, entra em cena também a *noção de reflexividade*, pois ele propõe que todo sujeito “vive uma biografia reflexivamente organizada em termos de fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida”. Na direção apresentada pelo autor, todos nós, em proposições diferentes, somos conscientes da constituição reflexiva da atividade social e dos desdobramentos desse processo em nossas vidas. Essas afirmações coadunam com as concepções de Fairclough (2003) e de Pedro (1997) sobre a postura dos/as atores/as sociais em agentes capazes de agir no social e em suas próprias decisões de vida, negando o sujeito assujeitado de Althusser (1974).

As marcações de tempo verbal identificadas no relato mostram a preocupação da colaboradora em delimitar a “*mudança total de vida*” ocorrida “*durante o curso*”, isto é, apresentar o desenvolvimento de habilidades cognitivas – “*os direitos*” –, interpessoais – “*as experiências com as outras colegas*” –, psicológicas – “*as psicólogas*” – e profissionais – “*as técnicas dos salgados*”, por diferentes estratégias metodológicas – “*palestras*”, “*dinâmicas*”, “*relatos de vida*”, “*risadas*”, “*choro*”. Para marcar esse desenvolvimento cronológico ela usa as formas verbais, as locuções adverbiais e o contexto. Segundo Coroa (2005, p. 34), os verbos exercem a função de estabelecer o tempo da “ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte”. Há outros elementos, assim como os verbos, que também colaboram para a marcação temporal, como, por exemplo, as conjunções, as locuções e os números. No relato da egressa há uma predominância de verbos no *presente do indicativo*, mostrando recusa ao passado em favor do presente, que precisa tomar posição pelo uso dos verbos “*avalio*”, “*falo*”, “*acredito*”, “*é*”, “*tomar decisão*”, “*reagir*”, “*falar*”, “*conviver*”, “*responder*”, indicando os significados acionais, os modos de agir, as mudanças identificacionais (estilos), marcando a continuidade das ações (COROA, 2005) no interior de cada uma. Para mostrar a narrativa e a concretização dos novos saberes ela usa os verbos no *pretérito perfeito simples* – “*aprendi*”, “*foi*”, “*teve*” (6x), “*deu*”. Já nos verbos “*falavam*” e “*passavam*”, faz o uso do *pretérito imperfeito* para marcar as fases da formação com as colegas e com as docentes. Com isso e sobre os significados dos discursos, Sempre-Viva Urutaí fala sobre o que foi o curso para ela, destacando-se, desses momentos, as significações representacionais e, também, as identificacionais, pois são constituídas dialeticamente e ela menciona que foi bom o convívio fora de casa, as mudanças que o curso proporcionou em sua

existência pelas experiências só com mulheres, os direitos e as técnicas, revelando estilos e ações outras.

Organizamos, de forma resumida, nos Quadros 4 e 5, alguns trechos destacados no texto para facilitar a visualização das *atitudes de avaliação* e das *escolhas linguísticas* usadas por Sempre-Viva Urutaí, sobre os modos de *representação* dela *sobre o curso*, assim como os modos de *identificação de si* e da vida após a participação no Programa.

#### Quadro 4 – Representações sobre o Programa Mulheres Mil para a vida – Sempre-Viva Urutaí

Agora social / Processos de avaliação	Modos de avaliação: Atitude: <b>apreciação</b> explícita/ <b>juízo de valor</b>
Eu falo que foi (processo comportamental / material)	<b>Muito importante</b> (advérbio/adjetivo)
Deu	<b>Até forças</b> para elas <b>reagirem</b> (conflito, resistência)
Eu achei (processo mental cognitivo)	<b>Muito interessante</b> (advérbio / adjetivo)
Eu falo (processo comportamental/)	Espaço, convívio fora de casa, <b>só</b> de mulheres ( <b>inclui/exclui</b> )
Teve	<b>Muita</b> coisa <b>boa</b> mesmo (advérbio / adjetivo)

Fonte: elaboração própria.

#### Quadro 5 – Identificações de si – após o Programa Mulheres Mil – Sempre-Viva Urutaí

Categoria: Avaliação e escolhas lexicais	Modos de avaliação: apreciação explícita / juízo de valor
Eu avalio (processo mental cognitivo)	Como uma <b>mudança total</b> de vida (transformação engendrada pelo curso na vida dela)
Eu aprendi (processo mental cognitivo)	<b>Muito</b> mesmo: técnicas dos salgados; os direitos; as experiências com as outras;
Eu: primeira pessoa do singular – marca agência ativa da colaboradora.	

Fonte: elaboração própria.

Ainda em relação a possíveis alterações depois do curso, trago também a voz de Bromélia Iporá acerca desse questionamento que fala das possibilidades de mudanças discursivas e identitárias engendradas durante e que ainda continuam após o curso. São posições distintas, uma vez que valorizam motivos diferentes, mas todos indicam movimentos, ação, transformação. Os dados mostram que a opinião das duas se entrecruza e dialoga, mesmo sendo de cidades, vivências e territorialidades tão distantes. É interessante lembrar que os dois Campus, Iporá e Urutaí, ofertaram o mesmo curso, o de Salgadeira. Em relação a factíveis mudanças, no campo profissional, elas deixam entrever, em seus discursos, as vantagens em aprender a produzir de modo profissional, a partir das orientações que receberam no curso de formação. Bromélia Iporá fala das mudanças ocorridas em sua vida devido ao curso e deixa entrever a possibilidade de se tornar empreendedora e colocar em prática o que aprendeu no curso:

**Bromélia Iporá:** *Teve totalmente, porque... agora eu quero trabalhar com o que eu aprendi no curso. Eu quero ser empreendedora como o curso ensinou a gente. A gente teve aulas de empreendedorismo JUNTO com o curso. Então eles ensinaram a gente como administrar um negócio.*

**Débora:** *Uhum!*

**Bromélia Iporá:** *Aí eu trabalhei agora, há pouco tempo de carteira assinada, pra mim JUNTÁ o dinheiro pra mim abrir meu próprio negócio. Inclusive estou de aviso para sair e começar.*

**Débora:** *Que bacana! Além das aulas de empreendedorismo, teve alguma disciplina que te ajudou a decidir que você queria isso?*

**Bromélia Iporá:** *Teve. Teve. Ah!... Teve as aulas de empreendedorismo. Teve. Teve, também as aulas com a professora Aline, e ela ensinou a gente como... calcular... calcular tudo.*

**Débora:** *Certo! Calcular todo custo?*

**Bromélia Iporá:** *Isso. Ela, ela foi chave. Ensinou que tudo deve ter o preço, principalmente o nosso trabalho, a mão de obra. Ela foi ótima! Decisiva. (Informação verbal).*

Bromélia Iporá materializa, em seu discurso, significações identificacionais, a autoidentificação e o reconhecimento de si, de suas novas ações, em significados acionais a partir da reflexão e externalização sobre a condição de vida dela antes do curso e a tomada de decisão, as (inter)ações, devido aos novos valores desenvolvidos no **Programa Mulheres Mil**. Ao analisar o trecho pelas *escolhas linguísticas*, como, por exemplo, para marcar as diferenças entre o desejado e o realizado, temos, em relação ao campo dos desejos, a escolha, por ela, dos termos “*eu quero ser empreendedora*”, revelando a representação das experiências internas, dos desejos, das crenças, dos valores cognitivos – “*querer*”. Já para as atividades concretas, no campo das ações realizadas, dos processos do fazer, menciona “*eu trabalhei*” e “*abrir meu próprio negócio*”. Assim, o verbo “*querer*”, no modo indicativo, demonstra uma aspiração, um desejo, expresso na primeira parte do relato. Já na segunda parte, ela traz os verbos que marcam ação, acontecer – “*trabalhei*” e “*abrir*”. Ela já agiu, já trabalhou para “*abrir o próprio negócio*”, no âmbito do realizado. A atora social estabelece uma quantidade de mudança no fluxo do evento, ela é quem provoca a ação e que, efetivamente, ela será a participante beneficiada, modificada pela própria ação. O curso é apontado por ela como um marco que sinalizou a possibilidade de mudança de vida – “*totalmente*” –, de profissão – “*ser empreendedora*” – de ter “*o próprio negócio*”, sair da zona do desejo e entrar no campo da atuação.

De acordo com Fairclough (2003), é constituir-se com a identidade social e observar os papéis sociais assumidos, investindo-os em sua própria personalidade, ou identidade pessoal – “*inclusive estou de aviso para sair e começar*” –, ou seja, agir, desvelando os significados acionais, operar agora em função do seu próprio desejo. Os enunciados trazem a agência da colaboradora em potencial a partir da sua constituição também pela perspectiva coletiva, o curso. Com isso, a fronteira, compreendida como um lugar de segregação, separação de pessoas

e lugares é significativa para pensar tanto as demarcações coloniais quanto a contrapalavra pela dimensão cultural, isto é, colocar em tensão as questões opressoras e hierárquicas de gênero, sexualidade, divisão racial do trabalho, classe. Pela análise do discurso da colaboradora, o lugar de fronteira, à margem (ANZALDÚA, 2005), deve ser compreendido também pela imagem a partir da qual se constroem espaços de enunciação, contestação, local onde se encontram os saberes e as experiências capazes de deslocar o sujeito da naturalização dos discursos hegemônicos, da vitimização, para condições reflexivas, críticas e posturas de agenciamento, transformando-as em atoras sociais protagonistas de sua própria história. “‘Cruzar fronteiras’ significa não respeitar os sinais que demarcam – ‘artificialmente’ – os limites entre os territórios das diferentes identidades” (SILVA, 2014, p. 88, grifos do autor).

Ademais, a colaboradora assume novas formas discursivas e identitárias, novas *aspirações*, desvelando a alteração nos modos de entender e interpretar as possibilidades de renda para a família, pela abertura de um empreendimento: “*agora eu quero trabalhar com o que eu aprendi no curso. Eu quero ser empreendedora como o curso ensinou a gente*”. São movimentos constantes de desestabilidade e subversão aos valores dominantes que incutem a ideia de identidade fixa e rígida. É revelado alto *grau de envolvimento* da colaboradora com os saberes aprendidos no curso, que possibilita agenciamentos, *atitudes* em termos de *apreciação*, *satisfação* e mudanças identitárias, discursivas e profissionais em novos estilos de vida e de trabalho. Ela manifesta, em seu discurso, essas duas formas de superação da condição profissional atual. Bromélia Iporá assume a própria voz, em primeira pessoa, se posiciona em novos modos de identificação da agente social – “*eu quero trabalhar...*”, “*eu quero ser...*”, “*eu quero ter*”. São marcas de identificação no discurso de modo individual – “*eu*”. Na representação da colaboradora o Programa tem uma agência, ele age movendo-a, de modo que ela elucida seus próprios modos de agir, expressos pelo pronome pessoal em primeira pessoa do singular – “*eu*” –, mas também marca a presença das outras mulheres – “*a gente*” –, indicando “*nós*” – “*o curso ensinou a gente*”. Ela inclui-se e inclui as outras mulheres no processo de aprendizagem. O uso do pronome “*a gente*” demonstra inclusão e ativa outras mulheres pela aproximação e intimidade entre elas.

É importante mencionar a presença de outras semioses, como a entonação, pois ela fala em voz alta e rápido em relação às aulas de empreendedorismo “*JUNTO*” com o curso. Ela mesma trabalhou para “*JUNTÁ*” dinheiro e abrir seu “*próprio negócio*”, de maneira que ela imprime entonação e ritmo ao atribuir *sentido de valor* ao curso e às suas próprias ações e modos de interação, marcando a ênfase em adquirir, “*JUNTÁ*” bens para tal atitude de “*abrir*”. Ainda, podemos falar da *escolha linguística* do pronome possessivo “*meu*”, reforçando a ideia

de agência da egressa em destacar a posse do empreendimento. De acordo com Fairclough (2003), a entonação, o ritmo, enfim, os aspectos fonológicos são traços que denotam estilos, identificação dos atores sociais, visto que estilo também envolve a interação da língua com a linguagem corporal, identificando-a.

A esse respeito, é notório o empoderamento (BERTH, 2019) da mulher em relação à tomada de decisão, expressa em seu discurso pelo uso dos termos “*abrir meu próprio negócio*”, “*ser empreendedora*”, “*começar*”. Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 44), “o poder está a todo momento sendo disputado, reafirmado e perseguido, seja por aqueles que o detêm, seja por aqueles explorados em razão de sua condição social”. A egressa mostra, pelo discurso, o movimento de reflexão acerca das posições e papéis sociais assumidos por ela, de modo a voltar-se aos cuidados de si, em uma experiência que não pode ser transferida a outra pessoa, é a liberdade em se movimentar na direção que ela agora escolheu realizar a partir de uma experiência externa, do outro. As construções discursivas lexicais da colaboradora fazem-nos pensar nas práticas sociopedagógicas e formativas executadas pelo **Programa Mulheres Mil** e, a partir da fala da colaboradora, percebemos os efeitos causais do Programa em suscitar o engajamento ativo das envolvidas, sendo esses/as docentes e participantes. De outro modo, os movimentos de alteridade (BAKHTIN, 2006) articulados entre “eu” e o “outro” contribuíram para o aumento de uma consciência crítica, materializada em processos de mudança de postura com ações de enfrentamento tanto nos âmbitos individuais quanto nos coletivos. Com isso, ao desvendar a existência de possibilidades outras para a vida, as pessoas podem estabelecer práticas de contestação aos regimes de verdade estabelecidos pelos padrões dominantes e opressores do capitalismo e colonialismo.

A professora Aline, mencionada pela colaboradora, é a concretização do “outro” na constituição identitária, marcada pelo uso da *metáfora* “*ela foi chave*”, “*decisiva*”. Nesse sentido, “*ser chave*” é ter a possibilidade de abrir algo, de dar abertura a outros lugares, uma passagem, como pode ser capturado no discurso da egressa, inclusive na importância das aulas da professora Aline para aprender a “*calcular tudo*”, chamando a atenção para o uso do *recurso linguístico* intensificador “*tudo*”, isto é, o cálculo de todas as partes do processo de produção, “*principalmente o nosso trabalho*”. De acordo com Lakoff e Johnson (2002), as *metáforas* estão presentes em todos os tipos de linguagem da vida cotidiana, inclusive nas ações e no pensamento; já para Fairclough (2003), ao usarmos as metáforas para nos comunicar estamos construindo nossas realidades de uma maneira específica, e não de outra, produzindo representações diversas sobre a vida e sobre o mundo. Assim, a metáfora usada pela colaboradora evidencia a importância da professora Aline a partir do termo “*foi decisiva*”.

Soma-se a isso, na análise do trecho, que a colaboradora *avalia em atitudes apreciativas* a significância das aulas de empreendedorismo para a constituição dos novos modos de ser, saber e fazer das egressas.

Como Sempre-Viva Urutaí, Bromélia Iporá também atribui *juízo de valor* à professora e às suas práticas docentes ao dizer que “*ela foi ótima*”, “*decisiva*”, “*foi chave*”. Pelo uso da categoria de *avaliação*, analisamos que ela utiliza as afirmações avaliativas explícitas (FAIRCLOUGH, 2003) para expressar *satisfação* aos princípios e aos saberes mediados pela professora de empreendedorismo, assinalados em “*JUNTO*” do curso. Segundo Giroux (1997), a partir de posicionamentos críticos e agentivos, bem como embasados em teorias críticas, é possível que os/as professores/as, como agentes públicos de transformação, como pode ser visto nas práticas da professora Aline, possibilitem o desvelamento de mecanismos de dominação e poder. Essas *práticas de contestação* são essenciais para atingir níveis de resistência e transformações efetivos na vida social dos/as envolvidos/as, interseccionando teoria crítica às suas próprias experiências de vida, rompendo, assim, com as ideologias dominantes e coercivas. Unidos desses saberes, os/as atores/as sociais podem desenvolver práticas discursivas e identitárias autorreflexivas, autoemancipatórias, como pode ser visto no discurso de Bromélia Iporá. Os enunciados analisados sobre os modos de representação da colaboradora em relação à professora e a importância no processo formativo estão materializados no Quadro 6.

**Quadro 6** – Representações sobre o fazer docente do **Programa Mulheres Mil** na mudança de vida – Bromélia Iporá

Categoria: Metáfora	Categoria: avaliação - apreciação explícita/juízo de valor
Ela foi chave	Ela foi <b>ótima. Decisiva. Ensinou</b> a gente a <b>calcular tudo</b> .

Fonte: elaboração própria.

O envolvimento da colaboradora com o curso, com as práticas discursivas e atividades propostas, igualmente aos novos estilos de vida, instauram em Bromélia Iporá um sentir-se encorajada, ativa e capaz. Esses novos modos garantem o *posicionamento de inclusão* no discurso e nas práticas de mudança, é uma “política de vida”, nas palavras de Giddens (2002). Também é adesão a outras formas de representar as identidades de gênero feminino, as quais ela ainda não experienciou: ser empreendedora, significação acional, mover-se, ter seu próprio ramo, concorrer no mercado. Assim, são constituídas novas formas a partir do coletivo, da diferença e do outro. Além disso, as atividades tornaram-se também significativas, devido ao laço de afinidade e afetividade criado entre as colaboradoras e a docente, o que tornava o evento aula mais suave e distante dos modelos tradicionais, bancário, nacionalizante, decorativo. Isso

porque, a partir do relato da colaboradora, observamos que eram menos verticalizados e mais carregados de valor – “*ela foi ótima*”, “*decisiva*”, “*aprendemos demais*” –, de modo que a aprendizagem se torna expressiva, mais afetuosa e com a participação coletiva dos envolvidos no processo de aprendizagem e na troca de saberes (HOOKS, 2017). Há, portanto, *avaliações explícitas e diretas* (FAIRCLOUGH, 2003) sobre a professora e sobre a formação através dos adjetivos valorativos. Em relação à *modalidade* (FAIRCLOUGH, 2003), é revelado um alto grau de envolvimento e comprometimento da atora social com suas declarações.

É importante trazer as contribuições de Foucault (2013) acerca da relação entre poder, saber e ser. De acordo com Foucault (2013, p. 30), um emana do outro, sendo que “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”, nas quais saber e poder também influenciam na constituição do ser. Assim, ao mesmo tempo em que Bromélia Iporá tem o “*saber fazer*”, a prática de fazer salgado, aliado ao saber legitimado pelo curso, ela desenvolve o “*saber poder*” pela obtenção de um certificado, que a autoriza e lhe concede poder para tal função; ela, então, sente-se empoderada e capacitada. É a relação do saber científico aliado à prática, em oposição a uma relação de dicotomia entre o teórico e o prático, entre os diversos saberes e os saberes ignorantes (SOUSA SANTOS, 2010).

Pelo discurso, a egressa se declara apta a exercer essa função e tem mais legitimação (institucional) em relação às demais pessoas que trabalham como salgadeiros/as e não fizeram um curso profissionalizante. Isso devido às convenções sociais que se estabelecem ao portar um certificado profissionalizante, e, principalmente, em uma instituição federal, que, queira ou não, constitui certo *status*. Esse é um problema social que também daria uma tese, visto que as pessoas não têm as devidas capacitações pela falta de políticas públicas que garantam as vagas e a entrada no mercado de trabalho de modo igualitário. Esse último no sentido de ter vagas para todos/as, independentemente das diferenças (gênero, raça, classes, território, renda), e não simplesmente pensar que as pessoas trabalham na informalidade e sem os saberes institucionalizados porque querem. Esse é mais um discurso construído pelo neoliberalismo, deixando nas mãos das pessoas a responsabilidade e a culpa por terem ou não as capacitações e as certificações “necessárias” ao mercado, quando, na verdade, o problema estrutural é bem maior e mais complexo. Pelo discurso das colaboradoras, percebemos que os objetivos do Programa se asseguram em parte, no caso, em relação às novas perspectivas de vida, à autoestima e ao empoderamento. O conhecimento construído individual e coletivamente sobre as atividades de empreender e sobre os custos para “*abrir o próprio negócio*” é estratégia e

processo de empoderamento (BERTH, 2019), que também opera, nesse contexto, como elemento constitutivo dessas novas identidades de vida.

De acordo com Fairclough ([1992]2016), a relação entre discurso e prática se dá de modo dialético e contribui para a virada discursiva, para a modificação da prática social num movimento de ir e vir, que tem como elemento o discurso. Os dados revelam alteração nas (inter)ações, nos eventos sociais, nos modos de identificar e de representar o mundo pelas colaboradoras, no que se refere ao antes e ao depois do curso, configurando-se em diferentes vozes e atoras sociais que atuam em seus próprios discursos. Pelo discurso das colaboradoras foi engendrada uma “*mudança, total*”, “*totalmente*”, em “*tudo*” que pode aos poucos promover transformações nas estruturas, nas relações de gênero e na constituição das identidades dessas mulheres. Como destaca Fairclough ([1992]2016), para que as pessoas possam viver nesse universo tão complexo elas precisam mais que apenas serem levadas, precisam de recursos para examinar sua posição na sociedade e esses recursos incluem, como se observa aqui, a necessidade de uma consciência crítica de linguagem, debates emancipatórios e contra-hegemônicos para que os sujeitos reconheçam, de forma orgânica, a sua existência, suas forças e capacidades de reagir contra as opressões sociais e ressignificarem suas práticas. No entanto, isso não é algo que acontece rapidamente e sem lutas, resistências, mas temos aqui um broto, um caminho.

Nesse sentido, em seguida apresentamos as vivências das egressas que indicam a significância da constituição de gênero social para a compreensão das identidades pessoais e coletivas.

#### *4.1.3 Gênero social e suas diferentes representações: o cruzamento de vozes e discursos.*

*“Somos diferentes, mas somos todos humanos”*

Vale recuperar que o **Programa Mulheres Mil** é uma das políticas públicas implantadas nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que visavam a inserção das mulheres em lugares sociais negados por anos. Assim, por meio da qualificação profissional e do debate engajado com a circulação de discursos contra-hegemônicos, trazidos pelos cursos de formação inicial e continuada (FIC), buscava-se, entre outros objetivos, reduzir a desigualdade de gênero através do debate e de posicionamentos críticos acerca dos processos históricos, patriarcais, simbólicos, sociais, políticos e culturais sobre a constituição do gênero e suas opressões. Segundo expresso pelas egressas, os cursos foram planejados com vistas a cumprir essa meta. No que se refere às entrevistadas, ao falar sobre, podemos concluir que os cursos abordaram sim

essa temática, com maior ou menor intensidade. Apresentamos, a seguir, as palavras de três egressas de diferentes lugares, que explicaram diretamente essa abordagem nos cursos (gênero social e respeito às diferenças): Lobeira Rio Verde, Esponjinha Ceres e Sarandi Hidrolândia:

**Lobeira Rio Verde:** *A sociedade em si, ainda vive um pouco a época da caverna ainda, porque existe muita desigualdade. Eles acham ainda que a mulher em si tem que ser muito submissa ao homem. Eu não concordo com isso. Não penso assim. Deus fez a mulher e o homem para andar lado a lado, e não um melhor que o outro, somos diferentes, porque um é homem, outro é mulher, mas somos todos humanos. No curso as professoras falavam nisso quase todas as aulas... Que a gente não pode se calar. Temos que mostrar o nosso lugar e o nosso valor. A gente sentava em roda, às vezes no começo ou no final da aula, para falar disso, sabe? Ela levava palestrante para falar das leis. Teve até psicóloga para a gente conversar. Muito bom! (Informação verbal).*

O excerto de Lobeira Rio Verde revela a presença de outros discursos e vozes, ao externar suas representações sobre as diferenças entre os gêneros. Existe, assim, uma articulação de diferentes discursos, chamada de *interdiscursividade* (FAIRCLOUGH, 2003), onde se encontram várias articulações, ordens de discursos diversos em um mesmo texto, o hibridismo de discursos presentes nos relatos da colaboradora, demonstrando como ela representa os diferentes gêneros, considerando os aspectos ideológicos, discursivos e identitários. No trecho da colaboradora há o *atravessamento de vários discursos*, que assinam os constituintes tradicionais, conservadores, patriarcais, históricos, sociais, culturais e de resistência sobre gênero social (CONNELL, 2013; CRENSHAW, 2004; GROSFUGUEL, 2016; LUGONES, 2014).

Nesse sentido, a colaboradora aciona o *discurso tradicional* e conservador pelo trecho: “*A sociedade em si, ainda vive um pouco a época da caverna ainda, porque existe muita desigualdade*”. Ela relaciona a desigualdade a hábitos antigos – “*da época da caverna*” –, algo que já devia ter sido superado, no entanto, algumas pessoas “*ainda vive um pouco*” essa realidade, a qual pode ser reportada às opressões e às práticas coloniais de submissão e obediência, expressas por “[...] *eles acham ainda que a mulher em si tem que ser submissa ao homem*”. Ela aciona também as ordens de *discurso religioso*, cristão, por meio dos termos “*Deus fez a mulher e o homem para andar lado a lado, e não um melhor que o outro*”, para legitimar sua argumentação sobre a constituição de gênero social centrada na igualdade. Lobeira Rio Verde revela, depois, a representação do gênero social fundamentada no discurso binarista da diferença sexual pelo viés biológico entre homens e mulheres, expressos em “*somos diferentes, porque um é homem outro é mulher*”. Em seguida, porém, ela mostra a superação a essas divisões ao relacionar a representação de gênero social ao discurso de respeito à

identidade e à diferença (SILVA, 2014) – “*somos diferentes, porque um é homem outro é mulher, mas somos todos humanos*” –, no qual o humano – “*todos humanos*” – sobressai a qualquer separação de gênero pela identidade e pela diferença – “*um homem e outro mulher*”.

Aparece, também, o *discurso de resistência* (HOOKS, 2017), engendrado pelo curso – “*as professoras falavam nisso quase todas as aulas...*”, “*que a gente não pode se calar, temos que mostrar o nosso lugar e o nosso valor*”. As posições críticas advindas do curso, nas/pelas quais ela mostra engajamento, são marcadas pelos processos de “*não pode se calar*” e “*mostrar lugar e valor*”, assinalando, *linguística e discursivamente*, a posição de agente consciente e crítica de seu espaço, valor e importância – “*a gente*”. Ela demarca socio-discursivamente o pertencimento às identidades e ideologias de autorreconhecimento – “*nosso lugar*” –, na resistência, e defende o lugar que lhe é de direito – “*mostrar nosso valor*”. Quando a colaboradora se utiliza de vários exemplos para falar sobre determinado tema, ela quer confirmar seu ponto de vista sobre o assunto. A referência a diversos discursos também mostra as constituições internas, as significações acionais e identificacionais ainda sendo desenvolvidas, mesmo após o curso, em que ela trilha por várias concepções apresentadas e debatidas pelas/nas vivências das participantes, pelas histórias das outras egressas, palestras, rodas de conversa, mostrando as confrontações e reflexões contra os discursos de tradição e o engajamento às posturas críticas com potencial para desnaturalizar a constituição de gênero social e suas intersecções. Com isso, é possível analisar as representações dela sobre o mundo, os traços identitários e discursivos a partir de suas *escolhas linguísticas* e de seus posicionamentos.

A princípio, Lobeira Rio Verde não se coloca no discurso – “*a sociedade em si*” –, mantendo um distanciamento e fazendo uma referência explícita aos discursos tradicionais, conservadores e patriarcais – “*ainda vive um pouco a época da caverna ainda*”, sendo importante observar o uso das formas gramaticais (FAIRCLOUGH, 2003) na análise da *interdiscursividade*. No trecho, temos a utilização do *recurso linguístico* “*um pouco*”, cumprindo a função de modalizar a fala ao mensurar a quantidade de pessoas que se filiam a esse discurso, na opinião da colaboradora. Outro aspecto interessante é o uso linguístico do advérbio de tempo “*ainda*”, por três vezes, deixando entrever as modificações ocorridas, mas “*ainda*” têm pessoas com pensamentos antigos e tradicionais, “*da época da caverna*”, por isso ela justifica que “*ainda existe muita desigualdade*”, assinalada pelo advérbio de intensidade “*muito*” – “*muita desigualdade*”.

A colaboradora se assume no discurso em posição ativa (PEDRO, 1997), pelo uso da primeira pessoa – “*eu*” –, para expressar contestação, “*não*”, aos discursos tradicionais

mencionados por ela – “*eu não concordo com isso*”, “*não penso assim*” – como uma parcela da sociedade. Ela, a experienciadora, utiliza os processos mentais da ordem do sentir, do pensar – “*não concordo*”, “*não penso*” –, para apresentar suas relações cognitivas sobre o assunto, o fenômeno e o mundo. As construções discursivas e identitárias deixam entrever deslocamentos vinculados à progressão, à organização do discurso, bem como as estratégias de referenciação a outras ordens e vozes para manifestar a subjetividade, estabelecer a negociação intersubjetiva de crenças, *juízos e valores* a respeito dos temas discorridos. Os trechos mostram o reconhecimento de outros modos possíveis de ser, sentir e viver “ser-sentir-viver”, constituídos nos momentos de formação desenvolvidos no curso. Em todos esses processos, a linguagem tem o objetivo de mobilizar recursos para requerer mudança social, conforme afirmam Chouliaraki e Fairclough (1999). Assim, o Programa é apontado como uma ponte para as rupturas tradicionais e o acesso às novas formas de agir, sentir, ser, resistir e representar as questões de gênero social. Esse mover do curso – “*a gente se sentava em roda*”, “*quase todas as aulas*”, “*palestrantes*”, “*psicólogas*” – ainda reverbera, não está resolvido, mas em movimento, em processo de constituição de novas identidades, estilos, modos de ser, de sentir e de agir (FAIRCLOUGH, 2003), pois esses são entendidos como processo, e não como sistemas fechados e acabados (HALL, 2003); ademais, cada ordem de discurso gera representações específicas sobre o mundo e sobre si, que influenciam as (inter)ações na atividade material. Em seguida, apresentamos um quadro para sintetizar as inserções interdiscursivas analisadas no discurso de Lobeira Rio Verde, de maneira a facilitar a visualização dos vários discursos mobilizados por ela.

#### Quadro 7 – Interdiscursividade nas representações de gênero social – Lobeira Rio Verde

<p><b>Discurso conservador e tradicional:</b> “<i>A sociedade em si, ainda vive um pouco a época da caverna ainda, porque existe muita desigualdade</i>”; “<i>Eles acham ainda que a mulher em si tem que ser submissa ao homem.</i>”</p>	<p><b>O gênero é representado pela desigualdade.</b> A desigualdade é vista como algo antigo, da “<i>época da caverna</i>”. Ela pressupõe que as pessoas que ainda praticam desigualdade cultivam hábitos antigos, ultrapassados. Ela nomeia os atores sociais como “<i>eles</i>”, os homens, mostrando distanciamento: “<i>eles</i>” / “<i>nós</i>”, acham que as mulheres “<i>ainda</i>” devem ser “<i>submissas</i>”. Na visão conservadora, as mulheres são vistas como inferiores, desiguais (SAFFIOTI, 2015), por isso a submissão, por hierarquia, “<i>ao homem</i>”. Uso de termos, <b>vocabulários específicos do discurso tradicional:</b> “<i>época da caverna</i>”; “<i>mulher tem que ser submissa ao homem.</i>”</p>
<p><b>Discurso religioso, cristão:</b> “<i>Deus fez a mulher e o homem para andar lado a lado, e não um melhor que o outro.</i>”</p>	<p><b>O gênero social</b> é visto em nível de igualdade pelo discurso religioso, no qual “<i>homem e mulher</i>” devem “<i>andar lado a lado</i>”, em pé de igualdade, “<i>nenhum melhor que o outro</i>”, ou seja, homem não é mais visto como superior, como na Antiguidade. Ela escolhe <b>vocabulos específicos</b> do discurso religioso: “<i>Deus fez a mulher</i>” e “<i>andar lado a lado</i>”.</p>
<p><b>Discurso da identidade e diferença:</b> “<i>somos diferentes porque um é homem outro é mulher, mas somos todos humanos.</i>”</p>	<p>A visão de <b>gênero social</b> como algo binário, dicotômico, homem <i>versus</i> mulher em <b>categorias universais</b> e com bases biológicas na diferença social pelo sexo. Em relação aos termos específicos dessa ordem de discurso aparece também o <b>discurso humanizador</b>, com as <b>escolhas linguísticas</b> “<i>somos diferentes, mas somos todos humanos</i>”. A diferença não é algo que deve</p>

	segregar, <b>pelos termos linguísticos</b> : “ <i>somos todos humanos</i> ”, ou seja, remete-se ao discurso de identidades diferentes ( <i>homem e mulher</i> ), mas somos todos iguais, “ <i>todos humanos</i> ”.
<b>Discurso de resistência</b> : “ <i>a gente não pode se calar, temos que mostrar o nosso lugar e o nosso valor.</i> ”	Ela constrói um <b>discurso de resistência</b> e contestação engendrado pelas discussões constituídas no PMM. Reconhece e apresenta posição crítica sobre o lugar e o valor da mulher. Ainda há a <b>inclusão das atoras sociais</b> , representada pela menção às outras mulheres – “ <i>a gente</i> ”, “ <i>nosso lugar</i> ”, “ <i>nosso valor</i> ”, “ <i>temos</i> ”. O discurso de resistência de Lobeira cria estratégias de enfrentamento e agência, pelos <b>usos linguísticos</b> dos termos “ <i>não pode se calar</i> ”, “ <i>temos que mostrar</i> ”, apresentando ação, agir, mover-se contra as opressões, “ <i>nosso lugar</i> ”, “ <i>nosso valor</i> ”.

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, os textos produzidos materializam discursos que representam estilos, modos de compreensão, representação e identificação sobre o gênero social. A colaboradora materializa, assim, processos de conscientização pela formulação de discursos ativos, resistentes e, ao mesmo tempo, construídos na tensão e no conflito com outros interdiscursos. Em seguida, apresentamos os enunciados de Esponjinha Ceres, que se constitui, também, na interconexão a outros discursos:

**Esponjinha Ceres:** *Se o homem faz alguma coisa com a gente a gente também pode fazer com ele, uai, né? Se me trair, eu traio também. Eles têm direito e a gente não tem? Tem que ser todos os direitos iguais, sem prejuízo. É igual assim, a gente aprendeu no curso que antes as mulheres não tinham direito de votar, né? E agora nós temos o direito. Mas, assim, se for para ser preso, aí é diferente, né? A mulher presidiária ela fica de um lado e o homem de outro. E nesses negócios do presídio, eles têm a renda deles, e a maioria das presas... não ganhava... fazem... é... assim, elas fazem os trabalhos dentro do presídio. Elas garantem a renda delas... Agora acho que mudou, sabe? É igual. Elas têm a renda como eles também. A gente merece respeito, uai. Eu aprendi lá no curso. Somos gente, temos direito. Foi uma palestra maravilhosa! (Informação verbal).*

De maneira geral, os enunciados de Esponjinha Ceres também acionam outros discursos, pois há a presença de interdiscursos, como ao relacionar a ideia de gênero social de modo dicotômico, reproduzindo padrões coloniais e patriarcais estabelecidos entre homem e mulher, pelas ordens do discurso, relacionadas à igualdade de gênero pela perspectiva das relações conjugais, da traição, do acerto de contas/igualdade pela vingança – “*se o homem faz alguma coisa com a gente, a gente também pode fazer com ele uai, né?*”, “*se ele trair, eu traio também*”. Esse modo de representação é fruto da circulação de discursos hegemônicos estabelecendo para os atores sociais modos de ser e de agir, sobretudo pela normatização e regulação dos corpos e comportamentos. Ademais, pode ser entendido como resposta de resistência, como contrapalavra e/ou contra ação para práticas abusivas exercidas pelos homens e naturalizadas socialmente pelas convenções sociais hierarquizantes e patriarcais. Esponjinha Ceres ativa também o *discurso jurídico* e social pelos enunciados sobre direitos – “*Eles têm*

*direito e a gente não tem? Tem que ser todos os direitos iguais, sem prejuízo*”, assim como em “*antes as mulheres não tinham direito de votar*”. A partir desses trechos, ela ativa a rede de práticas, processos de ressignificação ocorridos por lutas travadas por movimentos sociais, como, por exemplo, o direito ao voto para as mulheres, instituído pelo art. 2º do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (MARQUES, 2019, p. 106). A colaboradora faz referência às novas práticas de eleição pelos termos “*antes*”, “*não tinham direito*”, em oposição ao “*agora tem*”, marcando a força das mobilizações sociais feministas, que conquistaram o direito ao voto a partir do Decreto citado, em que mulheres e homens acima de 18 anos têm direito a exercer o voto, marcando uma distância temporal de “*antes/agora*”, referindo-se às mudanças na estrutura social advindas das práticas discursivas e sociais.

A colaboradora aciona também o *discurso das situações de privação*, em particular o auxílio-reclusão, instituído pela Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, também previsto no artigo 116 do Decreto nº 3.048/1999. Esponjinha faz referência direta a essas ordens do discurso ao mencionar “*E nesses negócios do presídio, eles têm a renda deles, e a maioria das presas... não ganhava*”; atualmente, segundo o discurso dela, também é pago para dependentes das mulheres em situação de privação – “*Agora acho que mudou, sabe? É igual. Elas têm a renda como eles também*”. Esses trechos representam a consciência e o posicionamento crítico da colaboradora sobre a passagem de dois momentos sociais e históricos de lutas e enfrentamentos às estruturas, assim como o fez ao citar a instituição do voto feminino. Nos dois casos, há um “*antes e um depois/agora*”, que representa divisões e espaços temporais, mostrando as possibilidades de mudança sociais concretas pelo acesso a interpretações outras, por visões contra-hegemônicas, pela força e pelo empoderamento feminino acerca das questões de gênero e direitos sociais.

O procedimento de mudança ideológica e discursiva pode ser identificado linguisticamente pelos processos no tempo passado – “*não ganhava*”, “*agora, mudou*”. Na fala de Esponjinha Ceres aparecem tentativas de equidade de gênero após os momentos de formação no **Programa** – “*tem que ser todos os direitos iguais, sem prejuízo*”. Essa agenda dos direitos de modo equitativo é um ponto em comum dos diversos movimentos feministas (CARNEIRO, 2005, CONCEIÇÃO, 2009; LAZAR, 2005) que possibilitam a visualização de experiências sociais outras. Essas ações de movência mostram que o enfrentamento às diferentes formas de opressão tem adquirido força e voz, pois as representações entram e moldam processos sociais e práticas (FAIRCLOUGH, 2003) contribuem para sustentar, bem como para transformar, as

relações de poder e dominação; nesse caso, ocorreram práticas de mudança nas estruturas, nas leis e nos direitos das mulheres. Além disso, tem a voz de agência da colaboradora expressa pelos pronomes pessoais “eu”, “a gente”, se assumindo no discurso e inserindo as outras mulheres na coletividade – “a gente merece respeito, uai. Eu aprendi lá no curso”. As vozes da coletividade, das mulheres, são acionadas em virtude das atividades formativas e pelos discursos de resistência construídos durante o Programa – “aprendi lá no curso”. Assim, por mediação do curso, ao descortinar as normatizações sociais que antes eram naturalizadas, a colaboradora aponta para efeitos socioculturais nas estruturas patriarcais e coloniais – “agora mudou”, “elas têm renda como eles também”. Além disso, assinala *formas de resistência* ao trazer os ensinamentos, as considerações do curso para a prática, revelando significações acionais discursivas e identitárias, como, por exemplo, ao opinar e comparar a realidade dos homens e das mulheres em situações de privação, nos novos modos de conceber, representar o curso, o mundo, o outro e identificar a si mesmo. A fala dela revela as significações representacionais ao falar sobre o curso e as maneiras com ele é representado na vida dela, deixando entrever traços identificacionais. Desvela, igualmente, as constituições do gênero social – “somos gente, temos direitos” – e mostra o poder constitutivo da linguagem como agente transformador da realidade social, bem como a dialética da formação discursiva, em que tanto os discursos ajudam a construir a estrutura, como as identidades, as modificações e as permanências da estrutura social cooperam a construir os discursos (FAIRCLOUGH, 2016), em conformidade com os contextos em que se conduz a interpretação.

Em seguida, apresentamos, também, de forma sumarizada, no Quadro 8, os interdiscursos presentes no discurso de Esponjinha Ceres sobre a constituição do gênero social e a representatividade do **Programa Mulheres Mil** para a resignificação das identidades de gênero social, como foi discutido até este momento do texto.

#### Quadro 8 – Interdiscursividade nas representações de gênero social – Esponjinha Ceres

<p><b>Discurso sobre igualdade de gênero nas relações conjugais:</b> “se o homem faz alguma coisa com a gente, a gente também pode fazer com ele uai, né?”, “se ele trair eu traio também”.</p>	<p>O <b>gênero social</b> é representado pela <b>igualdade de direitos no interior das relações conjugais</b>. Na representação da colaboradora, homens e mulheres têm direitos iguais e, se o homem a trair – “se o homem faz alguma coisa com a gente” –, a mulher também tem direito de agir da mesma maneira, ou seja, trair também – “a gente também pode fazer com ele, uai, né?”, “se ele trair, eu traio também”.</p>
<p><b>Discurso jurídico e social pela igualdade de direitos:</b> “Eles têm direito e a gente não tem? Tem que ser todos os direitos iguais, sem prejuízo”. “Antes as mulheres não tinham direito de votar, hoje tem”. “A gente merece</p>	<p>O <b>gênero social</b> deve ser visto nas concepções dela em nível de <b>igualdade</b> em relação aos <b>direitos instituídos juridicamente</b> e socialmente aos homens e às mulheres. Ela marca posicionamento crítico sobre as lutas e a necessidade de enfrentamento pelos direitos das mulheres frente às opressões. O discurso de Esponjinha Ceres – “a gente merece respeito, uai. Eu aprendi lá no curso” – revela que as <b>experiências formativas</b> do Programa</p>

<i>respeito, uai. Eu aprendi lá no curso</i> ".	Mulheres Mil <b>provocaram</b> uma apropriação subjetiva, um <b>redimensionar</b> dela sobre as concepções de gênero e sobre o enfrentamento aos discursos e às ideologias patriarcais hierarquizantes.
<b>Discurso sobre a situação de privação pela igualdade de direitos:</b> <i>“E nesses negócios do presídio, eles têm a renda deles, e a maioria das presas... não ganhava”. “Agora acho que mudou, sabe? É igual. Elas têm a renda como eles também”</i> .	Esponjinha Ceres aciona o <b>discurso de resistência</b> para mostrar as mudanças sociais e estruturais ocorridas nos últimos anos a partir das lutas e dos novos modos de se compreender o gênero social. Pelo <b>uso linguístico</b> dos processos materiais no passado, ela sinaliza as conquistas – <i>“não ganhava”, “não tinha direito, agora mudou”</i> . Ela sinaliza os efeitos causais socioculturais do enfrentamento e da (micro)resistência, operando nas estruturais e transformando discursos e práticas sociais. A colaboradora também ativa outras práticas discursivas e identitárias de ser mulher, ao trazer o discurso sobre as mulheres em situação de privação. Os significados acionais ganham relevo na fala dela ao trazer para a realidade as experiências formativas que colaboram para as reflexões e críticas sobre as práticas no que se refere aos papéis sociais destinados aos diferentes gêneros.

Fonte: elaboração própria.

Ademais, o que se compreendia como aspecto, plano colonial, tendo por base as formas de colonização dos povos, manifesta-se na pós-modernidade como técnicas e mecanismos instrumentalizados de controle, regimes de verdades (FOUCAULT, 2013) do ser, saber, constringendo as pessoas e seus modos de conhecer e ser, dando continuidade às desigualdades e opressões (CORONIL, 2005). No trecho abaixo, é possível identificar, no discurso da colaboradora, marcas opressoras da colonialidade como uma contínua lógica de dominação e relações de poder hegemônicas incutidas em seus enunciados. São práticas discursivas e ideológicas que permeiam as relações sociais pela naturalização das ações e dos abusos de poder:

**Sarandi Hidrolândia:** *Olha! As professoras falavam disso lá, que a gente tem que ter o mesmo tratamento, que não podemos ser discriminadas por ser mulher... Essas coisas... Mas, por aqui eu não vejo nada disso não. As pessoas são tratadas iguais. Eu nunca vi nada. Comigo nunca aconteceu. Eles levaram assim... palestras, sabe? Foi ótimo! A gente chorava até. Tinha muito desabafo nosso! (Informação verbal).*

A partir do trecho em tela, podemos afirmar que a colaboradora não se sente atingida pela lógica de desigualdade de gênero – *“por aqui eu não vejo nada disso não. As pessoas são tratadas iguais”*. O sujeito não representa apenas um momento particular, mas, antes, resulta de um processo histórico e, ao mesmo tempo, é constituído por uma série de eventos discursivos que acontecem na vida da pessoa, percursos únicos, emoções, como perdas e ganhos, crenças, tudo que a constitui. Por isso, Sarandi Hidrolândia não identifica como discursos os hegemônicos perpassados por relações de poder entre os gêneros que atuam em sua região, pois ela modaliza em baixo grau de comprometimento, prefere não se envolver nesse debate, naquele momento de sua historicidade – *“falavam disso lá”, “essas coisas”*. Por meio dos processos *“do*

*dizer*”, aqui representados pelo processo “*falavam*”, ela mostra distanciamento, não se compromete e não se assume no discurso: “*elas*”, as professoras, e não “*eu*”, a colaboradora, mostrando diferença entre “*elas*” e “*eu*”, o que também marca as posições ideológicas e identitárias de cada sujeito naquele contexto. Nesse sentido, cabe ressaltar que esta pesquisa não concebe sujeitos em posições de total assujeitamento, nem sujeitos totalmente livres, porque, ao viver em sociedade, o sujeito rende-se a algumas formas de pensar, comuns ao grupo social. Todavia, mesmo que cada sujeito agregue variantes sociais e cognitivas construídas com base na história e na reflexão a respeito do mundo e de si mesmo, esse mesmo sujeito traz marcas exclusivas que se incorporam às suas identidades, pois “*subjetividades não são identidades únicas e simples, mas são multidimensionais*” (PEDRO, 1997, p. 157).

Ainda, é possível afirmar que o **Programa** abordou o debate sobre gêneros de modo crítico e engajado – “*As professoras falavam disso lá, que a gente tem que ter o mesmo tratamento, que não podemos ser discriminadas por ser mulher... Essas coisas...*”. No entanto, é importante mencionar que as ideologias também atuam como parte das ações, práticas simbólicas e mecanismos de controle históricos responsáveis pela naturalização e manutenção de crenças, discursos e valores incutidos na mente das pessoas, afirmando que aquele é o único jeito de agir e de entender as situações sociais. De acordo com Weil, Leloup e Crema (2011), devido à excessiva exposição às práticas de exploração, abusos, tragédias, violências, corrupções ou outros casos, que a princípio causam espanto, as pessoas entram em um processo de normalização, conformismo tão grande que podem ser acometidas pelo adoecimento, denominado pelos autores de ‘doença da normalidade’ – “*normose*”.

Nesse estado, segundo os autores, as pessoas agem como a maioria, diminuindo cada vez mais a estranheza por algumas normas, crenças, valores, estereótipos, modos de pensar, ser, sentir e agir determinados socialmente. A pessoa se “*adapta*” a um contexto, sistema doente, “*admitindo*” tacitamente a dor, o sofrimento e a morte em grande escala como algo “*normal*”. Um exemplo dessa realidade era o medo, a comoção e o espanto da maioria das pessoas no início da pandemia diante de tantas mortes diárias no mundo; com o passar dos meses, muitas pessoas foram se normalizando dentro desse sistema de perdas e continuaram o fluxo “*normal*” de vida, sem tanto estranhamento, diminuindo, de certo modo, o fluxo evolutivo inerente a cada sujeito, causando, em certa medida, alguma estagnação, como se não tivesse outro modo de ser.

De fato, a morte de várias pessoas, principalmente da população negra e pobre, tem ocorrido devido às desigualdades raciais e à falta de acesso a serviços de saúde e ao trabalho, bem como pela desordem dos governantes de não apresentarem, tampouco executarem, ações

preventivas e eficazes. De acordo com o informativo “Desigualdades raciais e Covid-19”,<sup>41</sup> desenvolvido por Marinho *et al.* (2021), São Paulo apresentou, em 2020, um excesso de 25,1% de mortes para negros contra 11,5% para pessoas brancas. Com isso, a Covid-19 encontra terreno favorável nesse cenário de desigualdades raciais, de gênero, classe e precariedade de vida, reafirmado pela falta de políticas públicas. Essas omissões não devem ser concebidas como “normais” e aceitáveis. Esses modos e racionalidades estabelecidos pelos discursos dominantes são constitutivos de identidades, as quais podem ser excludentes a ponto de manterem e aceitarem que o outro viva em situação de não acesso a recursos básicos como saúde (física e mental), alimentação, moradia, ou seja, sem direito ao bem-estar físico, psicológico, moral e material, essenciais à existência.

Convém dizer que o trabalho de desmistificar e desnaturalizar essas práticas hegemônicas é árduo e denso, pois a historicidade, a cultura e as convenções sociais agem para produzir efeitos estáveis e naturais (WODAK, 2003). Em alguns momentos, a colaboradora (Sarandi) se inclui no discurso e faz referência a modos menos hegemônicos, desestabilizando processos de naturalização potencialmente ideológicos, representados *linguisticamente* pelos termos “*a gente*”, “*não podemos*”, “*não podemos ser discriminadas por ser mulher*”. Isso significa que ela se inclui nesse nós, as mulheres, marcando a pluralidade de significados que constituem os sistemas de valores, crenças e conhecimentos dos/as atores/as sociais que ora são livres, ora constrangidos/as intersubjetivamente. Ela (re)produz o discurso emanado no curso, rechaçando a regulação pelo corpo feminino, “*discriminadas por ser mulher*” e marcando o posicionamento advindo do curso de que *ser mulher* é uma construção discursiva, social, histórica e cultural – “*elas falaram*”.

Após algumas análises, compreendemos que o tema foi bastante discutido e surtiu alguns efeitos nos contextos específicos de realização; isto é, há, aqui, no discurso das colaboradoras, momentos de reflexão acerca do problema social: a desigualdade de gênero. Vale lembrar que, durante o curso, pelo que foi exposto nos dados, as ideologias e as identidades (valores, crenças, costumes e estilos de ver e viver) foram refletidas e repensadas, em parte pela autocrítica, pelo posicionamento de luta, pelas (micro)resistências e pelos processos de empoderamento de cada uma – “*somos gente, temos direito, precisa lutar, marcar nosso lugar também*” (Esponjinha Hidrolândia, informação verbal) –, em parte, pelo direcionamento de

---

<sup>41</sup> MARINHO, Fátima *et al.* Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid19**, AFRO-CEBRAP, n. 8, 2021. Disponível em: [https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Informativo-8-Disparidades-raciais-no-excesso-de-mortalidade-em-tempos-de-Covid-19-em-Sa%CC%83o-Paulo\\_final.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Informativo-8-Disparidades-raciais-no-excesso-de-mortalidade-em-tempos-de-Covid-19-em-Sa%CC%83o-Paulo_final.pdf). Acesso em: 24 de maio de 2021.

atividades críticas e de reflexividade. Segundo Giroux (1997), a mediação dessas práticas auxilia os estudantes a reconhecerem as implicações políticas e morais de suas próprias experiências, como em *“tinha dinâmica para a gente conversar, brincar e sorrir muito”*, (Sarandi Hidrolândia, informação verbal). Ainda, foram refletidas e repensadas pelo fazer emancipatório, contextualizado e curativo nos grupos das participantes – *“a gente sentava em roda, às vezes no início, às vezes no final, para falar disso”*, *“teve até psicólogos”* (Lobeira Rio Verde, informação verbal).

Segundo Fairclough ([1992]2016, p. 105), as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre os significados, a construção das identidades sociais, relações sociais e reconhecimento de crenças e ideologias. Desse modo, existem posicionamentos e vozes inter-relacionadas nos discursos delas, em partes que confluem e outras que se diferem. Cada pessoa é um mosaico intrincado de diferentes potenciais de poder em relações sociais diferentes (CAMERON, 1992). Para Silva (2014, p. 75), a identidade é, assim, “o ponto original relativamente ao qual se define a diferença”. Nos termos do autor, a identidade, tal qual a diferença, é uma relação social e sua definição, ou mesmo imposição, seja linguística ou discursiva, está também sujeita a relações de poder. Nas palavras de Giddens (2002, p. 20), “o sujeito vive uma biografia reflexivamente organizada ao que se refere ao fluxo de informações sociais, psicológicas sobre possíveis modos de vida”; isso também marca semelhanças e diferenças. Identidades e diferenças estão relacionadas a informações, mudanças sociais, lutas de poder e lutas hegemônicas e essas mudanças variam de acordo com os grupos a que se referem, pois, a identidade sempre sofre modificações, nunca está pronta, fixa, e por isso os significados representacionais e identificacionais são imprescindíveis para as questões contra-hegemônicas, bem como as lutas de micro(resistências), nas ações de semelhança e, ao mesmo tempo, de diferenças. Para tanto, as identidades se relacionam a um conjunto simbólico constante do ser centrado em si mesmo e do ser com o outro e de suas diferenças (HALL, 2006).

Essa ideia evidencia a disposição em adotar aquilo que somos como regra ou padrão para distinguir e aferir os diferentes, ou aquilo que não somos. Assim, para Sarandi Hidrolândia, as abordagens parecem não ter sido tão significativas em relação à desigualdade de gênero, visto que, para ela, isso não acontece naquela cidade, ou seja, é algo que “não lhe pertence”, no entanto, ela expressa a satisfação de ter participado das atividades que contemplavam essas discussões. Igualmente, a partir dos excertos, percebemos que todas participaram de palestras acerca dos direitos e da valorização da mulher na sociedade, bem como da importância de exigir respeito e lutar pela equidade de direitos, até mesmo em casos de privação, como foi

mencionado por Esponjinha Ceres. No discurso de Lobeira Rio Verde e de Esponjinha Ceres aparece o *campo semântico e discursivo* das mudanças que já aconteceram em relação às conquistas da mulher. É uma reflexão sobre a historicidade, sobre as formas de colonização e as transgressões ocorridas ao longo dos anos. De acordo com Fairclough (2003), as pessoas se identificam como cidadãs na sociedade contemporânea segundo o nível de envolvimento com questões de ordem social materializado no discurso. A egressa marca os avanços tanto em relação ao voto quanto ao direito de receber auxílio reclusão em condições de privação da liberdade.

Pelos trechos analisados evidenciam-se marcas de suas várias identidades, constituídas no imbricamento do que elas acreditam ser e representar com o que a sociedade atribui, e por vezes impõe, a elas. Essa mesma sociedade ora reforça as relações de poder presentes nas questões de gênero social, ora alerta às mulheres para o que elas acreditam ser e representar, de fato, nessa relação. Assim, elas se constituem identitariamente na contradição, no enfrentamento, ou, segundo Dubar (1997), em um processo que deve ser visto sob duas perspectivas – a *atribuição* e a *pertença*. Isso se dá na relação entre os atos atribuídos (características, identidades que os outros [a sociedade] atribuem a determinado sujeito) e os atos de pertença (em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e concorda com as identidades a ele atribuídas).

Os efeitos de sentido que ressoam dos discursos das egressas apontam que o **Programa Mulheres Mil** trabalha na perspectiva de contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero. Foi mencionado o uso de metodologias pedagógicas com propósitos emancipatórios, como dinâmicas de grupo, palestras e rodas de conversas, para trazer à tona os debates e colocar as mulheres para debater, refletir e falar em comunidade (HOOKS, 2017): “*Tinha muito desabafo nosso! A gente falava até.*” (Sarandi Hidrolândia, informação verbal); “*Teve até psicóloga para a gente conversar*” (Lobeira Rio Verde, informação verbal). Isso indica, a partir da mobilização de representações e identificações discursivas particulares e coletivas, movimentos de agência e empoderamento, propiciando às colaboradoras deliberações internas necessárias para o autorreconhecimento, a autorreflexão e uma avaliação ética, crítica e política de suas atitudes e comportamentos, dos conteúdos desenvolvidos no curso, do fazer psicopedagógico, bem como das experiências pessoais.

No entanto, também pelos enunciados utilizados por elas, entendemos que as atividades durante o curso provocam modos diferentes nas pessoas, na autoconsciência, o que demonstra, mais uma vez, a heterogeneidade nas constituições identitárias, nos estilos e em suas representações (FAIRCLOUGH, 2003). Cada sujeito, em sua individualidade, comporta-se de

maneira distinta frente ao discurso de outrem – “*Mas por aqui eu não vejo nada disso não. As pessoas são tratadas iguais. Eu nunca vi nada...*” (Sarandi Hidrolândia, informação verbal). As identidades se formam de maneira particular, dependendo da função ou da situação de poder, originando identidades mais livres ou mais constrangidas – ou seja, há uma dialética interior e exterior do caráter de identidade do indivíduo, com base na sua posição na sociedade (CASTELLS, 2018).

Ademais, assinalamos, conforme os excertos, que as risadas, expressas por elas em diversos momentos, também são discursivas (FAIRCLOUGH, 2003), pois podem construir significados, também ímpares para cada sujeito, dependendo das suas experiências de vida. No caso das três colaboradoras, elas se referem à satisfação de estarem entre mulheres e poderem “*chorar*”, “*desabafar*”, “*brincar*” e se sentirem mulher entre elas, sem serem reprimidas; dividirem as experiências e perceberem que as outras também passaram pelos mesmos problemas. Bell hooks, ao falar de sua história, menciona que é transformador estar em um lugar no mundo em que as mulheres ganham força no compartilhamento de saberes e recursos, não porque se juntam na base de serem vítimas, mas porque se identificam mais pela experiência da resistência e triunfo do que pela natureza da vitimização (HOOKS, 2017), ou seja, se identificam pelas lutas, vivências e resistências.

Em relação às palavras de *qualificação positiva* proferidas por elas, verificamos que são qualificadoras da opinião de um sujeito que se identifica com o tema em termos de valores, como nos trechos “*Foi uma palestra maravilhosa!*” (Esponjinha Ceres, informação verbal), “*Foi ótimo!*” (Sarandi Hidrolândia, informação verbal) e “*Muito bom!*” (Lobeira Rio Verde, informação verbal). Essas posições marcam suas *representações* sobre os cursos, sobre os fazeres e saberes lá desenvolvidos, além de trazer suas próprias *identificações*. De acordo com Fairclough (2003, p. 165), citando Halliday (1994), “*a modalidade é o julgamento dos falantes sobre as possibilidades, necessidades, obrigações em torno do que eles dizem [...]*”, estas que “*envolvem várias formas e podem ser vistas também como parte do processo de estruturação da própria identidade*”. Ainda para Fairclough (2003), a *modalidade* e a *avaliação* aparecem como aspectos textuais que contribuem para a identificação dos sujeitos nos textos, de modo que são significativas na constituição discursiva identitária, já que destacam como a pessoa se relaciona com o mundo e com os outros, mostrando como elas se comprometem com os graus de certezas, incertezas, atitudes e julgamentos. Nesse caso, as colaboradoras fazem *avaliações explícitas e diretas* – “*ótimo*”, “*maravilhosa*”, “*bom*”, “*muito bom*” –, sendo parte significativa daquilo que ela é (FAIRCLOUGH, 2003) e apresentando marcas subjetivas pelos adjetivos de juízo de valor (FAIRCLOUGH, 2003), bem como pelos processos mentais afetivos – “*chorar*”

e “*desabafar*” – que se mesclam em conjuntos semânticos, porquanto dizem respeito ao posicionamento identificacional e representacional dessas mulheres. Assim, são *declarações positivas* sobre as atividades sociopedagógicas desenvolvidas no curso, com vistas à desnaturalização dos discursos patriarcais hegemônicos e coloniais, bem como em busca de empoderamento e engajamento das egressas ao caminho das reivindicações da equidade de gênero e pela busca de seus direitos sociais.

A partir dos dados, porém, notamos que, mesmo com esses relatos positivos, há ainda muito a se fazer em direção a uma igualdade de direitos. Em termos de função do discurso, é necessário construir *ethos* dinâmicos e preocupados com os rumos da sociedade, com as identidades interseccionadas, para que, assim, o significado da palavra como forma de ação (FREIRE, 2012) e como forma de prática, a partir da ação e reflexão humana, no sentido pós-colonial de que a linguagem e discurso têm significância central para mover as estruturas, sejam, de fato, materializados. É preciso ter muitas outras ações, vários outros momentos de reflexão e de formação em relação ao ser mulher, ao ato de se amar, se respeitar, apresentar-se como integrante ativa, que conhece e exige seus direitos. Nesse sentir, para Vieira (2019, p. 87), “ao explorar a noção dos cuidados de si como práticas de justiça social, é preciso incluir também questões morais da vida social, o que remete a sistemas de valores culturalmente situados jurídicos-legais, mas também a outros aspectos das ações intersubjetivas em sociedade, como as práticas do cuidado de si, das inter-relações, do espaço social e da vivência do corpo”. Segundo a autora, essas práticas são definidas por Szaniecki (2016), em contexto latino-americano, como práticas da ‘*cuidadania*’ e da ‘*corpocidadania*’.

Assim, a partir dos estudos decoloniais latino-americanos, as novas práticas de cuidado de si, a cidadania e a corpocidadania como forma de resistência são centrais para uma nova sociedade, seja pela igualdade salarial e pelas mesmas oportunidades de trabalho, seja pela divisão das tarefas do lar e do cuidado com os filhos, como expresso no discurso de Pitanga Posse em relação à divisão de trabalhos do lar entre ela e o companheiro. Desse modo, são práticas baseadas no respeito à diversidade de modos de ser, agir e ver o mundo, com respeito às questões de raça, sexualidade, classe e pelo bem-estar social de todas as formas de ser, ver, sentir e existir em sociedade. Também pelos excertos, vemos que a sociedade ainda carece de ações cada vez mais coletivas, que denunciem e desnaturalizem atos de preconceito, racismo, sexismo e de marginalização, que resistem na educação colonial. Esse modo colonial ainda conduzido por algumas escolas faz com que grande parte dos estudantes ingressem e saiam, sem assumirem uma postura crítica acerca de sua historicidade, sem reconhecerem “como e

porque a cultura dominante estimula sua cumplicidade e impotência” (GIROUX, 1997, p. 12-13).

Com isso, é possível dizer que está implícito, nos discursos e nas histórias de vida, que a escola e os professores ainda carecem de subsídios e apoio para ações comprometidas com os processos de libertação individual, com atividades que desenvolvam a crítica e a autocrítica dos envolvidos nos processos educativos. E mais, que se preocupem em problematizar os desafios sociais através do diálogo e da reflexão para a transformação, como propõem hooks (2017) e Freire (2012): de modo a promover brechas na ordem social das representações de biopolíticas e agir, de fato, no social. O discurso das egressas indica que as docentes do **Programa Mulheres Mil** desenvolveram o curso com uma postura crítica engajada, incentivando o protagonismo, os processos de agência das participantes e a tomada de decisão. Isso pode ser identificado quando elas se identificam com as interações sociais mais dialógicas e de (micro)resistências.

O histórico de vida das egressas indica que as constituições identificacionais e representacionais delas estão embricadas em gênero social e em suas interseccionalidades. Essas discussões sobre interseccionalidades são mais detalhadas na próxima subseção.

#### *4.1.4 Interseccionalidade: gênero social, raça e classe. “Sofri por causa da cor, né? A gente pobre demais, né?”*

Nesta subseção apresentamos a análise do gênero social como uma categoria analítica e de constituição histórico-social, ideológica e interseccional de luta, um modo de demarcar uma posição política e uma condição necessária ao trabalho, devido à pluralidade de dados e às diversidades intragênero que envolvem as opressões sofridas pelas colaboradoras. De acordo com Saffioti (2015, p. 47), o “conceito de gênero” não deve se resumir a “uma categoria de análise”, mas deve também ser compreendida como uma “categoria histórica” e, assim sendo, pode ser “concebido em várias instâncias”. Em diálogo com diferentes autores, e “enquanto categoria histórica”, a autora cita as “concepções de gênero” como “aparelho semiótico” de Lauretis (1987), bem como “símbolos culturais evocadores de representações”; identidade e subjetividade” (SCOTT, 1988, p. 47) e “numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações de homem-mulher, mas também homem-homem, mulher-mulher”, ou seja, recusando a concepção de gênero universal. Nesse sentido, diferentes abordagens feministas têm discorrido sobre gênero com várias especificidades e demandas particulares, mas, mesmo que de modo “limitado, há um consenso: o gênero é a construção social do masculino e no

feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47), não deixando de considerar as diferenças intragêneros. Para tanto, situamos esta pesquisa também nos estudos feministas decoloniais e feministas críticos, negros, mestiços, ou seja, nos feminismos plurais, inclusive naqueles que rejeitam a ideia do termo sexo ao invés de gênero, além da universalização do gênero, como, por exemplo, a categoria universalizante de “mulher”, desconsiderando, então, as diversidades no interior do gênero feminino (COLLINS, 2019; CONCEIÇÃO, 2009; HOOKS, 2016; LAZAR, 2007; LUGONES, 2014; SAFFIOTI, 2015). Essas correntes de pensamento concentram o interesse comum de provocar o debate político contra a dominação patriarcal, colonial, capitalista e as desigualdades sociais relacionadas ao gênero, à raça, à classe e à sexualidade pelo viés da interseccionalidade e do problematizar o “ser mulher”. Isso porque colocar as mulheres em suas próprias histórias implica fundamentalmente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais neoliberais do que é basicamente significativo – tanto as identidades individuais quanto as experiências subjetivas e coletivas públicas e políticas das agendas de cada grupo.

O gênero social, logo, é compreendido também em termos de performatividade, em que a constituição deste é imbricada pelo contexto social, histórico, político e cultural (BUTLER, 2018), assim como os aspectos de raça e classe, uma vez que são construções históricas e, portanto, passíveis de transformação e modos de uma forma própria de viver o gênero. Com base nessas posturas, objetivamos marcar oposição às imposições do determinismo biológico, sexista, machista e classista sobre o que é ser “mulher” e ser “homem”, é uma fuga ao binarismo, às dicotomias hierárquicas universalizantes da modernidade/colonialidade, mesmo porque as colaboradoras são mulheres em sua diversidade, sendo elas negras, brancas, pardas e em condição de vulnerabilidade social e econômica, as quais apresentam aspectos de opressão em comum; no entanto, há aspectos que divergem, como a raça. Isso deixa as colaboradoras negras em situação mais vulnerável às demais. Além disso, vale dizer que 75% das colaboradoras são negras e pardas, como elas mesmas se declaram.

De acordo com Crenshaw (1989, 2002), ao observar esse tipo de dado devemos destacar, de fato, as diferenças intragrupo (mulher: branca, negra, parda, indígena etc.), pois estas já são, *a priori*, menos favorecidas em função das próprias categorias dominantes de poder; reconhecê-las pela interseccionalidade é uma forma de contemplar os sujeitos em suas vivências interseccionais, considerando a interligação dos sistemas de dominação, como capitalismo, colonialismo e patriarcado, que constituem outras formas de subordinação. Para a autora, é preciso elucidar a interseccionalidade para ver o pano de fundo de forças econômicas culturais e sociais, que produzem processos violentos silenciados sobre a vulnerabilidade das mulheres.

Nesse cenário, pela interseccionalidade podemos acessar os “sistemas múltiplos de subordinação”, discriminação, e analisar como eles se ampliam mutuamente.

Desse modo, as colaboradoras desta pesquisa estão inseridas em vários modos de opressão, advindos do contexto de modernidade/colonialidade, como veremos nos excertos. Com isso, a constituição de gênero é também um traço de imposição colonial, racista, capitalista e patriarcal, que deve ser analisado no cruzamento, na interseccionalidade, abarcando diferentes formas de opressão, como raça e classe social. Para isso, ancoramo-nos nos estudos decoloniais (AKOTIRENE, 2019; ANZALDÚA, 2005; CRENSHAW, 1989, 2004; HIRATA, 2014; LUGONES, 2014, entre outros autores) para análises de forma interseccionada.

Em uma perspectiva de mudança, tanto na questão identitária quanto nas relações de gênero social, durante a entrevista as egressas foram chamadas a refletir sobre essa questão: como você avalia a desigualdade entre homens e mulheres (feminilidades e masculinidades)? Essa temática foi abordada no curso? Como você se sente, nesse sentido, em relação ao gênero oposto ao seu? Em seguida, podemos observar, no discurso de uma das colaboradoras, as marcas do preconceito e da desvalorização do gênero feminino, sentidos por ela pelo fato, nesse caso, de ser mulher:

**Caliandra Hidrolândia:** *Já vivi na pele... Preconceito só pelo fato de ser mulher... sai chorando... A pessoa, o homem falar que você não dá conta de fazer a mesma coisa que o homem. Foi depois que eu terminei o curso de construtora civil... Foi na prática...*

**Débora:** *Que bom! Você fez faz quanto tempo esse curso?*

**Caliandra Hidrolândia:** *Faz 5 anos que eu tento exercer. Só acho bico... Um dia tem, outro não... é assim... No curso não teve nada... Era curso, né?... Curso... é diferente... Mas, no batente é diferente. Ô pra você vê... Um rapaz ia fazer um alojamento aqui na cidade... vários quartos... kitnet, né?... Daí eu fui lá na obra fazer o serviço, né?... Daí ele me viu, disse que independentemente do fato de eu ter feito o curso ou não, de eu saber ou não, eu não entrava na obra, só por eu ser mulher...*

**Débora:** *Que absurdo! Isso cabe processo.*

**Caliandra Hidrolândia:** *Eu falei “moço, quando eu fui fazer o curso eram 4 mulheres, e uma porrada de homem, uns 25. Eu me saí muito bem, melhor que muitos homens.” (Informação verbal).*

Por meio da fala apresentada sobre as opressões – “já vivi na pele” – ficam evidenciados os papéis sociais, as representações e os modos de identificação que foram/são atribuídos a ela por uma postura hegemônica, colonial, capitalista e patriarcal – “ser mulher” – como categoria universal (LAZAR, 2005; LUGONES, 2014) e a violência de gênero (SAFFIOTI, 2015), determinando não apenas em termos simbólicos, mas também materiais, a posição de subalternidade dos grupos minoritários, aqui representados pelas mulheres, concebidas por uma configuração hegemônica e misógina que marca as diferenças entre homens e mulheres,

lembrando sempre a nós, mulheres, que não somos como eles. Esses discursos também as constituem, provocam mudanças, seja pela negação/pertença às identidades, seja pelos comportamentos expressos em “*você não dá conta de fazer a mesma coisa que o homem*”.

Pelo trecho apresentado, pode-se dizer que tanto as dimensões que se referem ao patriarcado, enquanto organização social que sistematicamente favorece o homem em detrimento da mulher por meio do poder/dominação, quanto as que se referem ao gênero, como construção social do feminino e do masculino, estão presentes nas subjetividades e nas relações estabelecidas entre homens e mulheres a partir das desigualdades de poder (SAFFIOTI, 2015). A colaboradora sofreu discriminação de gênero no ambiente de busca por emprego por ser mulher e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007, p. 59), “discriminar no emprego e na ocupação é tratar pessoas de forma diferente e menos favorável, devido à certas características, como sexo, cor da pele, religião [...]”. O documento ainda cita o artigo 1º da Convenção nº 111, no qual qualquer discriminação com base nessas diferenças busca como efeito “anular ou prejudicar a igualdade de oportunidade, tratamento no emprego ou na ocupação, podendo ser discriminação indireta ou direta”, como foi o caso de Caliandra Hidrolândia.

A partir do excerto, destaca-se, ao mesmo tempo que a estrutura, na qualidade de meio, é facilitadora, por permitir a ação de exercer a função de construtora civil, pelo “saber fazer” e o saber institucionalizado, ela (a estrutura) também é constrangida, pois, de certa forma, produz condutas. A mulher é tolhida pela força e pelo “poder de autoridade de um homem”, comportamentos reveladores de postura patriarcal, machista, sexista, capitalista, o qual, naquele contexto, era o dono da obra, marcando as assimetrias de poder. As representações discursivas da egressa desvelam que o homem se sente no direito, legitimado a agir assim, a não aceitar os serviços dela – “*independentemente do fato de eu ter feito o curso ou não, de eu saber ou não*” – pelo gênero – “*eu ser mulher*” –; assim, o homem exerce uma prática de desqualificação do trabalho, do saber e da colaboradora, do ser (LUGONES, 2014; QUIJANO, 2003).

É assim que o patriarcado exerce poder, fundamentando a ideia de que o poder pode ser distribuído de modos desiguais entre as pessoas de diferentes gêneros, pelo traço biológico sexual, cabendo às mulheres o lugar de subalternidade, biologicamente tidas como inferiores aos homens. Pelo traço interseccional, ressaltamos que as forças coloniais que instituíram o patriarcado, o capitalismo e o sexismo segregaram as pessoas em grupos dicotômicos e inculcaram modos hegemônicos de entender o gênero social e os papéis atribuídos a cada um dos sujeitos pertencentes a esses grupos. Assim, pelas identidades atribuídas socialmente e pelas identidades atribuídas à mulher pelo homem, nesse evento particular, apreende-se o

intercruzamento das frentes de opressão que constituem o imaginário coletivo e autoatribuem, representam e identificam valores, identidades, ideologias de “homem” e “mulher”. Como nos alerta Moscovici (2015, p. 63), “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.”

Para Thompson (2011), o sentido das formas simbólicas se insere no contexto social e circula na vida social. Essas formas são materializadas em falas, imagens e ações como, por exemplo, as ações e os enunciados patriarcalistas desferidos sobre a colaboradora, os quais são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e por outros como construtos valorativos dentro daquele espaço. Com isso, no excerto apresentado, temos explícita a concepção e representação que vêm das estruturas sociais, do discurso hegemônico e colonizador da sociedade capitalista neoliberal, que impõe, a partir das dicotomias de gênero, a educação destinada à mulher, como dever ser outra, com outros papéis e funções sociais, e não exercer os serviços socialmente convencionados aos homens (a divisão sexual do trabalho).

Há uma tentativa de imersão da consciência, ou seja, a categorização de si próprias como inferiores, atrasadas e não civilizadas dentro do ideal de civilização incutido pela colonialidade para o estabelecimento de um mito, com o objetivo de justificar a dominação e a exploração (GROSGOUEL, 2016; QUIJANO, 2005; SOUSA SANTOS, 2010). Variadas estratégias de controle sobre o sujeito são mobilizadas pelo discurso patriarcal, sexista, capitalista e colonial, principalmente sobre o corpo feminino, pela diferença de gênero – “*vivi na pele*”, “*sai chorando*” –, por “*ser mulher*”, impondo-lhe a normalização por intermédio da regulação social e do controle dos corpos pela divisão sexual do trabalho. São práticas com base no determinismo biológico/imutável, as quais embasam a discriminação entre gêneros que atribuem posições e comportamentos indicando variações nas habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humana (SCOTT, 1995), como foi expresso em “*independente de eu saber ou não*” e “*por eu ser mulher*”, estabelecendo um crime de gênero.

Em oposição ao determinismo biológico (SCOTT, 1995), é preciso atentar ao gênero pela análise também do histórico, do cultural, pois esses modos de agir pelos aspectos biológicos/imutáveis vêm sendo implantados, modificados, reproduzidos ao longo da história, mas também resistidos e questionados. Em outras palavras, se a desigualdade de gênero é socialmente constituída, pode, logo, ser socialmente transformada, já que não resulta de uma contingência biológica/estável. Para tanto, citamos, de forma ampla, o entendimento da *Lei Maria da Penha* (BRASIL, 2011) como sendo uma “violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto

de um sistema social que subordina o sexo feminino”. De acordo com Lugones (2014), em uma perspectiva feminista decolonial busca-se desnudar as consequências da modernidade/colonialidade, especialmente sobre os corpos e modos de vida de grupos e sujeitos que foram hierarquizados a partir das categorias de gênero, raça e classe. Nessa perspectiva, as marcas de sujeição devem ser compreendidas como um problema estrutural, como, por exemplo, a composição do patriarcalismo, capitalismo, racismo, sexismo, elitismo e demais formas de opressão pela colonização. A partir da ADC e de teorias críticas é possível oferecer novas formas de leitura da realidade, buscando-se clarificar pela linguagem (discurso) as ideologias, as opressões e os valores vigentes nos discursos articulados, uma vez que a linguagem não é um meio transparente, mas sim carregada de valores nas relações de poder e discurso. Aliados aos pensamentos decoloniais de estudos de gênero, como os feminismos plurais, pela interseccionalidade entre gênero, raça e classe, marcando o campo político e desnudando as frentes de opressão, bem como pelos espaços de fissuras (LUGONES, 2014), pelas fronteiras (ANZALDÚA, 2005), apresentamos frentes de resistência e de voz contra a colonialidade de gênero. As frentes de resistência ou micro(resistências) são, assim, entendidas como ruptura das convenções e das práticas discursivas tidas como normais e estáveis.

Ainda segundo a *Lei Maria da Penha*, a agressão desferida à egressa se relaciona à violência moral e psicológica, visto que Caliandra Hidrolândia sofreu constrangimentos, discriminação, prejuízos emocionais e psicológicos – “*você não dá conta de fazer*”, “*sai chorando*”. Esse tipo de sofrimento pode ocasionar inscrições identitárias, discursivas de desvalorização e a culpabilização da mulher perante seu próprio trabalho e diante da sociedade, na qual o discurso machista do dono da obra contribui para a reprodução e a manutenção dessa ordem social colonial e patriarcal. É um tipo de violência que não deixa marcas visíveis no corpo físico, porém, marcas psíquicas relacionadas às relações de poder e opressão, marcas na subjetividade e, por consequente, na constituição da pessoa ante o mundo. Os modos de ser, pensar e agir são guiados por mecanismos patriarcais, capitalistas e colonialistas, deixando à margem sujeitos que não pertencem aos grupos do centro. Essas práticas se baseiam na noção de gênero, raça e classe, como mecanismos de controle, desvalorização e hierarquização social. Essa desvalorização pode, ainda, influenciar nas ações de autocompetência, autoestima e em várias outras características que a constituem enquanto mulher em suas diferentes representações sociais.

Pelo discurso da egressa é possível acessar as percepções, as representações discursivas e identificacionais de Caliandra Hidrolândia sobre as convenções sociais do evento social “curso”, como, por exemplo, quando ela disse “*no curso não teve nada*”, expressando uma

dupla negação – “*era curso né? ... curso... é diferente...*”. A partir daí, consideramos que esse evento social também se conecta a práticas sociais que podem inibir os atos de preconceito e discriminação sofridos por ela no exercício da profissão. O olhar externo, do outro, pode não ser concretizado no discurso e nas práticas sociais durante o curso de construção civil, como foram na prática profissional – “*ele me viu e disse [...] que eu não entrava na obra, só por eu ser mulher...*”. Segundo Van Leeuwen (2001), o modo como os/as atores/as sociais são representados/as pode redistribuir papéis e organizar relações entre os/as participantes. O dono da obra o faz por meio do uso da negação – “*não entrava na obra*” – e da desqualificação pelo gênero social por parte dele e, ao mesmo tempo, da autoidentificação, por parte da egressa – “*só por eu ser mulher*”. Essa desqualificação proferida por ele, o dono da obra, engendra um *apagamento*, uma proibição, confirmando as relações de poder e hegemonia, a subtração dos valores dela em relação aos outros, marcada pelo uso do *recurso linguístico* “*só*”, que expressa exclusão, no caso, a exclusão da mulher pelo gênero, com o foco no aspecto biológico, perpetuando ideologias correspondentes aos padrões de dominação.

De acordo com Thompson (2011), várias são as formas de perpetuar as convenções ideológicas, os modos de operação e estratégias de ideologia. Nesse plano, é possível relacionar essa situação à estratégia de *padronização*, que corresponde à utilização de formas simbólicas de modo padrão, um modelo, como, por exemplo, o trabalho padrão destinado a homens e mulheres, como se o gênero, ou, ainda, a biologia, como o órgão genital, ou as características performativas, fossem os responsáveis pelo serviço, e não as mãos. É de fato a naturalização nos modos de conceber as diferenças biológicas que se convertem em preconceito, em violência, em desigualdade de classe e luta de poder. Por isso a necessidade de se empreender a abordagem interseccional para tratar dos sistemas de opressão em elos, como visto no trecho, e, a partir daí, tornar visível a articulação das opressões de gênero, classe e conhecimentos, baseados em sistemas hierárquicos, dicotômicos e binários, impondo preconceitos, subordinações e opressões estruturantes de gênero (AKOTIRENE, 2019; LUGONES, 2014).

Esse modo de agir do homem não revela novos hábitos e diferentes formas de relações sociais, mas sim a constância e a manutenção de velhos costumes no que se refere aos papéis tidos como femininos. Esse fato está descrito no trecho de Mutamba Urutaí, expressando ações ainda conservadas nas relações sociais de dominação:

**Mutamba Urutaí:** *Muitas vezes aqui na cidade, a gente vai pedir trabalho e aí você coloca seu preço e eles olham assim... e falam: “é mais aí não compensa”. E aí chega um homem e fala, “eu quero o serviço”. Aí já pega o cara e enfia lá dentro, porque é*

*homem, sabe? Ai a gente não entra porque é mulher, não tem como concorrer. É desleal. O povo não emprega fácil não.* (Informação verbal).

É interessante observar as *escolhas linguísticas* da colaboradora, como, por exemplo, a locução ou a expressão “*a gente*”, assinalando a agência de modo coletivo, uma aproximação com as outras mulheres que também procuram emprego e não conseguem, descritas “*aqui na cidade*”, devido ao gênero. Podemos identificar o uso dos *processos materiais* a ela, mas não são ações realizadas, permitidas – “*you coloca seu preçoo*” –, nesse caso, você é o “*eu*”, a mulher (colaboradora), mais o processo material – “*colocar*” –, resultando em não permitido, não atendido e/ou não realizado. Por outro lado, se o homem expressar desejo, a concretização da ação é imediata, como em “*eu quero*”, “*eu*”, o homem mais o processo mental – “*quero*” –, que expressa desejo, tem como resultado rápido, “*Ai já pega o cara e enfia lá*”. “*Enfiar*” e “*pegar*” são processos materiais que indicam, nesse contexto, o privilégio, o movimento de rapidez em atender ao desejo do homem para determinada vaga, e, em oposição ao privilégio, temos a não garantia dos direitos das mulheres. As *escolhas linguísticas* mostram a constituição e os modos de representar destinados aos diferentes atores sociais. Isso confirma que tanto as categorias quanto os papéis sociais de homem, mulher e gênero são construções históricas, sociais e corporais. Nada adianta, porém, se não se articular gênero a outras formas de opressão; como visto até agora, as colaboradoras são mulheres, e mulheres de classe social desfavorecida, agravando ainda mais a exploração sofrida por elas.

Na expressão “*não compensa*” está a desqualificação, o descaso pelo trabalho feminino, marcada na avaliação negativa – “*e aí chega um homem e fala, ‘eu quero o serviço’.* *Ai já pega o cara e enfia lá dentro, porque é homem, sabe?*”. O fato de ser homem é entendido, aqui, como potencial, como realizado com mais reconhecimento e valor em relação ao trabalho feminino. Isso revela uma prática social entre sujeitos que estão sendo vistos em posições diferentes e apenas um deles possui o discurso autorizado e legitimado, no caso, o homem. Mais uma vez a violência de gênero está sendo revelada pelas questões de desigualdade de oportunidades e da *valoração* da mão de obra de maneira partidária. Por isso, pensar em igualdade de gênero, aqui, implica colocar em discussão a ideia de igualdade relativa à existência de diferentes posições de sujeitos, atentar-nos às intersecções, e não apenas pensar em igualdade de gênero padronizada, universalizante, como acontece em várias políticas públicas.

Outro aspecto importante também aparece nessa fala com respeito às mulheres pedirem serviço, em “*a gente chega e vai pedir*”, enquanto os homens chegam e falam “*eu quero o serviço*”. A partir dessa *estrutura linguística*, o uso dos processos que atribuem significados discursivos e sociais diferentes aos agentes sociais tira a agência de algumas vozes e atribui, a

outras, poder, atitude. Assim, a colaboradora usa “*a gente*”, mais o uso do processo “*chega e vai pedir*”, marcando a submissão em “*pedir*”. Em outra linha, “*eu quero o serviço*” expressa, a partir do recurso *linguístico* “*eu*”, a agência máxima mais o uso do processo “*querer*”, da ordem, do desejo, imperativo. Por isso, de acordo com Fairclough (2003), em nossas relações cotidianas convivemos com diversas manifestações de poder e dominação materializados nos discursos. Essas manifestações são construções sociais abstratas materializadas em textos, os quais são produzidos a partir das condições, do contexto de realização, das crenças e dos valores compartilhados ou que se diferem. Para Van Dijk (2015), o poder e o controle social estabelecem as relações de interação, socialização entre os diversos grupos, atores sociais e as diferenças de classe. O trecho exposto apresenta marcas ligadas ao sistema de *hierarquização*, assentado sobre a *naturalização* de diferenças estabelecidas que se tornam evidentes ao as cruzarmos com o preconceito de cor, com as condições de pobreza e com a necessidade de subsistência.

Dessa forma, é interessante citar os hábitos sociais de famílias que ainda carregam valores patriarcais e contribuem para estender as formas de desigualdade e de exploração, como, por exemplo, enviar as filhas para morar e trabalhar em outras casas, como mostra o relato da próxima colaboradora. Sendo assim, são práticas e discursos estabelecidos pelas estruturas hegemônicas às pessoas de menor poder aquisitivo, estabilizando e naturalizando as convenções sociais, isto é, os efeitos do poder e da ideologia na produção de significados e práticas são ocultados, gerando práticas estáveis e naturais (WODAK, 2003). O envio das meninas era feito na base da troca por subsistência e melhor qualidade de vida, no entanto, isso não é garantia de melhora e, por vezes, deve ter custado quase o preço da vida dessas jovens e adolescentes, como foi o caso de Jasmim Urutaí. No próximo excerto, o discurso da colaboradora reitera a discriminação, a tentativa de desqualificação e disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 2013), o racismo, o sexismo, a tristeza, as dores e as más lembranças desse momento de sofrimento em busca de melhores oportunidades. Ao falar, ela traz memórias de muita dor e mágoa em virtude dos processos e das lutas por ela enfrentados:

**Jasmim Urutaí:** *Eu sofri muito para trabalhar. Eu fui para Brasília, fui para Goiânia, tudo em troca de comida. A mãe e o pai mandavam a gente sair para trabalhar fora, e as mulher levava a gente e deixava a gente trancada em casa, no quarto, sem comer, sem sair, sem direito a nada... Sofri demais. Até que um dia eu consegui falar com a mãe e disse: “se não vir me buscar eu vou pular da janela”. E lá era no terceiro andar. Era muita fome que eu passava, sabe?*

**Débora:** *Então a senhora sofreu muito com esses casos de violência durante a vida, preconceito, né?*

**Jasmim Urutai:** *Nossa! Sofri demais. Preconceito foi o que mais teve... na escola então... bullying, né? Agora é bullying. Ixi! Sofri por causa da cor, né? A gente pobre demais, né? Não sei se é porque minha mãe não cuidava do meu cabelo... Os meninos chamava eu de nega preta, suja, negrinha fedorenta... coisas assim...*

**Débora:** *A senhora tinha mais ou menos quantos anos?*

**Jasmim Urutai:** *Ah! Era na minha época de escola. De 7 a 12 ou 11 anos. Todo ano eu arrumava para dançar quadrilha e ninguém me queria de parceira. Nunca dancei uma quadrilha. Hoje eu arrumo eles [os filhos] e ponho eles tudo pra dançar. Ensino eles e fico feliz. Era os branco, sabe? Os rico da escola... Os branquelos e não tinha castigo... não tinha punição e pronto...*

De acordo com Crenshaw (2004), as pessoas, a partir do colonialismo, estão segregadas desigualmente por raça, classe e gênero e, portanto, experienciam discriminações e subjugações, como pode ser comprovado no discurso da egressa que foi dada pelos pais para trabalhar em “troca de comida” – “sofri muito”, “sem comer”, “trancada”, “pobre demais”. Esses trechos selecionados mostram a justaposição das diferentes formas de discriminação e *apagamentos interseccionados* em opressões sofridas pelas mulheres. De modo amplo, esse excerto traz o significado identificacional da colaboradora ao falar de suas experiências com as diversas opressões, suas dores, bem como as diversas práticas de contestação e transformação em um ser-sentir-viver diferente. Fala de sua história, de seu modo de sobreviver, de sua reexistência (MUNIZ, 2021) enquanto mulher, negra, pobre e de uma classe estigmatizada, materializadas nas/pelas práticas de educação nos filhos. E é importante mencionar que, para as negras, o poder dominador se apresenta de modo mais severo, isso porque, para Lugones (2014), o sistema moderno-colonial de gênero produziu, nas mulheres não brancas, um processo duplo de subordinação de gênero e de inferiorização racial, visto que sofrem pelo menos dois tipos de discriminação, uma por ser mulher e outra por ser negra.

Sendo assim, há o preconceito de gênero que agride todas as mulheres, até mesmo as brancas, porém, para as negras atravessa-se a questão racial – o “preconceito foi o que mais teve” – e, ainda, a discriminação pela classe, expressa em “pobre demais”, visto o poder de padrão mundial fundamentado na ideia de raça, que passou a classificar a população produzindo identidades raciais, que passaram, por sua vez, a serem associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação. Nesse cenário de constituição do sistema-mundo-colonial-patriarcal, o gênero, a raça, a classe e, conseqüentemente, o trabalho foram associados, constituindo e mantendo a divisão racial do trabalho desde os tempos colônias, perdurando até os dias atuais, depois de mais de três séculos de escravidão colonial, agravando o racismo, a desigualdade de raça, de classe, a cultura, os bens e serviços e os conhecimentos. Assim sendo, a população negra, em especial as mulheres, foi bem mais afetada pelo empobrecimento econômico – “o pai e a mãe mandavam a gente sair para trabalhar fora”

– pelo não acesso às diversas formas de cultura, lazer, somados às demais formas de exploração trazidas pela modernidade/colonialidade. Essas múltiplas explorações acarretam condições precárias de vida, em específico, dessa população, que não consegue, por vezes, a subsistência de todas as pessoas da família de modo digno e justo, devido às limitações enfrentadas pela falta de oportunidade de trabalho e as recorrentes dificuldades ocasionadas pelo enfrentamento da violência de gênero até mesmo nas relações de intimidade. Como observarmos, as identidades de gênero estão bem distantes de serem fixas, são, antes, constituídas quando repetidas num contexto social de controle, como é o caso da família, aliado às demais instituições, bem como pelas subjetividades de cada pessoa, construindo identidades sempre transitórias, temporárias e moveáveis.

De acordo com Lugones (2014, p. 936), é a partir da interseccionalidade que se pode analisar a opressão colonial, as dicotomias hierárquicas que agem com severidade, como expresso em suas palavras: “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre a raça, gênero e sexualidade”. Desse modo, essas dicotomias vêm da colonização, pois os colonizados eram julgados como inferiores, sub-humanos, raça inferior, que deviam receber menos ou nada pela força de trabalho, fazendo-o “*em troca de comida e abrigo*”. A autora apresenta dicotomias de “humano *versus* não humano”, onde os colonizadores são os humanos e, de outro lado, estão os “bestializados, os negros e índios”, tidos como não humanos, como no exemplo “*ficar trancada*”, como animal, “*sem comer*”, “*sem direito a nada*”, em condições sub-humanas, inferiores, rebaixada à condição de bestializada.

Na perspectiva da interseccionalidade não se deve hierarquizar as opressões de gênero, raça e classe, pois são todas desigualdades e imposições sofridas por sujeitos como Jasmim Urutaí, que são submetidos ao silenciamento “*sem direito a nada*”, à deslegitimação de sua existência e à banalização de seu corpo/vida – “*pular da janela*” –, a ponto de desejar a própria morte. Como consequência do constante abuso de poder, dos mecanismos e das técnicas disciplinares (FOUCAULT, 2013) temos o apagamento dos valores, das memórias, a subjugação das pessoas aos diferentes processos de constituição e de representação das identidades e crenças, além da proliferação do racismo estrutural/colonial (ALMEIDA, 2019). Refletir como esses efeitos constroem o ser em seus diversos modos de existir é uma prática decolonial necessária e urgente para alcançar os processos de emancipação e as mudanças discursivas, identitárias, desvelando as forças contrárias ao bem viver de todas as pessoas independentemente das diferenças. A esse respeito, “nosso empenho é contribuir para a crítica e para a decolonização das formas hegemônicas eurocentradas de poder, de ser, de viver, de

pensar, de se relacionar, de fazer ciência, que têm predominado no Brasil” (VIEIRA, 2019, p. 86).

Com isso, a partir dos estudos de interseccionalidade, compreendemos, por certo, o gênero de forma complexa, aberto a múltiplas negociações, não limitado à lógica do patriarcado, contudo, compreendemos que as manifestações identitárias, discursivas étnicas racializadas fazem parte de um processo coletivo e individual de (re)constituição do ser, como parte da colonialidade do poder, em seus modos de agir, estilos e de suas posições sociais, ou seja, a inter-relação entre as diversas matrizes identitárias que constituem os/as atores/as sociais, como identidades de gênero, identidades étnicas, identidades de território, identidades sexuais e vários outros modos de ver e de se manifestar, seja em concordância, seja em resistência ao mundo.

Nessa perspectiva, não se pode desvincular o papel importante do discurso na produção e manutenção de ideologias que circulam socialmente, como o discurso sobre o racismo, em particular sobre o racismo sofrido pelas mulheres negras, pois ele é corriqueiramente reproduzido e legitimado via discurso. Nesse sentido, é urgente compreender que “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 40, grifos do autor). Segundo Van Dijk (2008, p. 135), existe, na reprodução discursiva, a manifestação do abuso de poder e da desigualdade social. Esses discursos de opressão e de racismo são “aprendidos [...] de diversas formas, como através da escrita e da fala [...] as reproduções mentais sobre o racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no/pelo discurso”.

Ao observarmos os dados, as agressões sofridas por ela, identificamos as marcas do *racismo* no discurso da egressa, materializadas em “*os meninos chamava eu de nega preta, suja, negrinha fedorenta... coisas assim...*”, confirmando o discurso racista enraizado, que atribui modos de identificação e objetificação da mulher na voz do branco opressor, colonizador, explicitando a dominação de um grupo sobre o outro – “*Era os branco, sabe? Os ricos da escola... Os branquelos e não tinha castigo*”. Assim, aglutina-se essa visão etnocêntrica do discurso ideológico elitista, advindo da modernidade/colonialidade, à exploração da mão de obra via capitalismo – “*a gente pobre demais, né?*” –, demarcando a divisão de raça, classe, trabalho e gênero. São expressas marcas de preconceito social, racial, de gênero e econômico, as quais são materializadas nas escolhas linguísticas que representam um campo semântico específico do sofrimento – “*sofrer demais*” –, preconceito foi o que “*mais teve*”, “*pobre demais*”, pelo uso dos intensificadores “*demais*” e “*muito*”, apontando a profundidade dos fatos

e das consequências, da dor e das desigualdades. O corpo é performativizado como objeto de dominação, suplício e exploração pela cor, pelas condições sociais, pelo gênero. Ela sinaliza, *linguisticamente*, que sofreu pela raça – “*sofri por causa da cor*” – e pela classe – “*a gente pobre demais*” –, por isso incluir a interseccionalidade, pois analisar as opressões do sistema-mundo da modernidade/colonialidade é insuficiente e totalizante se invisibilizarem a questão do gênero (LUGONES, 2014). A colaboradora é e sente-se racializada, ao construírem para ela essas imagens, representações e papéis racializados, vinculados à negritude pelo discurso normativo hegemônico de poder global e local, ao mesmo tempo em que se sedimentam práticas e *discursos de branquitude* (FRANKENBERG, 2004), comportamentos reproduzidos muitas vezes sem questionamento. Cristalizam-se, então, identidades discursivas de como é ou devem ser entendidos o mundo social e os lugares sociais pré-estabelecidos às pessoas negras, em especial, às mulheres.

De acordo com Gomes (2016, p. 200), a “branquitude traz à tona as diversas faces da violência racial, do privilégio simbólico da brancura, essa representação que ultrapassa as fronteiras de classe, de gênero”, nível de escolaridade e demais elos de opressão. Nesse sentido, no “contexto das desigualdades raciais”, aqui representados pela prática particular, escola, que também pode ser compreendida, em âmbito global, como a instituição escolar, bem como nos “contextos de desigualdades sociais e de gênero, as pessoas brancas se sentem/são “blindadas racialmente”, no sentido de não serem atingidas por serem brancas. Com isso, não se discute “sua cultura que também é diversa, não se julga sua subjetividade que também é conflituosa, não se fala na mestiçagem que também lhes impõe diferentes modos como são vistos”, ou seja, diversas identificações e representações pela sociedade, e todas essas diversidades intervêm “nos modos como os brancos lidam com as questões de raça, classe, gênero” e sexualidade, bem como “interferem na forma como se veem brancos e como são vistos pela sociedade” (MELO, 2016, p. 120).

Um modo de desestabilizar e desmistificar esses discursos é *a contrapalavra, a resistência* em (re)pensar, (re)significar os papéis sociais, sendo protagonista de suas próprias histórias, fazendo do lugar de subalternidade um lugar de voz e de denúncia, como Jasmim Urutaí fez – “*os brancos*”, “*os rico da escola*” –, ou seja, abre brechas nas estruturas do saber e busca romper com as práticas coloniais de silenciamento do fazer colonial (QUIJANO, 2005; SPIVAK, 2010). A partir dessas escolhas *semântico-discursivas* identificamos pontos de tensão entre as forças do passado e do presente, em discursos contra-hegemônicos e de agenciamento individual, ou mesmo movimentos contrários ao educar os filhos em outras significações, mudando as representações e desestabilizando não só as ideologias dominantes, mas também

as práticas discursivas e identitárias. O modo de educar os filhos se difere da representação que a participante tem da mãe – “...*não cuidava do meu cabelo*”. Como isso ela marca suas novas identificações e representações do mundo – “*arrumo eles e fico feliz*” –, se realizando ao cuidar dos filhos. Esse é um dos pontos mais expressivos na fala dela sobre as ressignificações e recontextualizações acerca dos processos de ser, sentir, agir, representar e existir no mundo – “*fico feliz*”. Ela quebra a segregação dos discursos de opressão.

Para Gomes (2016), em entrevista a Melo (2016, p. 116-119), o *racismo* “é um fenômeno complexo que se alimenta do nosso passado escravista, da não integração da população negra na sociedade de classes e das políticas públicas de promoção de igualdade racial”, o que afeta sobremaneira a vida dessa população que vive processo de desigualdade racial, de gênero e de classe. Em relação ao Brasil, no racismo estrutural ainda há a luta contra os grupos conservadores e racistas, que se unem para legitimar o mito da democracia racial. Segundo essa autora, o mito da democracia racial busca “impregnar o imaginário social do discurso de que não há racismo nem desigualdade racial, mas, sim, uma convivência pacífica entre os brasileiros e as brasileiras alicerçada na miscigenação racial”. Assim sendo, os estudos sobre a branquitude “podem ajudar a refletir sobre a nossa realidade, pois ao discutir a branquitude, além de compreendermos os brancos como raça, atribuímos a estes uma identidade étnico-racial”.

Desse modo, é preciso analisar os trechos sem perder de vistas as condições temporais, sociais e histórico-econômicas de sua produção, a modernidade/colonialidade; ou, de acordo com Foucault (2013), deve ser vista essa produção na singularidade e nos limites do acontecimento. Porém, mesmo que tenha acontecido em outras configurações sociais, esses fatos ainda estão presentes nas diversas formas de ela expressar a sua autoimagem, nas suas materializações discursivo-ideológicas e nas formas de ser e entender o mundo, até porque a colonialidade ainda existe de modo reconfigurado em outras formas de exploração (QUIJANO, 2005).

Pela fala da egressa constata-se o discurso mantenedor da escola e dos atores sociais envolvidos que garantiram, por longo tempo, o discurso ideológico das elites, principalmente naquela época, em que as discussões acerca das questões étnico-raciais ainda eram incipientes, quando não silenciadas. Essas concepções regularizam também pelo critério biologizante, do “[...] poder dos homens sobre os corpos das mulheres, criminalizando o aborto, legitimando o estupro, a violência doméstica, o feminicídio, as limitações do direito de ir e vir e de ser/ atuar livremente na sociedade etc.” (VIEIRA, 2019, p. 95). Até hoje a escola (ainda) reforça essas práticas simbólicas e discursivas, pois “o currículo ‘fala’ de alguns sujeitos e ignora outros;

conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; [...] traz a voz daqueles que se auto atribuíram a capacidade de eleger [...] interesse de toda a sociedade” (LOURO, 1997, p. 64). Assim, essas concepções estão também expressas nos vários modos de identidades, inclusive reveladas na contrapalavra dela, ao rebater, contestar e a denominá-los “*os brancos da escola*”.

Para Fanon (2008, p. 113), a contrapalavra ao racismo deve se pautar na razão para si, em defender a humanidade das pessoas negras, defender a essência humana que o racismo tenta tirar-lhes, já que, como ele aponta, “[e]u racionalizei o mundo e o mundo me rejeitou sob a base do preconceito de cor”. Para tanto, várias são as formas de *resistência e de contrapoder*, como a negritude em reação ao racismo do branco, à branquitude (FRANKENBERG, 2004). De acordo com Van Dijk (2010), o contrapoder representa uma forma de resistir ao poder hegemônico. As relações de contrapoder são marcadas por manifestos como a resistência, levando grupos antes tidos como “dominados” a uma postura militante, como visto no caso de Jasmim Urutaí. São modos de identificação e ideologias intrínsecas aos sujeitos e reveladas nos discursos, visto que jazem neles (sujeitos e discursos) o contexto social e histórico, a constituição do “eu” nesses acontecimentos, bem como a necessidade de criar frentes de enfrentamento que considerem a complexidade das sociedades contemporâneas e potencializem as práticas de micro(resistências) e reexistência (MUNIZ, 2021; PEDRO, 1997; WASLH, 2013).

É mister pensar em uma escola que apresente o debate, problematize as questões que oprimem os sujeitos em seus diferentes modos de ser, uma educação anticolonial, antissexista, não bancária, que coloque em evidência os efeitos sociais e políticos das práticas pedagógicas, sejam elas emancipatórias, sejam reprodutoras; todas têm suas consequências. É preciso pensar, questionar de modo individual e coletivo “como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” (KILOMBA, 2019, p. 46), no entanto, refletir sobre esses “processos psicológicos [exige] muito trabalho” e demanda bastante tempo. A autora aponta a necessidade de observar os atos de racismo diante de três características: a hierarquia, a diferença e o preconceito, de modo que é imperativo propor discussões políticas, sociais e culturais a partir de vozes não hegemônicas sobre gênero, sexualidade, racismo e demais modos de opressão para, a partir daí, compreender como funcionam as práticas discursivas reguladoras que aprisionam, constroem e (re)constituem atravessamentos identitários. Nesse sentido, vários estudos se enveredaram rumo ao fazer diferente, pois, crendo no “potencial transformador da crítica e da decolonização de estruturas fundadas nas categorias de gênero e sexualidade”, autoras como Vieira (2019, p. 83) propõem “diálogos entre teorias coloniais e os estudos críticos do discurso para refletir

sobre possíveis abordagens decoloniais feministas do discurso para pesquisas em educação e gênero-sexualidade”.

Ainda sobre o excerto, não podemos deixar de mencionar as escolhas linguísticas pejorativas na voz do opressor para identificar, como “[...] *nega preta, suja, negrinha fedorenta*”, à participante da pesquisa, que na época era uma criança e hoje guarda as marcas desses atos de violência psicológica e moral, do enclausuramento, da fome e da rejeição, a “necropolítica” (ACHILLE, 2016). Desde a colonização, a mulher negra tem sido vinculada a diversos estereótipos dicotômicos e binários – como ‘negra *versus* branca’, ‘suja *versus* limpa’ –, que não reconhecem suas diferenças de raça, de cor e usam da naturalização para simplificarem sua representação, atribuindo e fixando-lhes ideologias, crenças e valores que se tornam convenções sociais aceitas, segregando os gêneros pelo preconceito. É importante chamar a atenção, aqui, para a compreensão de como as categorias de opressão (raça, gênero, classe) funcionam, criando experiências diferentes para cada sujeito e, na maioria das vezes, vivências negativas para as mulheres negras. Trata-se de colocar em discussão, neste momento, como essas categorias juntas, interseccionadas, trabalham em redes, funcionam ao mesmo tempo como causa e efeito umas das outras, como pode ser percebido no corpo, na vida e nas inscrições discursivas-identitárias da colaboradora. Nesse sentido, os modos de compreender o gênero estão intrinsecamente imbricados às maneiras de entender raça e classe, em movimento de ir e vir, interligados uns aos outros.

O uso do *recurso linguístico* diminutivo “*negrinha*”, não tem a função de afetividade e de aproximação, como convencionou-se socialmente a acreditar, mas sim de *exclusão*, desclassificando-a ao apresentar a assimetria de poder e identificá-la como inferior, menos importante que os/as demais alunos/as e, em específico, de menor valor que as outras meninas brancas – “*ninguém me queria como parceira*”. Aliado a isso, na voz do opressor aciona-se outras semioses, como a percepção do cheiro – “*fedorenta*” –, a qual movimenta e marca o *corpo* de Jasmim Urutaí como desprezível, um objeto perdido, sem valor, que pode ser descartado. Desse modo, recorremos a Sousa Santos (2010), para quem o processo de colonização, de constituição dos gêneros com base na segregação, configurou-se como um *epistemicídio*, ou seja, práticas, culturas e pensamentos foram apagados, de modo que as subjetividades são sufocadas para melhor arrancar-lhes os direitos, inclusive o próprio direito de reconhecer-se enquanto ser no mundo – “*se não me buscar eu vou pular a janela*”. Ela descreve uma história de “silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas impostas, rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dois lugares mais lugares que não podíamos

entrar tampouco permanecer para falar” (KILOMBA, 2019, p. 27), que também é a história das pessoas escravizadas por processos políticos de desumanização.

Para Van Dijk (2008, p. 8), a representação negativa dos acontecimentos étnicos e de pessoas pode “[...] influenciar as mentes”, como no caso da participante na época de escola, cujos colegas influenciavam os outros a atribuírem às pessoas negras o menor valor, que “[...] formarão [...] modelos tendenciosos de acontecimentos étnicos específicos”. Jasmim Urutaí, felizmente, traz um *contradiscurso*, revelando, em sua fala, que conseguiu transformar essas práticas e experiências antigas em novas práticas, como, por exemplo, ser mãe e não incutir, em seus filhos, os valores do racismo – “*ensino eles e fico feliz*”. Racismo e sexismo são tecnologias de biopoder, em processo de “necropolítica” (MBEMBE, 2016) pela divisão da população em grupos hegemônicos e estigmatizados, no controle e na vigilância das pessoas, gerando desigualdades econômicas, de saúde, conhecimento, uma vez que o racismo é constitutivo da produção de subjetividades; logo, essas comunidades têm vivido sob o signo da morte (CARNEIRO, 2005).

Isso pode ser comprovado pelo levantamento nacional do Fórum (2020), apresentado na conjuntura, pois 75% das mulheres mortas, apenas no primeiro semestre de 2020, são negras, totalizando 3 (três) negras a cada 4 (quatro) mulheres assassinadas; ademais, as negras são 3 (três) de cada 5 (cinco) mulheres mortas por feminicídio. Em relação ao homicídio doloso, foram 234 casos envolvendo mulheres brancas contra 650 casos em que as vítimas eram negras, somando-se aos 51% dos casos em que as mulheres negras sofreram por lesão corporal. Sem contar as subnotificações, uma vez que esses indicadores não são reais, e sim uma estimativa a considerar os dados oficiais colocados em denúncia. Sem embargo, mesmo assim esses dados de extermínio dos corpos das mulheres negras permitem-nos dizer que a atuação do Estado nos quesitos política e segurança é bastante contraditória, já que os garante pela Constituição, mas não os fazem ser cumpridos na prática. E é no discurso, na materialização, que se verifica grande parte da dimensão cognitiva do racismo que aparece nas mentes, nos afetos e nas subjetividades, pois é contraído e aprendido “e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, nas trocas, através da escrita e da fala” (VAN DIJK, 2008, p. 135).

Sobre a subjugação de classe e raça, hooks (2015, p. 67) acrescenta que a mulher negra sofre outros preconceitos além do gênero, que afetam brancas e negras, visto que, como grupos, as mulheres negras estão em posição incomum nessa sociedade, já que não só estão coletivamente na parte inferior na escala de trabalho, mas “as mulheres da classe trabalhadora já sabiam que o salário recebido não iria libertá-las”. Ademais, as condições sociais gerais são inferiores a qualquer outro grupo, como se fosse um aspecto aceito, confirmado e legitimado

de “como se comportar no trabalho, o que se espera de si e dos outros, seu futuro, como pensa e age” (HOOKS, 2015, p. 68), assim como são as condições de Jasmim Urutaí, que pertence a esse grupo subalternizado. Crenshaw (2004, p. 177), afirma que “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias”.

Esses acontecimentos específicos podem ser entendidos como uma trama discursiva que reflete as ideologias de um grupo, de uma classe sobre outros. De acordo com Thompson (2011), a *legitimação* é uma das estratégias de manutenção das ideologias, a qual diz respeito às relações de dominação que são por vezes estabelecidas como justas e dignas. Nesse sentido, Halliday (1994) também afirma que as *escolhas lexicais* – como, por exemplo, “*de nega preta, suja, negrinha fedorenta*” – utilizadas por um usuário da língua, carregam traços de suas próprias identidades, que podem estar perceptíveis ou não na superfície textual, dada a sua necessidade de representar a si próprio ou ao “outro”. No entanto, é importante dizer que a nomeação não surgiu dela, de suas próprias manifestações discursivas, identitárias, mas veio da voz do opressor, do branco, pela/na reprodução dos discursos racistas, coloniais e hegemônicos, visto que os/as alunos/as a identificavam assim. Ela, por sua vez, apresenta uma mudança de representação, um contradiscurso, nomeando-os como “*brancos*”, em forma de resistência e reexistência, de continuar a viver (WALSH, 2013), oferecendo-lhes uma devolutiva – “*brancos*”.

Dessa maneira, a perpetuação das marcas, da manutenção das formas de racismo, bem como das rupturas, micro(resistências) que asseguram as relações de dominação e de poder econômico, cultural e social são todas vistas nesse discurso expresso pela egressa. Para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser se refere a um padrão de poder que se estabelece no mundo, resultando do colonialismo a que os povos foram submetidos, de modo que essa forma de colonialidade está relacionada à negação da própria humanidade, à “não existência do Outro”, se “não pensa, não existe, se existe sua existência é dispensável”. Ainda, posso acrescentar a abissalidade colonial (SOUSA SANTOS, 2010), em referência à lógica de não reconhecer o Outro enquanto ser humano, seu espaço social, territorialidade, corporalidade, sujeito de direito e, assim, capaz de ser subordinado, explorado à lógica da apropriação e da violência. Essas são práticas exploradoras que advêm do colonialismo, do capitalismo e do patriarcalismo, por isso, as constantes lutas da população negra contra os abusos devem ser alinhadas ao anticapitalismo e a todas as formas contra opressão, pois essas comunidades ainda vivem em uma zona da negação, em uma *zona do não ser* (FANON, 2008), sendo direcionados

a condições não humanas. Parte-se de uma concepção de que se as pessoas não se enquadram nos padrões hegemônicos, heteronormativos, brancos, cristãos, com escolaridade, classe e demais critérios determinadores da pessoa humana pelos critérios hegemônicos, é considerada diferente, estranha, aberração, inferior, não merecedora de usufruir de seus direitos, ou seja, são vistas como um corpo estranho, em território estranho, “a-normalidade”, uma ameaça à humanidade e estão sujeitas a vários atos de opressão, preconceitos e abusos. Tais condições são instrumentalizadas pela lógica do “Outro como um não ser” (CARNEIRO, 2005), que é todo aquele diferente.

Esses atos também se referem à forma como o trabalho, a disseminação do saber, a autoridade e a intersubjetividade se articulam por meio do mercado, do capital e da ideia de raça, como foi possível observar no discurso das colaboradoras. Aqui, na América Latina, o contato com os/as colonizadores/as, com o Outro diferente, trouxe as marcas de rejeição do ser, pelos princípios religiosos e filosóficos seguidos, pela cor da pele, e ainda foram classificados como aqueles que tinham ou não alma. Dessa maneira, a opressão do mundo colonial atinge diversas esferas, devendo-se assim, considerar diversos fatores, como o psicológico, o contexto social e histórico, o sistema político e econômico, visto que as colaboradoras se inserem em um mundo racista, sexista, capitalista, colonial e patriarcal, como tantas vezes enfatizado, que reverbera as práticas segregadoras até mesmo no ambiente educacional, como visto no trecho.

Sobre essa subalternação do eu, Fleuri (2006) mostra que traços visíveis do corpo negro, como o cabelo e a pele, por exemplo, são historicamente estigmatizados como sinais de subalternidade pela sociedade. Isso pode ser comprovado na fala da egressa ao dizer “*Sofri por causa da cor, né? A gente pobre demais, né? Não sei se é porque minha mãe não cuidava do meu cabelo...*”, cujas marcas de identidade trazidas do seio familiar, como o modo como a mãe lidava com o cabelo da criança, também são constitutivas de identidades. Com isso, temos novamente as convenções sociais ditando à egressa os padrões – “*minha mãe não cuidava*”. Em relação aos cabelos das pessoas negras, convencionou-se que devem ser usados “presos”, “organizados”, “cuidados”, de modo a não deixá-los “soltos” como outros. São palavras com cargas semântico-ideológicas negativas: o que não é bom deve ser preso e ficar organizado, e não solto como os demais.

Desse modo, a constituição identitária e ideológica das participantes é perpassada por todas essas formas autoatribuídas, atribuídas a elas pela sociedade (DUBAR, 2005), bem como por elas atribuídas ao outro também, tanto em relação à raça, à cor, à força de trabalho, ao gênero, entre outras características. Para reforçar essa afirmação, recorreremos ainda a Giddens (2002), para quem a “autoidentidade”, construída a partir das experiências vivenciadas, também

é constitutiva e determinante nas concepções e identidades do eu. São significações que sempre vão ser trazidas na memória discursiva e cabe, entre outras instituições, também à escola, hoje, fazer diferente daquele tempo expresso por Jasmim Urutaí, em que os discursos racistas institucionais eram silenciados no ambiente escolar, sem haver debates e reflexões acerca das questões históricas, econômicas e culturais que o constituíram. Felizmente, atualmente há mais discussões, pesquisas e reflexões intensas nas salas de aula, na instituição escola como um todo, envolvendo também a formação de professores/as. São estudos que colocam em debate, de modo crítico e engajado, diversas frentes de opressão, como, por exemplo, as pesquisas desenvolvidas em diálogos entre os Estudos Críticos do discurso, os Estudos Decoloniais e a Pedagogia Crítica, com diferentes intersecções em gênero, raça, classe, sexualidade, LGBTIfobia na escola, estudo de línguas para inclusão de pessoas com deficiência, violência escolar e vários outros assuntos que permeiam os estudos desenvolvidos por Café (2019), Sousa de Queiroz (2020), Albuquerque (2020), Oliveira (2020), Matos (2020), Ribeiro (2021), Luiz (2021), Rechetnicou (2021), Dias (2021), Caixeta (2022), Martins (2022), entre outros/as.

O trecho revela também que a ordem do *discurso escolar educacional/institucional* se mostrou tradicional, patriarcal, colonialista, se tornando um fator determinante da manutenção do imaginário coletivo, um biopoder, incutindo a normalização à supremacia da branquitude sobre as negras, da sobreposição dos meninos contra as meninas – “*a escola não fez nada*” –, tendo se silenciado, se omitido. Para Pinsky (2013, p. 8), “a escola é um lugar privilegiado para discutir a questão dos preconceitos e até mesmo iniciar um trabalho com vistas a atenuar sua força”. O *preconceito*, segundo o autor (2013, p. 8), “é a própria discriminação, discriminação é o preconceito em ação, os quais ganham terreno quando se coloca em discussão a suposta inferioridade da mulher”, sobretudo, da mulher negra, em relação ao homem, posicionado e sedimentado pelos discursos racistas, sexistas e patriarcais que circulam livremente e ainda se mantêm nas escolas. Com isso, é preciso descolonizar práticas, instituições (escolas, hospitais, cadeias), mas, para além disso, é urgente descolonizar pessoas, os seres humanos, criar ordens de discurso antirracista, antissexista, anticapitalismo (MATOS, 2010), modificar os modos de pensar e de agir, ressignificar as práticas, como fez Jasmim Urutaí, assinalado em “*ensino eles e fico feliz*”, tornando-se ativa, crítica e engajada em suas próprias histórias, perpassadas por experiências de violências. De acordo com Matos (2010), é preciso desafiar as fontes estruturais de dominação de gênero na sociedade capitalista, empreitando uma luta anticapitalista e radicalizada em movimentos locais, altermundialista, transnacional em prol de movimentos nacionais e internacionais contra o neoliberalismo e exploração econômica mundial e a dominação hegemônica do conhecimento.

Nesse sentido, a educação para o bem-viver, deve propor a mediação para as transformações éticas, socioeconômicas e culturais, especialmente no papel de contribuir dialeticamente na formação de seres humanos, estimulando a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características específicas de cada ser ou comunidade. A escola também precisa ser e representar um lugar de resistência a esse racismo, sexismo, determinismo, colonialismo, elitismo social e econômico, trazer novos modos de entender, representar e enfrentar as desigualdades e as diferenças entre as categorias tidas como universais de brancos, negros, indígenas, quilombolas, homens, mulheres, gays, lésbicas, trans, entre vários outros que podem, na verdade, ser várias vezes multifacetados/as não apenas pela força da lei, mas por compreender com crítica as ideologias que agem na tentativa de subjugação. Para Lugones (2007), considerar os diferentes modos de ser é uma tentativa de revelar, trazer da parte nublada da história as tensões e as conflitividades que foram silenciadas e apagadas pelos discursos de poder colonial.

É interessante mencionar que a resistência sempre esteve ativa, sendo uma materialização dessa realidade a promulgação da Lei nº 10.639/2003<sup>42</sup> para o reconhecimento e a legitimação dos conhecimentos africanos e afro-brasileiros na educação brasileira (BRASIL, 2003). Essa conquista se deu através de mobilizações dos movimentos sociais, eventos, debates com as instituições governamentais, instituições de ensino, entre outros. Assim, também trazemos para o momento a conquista, para a Educação Escolar Quilombola, com a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012,<sup>43</sup> que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade de Ensino, pois a proposta reconhece e propõe a utilização dos conhecimentos, da cultura e da organização social das comunidades quilombolas, ou seja, reconhece o papel da cultura na constituição de sujeitos políticos, sociais e sociais (BRASIL, 2012). Nesse cenário, questiona os modelos que se pretendem ser universais no que se refere à curricularização, uma vez que estes se interligam às diversas formas de colonialidades – ser, saber, poder. Essas ações oportunizam que as instituições de ensino pós-modernas colaborem cada vez mais com o debate para a redução das práticas de racismo como foram vivenciadas pela colaboradora,

---

<sup>42</sup> BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 18 de maio de 2021.

<sup>43</sup> BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 de maio de 2021.

potencializando o diálogo entre uma posição de ser, saber, viver, sentir e as outras possíveis, isto é, respeitar as diferenças em todas as esferas.

Em concordância com as discussões aqui empreendidas, é indispensável discernir haver diferenças intragênero que podem ser compreendidas pelas abordagens críticas decoloniais, visando a superação de desiguais arranjos de discriminação, racismo, abusos e violências que se sobrepõem às mulheres negras (CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; HOOKS, 2017). Para a autora, ao politizar/problematizar as distinções de gênero, as correntes feministas plurais transformam as mulheres em novos sujeitos políticos ativos, agentes e em posições autônomas. Essa condição faz com que essas atoras sociais tomem, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo específico. Ou seja, grupos de mulheres indígenas, quilombolas, grupos de mulheres negras, grupos de mulheres trans, dentre outros, por exemplo, possuem questões específicas que, fundamentalmente, não podem ser tratadas exclusivamente sob a chancela da questão apenas de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem a *categoria ser mulher*, mesmo dentro de cada grupo, *interseccionada* à raça, à classe, às violências, no âmbito de escolaridade e de tantos outros fatores neste e naquele caso.

Com vistas a atender aos objetivos e às perguntas de pesquisa, a seguir, na segunda parte do capítulo (4.2), trazemos o discurso das egressas no que se refere às **múltiplas faces da violência**, tema bastante abordado por elas nas entrevistas, como, por exemplo, a violência doméstica e familiar. De certa maneira, discutir essa temática proporciona continuidade ao tópico sobre vozes, interseccionalidades, interdiscursos, identidades e representações, visto que as identidades de gênero também são influenciadas por essas práticas sociais que se mesclam à violência a partir das práticas sociais hegemônicas, perpassando as matrizes identitárias.

#### **4.2 As múltiplas faces da violência doméstica e familiar e as experiências formativas no Programa Mulheres Mil: “18 anos apanhando[...] me xingava de tudo [...] agora...”**

Essa parte do capítulo fez-se relevante porque, ao discorrerem sobre seu histórico de vida, várias colaboradoras relataram casos de violências com elas próprias. Outras diziam não conhecer casos de violência ocorridos com outras mulheres durante o curso, talvez na tentativa de não expor as colegas, ou porque já conseguiam relatar suas próprias histórias, pois mencionavam diversos casos de violências no decorrer das entrevistas. Muitas experiências e vivências nos chamaram a atenção, mas, devido à extensão, vamos nos ater aos objetivos do trabalho e não mostrar todos os casos aqui. São todos, porém, igualmente significativos e às

mulheres, sem dúvida, expressamos aqui todo o nosso respeito, acolhimento, solidariedade, cuidado e atenção às suas condições particulares. Deixamos registrado que não temos o objetivo de julgá-las, expô-las, tampouco de difamar a imagem de nenhuma delas – mesmo protegidas pelo anonimato. Assim como também não julgamos nem expomos os agressores, e nem queremos difamá-los, ao contrário, nosso objetivo é fazer uma análise dos discursos das egressas, na tentativa de colaborar para que se estabeleça uma nova ordem social, como propõe a Análise de Discurso.

Como já citado no trabalho, o **Programa Mulheres Mil** tem como proposta fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação crítica, emancipatória e ao (re)ingresso ao mundo do trabalho. Vale lembrar também que esse é um Programa criado especificamente para atender mulheres. O Programa se propõe a atender a um público-alvo específico, isto é, mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica, com baixos níveis de escolaridade, baixa renda, bem como mulheres que já sofreram algum caso de violência doméstica e familiar. Enfim, além de serem posicionadas à margem social por serem mulheres (pelo gênero social), ainda se somam outras formas de discriminação e preconceito a esta, como é o caso de mulheres negras, periféricas e pobres.

Assim, em busca de investigar os processos de mudanças sociais engendrados pelo Programa na vida das egressas, no que diz respeito às áreas propostas por ele, partimos para as entrevistas com uma escuta acolhedora e sensível (FREIRE, 2012), e, para tanto, trazemos, a partir de agora, na segunda parte deste capítulo, a voz das egressas sobre as várias vivências de violência doméstica e familiar e sobre as experiências formativas no **Programa Mulheres Mil**. Com isso, no segundo eixo, o das violências, trazido por elas ao discorrerem sobre seu histórico de vida, concentramos mais ênfase ao seguinte objetivo específico: analisar as representações de vivências com a violência na constituição identitária das egressas do Programa Mulheres Mil, com vistas a compreender como essas práticas são negociadas, interpretadas e quais foram as estratégias de combate à violência doméstica e familiar discutidas durante o curso, como sugerem os eixos norteadores do **Programa Mulheres Mil**. Durante as entrevistas, e mesmo nos questionários, foi recorrente o tema da violência de gênero, como já exposto em vários trechos anteriores, bem como da violência doméstica e familiar. Já nas primeiras entrevistas, uma preocupação nos veio à mente: será recorrente? Nos demais *Campi* também veremos essa realidade? Como elas reagiram? Internamente, esses questionamentos foram inevitáveis, pois o conhecimento do projeto político, colonial, heteropatriarcal e hegemônico de dominação-exploração dos corpos femininos e das múltiplas violências sofridas pelas mulheres acende essas preocupações. Ainda, pensamos também em uma das questões motivadoras da pesquisa,

a saber: como as práticas discursivas e identitárias das egressas, reveladas no histórico de vida, apontam implicações de resistência, empoderamento, conscientização e acesso às Leis e aos direitos contra a violência doméstica e familiar a partir da realização dos cursos no Programa Mulheres Mil? Partimos, então, para os seguintes questionamentos durante as interações com as colaboradoras: em relação à violência doméstica e familiar, você conhece algum caso que te chamou a atenção? Durante o **Programa Mulheres Mil**, foram abordadas questões relacionadas às formas de combate à violência doméstica e familiar?

De início, os dados revelaram que várias mulheres entrevistadas sofriam ou sofrem algum caso de violência doméstica, se não na mesma época, em tempo bem próximo ao período dos cursos oferecidos pelo Programa. De acordo com os dados gerados, os *Campi* onde ocorrem violência com maior incidência são Urutaí, Posse, Rio Verde, Hidrolândia e Iporá; ou seja, de seis *Campi*, apenas em um não houve relato de casos de violência diretamente com as colaboradoras, já que os outros cinco apresentam inúmeras ocorrências.

Para Fairclough (2003), vários elementos para além da linguagem devem ser considerados ao analisar a relação entre as práticas sociais e o discurso, o qual não é simplesmente uma forma de prática social, mas é considerado como elemento semiótico dessas práticas sociais, incluindo a linguagem, como também a comunicação “para-verbal”, isto é, as expressões faciais, os gestos, nesta tese percebidos nas risadas, nos choros, nos movimentos corporais. Além da linguagem, tem-se o contexto, o espaço-tempo, bem como os/as atores/as sociais envolvidos/as na ação. Nesse sentido, conceber o discurso como um elemento da prática social implica considerar a relação dialética entre as estruturas e os eventos sociais, pois as práticas mediam as estruturas sociais e as ações concretas, de modo que as estruturas são e podem ser modificadas, mesmo que de modo lento, mas são (re)significadas e transformadas pelas ações reais, nas práticas de cada instituição, em um movimento de mão dupla.

Nessa prática social ocorre o embate entre estruturação e construção, coerção e agência. Nesta pesquisa, para compreender as ordens de discursos advindas de diferentes esferas, que consistem em práticas de “constituição de gênero social, práticas de violência de gênero, violência doméstica e familiar”, é necessário entender que essas ordens estão imbricadas no controle das práticas discursivas. Isso porque são discursos interligados, observando, assim, “redes de práticas sociais”, associadas a aspectos particulares, construindo uma ‘ordem social’” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24, grifos do autor, tradução nossa), sendo elas formadas por padrões de recursos multimodais linguísticos e não linguísticos, em expectativas sociosemióticas que sugerem o que deve ser escolhido e em qual acordo. Isso tanto em termos de identidades quanto de ações e de representações. Para tanto, faz-se importante atentar para esses aspectos descritos

pelo autor, e o contexto, sendo um deles, relaciona-se à conjuntura local e global de realização das práticas sociais.

Na presente pesquisa, o contexto é marcado por mulheres em suas diversidades, vulnerabilidades sociais e econômicas, por suas múltiplas vozes, principalmente, das mulheres negras, que vivem à margem, nas fronteiras (ANZALDÚA, 2005), pois lutam contra colonialidades, patriarcado, machismo, racismo, marginalização, discriminação, desigualdades, bem como buscam a transformação (BERNARDINO-COSTA, 2008). Com isso, elas têm o enfrentamento como forma de sobrevivência, porque também sofrem ou sofreram algum tipo de violência de gênero e violências doméstica e familiar. Ou seja, são mulheres em diversas posições-sujeito, interseccionadas por múltiplas opressões em espaço-tempo diferentes. Ademais, quase sempre são opressões que sustentam e edificam as masculinidades por traços sociais, culturais, econômicos e históricos de realização desses discursos; são, de fato, as condições que dão origem à produção dos discursos. Dentro de tais condições é que tem de se observar os/as atores/as sociais envolvidos na inter(ação).

Nesta tese, as pessoas envolvidas são, na maioria das vezes, mães, irmãs, filhas, esposas, namoradas, bem como o atual ou o ex-companheiro, além de pais, filhos, irmãos, enfim, pessoas do mesmo grupo familiar. Com isso, e tendo em vista os dados apresentados até agora na pesquisa, percebe-se a necessidade de dar enfoque às questões de poder, ideologia, violências e identidades, as quais atravessam as relações de gênero social, como pode ser visto, nos relatos das colaboradas que trouxeram as vivências sobre violência, nas próximas subseções.

#### *4.2.1 Poder como norma, violência como forma e resistência como sobrevivência: “Ele me dava chute, soco, batia minha cabeça na parede, [...] agora não aceito mais”*

Partindo do título da sessão, tem-se a violência como um dos instrumentos mobilizados para a materialização e a manutenção das normas de poder (FOUCAULT, 2013), assim como as possibilidades de resistir a essas relações assimétricas. As formas de violência que dão corpo ao poder não precisam necessariamente ser físicas, na ação de violentar, mas podem ser pelos discursos, pelas práticas hegemônicas em construções simbólicas de violência (BOURDIEU, [1998]2019; FOUCAULT, 2013), de modo que todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que deseja impor significados como legítimos, é dissimulado pelas relações de força (BOURDIEU, [1998]2019). Para que existam essas relações de poder, é determinante que tenha “articulação, circulação e funcionamento dos discursos dessa ordem” (FOUCAULT, 2013), relacionando-os a tais práticas. Em seguida, trazemos o relato de Jacarandá Urutaí, que declara

ter sofrido violência doméstica por 18 anos, podendo ser entendido como efeitos de violência simbólica, violência de gênero e violência doméstica explícita que impetra a dor, o sofrimento expresso no corpo e na alma. De acordo com o relato, as agressões foram perpetradas pelo então companheiro e pai de seus filhos. A colaboradora declara estar separada do ex-esposo e agressor há 11 anos, porém, ainda carrega as marcas de violência na memória discursiva e no corpo:

**Jacarandá Urutaí:** *Eu não sei bem do caso das meninas, não. Mas eu mesmo já sofri. Era o meu marido... agora já larguei dele, depois que descobri a Maria da Penha [risadas]... 18 anos apanhando. Larguei dele já tem 11 anos. Ele é pai dos meus três filhos... Ele me dava chute, soco, batia minha cabeça na parede, me deixava trancada no quarto, não me deixava sair de casa... Batia nos meninos, colocava eles junto comigo trancada no quarto. Nossa! Trem demais... Credo! Eu tenho cicatriz... Olha aqui ô...*

**Débora:** *E desde o início ele foi agressivo?*

**Jacarandá Urutaí:** *Desde quando casou. Sempre foi assim... Nunca mudou... Até hoje ele quer me bater... Agora eu não aceito mais, chamo a polícia... o policial falou que é daquela empresa lá... pra trás... Eu aprendi lá no curso, da Maria da Penha... Ele não pode vim na minha casa, mas ele vem. Fala que é para ver os meninos...*

**Débora:** *Nossa! Nenhum motivo é justificável para nenhum caso de violência, mas ele alegava algum motivo pra isso?*

**Jacarandá Urutaí:** *Gente bruta mesmo, né? Briga... briga... ciúmes. Essas coisas... Me xingava de tudo... Puta... Safada... Vagabunda... Ele bebia só de vez em quando... Mas me traía muito... Quando ele vem a gente ainda dá uma briguinha, discute, sabe? (Informação verbal).*

A ONU (1992) define a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimento e danos físicos, como visto nos termos “chutes” e “socos”; e “danos sexuais e psicológicos à mulher”, como, por exemplo, ficar “trancada no quarto”. Nessas definições estão, inclusive, ameaças de tais atos, coerções e privações da liberdade, seja na vida pública, seja na privada. Práticas de encarceramento que podem ser expressas pela negação, seguida do uso do verbo no pretérito imperfeito em “não me deixava sair de casa”. Pelo discurso de Jacarandá Urutaí ficam evidentes as diversas formas de violência sofridas por ela, assim sendo, tratar questões de violência neste trabalho significa, igualmente, atentar-se às interseccionalidades (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2004) de opressões, ao conjunto de fatos e situações vinculadas à condição feminina na conjuntura global e nas práticas particulares, construções históricas, simbólicas e culturais atravessando vidas.

Em relação às interseccionalidades, é de suma importância mencionar que Jacarandá Urutaí se declara, no questionário socioeconômico, como uma mulher parda, do mesmo modo que a maioria da população brasileira, composta por negras e pardas. Isso implica dizer que Jacarandá Urutaí, além das opressões de gênero, classe e violência em várias dimensões, também é colocada em situação de subalternidade pelo poder hegemônico devido à raça,

pensando as diversas formas de discriminação e de violência como manifestações de relações de poder através do racismo e do sexismo. Ainda nessa relação de implicação, acrescentamos que a colaboradora respondeu, no questionário, ter estudado até o quarto ano do ensino fundamental, ou seja, intersecciona-se, ademais, às opressões no âmbito da escolaridade. Para Gonzales (1988), nascer mulher, pobre e negra traz consigo a carga história e cultural de escravidão, violências e performatividades de gênero construídas por padrões genocidas que violentam ainda mais o corpo feminino negro, haja vista que, no período de escravidão e exploração da humanidade, o estupro contra uma mulher negra não era crime, já que elas eram servas, de modo que deviam “servir” também sexualmente (COLLINS, 2019). Tal fato pode ser triangulado pelos diálogos teóricos da colonialidade do saber e do poder (MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005), alterando significativamente a liberdade do ser, viver, sentir e existir.

O excerto traz tensões travadas em elos de opressão pelo tema, “*eu*” (colaboradora) e “*ele*” (agressor, ex-companheiro), contrapondo passado e presente, revelados pela narrativa da colaboradora, que indica práticas e eventos de violência de gênero, violência simbólica vinculada ao racismo estrutural, objetificação do corpo negro e feminino, e patriarcalismo, chegando ao extremo – às vias de fato –, pela violência doméstica e familiar. As agressões foram praticadas na modalidade física, pela figura masculina, o ex-marido, contra a corporatura feminina (Jacarandá Urutaí), evidenciadas pela expressão “*Ele me dava chute, soco, batia minha cabeça na parede*”. Pelo uso dos verbos no pretérito imperfeito, tem-se o contraponto do passado de agressões em oposição ao presente com mudanças.

Em relação à violência física em âmbito nacional, de acordo com o Atlas da Violência (2020), no ano de 2019 ocorreu 1 (uma) agressão física a cada 2 (dois) minutos, totalizando 267.930 registros oficiais de lesão corporal dolosa em virtude de violência doméstica. Esses dados cruzam com a prática particular e trazem o retrato das relações assimétricas entre os diferentes gêneros. Ao triangular com os estudos de Fairclough (2003), fica evidente como as estruturas podem interferir na vida social e individual dos/as atores/as, bem como se expressam as possibilidades de transformação social via atores/as sociais, pois tem por base uma percepção de linguagem como parte irredutível da vida social, que se liga dialeticamente a outros elementos da vida em sociedade. Além disso, o trecho traz a violência moral, psicológica e a privação da liberdade desveladas pelo uso dos *processos mentais e comportamentais* no pretérito imperfeito: “*me deixava trancada no quarto, não me deixava sair de casa...*”. Desse modo, a violência no tecido social vai muito além de brigas e discussões conjugais, a violência “é considerada um problema de saúde pública (global, hegemônico, colonial), pois abala a integridade corporal, o estado psíquico e emocional da vítima, além de comprometer seu

sentimento de segurança” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 4). Por outro lado, a violência perpassa toda a tessitura social e atinge todas as classes, níveis de escolaridade e gêneros, mesmo que incida, em maior proporção, nas camadas menos favorecidas.

Percebemos, pela fala de Jacarandá Urutaí, momentos de enclausuramento, angústia, bem como de sensação de impotência e de impunidade acometidos a ela por anos, sendo desvelados, aqui, pela análise discursiva. Essas análises de macro e microcontextos contribuem para a compreensão dos processos sociais engendrados e das tentativas de manutenção do estado das coisas e da opressão violenta sobre grupos sociais de menor poder simbólico (BOURDIEU, [1998]2019), como é o caso das mulheres aqui pesquisadas. Segundo Saffioti (2001), as mulheres nessas situações, oscilam entre a onipotência, quando se imaginam capazes de mudar e melhorar o comportamento dos parceiros com o passar dos anos, e a impotência, quando se sentem e se veem paralisadas e sem forças para se defender de tamanha violência. Além disso, está expresso, no discurso da colaboradora, que as agressões se estendiam até mesmo aos filhos dela. Trata-se de microprocessos, nos quais a violência penetra em diferentes arranjos e práticas sociais que eternizam as relações desiguais da colonialidade e do patriarcado – *“batia e colocava trancados, juntos”* –, configurando uma “pedagogia da violência”. Como orienta Saffioti (2015, p. 75), “é obvio que a sociedade considera normal e natural homens maltratarem suas mulheres, assim como pais e mães maltratarem seus filhos, ratificando uma pedagogia de violência”.

A partir do excerto, ressaltamos que Jacarandá Urutaí sofria pelas agressões pessoais, no sentido de não conseguir parar a violência cometida contra ela e as crianças, como assinalado em *“Batia nos meninos, colocava eles junto comigo trancada no quarto. Nossa! Trem demais...”*. Pelo *recurso linguístico* da locução interjetiva – *“Nossa!”* –, expresso pela colaboradora, pudemos acessar o texto em outras semioses, “paraverbais”, revelando discursiva e linguisticamente o susto, as emoções e os sentimentos, que foram interrompidos pelo fluxo de pensamento da egressa ao enumerar as diversas formas de opressão. Nesse momento, o pensamento é atravessado quando ela fala *“Nossa!”* e completa com *“trem demais”*, ou seja, ela faz uma pausa no pensamento, um corte. Ao mesmo tempo, fica subentendida a tomada de consciência dela sobre as situações de opressão vividas por ela e pelos filhos. São marcas físicas, bem como lembranças, na memória dela e dos filhos, constituindo-os enquanto sujeitos sociais; estes que sofreram/sofrem em suas constituições identitárias com os sinais psicológicos dessa violência, com os significados representados e constituídos pelo pai, pelo marido, por eles próprios, pelo mundo. Essas significações são expressas em *“Credo!”*, pelo uso da *locução interjetiva*, que retoma a expressão etimológica *“Cruz + credo”*, marcando espanto, aversão,

repulsa aos fatos que lhe veem à mente, à memória; ao mesmo tempo, ela sente o desejo em mostrar as marcas físicas e provar a violência sofrida antes, mas que reflete até agora. Esses sentidos estão gramaticalmente marcados pela escolha do verbo ter no presente – “*Eu tenho cicatriz... Olha aqui ô...*”, representando a materialização e um modo de presentificar a violência sofrida “*aqui*”, no “*agora*”, da enunciação. O corpo passa a ser, nessas condições, o suporte de textualização dos atos de violência, produzindo um efeito de síntese dos eventos traumáticos e violentos proferidos contra ela, que podem ser analisados discursivamente, neste trabalho, como algo simbólico, em que o sujeito e o corpo são, pois, efeitos de linguagem, constituídos em sentidos tecidos também no e pelo simbólico.

Além disso, é importante trazer para a discussão os efeitos simbólicos da agressão verbal, manifestados no discurso dela: “*Me xingava de tudo... Puta... Safada... Vagabunda...*”. Esse *vocabulário* apresenta forte relação com o fato de ela ser mulher e pode ser caracterizado como um crime de exclusão, expurgo do outro (THOMPSON, 2011), pelas estratégias hegemônicas. Ou, ainda, preconceito e desqualificação do corpo negro e de sua sexualidade, culminando em violência de gênero social materializada nas práticas de violência doméstica e familiar em âmbito global e nas práticas particulares, como esses eventos específicos relatados por ela. As palavras utilizadas pelo opressor para referir-se a ela são marcadas por significados pejorativos e denotam, pois, situações em que as mulheres são submetidas a ações dos agressores em processos de subjugação e vulnerabilidade diante das masculinidades.

Essas atitudes atribuem à mulher significados que tentam lhe suprimir a agência e o empoderamento, representadas discursivamente pelas *escolhas linguísticas* do verbo no passado – “*xingava de tudo*” –, deixando clara a diferença temporal entre as práticas de reconhecimento de outros modos possíveis de ser-viver. De acordo com sua fala, hoje o agressor não age assim mais, porque ela reage, tendo em vista as novas práticas mais críticas, engajadas e emancipatórias acerca das relações do ser, saber e poder. Esses modos outros de ação indicam a ativação do significado acional e identificacional expressos em “*não aceita*” essas determinações. O uso do termo “*tudo*” revela que ele não filtrava os xingamentos, ao contrário, usava todos os adjetivos pejorativos que lhe viessem à mente no ato das agressões. Isso expressa os significados representacionais e identificacionais assinalados na voz do agressor, revelando valores sociais, crenças, papéis sociais e corporais atribuídos e a ela performatizados. São julgamentos, *avalições de juízo* negativas e tentativas de apagamento de sua identidade social, xingamentos que se interligam a discursos sociais hegemônicos, patriarcais e machistas, os quais desvalorizam e desqualificam o corpo feminino, a imagem, a representação individual e coletiva das mulheres. Esses signos levam-nos para significados hegemônicos e opressores,

sexistas, relacionados à traição, com forte apelo sexual, sugerindo que a mulher se envolvia com outros homens – “puta”, “vagabunda” –, praticando, aqui, crime de injúria por atos que tentam diminuir, insultar, ofender e desvalorizar o que é feminino na figura da mulher.

Os valores de gênero social atribuídos às mulheres em xingamentos têm caráter sexual ativo, tais como “puta”, “piranha”, “safada”, e aos homens caráter passivo, como “viado” e “boiola” (ZANELLO *et al.*, 2011). Trazemos, para intercruzar, os estudos desenvolvidos por Collins (2019, p. 136-137; 227) sobre a objetificação das mulheres negras como o outro. Segundo essa autora, “manter a imagem de mulheres negras como o outro pelos usos dos binarismos justificam ideologicamente a opressão da raça, gênero e classe”, são binarismos heterossexistas citados como “branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção e mente/corpo”. Esses binarismos se juntam a “outros sistemas de opressão, como os binarismos sexuais: madona/prostituta, mulher de verdade/sapatão”, chamados pela autora de “racismo sexuado”, de modo que o binarismo caracteriza pessoas, coisas e ideias, segregando pela cor, pela sexualidade e pelo gênero. Para tanto, a categoria de raça performatizada no corpo feminino divide as mulheres em dois grupos: “as honestas e assexuais e as imorais e sexuais” (COLLINS, 2019, p. 232). Assim sendo, os xingamentos carregam valores morais, significados e regras estabelecidos pelos discursos patriarcais atribuídos socialmente aos diferentes gêneros (LAZAR, 2005; LUGONES, 2014; QUIJANO, 2005). Com isso, é mister a busca incessante por práticas de militância, pela busca de superação das desigualdades raciais, pela igualdade de gênero, em que a diferença não seja um fator para desvalorização, mas sim para o respeito. Acrescentamos, na discussão, a *Lei Maria da Penha*, em que essas agressões se caracterizam como atos de violência moral e psicológica proferidos contra as mulheres, conferindo práticas de poder disciplinar (FOUCAULT, 2013). Os discursos de ofensa se relacionam às marcas de ordem colonial, que segregam e intensificam as diferenças entre os gêneros sociais com base em papéis sociais dicotômicos, biologizantes, sexistas, machistas e opressores. Saffioti (1995, p. 444-445) diz que a violência contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero: “ela é um modo fundamental de regulação das relações sociais, no ordenamento de gênero social, exercida através de processos ideológicos violentos de domesticação das mulheres”.

Outro fato que merece destaque a partir do discurso dela é o sentimento de domínio, pela tentativa de posse gerada pelo agressor, que, mesmo estando eles separados há 11 anos, continua ameaçando a vítima: “*Até hoje ele quer me bater...*”. São comportamentos que trazem reflexões sobre o processo histórico, social e econômico, marcados pelas colonialidades, pelo neoliberalismo e pelas diversas formas conservadoras e patriarcais de oprimir o ser humano, em especial, o feminino, a mulher (CARNEIRO, 2005; CONNELL, 2016; SANTOS, 2010).

São performances linguísticas que autorizam os homens a sentir-se o dono, o proprietário do corpo da mulher, pois são práticas reguladas por discursos e normas excludentes de matriz colonial. Jacarandá Urutaí, porém, altera seus modos de identificar e de representar as suas identidades de gênero, bem como os lugares sociais a ela mesma atribuídos e ao ex-marido, materializados *linguisticamente* pelo trecho “*Agora eu não aceito mais, chamo a polícia*”. Com isso, as atitudes agentivas desempenhadas por ela via modos identitários, assinaladas em “*eu não aceito mais*”, marcam um posicionamento político crítico bem mais consciente, indicando uma ruptura nos modos e discursos cristalizados que sustentam o imaginário social de submissão da mulher, perceptível pelo termo “*agora*”, opondo-se às crenças, aos valores e às identificações antigas.

É interessante observar a legitimação da força e da voz à autoridade policial por parte dela, o modo de representação dela sobre a Instituição – polícia –, o poder do Estado, da sua reivindicação da equidade de direitos e a proteção advinda pela lei – “*chamo a polícia*”. Mesmo diante das imposições da lei, o agressor tenta impor a dominação masculina (BOUDIEU, [1998]2019), na tentativa de garantir a construção histórica de gênero calcada na relação simbólica de dominação do homem sobre a mulher, expressa, no discurso dela, pelas escolhas linguísticas, “[...] *Ele não pode vim na minha casa, mas ele vem. Fala que é para ver os meninos...*”. É importante notar que o ex-marido se vale de estratégias discursivas, emocionais e da ordem de discurso da paternidade para reaproximar-se dela – “*fala que é para ver os meninos*”. Assim, para o agressor, o peso da determinação judicial não o inibe de procurá-la, visto que as medidas protetivas não significam um impedimento ou entrave, ele não as obedece – “*o policial falou que é daquela empresa lá... pra trás*”. Da forma como expressa no trecho, o ex-companheiro não poderia mais frequentar a casa dela, mas sim deveria manter a distância estipulada pela justiça, o que, segundo ela, não acontece.

Em relação a essa autoridade imposta pela figura masculina, é possível acessar o androcentrismo (BOURDIEU, [1998]2019), que confere ao masculino o centro das identidades, e o patriarcalismo (SAFFIOTTI, 2015), denominando uma sociedade que tem como principal provedor a figura masculina, uma autoridade institucionalmente atribuída ao homem sobre o grupo familiar. Mesmo diante desse cenário, Jacarandá Urutaí resiste, reexiste (MUNIZ, 2021; PEDRO, 1997, WASLH, 2013), rompe com essa distribuição do poder de modo binário e hierarquizante a partir das ações formativas mediadas pelo **Programa Mulheres Mil**, materializadas *linguisticamente* pelo trecho “*Eu aprendi lá no curso de Mulheres Mil, sobre a Maria da Penha...*”, desvelando novos modos de ação, identificação e representação. Pelo

discurso dela, podemos notar a legitimação dos objetivos do Programa no que se refere aos intuitos de fomentar a equidade de gênero e abordar questões de violência doméstica e familiar.

Em determinados momentos, percebemos a mudança de postura ao assumir a voz como sujeito ativo, como pode se ver em “*agora eu não aceito mais...*”, “*eu aprendi...*”, apontando modificação de estilos, uma força maior nos modos de denunciar “*chamo a polícia*” e buscar seus direitos, revelando agência, empoderamento e atitude ativa de Jacarandá Urutaí, bem como a tomada de consciência a partir dos novos saberes (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013) da *Lei Maria da Penha*, apresentados no curso. De acordo com o excerto, o ex-companheiro dela tem de respeitar um limite espacial determinado a ele, como prevê a Lei nº 7.841/2017. A referida Lei fixa em 500 metros o limite mínimo de distância a ser mantido pelo agressor que pratica violência doméstica e familiar contra a mulher, mas, pelo excerto, fica evidente que essa determinação não se efetiva.

Assim, pela tessitura discursiva da colaboradora, é possível perceber a ampliação da percepção dela no que diz respeito à função da linguagem na produção de discursos. Essa percepção se deu a partir das discussões e do diálogo com as Leis estudadas no curso. Ela também expressa as transformações de consciência crítica, a autopercepção e a percepção do lugar do outro a partir da reflexividade dos atos passados, em processos ativos de reconstrução de práticas, discursos e identidades (CASTELLS, 2018; FAIRCLOUGH, 2003). A partir do exercício reflexivo e autorreflexivo realizado por Jacarandá Urutaí, bem como pelos novos saberes, podemos concluir que acontecem movimentos de articulação do momento ligados às suas atividades materiais, por meio dos quais ela (inter)age com as crenças, os valores e os desejos; assim sendo, apreendemos também movimentos de internalização dos discursos que a impulsionam na tomada de outras posturas, que coíbam novas agressões, como, por exemplo, acionar a polícia, implicando, dessa forma, uma postura de significado acional, modos de (inter)agir, em práticas de poder, saber e ser decidida, “ações necessárias para romper os ‘atos-limites’” (FREIRE, 2012) frente ao mundo.

Com base na fala dela, reafirmamos que é uma luta histórica, tanto social quanto pessoal – expressa por “*Quando ele vem a gente ainda dá uma briguinha, discute, sabe?*” –, que gasta tempo para ser internalizada e promover novos hábitos efetivos na vida dessa mulher. No último trecho, a *escolha linguística* de “*a gente*” revela a resistência e a igualdade dela a ele no discurso, nas práticas de saber, poder e ser, assim como ao escolher o *recurso linguístico* “*briguinha*”, expressando uma situação mais igualitária entre ela e o ex-marido, revelando novas identidades, pois toda prática discursiva associa-se a processos identitários e gera impactos no eu, nos modos de ser e agir. As contradições são inerentes aos seres humanos e

podem ser causadas, aqui, pela sensação de medo e insegurança de que algo possa se repetir, isso porque as medidas protetivas não estão sendo respeitadas pelo ex-companheiro, como foi dito por ela. Ainda de acordo com os dados, o agressor insiste em ter domínio sobre ela (BOURDIEU, [1998]2019). Pela fala da colaboradora, identificamos o uso das estratégias de legitimação e de naturalização de discursos de valores hegemônicos e arbitrários atribuídos socialmente à figura da mulher (BIROLI, 2018; LAZAR, 2005; LUGONES, 2014). Esses modelos revelam assimetrias sociais e relações de poder que reforçam as condições de hierarquia estabelecidas historicamente entre os gêneros sociais masculino e feminino.

Nas palavras de Magalhães, Grigoletto e Coracini, (2017, p. 78), “o poder está nas mãos dos agentes sociais que são investidos desse poder num contexto particular” e, segundo essas autoras, é possível aos agentes sociais posicionarem-se em sentidos contrários, pensar que essas ordens podem ser alteradas. Nesse sentido, “pensar que as práticas sociais podem mudar é fundamental”, pois o reconhecimento “é o primeiro passo para enxergar o problema do abuso de poder e dar início ao processo reflexivo, autorreflexivo, capaz de mudar a vida e a identidade das pessoas” (MAGALHÃES; GRIGOLETTO; CORACINI, 2017, p.78). Esse processo de introspecção e reflexão da sua posição e dos papéis sociais assumidos pode ser observado na fala de Jacarandá Urutaí, ao assumir processos que produzem subjetividades ativas e agentes. São pequenas ações, mas que já sinalizam marcas de (micro)resistência, resiliência e reexistência em novas práticas sociais, conforme discussões já apresentadas.

Pelo que observamos nos trechos, houve um silêncio por vários anos em relação a denúncias, por exemplo, porém, devemos interpretá-lo não apenas de modo negativo, pois, de acordo com Orlandi (1995), o silêncio não é somente a ausência de palavras, não é a sombra do verbal, mas sim uma forma diferente de significar, dizer e expressar, é um falar sem dizer verbalmente, ou seja, não é um vazio, o silêncio significa. “A hipótese de que partimos é que o silêncio é a condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: lugar que permite à linguagem significar” (ORLANDI, 1995, p. 70). Esse silêncio da mulher e de seus familiares não deve ser entendido apenas como falta de interesse em denunciar e em buscar uma saída para a situação, mas a materialidade do silêncio é diferente, ou seja, ele significa de outra maneira, implica diversos fatores que devem ser considerados, como, por exemplo, o medo da falta de apoio financeiro para cuidar dos filhos e se nutrir, a vergonha perante os outros ou o próprio medo físico do ex-companheiro... Isso pode garantir, em partes, a manutenção da família, bem como o convívio com a sensação de medo e insegurança causados pelos maus-tratos e pela agressão psicológica. Pelo excerto, consideramos que as vítimas, na maioria dos casos, precisam de ajuda também para

instrumentalizar forças e conseguir se desprenderem da condição de dependência da relação. Tal ação ocorre porque são práticas que envolvem discursos vinculados à naturalidade em grupos sociais e englobam questões de ordem ideológica e identitária, como pode ser visto em “*Desde quando se casou. Sempre foi assim... Nunca mudou...*”, frase na qual os maus-tratos aparecem como se fosse um determinismo – “*vai ser assim sempre*”, todas passam por isso. “*Não mudou*” e não vai mudar.

É a esse tipo de ideologia, poder e postura violenta que a egressa agora se mostra contrária, fazendo entrever, em seu discurso, uma nova forma de ressignificar-se contra esse determinismo e essa naturalização dos fatos expressos pelo uso dos advérbios de frequência: “*sempre*”, “*nunca*”. É necessário acreditar que, mesmo permanecendo na relação por mais ou menos tempo, as mulheres reagem à violência, variando somente as estratégias, algumas com mais ou menos conhecimento sobre as formas de denunciar, de buscar proteção jurídica e amparo psicológico. Por isso, o incentivo à denúncia é promissor, mas, uma vez denunciado, nunca pode ser desconsiderada a busca por garantir a retaguarda da mulher para os desdobramentos do ato de denunciar, já que a mulher estará ainda mais vulnerável e em situação maior de risco de morte e ameaças, haja vista que mesmo com medidas protetivas, com mandados de busca e apreensão contra os agressores, muitas mulheres são mortas.

Para concluir esta subseção, apresentamos o Quadro 9, com trechos dos dados analisados para facilitar a visualização e reforçar as mudanças nas práticas linguístico-discursivas e identitárias de Jacarandá Urutaí, revelando formas de agência e resistência nos modos de dizer, agir, pensar, ser, identificar e representar a si mesmo, à violência, ao gênero social, ao Outro e ao mundo.

#### Quadro 9 – Mudanças linguístico-discursivas e identitárias – Jacarandá Urutaí

Antes do Programa Mulheres Mil	Depois do Programa Mulheres Mil
* <b>Era</b> meu marido.	* <b>Agora</b> já larguei dele, depois que <b>descobri</b> a Maria da Penha
18 anos apanhando. (contínuo)	Larguei dele <b>já tem</b> 11 anos.
Ele me <b>dava</b> chute, <b>batia</b> minha cabeça na parede.	<b>Tenho</b> cicatriz... <b>Olha</b> aqui ô..
Me <b>deixava</b> trancada no quarto. Não me <b>deixava</b> sair de casa.	<b>Agora eu não aceito mais. Chamo</b> a polícia.
<b>Batia</b> nos meninos, <b>colocava</b> eles junto comigo trancado no quarto.	<b>Eu aprendi</b> lá no curso da Maria da Penha.
Período antes do curso é representado pelos <b>verbos</b> no pretérito imperfeito: processo mentais e comportamentais.	Período depois do curso é representado pelos <b>verbos</b> no presente. Processos materiais. <b>Agente</b> ativo: “ <b>eu</b> ”. <b>Marcações de presente</b> : agora, já, aqui. Resistência: <b>não aceito mais</b> .

Fonte: elaboração própria.

Assim como no caso de Jacarandá Urutaí, há vários outros exemplos de mulheres que sofreram violências de diversas maneiras, como é o caso de Rubiflora Posse, que trazemos na próxima subseção, ao relatar sua luta pela sobrevivência e a busca por si mesma.

*4.2.2 Da porta da morte às portas da vida: “fui estuprada por meu esposo, diversas vezes, era horrível! Até que eu decidi”*

Desde o título da subseção, que traz a fala de Rubiflora Posse, tomamos conhecimento de que ela chegou ao ponto de não mais suportar os abusos sexuais e precisou tomar uma atitude, ou seja, lutar pela vida, pelo seu valor de mulher e ir em busca de novas relações. Ao ser questionada, durante a entrevista, sobre algum acontecimento de violência, ela respondeu com a sua própria realidade, marcando, assim, mais eventos de violência:

**Rubiflora Posse:** *Nem precisa ir longe não [risadas]... Eu mesmo já apanhei demais. Fui casada durante 5 anos e nos últimos dois anos apanhei muito, eram murros, chutes, pontapés, beliscões, até murros no rosto, fui estuprada por meu esposo, diversas vezes, era horrível! Até que eu decidi. Eu também comecei a bater muito nele. Era tudo trocado! [risadas]. Então, aguentei por muito tempo, porque eu tinha medo de não conseguir me sustentar. Medo, porque eu tinha duas filhas pequenas. A saída era a morte. Daí passou um tempo, quando eu comecei no curso foi maravilhoso, aprendi sobre a Lei Maria da Penha, sobre meus direitos [risadas]. Senti mais forças para lutar contra isso. Eu conheci outras formas de agir, de ver a vida e de me valorizar enquanto mulher. Quando mostrava aqueles filmes falando das mulheres eu chorava muito, eu me via nelas... Eu também vivi isso, sabe? As conversas com a turma e com as professoras, eu pude abrir portas para a vida, desabafar... Fortalecer e entender que estou no caminho certo, hoje sou outra mulher. (Informação verbal).*

Além dos sinais de violência verbal entrevistados nesse relato de vida, também registramos marcas de agressões físicas – “murros, chutes, pontapés, beliscões, até murros no rosto” –, sexuais – “estuprada” – e psicológicas (BRASIL, 2011). A violência deixa marcas que podem ser vistas no corpo, por cicatrizes, como apresentado por Jacarandá Urutaí, mas também deixa sinais invisíveis, como os traumas psicológicos e emocionais, a ponto de sentir desejo de ceifar a própria vida. Essa significação fica evidente pelo uso da *metáfora* da morte – “a saída era a morte” no discurso da egressa. De acordo com Fairclough (2003), as metáforas servem como forma de representação da realidade e, segundo Lakoff e Johnson (2002), elas indicam aspectos culturais, os quais aqui podem ser relacionados às questões de gênero social e às interseccionalidades advindas das opressões capitalistas, sexistas, machistas, como, por exemplo, casos de violências cometidas contra a figura feminina, neste momento representada por Rubiflora Posse.

Nesse cenário, as mulheres em situação de violência às vezes não vislumbram outra saída a não ser a morte, produzindo, então, a metáfora da morte, como enunciado por ela diante de tanta violência, inclusive os recorrentes estupros perpetrados pelo próprio companheiro, denominados de estupro marital, os quais podem ser evidenciados no trecho “*fui estuprada por meu esposo, diversas vezes*”. De acordo com Capez (2008), o crime de estupro marital é assim denominado devido ao grau de intimidade entre os envolvidos, como visto, o próprio esposo cometeu o crime. O estupro marital ocorre quando há infringência sexual entre as pessoas envolvidas na relação sexual, ou seja, sem o consentimento, mas por ameaças, violências, sendo entendido como pluriofensivo, já que infringe a liberdade sexual, a dignidade sexual e utiliza das demais formas de coagir, punir e violentar (NUCCI, 2009). Isso porque todo ato sem consentimento é crime, “pois o que importa é contrariar”, constranger, infringir sexualmente uma das pessoas envolvidas, no caso, “a mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça” (SAFFIOTI, 2015, p. 60). Assim, não vendo como sair das agressões e dos abusos sexuais cometidos “*por diversas vezes, era horrível!*”, a morte se torna a solução para o enfrentamento. Essas significações são constitutivas dos processos de identificação e de representação, visto que, para Fairclough (2003), na relação dialética do discurso, as ações e as identidades são representadas por meio de discursos.

De acordo com o relatório “Situação da população mundial”,<sup>44</sup> publicado em 2021, intitulado *Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação*, desenvolvido anualmente pelo Fundo das Nações Unidas (UNFPA), as políticas públicas mundiais devem garantir, em lei, a autonomia corporal, principalmente à população feminina. Podemos acrescentar, aqui, em especial à população negra, na tentativa de coibir todos os tipos de abuso, inclusive o sexual, que são cometidos, sobretudo, contra as populações mais vulneráveis, como as mulheres negras, índias, quilombolas, refugiadas etc., em todas as relações interpessoais, até mesmo dentro do casamento, como sofrido pela colaboradora. O casamento é entendido, neste relatório, no sentido amplo, como relação entre pessoas, independentemente do gênero e das formas de união, mas no sentido de compartilhamento conjugal frequente.

Ainda segundo esse relatório da UNFPA (2021), que este ano [2021] tem também como tema o estupro marital, esse ato sexual sem consentimento é um tipo de violência, a qual ainda não é considerada crime em vários países. Em diálogo com McCormick-Cavanagh (2017), o

---

<sup>44</sup> O Relatório sobre a *Situação da população mundial* é publicado anualmente pelo UNFPA desde 1978. A cada ano, enfoca questões de interesse da atualidade relacionadas à população e ao desenvolvimento. Em 2021, o relatório aborda o estupro marital, a esterilização forçada, o teste de virgindade, a mutilação genital feminina e mais, estando intitulado como *Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação*. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relatorio-situacao-da-populacao-mundial-2021>.

relatório traz que na Tunísia, por exemplo, somente a partir de 2017, após a aprovação da lei de ampliação das questões de violência de gênero, o estupro marital começou a ser considerado crime de gênero, mesmo se cometido dentro do casamento. No Brasil, o estupro é julgado pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009,<sup>45</sup> e ocorre quando a mulher é coagida a manter relações sexuais contra sua vontade ou quando está dormindo ou inconsciente. Sem embargo, essa lei não dispõe de artigos específicos para estupro em relações conjugais, o estupro marital, ou seja, não existe lei específica para estupro marital do Brasil, devendo ser considerado também um crime contra o gênero – pela *Lei Maria da Penha*. O relatório UFNPA (2021, p. 48), citando Hague (2011), alerta que, “segundo as normas patriarcais tradicionais, uma vez que o casamento ocorre, o homem sente ‘possuir’ o corpo de sua esposa e de poder usá-lo para sexo sempre que quiser”, podendo relacionar esse pensamento ao relatado pela colaboradora desta pesquisa. Sendo assim, o casamento torna-se, muitas vezes, uma carta livre para cometer crimes sexuais, já que “as leis e práticas matrimoniais subordinam as mulheres e negam-lhes a autonomia, visto que são leis generalizadas e difíceis de erradicar” (UFNPA, 2021, p. 49). O documento ressalta, ainda, que 45% das mulheres no mundo são privadas de exercerem autonomia sobre seus corpos, principalmente em três áreas, a saber: sexo, uso de contraceptivos e cuidados com a saúde e o corpo.

Historicamente, segundo Pinto (2003, p. 80), “a posição do homem como portador do direito de vida ou de morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era frequentemente objeto de estupro”. Se fosse mulher branca, “se submetia por ser esse seu dever de esposa para reproduzir a prole”; se fosse negra, era tida como “objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. A submissão dessas mulheres ao homem justificava a violência.” Os abusos sexuais eram vistos como casos privados, por isso interessavam apenas ao casal. Quanto à violência contra as negras, nem era motivo de debate, elas eram invisibilizadas, eram tratadas como inferiores, inexistentes nessa relação e, por conseguinte, os casos de estupros continuam atingindo largas proporções.

De acordo com o Fórum (2020), 54% das mulheres estupradas no Brasil em 2019 eram negras e, desses crimes de estupro que envolveram mulheres adultas, 56% das vezes foram praticados no período da noite ou da madrugada, o que também pode ser associado ao estupro

---

<sup>45</sup> A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm).

marital, que, no caso da colaboradora, ocorreu por ser mulher, caracterizando crime de gênero, pela cor da pele dela, o que pode ser relacionado ao racismo e, ainda, pela violência dentro do casamento, concretizando o abuso sexual – estuprada pelo próprio esposo, resultando em vários elos de opressão e violência. Ainda conforme o documento, 81,8% dos casos de violência sexual foram contra mulheres, com um aumento de 11,3% no número de feminicídios e, em 88,6% dos casos, o autor foi o próprio companheiro. Os dados sobre feminicídio são ainda mais graves, interseccionando raça e gênero, pois, dos 1.326 casos de feminicídio registrados no Brasil em 2019, 66,6% eram mulheres negras e 89,9% dessas mulheres foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro. Nesse sentido, é importante ressaltar que grande parte do povoamento do Brasil se deu através do abuso sexual, do estupro de mulheres negras e indígenas, de modo que “a violência sexual contra as mulheres negras tende a ser legitimada e, portanto, perdoada, enquanto a mesma violência em outros grupos pode ser não legitimada e não desculpável” (COLLINS, 2019, p. 251). Para a autora, a objetificação da mulher negra pelo viés da sexualidade é um mecanismo apropriado em sua forma concreta, ou seja, eram possuídas como coisas e tomadas em sua totalidade, um racismo sexualizado, usadas para fins de satisfação sexual para os homens brancos. Os dados atentam para o racismo estrutural, o heteropatriarcado, o capitalismo e as relações misóginas, preconceituosas e violentas que atravessam a vida das mulheres, em especial das negras. Isso porque essas articulações devem ser observadas quando se trata de questões de feminilidades e seus impactos sobre o gênero, analisando as opressões e conexões, a dominação e as formas de exploração/resistência (GONZALES, 1988).

Para tanto, na fala da colaboradora essa realidade é materializada principalmente pelo modo dela suportar as diversas situações de violência, que pode ser justificada, também, pelo fator econômico, histórico e cultural, causando nela medo e subjugação por não conseguir se manter com as filhas. Nesse sentido, o discurso é concebido por Chouliaraki e Fairclough (1999) como elemento ontológico, o qual se constitui na relação dialética com outros três elementos da prática social: as interações, as atividades materiais e os sistemas de conhecimentos, valores e crenças. Desse modo, pelo discurso de Rubiflora Posse, acessamos a linguagem e, para além dela, percebemos o contexto imediato, perpassado pelo contexto global, e verificamos as transformações e as opressões do sistema-mundo capitalista e sexista, moldadas pelas diferentes formas de colonialidades reveladas em sua fala pela sobreposição entre os gêneros sociais.

Essas informações podem ser analisadas pelas *escolhas linguísticas* em “*apanhei muito*” e por “*medo de não conseguir me sustentar*”, desvelando as ideologias imbuídas nos discursos

dominantes, inculcando, na mente das pessoas, que elas são totalmente reféns dessas práticas hegemônicas normatizadoras e, por conseguinte, incapazes de reagir. A esse respeito, Saffiotti (2015, p. 89) ressalta que “o papel (socialmente atribuído ao homem) de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade”. Essa mulher, influenciada pelos discursos e pelas práticas hegemônicas, patriarcais e performativas destinadas ao corpo feminino, renuncia à sua própria liberdade, na tentativa de garantir o sustento dela e das crianças – “*então aguentei por muito tempo*”. A esse respeito, para Hall (2003), o sujeito assume diferentes identidades, em distintos momentos, em busca de um ‘eu’ coerente. Naquela situação de necessidade, a colaboradora busca uma coerência dentre as suas várias formas de se representar e se identificar no mundo, pois mesmo tendo a certeza dos atos de violência ela os suporta. Esse sentido pode ser revelado gramaticalmente pelo uso do processo “*aguentei*”, somado aos vários anos, materializados pelas *escolhas linguísticas* de “*por muito tempo*”, em que o advérbio de intensidade “*muito*” marca a passagem do “*tempo*”.

Ao analisar os dados, é pertinente ressaltar que a colaboradora, mesmo na época das agressões, iniciou seu processo de transformação, de empoderamento de si e de sua autoimagem, ao passo que houve uma alteração nas suas representações identitárias e ideológicas acerca desse movimento, até o ponto de ela revidar também, momento registrado em “*até que eu decidi*”. Nesse último trecho está a materialização dos processos e das estratégias de empoderamento (BERTH, 2019; MOSEDALE, 2005), “*poder sobre*” sua própria vida pela resistência – “*aguentei*”, “*poder de dentro*” –, processo mental – “*decidi*” –, internamente, reflexão e autocrítica e “*poder para reagir*”, “*comecei a bater nele também*”. Apesar de ser também em forma de violência, esse ato de revidar significa uma tentativa de cessar com as agressões e marca, igualmente, novas formas de enfrentamento.

A partir desses trechos, consideramos também que as representações identitárias dessas mulheres são influenciadas por todas essas situações de impotência diante das agressões sofridas e apresentam, assim, uma percepção de si em relação ao “outro” e ao “eu”, estabelecidas por essas práticas discursivas, sem que os interlocutores possam ter total domínio. Ressaltamos, ainda, a incorporação de marcas de alteridade postas na materialidade discursiva, ao expressar “*eu também comecei a bater nele. Era tudo trocado*”. Assim, entender como e devido a que os homens agem desse modo passa pela compreensão da origem das relações sociais, das diferenças temporais, bem como por compreender, ademais, que esses movimentos de atribuição e autoatribuição de valores e crenças são processos históricos. Nesse cenário, o rompimento com velhos hábitos ou a adesão a novas formas, ou modos contra-hegemônicos de ser e representar-se socialmente, são questões de ordem também sociais, culturais e políticas.

Logo, são mudanças que dependem da compreensão de como os discursos são igualmente articulados para a produção e a manutenção das classes hegemônicas.

Além disso, pelo discurso de Rubiflora Posse, podemos concluir que a participação no **Programa Mulheres Mil** contribuiu para potencializar a resistência contra-hegemônica às violências – “*Senti mais forças para lutar contra isso*”, “*aprendi sobre a Lei Maria da Penha*”. Esses movimentos de reconhecimento, autorreconhecimento, recusa e pertença, isto é, os movimentos internos, pelo uso do processo mental “*senti*”, indicam fortalecimento, possibilitando coragem e agência, e são expressos pelas *escolhas linguísticas* mostradas em “*forças para lutar*”, em que o processo “*lutar*” sugere ação e enfrentamento. Pelo discurso dela, é possível notar que o Programa cumpriu seus objetivos ao propor discussões e atividades sobre a violência doméstica e familiar. Segundo ela, os recursos usados no desenvolvimento das atividades foram: discussões sobre leis, filmes e rodas de conversas e a troca dialógica entre os/as envolvidos/as: “*Eu conheci outras formas de agir, de ver a vida e de me valorizar enquanto mulher. Quando mostrava aqueles filmes falando das mulheres eu chorava muito, eu me via nelas...*”. Em decorrência dos trechos, podemos identificar como o gênero social é interseccionado a outros elos (AKOTIRENE, 2002, CARNEIRO, 2005; LUGONES, 2014) e conseguimos, ainda, desvelar a colonialidade como uma cadeia histórica de significados do saber, poder e ser, que agem na vida das pessoas e constroem a vida da colaboradora. A partir desses novos saberes, ou, nas palavras de Santos (2010), de uma ecologia dos saberes, ela conhece outras formas de se ver, de ver o mundo e de representá-lo. Essas significações podem ser evidenciadas pelos *recursos linguístico-discursivos e identitários* – “*Eu aprendi outras formas agir e ver a vida*” –, pelo reconhecimento da existência de uma pluralidade de práticas e possibilidades de ser, agir e existir “*enquanto mulher*”.

Chama-nos a atenção também, no discurso dela, o sentimento de empatia, *alteridade* e de reconhecimento dos papéis sociais representados pelas mulheres dos filmes exibidos, considerando as experiências das outras, mas sem perder de vista a relação desses temas com a própria vida pessoal – “*eu me via nelas*”, “*já vivi isso, né?*”. Esse é um dado importante, pois a constituição humana se dá na/pela relação com o outro (BAKHTIN, 2003), na intersecção dessas relações. A partir das relações de alteridade, dos novos saberes e das práticas discursivas, identitárias, pedagógicas, engajadas e libertadoras (FREIRE, 2012; GIROUX, 1997; HOOKS, 2013) mencionadas por ela, foi possível desenvolver novas posturas, representadas linguisticamente, em sua fala, pela *metáfora* (LAKOFF; JOHNSON, 2002) da vida – “*abrir portas para a vida*”. Em oposição à metáfora da morte, identificada no início do relato, Rubiflora Posse traz uma contra ação, um contrapoder, a representação agora com a valorização

de si, do mundo e da própria vida, engendrada pelas práticas construídas durante a formação no **Programa Mulheres Mil** – “*eu pude*” –, marcando a agência, “*eu*” realizei a partir de algo, “*pude*” ver outras possibilidades, “*portas para a vida*”.

Vimos, portanto, pela fala da colaboradora, que as identidades se constituem tanto na semelhança, com os modelos exibidos nos filmes, quanto na diferença (SILVA, 2010) entre esses estilos de vida, bem como pela convivência com as demais participantes do curso. Isso pode ser visto pelo sentimento de identificação de Rubiflora Posse com as representações das personagens e com as outras mulheres, ou seja, na troca de experiências. A partir disso, ressaltamos o sentimento de valorização e autovalorização do próprio estilo de vida, bem como da alteridade diante de si e da sociedade. Pelo discurso das colaboradoras analisados até aqui, percebemos a importância no foco à violência doméstica e familiar, bem como à efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa. O desenvolvimento das atividades foi avaliado de modo significativo pelas participantes, dentro daquelas condições e contextos. Elas se assumiram no discurso, de modo a colocarem em evidência os modos de fazerem resistência em suas práticas particulares. Os discursos proferidos por elas apontam para deliberações reflexivas positivas a partir do Programa, ou seja, pelos discursos das colaboradoras é possível entrever que houve um despertar para novas posturas, devido aos juízos valorativos externados por elas, que indicam comportamentos emancipatórios, práticas de liberdade e alteridade.

Ainda no que se refere à violência sofrida pelas egressas, ou por pessoas próximas a elas, apresentamos, em seguida, um caso bem particular, o qual expressa o histórico de violência doméstica e familiar não pelos companheiros, mas por membros consanguíneos, como, por exemplo, o irmão ou o pai.

#### *4.2.3 Abuso sexual incestuoso: “o irmão ainda batia nela, porque eu não deixei mais ele agir assim com ela”*

Essa subseção traz o caso relatado por Ciganinha Rio Verde, revelando as violências sofridas pela filha, que é uma pessoa com deficiência. O agressor é o irmão da vítima, ou seja, filho da própria Ciganinha Rio Verde, e a violência ocorreu no ambiente intrafamiliar. Habigzang *et al.* (2005) concebem o abuso sexual intrafamiliar como incestuoso, mesmo que não seja entre parentes consanguíneos, pois acontece uma inversão de valores e crenças no que se refere ao imaginário coletivo. Desse modo, a violência de gênero, bem como a violência doméstica e familiar, toma caminhos sempre desiguais e permeados por relações de poder. Assim, quando há opressões, violências e/ou crimes não se deve restringir a um enfoque

específico de ter de provar quão tóxica é a relação, mas o ponto principal deve ser o caráter de vulnerabilidade que atinge, primeiramente, a todo o gênero feminino, em qualquer contexto social, econômico e cultural, dadas as questões históricas e ideológicas que autorizam a supremacia do masculino sobre o feminino (LAZAR, 2007; LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2005).

Mesmo que todos os crimes ainda não estejam previstos em lei, é necessário um mover das práticas discursivas e ideológicas para alcançar, de fato, a transformação das estruturas, seja pelas leis já existentes, seja apresentando novas demandas, ressignificando saberes e poderes, enfim, agindo nas práticas sociais. Entre as práticas que exigem interpretação dos juristas para serem enquadradas na *Lei Maria da Penha* estão os crimes de abuso sexual incestuoso. O incesto pode ser compreendido por atos sexuais entre pessoas de parentesco bem próximo, mesmo que não sendo consanguíneos, mas que possuem vínculo parental, independentemente de morarem ou não na mesma casa, cujas práticas apresentem estimulação sexual, com/sem violência explícita, como abuso sexual entre membros, como, por exemplo, o abuso sexual entre o irmão do gênero masculino contra a irmã de gênero feminino, denunciada desde o título da subseção, denominada de abuso sexual incestuoso.

Cohen (1998) considera como incesto as relações sexuais entre parentes, podendo ser consanguíneos e adotivos, com exceção dos cônjuges, e por ser este um assunto velado no seio familiar, falar do incesto virou o “tabu do incesto” (SAFFIOTI, 2004, 2015), designando a cada pessoa o seu devido lugar, ou seja, as relações de poder e os papéis sociais constituídos historicamente. Assim, nas palavras da autora (2015, p. 29), “o tabu do incesto é inteiramente social, nada havendo com o biológico”. Nesse mesmo sentido, segundo Cohen e Gobbetti (2016), a proibição das relações incestuosas situa-se no limiar entre a natureza, a biologia, o social, a psicologia, a religião, a medicina e a cultura.

No Brasil, o incesto é entendido sobre pelo menos duas maneiras: uma criminal e a outra não. Para Saffioti (2015, p. 21 -24), existem dois tipos de relações incestuosas, estando sua principal diferença na convergência ou divergência de vontades. A primeira diz que nem todos os relacionamentos sexuais entre pais e filhos são socialmente proibidos; na segunda relação entende-se que, se proibidas, elas não são necessariamente consideradas crimes (SAFFIOTI, 2015). Assim, a primeira não é crime ou não está prevista em lei penalidade por manter relações sexuais parentais entre pessoas acima de 14 anos que sejam consideradas legalmente não vulneráveis, com o consentimento das partes e sem violência. A segunda é entendida como crime, porque, de acordo com a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, prevista no Código Penal (art. 217-A), relações que configuram crimes são atos sexuais parentais, como, por exemplo,

do pai com a filha menor de 14 anos, ou do pai que constrange a filha maior de 14 anos, com violência ou ameaça, a ato sexual.

De acordo a lei mencionada, esses fatos configuram, respectivamente, o estupro de vulnerável (art. 217-A, CP), isto é, “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, com pena de 8 a 15 anos de reclusão”, e estupro (art. 213, CP), “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou a permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, com pena de 6 a 10 anos” (BRASIL, 2009). Esses entendimentos são previstos para crimes hediondos contra a liberdade sexual e contra a dignidade sexual, como, por exemplo, estupro, com o agravamento da pena em razão da vulnerabilidade da vítima. Em nenhum deles há o agravamento por ser crime de gênero, o masculino contra o feminino, e não é reconhecido por ser incestuoso, mas sim por ser crime contra vulnerável, este entendido pela lei como pessoas menores de 14 anos, ou seja, devido à idade e com violência. O Código Civil entende como crime e proíbe o casamento entre ascendente e descendente, seja o parentesco natural ou civil (art. 1.521, I, CC), ou seja, em caso de casamento é crime, mas não por ser incestuoso, e sim, por ser um crime contra uma proibição civil.

No caso específico relatado por Ciganinha Rio Verde, os abusos sexuais incestuosos cometidos contra a pessoa com deficiência, vulnerável socialmente, eram perpetrados pelo irmão da vítima, como pode ser acompanhado:

**Ciganinha Rio Verde:** *A minha menina, hoje com 50 anos, ela tem problema, sabe? Ela faz as coisas em casa e tudo, mas ela é surda e muda, tem a cabecinha meio fraca, sabe? Não entende bem as coisas, não tem malícia com nada... Ai bastante tempo atrás, ela começou a envolver com os vizinhos muito perigoso e ia para a casa deles todos os dias à tarde. Eu comecei a ver umas reações diferentes nela, menina. Eles davam aquelas coisas que não presta pra ela usar e aproveitava dela, dava até bebida. E isso era feito junto com o irmão e até ele fazia as coisas com ela. Demorou pra eu tirar ela disso, viu? Foi com muita luta e oração. Graças a Deus eu venci. O irmão ainda batia nela, porque eu não deixei mais ele agir assim com ela... Em tempo de engravidar a menina, tadinha! E ela sem nem saber de nada e ainda sem saber falar. Por isso eu falo, que o Mulher Mil salvou a gente. Se eu já soubesse do que hoje eu sei, às vezes teria sido diferente. Hoje sei mais ainda o quanto ela já sofreu nessa vida. (Informação verbal).*

Os atos de violência relatados por Ciganinha Rio Verde conduzem-nos à *Lei Maria da Penha*, de nº 11.340/2006, em seu art. 7º, pois a violência sexual é definida como “qualquer conduta que constranja a mulher em ações de presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força [...]” (BRASIL, 2011). Nesse sentido, e contrariando o Código Penal, acredito ser preciso nomear e somar os

crimes misóginos também como uma postura política de enfrentamento para, a partir daí, munir-se de instrumentos cada vez mais eficientes para mitigar essas formas de violência, (re)mover as leis, os comportamentos e a estrutura social em novas práticas. A ONU recomenda aos Estados-membros que adotem o Modelo de Protocolo Latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, publicado em 2014, para nomear os crimes como os são, porque esse é um passo para dar visibilidade às assimetrias de poder e à forma como as desigualdades de gênero permeiam os papéis, as normas, as práticas e as significações culturais entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a Lei nº 13.836, publicada em 4 de junho de 2019,<sup>46</sup> acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340/2006, a *Lei Maria da Penha*, tornando obrigatórias, nos boletins de ocorrência, informações sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de violência doméstica e familiar, como é o caso da filha de Ciganinha Rio Verde. Um dado significativo a esse respeito mostra a urgência de se criarem estratégias de atenção a esse grupo de mulheres com deficiência, em suas diversidades, pois cada deficiência possui demandas específicas. Isso pôde ser comprovado em pesquisa ao Atlas da Violência, publicado em 2020,<sup>47</sup> que não contempla dados sobre essas formas de violência cometidas especificamente contra o grupo de mulheres com deficiência, tampouco contra mulheres com deficiência auditiva, em particular. No caso da filha de Ciganinha Rio Verde, as repressões são mais severas, pois está em jogo um corpo feminino, de linhagem negra, como declara a mãe no questionário socioeconômico, de classe vulnerável socialmente e, antes, uma pessoa com deficiência auditiva. Sendo assim, diversas facetas estruturantes potencializam as opressões que atuam socialmente nas relações de gênero, pois, juntos, “racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários” (AKOTIRENE, 2019, p. 38).

Ao falar sobre os casos de violência, a colaboradora recorre a várias vozes e ordens de discurso que ressoam em seu próprio discurso. Destacamos, assim, a *interdiscursividade* no que se refere ao discurso de fornecer/ofertar drogas a alguém, ao mencionar “*Eles davam aquelas coisas que não presta pra ela usar e aproveitava dela, dava até bebida*”. Essa é uma prática

---

<sup>46</sup> O art. 1º da Lei nº 13.836, de 4 de junho de 2019, acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. Ainda, adiciona o inciso IV – que dispõe de informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou o agravamento da deficiência preexistente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13836.htm#:~:text=Acrescenta%20dispositivo%20ao%20art.,de%20agress%C3%A3o%20dom%C3%A9stica%20ou%20familiar](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13836.htm#:~:text=Acrescenta%20dispositivo%20ao%20art.,de%20agress%C3%A3o%20dom%C3%A9stica%20ou%20familiar). Acesso em: 18 de abril de 2021.

<sup>47</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Altas de violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 18 de abril de 2021.

considerada criminosa, como previsto no art. 33, § 2º, da Lei nº 11.343/2006,<sup>48</sup> que cuida do crime de participação no uso de entorpecentes, “punindo com detenção de um a três anos, e multa de 100 a 300 dias, as condutas de induzir, instigar e/ou auxiliar ao uso indevido de drogas.” Ao usar os termos “*davam aquelas coisas*”, a colaboradora refere-se à indução da vítima às drogas ilícitas – “*davam aquelas coisas que não presta*” – e, ao mencionar “*dava até bebida*” faz referência à indução e à oferta de drogas lícitas à vítima.

Ela traz, em seu discurso, as vozes constituídas socio e historicamente sobre os usos das diferentes substâncias, e isso mostra que todo dizer está habilitado pelo já dito, uma vez que toda palavra é atravessada por outros discursos (BAKHTIN, 2006; FAIRCLOUGH, 2006). Posso dizer ainda que, a partir da vulnerabilidade provocada pelos efeitos das drogas lícitas e ilícitas, assinaladas pelas formas de lexicalizar – em “*comecei a ver umas reações diferentes nela*” –, a colaboradora mobiliza o *discurso de ordem de abuso sexual à vulnerável*, ao escolher as palavras “*aproveitava dela*”. Ao dizer isso, Ciganinha Rio Verde se refere aos abusos sexuais cometidos pelos vizinhos e pelo irmão da vítima (filha da colaboradora), configurando também uma prática incestuosa com a irmã, sob o efeito de drogas. Assim sendo, a colaboradora aciona os discursos da ordem de abuso sexual à vulnerável, bem como de ordem ao crime de indução ao uso de drogas. Para tanto, a produção dos sentidos efetivado nos/pelos discursos só é possível ao considerar também as ancoragens históricas e sociais, pois o sujeito, a sociedade e a linguagem estão dialeticamente imbricadas (BAKHTIN, 2006).

Além disso, e com base nos dados, é possível mencionar a produção de um consenso no que se refere à reação da mãe (Ciganinha Rio Verde) diante do crime de abuso sexual incestuoso e ao crime de ofertar drogas a uma pessoa com deficiência em estado de vulnerabilidade, devido à indução ao uso de drogas e por todas as formas de opressão e subjugação, as quais recaem sobre as mulheres, sobretudo as mulheres com deficiência. Esses crimes foram cometidos pelo filho dela com a irmã dele, ambos filhos da colaboradora. Nesse sentido, é possível entrever, pelo discurso da egressa, o impasse e a indecisão entre denunciar o filho (nesse caso, o agressor) para proteger a filha contra as diversas formas de violência cometidas por ele, ou não o denunciar para também proteger o filho contra as penalidades e a prisão, ou seja, de que modo agir para proteger os dois filhos ao mesmo tempo, ou, ainda, não tomar nenhuma posição.

---

<sup>48</sup> A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e cuida do crime de participação ao uso de entorpecentes. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10867024/paragrafo-2-artigo-33-da-lei-n-11343-de-23-de-agosto-de-2006>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

Percebemos pela fala de Ciganinha Rio Verde, que ela se sentia no dever de proteger a filha com deficiência, legitimando essas significações, pelos termos “*ela não tem malícia com nada*”, apresentando um *discurso de proteção*, mas também não conseguia agir de fato contra o outro filho, ou seja, não o denunciava e tentava resolver o problema em casa – “*O irmão ainda batia nela, porque eu não deixei mais ele agir assim com ela...*”. Pelo uso da *conjunção aditiva* “*ainda*”, acompanhada do *processo material* “*batia*”, Ciganinha Rio Verde denuncia outras formas de violência praticadas pelo filho à irmã – “*nela*” –, configurando-se violência física, moral e psicológica. Os acometimentos eram motivados e justificados, no discurso da colaboradora, pela proibição dela (a mãe) aos atos do filho contra a filha – “*não deixei mais ele agir assim com ela*”, ativando também atitudes e papéis sócio-históricos constituídos aos pais, como os de cuidar, educar e proteger.

Além dessas práticas identitárias atribuídas aos pais, as construções linguístico-discursivas usadas pela colaboradora deixam entrever a legitimação dela aos discursos e comportamentos ideologicamente naturalizados dos papéis sociais assumidos pelos irmãos em relação às irmãs, pois ao irmão é atribuída a posição de protetor, dando-lhe a significação identificacional e representação de superior, mais forte, pelos pais. Por outro lado, é ensinado e colocado às irmãs a posição de aceitar essa disposição de menor, inferior, de serem protegidas e cuidadas pelos irmãos, reafirmando, historicamente, a constituição e os estilos dos gêneros sociais pelas relações de poder (LAZAR, 2005; LUGONES, 2014; MAGALHÃES, 1995). Nessa direção, trago as contribuições de Saffioti (1997) ao dizer que o abuso sexual na infância e na adolescência aponta mais de uma afirmação de poder do que uma pulsão encontrada na ordem dos desejos, pois estão implicadas as relações de dominação entre o adulto e uma pessoa menor.

A pessoa em situação de violência nem sempre tem poder sobre o outro, em particular se for uma criança ou adolescente, por exemplo, que não consegue impor limites sobre o pai, o padrasto ou até mesmo o irmão, visto que, se for o pai, a vítima entende, pelo imaginário coletivo, que não há outro pai para revidar os abusos e ajudá-la, protegê-la, “possibilitando assim longos períodos da manutenção do abuso sexual e da dominação do masculino sobre o feminino” (SAFFIOTI, 1997, p. 182). Essa relação assimétrica de poder pode ser relacionada à filha de Ciganinha Rio Verde, pois estava em posição desigual com o irmão agressor, por ser mulher e, ainda, por ser uma pessoa com deficiência. O agressor revida a irmã com agressões físicas, mesmo sabendo que a mãe (Ciganinha Rio Verde) interferiu contra os eventos abusivos – “*não deixo mais ele agir assim*”. Isso mais uma vez mostra a desvantagem da mulher em

situação de violência em relação a ele, bem como reforça os diferentes papéis (crenças, identidades) atribuídos socialmente aos gêneros.

Pelo uso dos termos “*não deixei agir assim com ela*”, a colaboradora retoma os eventos abusivos que se repetiram mais de uma vez, mostrando um contínuo temporal. Esse sentido pode ser recuperado pelas formas *lexicalizadas* em “*demorou pra eu tirar ela disso, viu?*”, bem como pelo uso do processo “*demorou*”. Outro aspecto a ser observado é a saída da filha dos eventos de agressão, pois a mulher em situação de violência é representada pela supressão da agência, por um lado e, por outro, pela sujeição e passivação (VAN LEEUWEN, 2001), expressas em “*eu tirar ela disso*”. O agente da ação é Ciganinha Rio Verde – “*eu*” –, tirar “*ela*” – a filha. Esse fato também pode ser evidenciado por “*em tempo de engravidar a menina. Tadinha!*”. Assim como acontece com a filha de Ciganinha, a mulher em situação de violência não é dada a oportunidade, a escolha/decisão de ter ou não a possibilidade de gestar uma criança ou não. Essas práticas podem estar relacionadas à ordem de crimes de estupro, nos quais as vítimas muitas vezes engravidam nesses eventos de violência. De acordo com o Fórum (2020), o Brasil registrou, em 2019, um (01) estupro de vulnerável a cada oito (08) minutos e, desses casos 85,7% foram mulheres, totalizando 66.348 vítimas de estupro e de estupro de vulnerável. Outro dado mostra que 58,8% dessas vítimas tinham no máximo 13 anos.

Como demonstram os dados, o estupro é uma forma de imposição, é uma manifestação abusiva de poder do masculino sobre os corpos femininos, principalmente, os corpos vulneráveis. Assim sendo, a violência sexual faz “parte de processos mais amplo pelo qual é socialmente construída de maneira racializada”. Do mesmo modo, o estupro, “assim como outros atos de violência sofridos pelas mulheres negras, tais como agressões físicas sob a escravidão, abuso doméstico, incesto e exploração sexual, fazem parte da subordinação das mulheres negras nas opressões interseccionais” (COLLINS, 2019, p. 251-252).

Segundo Diniz (2013, *online*),<sup>49</sup> “a violência doméstica é um dos modos de governar os corpos da casa pelo regime do medo”. Essa violência pode se expressar de várias maneiras, “uma das formas mais perversas de expressão do patriarcado – o estupro”. O abuso sexual desferido contra o corpo feminino é uma relação de poder e hierarquia, pois “o estupro ofende as mulheres, não só no corpo possuído pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor, mas principalmente nos aliena da única existência possível: a do próprio corpo”. Ainda de acordo

---

<sup>49</sup> DINIZ, Débora. O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas feito patriarcado para assinalar o território do corpo submetido à sua disciplina. **Portal Geledés** [online], 18 nov. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-estupro-e-um-ato-de-demarcacao-nas-entranhas-femininas-escreve-antropologa-debora-diniz/>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

com Diniz (2013, *online*), “a moral patriarcal que oprime não se contenta em demarcar espaços e vozes. Ela necessita das entranhas, ou melhor, das vaginas, para demarcar o território do corpo feminino sob sua disciplina”, assim como acontece com os abusos sexuais cometidos contra a filha de Ciganinha, sendo punida no corpo pelo suplício físico e sexualmente pelos abusos sexuais perpetrados pelo irmão, de modo que “o estupro é um crime contra a integridade física e moral das mulheres”. Nesse cenário, a casa da vítima representa o lar, o abrigo, mas também o lugar violento, perigoso, reduto do silêncio e do segredo.

A vulnerabilidade também faz com que garotas nessa idade nem sempre se sintam prontas para falar e/ou denunciar os abusos sexuais, como é o caso relatado por tantas meninas, ou mesmo por mulheres quando conseguem revelar os momentos de agressão. Ocultar os casos não se trata de consentimento ou concordância com os abusos sexuais, mas de diversos outros motivos, entre eles o medo, a dependência financeira quando se trata dos responsáveis, a insegurança de não acreditarem, de contestarem ou julgarem suas versões etc. Essas práticas podem ser confirmadas no livro *O consentimento*, da francesa Vanessa Springora, traduzido e publicado no Brasil em 2021, o qual traz, depois de décadas, a narrativa pessoal da autora sobre os abusos sexuais que sofreu do escritor Gabriel Matzneff, à época com 49 anos e amigo da família. Ela traz discussões sobre o termo “consentimento” para defender que uma criança, um adolescente, como ela mesma à época, aos 13 anos, não pode consentir com nada e que a história, os abusos e os assédios sexuais, mesmo depois de tantos anos, ficam sempre latentes dentro da vítima. Springora (2021) ainda explica que essas sensações mudam de contorno conforme se desenvolve a maturidade, a (auto)consciência crítica da pessoa agredida diante da vida, das relações sexuais e de seus próprios desejos. Ou seja, com o passar do tempo as vítimas, antes adolescentes, vão compreendendo, (re)significando cada vez mais que aquelas práticas eram totalmente abusivas, violentas e nada era consentido e autorizado, como muitas vezes é concebido, principalmente pelas autoridades que recebem as denúncias.

A esse respeito, nos últimos trechos analisados, Ciganinha Rio Verde também articula construções *linguístico-discursivas* e ideológicas que, por um lado, mostram as condições indefesas da filha à época dos fatos – “*tadinha*” –, e, por outro, recuperam discursos hegemônicos, machistas e coloniais da diferença entre os gêneros, das divisões dos papéis sociais atribuídos às masculinidades e feminilidades. A possibilidade de gestação – “*em tempo de engravidar a menina*” – deixa *pressuposta* a falta de métodos contraceptivos e, sobretudo, a desqualificação do corpo feminino, principalmente, o corpo de uma mulher com deficiência auditiva, imbricado por diversos elos de opressão vindos da colonialidade do gênero e do ser.

Articulam-se ideologias e representações individuais sobre a filha, mas também representações sociais no tocante às relações de saber e de poder sobre as pessoas com deficiência, registradas e *lexicalizadas* em “*ela não tem malícia de nada*”, isto é, não compreende a situação de poder e violência a qual estava submetida. No entanto, é preciso alertar sobre as outras relações desiguais que desenvolvem processos de dominação, subjugação, objetivação e dependência acentuada da pessoas em situação de violência, que na maioria das vezes é um corpo feminino sob a dominação masculina, em que são necessárias várias intervenções, “poder a”, processos de empoderamento (BERTH, 2019), para que a vítima, a partir de práticas de reconhecimento da opressão, autorreconhecimento, reflexão, intervenção psicológica, consiga visualizar inter(ação) e estilos outros.

Sobre os *discursos de ordem de pessoa com deficiência* acionados pela colaboradora e assinalados em seu discurso estão as *escolhas linguísticas* “*ela tem problema, sabe?*”, as quais dão legitimidade e contribuem para perpetuar relações desiguais e ideologias coloniais segregadoras de que pessoas com algum tipo de deficiência são consideradas “anormais”, pessoas “com problemas”. A representação da deficiência como “*problema*” indica que o ambiente familiar, a instituição família, também contribui para a construção de identidades performatizadas em corpos tidos como mutilados, problemáticos e incapazes. Isso porque desde a colonização os discursos homogeneizantes carregados de ideologias segregadoras de normalidade servem para estabelecer arbitrariamente corporeidade, “identidades anormais” e “normais”, cuja “identidade normal é ‘natural’, desejável, única – a identidade” (SILVA, 2014, p. 83, grifos do autor).

De acordo com Diniz (2007), a anormalidade foi usada como um argumento recorrente para o encarceramento de pessoas com deficiência. A autora alerta que a deficiência não é – e tampouco deve ser entendida – uma variação do normal humano, visto que essas atribuições de anormalidades estão calcadas em julgamentos estéticos, preconceituosos, portanto, um valor moral sobre o estilo de vida de pessoas com deficiência. Essas significações podem ser desveladas pelo uso *linguístico-discursivo* “*Ela faz as coisas em casa e tudo, mas ela é surda e muda*”. Assim, mesmo a colaboradora reconhecendo as habilidades da filha em “saber-fazer”, expressas em “*ela faz as coisas em casa e tudo*”, colocando ênfase ao termo “*tudo*”, marcando total habilidade em casa, o discurso de Ciganinha Rio Verde é constrangido pelos discursos reguladores ao escolher a *conjunção adversativa* “*mas*” para justificar que “*ela é surda e muda*”, isto é, fica *pressuposto* que a filha tem alguma anormalidade – “*tem problema*”.

É relevante mencionar que o termo surda-muda não é mais usado, pois quando a pessoa é surda, não significa que a voz dela é muda, haja vista que o ato de não falar é um mito e uma

forma de instituir a norma segregadora e estigmatizante de “muda”. O silêncio da voz, ao contrário, está relacionado ao não conhecimento dos sons, da acústica das palavras, e isso leva à impossibilidade de produção destes, não a uma doença (LANNA JUNIOR, 2010). Isso reforça ainda mais a importância da língua de sinais para a vida das pessoas surdas. Recorremos, neste momento, aos estudos de Sousa Santos (2007, p. 4-5)<sup>50</sup> sobre pensamentos abissais, para quem, nesse caso, o abuso sexual a uma mulher com deficiência “consiste em sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo as visíveis fundamentais para as não visíveis”. O corpo feminino e ainda com deficiência é performativizado, é visto como “o outro lado da linha”, e esse outro lado é invisibilizado, “desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido para não existir”.

Nesse sentido, pelos efeitos ideológicos dos discursos dominantes, as pessoas com deficiência são vistas como sujeitos sociais que precisam sempre ser assistidos/as de forma piedosa, por vezes, de maneira infantilizada, como previsto em: “*minha menina, hoje com 50 anos*”, bem como no uso do diminutivo em “*cabecinha*”. Ainda a esse respeito, vale ressaltar que, no imaginário social, os/as filhos/as sempre são vistos/as como crianças, independentemente da idade, de modo que o uso do termo “*minha menina*” também faz referência a essas práticas afetuosas de representação dos pais sobre seus descendentes. Por outro lado, esse mesmo trecho pode ser entendido como a construção da falha, no sentido de falta, desvio, marcada pelas representações identitárias – “*ela é surda e muda e tem a cabecinha meio fraca*”.

De modo que a naturalização e a legitimação de discursos hegemônicos configuram subjetividades que eternizam regimes de verdade e valores sociais excludentes, segregadores, que se cristalizam sobre os domínios sociais hegemônicos, estabelecendo padrões de normalidades de sujeitos e sociedade (FOUCAULT, 2003). Isso pode ser desvelado *linguístico-discursivamente* pela desqualificação da consciência cognitiva e das capacidades intelectuais impetradas pelo uso dos termos “*cabecinha fraca*”, ou seja, ela (a filha) não tem discernimento das ações à sua volta – “*não tem malícia de nada*”. De acordo com Foucault (1999), desde a Idade Média havia “mecanismo de poder, exclusão e marginalização” a todas as pessoas, que, de alguma maneira, não se enquadravam nos padrões de regularidades. Mecanismos reguladores produzem efeitos de saber e poder que se estruturam socialmente, segregando as pessoas em modos dicotômicos e hierarquizantes em “diferentes/normais”, “humanos/sub-

---

<sup>50</sup> SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v. 78, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

humanos-bestiais” (LUGONES, 2014), e as pessoas com deficiência, em especial as mulheres, se tornam ainda mais vulneráveis e invisibilizadas, pois lhes são negados direitos básicos de sobrevivência e aumentada exponencialmente a exposição delas às diversas formas de violência, como visto no relato de Ciganinha Rio Verde.

Ainda, percebemos, na fala da colaboradora, a articulação com o *discurso religioso*, em virtude do uso de termos explicitamente relacionados a esse campo semântico, materializados nos enunciados da egressa em “*Demorou pra eu tirar ela disso, viu? Foi com muita luta e oração. Graças a Deus eu venci*”. Assim, a colaboradora assume uma posição performativa da linguagem como forma de ação (FAIRCLOUGH, [1992]2016), assinalando uma posição ativa – “*tirar ela disso*”, “*muita luta e oração*” – como forma de resistência aos maus-tratos. De tal modo, pela força ilocucionária, o texto demonstra atos de fala pela *escolha dos verbos* “*lutar*”, “*orar*” e “*vencer*”, evidenciando uma luta travada com instrumentos de *ordem religiosa*, buscando coerência e justificando as ações e estratégias implementadas por ela para não denunciar as violências praticadas contra a filha.

Ao remeter ao campo *discursivo religioso*, a egressa assinala, no discurso, a confiança em resolver o impasse pela justiça, calcada em princípios religiosos, e não pela justiça convencional. Sua luta foi vitoriosa graças às forças espirituais e religiosas, fato expresso no uso dos termos “*Graças a Deus, eu venci*”, como força de corroborar com suas próprias ideias a partir da interlocução com o discurso religioso, já que as escolhas são motivadas. Aqui, observamos outra faceta representativa do gênero social, a função de mãe, que – mesmo pouco empoderada – sentiu-se responsável por resolver a violência sofrida pela filha com deficiência, ao mesmo tempo em que não denunciou o agressor, por ser seu próprio filho, conforme análises anteriores. Do mesmo modo, ela agiu para impedir a continuidade dos crimes, não denunciando o filho, mas também protegendo-o e preservando-o.

Ao final do trecho apresentado em tela, Ciganinha Rio Verde diz que o curso – “*o Mulher Mil*” – trouxe novos saberes à vida dela, expressos em “*se eu soubesse o que hoje eu sei, às vezes teria sido diferente*”. É plausível mencionar que o trecho “*se eu soubesse*” faz referência à época das violências, em oposição ao hoje – “*o que hoje eu sei*” –, estabelecendo um paralelo entre as práticas de saber e poder dela, como formas de agir acerca das questões de gênero social e violências. Apresenta um deslocamento dos saberes, ou melhor, um afastamento dos modos de conceber as práticas anteriores.

Os trechos apontam, então, a tomada de consciência mais profunda, reflexiva e crítica, através da qual a colaboradora poderia ter adotado atitudes diferentes diante dos fatos – “*às vezes teria sido diferente*”. Essa diferença é atribuída aos novos conhecimentos apreendidos no

curso, que realçaram a significância e os efeitos das práticas violentas cometidas contra a filha. Assim, ela justifica a importância do curso para a vida delas – “*por isso eu falo que o Mulher Mil salvou a gente, a nossa vida*”. É possível verificar a constituição de novas frentes discursivas e identitárias para essas mulheres a partir do curso – “*hoje sei mais ainda o quanto ela já sofreu nessa vida*” –, pois são imensuráveis os lugares, os espaços, as situações, as corporeidades, as experiências e as conduções pelas quais podem surgir outras formas de ser, ver e representar a si mesmo e ao mundo. A partir dos termos “*salvou*” e “*a nossa vida*”, estão engendradas as movências pelas quais elas ainda estão passando após as experiências formativas construídas no curso.

Bakhtin (2006, p. 96) observa que, na esfera do discurso, há uma multiplicidade de vozes, denominada por ele de *polifonia*, isto é, a multivocalidade, constituinte de todo tipo de discurso. Isso significa que todo discurso carrega outros dizeres anteriores, uma memória discursiva, assim como visto várias vozes no discurso de Ciganinha Rio Verde, uma vez que, em seu discurso, essa inter-relação se torna clara. Ademais, o autor (2006, p. 96) alerta que “as palavras estão sempre carregadas de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”.

Pelas articulações *linguístico-discursivas e identitárias* da colaboradora, observamos que as biografias dessas mulheres são também as histórias de seus corpos e as representações sociais são constituídas em entrelaçados de ideologias, identidades, conceitos e imagens inter-relacionadas (MOSCOVICI, 2015). Os eventos discursivos relatados indicam que por longas datas a filha de Ciganinha não se sentia totalmente dona de seu corpo, pois esse era tido como objeto de prazer ou de suplícios para outros (pelo menos para seu irmão e vizinhos). Portanto, acrescentamos que a filha de Ciganinha Rio Verde em nenhum momento é nomeada e, ainda, tem o corpo performatizado por diferentes redes de opressão: a violência de gênero, por ser mulher, negra, interseccionada às condições de pessoa com deficiência auditiva, à classe e, sobretudo, pelas diversas formas de violência física, moral, psicológica e abusos sexuais incestuosos, cometidos pelo próprio irmão. A esse respeito, Saffioti (2015, p. 2015) diz que “o abuso sexual, sobretudo o incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido”, marcando, então, expressivamente, as diferenças existentes no interior de cada gênero, as quais constituem identificações e representações para/sobre si, o outro e o mundo, a partir de vivências coletivas e individuais.

Em seguida, apresentamos trechos que assinalam o quão enraizadas e naturalizadas são/estão as práticas patriarcais e a violência doméstica e familiar.

4.2.4 A (des)legitimação da violência doméstica pela (des)naturalização de práticas patriarcais: “a gente nem sabia como era a vida sem briga, sem violência, até que...”

A naturalização e a tentativa de eternização das práticas patriarcais pelos processos socioculturais são entendidas por Saffioti (1995) como o resultado da história. Para tanto, de acordo com Fairclough (2003), o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também socialmente constitutivo. Em diálogo com essas afirmações, citamos os estudos de Thompson (2011) sobre ideologia em relação às formas simbólicas de modo geral e a ideologia de maneira mais particular, a ponto que as ideologias são também relacionadas às estruturas e, ao mesmo tempo, constituem as estruturas, estabelecem e são estabelecidas. Desse modo, os discursos que (re)produzem e naturalizam às mulheres ocupações domésticas e aos homens os espaços livres e públicos são constituídos pela convivência e estabelecem padrões na estrutura. Situada nesses discursos, a ideologia pode ser a base para que, de fato, a opressão seja legitimada. Esses discursos e ideologias estão rigorosamente legitimando, por caminhos mais curtos, “a superioridade” instituída aos homens pela história.

Já no título desta subseção observamos que o patriarcado se expressa em um de seus pilares estruturantes, que é o poder, autoridade imposta institucionalmente (CASTELLS, 2018) do masculino sobre a família, os/as filhos/as, enfim, sobre o grupo familiar, principalmente sobre a figura feminina, aqui representada por Jequitibá Rio Verde, a ponto de a colaboradora dizer que “*não sabia como era a vida sem violência*”, “*sem brigas*”. É importante lembrar que, para Segato (2018, p. 41), a sustentação, o cimento que hierarquiza os gêneros é a violência, principalmente aquela vista como cotidiana, como clichê, de outro modo, aquela tida como normal, habitual, desde uma piada “inofensiva”, que imprime “un caráter jerárquico a los menores e imperceptibles gestos [...]”, ou seja, um quase-automatismo, nas palavras da autora. Pelas *escolhas linguísticas* ficam expressas as representações da egressa sobre o mundo, as relações de gênero, bem como suas próprias formas de ver-se, relacionar-se e entender-se como ser humano, como mulher. Pelo uso da negativa “*não*”, somado ao uso do *processo mental* “*sabia*”, da ordem de conhecer, ter consciência sobre algo, ela deixa intervir o *pressuposto* (FAIRCLOUGH, 2003), em seu discurso, de que a rotina de violências era compreendida como o modo certo, ou melhor, o único jeito de viver (*‘a vida’*), algo natural. Pelas *escolhas lexicais* “*sem*” por duas vezes, anunciando oposição ao sentido de “*com*”, desvela-se o significado de que a vida dela sempre foi “*com violência*” e “*com brigas*”.

As redes de práticas se articulam tanto em níveis mais amplos quanto em níveis particulares (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), sendo inter-

relacionadas no tempo e no espaço, destacando-se as relações de poder em relação às estruturas de dominação que permeiam todas as relações dialógicas, haja vista que os sujeitos se posicionam em relação aos outros pela alteridade (BAKHTIN, 2006). Nessas inter-relações perpassa a ideia de hegemonia, que se estabelece nas relações de dominação, coerção, com/sem consentimento, que (des)naturaliza as práticas e as relações sociais. Se naturalizadas, essas práticas constituem um senso comum, podendo manter ideologias que sustentam as relações hegemônicas, como, nesse caso, amparavam as práticas patriarcais e legitimavam as formas de violência na família da colaboradora em sua infância. Para Schraiber, D'Oliveira e Couto (2006), a violência doméstica e familiar muitas vezes é interpretada pelas pessoas em situação de violência como uma situação normal, natural. Essa afirmação se materializa nas falas de Jequitibá Rio Verde e Ipê Posse, a saber:

**Jequitibá Rio Verde:** *Minha mãe teve cinco filhos, cada um de um pai [risadas], e todos eles batiam nela. Ela conta que a mãe dela também sofria com o nosso vô. Então a gente nem sabia como era a vida sem briga, sem agressão... Aquilo era normal, sabe? Quando a gente via o pai no bar durante o dia, podia esperar que a noite tinha mesmo. Ele quebrava a gente no pau... (Informação verbal).*

**Ipê Posse:** *Eu sempre vi minha mãe e meu pai brigarem. Era rotina. Ela às vezes tinha que esconder a nossa comida, porque ele tinha uns amigos que iam para nossa casa para jogar truco. Eles ficavam a noite toda, e a gente ficava sem comida, porque o pai dava tudo para os amigos. Ai eu achava que aquilo devia ser assim mesmo. Se a gente não trabalhava decerto que tinha de aguentar calada. Foi assim por muito tempo, até que eu comecei a ver que na casa dos outros não era assim [risadas]. Até lá eu e meus irmão já tinha apanhado demais, menina! [risada] Ele dava até choque na gente. Era muito mal... torturava. (Informação verbal).*

Pelos excertos, entendemos que, para elas, os atos de violência sempre fizeram parte da infância, por isso eram encarados como “rotina”, “aquilo era normal, sabe?”. Cruzando com os estudos acerca das colonialidades/decolonialidades (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES 2007; MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005), podemos afirmar que a dimensão ontológica da colonialidade afeta as pessoas de modos geral, mas também em suas particularidades, dependendo das diferenças entre as experiências vividas nesse sistema de proporções mundiais, como, por exemplo, a naturalização das diversas formas de violência perpassa também por práticas particulares, às vezes até as íntimas, as familiares. Nessa perspectiva, as formas de (des)naturalizar, de (des)colonizar, também passam por experiências gerais, bem como por demandas específicas, assim sendo, é importante colocar em primeiro plano as experiências vividas pelas próprias agredidas, silenciadas e subalternizadas (SPIVAK, 2010), como é o caso das colaboradoras.

Na vida das egressas, as agressões eram entendidas como uma característica cultural e que se perpetuava por várias gerações, como manifestado por Jequitibá Rio Verde ao se referir à mãe dela – “*Ela conta que a mãe dela também sofria com o nosso vô. Então a gente nem sabia como era a vida sem briga, sem agressão... Aquilo era normal, sabe?*”. Ao falar sobre as relações patriarcais ainda existentes na sociedade, Pateman (1993, p. 16), citado por Saffioti (2015, p. 56), diz que as relações patriarcais se pautam em um “contrato social”, “uma história de liberdade e de dominação. Segundo ele, “a liberdade [é] dada aos homens e a sujeição atribuída às mulheres, até mesmo nas relações sexuais”. Desse modo, “abandonar o conceito de patriarcado”, ou deixá-lo em segundo plano, “significaria a perda de uma história política que ainda está [...]” para ser (des)velada.

Nesse sentido, Saffioti (2015, p. 59) nos orienta que “[...] colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração [...]”. Com isso, reafirmamos a necessidade de nos atentar para as questões históricas e culturais na constituição dos gêneros sociais, principalmente nas relações familiares, para eximir, desnaturalizar as práticas patriarcais, opressoras, tidas como naturais, e evitar os processos de *legitimação, narrativização* (THOMPSON, 2011) de comportamentos e crenças coloniais que contam o passado como história única (ADICHIE, 2017). Ademais, entendem o presente como reflexo desse passado, ou seja, não vai mudar, nós sofremos, minha mãe sofreu – “*minha mãe conta*” –, será assim, como acontecem nos casos de violência doméstica relatados nessas famílias.

A colonialidade do gênero (LUGONES, 2014) atinge todas as pessoas, sobretudo as mulheres, principalmente das minorias sociais, como são os casos relatados pelas colaboradoras, que são de classe social desfavorável, têm apenas o ensino fundamental completo, e sofrem preconceito pela cor, visto que Ipê Posse se declara parda e Jequitibá Rio Verde, negra. Isso mostra a multiplicidade de fatores estruturantes, globais e locais pelos quais as mulheres são performativizadas, bem como refuta, a partir dos dados, a ideia universalizante do gênero mulher, “ser mulher”, visto que os modos de opressão não são homogêneos, mas diversos, por isso “a interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes [...]”. Assim sendo, “analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem modelados pela matriz de opressão, sob a forma de identidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 43-44).

Pelo discurso da egressa, as agressões eram realizadas pelos pais, uma sucessão de violências, moldando experiências e identidades de geração em geração – “*a mãe dela também sofria com o nosso vô*” – no seio familiar, ou seja, as pessoas que teoricamente/socialmente

deviam proteger faziam o inverso, agrediam, pelo uso do processo “*sofria*”, marcando as “*agressões*”, isso porque, de acordo com as convenções sociais, aos pais competem os papéis de proteger e zelar pelo bem-estar da família. Nesse caso, a “proteção” acontece por meio de uma inversão de valores, expressa pelas ações de espancar, maltratar e torturar todos da casa, como no caso de Ipê Posse, por exemplo: “*Ele dava até choque na gente. Era muito mal... torturava*”. Nesse cenário, “[...] a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente do controle social” (SAFFIOTI, 2015, p. 32). Dessa forma, a representação sobre o pai que a colaboradora externaliza em seu discurso passa pela imagem de uma pessoa torturadora, má e agressiva, e todas essas representações seguiam impressas na constituição das identidades dela enquanto filha, mãe, mulher, esposa, ou seja, refletem-se nos modos de ela representar, ser/estar e interagir no mundo. Ademais, esses traços identificam-na como pertencente a esse grupo familiar e social.

Os efeitos de sentido que se depreendem dos discursos das colaboradoras, a princípio, são de naturalidade e normalidade, porém, no decorrer do relato, aparecem frestas de conscientização a partir dos saberes coletivos, na alteridade com os vizinhos. Pelas mostras, afirmamos que a identidade de gênero social é, portanto, articulada e rearticulada a cada evento discursivo. Trata-se de um fenômeno social e, como tal, um instrumento mediador de processos de identificação dos sujeitos sociais, como visto na fala de Ipê Posse: “*Aí eu achava que aquilo devia ser assim mesmo*”. Silva (2010, p. 81) salienta que “a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”, uma vez que, segundo o autor, onde existe diferenciação está presente o poder de manutenção ou de recusa, resistência. Logo, a constituição e a representação dessas mulheres são também resultantes das implicações e das posições que elas assumem, além das maneiras como se posicionam nos eventos, como, por exemplo, no trecho de Ipê Posse: “[...] *até que eu comecei a ver que na casa dos outros não era assim*”.

Esse foi um dos momentos que denotaram reflexividade, autorreconhecimento da diferença entre a família dela e das outras, expressos pelas *escolhas linguísticas* de “*até que*”, quando aconteceu uma tomada de decisão, atividade de autocrítica, marcada pelo uso dos processos “*comecei a ver*”. A esse respeito, fica o *pressuposto* que iniciou um processo de reflexão, de crítica, pela comparação e observação aos modos de agir, da alteridade, “*na casa dos outros não era assim*”. O termo linguístico “*assim*”, em função do advérbio de modo, retoma o modo de vida dela, “*assim com brigas, violências, aguentar calada*”, em oposição às maneiras das outras famílias. Percebemos um movimento de constituição do eu a partir da alteridade (outras casas – pessoas, famílias) e, com isso, podemos dizer que o discurso de Ipê Posse é marcado por ações efetivas de rompimento a ideologias hegemônicas e legitimadoras

marcadas *linguisticamente pelas escolhas* – “até lá” –, ou seja, estabelece um marco temporal – “*eu e meus irmão já tinha apanhado demais*” – para o fim das agressões. A diferenciação, portanto, foi responsável por (re)construir, (re)produzir a alteridade, as identidades, definindo “quem ela era” e “quem era o outro”, tornando as diferenças identificáveis, (in)visíveis, gerando transgressões, rupturas aos antigos valores e crenças. Isso se efetiva a partir da postura de reflexão sobre a vida social e sobre os papéis sociais a ela atribuídos, de maneira que ela se emancipa e chega a outras formas de se identificar e de se representar no mundo (HOOKS, 2013).

Em consonância com Magalhães (1995), ressaltamos que o discurso veiculado na sociedade pode ser de controle ou de liberação, e os dois casos constituem identidades sociais. O primeiro liga-se aos padrões da ideologia dominante, voltados para a família patriarcal, pelo fato de a mulher não ter espaço igualitário de fala. Isso constitui uma identidade perpassada pela representação social de gênero sexista, machista e patriarcal, que se movimenta na reprodução desses papéis. Um exemplo a esse respeito pode ser visto na fala de Ipê Posse – “*Ela às vezes tinha que esconder a nossa comida, porque ele tinha uns amigos que iam para nossa casa para jogar truco*”. A esse respeito, “o patriarcado está aí, presente em todas as relações humanas [...]” (SAFFIOTI, 1995, p. 154).

A partir dos dados, evidenciamos que a mãe dela não tinha voz ativa, nem poder de decisão e participação no lar, no entanto, tinha consciência das agressões e lutava contra elas escondendo a comida. Por isso, considero que a mãe, em vez de se posicionar contra os atos de violência cometidos pelo pai em relação à divisão de comida, escondia os alimentos para não ter de partir para o enfrentamento direto. Era o seu modo de reagir, uma proteção à família. Já no discurso de Ipê Posse aparecem frestas de liberação, pois, frente às opressões coloniais, pode-se trilhar outros caminhos, como defende Anzaldúa (2005), ou seja, elas vivenciam situações parecidas, mas assumem posturas diferentes. A segunda colaboradora procura abrir espaços de manifestação para as mulheres, tenta criar lugares de fala, isto é, implica identificar e tenta livrar-se conscientemente do que a incomoda/oprime, (re)interpretando a história, possibilitando espaços de representatividade social de pertença, em que os/as atores/as sociais usam a voz ativa e agência.

Nesses discursos das egressas, identificamos traços e comportamentos historicamente construídos e processos que passam por valores sociais, crenças e julgamentos adquiridos ao longo do tempo, dando, assim, legitimidade às práticas agressivas e opressoras, como se pode ver – “*Aí eu achava que aquilo devia ser assim mesmo. Se a gente não trabalhava de certo que tinha de aguentar calada*”. Pelos modos operantes de ideologia (THOMPSON, 1995), os

sujeitos podem ser constrangidos e estabelecerem relações de poder que dão legitimidade aos comportamentos dominantes, expressos pelo discurso dela – se “*não trabalha*”, “*tem que aguentar calada*”, de modo que “*até*” ela questionar esses comportamentos, os regimes de verdade (FOUCAULT, 2013), ela foi constrangida a acreditar, a aceitar e a reproduzi-los. Pela fala da Ipê Posse, observamos que até mesmo o aspecto de não trazer provimentos para dentro de casa acarreta atitudes de submissão. Nesse caso, a condição de se submeter às situações de violência moral e psicológica se expressa pela *interdiscursividade*. É possível perceber traços de *intertextualidade* no discurso dela, que se interconectam aos discursos hegemônicos a legitimar o homem em comportamentos arbitrários sobre a mulher, constituídos pela figura do macho (SAFFIOTI, 2015), por ele ser o provedor de recursos econômicos. Também é possível entrever, em seu discurso, o incômodo por não ter dinheiro, ou seja, a subsistência aqui está atrelada às situações de maus-tratos advindas do próprio pai, por condições primárias de sobrevivência.

Desse modo, a construção dos sentidos é constantemente permeada pelos aspectos sócio-históricos. Os limites das experiências por meio de atos performativos vão sendo reproduzidos, reiterados por práticas discursivas cotidianamente. A esse respeito, amparo-me também nos estudos de Bakhtin (2003), visto que, para ele, o interdiscurso, a história, a ideologia e o contexto participam ativamente na construção dos sentidos. Acrescentamos, ainda, Fairclough (2003, p. 42), para quem a *interdiscursividade* é um tipo de relação externa ao texto, entre dados presentes e outros ausentes, que demanda escolha. Assim, “o que é dito em um texto o é sempre em relação ao não-dito”. Com isso e pela tessitura discursiva da egressa, ressaltamos as marcas de insegurança, de medo, de pavor e de instabilidade em que essa família vivia. Esses efeitos de sentido são expressos no discurso dela pelos seguintes termos: “*choque*”, “*muito mal*” e “*torturava*”. Ela utiliza, ainda, um intensificador, advérbio que denota intensidade, para se referir ao comportamento agressivo do pai – “*muito mal*” –, de modo que ela abertamente emite *juízos valorativos* aos atos e às condutas do pai.

Em seguida, trazemos a voz de outra colaboradora, que também representa a voz de várias mulheres, em suas particularidades, atingidas pelos efeitos sistêmicos de opressão, crenças, valores e hábitos que normatizam os corpos femininos por diversas formas de violência. Além disso, ela também representa a multiplicidade de vozes femininas que resistem, lutam e reexistem por modos e estilos outros. Resistir é um processo diário, e agora, na posição de egressas, elas partilham os efeitos das experiências formativas no Programa Mulheres Mil.

#### 4.2.5 Práticas de contestação e (re)configuração da violência e da vida: “estou me descobrindo de novo”

O próximo relato também mostra o quanto, de fato, os valores culturais machistas e patriarcais estruturantes estão associados a graves recorrências de violência de gênero, violência doméstica e familiar que performatizam o corpo feminino, suas práticas e subjetividades. Sempre-Viva Urutaí descreve as agressões perpetradas pelo pai ao responder, durante a entrevista, às perguntas acerca de suas vivências de violência:

**Sempre-Viva Urutaí:** *Meu pai bebia muito, bebe ainda, ele é alcoólatra, sabe? E batia demais na gente, eu sou a mais nova de três irmãs. Ele chegava da rua e já ia espancando a gente. Colocava todo mundo em um quarto só e batia até ele cansar. Minha mãe ficava na frente pra nos proteger, mas não dava... [Choro]... Desculpe o choro... Ainda é muito difícil falar disso pra mim, sabe? Mesmo depois de tanto tempo... Eu tenho medo de sair na rua... Ainda não me sinto livre como as outras pessoas, sempre tenho medo de alguém me bater... Tenho traumas... Choro às vezes... Sabe, eu comecei o tratamento lá no curso, de lá para cá tenho me conhecido a cada dia, estou me descobrindo de novo. Eu estava esquecida lá no fundinho de mim e com medo, hoje sou outra mulher. É um processo de cura, sabe? (Informação verbal).*

Pelo relato de Sempre-Viva Urutaí, fica evidente a agressão física, moral e psicológica (BRASIL, 2006) cometida pelo pai sobre toda a família – “*eu sou a mais nova de três irmãs*”, “*colocava todo mundo em um quarto só e batia*”. Nessa linha, a violência funciona como interposição, desqualificação e ataque da subjetividade, de forma que impõe coerções aos corpos com o objetivo de atingir as inter/subjetividades de “*todo mundo*”, da casa, que, por sua vez, é constituída por quatro mulheres – “*três irmãs*” e a mãe –, marcando, assim, a violência de gênero pela dominação masculina (BOURDIEU, 2019).

No discurso de Sempre-Viva Urutaí a *violência é representada* pela relação com a bebida alcoólica, marcada em “*Meu pai bebia muito, bebe ainda, ele é alcoólatra, sabe?*”, em que o ator social, no caso, *o pai, é representado* como uma pessoa doente – “*alcoólatra*” – para atenuar a culpa dele, ou seja, ele não tinha controle, estava sob os efeitos de substâncias químicas, fora de consciência, “*não era ele*”. Nesse sentido, a representação dela sobre o ator social – o pai – se constrói na identificação de pessoa doente “*alcoólatra*”, por isso o agressor “*já ia espancando a gente*”. As *escolhas linguísticas* de Sempre-Viva constituem os sistemas de significados e as representações, as quais correspondem às suas situações reais de vida. Ela não exclui o ator social, ao contrário, nomeia-o e justifica as causas da situação de agressão provocadas por ele como forma de apagar/silenciar a culpa do agressor.

Desse modo, é importante lembrar que a ADC propõe dar visibilidade aos sentidos apagados/silenciados pelas representações hegemônicas via ação discursiva, de maneira que a bebida, nesse caso, é usada como “desculpa” para justificar as agressões; estas, na verdade, advêm, primeiro, de uma constituição histórica, sociocultural, de gênero social, capaz de desenvolver práticas racistas, sexistas e misóginas como o machismo e o patriarcalismo, interseccionado a vários outros elos de opressão. Assim, as representações se inter-relacionam aos discursos dominantes e hegemônicos, que, de certa maneira, autorizam e amenizam as *avaliações* acerca das agressões cometidas pelo pai com respaldo em práticas autoritárias e hierarquizantes. Ao serem colocadas em situação de subalternidade, as mulheres em situação de violência muitas vezes introjetam práticas arbitrárias em “normais”, como a justificativa da violência pela perda temporária das habilidades motoras, devido ao uso da bebida alcoólica, aliada ao papel de poder que a figura do pai tem na sociedade. Além disso, o afeto existente em virtude dos laços parentais de pai e filha é percebido pela preocupação da filha em entender como doença, pois ela o identifica como alcoólatra – “*ele é alcoólatra*”. Representar discursivamente o pai, nesse caso, significa dizer “essa é a identidade” dele – pai/alcoólatra-doente/agressor (SILVA, 2014, p. 94).

Com isso, os efeitos de sentido relativos aos entrelaçamentos de vozes e discursos, como ao acionar o *discurso de proteção* socialmente atribuído (crenças, valores, estilos) aos pais, nesse caso são apontados à mãe, e não ao pai, como convencionado. Essas representações e identificações podem ser recuperadas pelas *escolhas lexicais* revelando a *interdiscursividade* em dizer “*Minha mãe ficava na frente pra nos proteger, mas não dava*”. Pelo uso do termo “*na frente*”, que se relaciona ao processo “*proteger*”, tem-se o significado acional, em modos de ação da mãe para proteger as filhas do próprio pai. Ao recuperar, na memória discursiva, esses eventos, por meio da linguagem, ela expressa as representações sobre a mãe e sobre a realidade das práticas – “*mas não dava*”.

Para tanto, ela remete a esse passado com possibilidades de sentido e emite *avaliações* e *julgamentos* (FAIRCLOUGH, 2003) da inter(ação) feita pela mãe ao sacrificar-se por elas – “*ficava na frente*” – e enfrentar o pai, bem como da situação de agressão, das relações assimétricas ali estabelecidas para a concretização da violência – “*mas não dava*” –, ou seja, *avalia* que, mesmo diante do sacrifício, da proteção da mãe, a violência operava. Podemos relacionar as vivências de violências perpetradas em todas as camadas sociais, mas com maior incidência sobre as pessoas em condições de vulnerabilidade social, como as mulheres, em especial as negras, indígenas, quilombolas, refugiadas, entre várias diferenças. A partir das *avaliações discursivas e identitárias* da egressa, podemos inferir a intersecção das sensações e

emoções expressas em amor, gratidão pela proteção da mãe, *versus* o medo e os traumas pelas agressões cometidas pelo pai. Essas identificações evidenciam-se durante a entrevista, pois ela chora e pede “*desculpe o choro*” ao lembrar das cenas, desvelando que esses momentos ainda eram muito fortes e traumáticos. Pelo exame de suas histórias particulares, é possível inter-relacionar, em âmbito global, “o fardo reservado às mulheres como seres humanos socialmente inferiores aos homens [...] em virtude da organização social de gênero” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 79).

Ainda de acordo com a autora, qualquer que seja a forma exercida em agressão a violência emocional está presente, de modo que as posições sociais assumidas pela colaboradora são atravessadas por essas violências, seja enquanto identificações de mãe, mulher, filha e/ou os inúmeros modos de ser e estar no mundo. Também o ato de chorar é discursivo, porque evoca e (re)cria uma representação daquela realidade específica. Essa força discursiva é analisada por Foucault (2003), para quem o discurso é também espaço de lutas e resistências. Assim, quaisquer aspectos semióticos (interpretáveis) dos eventos comunicativos que sirvam diretamente de apoio à compreensão e à explicação dessas práticas são significativos para a análise. Desse modo, “as estruturas sonoras e visuais (escritas e impressas) são relevantes, bem como a expressão facial e gestos [...]” (VAN DIJK, 2012, p. 168). Com isso, merecem explicação os efeitos de sentido advindos do choro da participante Sempre-Viva Urutai.

Vale mencionar que essa representação de semiose complexa só foi possível pela natureza do instrumento utilizado, a entrevista, a qual, de acordo com Duarte (2014), possibilita ao/à pesquisador/a acessar outros sentidos que não apenas a fala. Isso em virtude do fato de a etnografia discursiva crítica ser uma prática engajada ao fortalecimento dos espaços de voz e permitir a possibilidade de acessar o “significado das experiências e o imaginário das participantes da pesquisa”, pois é possível “examinar aspectos do processo social [...] como discursos e as relações sociais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 30).

Assim, foi muito intenso o momento em que Sempre-Viva se desculpou pelo choro e mencionou “*ainda é muito forte falar disso para mim, sabe?*”, já que, pelas marcas *linguísticas, discursivas e identitárias*, ela materializa as dificuldades em (re)contar e (re)viver o momento – “*Desculpe o choro... Mesmo depois de tanto tempo...*”. Pelo uso *linguístico* do intensificador “*muito*”, alterando o sentido de “*forte*”, ela expressa, em graus elevados, a dificuldade em externar discursivamente, “*falar*” das representações e identificações (identidades) da violência – “*para mim*” – em sua vida. A partir dos dados gerados e das diversas formas de semioses apresentadas, desvela-se também as colonialidades de gênero, poder e ser (LUGONES, 2014;

MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2003) sobre ela, materializadas nas cicatrizes deixadas pelas agressões, que ainda tem significado na vida dela. A partir de práticas de escuta sensível e acolhimento, compreendemos o quão difícil e, ao mesmo tempo, significativa é a ação de (re)contar essa história, juntando a ela as reflexões, as autorreflexões, os desabafos, os risos, os choros e as palavras de força que compartilhamos durante a entrevista individual em sua casa.

Essa parte da análise carece de um adendo: eu, como pesquisadora, durante uma manhã inteira que estive na casa dela, nessa entrevista, me senti em um momento de intensa reflexão e autorreflexão, enquanto ela, como entrevistada, também fazia suas reflexões, autoimagens, (auto)reconhecimentos e desabafos acerca de si, dos envolvidos e sobre essa parte de sua vida, que influencia em todas as outras. Esse foi, sem dúvida, um dos momentos em que já se fazia cumprir a relevância da pesquisa, pelo fato de trazer uma discussão sobre uma específica prática social e discursiva, numa tentativa emancipatória de mudança de postura, de libertação do peso dessas memórias. (Re)contar a história de vida foi também um ato de reconfigurar todas aquelas imagens e sensações vivenciadas por Sempre-Viva Urutaí após novas experiências discursivas trazidas pelo curso.

Nesse sentido, pela tessitura discursiva expressa pelas egressas e pelas relações interdiscursivas estabelecidas entre elas, bem como pelas marcas identitárias, as formas de representações sociais e ideologias presentes em seus discursos, compreendemos como sentem e representam as práticas particulares de violências. Ademais, os atos sofridos por elas causam diversas implicações possíveis, haja vista que todas essas referências são constitutivas das representações sociais autoatribuídas a elas mesmas e a seus corpos. Recorremos, então, a Benveniste (2006), para dizer que a enunciação é um ato único, individual, de utilização da língua, ou seja, a cada tempo, a cada situação, as mesmas palavras são revestidas e impregnadas de novos sentidos. Ela (Sempre-Viva Urutaí) se expressa com as particularidades daquela que enuncia, principalmente quando diz: *“Eu tenho medo de sair na rua... Ainda não me sinto livre como as outras pessoas, sempre tenho medo de alguém me bater... Tenho traumas... Choro às vezes...”*.

A fala indica como as identidades dessa egressa são afetadas pela privação de liberdade que ela se autoimpõe. Essas significações e identificações se estendem pelas *escolhas lexicais*, que constituem um campo semântico de privação expresso nos termos *“medo”*, *“traumas”*, *“choro”* e, também, no *“medo de sair de casa”* em razão das violências sofridas. Essas marcas *linguístico-discursivas e identitárias* identificam-na enquanto *“ser mulher”*. A fala mostra como a memória discursiva traz duras recordações e *“feridas da alma”*, de forma que essa mulher

ainda não se sente totalmente liberta do suplício, marcado pela escolha do advérbio de modo “*ainda*”, que altera a maneira de sentir-se livre pela relação com o significado negativo – “*não me sinto livre*”. Por isso, ao falar de violências é necessário compreendê-las como a quebra de direitos humanos, ou seja, “entendendo-se por violência todo agenciamento capaz de violá-los” (SAFFIOTI, 2015, p. 80), independentemente das configurações.

A sensação de medo, convencionada socialmente como um sentimento natural, até certo ponto, para a sobrevivência humana, pode também assumir proporções incontroladas, a depender das circunstâncias e dos tipos de medo. Um dos tipos de medo é o “medo do outro, de suas ações e privações por ele ocasionadas e que ocorre, sobretudo, nas situações de desigualdade social, que, geralmente, caracteriza o discurso intolerante” (BARROS, 2015, p. 64). Essas práticas podem ser associadas às sensações de medo apresentadas por Sempre-Viva Urutaí, observando-se, ademais, como essa identidade é construída, a partir de que, para quais fins ela se exerce e de quem para quem.

Como isso, tem-se o medo do outro pelas ameaças que impactam o corpo, a identidade, os modos de ser e agir, enfim, a vida de quem sente-se privado de seus direitos de sentir-viver. A representação do medo acontece pela intolerância racial, religiosa, homofóbica, gordofóbica e tantas outras, pois a extensão desses discursos e a imposição hegemônica desses “regimes de verdade” são colocados como o único modo digno ou apropriado para que os/as atores/as sociais se sintam pertencentes. Esses sentidos são admitidos por Castells (2018) como identificações simbólicas que constroem as pessoas, mas sobre os quais sempre há possibilidades de mudanças, devido às tentativas de reestruturação das relações de poder pela dialética do discurso, pelas posições agentivas assumidas pelos/as atores/as sociais. Desse modo, o reconhecimento de si nunca está só no “eu”, mas nas relações com o outro e nas relações do eu com os regimes de verdade.

O discurso da egressa revela que as relações de poder do pai/agressor estão diretamente ligadas ao corpo, ao controle, à disciplina dos corpos, como diz Foucault (2013), porque ele, o poder, agiu como uma eficiente força reprodutora de enunciados desencadeadores de práticas e subjetividades ao materializar-se em práticas de violência visíveis e invisíveis. Pelas análises das representações discursivas e com base nos estudos desse autor, identificamos que o corpo foi o local supliciado pela violência física, pelas cicatrizes deixadas por ele (o pai), causando-lhe “*choro, traumas*” e “*medo de sair na rua*”. Ao associar essa realidade com o momento da pós-modernidade, discutido por Chouliaraki e Fairclough (1999), remetemo-nos à crise existencial característica desse momento histórico. Assim, é um momento marcado por avanços da comunicação e das tecnologias, mas, também, um tempo assinalado pela sensação de não

pertencimento a esses novos hábitos, de modo que os sujeitos se sentem em uma crise existencial. Ou seja, essas novas formas de viver provocam, ao mesmo tempo, a invisibilidade dos sujeitos, em especial das pessoas em condições de vulnerabilidade, como as vítimas de violência doméstica, as colaboradoras. Foucault (2013) assinala que a dominação impõe obrigações e direitos, fazendo com que surjam marcas nas coisas e nos corpos, “*medo de alguém me bater*”. Marcas físicas e psicológicas identificadas pelas relações de poder expressas no discurso de Sempre-Viva Urutaí e das demais mulheres que relataram suas histórias.

Foucault (2003, p. 164) denomina esse tipo de poder como o poder disciplinar, que tem como objetivo “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos” e, a partir daí, fabricar indivíduos obedientes e dóceis. E a necropolítica reforça a divisão e o massacre as pessoas colocadas à margem (Mbembe, 2016). A disciplina do corpo e as violências sofridas por Sempre-Viva Urutaí podem ser interpretadas como um tipo de poder, que torna os indivíduos meros objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do seu próprio exercício. É um poder invisível, como ela mesma mencionou, em que se pode vigiar sem ser visto, mas, mesmo assim, expressa formas de controle na vida e no corpo dessas pessoas. Sempre-Viva Urutaí, com medo das agressões físicas, se vigia o tempo todo – “*Ainda não me sinto livre como as outras pessoas, sempre tenho medo de alguém me bater*”. Foucault (2003, p. 22) afirma que “o corpo é a superfície de inscrições dos acontecimentos”, como visto no corpo da egressa, revelando uma postura de retração, “*com medo*” do suplício, a qualquer momento, até mesmo “*na rua*”. Segundo o autor, não é necessário usar arma nem violência física para estabelecer-se o poder disciplinar: basta apenas o olhar, que se faça constante e ininterrupto, que ela internalize como violento. Desse mesmo modo, Sempre-Viva Urutaí expressa, em seu discurso, que, mesmo longe das agressões físicas e das armas que o pai usava contra elas, restam-lhes os “*traumas, o choro*”, opressões objetivadas causando-lhes a sensação de medo e aprisionamento, mesmo estando ao ar livre.

Em seguida, apresentamos o Quadro 10 resumindo alguns trechos analisados de Sempre-Viva em significados representacionais sobre suas vivências de violências, a representação dela sobre os atores sociais envolvidos nos eventos de violência, a saber, o pai e a mãe, bem como suas identificações de si e da violência.

#### **Quadro 10** – Sempre-Viva e a relação com a violência

<b>Representação do ator social: pai</b>		
Ator social:	Excerto (ênfase no processo)	Intensificadores (seleção lexical e avaliação)

<i>Meu, Pai, Ele, Alcoólatra.</i>	<i>Meu pai <b>bebia</b> muito, <b>bebe</b> ainda, ele é alcoólatra, sabe? E <b>batia</b> demais na gente, eu sou a mais nova de três irmãs. Ele <b>chegava</b> da rua e já ia <b>espancando</b> a gente. <b>Colocava</b> todo mundo em um quarto só e <b>batia</b> até ele <b>cansar</b>.</i>  Significado identificacional: “ <i>Ele é alcoólatra</i> ”	<i>Bebia <b>muito</b>; Bebe <b>ainda</b>; Batia <b>demais</b>; Batia <b>até</b> cansar; Colocava <b>todo mundo</b>; <b>Muito</b> difícil falar; Depois de <b>tanto</b> tempo.</i>
<b>Representação da atora social: mãe</b>		
Ator social:	Excerto (ênfase no processo)	seleção lexical/ avaliação
<i>Minha, Mãe.</i>	<i>Minha mãe <b>ficava</b> na frente pra nos <b>proteger</b>, mas não <b>dava</b>...</i>	<i>Ficava na frente; Nos <b>proteger</b>; Mas não <b>dava</b>.</i>
<b>Representação e identificações de si e sobre as vivências de violência:</b>		
Ator social:	Excerto (ênfase no processo)	Intensificadores; seleção lexical; semioses
<i>Eu, Mim, Me, (2x) Outras pessoas, Alguém.</i>	<i>[Choro...] Desculpe o <b>choro</b>... Ainda é muito difícil <b>falar</b> disso pra mim, sabe? Mesmo depois de tanto tempo... Eu <b>tenho</b> medo de <b>sair</b> na rua... Ainda não me <b>sinto</b> livre como as outras pessoas, sempre <b>tenho</b> medo de alguém me <b>bater</b>... <b>Tenho</b> traumas... <b>Choro</b> às vezes...</i>	<i>[Choro]... Desculpe o <b>choro</b>...; Muito difícil falar disso [práticas de violências]; <b>Tenho</b> medo de <b>sair</b> na rua; Não me sinto livre; Medo de alguém me <b>bater</b>; <b>Choro</b> às vezes; <b>Tenho</b> traumas;</i>

Fonte: elaboração própria.

Essas marcas de violência trazidas no discurso dela também podem ser vistas nas dificuldades em contar a sua história. No entanto, durante a entrevista, a egressa revelou que a ação de falar e refletir sobre os atos sofridos a ajudam a superar cada vez mais essa violência. Essa afirmação também confere legitimidade aos objetivos desta pesquisa, que se apresenta com o desejo de contribuir para a mudança nas práticas sociais. A esse respeito, Louro (2014) menciona ser importante refletir sobre os comportamentos delimitados, historicamente, como adequados ao não, ao se tratar de gênero e constituição identitária, que, nesses casos, são perpassados pelas vivências de diversas formas de violência.

Desse modo, os discursos hegemônicos acerca das funções estabelecidas para homens e mulheres podem ser repensados, refletidos, ressignificados com novas posturas contra-hegemônicas. Nas palavras dessa autora (2014, p. 14), “esses sentidos podem ser ressignificados pela cultura que também os significou, e não mais causar tantas feridas na vida das pessoas por estabelecer padrões e papéis sociais a serem seguidos arbitrariamente”. Ou, ainda, de acordo com Butler (2018, p. 69), ao discorrer acerca do termo mulher, trata-se de um termo em processo, “uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações constantes”, pois, de acordo com Fairclough (2003), os/as atores/as sociais são constrangidos pela estrutura, mas também são ativos e agentes de transformação.

A esse respeito, no final do recorte discursivo há diferentes *identificações* que apontam mudanças engendradas pelo curso na vida de Sempre-Viva Urutaí acerca das situações de violência expressas em “*sabe, eu comecei o tratamento lá no curso, de lá para cá eu tenho me reconhecido a cada dia*”. A contestação, já prevista desde o título desta subseção, aparece com mais vigor quando a colaboradora *avalia e representa* o Programa como um espaço de “*cura*” – “*comecei o tratamento lá*” –, *pressupondo* a busca de “*cura*” para alguma doença, nesse caso, para os “*traumas*” das violências. Ao emitir essas *avaliações*, ela também *identifica a violência como doença*. Esses sentidos são expressos pelas *escolhas linguísticas* do campo semântico específico, pela ordem de discurso referentes à medicina, tais como “*cura e tratamento*”, mostrando, agora, uma posição crítica sobre suas mudanças, os significados identificacionais e acionais da ordem do mover (ação), criar outros estilos (modos) – “*eu tenho me conhecido a cada dia*”. Fica, assim, *pressuposto* que ela não se (re)conhecia, era estranha para si mesma.

Pelo uso dos pronomes pessoais “*eu*”, “*me*”, bem como “*estou me descobrindo de novo*”, ela revela postura de agência diante de sua vida, corpo e historicidade – “*eu sou*”, “*estou*”, “*comecei*”. Sempre-Viva Urutaí reconhece que esse tratamento é longo e gradativo pelas expressões “*é um processo de cura*”, “*de lá para cá*” e “*a cada dia*”. Ela foi conduzida a esquecer-se de si mesma, uma vez que está se redescobrando ao usar “*de novo*”, expressando uma retomada, um recomeço, ressignificando a inter(ação) e os estilos (identidades, crenças e valores), *desvelando novos significados acionais e identificacionais de “ser mulher”*, materializados gramaticalmente em “*hoje sou outra mulher*”, “*eu estava esquecida lá no fundinho de mim*”. Para Lugones (2014), descolonizar as práticas dominantes de gênero social é uma tentativa de revelar, de trazer dos bastidores ao palco suas próprias histórias, desvelando práticas silenciadas e apagadas pelas posturas genocidas.

Os discursos de transformação pessoal articulados por Sempre-Viva Urutaí para representar e identificar suas experiências no Programa aparecem, portanto, como processo de reflexão e autorreflexão expressos em “*eu estava esquecida lá no fundinho de mim*”, “*com medo*”, denotando pequenez, desvalorização e apagamento/anulação de si. Isso também acontece no uso do verbo no pretérito imperfeito – “*estava*” –, assim como no processo mental “*esquecida*”, destacando processos de mudança ao opor dois tempos (passado *versus* presente) – “*eu estava*” *versus* “*hoje eu sou*” – e duas mulheres – “*passiva versus ativa*”. Há, então, processos de confrontação e ruptura com o passado, marcados por “*medos*”, “*traumas*”, violências, esquecimentos e anulação – “*esquecida lá no fundinho de mim*” *versus* “*hoje sou outra mulher*”, “*em processo de cura mesmo*” –, revelando potencial responsivo com posições agentivas de (auto)críticas, de autorreconhecimento e empoderamento (BERTH, 2019) diante

de si mesma, do outro e do mundo, em processos de reexistência (MUNIZ, 2021; WALSH, 2013), sinalizando uma reelaboração biográfica, como é possível observar no Quadro 11, resumindo alguns trechos já analisados:

**Quadro 11** – Novas identificações e marcas de (micro)resistências – Sempre-Viva Urutaí

Representações e identificações de si pelas experiências do Programa		
Atora social:	Excerto (ênfase no processo)	Seleção lexical/avaliação
<i>Eu; (2x)</i> <i>Me; (2x)</i> <i>Estou;</i> <i>Me;</i> <i>Mim;</i> <i>Sou.</i>	<i>Sabe, eu <b>comecei</b> o tratamento lá no curso, de lá para cá <b>tenho me conhecido</b> a cada dia, <b>estou me descobrindo</b> de novo. Eu <b>estava esquecida</b> lá no fundinho de mim e com medo, hoje <b>sou</b> outra mulher. <b>É</b> um processo de cura, sabe?</i> <b>Identificações de si:</b> “eu estava esquecida” versus “hoje sou outra mulher”.	<i>Eu <b>comecei</b> o tratamento lá no curso;</i> <i>Descobrimo de novo;</i> <i>Estava esquecida;</i> <i>Lá no fundinho;</i> <i>É um processo de cura;</i> <i>Hoje sou outra mulher.</i>

Fonte: elaboração própria.

É necessário dizer que, mesmo com tantos avanços no que se refere ao reconhecimento das diversas identidades de gênero social, ainda é possível ver a desigualdade sendo traduzida em cenas de violência doméstica e familiar, como visto nos relatos. As falas das egressas nos permitem confirmar como os *discursos autoritários*, em certa proporção, permanecem enraizados na sociedade e estão alicerçados em concepções de origem heteropatriarcalista preconceituosa e heteronormativa, estabelecendo estereótipos da mulher como um ser negativo e dependente dos homens. Esses dizeres hegemônicos se firmam em práticas discursivas que se mantêm contra a moral, a ética e a integridade física, social e psicológica das egressas, como revelado nas atitudes de violência sofridas por elas.

Esse aspecto também pode ser confirmado pelo alto índice de violência denunciado nas entrevistas, porque, como citado no início desse tópico, cinco dos seis *Campi* apresentaram casos de violência doméstica e familiar, o que é uma quantidade muito representativa. No que se refere aos eventos no interior de cada *Campus*, os casos de violência são acontecimentos recorrentes, como mostram as estatísticas: Urutaí (80%), Posse (60%), Rio Verde (50%), Hidrolândia (30%) e Iporá (10%). A exceção foi o *Campus* Ceres, que não relatou nenhum fato de violência doméstica e familiar nos discursos das entrevistadas. Vale recordar que em cada *Campus* foram entrevistadas dez egressas.

Ao estender a busca dessa realidade ao âmbito nacional, encontramos os dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), que fazem um levantamento, de 2008 a 2018, com um alerta importante em relação à denúncia e à efetividade nas ações contra a violência. Encontramos, no referido Atlas, que mulheres mortas por feminicídio, “na maioria das vezes

podem ter sido vítimas de outras formas de violência de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ter sido evitadas [...]” (FBPS, 2020, p. 46-47). Segundo as orientações do documento, faltam ações concretas que possibilitem às mulheres saírem desse ciclo de violência e conseguirem uma nova vida longe de ameaças e acometimentos. Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil, expostas pelo documento, é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Segundo o Atlas (2020), apenas em 2018, os/as negros/as (soma de pretos/as e pardos/as, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8%. Comparativamente, entre os/as não negros/as (soma de brancos/as, amarelos/as e indígenas) a taxa foi de 13,9%, mostrando que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7% negros/as foram mortos/as. Da mesma forma, especificamente, “as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2%, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras” (ATLAS, 2020, p. 47).

Além disso, essas pesquisas mostram ser fundamental a manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher, previstos na *Lei Maria da Penha* (Lei nº 11.340/2006). Essas ações também viabilizam o atendimento e as alternativas de vida para as mulheres vítimas de violência. Em relação à análise do contexto global, é possível considerar que o aumento elevado nos números de vítimas ou a diminuição em algum critério de um ano para o outro não retrata a realidade concreta, porque os registros trazem apenas os casos em que houve ocorrências oficiais. Em virtude dos relatos das colaboradoras, podemos inferir que as bases de dados não têm notificação de inúmeras mulheres que sofreram várias violências nesse mesmo período, e não o denunciaram, como é o caso de muitas aqui entrevistadas. Isso porque, como visto em suas falas, esse assunto ainda é um tabu engendrado pelas ideologias dominantes, de medo da violência e da morte, que impedem, maiormente, a efetivação das denúncias.

Pelos discursos das egressas observamos uma recorrência no que tange à presença de atos de violência, discriminação e preconceito na vida delas. Em relação às formas de violência doméstica e familiar, foram relatadas todas as maneiras expressas na *Lei Maria da Penha*: violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. A tessitura discursiva das egressas mostra que a pessoa que sofre violência física ou sexual está também sofrendo quase todos os outros modos de violência, pois, ao ser violentada e abusada sexualmente, está implícito o constrangimento moral perante si, diante do próprio violentador (o outro) e ante familiares, amigos, enfim, diante da sociedade como um todo (alteridade).

Em vista das análises discursivas até aqui apresentadas, percebemos que muitas egressas demonstram ter sequelas, demonstradas no medo, no pânico e nos traumas, que se configuram em violência psicológica sofrida por elas. Como pôde ser visto, essa violência é uma das formas mais silenciosas de violentar uma mulher, porque as agressões podem ser feitas privada e veladamente, ou seja, são menos perceptíveis aos olhos da família, da sociedade e até mesmo da própria vítima. Também com bases nos dados, é importante dizer que, em vários casos, levantou-se um contrapoder, em processos de (auto)crítica, (auto)conscientização sobre ações – reações e constituições de gêneros, práticas de violência e as interseccionalidades. Com isso, revelam-se chamadas de resistência que não se apagam, desenvolvendo novas práticas de contestação em potencial elevado de agência das colaboradoras. Essas chamadas estão cada vez mais acessas e trazem perspectivas diferenciadas que garantem luta e resistência contra toda forma de ataques à vida humana.

O reconhecimento das diversas formas de fortalecer as identidades ainda é um processo em construção, que se baseia no enfrentamento ideológico e identitário, tanto nos espaços públicos quanto privados. São relações sociais perpassadas por relações de poder e de resistência ocupando esses lugares. No que se refere às formas de combate, e às estratégias contra a violência doméstica e familiar, as considerações tecidas pelas egressas revelam que o **Programa Mulheres Mil** se caracteriza como uma política pública atenta ao debate sobre preconceito de gênero, questionando os discursos hegemônicos de gênero social, raça, classe e violência, bem como pelo acesso às leis, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a *Lei Maria da Penha*, tão mencionada nos excertos. Para tanto, a partir dos dados gerados, ponderamos que as ações do **Programa Mulheres Mil** operam no incentivo ao protagonismo das participantes e buscam desenvolver a reflexão e a autocrítica das atendidas. Sem embargo, em uma análise mais específica dos casos relatados sobre violência psicológica, é necessário adequação ao tempo individual de ressignificação e cura. Ou seja, para ampliar a efetivação dos resultados seria indispensável um período maior para a execução das ações ou mesmo para a continuidade de acompanhamento dessas egressas.

Pensando nos objetivos desta pesquisa, de natureza crítico-social, que busca compreender as implicações sociais do **Programa Mulheres Mil** na vida das egressas, entendemos que são necessários mais questionamentos para ampliar e validar os resultados. Sistematizamos, a esse respeito, os dados advindos do seguinte questionamento: o **Programa Mulheres Mil** contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a violência doméstica e os mecanismos de como combatê-la?

Em relação às contribuições do Programa na ampliação dos conhecimentos sobre a violência doméstica e os mecanismos de como combatê-la, 81,7% das entrevistadas escolheram a primeira opção nos questionários, a saber: o Programa contribuiu muito a respeito da violência doméstica e familiar e com os mecanismos de como combatê-la. Em sequência, 11,7% das mulheres responderam que o Programa contribuiu pouco nesse sentido e os outros 6,7% disseram que o Programa não contribuiu em nada para elas nessa perspectiva. A esse respeito, podemos ressaltar pelo menos duas possibilidades: ou as mulheres já conheciam, por isso não tiveram contribuições; ou esses novos saberes, de fato, não significaram muito na vida delas.

De acordo com Fairclough (2003), um evento social é a atualização de possibilidades estruturais, uma vez que se constituem como acontecimentos particulares, situados social e historicamente, que envolvem sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos. Assim, mesmo que as alunas estejam no mesmo ambiente de formação (em um mesmo evento social), as experiências particulares compõem ordens de discursos diferentes, pois são constituições identitárias e ideológicas diversas, motivando o que faz ou não sentido, o que pode ou não ser dito por esses atores sociais.

Isso de fato pode ser considerado como conquista, já que causam alterações na vida delas e dos/as envolvidos/as, considerando-se que os movimentos não se limitam a esse ciclo de pessoas e todos/as influenciam e são influenciados/as em todas as nossas práticas interpessoais; é a partir dessas ações que as estruturas se mobilizam. Um exemplo disso são os meios tecnológicos criados para receber denúncias e dar orientações às mulheres em âmbito nacional, como a Central de Atendimento à Mulher – no Disque 180.

Essa central se propõe a oferecer orientações às mulheres em situação de risco e violência doméstica e familiar, no sentido de guiar para onde e como ir em busca de ajuda. No entanto, existem mulheres que ainda não fazem uso desse recurso, por não conhecerem ou por não terem tempo de recorrer a ele antes das agressões; também por medo, insegurança e/ou mesmo por não terem acesso ao telefone, como as pessoas que moram em regiões isoladas e sem recursos. Aliado a esse instrumento de combate à violência doméstica e familiar está um dos recursos jurídicos mais debatidos no que tange à violência contra as mulheres – a já mencionada *Lei Maria da Penha*, de nº 11.340/2006. Essa Lei cria mecanismos para coibir, fazer cessar e punir os agressores, bem como serve de referência para a criação de políticas públicas voltadas à eliminação de todas as formas de discriminação e maus-tratos, principalmente em relação à violência doméstica e familiar, como detalhado no Capítulo 2.

Na busca de compreender, portanto, se foram desenvolvidos, no curso, outros processos de emancipação, refutação e movimentos reflexivos críticos em relação aos direitos da mulher

e debates sobre as leis, nas próximas sessões e subseções, analisamos as falas das egressas sobre os efeitos do Programa, priorizando os *eixos das leis e direitos da mulher, renda e trabalho, bem como os cuidados de si*, os quais estão embricados nas questões de gênero social, raça, classe e violências discutidos anteriormente.

#### **4.3 Com a voz as egressas do Programa Mulheres Mil: processos de contestação movidos pelas leis e direitos – “para eu saber mais sobre os meus direitos”**

A partir desta parte, o trabalho apresenta, com mais ênfase, os processos de transformação engendrados pelo **Programa Mulheres Mil**. Para tanto, buscamos, a partir dos dados gerados pelos questionários em respostas abertas e fechadas, triangulá-los com as entrevistas para responder à terceira pergunta de pesquisa: como as egressas sinalizam discursivamente as contribuições e as vivências do **Programa Mulheres Mil** para a redução da desigualdade de gênero pelo acesso às leis e direitos a (re)inserção das egressas no mundo do trabalho, como indicam os eixos norteadores do Programa?

Dessa forma, nesta terceira parte do capítulo tratamos das questões relacionadas aos efeitos do acesso aos direitos da mulher e as leis discutidas nos cursos, com maior foco no terceiro objetivo específico, a saber: verificar de que modo o acesso às leis e aos direitos da mulher, discutidos nos cursos, influenciaram nas práticas de combate à violência sofrida pelas mulheres.

Trilhamos esse caminho porque, de acordo com o *Guia Metodológico*, que é um dos documentos de embasamento central do **Programa Mulheres Mil**, um dos eixos temáticos do Programa é trabalhar com as temáticas cidadania e direitos da mulher. Assim, com vistas a verificar os impactos dessas temáticas na vida das mulheres após o curso, elaboramos algumas perguntas nessa direção. Com isso, analisamos, neste ponto da tese, as representações discursivas das egressas sobre os direitos da mulher e as leis, observando os efeitos causais em significados acionais, de certo modo dialeticamente ligados aos significados identificacionais dessas abordagens para a vida das egressas. Nesse sentido, trabalhar cidadania e direitos da mulher também é uma forma de direcionar a atenção para as relações de desigualdade de gênero e, conseqüentemente, para suas interseccionalidades, como a violência doméstica e familiar, constantemente reiterada no discurso das egressas.

*4.3.1 Processos reflexivos de contestação, internalização e empoderamento: “Cheguei em casa e contei que agora eu estou por dentro... não passo mais nunca”*

Para que as atoras sociais, neste caso, as mulheres egressas do curso **Programa Mulheres Mil**, se sintam instrumentalizadas e lutem pelos seus direitos, é necessário, primeiro, saber quais são esses direitos. Nesse sentido, para que as colaboradoras pelejem pela equidade de gênero e busquem reparação às perdas históricas, ou pelo menos exijam seus direitos a partir de agora, é preciso conhecer quais leis garantem essa busca. Em relação à desigualdade de gênero e suas interseccionalidades, desde o início do trabalho apresentamos casos trazidos pelas colaboradoras que também mostram posicionamentos e práticas de contestação, deslegitimação e processos reflexivos, transgressivos, acerca das imposições sociais.

Assim sendo, a partir dos questionários com perguntas abertas e fechadas pudemos obter as respostas das colaboradoras sobre as formas de acesso às leis e direitos da mulher, os modos de inter(ação), suas representações e identificações após as leis, bem como pudemos triangular esses dados com os dados gerados pelas entrevistas. Com isso, questionamos as egressas sobre se o **Programa Mulheres Mil** contribuiu para ampliar os conhecimentos delas sobre os direitos da mulher. As respostas mostram que os cursos ofertados em 2017 pelo IF Goiano atenderam a essa proposta, pois, de acordo com os dados, 100% das entrevistadas em Ceres, Posse e Urutaí responderam que o Programa contribuiu sim, porque consideravam que os direitos da mulher não eram muito discutidos normalmente, e o Programa proporcionou essa oportunidade. Essa foi a opção escolhida por todas as mulheres desses três *Campi* (Ceres, Posse e Urutaí). Essa mesma opção foi explicitada por 90% das mulheres entrevistadas em Iporá, Rio Verde e Hidrolândia. No geral, 95% de todas as colaboradoras (de 60 mulheres) responderam de maneira favorável a essa opção, como pode ser visto no gráfico abaixo:

**Figura 7** – Representações sobre os direitos das mulheres



Trazemos, em seguida, as falas das egressas (Sempre-Viva Urutaí e Esponjinha Ceres), geradas nas entrevistas a respeito das contribuições do Programa, isto é, as representações delas acerca dos direitos. Os dois trechos foram apresentados anteriormente nos excertos analisados em “O PMM e a redução da desigualdade de gênero: o cruzamento de diferentes vozes e discursos” e em “Com a voz: as egressas do Programa Mulheres Mil”. Ao triangular os dados, as informações das entrevistas se confirmam com as respostas dos questionários, como pode ser visto em:

“Eu aprendi muito mesmo com os direitos” (Sempre- Viva Urutaí).

“Eu aprendi no curso, somos gente, temos nossos direitos” (Esponjinha Ceres).

As colaboradoras se identificam como atorras sociais ativas, se envolvem em práticas que contestam as condicionantes sociais, gerando novos significados, o que pode ser evidenciado ao assumirem a voz no discurso pelo uso do pronome pessoal em primeira pessoa do singular – “eu” –, assim como pelos termos “somos”, “a gente”, “nossos” e “temos”, marcando o engajamento e a agência delas no discurso em processos de empoderamento individual e de coletividade (BERTH, 2019; SARDENBERG, 2006), como as questões de “nossos direitos”. Isso também ocorre em relação ao comprometimento das/nas (inter)ações e nos julgamentos positivos expressos de modo direto, atribuindo atitudes de *avaliações positivas* para exprimir a *qualidade* sobre o acesso aos direitos e revelando seus *significados identificacionais*, seus valores e crenças (FAIRCLOUGH, 2003) sobre o curso. Esses significados estão assinalados *semântica e discursivamente* em “aprendi muito no curso”, e sobre si, em termos de autoconfiança, expressos em “eu aprendi”, e sobre o mundo, da coletividade, pelos *usos linguísticos* em “temos nossos direitos”. A esse respeito, trazemos as

palavras de Sousa Santos (2007, p. 22), de modo a refletir para além das segregações e dos *pensamentos abissais*, ver o outro lado, como exigem agora, as egressas, em posicionamentos mais críticos, pois reivindicam que “os direitos dos cidadãos não estarão seguros enquanto os não-cidadão sofrerem um tratamento sub-humano”. Por meio da *escolha linguística* do processo mental “*aprendi*”, relacionado à cognição, às significações referentes aos conhecimentos, modificados pelo uso do intensificador “*muito*”, fica evidente que o curso proporcionou acesso a “*muitos*” saberes referentes aos direitos da mulher, sobre os quais a maioria das colaboradoras ainda não tinha conhecimento.

Dessa forma, as ações e perspectivas engajadas convocam a compreensão de que as atuações emancipatórias são possíveis e resultam de procedimentos, pelos quais há desprendimentos de velhos hábitos e o re-conhecimento de outras histórias, outras maneiras de pensar, existir, sentir-viver, distantes da lógica colonial, racional e capitalista (GROSFUGUEL, 2016). É possível pensar em práticas de troca e debates que sigam humanizando a existência no sentido de reconhecer/respeitar o outro, a dignidade dos diversos modos de ser, independentemente do gênero, da raça, da sexualidade e da cor, pois são pessoas que sofreram/sofrem processos de desumanização, violências, como as mulheres em suas diversidades.

Os 5% das colaboradoras que escolheram a segunda opção, justificando que o Programa não contribuiu, porque elas já conheciam o que foi abordado a esse respeito, confirmam a formação de uma identidade social autocrítica e marcam posturas de alteridade e avanços em relação às outras mulheres, ao que se refere a esses saberes, porque as que compuseram o grupo majoritário (95%) ainda não conheciam as leis estudadas no curso. De acordo com Castells (2018), as identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os/as próprios/as autores/as, por eles/as originadas e construídas por meio da individualização. Isso mostra a diversidade de saberes e do acesso aos meios de informação/comunicação dentro do grupo das sessenta mulheres, ou seja, comprova que não há homogeneidade de saberes e de pessoas (DINIZ, 2010; SOUSA SANTOS, 2010), mesmo dentro do intragênero social feminino. São experiências individuais e coletivas diferentes, mas a maior parte compunha o grupo das mulheres que não conheciam seus direitos ou, pelo menos, não tinham debatido sobre eles, confirmando a validade das ações formativas do Programa.

Nos excertos apresentados nas últimas sessões desta pesquisa aparecem menções positivas em relação à abordagem dos direitos da mulher. Assim, os discursos exibidos agora somam-se aos muitos outros que já destacaram essas atividades. O discurso de Graviola Posse

e Paineira Rio Verde *avaliam* também *positivamente* as contribuições do Programa, no que se refere aos direitos da mulher, a saber:

**Graviola Posse:** *O curso de Mulheres Mil contribui muito para eu saber mais sobre os meus direitos, a gente teve várias conversas sobre Lei Maria da Penha, eu agora sei muita coisa que eu não sabia... Eu sabia que existia essa lei, né? De ver na televisão, mas nunca tinha escutado o que é de verdade e como a gente pode ir atrás, sabe? Tivemos acesso à Lei mesmo. Nos reunimos em grupo e lemos, teve palestras... Eu também passei para todas as minhas amigas, minhas cunhadas [risadas]. Eu não aceito mais. Apanhei do outro marido, desse eu não aceito não... [risadas] Eu já avisei [risadas]. Cheguei em casa e contei que agora eu estou por dentro [risadas]. Depois que eu aprendi no IF eu não passo mais nunca o que eu já passei. Não aceito mesmo [risadas]. (Informação verbal).*

**Paineira Rio Verde:** *As pessoas não falam muito pra gente sobre leis, sabe? E no curso a gente escutava as palestras, as professoras conversavam com a gente, esclarecia alguma dúvida, era mais fácil de saber. A gente estudava juntas, ninguém era maior que ninguém lá, a gente aprendia junto, como se fosse uma família só de mulher, sabe? Agora eu sou bem mais entendida das leis da mulher. Eu sei que eu tenho os meus direitos não é como os outros pensa, mas é difícil a gente fazer valer, sabe? A Lei Maria da Penha agora o povo respeita, mas, antes, os homens batia até na polícia se deixasse [risadas]. Eu chegava em casa e falava sempre com a minha irmã, ela também fazia o curso, né? A gente conversa depois sobre as coisas de lá... Têm muitas amigas nossa que precisavam saber também, mas elas não faziam, aí nós falava tudo pra elas, sabe? Ajudava elas a mudar de jeito, né?... denunciar, pedir ajuda, né? (Informação verbal).*

Pela fala das egressas – “o curso de Mulheres Mil contribui muito para eu saber mais sobre os meus direitos [...] sobre Lei Maria da Penha” – fica evidente a *avaliação positiva* dos momentos de formação. A *apreciação* emitida pelas colaboradoras avalia que as atividades propostas rompem com padrões tradicionais de ensino ao proporem metodologias ativas, as quais elas ressaltam que “*contribuiu muito*” para o acesso aos novos saberes.

As contribuições da ordem do *saber* pressupõem *relações de poder e resistência* (FOUCAULT, 2013). Desse modo, as “*palestras*”, os “*debates*” e as “*conversas*” foram importantes para esclarecer pontos, ainda obscuros para elas, acerca da *Lei Maria da Penha*, momentos que significam simbolicamente espaços e tempos de igualdade entre as envolvidas, com possibilidades de trocas igualitárias.

Esses sentidos podem ser revelados pela *seleção lexical* expressa em “*a gente estudava juntas, ninguém era maior que ninguém lá, a gente aprendia junto*”, ao passo que ouvir, refletir e opinar sobre determinado assunto de modo coletivo, “*junto*”, é uma maneira de valorar sem assimetrias, reconhecer os saberes diversos, respeitar e oportunizar que as diversas vozes tenham seus lugares de fala (RIBEIRO, 2019) garantidos. Com isso, o curso assume práticas sociopedagógicas emancipatórias e libertadoras (FREIRE, 2012), que possibilitam o envolvimento ativo individual e coletivo, no crescimento pessoal e intelectual, crítico e agentivo

das mulheres; é a educação sendo pensada e exercitada como prática de liberdade e para o bem-viver (FREIRE, 2012; HOOKS, 2017). “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. [...] é ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos e crie condições necessárias para que o aprendizado possa começar do mais profundo e mais íntimo” (HOOKS, 2017, p. 25).

Pelas *escolhas linguísticas* “*estudava juntas*” e “*aprendia junto*” estão engendradas as características de uma comunidade de aprendizagem, em que as pessoas são respeitadas em seus próprios espaços e tempos de internalização, reflexão e tomada de consciência, em movimentos coletivos e individuais que indicam reflexão e ação para o bem-estar. Ativa-se, assim, a vontade de responder ao ser único de cada uma delas com demandas gerais, bem como específicas, dos cuidados de si, sem privilegiar vozes, sem invisibilizar nenhuma delas, expressos *semântica e discursivamente* em “*a gente aprendia junto*”, sentiram-se acolhidas e integradas, porque todas faziam parte dos processos de aprendizagem umas das outras, “*estudava*” e “*aprendia*” “*juntas*”. Ademais, a *escolha* “*ninguém era maior que ninguém lá*” mostra o caráter de respeito e igualdade (SOUSA SANTOS, 2010) entre as envolvidas, pois a marcação negativa pelo pronome indefinido “*ninguém*”, associado a “*era maior que ninguém*”, implica a marcação de igualdade entre os polos, em que cada mulher é partícipe, agente e produtora do seu próprio modo, do seu tempo de processar e produzir outras redes de saberes.

Segundo Graviola Posse, as atividades eram realizadas em grupos de leitura e de discussão acerca da Lei – “*nos reunimos em grupo e lemos*”, “*várias conversas sobre Lei*”. A esse respeito, bell hooks (2017, p. 114) assevera que “o ato de ouvir coletivamente uns aos outros afirma o valor e a unicidade de cada voz [...]”. O espaço de voz e a escuta atenta igualitária, foram mencionadas pelas coparticipantes, são fruto de uma formação que prima por contestar os fazeres tradicionais e a cultura dominante. Nesse cenário, através das novas experiências e reflexões compartilhadas entre as colaboradoras, bem como das leis e dos direitos discutidos durante os cursos, as egressas desenvolveram mais compreensão coletiva acerca da situação dos/as “*excluídos/excluídas*”. Ainda de acordo com a autora (2017, p. 114), ouvir coletivamente “ressalta a experiência sem privilegiar as vozes [...] ajuda a criar uma consciência comunitária da diversidade das nossas experiências”. Esse é um dado bastante significativo e de *valorização* para a constituição das *novas práticas discursivas e identitárias*, visto que os temas são abordados a partir de atividades dialógicas. De acordo com Castells (2018) ao dissertar sobre *os estudos de identidades*, os aparatos sociais são internalizados pelos atores a partir de suas tendências e predileções, ou seja, a partir das redes de práticas sociais. Para tanto, os atores sociais promovem identidades na concordância ou mesmo no combate, no

embate, tendo por base as experiências coletivas, mas, também, as vivências pessoais e a agência ao produzirem as identidades sobre si, sobre os outros e sobre o mundo (FAIRCLOUGH, 2003).

Nessa linha de pensamento, endossamos as palavras de Coroa (2005, p. 144), segundo a qual a discussão sobre a construção de identidades está revestida de “um duplo valor”: ao mesmo momento em que “as identidades são construídas (como quaisquer outras) em espaços ideológicos e sociais afetados pela plurissignificação dos discursos, elas também são tomadas como objeto de um fazer pedagógico – sendo, portanto, identidades construídas a partir de escolhas até certo ponto conscientes”. Com foco no discurso das egressas, podemos ver que elas performatizam tanto de modo singular quanto coletivo, mostrando certa consciência dos processos contínuos de (des)estabilização e (re)constituição de identidades.

Paineira Posse demonstra um *sentimento, atitudes de afeto*, amparo, afinidade e cumplicidade ao expressar “*como se fosse uma família só de mulher, sabe?*”. Ela registra o espaço-temporal, a satisfação e a felicidade ao dizer “*só de mulheres lá, sabe?*”, materializados/as pelo *uso linguístico* do restritivo “*só*”. Este marca a *exclusão* dos outros gêneros, a presença do homem, por exemplo, e “*lá*” diz respeito ao *advérbio de lugar*, pontuando aquele momento e lugar específico na linha espaço-temporal. Além disso, “*só mulheres*” ressalta que mesmo sendo mulheres em suas diversas formas de ser e estar no mundo, são todas inclusas nesse processo, pelo uso do *vocabulário* “*a gente*”, abarcando todas as mulheres presentes, independentemente da cor, da idade, do nível social, do território, do corpo e da sexualidade. Todas unidas, porém, pela/na constituição da alteridade (BAKHTIN, 2003), no mesmo sentido de *aprender sobre seus direitos*, acionando-lhes poderes causais como o discernimento, o empoderamento e a contestação aos padrões hegemônicos antes naturalizados. Segundo bell hooks (2019, p. 177), “o recurso mais poderoso que qualquer um de nós pode ter enquanto estudamos e ensinamos em ambientes universitários é a completa compreensão e apreciação da riqueza, da beleza e da importância de nossas origens”. Desse modo, compreender a origem que as aproximam, “ter consciência das diferenças de classe, nutrir vínculos com pessoas pobres e de classe trabalhadora [...], transforma e enriquece a experiência intelectual”, tornam-nas mais críticas, engajadas, principalmente em um coletivo de mulheres em diversidades, como foi no curso.

Outro aspecto interessante é o fato de as egressas desenvolverem *práticas de contestação pelo compartilhamento do conhecimento* com outras mulheres fora do curso, como mencionado por elas – “*eu também passei para todas as minhas amigas, minhas cunhadas*” –, em movimentos de “aprender a desaprender”. Elas colocam em prática diversas *formas de*

“*desobediência*”, *uma espécie de rede de desobediência, de resistência* aos padrões hegemônicos, às epistemologias e práticas discursivas preconceituosas e segregadoras, antes legitimadas em suas histórias pelos discursos opressores. Essas novas práticas efetivam a disseminação dos conhecimentos na comunidade através do *processo de empoderamento “poder para”* (BERTH, 2019; MOSEDALE, 2005) agir, tornando-as trincheiras de resistência constituídas em inter(ações) não calcadas na programação, mas, agora, em estilos (identidades), modos subjetivos, agentivos, no fazer diário das egressas, de forma a mudar as identificações de si, do outro e do mundo a partir de concepções mais críticas e conscientes do seu papel social transformador (FAIRCLOUGH, 2003) no mundo.

Isso também acontece de modo transdisciplinar com os estudos decoloniais de Lugones (2014, p. 940), para quem “a resistência é uma tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa”; observamos, então, que as egressas desenvolvem sim essas novas práticas discursivas e identitárias individuais e, depois, coletivas. Ainda com base na autora, apontamos que as novas práticas de agência operam nas egressas primeiro “infrapoliticamente”, numa volta para dentro de si, na autorreflexão, no autorreconhecimento de suas trajetórias de vida através da linha de memória, construindo *outras significações, (re)contextualizando saberes e vivências*.

Além de garantir que as demais pessoas tenham acesso às formas da Lei, o compartilhamento de informações fortalece ações de *reflexividade, articulação e internalização* dos saberes nas próprias egressas. Ou seja, ocorrem movências de resistência e da luta contra a desigualdade de gênero (CARNEIRO, 2005; LOURO, 2014), a violência simbólica (BOURDIEU, 2019), bem como a violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006; SAFFIOTI, 2015), nos âmbitos individual e coletivo, como menciona Fairclough (2003). Ademais, essas ações desmistificam e contestam “a história única” (ADICHIE, 2017), pois a unicidade cria estereótipos que, mesmo sendo convenções sociais, se tornam “regimes de verdade”, história inquestionável, haja vista ser impossível falar de história sem falar das relações de poder, dos papéis sociais e das *identidades atribuídas e autoatribuídas* (DUBAR, 2005) aos diferentes gêneros sociais.

As egressas, atoras sociais, munidas de novos saberes, constituem novas identidades, ser-saber e posturas multiplicadoras desse saber, estabelecendo o *ser-saber-poder*, gerando, assim, novas demandas e limites para um “ser-sendo”. Tornam-se, cada vez mais, ativas e emancipadas, na concepção de Freire (2012). De acordo com Giroux (1997), o ensino deve ser significativo a ponto de provocar anseios de atos/práticas que motivem a própria ação de lutar

e transgredir, pelo desenvolvimento de novas sociedades, como pode ser visto na postura das colaboradoras. Esse novo arcabouço produz (re)ações de poder e de resistência, que podem ser expressos pela fala de Graviola Posse: “*Eu já avisei* [risadas]. *Cheguei em casa e contei que agora eu estou por dentro* [risadas]”. Ao escolher o processo “*avisei*”, a colaboradora estabelece um limite entre o “eu” e o “outro” nas relações interpessoais, no respeito, demandando significações de poder, saber e ser sobre sua própria vida e seus direitos. A fala dela se relaciona com a luta esperançosa de Freire (2012), que defende uma educação como prática de liberdade, capaz de desenvolver a autonomia das pessoas, as quais buscam o empoderamento não apenas individual, mas da coletividade – “*minhas amigas*”, “*minhas cunhadas*” –, da classe, em processos políticos na busca da libertação das opressões e dominações em caráter particular e coletivo.

Percebemos, pelas diversas vozes que se mesclam no discurso das egressas, a *interdiscursividade* com posturas antigas, crenças e valores, isto é, com outras formas de representação e identificação que elas “*agora*” rejeitam. Pela escolha da locução “*agora*”, bem como “*contei que agora*”, fica *pressuposto* o contraponto ao passado, às práticas subjugadoras expressas em “*apanhei do outro marido*”, “*desse não aceito não*”, “*já avisei*”. Esses últimos trechos evidenciam a agência e a postura de embate, marcando *modalidade epistêmica* (FAIRCLOUGH, 2003) “*estou por dentro*”, realizadas no âmbito do conhecimento, revelando posicionamento crítico diante das agressões que antes sofria e agora, consciente, sabe “*como a gente pode ir atrás*” (das leis e dos direitos). Pelo discurso de Paineira Rio Verde e Graviola Posse, consideramos que elas se sentem mais empoderadas em relação ao estabelecimento de *atitudes* (MARTIN; WHITE, 2005) em termos de *avaliação, julgamentos e ações* diante dos parceiros, familiares e amigos.

Essas significações podem ser desveladas pelas escolhas *linguístico-discursivas* “*Depois que eu aprendi no IF eu não passo mais nunca o que eu já passei. Não aceito mesmo*”. O termo “*depois*” marca a divisão dos saberes antes do curso *versus* depois, velhas práticas *versus* conhecimentos/estilos/posturas adquiridos/as, e, a partir dos novos lugares sociais assumidos, a colaboradora adota outras identificações (estilos, identidades) – “*não passo mais nunca o que já passei*”. Os termos “*não aceito mesmo*” denotam também a ruptura com os posicionamentos patriarcais (passado), a força da linguagem no campo das *relações de poder*, por isso a subversão, a indignação e a transformação, performatizando a linguagem em ações, práticas de militância, “*mesmo*” e reexistência (MUNIZ, 2021; WALSH, 2013) por palavras, corpo e postura. Nas *escolhas linguístico-discursivas* do negativo “*não*”, mais o processo “*passar*” – “*não passo*” –, entevem-se a posição de tensão no (presente). Para os desafios do

(futuro), ela sinaliza com o uso do advérbio de tempo “nunca”, intensificado pela conjunção aditiva mais – “*nunca mais*” –, demonstrando autonomia, consciência crítica sobre o direito de guiar, decidir e controlar a própria vida, projetando o futuro segundo seu desejo.

O rompimento com as estruturas dominantes acontece pela ênfase da negativa ao usar “*não*” por três vezes (3x) e “*nunca*”, assinalando aversão e repúdio aos modos coloniais, machistas e violentos pelos quais ela já foi oprimida e posicionada. Com isso, ela não se identifica mais como oprimida e excluída. Pelo contrário, altera as relações, desenvolvendo processos de empoderamento pelas dimensões cognitivas, psicológicas e políticas, as quais são relevadas pela capacidade de analisar os próprios contextos e propor mudanças, começando pelas mulheres próximas. Dessa forma, diferentes discursos sinalizam distintas realidades e práticas. Isso significa dizer que “os modos e as práticas contrastantes de representação do discurso desenvolvem-se em conexão com diferentes tipos de atividade social, de acordo com as diferentes significações e com os valores que o discurso de outros venha a ter” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 164).

A partir das atitudes de resistência desenvolvidas pela colaboradora faz-se interessante trazer para as análises os estudos de Castells (2018) sobre as identidades de resistência em cruzamento com a ADC, haja vista que, de acordo com o primeiro, as identidades de resistência são construídas, sobretudo, pelas pessoas à margem, pelos grupos estigmatizados, como as mulheres em suas diversidades, as colaboradoras. Nas palavras de Castells (2018, p. 24), as pessoas estigmatizadas pela lógica colonial vão “construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estas”. Para a ADC, os/as atores sociais/as são constrangidos/as pelas estruturas, mas também podem agir contra essas estruturas, no sentido de reestabelecer novas práticas, como foi visto pelas colaboradoras. Ademais, pode ser inter cruzado com os estudos decoloniais sobre gênero social (ANZALDÚA, 2005; LUGONES, 2017), com o feminismo negro, juntamente com os estudos de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2005; COLLINS, 2019; HOOKS, 2019), que negam os binarismos, os encaixes históricos e culturais, as universalizações reducionistas e estabelecem frentes de análises interseccionais de resistência para descolonizar o gênero e suas identidades, destituindo, assim, as identidades legitimadoras (CASTELLS, 2018). Nesse sentido, pela análise linguística, discursiva e identitária das egressas identificamos as novas identidades, constituídas como *identidades de resistência*, mas também para além delas. Isso porque as egressas, munidas de novos saberes, promovem ações, criam outras situações que, mesmo de modo lento, atingem a comunidade em larga escala, agindo nas estruturas da constituição do gênero social feminino,

nos modos de representá-lo, bem como nas resistências acerca dos papéis sociais que lhes foram atribuídos, os direitos e as práticas de violência, pois tudo está interseccionado.

Assim como Graviola Posse, Paineira Rio Verde também inter-relaciona os momentos de formação vivenciados no curso com eventos de suas práticas particulares. As duas colaboradoras são de regiões distantes, fizeram cursos diferentes, no entanto, apresentam atitudes agentivas bem próximas, mostrando que as práticas particulares são constituídas também por realidades mais amplas e vice-versa. Ao relacionar o acesso às leis e aos direitos da mulher aos casos de violência sofridos pelas amigas, a egressa deixa *pressuposto* que articulações, internalizações e reflexões estavam sendo produzidas no interior de cada uma delas, de modo que essas mulheres se sentem cada vez mais preparadas e vão criando, de certa forma, relações assimétricas entre elas e as amigas que ainda não detêm aqueles conhecimentos. Além disso, para também instrumentalizar “o outro” – “as amigas”, “as cunhadas” e a comunidade – em processos de empoderamento, “*poder sobre*” e “*poder para*” (BERTH, 2019; MOSEDALE, 2005) agir/reagir contra as ações de violência, as irmãs tornam-se multiplicadoras, o pensar outramente.

Esses sentidos são constituídos em “*têm muitas amigas nossa que precisavam saber também, mas elas não faziam, aí nós falava tudo pra elas, sabe? Ajudava elas a mudar de jeito, né?... denunciar, pedir ajuda, né?*”. O “*poder sobre*” fica expresso na *seleção lexical* “*precisavam saber*”, na qual o verbo “*precisar*” indica a necessidade de algo, quem precisa, precisa de alguma coisa. Nesse caso, “*muitas amigas precisavam saber*”, precisavam ter conhecimento, consciência crítica dos direitos e das leis que as amparavam. O “*poder para*” pode ser assinalado em “*ajuda elas a mudar de jeito*”, a atuar, a reagir, a ter poder para realizar alguma ação, expressos pela *seleção linguístico-discursiva* “*denunciar, pedir ajuda, né?*”. De acordo com bell hooks (2019, p. 19; 25), “enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”, porque desde a infância as mulheres são performatizadas a se calarem, a se sentirem inferiores. Muitas pessoas foram levadas, desde a tenra idade, a “acreditar que há muitas coisas sobre as quais não se deve falar, nem no privado, nem no público”, sobretudo, “pobres e da classe trabalhadora de todas as raças têm tido as mesmas coisas enfiadas goela abaixo”.

Depois de superarem o medo de se manifestar, as colaboradoras buscavam mitigar as situações de opressão das outras mulheres pelo desejo de multiplicar os conhecimentos e os debates. Elas demonstram posturas críticas ao avaliarem que a disseminação desses conhecimentos poderia mudar a vida de mais pessoas, significações essas que podem ser reveladas em “*precisavam saber [...], mas elas não faziam*”. A partir disso, elas desenvolvem

ações formativas críticas, capazes de emancipar mais atoras sociais a renovarem as práticas discursivas, que, por sua vez, podem movimentar também outras estruturas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

As falas de Graviola Posse e Paineira Rio Verde refutam as vozes que alimentam a superioridade masculina, uma vez que elas marcam mudanças ideológicas, discursivas e identitárias, como pode ser comprovado no trecho de Paineira Rio Verde: “*agora eu sou bem mais entendida das leis da mulher. Eu sei que eu tenho os meus direitos não é como os outros pensa*”. A maneira como essas atoras sociais se posicionam nos textos pode delinear também as posições ideológicas ocupadas por elas ao se representarem e se identificarem. Desse modo, é possível observar ações de força nas relações com elas mesmas, nas tecnologias cotidianas, no cuidado de si, que não está apartado do cuidado com os outros (FOUCAULT, 2010). Isso ocorre à medida em que as egressas também se mostram em posições discursivas e identitárias capazes de empoderar outras mulheres. Nessa perspectiva, aquelas sentem-se mais seguras e fortes – “*agora eu sou bem mais entendida das leis da mulher*” – que estas, em relação às maneiras de agir contra as violências, por isso, oferecem-lhes ajuda.

Nesse sentido, as colaboradoras, se não desenvolvem completamente *identidades de projeto*, estão bem próximas de construí-las (CASTELLS, 2018, p. 24), uma vez que, conforme o autor, os atores sociais, “utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social”. Para tanto, elas constituem *identidades de resistência*, porque, munidas de saber, negam as significações dominantes e hierárquicas, refletem sobre suas situações, seus lugares sociais e as condições das outras mulheres, materializados pelo trecho “*a gente conversava depois sobre as coisas de lá*”.

Desenvolvem, portanto, posturas *emancipatórias e identidades de projeto* ao concretizarem as inter(ações), apontadas nas *escolhas lexicais* “*ai nós falava tudo pra elas, sabe? Ajudava elas a mudar de jeito, né?... denunciar, pedir ajuda, né?*”. Essas escolhas lexicais remetem ao campo semântico contra a violência, estando permeadas por outros discursos, crenças, julgamentos, manifestos na opção pelos verbos “*denunciar*” e “*pedir ajuda*”, proporcionadas pelos saberes, pelos direitos, pois “não se resiste sozinha à colonialidade de gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento” (LUGONES, 2014, p. 949). Pelas discussões e partilhas, criou-se, assim, um contexto propício para a formação de uma comunidade política, para além, inclusive, de uma

comunidade de aprendizagem, em torno de uma política de identidade (identidade de projeto), mostrando a relevância de políticas públicas engajadas.

Desse modo, cada ator/a social se constitui pela multiplicidade de identidades, as quais são processos móveis, transitórios, fluidos, considerando-se que as identidades são construídas dentro e fora dos discursos, “[...] em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas também específicas [...]” (HALL, 2006, p. 110). Vale mencionar que a publicação de leis, por si só, não garante, de fato, a efetivação de novas práticas sociais. Isso porque as leis também são constituídas em momentos políticos, econômicos, sócio-históricos específicos e, na maioria das vezes, por pessoas elitizadas. E mesmo que sejam criadas em resposta às pressões e lutas de movimentos sociais em dado momento, elas devem ser compreendidas como processos sempre abertos. Ou seja, são/estão suscetíveis a (re)significações e (re)leituras, de modo que são necessárias mudanças também nas bases sociais, no cumprimento das leis, bem como na alteração de postura por parte da sociedade como um todo.

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), a pós-modernidade é um tempo marcado por diversos avanços na área da comunicação, da informação e da mídia. O desenvolvimento nesses campos do saber trouxe novas oportunidades e flexibilizações, além da instabilidade, ao sujeito pós-moderno, diante da vida e das ações em sociedade, como, por exemplo, a falta de fixidez espaço-temporal, advinda das novas tecnologias da informação. Nesse cenário, a pós-modernidade é um momento histórico marcado por diferentes formas de luta e resistência, pela constituição de outro tipo de ser humano, fluido, incompleto e com múltiplas identificações e modos de representar e representar o mundo. Por isso, a análise de discurso, no bojo da pós-modernidade, deve incluir uma análise interdiscursiva, visto que essa é uma característica inerente às sociedades contemporâneas. Assim, nesta pesquisa o discurso como prática social deve interagir com outros elementos igualmente importantes para representar as práticas, os discursos, posicionar-se contra as opressões e direcionar-se na busca de transformações sociais.

Em seguida, apresentamos mais análises dos dados gerados pelos questionários acerca das representações e identificações das egressas sobre os processos de conscientização e suas implicações a partir do acesso às leis e aos direitos da mulher.

*4.3.2 O acesso aos direitos como estratégia de enfrentamento: “conhecer meus direitos salvou a minha vida”*

Ainda para compreender os significados representacionais das colaboradoras sobre as leis e os direitos estudados no curso e seus impactos na vida delas, inter-relacionamos as respostas geradas tanto nos questionários quanto nas entrevistas. Como visto até agora, nas entrevistas, as egressas sinalizaram a relação dos direitos principalmente à *Lei Maria da Penha*; nos questionários, como dito no início da última subseção, 95% delas responderam que o acesso às leis e aos direitos foi positivo e transformador, modificando suas representações e identificações sobre si, o espaço social e seus direitos.

Também questionamos se, após a participação no Programa Mulheres Mil, as egressas se sentiam mais conscientes dos seus direitos. Das entrevistadas, 78,3% responderam que se sentem muito mais conscientes; em seguida, 15% disseram estar um pouco mais conscientes, e 6,7% das mulheres mencionaram que estão do mesmo modo, igualmente conscientes, nada mudou para elas. Esse último grupo confirma uma das possibilidades já levantadas a respeito das respostas anteriores: essas colaboradoras já tinham conhecimentos prévios sobre o assunto. Recorremos ao pensamento de Hall (2006, p. 13) ao dizer que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Ao contrário, as identidades são transitórias, plurais e contraditórias (CASTELLS, 2018; SILVA, 2014), visto que a incompletude e a implicação de aspectos internos e externos ao sujeito as constituem. Tal heterogeneidade, como não poderia deixar de ser, acompanha os grupos sociais. Outro aspecto relevante e que pode interferir nessas respostas é a ideologia, pois este é um fenômeno social e discursivo que se institui nesse imbricamento, ou seja, ela se funda no compartilhamento de ideias: a aceitação ou não do conhecimento e dos valores compartilhados está no cerne do processo de formação de dada ideologia. Por isso, a mudança de atitudes não é igual para todos/as os/as atores/as sociais, os processos de distribuição, de disseminação e de assimilação de discursos e ideologias também são bem particulares, como visto nas respostas.

Pensando que a maioria das colaboradoras, nos questionários, considerou o acesso aos direitos uma das estratégias de enfrentamento e de conscientização para posturas mais críticas, trazemos a fala de Mimososa Posse na entrevista para triangular e confirmar as respostas geradas pelos questionários e, com isso, mostrar a relevância dos direitos para a tomada de decisão, bem como para os processos de conscientização delas:

**Mimososa Posse:** *Eu falo que foi as leis. Conhecer meus direitos salvou a minha vida, sabe? Porque o meu conhecimento sobre os direitos me levou a pedir ajuda e isso freou meu ex, o agressor. Ele não acreditava que poderia ser preso. Hoje que sou consciente das leis, sei das medidas protetivas e faço questão de falar para outras mulheres. Denuncie, ligue para o 180, 190, não espere o pior. Procure seus direitos. (Informação verbal).*

A fala de Mimososa Posse traz um discurso apontado para a desestabilização das estratégias de dominação que são potencialmente ideológicas sobre as representações das mulheres e de seus corpos. A colaboradora atribui ao conhecimento das leis e direitos o poder de salvar-lhe a vida. Essas afirmações podem ser evidenciadas pelo uso do processo mental, cognitivo “*conhecer*”, modificado pelo acesso aos “*direitos*”, os quais deram-lhe a possibilidade de resguardar-se, “*salvar-se*”, expressos em “*conhecer meus direitos salvou a minha vida, sabe?*”. Percebemos a modalidade epistêmica que caracteriza sua postura mais crítica e engajada e, de acordo com Ribeiro (2019), para sair da posição de subalternização é preciso que, antes, os atores se reconheçam nesse lugar, expressos em “*salvou a minha vida*”. Nesse momento, ela expressa consciência do lugar de subjugação e de risco de morte no qual fora posicionada. Ela se coloca na posição de *executora, experienciadora*, pelo ato de conhecer os direitos, e se apresenta na condição de *beneficiária* ao ser salva pelas leis e pelos direitos. Ponderamos sobre o fato de as leis e os direitos serem baseados/as, ainda, em políticas segregacionistas, no poder muitas vezes das elites brancas, hetero, cisgênero, na cultura da mulher como categoria universal e que a concebe como anexo das reivindicações. Isso porque, segundo Costa (2013), bem como Wisten (2020), o primeiro código penal do Brasil, elaborado independentemente em 1830, ainda na época de D. Pedro I, distinguia os escravizados negros e os cidadãos livres na hora de ditar parte das punições, apesar de os crimes cometidos serem os mesmos. De modo que não havia a plena isonomia, isto é, a igualdade de todos perante a lei, que, infelizmente, ainda não é plenamente garantida atualmente. Consideramos importante mencionar as *significações acionais* desempenhadas por Mimososa Posse e materializadas no discurso – “*me levou*” –, as práticas concretas – “*pedir ajuda*” –, justificadas ao usar a explicativa “*porque*”. Isso se deu a partir do contato com os conhecimentos jurídicos, estabelecendo as *avaliações e os julgamentos de legalidade* (MARTIN; WHITE, 2005) – “*meus conhecimentos sobre os direitos*”.

Essas *atitudes* podem ser identificadas *linguisticamente* pelas *avaliações* em termos de *capacidade* autoatribuídas a ela mesma, relevando as *significações identificacionais* no trecho “*porque o meu conhecimento sobre os direitos me levou a pedir ajuda e isso freou meu ex, o agressor*”. O conhecimento construído a partir da “*copresença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários*” (SANTOS, 2010, p. 53). Isso significa dizer, aqui, que a colaboradora se coloca em práticas pós-abissais, pois demanda a recuperação da história de opressão mostrando a subversão – “*isso freou o meu ex, o agressor*”. Mimososa Posse apresenta o “*ex*” como “*agressor*”, ela nomeia o ator social

atribuindo-lhe culpa, *avaliações e julgamento de moralidade* (MARTIN; WHITE, 2005) pelos atos de agressão, pois ela denuncia, verbaliza sem ressalvas, indicando coragem e determinação nas avaliações. Através do uso do vocabulário e das escolhas semânticas que denotam atitudes ela confirma o comprometimento e o enfrentamento às situações em que foi exposta a subjugações, as quais estão assinaladas pelos termos “*conhecimento*”, “*direitos*”, “*me levou*”, “*pedir ajuda*”, “*freou*” e “*o agressor*”. Esses julgamentos e avaliações possibilitam perceber a diferença estabelecida entre as fronteiras do “eu” e o “outro” (HALL, 2006; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014), constituídas no discurso para negociar marcas identitárias.

Essa representação pode ser de cidadania formal, das esferas jurídicas voltadas para os direitos das mulheres, ou mesmo aquela descrita por Szaniecki (2016, p. 1) como uma “cidadania encarnada”, ao falar das experiências municipalistas espanholas. Corpo e cidadania, “corpo que traz a ideia de cidadania emergente em movimentos-instituições populares performatizados principalmente pelos corpos femininos”. Referenciamos, aqui, “cidadania encarnada” e “corpocidadania” no sentido de pensar em corpos que resistem, seja pela mandinga na linguagem (MUNIZ, 2021), seja pela posição política de buscar, denunciar, divulgar e manter o enfrentamento com base nos direitos de transitar sem ser perseguida, supliciada (FOUCAULT, 2013) por outros, expressas pelas *escolhas linguístico-discursivas* de “*Ele não acreditava que poderia ser preso*”. Tal escolha pressupõe um distanciamento, mostrado *pelos pronomes “eu” versus “ele”*. Esse “*ele*” que se sentia blindado, significação marcada na *opção linguístico-semântica* da negativa, alterando os sentidos do *processo mental* – “*não acreditava*” – e caracterizando a “localização social comum” nas relações hierárquicas de poder que criam grupos (RIBEIRO, 2019, p. 61), papéis sociais e a identidade de que um homem como ele “*não poderia ser preso*”. Nessa perspectiva, “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência” (RIBEIRO, 2019, p. 64).

Esse trecho leva-nos a recuperar os pensamentos de Ribeiro (2005) sobre as relações estabelecidas entre os senhores da casa-grande e seus/suas aparentados/as, que poderiam exercer violência sobre os corpos das mulheres, principalmente as negras, sem serem questionados/as. Ao analisarmos discursivamente o trecho “*não acreditava que podia ser preso*”, remete à historicidade de que “os senhores”, os homens, tinham o “direito” sobre o corpo feminino, ou melhor, exploravam e abusavam sem impunidade. Pela colonialidade das relações de gênero (QUIJANO, 2010), a mulher é objetificada como um corpo isento de desejo sexual pelo domínio do patriarca e a submissão como esposa, escrava e/ou como mulher para os prazeres sexuais, como se ela não fosse capaz de decidir o que querem/recusam, desejam,

sentem, e simplesmente consentissem e não resistissem a esses atos. Ou seja, “a mulher, principalmente a adulta, é considerada capaz de consentir”, mas “nunca se põe com clareza a inferioridade social da mulher frente ao homem” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 31).

Contrariando essa lógica colonial, a colaboradora estabelece *práticas discursivas e identitárias despatriarcais ou depatriarcais*, sem o uso do “s”, como sugere Walsh (2009, p. 14), para denotar, “então, um caminho de luta contínuo no qual podemos identificar, visibilizar e destacar ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas”. Essas *práticas de contestação* confirmam que, ao longo da história da exploração, sobretudo no Brasil, houve várias relutâncias, como, por exemplo, as populações indígenas, negras, mulheres em diferentes contextos, que ofereceram aversão à opressão a que eram submetidas. Essas resistências são os marcadores da história que constituem a ação, a possibilidade como elemento que preenche o futuro de significados utópicos e realistas, constituídos por atos no presente que podem ser denominados de ação com o “*clinamen*”. Este, que “não [se] assenta numa ruptura dramática, antes [em] um ligeiro desvio, cujos efeitos cumulativos tornam possíveis as combinações complexas [...] não recusa o passado; pelo contrário, assume-o, e redime-o, pela forma como ele se desvia” (SANTOS, 2010, p. 64), capaz de demonstrar que essas populações podem ter sido vencidas em alguns momentos, mas não derrotadas e apagadas por completo.

Dessa forma, a voz das mulheres colocadas em lugar de opressão, como Mimosa Posse, não está silenciada, mas, ao contrário, ecoa pela reexistência, pela militância, práticas essas que demandam o *rompimento epistêmico* com a produção e distribuição do conhecimento com bases somente representadas por “sujeito imperialista” (SPIVAK, 2010, p. 44) que quer falar pelos/as oprimidos/as, desenvolvendo uma *violência epistêmica*. Em oposição, é preciso manter um diálogo de oportunidades mútuas a todas as formas de saber, em que o direito à palavra seja respeitado. É mister que os/as atores/as sociais que tiveram esse direito primordial negado “reconquistem esse direito” através de uma educação libertadora, emancipatória e focada no bem-viver, no bem-estar (FREIRE, 2012; HOOKS, 2017): “*Hoje que sou consciente das leis, sei das medidas protetivas e faço questão de falar para outras mulheres*”. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a *poder existir* expressos pela opção de usar o *processo relacional* ‘eu sou mais consciente’, ‘eu existo’, ‘eu tenho voz’, ‘eu sei’, refutando a historiografia tradicional e a hierarquia de saberes consequente da herança social” (RIBEIRO 2019, p. 64).

De acordo com Marques-Pereira (2009, p. 36), a noção de cidadania envolve também a “capacidade do indivíduo para interferir no espaço público emitindo um julgamento crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito de ter direitos”. É necessário, além disso,

reivindicar práticas que não só garantam as leis, mas que, de fato, façam cumprir as leis e os direitos. Essas reivindicações estão assinaladas no discurso de Mimosa Posse e materializadas *linguístico-discursivamente* na escolha dos verbos no modo *imperativo afirmativo* – “Denuncie, ligue para o 180, 190” –, bem como pela opção do verbo no modo *imperativo negativo*, seguido de *imperativo positivo*, expressos em “*não espere o pior. Procure seus direitos*”. O modo imperativo é usado quando se deseja fazer um pedido, uma oferta ou dar uma ordem a alguém – “*falar para outras mulheres*”, “*procure seus direitos*” –, desvelando *identificações* da colaboradora e modos de representar o mundo. As atitudes dela pressupõem o exercício da cidadania, da corpopcidadania e da cidadania (SZANIECKI, 2016), bem como os cuidados de si ao buscar e exercer seus direitos em atitudes críticas.

Fonseca (2011, p. 244), em estudos sobre a conferência “*Qu’ est-ce que la critique?*”, proferida por Foucault na *Société Française de Philosophie*, em maio de 1978, ressalta que “atitude crítica” (FOUCAULT, 1990) foi referenciada, naquela ocasião, pelo filósofo, como “certa maneira de pensar, de dizer, de agir, certo modo de relação com aquilo que existe, com aquilo a que se sabe, com aquilo que se faz, uma forma de relação com a sociedade, com a cultura e também com outros a que se poderia chamar de atitude crítica” (FOUCAULT, 1990, p. 36). A colaboradora agora desempenha *práticas de contestação críticas* diferentes daquelas citadas por ela antes dos conhecimentos jurídicos, uma vez que a “crítica não existe senão em relação a uma coisa, diferente dela própria”. Isso porque há uma questão fundamental: “como não ser governado/a desta ou daquela maneira?”, ou seja, refletir – “*hoje sou consciente*” –, questionar as imposições – “*sei das medidas protetivas*” – como maneira de “desconfiar delas, de “*conhecer os direitos*” “por meio de tais ou quais princípios, em vista de tais ou quais objetivos, por meio de tais ou quais procedimentos” (FOUCAULT, 1990, p. 38). Dessa forma, será possível exercer maneiras de recusá-las, limitá-las, transformá-las (FAIRCLOUGH, 2003), tanto nos contextos particulares quanto em âmbitos maiores, atingindo as estruturas de “forma cultural geral”, de atitude ao mesmo tempo “moral e política”.

Nesse sentido, a ADC prioriza as análises de situações sociais específicas, nas quais, de acordo com Magalhães (2017, p. 52), “o discurso desempenha um papel preponderantemente na produção, reprodução ou superação de desigualdades ou de relações de dominação”. Durante a geração de dados, eu, enquanto pesquisadora, fui surpreendida por vários comentários proferidos pelas egressas, porque a pesquisa propôs-lhes também momentos de reflexão acerca de temas urgentes não apenas da vida delas, mas com elas, a partir das vivências. Por essa imbricação entre pesquisa e fazer social, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), a vida social é o objeto de estudo da Ciência Social Crítica, na qual se situa a ADC.

Desse modo, ao olhar apenas a relação dos direitos civis e políticos, tem-se a ligeira impressão de que a cidadania das mulheres está garantida, pois elas não estão legalmente proibidas de ter acesso aos direitos à educação, à saúde, à política, à segurança, ao trabalho. Nesse sentido, é interessante trazer como a Constituição Federal do Brasil, que data de 1988, versa a respeito, prevendo, em seu Cap. I, art. 5º, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988). Percebemos que o contexto jurídico garante às mulheres esse respaldo desde a publicação da Carta Magna, no entanto, as práticas mostram que elas sofrem muitas coerções, preconceitos, abusos e discriminações há anos.

É interessante notar que mesmo quando algumas mulheres conseguem alcançar lugares que lhes pertencem por direito, estes são considerados socialmente como “lugar de destaque”, “privilégios”, a partir de regras e modelos pensados por homens. Exigências como a apresentação de atestado, perícia, laudo, declaração ou outro procedimento relativo à esterilização ou ao estado de não gravidez para contratação eram comuns antes da Lei nº 9.029/1995,<sup>51</sup> promulgada para coibir práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da “relação jurídica de trabalho. Ampliada posteriormente e tornando crime também a discriminação na relação de trabalho por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros” (art. 1º) (BRASIL, 2015).

Como visto, a conquista das mulheres segue sendo questionada, seja pelo modo de ter assumido, por exemplo, determinado trabalho, vaga, curso ou cargo considerado de poder, seja pela capacidade de exercer determinada função, principalmente se for uma mulher negra, indígena, quilombola, refugiada, e, mesmo superando barreiras, são surpreendidas com dificuldades de se manterem no exercício da colocação. Além de lutarem pelo acesso, elas seguem lutando pela permanência e precisam provar, o tempo todo, que são hábeis, fortes, isso somado à luta pela equivalência de salários e de empoderamento nos cargos e no que se refere ao respeito. Uma das ações estabelecidas foi a Lei nº 9.504/1997,<sup>52</sup> Lei das Eleições, que institui a cota de mulheres em partidos políticos, exigindo que nenhum dos lados (feminilidades e masculinidades) possuísse mais de 75% ou menos de 25% das vagas (art. 80). A superação veio

---

<sup>51</sup> BRASIL. **Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995**. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19029.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19029.htm). Acesso em: 18 de maio de 2021.

<sup>52</sup> BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Dispõe das normas para eleições. “§ 3º. Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009.” Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm). Acesso em: 18 de maio de 2021.

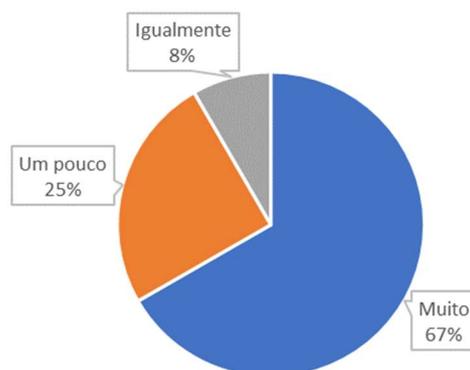
tempos depois, a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 117/2022)<sup>53</sup> de 05 de abril de 2022, em que a cota de gênero (art. 10) passou para no mínimo 30% e, no máximo, 70% de vagas para as mulheres. É importante deixar registrado que a cota é para o registro de candidaturas, não para composição da legislatura (parlamento). A 56ª legislatura, que foi eleita em 2018 e iniciada em 2019, teve, por exemplo, a seguinte composição<sup>54</sup> na Câmara: 436 homens (85%) 77 mulheres (15%). Ainda não há no Brasil legislação específica sobre cota para composição de legislatura.

Tendo em mente que a mudança discursiva implica a transformação social, e que essa intervenção pode vir de diversas ordens sociais, questionei às egressas quanto à autopercepção, autorreflexão, os modos de identificação delas em relação à capacidade de denunciarem, ou não, os agressores nos casos de violência de gênero, violência doméstica e familiar ou discriminação de gênero, raça e classe. Para tanto, perguntei, no questionário: quanto à violência contra a mulher, você se sente mais capaz de denunciá-la? As respostas apontam para mudanças de postura quanto ao enfrentamento às violências a partir das práticas formativas com os direitos e as leis. Assim, em média, seis a cada dez mulheres se sentem capazes de denunciar; isso significa que 67% das entrevistadas afirmaram que se sentem muito mais capazes de efetivar uma denúncia. Contudo, 25% das entrevistadas responderam que se sentem um pouco mais capazes de denunciar, e 8,3% das colaboradoras ainda não se sentem capazes para tomar a iniciativa dessa ação, ou se sentem igualmente capazes como quando iniciaram o curso nesse quesito. Colocamos esses dados em forma de figura para torná-los mais visíveis, como pode ser conferido na Figura 8 abaixo.

---

<sup>53</sup> **BRASIL.** Emenda Constitucional (EC) nº 117, de 5 de abril de 2022. Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm). Acesso em: 15 de abril de 2022.

<sup>54</sup> Composição da câmara eleita em 2018, que foi iniciada em 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicaocamara2019/index.html>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

**Figura 8 – Denunciar a violência**

Fonte: dados da pesquisa.

Assim sendo, os resultados apontam para alguma transformação de estilo nos eventos sociais dessas egressas, que antes sofriam com vários casos de violência simbólica, violência de gênero, violência doméstica e familiar, como já exposto desde o início do trabalho. Em virtude dos dados, ponderamos que os objetivos do **Programa Mulheres Mil**, no que se refere ao combate à desigualdade de gênero, foram alcançados para grande parcela do público pretendido. Em todas as perguntas referentes à conscientização, bem como acerca dos mecanismos de combate à violência e de conhecimentos sobre os direitos da mulher, os resultados demonstraram mais de 65% de transformação positiva e emancipatória, como se vê nas falas delas e nos dados dos questionários. Se agregarmos os 67% que responderam ter (muita) capacidade de denunciar com os 25% que responderam um pouco mais capaz, essa realidade de transformação positiva e agentiva estará para além de 90%.

Todavia, pelas entrevistas e pela quantidade de mulheres (8%) que expressam ainda não se sentirem capazes de denunciar ou de estarem igualmente capazes em relação ao início do curso, aparece a necessidade de outras ações, até mesmo porque a luta contra as formas de opressão é diária, as identidades são transitórias e a incompletude do sujeito é inerente à sua existência, ou seja, a vida é um processo sistêmico em aberto. De acordo com Eagleton (1997), a ideologia se manifesta na origem dos movimentos políticos e possibilita que a sociedade se integre a partir dela. Para o autor, a ideologia articula-se ao discurso, entendendo-a como “[...] antes uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’”, de modo que os efeitos discursivos vêm *a priori*, ou seja, a recusa à denúncia também pode ser compreendida como um efeito de origem ideológica, mas que não se resume ao silenciamento, antes, ao contrário, são formas díspares de se lidar com as opressões. Também pode ser o efeito dos discursos hegemônicos e controladores existentes na ordem social e que estabelecem práticas “desejáveis” aos atores

sociais, como, por exemplo, o que pode e deve ser dito em determinados contextos e para essa ou aquela pessoa.

De acordo com Fairclough (2003), a prática social pode ser entendida como os costumes, os hábitos institucionalizados por algum grupo social ou mesmo instituição. A prática de denunciar violência doméstica e familiar ainda não é comum na sociedade devido à formação histórica e cultural. Isso pode ser percebido pelas respostas das egressas: muitas ainda ou não se sentem preparadas para essa ação, ou o conhecimento sobre seus direitos teve outros sentidos na vida delas. Além disso, ainda resta o medo, porque, como dito, as medidas protetivas não garantem a vida e a segurança das vítimas por completo. Segundo Fairclough ([1992]2016, p. 125), “as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos”.

Pelos discursos das egressas, observamos que a constituição identitária delas se dá no imbricamento da realidade social, histórica e cultural nas quais elas foram constituídas. Assim, as diversas outras práticas que se fazem presentes na pós-modernidade, e se arranjam na vida social das egressas, por vezes podem ser vistas também como “normais”, “normose” (WEIL; LELOUP; CREMA, 2011), e ora são confusas e contraditórias, como, por exemplo, as novas representações de gênero social, as diferentes possibilidades de denunciar violência e lutar contra a hegemonia dominante. Ademais, podemos citar as relações de saber e poder estabelecidas por elas durante a vida. Todas essas forças apresentam-se para elas com contrastes de significações e sentidos, ou, nas palavras de Bakhtin (2003), são forças centrífugas e centrípetas agindo sobre e dentro delas. É o embate interno e ininterrupto na constituição do “eu” com as relações com o “outro”.

Devido a isso estão implicadas, em sua constituição identitária, representações sociais de como elas mesmas se veem em seus discursos, de modo que os atos de recusa em denunciar são efeitos de sentido das representações sociais nelas inculcados. Essas representações não são criadas de maneira voluntária, pacífica, individual e isoladamente. De acordo com Moscovici (2015, p. 40), “uma vez criadas, elas criam vida própria, circulam, se encontram, se atraem, e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”. Assim, os atos de recusa à denúncia devem ser antes compreendidos como formas de representação oriundas das relações de força que vivenciaram; talvez, pelo modo como os casos de violência doméstica e familiar foram tratados ao longo da sua história, bem como suas consequências (de morte em muitos casos), tais representações sejam traduzidas como insegurança. Restringindo-nos aos dados, não podemos descartar o fato de que essa

recusa talvez tenha outros motivos, porém, como o próprio autor disse, nada impede que outras representações possam nascer. É nessa linha de pensamento que pretendemos agir para uma mudança nas práticas sociais e, conseqüentemente, nos modos de representar a mulher e as questões de violência cometidas contra ela.

De acordo com o *Guia Metodológico* do **Programa Mulheres Mil**, as mulheres devem receber assistência para dialogar, socializar e ter apoio psicológico para suprir as necessidades de diversas ordens, como, por exemplo, em casos de violência doméstica e familiar. Com base nos dados desta pesquisa, podemos concluir que o acompanhamento aconteceu de fato e produziu várias mudanças pessoais e coletivas, em movimentos críticos e autocríticos. No entanto, o período de acompanhamento das mulheres ainda foi, para algumas, insuficiente. Apesar de não ser em todos os casos, os resultados mostram, também, que algumas egressas precisariam de atividades mais longas para lidar com as sequelas físicas, morais e psicológicas. Além disso, outras ações do Programa foram validadas no discurso das colaboradoras. Desse modo, as ações desenvolvidas no seu decorrer podem ser consideradas práticas de desvelamento de forças sociais hegemônicas, que provocam processos de reflexividade no conjunto de hábitos e crenças das mulheres atendidas. Programas como esse precisam continuar e ir sempre além desse despertar, precisam apresentar mecanismos de acompanhamento de longo prazo, que garantam a continuidade desse novo modo de ser e entender o mundo despertado nas atividades da escola.

Em síntese, pela análise dos dados, entendemos que reconhecer (saber) seus direitos é um passo grande para que as mulheres possam reivindicar efetivamente o cumprimento destes, já que elas mencionaram que tiveram a oportunidade de “*ouvir*”, “*falar*”, “*tirar dúvidas*”, “*sorrir*”, “*chorar*”, “*desabafar*” e “*compartilhar*”. Enfim, tiveram a oportunidade de novos conhecimentos acerca dos direitos das mulheres, principalmente em relação às mudanças dos papéis e das representações do gênero social na sociedade. Os processos que denotam emoção e sentimentos – “*chorar*”, “*desabafar*”, “*sorrir*” – estão relacionados ao autorreconhecimento, aos processos de cura interior, na desconstrução da dor, na (re)construção de si, como forma de se ver, sentir-se, pertencer-se, “*tirar dúvidas*”. A partir das reflexões no curso, das conversas internas consigo mesmo, em movimentos de pensar, compreender e acolher aspectos em si e no outro que podem ser diferentes, reposicionando-se nesse novo contexto como atoras sociais protagonistas, “partes” da ação e das decisões. Para Thompson (2011), toda e qualquer forma simbólica que esteja a propósito de manter, instaurar ou sustentar relações de poder, independentemente da natureza, é ideológica, e se essa forma simbólica for contrária à sustentação de uma assimetria antes estabelecida, será um modo de resistência, de embate,

sendo previsível que as formas simbólicas vão além de sustentar relações de poder, podendo criar novas formas de se relacionar entre os grupos e pessoas. Isso significa que não se limitam à manutenção de assimetrias.

Em consequência, diz respeito a oferecer o melhor para si, para o outro e para o mundo, “*compartilhar*” as próprias vivências, no respeito, “*ouvir*” ao outro em arranjos de integração do interior com o exterior, “*falar*”. Como se vê nas entrevistas, elas não “aceitam” mais ações de tortura e de agressão, externalizam limites mais concretos depois de conhecerem as novas informações sobre as leis e experienciarem posturas mais críticas e empoderadas. Percebemos, portanto, pelo discurso e pelas vozes outras que permeiam os discursos, que são mulheres que travam uma luta por seus direitos, mesmo na adversidade, reexistem e se fazem fortes com seus corpos, linguagem e espaços sociais. Pela interconexão às outras vozes, elas também marcam as ações de articulação e internalização de discursos diversos, nos atos de refletir sobre as histórias de vida das colegas e, ao mesmo tempo, fazer a articulação com a própria vida, internalizando ou não as experiências daquele contexto.

Como visto, marcas de violência doméstica e familiar, o conhecimento dos direitos e das ações de denunciar também se inter-relacionam às questões de ordem econômica. Por isso, tratamos, em seguida, das questões relacionadas à renda das mulheres, antes e depois do ingresso ao **Programa Mulheres Mil**. Como já observado, essas mulheres vêm de origens bem distintas, apresentam certas semelhanças no que se refere à diversidade de cores, ao trato com a violência, à vulnerabilidade social, mas são, igualmente, mulheres que lutam pela vida, pelas suas famílias e pelos seus direitos. Quanto à renda, que também é um dos elos a interseccionar a constituição das opressões, será que o Programa teve uma contribuição significativa a esse respeito? Um dos objetivos do Programa é a inserção das egressas no mercado de trabalho e, então, abordamos, na próxima seção, dados que apontam para a compreensão de como as falas das egressas trazem essas especificidades e seus efeitos discursivos e sociais.

#### **4.4 Desdobramentos do Programa Mulheres Mil na renda familiar: “*agora eu não compro mais [...] quero entregar para as escolas*”**

Pelos relatos das colaboradoras desta tese, as diversas vivências sobre violências encontram mais espaço e permanência pela/na falta de recurso de subsistência por parte das mulheres, uma vez que elas suportam as agressões por medo de não se sustentarem e manterem o mínimo de dignidade humana aos/as seus/suas filhos/as. Assim sendo, o desdobramento das

ações do **Programa Mulheres Mil** pode causar diferentes efeitos na renda familiar delas dependendo da (re)inserção no mercado de trabalho, como veremos nesta parte da pesquisa.

#### *4.4.1 Renda, inserção das egressas no mercado de trabalho e o Programa Mulheres Mil*

Focalizamos, nesta quarta parte das análises, possíveis mudanças na vida das egressas, no que se refere a melhores condições sociais de acesso à renda e à (re)inserção no mercado de trabalho após os momentos de formação no **Programa Mulheres Mil**. Dedicamo-nos, assim, nesta sessão, ao quarto objetivo específico: verificar os efeitos do **Programa Mulheres Mil** na vida das egressas no tocante ao mercado de trabalho e seus desdobramentos discursivos. Tendo por base uma pesquisa orientada por uma perspectiva crítica, engajada e discursiva, como desvelado pelo relato das egressas, certamente os textos debatidos, entendidos aqui de modo amplo, apresentaram potencial agenciador e estabeleceram sentidos múltiplos, abertos e contingenciais (FAIRCLOUGH, 2003).

Sem embargo, por que falar sobre renda e inserção no mercado de trabalho em uma tese em ADC? Como visto desde o início do trabalho, as mulheres sofrem opressões em elos pela raça, classe, gênero e demais esferas apresentadas e analisadas até aqui. No que se refere à classe, estão implicadas as questões de renda, emprego, inserção no mercado de trabalho, níveis de escolaridade para conseguir superar as desigualdades e acessar diferentes lugares sociais por direito e assim por diante. Além disso, tratamos desse assunto porque um dos objetivos do Programa analisado é o enfrentamento às opressões de gênero pela inserção no mercado de trabalho e pelo aumento dos níveis de escolaridade das mulheres, como preveem os eixos norteadores do Programa. Tenho ciência de que esses critérios de mercado e renda também atendem ao mercantilismo, aos objetivos mercadológicos e capitalistas, no entanto, o acesso à educação pública e de qualidade traz a possibilidade de alterar as demais realidades da vida. É importante mencionar que, no sistema capitalista, o fator financeiro, a luta pelo poder hegemônico e o domínio do mercado são pivôs de tantas relações desiguais e, enquanto esse sistema de mercado estiver em vigor, os recursos financeiros são aspectos necessários para alcançar bens e serviços essenciais à vida humana. Assim, é mister ter consciência de que é imperativo o recurso financeiro, mas não devemos ser reféns do capitalismo e de seus modos de exploração da vida humana, e sim lutar pelos nossos direitos sem ter que diminuir, oprimir e desrespeitar as outras pessoas. Ao contrário, é preciso esforçar-se para atenuar as desigualdades sociais em relação à divisão dos recursos, batalhar pelas mudanças sociais.

Para tanto, uma das principais formas de transformação social é pelo acesso às informações mais críticas, engajadas e emancipatórias, de modo que as mulheres possam ter mais vivência de seus direitos e buscar a inserção ao trabalho remunerado, aos salários justos e, conseqüentemente, alcançar mais independência financeira – renda, uma vez que, em muitos casos, as mulheres suportaram as agressões por medo de não se sustentarem e manterem o mínimo de dignidade humana aos/as seus/suas filhos/as. Esses aspectos também justificam as discussões acerca dessas questões neste trabalho, uma vez que as mulheres sabem das maiores dificuldades em conseguirem um emprego, seja por motes de gênero, raça, escolaridade, número de filhos/as, falta de alguém para cuidar dos/as filhos/as enquanto elas trabalham, seja pelas possíveis ausências ao trabalho devido aos cuidados com a saúde dos/as filhos/as etc.

Por traz dessa dificuldade em conseguir trabalho e renda subjazem as diversas formas citadas de preconceito contra as mulheres e, em maior incidência, contra as mulheres de cor (COLLINS, 2019; HOOKS, 2019), pois o racismo estrutural se apresenta como uma técnica refinada pela biopolítica e consolida-se como um ponto articulador para garantir o poder soberano, as técnicas de “*fazer viver*” e “*deixar morrer*”, a necropolítica (MBEMBE, 2016; FOUCULT, 1999, p. 202) as populações mais vulneráveis, vistas como descartáveis. Isso porque o Estado lhes garante o direito à vida, mas não lhes proporciona políticas afirmativas que efetivem tais direitos, ou seja, “deixa morrer” índios/as, negros/as, mestiços/as e todos/as/es aqueles/as que, a partir do modelo cognitivo das elites euro-descendentes, de uma forma ou de outra, impedem a realização da civilização europeia (CARNEIRO, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2007).

O *dispositivo de racialidade*, segundo Carneiro (2005), é o mecanismo que informa e naturaliza, em uma sociedade de normalização, quem vive e quem morre, pois o biopoder é o responsável pela preservação de uns em detrimento da vida de outros/as, do emprego, do salário e da renda de alguns/mas em exploração aos/as demais. Dessa maneira, “ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura, irá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” (CARNEIRO, 2005, p. 43). Um dispositivo é sempre um mecanismo, uma ferramenta de poder, e, nesse caso, de regulação e de adestramento de uns/umas em relação a outros/as. Como a ADC objetiva a transformação social, esses são sim temas que devem ser abordados, debatidos, analisados e enfrentados em prol das mudanças discursivas e, por conseguinte, de produzir movências nas práticas particulares, mudanças sociais nas estruturas.

Dessa forma, desde o início do Capítulo 4, apresentamos algumas situações que reportaram às barreiras impostas às mulheres para se inserirem no mercado de trabalho. Pelos

dados das mulheres aqui pesquisadas, esses obstáculos estão relacionados a valores e crenças socialmente constituídas, como, por exemplo, atitudes de preconceito e de desvalorização da mão de obra feminina em funções destinadas aos homens por convenções sociais hierarquizantes, sexistas, racistas e arbitrárias, como pode ser confirmado também na fala de Orquídea Rio Verde:

**Orquídea Rio Verde:** *Eu já tive muita luta na vida, pela minha cor [...] eu ia pedir emprego, eles falava que não tinha vaga. [...] um colega branco foi comigo e eles pediram o telefone dele na minha cara, pra ligar depois, e o meu, nem currículo quiseram pegar, sabe? É homem, né, já viu? Não é mulher, não é gordo e nem preto [risadas]. Puro preconceito. (Informação verbal).*

O trecho desvela o conhecimento, a avaliação – “*eu já tive muita luta na vida*” – e a consciência de Orquídea Rio Verde a respeito do racismo sofrido por ela, expresso em “*pela minha cor*”, em oposição à cor de prestígio e hegemonia, marcados pelos termos “*um colega branco*”. Ela evidencia, ainda, o saber sobre as relações, o preconceito e as segregações impostas pela branquitude – “*eles pediram o telefone dele na minha cara*” – nas seleções de ingresso – “*eu ia pedir emprego, eles falava que não tinha vaga*”. Pela expressão “*na minha cara*” ela revela que sabia, de fato, o que estava acontecendo; o racismo, o desprestígio e a tentativa de apagamento por ser mulher estão assinalados em “*É homem, né, já viu? Não é mulher*”, e, também, por ela ser negra, o que pode ser identificado textualmente pelas escolhas “*e nem preto*”. Mesmo assim, os atos de violência e segregação eram praticados por “*eles*”, na frente dela, como se fossem algo normal e lícito. A escolha linguística pelo pronome pessoal “*eles*”, usado por duas vezes, traz o distanciamento do sujeito que enuncia em relação às pessoas que praticam atos de discriminação, uma demarcação de fronteiras entre “*nós*” e “*eles*”, legitimada nas representações mentais do racismo (VAN DIJK, 2017).

O discurso está figurando, desnudando crenças, valores e preconceitos que determinam como os modos de agir, de representar e de identificar (FAIRCLOUGH, 2003) das pessoas mudam dependendo da raça, do gênero e da cor da pele, como foi o tratamento destinado à colaboradora – “*e o meu, nem currículo quiseram pegar, sabe?*”. Para Foucault (2013), o poder se constitui e é operado nas correlações de força, bem como de resistência, exercendo sua hegemonia em todas as esferas. O poder se move, ele está por toda parte e se produz a cada instante. A prática discursiva da colaboradora, nesse caso, consiste em relatar e atestar, aqui, uma experiência de desumanização, construindo uma narratividade, isto é, discursivizando a violência sofrida por ela, inscrita nessas vivências femininas de uma procura de emprego experienciada como um evento de violência de gênero, racismo e *gordofobia*, ao comentar “*não*

é gordo”. Só foi possível a colaboradora levantar essas formas de preconceito (“mulher”, “negra” e “gorda”) em seu discurso porque já vivenciou cada uma delas, ou mesmo a intersecção de todas, como apareceu na situação citada. Além disso, acontece porque esses comportamentos já fazem parte do imaginário coletivo tidos como naturais e aceitáveis, ditando regras e padrões aos/às atores/as sociais, como a estética do corpo perfeito, a cor da pele aceitável e o gênero de dominância. Para Saguy e Ward (2011, p. 3), a “gordofobia, semelhante à homofobia, é uma realidade na qual corpos magros são definidos como moralmente, esteticamente e sexualmente desejáveis enquanto corpos pesados são desvalorizados”. Em seguida, os autores acrescentam que “o sufixo ‘fobia’ evoca o medo e o ódio sobre o corpo gordo tanto em si, quanto em outros, na contemporaneidade” (SAGUY; WARD, 2011, p. 3).

Assim, a especificidade das pessoas passa também pelo olhar e pelo julgamento do outro, do grupo, da coletividade – “*puro preconceito*” –, de modo que, ao escolher essa última expressão, ela sinaliza estar ciente dos discursos disseminados sobre os corpos, principalmente os femininos, constituindo a base simbólica da gordofobia, que tenta constranger e apagar a diversidade. Ainda, mostra ter consciência de que é preciso redescobrir-se, pois resistir às imposições implica a (re)construção dessa coletividade e, por conseguinte, de sua cultura, na qual, a partir daí, o individual de certa maneira registra também as práticas coletivas menos segregadoras. Pela compreensão dela acerca dos eventos discursivos preconceituosos – “[risadas], *puro preconceito*” –, ela emite sentidos contrários que confrontam os apagamentos e ressignifica, assim, as opressões, construindo discursos positivos que direcionam à aceitação da diversidade de corpos, raça e gênero. Alexandra Carvalho (2018, p. 4) discute várias representações sociais sobre as mulheres gordas, entre elas o “gordoativismo”, entendido como discursos de resistência, que “emerge de vozes de empoderamento das mulheres gordas, a partir do desejo de minar as atitudes gordofóbicas da sociedade e da procura da autoaceitação do corpo, configurando identidades de projeto-resistência”. Há, nesse sentido, como na realidade da colaboradora, a ressignificação dos sentidos hegemônicos sobre os corpos femininos, negros e gordos que se situam no campo do desejo, da possibilidade de avançar, demonstrando consciência, resistência e identidades em mudanças de forças.

Ânimos contra as práticas segregadoras desferidas sobre a colaboradora caracterizam práticas dominantes excludentes constituídas histórica e culturalmente, que se manifestam principalmente pela reprodução de sentidos que normalizam o corpo da mulher e (re)produzem padrões, identidades e papéis sociais de gênero, até mesmo quando as mulheres relatam sobre si – e as outras. Essas posturas são também formas efetivas de violência simbólica, violência de gênero, e acentuam as relações de poder e de desigualdade existentes na sociedade. Como

práticas de contestação aos discursos colonialistas, o **Programa Mulheres Mil** se apresenta como uma política pública que coopera para mitigar crenças e valores que estabelecem gênero pela perspectiva das masculinidades superior às feminilidades, acentuando desigualdade de gênero e intersecções. Uma das formas de transformar essas opressões é pensar o processo de formação como um lugar de reflexão crítica e contestação, e não de reprodução de violências, preconceitos, práticas excludentes e segregadoras. Nesse sentido, o **Programa mulheres Mil**, segundo o *Guia metodológico*, objetiva munir as feminilidades de melhores níveis de escolaridade e de qualificação profissional, na tentativa da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Essa afirmação pode ser vista no seguinte trecho: “[...] sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2011, p. 5). Vale mencionar que consideramos as ressalvas dos processos e desenvolvimento do modelo de produção dos padrões capitalista em classes, trabalho e educação, ou seja, devemos ter em mente “as raízes das questões históricas de educação e trabalho”, instituindo duas modalidades de educação. “Uma para a classe proprietária, que deu origem à escola e era centrada nas atividades intelectuais, e outra para os escravos e serviçais, que coincidia com o processo do trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 4-5).

Como esta pesquisa busca analisar os efeitos sociais, discursivos e identitários do **Programa Mulheres Mil** na vida das egressas, interessa compreender, assim, os dados socioeconômicos de antes e depois dos cursos. Esses resultados também são significativos para compreender as forças do Programa no quesito equidade de gênero, visto que esses aspectos se interconectam para garantir a igualdade de direitos, a independência financeira e, por conseguinte, proporcionar melhores condições de renda familiar. Dessa maneira, questioneei as egressas sobre as condições de renda e trabalho delas, nesses dois momentos: você trabalhava antes de realizar o curso?

Das sessenta entrevistadas, 45% responderam que trabalhavam antes de fazerem o curso, mas 55% não tinham nenhuma renda proveniente de trabalho, ou seja, estavam desempregadas antes do curso, dependentes da renda de outra pessoa. A maioria dependia financeiramente do marido. Com base nos dados dos questionários, das mulheres que trabalhavam, a maioria fazia serviços informais, sem carteira assinada, e recebia menos de um salário-mínimo. Ainda segundo as respostas delas, 78,3% tinham renda mensal familiar de até um salário-mínimo e 16,7% de até dois salários-mínimos. Vale lembrar que 43,3% das colaboradoras têm de três a seis filhos, o que acentua a desigualdade financeira. Ao dividir esses valores por cada membro da família, isso mostra que a renda *per capita* era muito baixa.

Em virtude do mencionado, os dados evidenciam que o público atendido pelo **Programa Mulheres Mil**, em 2017, pelo IF Goiano, foi de mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, como objetiva o Programa, ou seja, as participantes selecionadas estavam dentro do perfil que o Programa se propõe a atender: “viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica. [...]” (BRASIL, 2011, p. 6).

No entanto, não posso deixar de apontar que o ingresso no curso, por si só, não garante a promoção social e econômica das participantes, visto que os/as atores/as sociais são também engendrados/as por suas histórias de vida e pelos lugares sociais ocupados por eles/as. Nesses casos, os lugares sociais ocupados são espaços hostilizados, estigmatizados socialmente e têm uma carga negativa que também recai sobre a identificação e a representação dos/as atores/as sociais. De acordo com Fairclough (2003), ao nascer as pessoas são posicionadas em suas classes sociais de origem, sem que possam escolher outras opções. A partir da ideia do autor, uma das ações que pode promover mudanças em relação aos papéis sociais assumidos é a capacidade individual de reflexividade, aliada às oportunidades de acesso e garantia dos direitos constitucionais. Desse modo, as pessoas são também identificadas e representadas socialmente pelos aspectos extradiscursivos em uma relação dialética, a partir das práticas sociais e ideológicas.

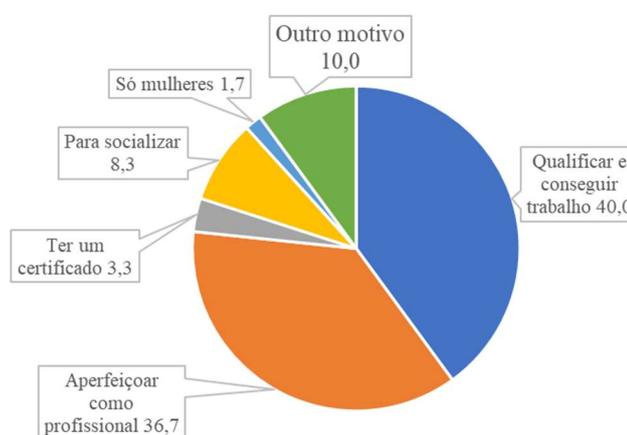
Segundo Bakhtin (2003, p. 31), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia”. No que se refere às egressas, a tentativa de mudança social também perpassa a transformação de ordem econômica e as relações de poder, no que se refere à capacidade individual de aquisição de bens e serviços. Para tanto, a alteração no aspecto social implica também a garantia de acesso às oportunidades para gozar de bens culturais e demais atividades inerentes a esse segmento.

Além disso, a partir dos dados, observamos que 55% das entrevistadas estavam desempregadas antes de iniciarem os cursos. Essa constatação direcionou-nos a outros questionamentos, feitos por mim a elas, como, por exemplo: como essas mulheres contribuíam para a renda familiar em uma sociedade norteadada pelo padrão econômico? Elas contribuíam? Se sim, como? E para ter essa informação indaguei: qual era a sua contribuição na renda familiar antes do curso? As respostas foram surpreendentes, porque, mesmo sem emprego, 50% delas disseram que contribuíam parcialmente com a renda familiar. Isso significa dizer que cerca da metade das entrevistadas afirmaram colaborar financeiramente em casa. Assim, mesmo não

tendo trabalho, 5%, além das mulheres que oficialmente trabalhavam, conseguiam contribuir com a renda familiar. Daí, questionei: como? E a resposta foi: através de benefícios advindos dos programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família, implementado e desenvolvido nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A partir desse ponto, tornou-se mais relevante perceber que seria significativo saber quais eram as expectativas, o desejo das colaboradoras ao ingressarem nos cursos ofertados pelo **Programa Mulheres Mil**, isto é, por que decidiram se inscrever no Programa? Com base nos questionários, 40% delas escolheram a primeira opção: para se qualificar e conseguir um trabalho. Em sequência, 36,7% das egressas disseram que ingressaram para se qualificarem como profissional. Então, 3,3% das colaboradoras afirmaram que ingressaram no curso para ter um certificado. Em seguida, 8,3% delas responderam que entraram para socializarem. Apenas 1,7% das mulheres responderam que ingressaram por ser um Programa só para mulheres e, por fim, 10% delas declararam que se inscreveram por outro motivo. É pertinente notar que poucas mulheres procuraram o Programa por ser exclusivo para mulheres. As respostas nos possibilitam dizer que a maioria das egressas não escolheu o curso pensando na vantagem de estar somente entre mulheres – o que apareceu em vários depoimentos, apesar de esse dado surgir nas entrevistas, visto que muitas mencionaram a satisfação em ter participado de momentos de formação apenas entre mulheres. Na Figura 9 a seguir, é possível visualizar os dados de modo mais amplo.

**Figura 9 – Motivos de ingresso no Programa Mulheres Mil**



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos achados mostrados na Figura 9, posso dizer que a maioria das mulheres buscava uma oportunidade de (re)inserção no mercado de trabalho, porque as opções mais escolhidas nos questionários levam a essa direção (40% delas escolheram: para se qualificar e

conseguir um trabalho, somados aos 36,7% que ingressaram para se qualificar como profissional). Como visto, 76,7% das respostas geradas levam às questões de trabalho, qualificação profissional e, conseqüentemente, à renda. Para saber se houve impactos efetivos em relação à renda familiar e à (re)inserção no mercado de trabalho, seriam necessários mais dados. Para tanto, buscamos um paralelo entre os ganhos de antes e depois dos cursos, e, para isso, questionei quantas delas se inseriram no mercado de trabalho depois do curso. Perguntei também se a (re)inserção foi, de fato, na área em que se profissionalizaram. Para a geração desses dados, perguntei sobre as condições de vida após a formação: Você está trabalhando atualmente? Se sim, em qual área ou função?

Com base nas respostas, consideramos que houve um aumento embrionário de inserção das egressas no mercado de trabalho, visto que 45% delas trabalhavam antes do curso e, após o término, 50% estão inseridas no mercado de trabalho. No que se refere à área de atuação, as respostas foram bem diversas de um *Campus* para outro. Em Rio Verde, das dez entrevistadas, quatro estão exercendo a profissão de Manicure e pedicure, ou seja, 40% estão trabalhando na área de formação ofertada pelo Programa. Das egressas do curso de Salgadeira, em Iporá, duas das dez (20%) estão vendendo salgados, e durante as entrevistas, constatei que vendem em seus próprios comércios. Elas relataram que a abertura dos empreendimentos se deu em função da realização do curso de Salgadeira.

Em Urutaí (Salgadeira), Ceres (Processamento de derivados do leite, frutas e hortaliças) e Hidrolândia (Horta caseira), das dez egressas de cada curso, duas (20%) em cada *Campi* estão atuando na área de formação do curso. Uma informação adicional presente no discurso delas é que várias mulheres, na mesma atividade, eram também egressas de outros cursos do **Programa Mulheres Mil**. Essa informação apareceu nos *Campi* de Ceres, Iporá e Urutaí. No que se refere a Urutaí e Ceres, pelo menos duas (20%) das egressas de cada *Campi* trabalham como cuidadoras de idosos, curso também ofertado por aqueles *Campi* em outros momentos. No Campus Iporá, duas egressas também relataram serem egressas do curso de Salgadeira, bem como do curso de Confeiteira. As duas atuam como confeiteiras, na área de formação do primeiro curso feito por elas.

Em Posse, das dez egressas, quatro (40%) estão atuando na produção e comercialização de crochês e bordados, com o artesanato aprendido no curso. Das demais entrevistadas nos *lôcus* de pesquisa, a maioria respondeu que está produzindo para o sustento familiar – crochê, salgado, hortaliças ou derivados de leite –, mas não chegam a comercializar. A produção é para o consumo próprio das famílias e amigos. De acordo com essas entrevistadas, mesmo que essas produções não sejam comercializadas, elas ajudam na economia familiar, ou seja, produzem

efeitos causais na qualidade de vida, na autoestima e no empoderamento de saber fazer, na saúde, como, por exemplo, devido à procedência saudável e orgânica dos alimentos. Dessa maneira, a produção caseira evita a compra dessas mercadorias e efetiva a produção familiar de maneira sustentável. Segundo as egressas, elas utilizam o dinheiro economizado para outros fins – para produtos que precisam comprar. Elas deram exemplo da produção de salgados para as festas de aniversário, para receber visitas, para o lanche das crianças na escola, entre outros. A esse respeito, Azedinha Hidrolândia disse o seguinte:

**Azedinha Hidrolândia:** *Eu sempre comprava folhagens, alface, couve, essas coisas... para levar para meus filhos em Goiânia, sabe? E agora eu não compro mais, eu produzo em casa, na minha horta, muito mais saudável e dá para todas as nossas casas... Eu agora quero entregar para as escolas, fiquei sabendo que tem como fazer isso. Vou ganhar mais, porque hoje eu sei produzir [risadas]. Ah! A geleia, as conservas também, a gente fez no curso... Fizemos geleia de muitas frutas, eu fiz agora semana passada geleia de jaboticaba aqui na casa da minha mãe... Uma delícia! Então economiza muito dinheiro, sabe, com isso a renda fica mais gorda... [risadas]. Eu ainda não vendo, mas ajudo todos aqui em casa. Se der vou vender para as escolas. (Informação verbal).*

Na fala da colaboradora estão expressas práticas que se reorganizaram no tempo e no espaço em decorrência dos novos saberes, assinalados linguisticamente pelas escolhas “*eu sempre comprava*” em oposição a “*agora não compro mais*”. Para tanto, o advérbio de frequência “*sempre*” marca uma rotina, hábitos que se realizavam com constância, e a quebra desses comportamentos é registrada pelo advérbio de tempo “*agora*”, seguido da negação “*não compro mais*”. Depois, a egressa menciona as novas práticas e identidades alcançadas na formação, que lhe confere *status* de autonomia, habilidades e liberdade na qualidade e no volume de produção, registrados em “*eu produzo em casa, na minha horta, muito mais saudável e dá para todas as nossas casas*”.

Ao trazer essas informações ela emite também juízo de valor, avaliação (FAIRCLOUGH, 2003) em afirmações positivas sobre essas ações descritas ao escolher o advérbio de intensidade “*muito*” para potencializar a qualidade, somado à conjunção aditiva “*mais*”, estruturado em: “*muito mais saudável e dá para todas as nossas casas*”. Ademais, faz uma *autoavaliação* – “*eu produzo*”, “*eu sei produzir*” e “*minha horta*” – de seus modos de agir com os novos saberes revelados pelo significado identificacional no contínuo antes, durante e depois da formação, apresentado por ela durante a fala. Ainda, fica *pressuposto* que os alimentos, mesmo que comprados, eram em menor abundância e qualidade, e, agora, “*dá para todas as casas*”, é “*uma delícia*”, deixando entrever que antes essa realidade era diferente, mais limitada.

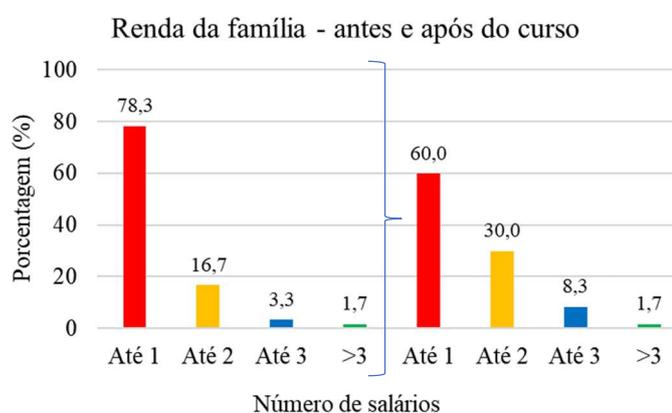
Em relação aos desejos, aos valores e às representações sociais do que faz e almeja (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22), a colaboradora assinala, *linguisticamente*, “*eu agora quero entregar para as escolas, fiquei sabendo que tem como fazer isso. Vou ganhar mais, porque hoje eu sei produzir*”. Com isso, as relações de saber, poder, ser e de gênero aliam-se na constituição do crescimento pessoal e financeiro – “*vou ganhar mais*” –, ou seja, aparecem inter-relacionados. Ainda com base na fala de Azedinha Hidrolândia, podemos identificar suas aspirações, as quais são marcadas pelo uso do processo mental “*quero entregar*”. As representações, identificações e o empoderamento (BERTH, 2019) manifestados por ela advêm de sua intenção de trabalhar na área, da autoconfiança na produção – “*fiquei sabendo*” e “*hoje eu sei*” –, aliados a uma possibilidade futura de participar do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) para entregar alimentos nas escolas da região – “*se der vou vender nas escolas*”. A esse respeito, trago as contribuições de Fairclough (2016), ao mencionar que o discurso contribui para o processo de mudança social, em que as identidades sociais, ou ‘*eus*’ associados a domínios e instituições específicas, são redefinidos e reconstituídos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 137), ou seja, a relação entre o social e o discurso é dialética.

Pelos dados, observamos que o **Programa Mulheres Mil**, no que se refere à inserção das egressas no mercado de trabalho, não atingiu resultados muito expressivos em termos de número de egressas. Lembramos que o *Guia Metodológico* prevê, como um dos objetivos: “Fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2011, p. 6).

Nesse sentido, é imprescindível considerar a posição e o desenvolvimento de práticas de empoderamento, mudanças discursivas e novos estilos, expressos pelas colaboradoras, no sentido de, mesmo não produzindo renda em grandes proporções – “*ainda não vendo*” –, produzem para consumo próprio – “*mas ajudo todos aqui*” –, como comentado por Azedinha Hidrolândia. Logo, essa produção é também bastante significativa, pois “*economiza muito dinheiro sabe? Com isso a renda fica mais gorda*”. Ela se sente mais habilidosa, com maior renda e mais importante por conseguir produzir a partir dos novos saberes – “*Ah! A geleia, as conservas também, a gente fez no curso*” –, de modo que a representação dessas mulheres e de seus corpos vai além de traçar características sobre eles, mas também uma forma de pensar a vida em comunidade, no enfrentamento das dificuldades de emprego, renda, e, a partir disso, os conhecimentos que dessa sociedade, dessa formação, são/foram gerados. Nesse sentido, toda forma de saber engendra modos de poder e, nesse caso, economia e, por conseguinte, maior renda familiar.

Apresentamos, agora, os dados em relação à renda mensal dessas famílias depois do curso. Pelos dados acessados via questionário, podemos dizer que 60% das entrevistadas apresentam renda mensal do grupo familiar de até um salário-mínimo, diferentemente dos 78,3% delas que já recebiam esse valor antes dos cursos. Nesse sentido, observamos que o número de pessoas com essa faixa salarial foi reduzido em 18,3%. Essa relação se faz compreensível ao saber que 30% das egressas declararam que recebem até dois salários depois do curso. Antes do curso, 16,7% recebiam até dois salários-mínimos, ou seja, teve um aumento no número de famílias que passaram a ganhar até dois salários. Na época da geração de dados, 8,3% dessas egressas declararam receber renda mensal familiar de até três salários-mínimos, quando antes essa proporção era de 3,3%. A partir desse dado também podemos identificar um aumento de renda para o grupo familiar de até 3 salários. Trazemos, na Figura 10 abaixo, os dados salariais aqui analisados de modo mais visível, para facilitar a compreensão das transformações positivas engendradas pela formação no trato com elevação da renda familiar após os cursos.

**Figura 10** – Comparativo de renda familiar antes e depois do **Programa Mulheres Mil**



Fonte: dados da pesquisa.

Na análise das informações descritas na Figura 10, observamos que houve uma melhora considerável em relação à renda mensal dessas famílias, principalmente nas que auferiam entre dois e três salários-mínimos. Em consequência disso, houve a redução da margem de mulheres com renda mensal familiar de até um salário-mínimo. Esses dados permitem-nos ressaltar que essa melhora também pode representar outro indicador: a evolução na renda individual de outros membros do grupo familiar, e não advinda apenas da contribuição direta das colaboradoras. De todo o modo, diz respeito à renda do grupo, isto é, espera-se que seja em prol da família.

A esse respeito, questioneei a contribuição na renda familiar após o término do curso. Pela análise dos dados, observamos que houve um crescimento no quantitativo de mulheres que colaboram para as finanças da casa. Assim, as responsáveis parciais pela renda subiram de 50% para 58,3%, o que representa um acréscimo de 8,3%, em relação ao período antes do curso. Ou seja, o aumento da renda familiar está também relacionado aos novos ganhos das egressas após o Programa. Em decorrência, o percentual de mulheres, que antes era de 25%, foi reduzido para 16,7% após o curso. Outro aspecto a ser observado é que 25% das mulheres eram as únicas responsáveis pela renda familiar. Após o curso essa margem desceu para 23,3%. Dessa forma, houve uma diminuição muito irrisória nesse sentido, mas, a partir desses dados, podemos concluir que essas mulheres estão trabalhando mais, ganhando valores maiores e, com isso, estão contribuindo em maior escala na renda familiar. Até certo ponto, isso nos mostra um caminho para a independência econômica e para o empoderamento financeiro por parte delas.

Portanto, com base nos dados apresentados, é possível dizer que o **Programa Mulheres Mil** colaborou na elevação da renda mensal do grupo familiar dessas egressas, mesmo que de modo ainda embrionário. Podemos concluir, também, pelo que foi dito por elas, que, de fato, o Programa também auxiliou na inserção delas no mercado de trabalho, apesar dos impactos não terem sido tão relevantes. São mudanças tímidas, mas já é possível perceber resultados de práticas discursivas de luta, resistência e mudança de postura, de identidades e de renda. São significados discretos, mas que sinalizam uma constante transformação.

Em virtude dos dados apresentados, observamos uma modificação nas performatividades das mulheres perante os parceiros no que se refere à garantia dos direitos, visto que muitas declararam mais autocrítica, reflexividade e autonomia para acionarem a justiça a favor delas. Assim, ter um emprego, uma renda própria, significa, e representa, na sociedade pós-moderna, a ampliação da cidadania e uma possibilidade de superação da linha da pobreza e da vulnerabilidade, mesmo que esses novos trabalhos sejam em ambientes e papéis sociais convencionados aos corpos femininos, como, por exemplo, a produção de salgados, artesanatos etc. Isso porque os novos valores e crenças estão intrinsecamente relacionados aos sentimentos de autonomia, empoderamento e autoconfiança. Igualmente, o desenvolvimento das diversas formas de identidade está ligado também à independência financeira. Em análise do *Guia Metodológico*, que é a base, vimos que o documento sugere construir com as mulheres, um modelo de acesso e permanência no mundo do trabalho mais sustentável do que os convencionais. O Programa propõe uma inserção no mundo do trabalho por meio da *Economia Solidária*, que “inclua o diálogo com as cooperativas populares, os bancos de desenvolvimento comunitário e as organizações híbridas, juntando elementos sem fins lucrativos com elementos

com fins de lucro.” Esses seguimentos podem ser “como pequenos negócios desenvolvidos para criar trabalho e renda nas comunidades desfavorecidas” (BRASIL, 2011, p. 32). Pelas mudanças expressas no discurso das colaboradoras no âmbito de emancipação, crítica e de enfrentamento, podemos dizer que essas transformações são gradativas e podem se alargar até as formas de consumo de bens e serviços, a partir de seus próprios recursos financeiros.

Contudo, há de se considerar que a proporção de resultados advinda do Programa ainda representa uma significância aquém dos objetivos e da realidade a ser atingida no País. Ademais, podemos comprovar essa assertiva pelos dados expostos em relação aos objetivos de ingresso das mulheres ao Programa. Conforme indicado no início deste tópico, 40% das colaboradoras afirmaram que o ingresso representava a busca por qualificação e inserção no mercado, o que, de fato, não foi atingido nos trabalhos formais. Outro aspecto que merece destaque é que, mesmo com o certificado de qualificação profissional, as mulheres apresentaram dificuldades de inserção no mercado. Esses desafios se deram de várias formas, seja pela desleal oportunidade de ingresso, marcada pela desigualdade de gênero (centrada no masculino), seja pelos salários desproporcionais na relação entre os diversos gêneros – masculinos e femininos. Essa segregação, mais uma vez, confirma a necessidade da criação de espaços de discussão sobre gênero, para que pessoas em situações de opressão possam alcançar um discurso emancipatório a partir de relações intersubjetivas que valorizam o autoconhecimento e os saberes advindos do outro, bem como respeitem suas diferenças. Com base nos dados, percebemos a necessidade de ações mais efetivas para o acompanhamento das egressas, ações que proporcionem resultados ainda mais expressivos no tocante à continuidade de crescimento da renda e da inserção delas no mercado de trabalho, enfim, das diversas faces da vida social.

#### **4.5 – Reflexões e ressignificações de vida**

*Se algum dia ele pensou que eu iria desistir de mim, enganou. Eu me amo muito mais hoje. Eu aprendi a olhar para dentro de mim e ver o quanto eu tenho valor e sou amada por Deus. Jesus me libertou da morte várias vezes. Foi difícil tomar o primeiro passo para reagir, mas com o curso me ajudou. Eu estou num momento único de sensibilidade e amor-próprio. Eu renovei minha vida... tenho certeza de que faço tudo diferente agora. (Guatambú, 2018)*

Nesse ponto do estudo, seguindo com as análises e reflexões, e com base no trecho de Guatambú, consideramos possível afirmar que os processos formativos possibilitaram um olhar

atento para dentro de cada uma delas. Esse modo de ver clareou os cuidados de si, solidificando os deslocamentos e as novas projeções, reconhecendo-se e opondo-se a tradições arbitrárias e, ao mesmo tempo, se abrindo a outras possibilidades de ser e viver consigo mesmo. Em seguida, apresentamos a retomada atenta das egressas aos cuidados de si, com algumas reflexões.

#### *4.5.1 Cuidados de si: solidificando deslocamentos e projeções - “Eu pude fazer um passeio dentro de mim, sabe?”*

Nesta última parte, as análises permitem tratar e confirmar o modo como os novos saberes agem na vida das mulheres e dos cuidados delas com elas mesmas. Assim sendo, concentramo-nos no retorno que as egressas fazem dentro de si mesmas, com deslocamentos e reestruturações, para, a partir daí, criar projeções para persistir no processo contínuo de emancipação. Como mencionado no início das análises, as realidades estão embricadas, e por isso, os objetivos são interligados uns aos outros, bem como as perguntas. Para essa parte, o foco se direciona mais, a compreender as relações de (re)configuração identitária, no que se refere ao enfrentamento das opressões, aos cuidados de si e do Outro, preocupações estas trazidas pela última pergunta de pesquisa.

No que se refere às mudanças discursivas e identitárias na vida das egressas, podemos dizer que várias delas já foram contempladas no decorrer do trabalho, em especial, desde o início das análises 4.1 até agora. No entanto, trazemos, nesta parte, transformações elencadas por elas que também são importantes para alicerçar as modificações trazidas pela formação no **Programa Mulheres Mil**. Entre essas movências há aquelas nas quais as mulheres voltam o olhar para si próprias, como um retorno a si, um reconfigurar-se identificacionalmente falando. Elas tentam compreender a conduta, as identificações e representações para elas mesmas e para as outras pessoas.

Desse modo, as diversas formas de *intersubjetividades* são colocadas em reflexão e deixam entrever que buscam entender a si mesmas, refletir sobre sua própria condição, seus valores, crenças, saberes, poderes, estética e sobre o próprio corpo. Da mesma maneira, eu, enquanto pesquisadora, me (re)posiciono, no sentido de observar as minhas autoidentidades/modos/estilos, as minhas autorreflexões, representações e identificações, as quais foram constituídas também com elas, nos momentos de convivência, nos diálogos, choros, risadas, reflexões críticas, emotivas e acolhedoras, ou seja, na prática da amorosidade (FREIRE, 1996).

Essa *amorosidade* é regida pelo diálogo aberto e pela escuta acolhedora, que deve ser estendida a todas as áreas da prática humana, com base no respeito ao mundo, ao Outro, à natureza, pois “não há diálogo [...] se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda [...]. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo” (FREIRE, 2012, p. 79-80). Esta não é, portanto, uma pesquisa apenas sobre elas, mas com elas, no sentimento, nas emoções, no lado mais humano e acolhedor da/na vida. Com isso, as interações foram com atenção ao respeito e ao ato de sentir o Outro em sua existencialidade como pessoa, como um semelhante que ama, despreza, odeia, falha, sofre, duvida e, ao mesmo tempo, crê, às vezes se acomoda em outro, se rebela, enfim, esse Outro que ressoa em mim e eu nele/a. Nessas perspectivas, nossas construções identificacionais situam-se no limite entre o pessoal e o coletivo.

As formas de identificação evidenciadas pelas colaboradoras aos novos saberes e estilos engendrados pela formação estão relacionadas também ao modo de entender as questões de gênero social, violência simbólica, violência doméstica e familiar, além dos modos de ser e representar-se no mundo. Os dados que direcionam e confirmam esse mover podem ser vistos no excerto abaixo:

**Alamanda Urutai:** *Eu me identifiquei muito com o curso, porque ele me fez pensar na minha história desde a infância, nas lutas, da minha vida amorosa, na minha condição como mulher. Entender como o nosso papel de mulher é construído, como a violência está em toda parte e como sair dela. Eu pude fazer um passeio dentro de mim, sabe?... Para eu me valorizar de novo. Olhar o exterior também com outros olhos. Hoje sei que fui vítima de muita violência, mas sou uma guerreira, uma combatente. Eu venci. Dei a volta por cima, graças a Deus e ao curso com as mulheres.*

A identificação da colaboradora com o Programa pode ser vista desde o início do excerto, marcada pela *escolha linguística do processo mental cognitivo* em primeira pessoa do singular – “*eu me identifiquei com o curso*” –, relevando desejos, crenças e valores. E ela, que é a *experienciadora*, justifica o *fenômeno* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) e apreço pelo curso expressando o fluxo de consciência através da narrativa materializada “*ele me fez pensar na minha história desde a infância, nas lutas, da minha vida amorosa*”, deixando pressupostas (FAIRCLOUGH, 2003) as transformações durante a vida. Essa afirmação da egressa também pode ser compreendida como uma implicação lógica (FAIRCLOUGH, 2003, p. 60), pois, a partir da fala dela e das características elencadas é possível capturar os sentidos implícitos de modo lógico e concreto. O trecho dela revela uma *construção identificacional*, o qual também

se relaciona ao eixo da ética (FOUCAULT, 2013), já que este pressupõe construções identificacionais para si e para os outros, sendo que ela se identifica como uma mulher lutadora, amorosa e vítima de violências. Essas afirmações podem ser relacionadas à (re)constituição de subjetividades contestatórias e contra-hegemônicas desenvolvidas tanto por ela, a egressa, quanto pela equipe de formadores/as durante as interações. Essas ações sugerem aos/as educandos/as e aos/as educadores/as “romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica” (FREIRE, 1996, p. 11).

Com base nos estudos de Foucault (2010), observamos processos e técnicas de retorno a si, somadas a reflexões íntimas a partir de discussões e convivências “*com outras mulheres*”, na coletividade, no exterior (des)constituindo identidades discursivamente. Por meio da linguagem, que contempla também os aspectos semióticos como gestos, risadas e choros, as representações delas são reveladas, pois é por meio da interação, do dialogismo e da alteridade (BAKHTIN, 2006) que os sujeitos se constituem e são constituídos, bem como produzem sentidos sobre os dizeres. Essa interação faz com que os seres humanos sejam, representem quem são, uma vez que o dialogar é uma relação também de existência, gerando sentidos e conhecimentos.

Nesse cenário, a lógica dos mundos possíveis pressupõe que essa maneira de ver o mundo no qual vivemos é apenas “uma das tantas possibilidades” e, com isso, “tornou-se viável (re)pensar o nosso mundo” (RAJAGOLAPAN, 2006, p. 69). De acordo com Fairclough, (2003), Hall (2006) e vários/as outros/as, as identidades são constituídas na e pela linguagem e, devido às diferentes possibilidades de representar, ver e sentir o mundo, elas, as identificações, passam a ser (re)pensadas, (re)ivindicadas, (re)negociadas e/ou (re)afirmadas de maneira menos essencialista. Assim, as pessoas assumem várias identidades, em diferentes contextos, que não são unificadas em torno de um “eu” coerente, consequência da incompletude do sujeito, a qual foi reforçada pela modernidade tardia.

Pela fala da egressa é relevante mencionar o *despertar de consciência* – “*hoje*”, aliados a tantas outras escolhas apresentadas ao longo do capítulo, por outras egressas, como por exemplo, “*agora*”, “*depois do curso*”, usados por mais de dez vezes (10x) –, em que, pelos termos, temos a negociação de identidades em seus aspectos linguísticos e semânticos, que podem ser verificadas pelos processos mentais cognitivos “*pensar*” e “*entender*” (Alamanda Urutai) sua trajetória. Ainda, podemos somar a vários termos destacados deste o início das análises - “*ser*”, “*valorizar*”, “*sentir*”, “*cuidar*”, “*amar*”, “*vencer*”, “*fazer*”, “*avaliar*”, “*reagir*”, “*mudar*”, “*entregar*”, e tantos outros. Esses termos marcam reflexão e ressignificação de sua vida, seu modo de ser, seu estilo de ser mulher pelos *pronomes*

*possessivos “me”, por três vezes (3x), o “minha”, também por três (3x), bem como o pronome pessoal na primeira pessoa do singular “eu”, ainda por três (3x) vezes, e pelo termo “sou”. Todas essas escolhas apontam uma atora social ativa no discurso, em construções agentivas, que assume as escolhas ao dizer “minha história”. Alamanda alude aos processos de constituição de gênero social de todas as mulheres – “nosso” –, que é histórico, social, cultural e colonial, registrados em “papel de mulher”, revelando a identificação pela relação de proximidade, semelhança e diferença entre as histórias de vida entre elas. Para tanto, ela reflete sobre as minúcias que fizeram parte da sua vida, assinaladas pelo campo semântico de “lutas”, “violências” e “vida amorosa” e a constituição do ser mulher “é construído” coletivamente, mas também pelos processos de reflexividade, de suas modalidades, suas próprias avaliações e julgamentos (FAIRCLOUGH, 2003), pelas escolhas “na minha condição como mulher”.*

Algumas identificações performatizam posturas discursivas críticas – “hoje sei que fui vítima” e “eu pude fazer um passeio dentro de mim” –, bem como sinalizam a experiência reflexiva que reconstrói e impulsiona a egressa à ação. Desvela um saber pelo uso do processo “sei”, que viabiliza relações de poder em uma via de mão dupla, pelo processo material “pude fazer”; com isso, ela traz um saber experiencial, relata a possibilidade da realização, da prática como poderes causais que foram, de fato, colocados em prática na vida real dela. Ao fazer esse “passeio dentro” de si, ela imprime um tipo de liberdade e valorização à realidade pelas frestas de olhar a si mesma – “para eu me valorizar de novo” –, confirmando seu estilo de resistência – “sou uma guerreira” – e reafirmando seus mecanismos e identidades de luta – “sou uma combatente”. Ela, enquanto *portadora dos processos relacionais* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), materializados linguística e discursivamente pelo verbo “sou”, se classifica pelos *atributos* de “guerreira” e “combatente”. Ao falarmos desses estilos definidos pela egressa, estamos falando de identidades, pois elas estão associadas à forma de ser, de agir, de discursos e posicionamentos no mundo, sobre si, sobre o mundo e os outros (FAIRCLOUGH, 2003). Esse processo marca as escolhas de identificação – diferenciação, como sugere Silva (2014). Ao falarmos desses estilos, que se identificam com algo ou alguém e se diferenciam de outros, como definido pela egressa, estamos falando de identidades, pois elas estão associadas à forma de ser, de agir, de discursos e posicionamentos no mundo, sobre si, sobre o mundo e os outros (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28-29).

A partir dessas constatações, saberes, liberdades e poderes, ela se reconfigura, se empodera (BERTH, 2019) pelas artes da existência de modo mais engajado e crítico, vislumbrando sua condição, pois ela se *avalia* (FAIRCLOUGH, 2003) por meio do processo “eu venci”, procedimentos que apontam para comportamentos de zelo, os cuidados éticos de si

(FOUCAULT, 2010), um mérito pessoal a partir da formação. As identidades, segundo Woodward (2014, p. 8), “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”, gerando, aqui, estilos diferentes daqueles de outrora. Conforme Moscovici (2015, p. 33), estamos sempre cercados tanto de modo particular quanto grupal, seja por palavras, seja por ideias e/ou por semioses; querendo ou não esses textos “penetram em nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente [...], nos atingem, sem que o saibamos”. Por consequente, negociamos identidades e representações – “*Dei a volta por cima, graças a Deus e ao curso com as mulheres*”.

A colaboradora traz, em sua fala, o *interdiscurso religioso* pelas *escolhas lexicais e semânticas* de “*graças a Deus*” para marcar as mudanças identificacionais e representacionais sentidas por ela ao dizer “*deu a volta por cima*”, marcando reestruturações que se constroem a partir de “extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 2002, p. 29), tanto na/pela formação quanto durante as relações cotidianas em tempos e espaços diversos. As desigualdades foram/são geradas por relações de poder que a egressa agora entende como uma virada de baixo para cima em sua vida; este panorama, mostra movimento acional, mudança de cenário. Sai, então, do lugar em que lhe posicionaram como vítima, subalterna (SPIVAK, 2010), para a posição de protagonista de sua vida, de seus desejos; ela *ajuíza, julgando positivamente* que sempre foi “*guerreira*”, lutou contra os posicionamentos de violência e essas práticas de contestação produziram representação e identificações outras.

Ela materializa discursivamente a construção de processos individuais ligados a comportamentos de força, coragem, segurança e determinação em si mesma, que causam projeções relativas aos modos de ver-se pós-formação. Ela atribui essas modificações também às forças espirituais e ao “*curso com as mulheres*”, à coletividade; sinaliza, com isso, o “sentir-se bem” (HOOKS, 2017) nos momentos de formação e na companhia das outras mulheres em formação. Para Woodward (2014, p. 18), “a representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...]”. Ademais, vale lembrar que essas identificações são transitórias. Para tanto, Alamanda Urutá sente as mudanças em relação a questões que estavam escondidas dentro dela e ao fazer um passeio dentro de si, questionando-se sobre “quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2014, p. 18) e, podemos acrescentar, “quem serei?”. Como vimos, ela responde a essas perguntas por posições sociais nas quais ela, no presente temporal, se performatiza como protagonista da própria história. Esses momentos reflexivos são confluentes à maioria das colaboradoras.

A relação de reflexão crítica da própria condição feminina e humana nem sempre foi assim, pois constantemente, e de modo não tão consciente, na maioria das vezes aceitamos

determinados modelos impostos culturalmente sem questionarmos – “*hoje sei que fui vítima de violência*”, mas, na época, ela não se deu conta de tamanha exploração. Conforme Fairclough (2016), os atores fazem escolhas linguísticas para se comunicarem e precisam optar pela forma como expressar determinada palavra para atingir determinado significado por meio de signos e significações. Essas escolhas não são só isoladas e individuais, mas definidas por traços históricos, culturais, sociais, econômicos e experienciais advindos de contextos globais e locais. Ao escolher que “*hoje*” ela sabe, assinala a significação dos períodos de antes e depois da formação, das interações que levaram a novos poderes, resistências e estilos.

Pelo trecho fica pressuposto que, a partir dos momentos de interação no **Programa Mulheres Mil**, ela pôde se conhecer melhor, voltou a si, expressando essas afirmações pelo uso da linguagem no contexto social. Vale destacar que essas ações foram descritas por várias colaboradoras, que revelaram suas mudanças internas e externas. Nesse sentido, e com enfoque na ADC, as práticas discursivas transcendem os muros da formação, pois um dos aspectos mais importantes no processo de formação são as interações, as experiências compartilhadas de vida, ou seja, o extraescolar, uma formação que lhe interpela, faz sentido, lhe move e familiariza. “Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (MOSCOVICI, 2015, p. 55).

Os sentimentos de transformação engendrados pela/na formação, apresentados pela egressa, se relacionam aos conceitos de uma educação problematizadora de Freire (2012) no sentido de problematizar as dificuldades sociais por meio da educação e, por consequência, emancipar-se, transformar-se, mover-se da posição de dominação, de oprimido, para uma posição de liberdade, reflexão, criatividade e emancipação. Isso porque os conceitos freirianos sugerem uma filosofia da vida prática onde é eminente o reconhecimento da historicidade, pois se compreendem os sujeitos sociais como seres históricos e de múltiplas possibilidades, atores sociais em suas diferenças.

Em relação aos cuidados de si desenvolvidos por Foucault (2010), várias falas demarcam as mudanças identitárias e discursivas no modo de cuidar de, da alma, do ego, do eu. Bem sabemos que em outros momentos do texto esses entendimentos de mudança já foram contemplados em diferentes abordagens, pois as transformações se dão em diferentes sentidos, desde mudanças corporais, identificacionais, representacionais, acionais e em tantas outras possibilidades, por vezes imensuráveis e indefinidas, de *movência do “eu”*, capaz de descobrir um novo sujeito ou se redescobrir, reinventar-se em busca de impulsioná-lo/a em busca de si

mesmo/a. É um modo de conhecer as experiências pelo contato com as outras atoras sociais, como ressalta Alfavaca Posse:

*Alfavaca Posse: [...] porque a gente chegava lá no curso e via que todo mundo tinha problema, não era só a gente, mas que devemos encará-los, buscar dentro de nós forças, nos conhecer melhor, nos armar de amor e cuidados com nós primeiro, se respeitar, se acolher, se ver, não no conformismo, mas na ação. Um dia eu escutava, no outro dia eu falava, chorava... Eu era escutada pelas minhas amigas, sabe? O curso me ajudou a respeitar cada vez mais as diferentes dores e diferentes mulheres.*

Esse relato indica que as mulheres eram solidárias, acolhedoras umas com as outras – “*eu era escutada pelas minhas amigas*” – e que o ambiente era favorável à partilha de experiências. Elas tinham um espaço e eventos renovadores – “*via que todo mundo tinha problema, não era só a gente*” –, nos quais podiam compartilhar suas dores, angústias, corroborando para a *constituição de subjetividades*, bem como cooperando para a *construção das identidades sociais* umas das outras, na diversidade de mulheres. Para essas afirmações recorremos a Bakhtin (2003, p. 294-295), que, nesse processo de *assimilação* – de acolher, comparar e (re) criar – pelas palavras do Outro, todos os nossos dizeres são plenos das palavras dos outros, “de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos”.

Neste último trecho destacado, a egressa traz a relação entre “*todo mundo*” e “*só a gente*”, mostrando afinidade no enfrentamento às diferentes dificuldades. Convergente com esse movimento de respeito ao Outro, descrito pela egressa – “*o curso me ajudou a respeitar cada vez mais as diferentes dores e diferentes mulheres*” –, podemos citar os estudos de Sousa Santos (2010) e Silva (2014), por conta de se alinharem no sentido de olhar o Outro, de deslocar-se para ver a dor do Outro, reconhecer a subalternidade em que o Outro é colocado pelas estruturas sociais e questionar essas posições autoritárias e coloniais, bem como analisar a complexidade dessas relações. Para uma visão decolonial, é preciso questionar e romper com a visão de universalização dos gêneros, com o binarismo de considerar apenas homens e mulheres, sem respeitar as diferenças intragêneros, entre as masculinidades e as feminilidades. Como argumenta Hall (2006, p. 18), em diálogo com Laclau (1990, p. 40), o deslocamento tem características positivas, uma vez que oportuniza novos significados e articulações para a construção de novas identidades, produzindo novos/as atores/as sociais e a “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação”.

De acordo com a fala da egressa, ela se permitiu *ocupar-se de si*, no sentido de refletir sobre sua existência, suas lutas, trazendo motivação para seguir a vida, “*nos conhecer melhor, nos armar de amor e cuidados com nós primeiro, se respeitar, se acolher, se ver, não no conformismo, mas na ação*”. Esse pode ser um processo até inconsciente, mas, ainda assim, bastante crítico e que promove mudanças. Acrescentados pelas escolhas lexicais de “*devemos encará-los*”, no sentido de se colocar em contestação, olhar de frente, revelando oposição ao “*conformismo*” e à legitimação. Destacamos, então, os processos mentais cognitivos “*conhecer*” e “*respeitar*”, somados ao uso do termo “*melhor*”, usado como advérbio de intensidade, gerando grau maior que o já praticado, conhecer-se mais, produzindo efeitos causais de se “*conhecer melhor*”, em que ela, como *experienciadora*, vivencia o *fenômeno*, isto é, o processo *experienciado*, identificando as próprias potencialidades. Nessa perspectiva, transpõe as linhas abissais que são sociodiscursivamente estruturadas, lançando marcações identificacionais não raras estigmatizadas sobre as nossas capacidades, forças e direitos. Ressaltamos também que o alto grau de comprometimento apresentado nas *modalidades deônticas* trazem afirmações positivas materializadas pelo verbo modal “dever” – *devemos* –, revela desejos, possibilidades, necessidades e certezas, ou até mesmo permissões e obrigações concernentes ao que o falante diz (FAIRCLOUGH, 2003).

Podemos pensar, assim, em uma *categoria de cuidados de si* que age “*na ação*”, através de observar o Outro na alteridade, assim também como um olhar para dentro de si, se reconhecendo naquele Outro, reconfigurando-se, refletindo sobre sua vida e suas posições, estilos. Pelo uso do processo material “*armar*” ela traz o significado de proteção e de armadura contra os problemas sociais. A arma descrita pela colaboradora é o “amor-próprio”, pela escolha dos termos “*nos armar de amor*”, revelando o suporte mental emocional, pelo qual evidenciamos, no discurso, formas de superar as dificuldades descritas em “*se acolher*”, “*se ver*”, para o enfrentamento dos revezes da vida ao munir-se “*com nós primeiro*”, mostrando atitude perspicaz na *autoconstrução* através da mediação do Outro e da formação. Essas escolhas mostram o desenvolvimento de um exercício intelectual crítico, intersubjetivo e, ao mesmo tempo, multissubjetivo.

Pelo que foi falado até agora, podemos dizer que ocorreram vários momentos de *deslocamento e reestruturação identificacionais*, que levaram à construção e reconstrução de identidades, como, por exemplo, os momentos de percepção, identificação e representação do próprio eu e a visualização e reflexão delas em semelhanças e diferenças identitárias e discursivas. Nesses movimentos percebemos que o processo de formação é representado pelas egressas como um espaço para as “mulheres mil”, no qual elas identificaram a possibilidade de

(re)constituição de suas identidades, bem como um espaço marcado pela (re)estruturação de seus saberes e poderes para a efetiva ação diante da vida e do mundo. Desse modo, elas materializam, em seus discursos, práticas de contestação que avaliam, refletem, julgam, denunciam, revelando processos mentais reflexivos do pensar, da cognição e processos materiais do fazer, colocar em prática, executando o respeito umas às outras em suas diversidades. Para Van Leeuwen (2001, p. 21), as avaliações e os julgamentos podem servir como forma de legitimar práticas, relações, comportamentos e atitudes, como visto na fala da egressa, cujos dizeres revelam formas de resistência e reexistência (MUNIZ, 2021; WASLH, 2013), pois, pelo discurso, podemos desvelar “aquilo com o que uma pessoa se envolve como parte daquilo que ela é” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 150).

Pelos relatos das colaboradoras, portanto, é possível dizer que ocorreram expressivas transformações e projeções, mediadas pela dialogicidade da formação; estas permitiram às egressas driblarem grande parte de seus constrangimentos e seguirem serem-sendo, cada uma com as possibilidades e os limites que se apresentam diariamente a essas novas atoras sociais, com suas histórias de vida, seus perfis econômicos, suas profissões, engajadas na tarefa de viver bem e de modo agentivo dentro dos novos tempos-espacos. Isso porque “o próprio processo de identificação, através do qual projetamo-nos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12).

Em seguida, passo a algumas conclusões, na busca de dar um arremate, mesmo que temporário e incipiente, à complexidade do trabalho, ciente das diversas outras possibilidades de análise e de complementariedade que podemos tecer para as significações construídas pelos discursos das egressas ao serem vistos por outros prismas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *Reflexos*

*Apropriar-se do meu DNA.*

*Acordo, durmo.*

*Escovo os dentes.*

*Apropriar-se dos manuscritos de ontem.*

*Fazer releituras...*

*Apropriando-me da realidade dos rebanhos*

*Leituras em determinados momentos com a ferramenta possível.*

*Horizontalizo.*

*Me refaço no meu espelho diário.*

*Aproprio-me dos fenômenos que mudam o destino, com os olhos e face de produção caseira.*

*Aproprio-me da minha identidade, metas que aguardam mudanças não só para diversão.*

*Aproprio-me da humanidade que me surpreende.*

*Aproprio-me do calor do útero finalizando a produção.*

*Aproprio-me do fazer e refazer as malas*

*Aproprio-me da liberdade de me dar voz de prisão e ordem de*

*Recolher para meu cérebro e sentidos.*

*Apropriar-se do aceitar esse corpo carrasco que no suor do meu corpo transpira pensamentos.*

Alzira Rufino (2010, p. 43)

As diferentes histórias de vida de cada uma das mulheres colaboradoras desta tese nos mostram como os/as atores/as sociais se representam, se identificam e como agem por distintas facetas e contextos, principalmente no que se refere às questões de gênero, classe, raça e suas intersecções. Nesse sentido, as vivências revelam o respeito, ou a falta dele, dispensado ao Outro, ao diferente. Os dados revelam, ao mesmo tempo, o respeito a si próprio/a, na constante luta interna de refletir e compreender até que ponto conseguimos nos sujeitar às situações adversas que ferem nosso corpo, origem, alma, espírito e dignidade. Nesse movimento, observamos a urgência em olhar ao nosso redor, valorizar o Outro, respeitá-lo/a, independentemente de como este/a se identifique ou se represente no mundo. Pelas falas das colaboradoras, podemos questionar quem é esse Outro? Esse Outro leva algo de mim em seus passos e deixa algo dele/a em mim?

Desde o início deste trabalho, e pelas vivências das colaboradoras, percebemos que a resposta é sim, que exercitamos a alteridade em maior ou menor intensidade em nossos anseios, lutas, desejos e crenças. Assim, vale aqui retomar o objetivo geral deste trabalho: compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do **Programa Mulheres Mil**. Nossos passos são atravessados pelos passos dos Outros, assim como deixamos marcas em nossos/as interactantes. É um movimento dialógico de influenciar e ser influenciado/a. Nos casos em que as mulheres não foram respeitadas pelo/s

outro/s, tivemos a comprovação de que as relações interpessoais estavam afetadas pelo preconceito, pelas diversas formas de violência, opressões e até mesmo traumas. Essas mulheres, portanto, em suas diversas especificidades não vinham recebendo o devido respeito e valor, mas, ao contrário, foram segregadas pelas diferenças. Ademais, a falta de respeito e a sensação de posse trouxeram várias maneiras de agressão, exclusão e violências, reproduzindo posturas coloniais.

Assim como diz na epígrafe, intitulada de “Reflexos”, a maioria das colaboradoras conseguiu ressignificar essas experiências através dos processos reflexivos de (des)construção de saberes e posturas. Ao traçar um diálogo com a poesia da autora, as colaboradoras revelaram, em seus discursos, que, após a formação, participam com maior agência das próprias articulações subjetivas, revisitam seus conhecimentos, releem os fatos históricos pessoais e coletivos com vistas à transformação de seus estilos/significações e identificações. Elas se apropriaram de suas histórias, suas origens, “*com metas que aguardam mudanças*”. Elas apropriaram-se “*dos fenômenos que mudam o destino*”. Vale reforçar que essas transformações são contínuas e inacabadas, assim como traz o verso “*me refaço no meu espelho diário*”. A presente pesquisa nos possibilita compreender de forma mais ampla o que é fazer pesquisa entrelaçada à vida, ao saber, ao sentir, ao pensar e ao refletir, seja questionando, contrapondo, ressignificando, seja afirmando outras representações marcadas pelas transformações diárias, em movências de “*fazer e refazer as malas*”.

Nessa direção, esta parte da tese busca dar retorno às perguntas de pesquisa e aos objetivos traçados no início do trabalho. Podemos estabelecer alguns posicionamentos, visto que as análises se orientaram pelos objetivos estabelecidos e pelo referencial teórico.

Dessa forma, ao retornar ao quadro do método analítico, suporte para a pesquisa, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), uma das principais ações é o reconhecimento do problema social, apresentado como a desigualdade de gênero, e, em especial, a violência sofrida pelas mulheres egressas de um programa que se propunha questionar e transformar essa realidade. Segundo esses autores, é nas práticas discursivas que os/as atores/as sociais agem, constituindo-se, constituindo o mundo e as pessoas à sua volta. Assim sendo, no que se refere à análise da conjuntura, percebemos, a partir dos dados, que ainda há representações sociais patriarcalistas e sexistas na pós-modernidade e que essas práticas ameaçam a vida e a liberdade das mulheres, sejam elas de qualquer raça, cor, idade ou nível social.

Primeiramente, para entender o contexto de realização dos eventos sociais tomados como base de análise, foi necessário o contato com as egressas do **Programa Mulheres Mil**, que estabelece, como diretrizes, a busca de minimizar as desigualdades de gênero e fomentar a

inserção das mulheres no mercado de trabalho. O contato com as sessenta egressas possibilitou a geração dos dados aqui apresentados e a análise não só dos discursos por elas proferidos, mas, também, do contexto de realização de suas práticas, do ambiente familiar, porque, após o contato institucional, as entrevistas e a aplicação de questionários ocorreram, em grande parte, em suas próprias residências. Assim, foi possível acessar, de modo mais próximo, o cotidiano, os hábitos, os estilos e os costumes pessoais, bem como o modo de lidar com as situações de violência em suas próprias casas.

Para as análises linguístico-discursivas dos dados gerados, foi necessária a articulação entre diferentes frentes teóricas, como os aportes da ADC, ADC Feminista e feminismos plurais, em especial o negro, decolonial e afro-latino-americano, para compreender os estudos sobre gênero social e suas interseccionalidades, bem como aqueles acerca das identidades, ideologias, relações de poder, violências e resistências. As análises feitas sob esses parâmetros nos levam a concluir que as egressas apresentam, sim, semelhanças no tocante aos casos de violência doméstica e familiar, mas também é possível dizer que elas se autoatribuem diversas identidades, as quais por vezes destoam das identidades a elas atribuídas socialmente. A partir dos dados, podemos dizer que muitas delas sofreram violência doméstica por mais de dez anos, pelos pais e companheiros, mas mudaram a maneira de lidar com isso. Nesse sentido, estão imbricados os aspectos ontológicos – o ser – epistemológicos – o vir a ser, as transformações proferidas pelas egressas, as ações de reexistência que tem ocorrido nesse cenário, descritos por “*uma mudança de vida*”, “*hoje sou outra mulher*”, “*não aceito mais*”, “*hoje estou por dentro*”, “*estou me redescobrimdo*”, e tantas outras identificações/ressignificações/representações, considerando aspectos de corporeidade, territorialidade, gênero, cor, raça, idade, classe e violências.

Essas ações também constituem identificações, processos reflexivos e tomadas de decisão acerca das possibilidades de denunciar, ou não, os agressores, bem como das consequências da situação de silêncio perante as agressões. No entanto, em muitos casos, as egressas relatavam não conhecerem a *Lei Maria da Penha*, ou que não se sentiam seguras para deixarem a situação de violência com os/as filhos/as, seja pela falta de recursos financeiros, seja mesmo por temer a própria morte ou dos/as filhos/as. Aliados a isso, houve relatos de outros diversos casos em que as mães, ou outras mulheres próximas a elas, passaram pelos mesmos casos. Desse modo, havia, no entendimento delas, até certo momento, a sensação de naturalidade e de legitimidade (THOMPSON, 2011) dessas condições ideológicas hegemônicas, materializadas em agressões, pois os processos reflexivos acontecem de formas distintas para cada pessoa.

Os resultados desta pesquisa mostram que a participação no **Programa Mulheres Mil** contribuiu para reconhecer a constituição identitária e para que as egressas tivessem acesso às diversas formas de direito das mulheres – como a *Lei Maria da Penha* –, bem como às formas de denunciar e acessar, por exemplo, as medidas protetivas disponibilizadas a elas. Com isso, as análises mostraram que a formação promoveu momentos de (re)leitura de suas vivências, em processos reflexivos de reconfiguração identificacional significativos para o fortalecimento da (auto)imagem das egressas, o que foi e está sendo fundamental para descondicionar, desnaturalizar a visão delas sobre os regimes de verdade hegemônicos, que tentam inculcar-lhes os papéis sociais destinados a elas e os estilos enquanto mulher. Os movimentos de descortinar e contestar as práticas coloniais foram possibilitados pelas trocas entre elas e entre a equipe multidisciplinar. Como destaca hooks (2019, p. 156), “reunir-se para conversar com os outros é um importante ato de resistência, um gesto que demonstra nosso interesse e nossa preocupação; nos permite enxergar que somos um coletivo, que podemos ser uma comunidade de resistência.” A partir dos resultados, percebemos que a equipe multidisciplinar atuou de modo comprometido com a educação como prática de liberdade, com um trabalho crítico-reflexivo, de modo a promover processos de intervenção, enfrentamento e transformação. Assim sendo, são experiências formativas que buscam uma educação e pedagogia nos termos de Walsh (2013, p. 28), promovendo práticas insurgentes que “incitam possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, ouvir e conhecer” modos outros de ensinar, aprender, ser, representar e agir no mundo.

Ainda com base nos resultados, as egressas consideram que o Programa colaborou com o aumento da renda familiar, mesmo que de modo ainda incipiente, assim como aconteceu com a inserção delas no mercado de trabalho, ou seja, ainda com poucas repercussões. Mesmo que em processos iniciais, o estudo mostrou que ações formativas que valorizem os saberes prévios e experienciais podem potencializar a agência humana e contribuir para a emancipação pessoal e, posteriormente, coletiva, ao levar os conhecimentos dos direitos e leis às mulheres próximas, sendo assim, multiplicadoras das novas formas de saber que engendram poder e resistência, como foi evidenciado nas respostas via entrevistas e questionários.

No que se relaciona às contribuições do Programa para as discussões acerca da desigualdade de gênero e das formas de como combatê-la, a maioria das egressas respondeu que as atividades foram produtivas. Segundo elas, as formas de acesso às Leis e as estratégias de redução da violência se deram por filmes, palestras, rodas de conversa e dinâmicas. As análises demonstram processos e estratégias de empoderamento interno provocados pelas trocas, pelas experiências coletivas com outras mulheres e outros saberes, marcando o “*poder sobre*”,

“*poder de dentro*” e “*poder para reagir*” (BERTH, 2019; MOSEDALE, 2005). Portanto, é de suma importância considerar os discursos de transgressão que apareceram na fala das colaboradoras, marcando caminhos de problematização, conscientização e contestação sobre as questões de gênero e intersecções. Esses discursos apontam para diversas transformações na vida delas a partir da formação, porque iniciaram os processos de refutação de representações sociais que tentam “enquadrar” principalmente as mulheres, em especial as negras, em padrões patriarcalistas, machistas e racistas que têm sido usados para justificar relações abusivas e opressivas que colocam as mulheres em situações de violências como a simbólica, familiar e doméstica, ocasionadas pela violência de gênero-raça-classe. Os resultados desvelam avaliações positivas, apreciação estética a partir das práticas de autorreconhecimento e empoderamento pessoal, como em “*ver que eu sou linda*”, “*sou importante*”. Além disso, os resultados mostram os discursos de enfrentamento e mudança de postura, a exemplo de “*a gente não pode se calar*”, “*temos o nosso valor*”, “*hoje não aceito mais*”, “*chamo a polícia*”. Algumas dessas mudanças já estavam sendo iniciadas a partir de suas próprias reflexões internas, como nos cuidados de si; outras se intensificaram após o curso.

O fato é que o discurso das egressas apresenta posturas inovadoras, com novas frestas identitárias que convergem para a transformação na ordem social e nas estruturas sociais. Em relação à assistência psicológica prevista no Programa, elas disseram que ocorreu em forma de debates, rodas de conversas e palestras. No entanto, como os cursos tiveram duração reduzida, e reconhecendo a complexidade dos problemas a partir das análises, percebemos, em alguns discursos, que essas ações não tiveram resultados tão marcantes. Contudo, houve, ao menos, o despertar para um novo horizonte de realizações possíveis, que ajudam no *sentirpensar* (MORAES; TORRE, 2002; RECHETNICOU, 2021; TORRE, 2001) sobre o sentimento de medo, insegurança e possível denuncia, ou seja, para as próximas ações.

No que se relaciona aos princípios estabelecidos no *Guia Metodológico*, os resultados desvelam que os objetivos do Programa foram parcialmente alcançados, visto que não houve a inserção das egressas no mercado de trabalho em grande escala. É ainda importante dizer que o retorno aos estudos após o término dos cursos foi incipiente, de modo que, mais uma vez, os objetivos foram alcançados apenas em parte. Todavia, é significativo dizer que elas expressaram satisfação em participar dos cursos, não apenas devido aos conhecimentos específicos, mas pela interação, pela troca de experiências e pelo convívio entre mulheres. Segundo elas, foi a oportunidade de “*sorrir*”, “*desabafar*”, “*chorar*” e compartilhar fatos da vida longe dos olhos dos opressores, no caso, referindo-se aos seus companheiros, aos maridos.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que, de certo modo, os resultados da pesquisa já se tornam significativos na ordem social. Isso porque os gestores do IF Goiano, bem como os coordenadores envolvidos no Programa, foram contatados para autorizarem a pesquisa e, a partir desse contato, renovou-se a movimentação nas cidades e nos *Campi* desde o ano de 2018. Com esta pesquisa faz-se o compartilhamento dos pontos positivos e negativos do impacto do próprio Programa na vida das egressas. Aliado a isso, vale ressaltar que os contatos continuam, entre elas, entre elas e a pesquisadora e com a equipe multidisciplinar, mesmo que de modo menos frequente. Também, uma nova edição do Programa está sendo elaborada pelo IF Goiano. Com isso, as contribuições são significativas e operantes. A interação entre esta pesquisa acadêmica e o Programa Mulheres Mil, incluindo a pesquisadora, a movimentação das egressas nos grupos de conversa, após a realização da geração de dados, bem como nossas reflexões e debates são formas de mostrar que pequenas práticas são movidas pelas estruturas, mas que igualmente promovem mudanças, como orienta a ADC.

Essas reflexões sobre o impacto da pesquisa não deixam, portanto, de ser uma retomada da teoria, um repensar da metodologia e das minhas práticas sociais, minhas identidades/estilos enquanto pesquisadora, estudante, enfim, pessoa no mundo. Digo isso pois eu, Débora, assumo hoje esse lugar e essa voz, porque fui alimentada pelas histórias de minha mãe, de minha avó, de minha irmã, de minhas professoras, de minhas alunas, bem como das colaboradoras deste estudo. Elas falaram antes de mim, falaram comigo, falam a mim e é (também) para elas que falo. Falo, também, em respeito e admiração a estas e a todas que virão depois de mim. Todas antes de mim são companheiras de caminhada – tanto as que estiveram fisicamente ao meu lado nos encontros, nos choros, nas risadas, como as que me ofertaram seus saberes partilhados através do tempo – que me instruíram nos nomes das coisas e cujas dores também senti desde a minha tenra idade. Sou muito grata a Deus e à vida por elas terem confiado a mim o privilégio de conhecer, reunir tantas histórias e difundir, por meio deste trabalho, suas dores, vivências e lutas.

Logo, esta parte de encerramento desta investigação foi possível porque elas permitiram que meus passos carreguem suas marcas e a elas ofereço toda a minha gratidão. Com certeza eu fui uma das pessoas mais transformadas durante todo o processo, porque a tese é o resultado do trabalho de toda a minha vida acadêmica, em especial dos estudos e das partilhas desses últimos cinco anos. Como consta no início da pesquisa, trazer reflexões a partir de minha própria vivência faz com que o conhecimento científico faça ainda mais sentido na minha vida e nas minhas relações interpessoais. Assim, pretendo voltar ao campo de pesquisa para apresentar os resultados e continuar o diálogo com as colaboradoras. Espero que este texto

reverberar na vida de várias outras mulheres, em particular daquelas que ainda sofrem suas lutas silenciosas para vislumbrarem outros modos de insurgir. Em especial, desejo que as diversas formas de masculinidade possam, a partir das vivências aqui partilhadas, da reflexividade das práticas reveladas, produzir modos outros de conviver e estar no mundo com as feminilidades, ou seja, promovam mudanças sociais. Desse modo, espero que este texto, que ousou chamar texto-vida, seja tomado como um espaço de abertura, de cura e não uma obra fechada e acabada em si mesma, com resultados irreduzíveis e/ou irreproduzíveis para outros contextos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. F. A. (Líder do grupo) - NEV/USP - NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP. Monitor da Violência. Disponível em <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/> . Acessados em 18 de dez. de 2020.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: **uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas – um manifesto. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, Gina Vieira Pontes de. **Programa Mulheres Inspiradoras e identidades docentes: um estudo sobre a Pedagogia Transgressiva de Projetos na perspectiva da Análise de Discurso Crítica**. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

ALMEIDA, U. G. **Estudo de caso: violência obstétrica na perspectiva das egressas do Programa “Mulheres Mil” em Almenara, Minas Gerais**. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

ALTOÉ, A. P. **O Estado e o a cidadania feminina: vozes das Mulheres Mil**. 2017. 232 f. il.; Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes / RJ, 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação**. Trad. Joaquim Ramos. Lisboa: Presença, 1974.

ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência”. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3. p. 704-719, set/dez. 2005

ARAÚJO, M. de F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. *Psicol. Am. Lat.*, México, n.14, out. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 jan. 2019.

ARCHER, Margareth. **Realismo e o problema da agência**. Tradução de Cynthia Hamlin (UFPE), revisão de Rosane Alencar (UFPE). *Estudos de Sociologia, Rev. do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE*, 6(2), 2014. (p. 51-75).

ARCHER, Margareth. **Making our way through the world: human reflexivity and social mobility**. Cambridge University Press, 2007.

BACQUÉ, Marie-Hélène; BIEWENER, Carole. **El Empoderamiento: una acción progressiva que há revolucionado la política y la sociedade.** Barcelona: Gedisa, 2015

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

BARROS, D. L. P. de. **Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso.** In: BRAIT, Beth (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido: 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

BARROS, Diana Pessoa de. Intolerância, Preconceito e Exclusão. In: **Discurso e (des)igualdade social.** LARA, Glaucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). São Paulo: Contexto, 2015.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Pólen, 2019.

BELL, J. **Projeto de pesquisa:** Guia para professores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.

BELLINTANI, L. P. **Ação afirmativa e os princípios do Direito.** A questão de cotas raciais para ingresso no ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; CARVALHO, Suzete. A segregação ocupacional da mulher: será a igualdade jurídica suficiente para superá-la. **Mulher, sociedade e direitos humanos.** São Paulo: Rideel, p. 179-210, 2010.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. 15. ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019 [1998].

BRAIT, B; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.) **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

BRAIT, B. **Bakhtin:** outros conceitos-chave. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** (*Lei Maria da Penha*) - Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 10 de ago. de 2018

**BRASIL – Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crea nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 26 setembro de 2018.

**BRASIL – Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 26 setembro 2018.

**BRASIL - Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Crimes hediondos contra a dignidade sexual e dos crimes contra a liberdade sexual. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2). Acesso em 17 de abril de 2021

**BRASIL – Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profis](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profis)> . Acesso em: 26 setembro de 2018.

**BRASIL - Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006,** institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e cuida do crime de participação ao uso de entorpecentes. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10867024/paragrafo-2-artigo-33-da-lei-n-11343-de-23-de-agosto-de-2006>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

**BRASIL - Lei nº 13.836, de 4 de junho de 2019.** Proteção de mulheres com deficiência na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Maria da Penha). Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13836.htm). Acesso em: 18 de abr. de 2021.

**BRASIL – Lei 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm)>. Acesso em: 28 setembro de 2018.

**BRASIL – Lei 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm). Acesso em: 01 de outubro de 2018.

**BRASIL – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm). Acesso em: 02 de outubro de 2018.

**BRASIL – Lei Orgânica do Ensino Industrial 8.680, de 1946.** (Lei Orgânica do Ensino Industrial). Rio de Janeiro, 1946. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm) Acesso em: 02 de outubro de 2018.

BRASIL – **Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02 de outubro de 2018.

BRASIL – **Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm). Acesso em: 02 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei 3.934 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Brasília, 1996. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Expansão da rede federal.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-Programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal> . Acesso em: 03 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em: 03 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Metodológico do Programa Nacional Mulheres Mil:** educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília, 2011. 42 p. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11834-Guia-metodologico-setec-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-Guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 28 de fev de 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário Oficial da União, n. 140, p. 38, 22 de julho de 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil sem Miséria.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 03 jun. 2011b. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/D7429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7429.htm)>. Acesso em: 21 set. 2018.

CAIXETA, Schneider Pereira. **O discurso sobre a mulher nas produções textuais de alunas da EJA.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2022. (no prelo).

CAFÉ, Leonardo Mesquita. **O discurso LGBTIfóbico na escola:** impacto sobre os corpos LGBTI+ de estudantes de quatro escolas públicas do ensino médio no DF. Dissertação

defendida pelo Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019.

CAMERON, D. et al. **The relations between researcher and researched: Ethics, advocacy and Empowerment.** In: Reseraching Language of Power and Method. London: Routledge,1992. p.13-27

CANÇADO, Márcia. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada.** Campinas, SP, V. 23, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639221>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial, dos crimes contra a dignidade sexual, dos crimes contra a administração pública (artigos. 213 a 539-H).** Saraiva, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybrisdelpunto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Org.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad más alládel capitalismo global.** Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; 2007, p. 79-93.

CARNEIRO, A. Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo São Paulo. 2005.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. **Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas.** Dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal de Viçosa, MG, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol II. 9.ed. ver. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica** (nota crítica). In: Cadernos PAGU - Fazendo História das Mulheres. Campinas: PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. **Research Methods in Education.** London: Routledge Falmer, 5. Ed. 2001.

COHEN, Cláudio. **O incesto - Um desejo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

COHEN, Claudio.; GOBBETTI, Gisele Joana. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar**. Available from: Claudio Cohen Retrieved on: 13 March 2016. Disponível em: <http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>. Acesso em 17 de abril de 2021.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

COSTA, M. E. P. **Práticas de letramentos: os gêneros como mediadores dos letramentos de estudantes do Programa Mulheres Mil**. 2017. 226 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Bontempo, 2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3. ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de M. Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – CCHLA, n. 8, p. 738-757, dez. 2009.

COSTA, Vivian. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência**. Dissertações de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Cultura e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo. 2013

CORIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005

COROA, Maria Luíza M. S. Língua e linguagem: atravessando fronteiras do currículo. In: Weller, W. & Gauche, R. (Org.) **Ensino médio em debate**. Brasília: Ed. UnB, 2017, p. 119-133. Disponível em: [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/39349/1/LIVRO\\_EnsinoMedioDebate.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/39349/1/LIVRO_EnsinoMedioDebate.pdf) Acesso em 05 de jan. de 2020.

COROA, Maria Luíza M. S. O ensino de língua portuguesa e a construção de identidades. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Org.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Mackenzie, 2006. p.143-166.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Iss. 1, article 8, vol. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 08 de out. de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé, W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004.

CRENSHAW, Kimberlé, W. “**Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**”. Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, p.171-188. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2020

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2005a.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005b.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: ROSA, M. R. Revisão: SILVA, D. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DIAS, J. F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12 (2), p. 213-246, 2011.

DIAS, J. F. A linguagem do parto: discurso, corpo, identidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 10. Campinas, SP: Pontes, Editores, 2015.

DIAS, Ana Cláudia Souza. **Vozes reveladas: O diário de bordo de estudantes da Educação Básica sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica**. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, 2021.

DIAS, J. DE F.; COROA, M. L. M. S.; LIMA, S. C. DE. Criar, resistir e transgredir: Pedagogia Crítica de Projetos e práticas de insurgências na educação e nos Estudos da Linguagem. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 29-48, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/18628/19475>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

DINIZ, Débora.; VELEZ, A. C. G. Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/19.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos. 2007

DINIZ, Débora. O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas feito patriarcado para assinalar o território do corpo submetido à sua disciplina. **Portal Geledés**, [online], 18 nov. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-estupro-e-um-ato-de-demarcacao-nas-entranhas-femininas-escreve-antropologa-debora-diniz/>. Acesso em: 20 de set. de 2020

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: Andréia Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativa. **Educar em revista**. Curitiba: UFPR, 2004. p.213- 225.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo In: LANDER, Edgardo (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

ESCOBAR, A. Mundos y econocimientos de otro modo: el programa de investigacion modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 58-86, 2003.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 05 de jan. de 2020

FAIRCLOUGH, N; WODAK, R. **El discurso como interacción social**. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2ª. ed. UnB, 2016 [1992].

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. Global Capitalism and critical analysis of language. **Language Awareness**, v. 8, n. 2, p. 71-83, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis - The Critical Study of Language**. 2. Ed. Harlow: Pearson Education, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FERNANDES Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V.(org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.p.307-338

FREITAS, M. T. A. **Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível**. In: Brait, B. (Org.) Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. São Paulo: Unicamp, 1997.

FIGUEIREDO, A. de M. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: a construção de uma nova institucionalidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2014. 131p. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000013/000013E4.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2018.

FLACH, Â. **Formação de professores nos Institutos Federais: estudo sobre a implantação de um curso de licenciatura em um contexto de transição institucional** (Tese), São Leopoldo, Unisinos, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000012/00001234.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

FLEURI, R. M. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. Educação e Sociedade; *Campinas*; vol. 27, n. 95; p. 495-520, maio/ago. 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Revista Educação e Sociedade, *Campinas*, v. 26, n 92 (especial), p. 1087-1113, out. 2005.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, M. A. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR; VEIGA-NETO; SOUZA FILHO (orgs.). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 241-251.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: Financiamento da segurança pública, Homicídios, Letalidade/vitimização policial, Sistema prisional, Violência contra a mulher**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_Anu%C3%A1rio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Anu%C3%A1rio.pdf). Acesso em 18 fev. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: Violência doméstica durante Pandemia de Covid-19**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica de poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013. 263 p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. A Ética dos cuidados de si como prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Col. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault: essential works**, v. 1, Ethics. Harmondsworth: Penguin, 1994, p. 303-319. Disponível em: <https://genius.com/Michel-foucault-what-is-enlightenment-annotated>>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes. 2008

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975,1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

FOUCAULT, Michel. “Qu’est-ce que la critique”? In: **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, LXXXIV, année 84, n.2, avril-juin, 1990, p. 35-63.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo; SHÖR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 122-123.

FREITAS, Lúcia Gonçalves. **A decisão do STF sobre aborto de fetos anencéfalos**: uma Análise Feminista de Discurso. Alfa, São Paulo, v.62, n.1, p.11-34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alfa/v62n1/1981-5794-alfa-62-1-0011.pdf> . Acesso em: 05 jan. de 2021.

FUZER, Cristina; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. 1ª Ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 458 p. 2009.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, H. S. C. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2013.

GOMES, NILMA LINO. Igualdade racial: da política que temos à política que queremos. In: SADER, Emir (Org.). **O Brasil que queremos**. 1.ed. v.1. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2016, p.229-241

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. **O Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **A Gramsci reader: selected writings 1916-1935**. In: D. Forgacs. (org.) London: Lawrence and Wishart, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1349633\\_gramsci\\_cadernos\\_do\\_carcere\\_v\\_ol\\_i.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1349633_gramsci_cadernos_do_carcere_v_ol_i.pdf). Acesso em 08 de fev. de 2020

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds).8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-maquivel-cadernos-do-carcere-vol-3-antonio-gramsci-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 08 de fev. de 2020

GROSGOUEL Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

GROSGOUEL, Ramon. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking and global coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Product of the Luso-Hispanic World**, v. I, n. 1, p. 1-38, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq> <https://dialogoglobal.com/texts/grosfoguel/Grosfoguel-Decolonizing-Pol-Econ-and-Postcolonial.pdf> Acesso em: 12 de jan. de 2021

GROSGOUEL, Ramon. “La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”. **Tabula Rasa**, n.8, p. 243-282, 2008.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 22 n. 2, p. 201-210, 2006. Universidade de Brasília.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A., & MACHADO, P. X. **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348. (2005).

HABERMAS, J. (1987). **Teoria de la acción comunicativa** (Vol. 2). Madrid: Taurus.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael; MATTHIENSSEN, Cristian. **Halliday's introduction to functional grammar**. Revised by Cristian M. I.M Matthiessen. 4ª ed. London: Routledge, 2014.

HARVEY, D. **The Condition of Post-Modernity**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HECKLER, G. L. **A docência na educação de jovens e adultos: um estudo a partir do Programa Mulheres Mil no IFSul– Campus Sapiranga/RS**. 2017. 172 f.; il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

HIRATA, H. Gênero, classe, raça. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, jun. 2014, p. 61-73.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 4ª Reimpressão, 2019.

HOOKS, B. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e o feminismo**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, janeiro de 2014.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 10 de mai. 2019.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 16, p. 193-210. 2015.

HUSSEIN, A. The use of triangulation in Social Sciences Research: Can qualitative and

quantitative methods be combined? **Journal of Comparative Social Work**, 1, 1-12, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. COSTA, Marco Aurélio; OLIVEIRA, Dyogo Henrique. **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministro, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2020**. Homicídios, Raça e violência, Registros e estatísticas, Violência contra a mulher. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2020/> <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 18 de fev. 2019.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. Disponível em: <http://www.imb.gov.br/down/2quadrimestre2018.pdf>. Acesso em 27 de fev. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em 27 de fev. 2019

KRESS, G. **Critical Discourse Analysis**. In: W. G. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics* 11. p. 84-99, 1990.

JENSEN, K.B.; JANKOWSKI, N.M.(Eds.). **Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993.

KINCHELOE, Joe L. Para além do Reduccionismo: diferença, criticalidade e multilogicidade na bricolage e no pós-formalismo. In: PARASKEVA, João (Org.). **Currículo e Multiculturalismo**. Tradução de Helena Raposo e Manuel Alberto Vieira. Mangualde. Portugal: Edições Pedagogo, 2006. P. 63-93.

KINCHELOE, Joe L. Redefinindo e Interpretando o Objeto de Estudo. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathlenn S. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. P. 101-122.

KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. Repensando a Teoria Crítica e a Pesquisa Qualitativa. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 281-314.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento – **Uma Palestra-Performance**. (J. Oliveira, Trad.). 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/> Acesso em: 11 de jan. de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

KRESS, G.; Van Leeuwen, T. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold: Routledge, 2001.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LANDER, Eduardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 05 de jan. de 2019

LAZAR, Michelle. Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. In: LAZAR, M. (Ed.). **Feminist critical discourse analysis. Gender, power and ideology in discourse**. New York: Palgrave Macmillan. 2005. p.1-28.

LAZAR, Michelle. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, v.4:2, p.141-164, 2007.

LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. Trad. de Pergentino S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1993.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Trad. Stephanie Borges. Autêntica Editora, 2019.

LOURO G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 5ª Reimpressão, 2017.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juan Ricardo Aparício e Mario Blaser. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro, p. 935-952, 2014.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, Maria. “Colonialidad y Género”. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 73-101, julho-diciembre 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2021

LUGONES, Maria. “Heterossexualism and The Colonial/Modern Gender System”. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p.186-209. 2007.

LUIZ, Flávia Aparecida de Souza. **Silenciamento da violência contra a mulher – relatos e resistências na escola**. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2021.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica de poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013. 263 p.

MAGALHÃES, M. I. S. e LEAL, M. C. D. (orgs.). **Discurso, gênero e educação**. Brasília: Plano Editora e Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2003.

MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. (Orgs.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

MAGALHÃES, MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, M. I. Discurso, ética e identidades de gênero. In: I. MAGALHÃES; M. GRIGOLETTO; M. J. CORACINI (orgs.), **Práticas identitárias: Língua e discurso**. São Carlos, SP, Claraluz, p. 71-96. 2017.

MAGALHÃES, M. I. S. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. **Journal of Pragmatics**, 23, 1995.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Eds.). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BER-NARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: HIRATA, Helena et al (org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTIN, James R.; WHITE, Peter. **The language of evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave, 2005.

MARTINS, Eduardo Cardoso. **Olimpíadas de Linguística: mosaico de uma prática social baseada em problemas**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2022. (no prelo).

MATOS, Vanessa. **Representações discursivas do eu na experiência de formação docente do Projeto Mulheres Inspiradoras: uma análise das identidades na escrita biográfica**. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

MATURANA R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 3ª reimp. Tradução José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MARINHO, Fátima; TEIXEIRA, Renato et al. Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid19**, AFRO-CEBRAP, n. 8, 202. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp->

*content/uploads/2021/03/Informativo-8-Disparidades-raciais-no-excesso-de-mortalidade-em-tempos-de-Covid-19-em-Sa%CC%83o-Paulo\_final.pdf*. Acesso em: 24 de mai. de 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, v. 2, n. 32, p. 123-151, 2016.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. **Tejiendo de otro modo: feminism, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MELO, Glenda Cristina Valim de. Entrevista com Nilma Lino Gomes (UFMG). In: **Linguagem em foco**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis. V. 8, N. 2, 2016.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 05 de jan. de 2019

MIGNOLO, Walter. Entrevista (Decolonialidade como o caminho para a cooperação). In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Por Luciano Gallas. Tradução de André Langer. Edição 431, 04 nov. 2013. (Versão pdf. p. 21-25) Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52). Acesso em: 20 de dez. 2020

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2003 [2000]).

MILES, M.; HUBERMAN, M. **Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica – interrogando o campo como linguista aplicado. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-44.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de La. **Sentirpensar sob o olhar autopoietico: estratégias para reencantar a educação**. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: [http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/sentipensar\\_autopoietico.pdf](http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/sentipensar_autopoietico.pdf). Acesso em 10 de abril de 2021

MOSEDALE, Sarah. “Towards a framework for assessing empowerment”. Paper prepared for the international conference, New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice, Manchester UK, 24 and 25 November 2003. Disponível em: <http://www.enterprise-impact.org.uk/pdf/Mosedale.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2020

MOSEDALE, Sarah. “Policy arena. Assessing women’s empowerment: Towards a conceptual framework.” *Journal of International Development*, 17, 243-257. 2005.

MUNIZ, Kassandra. A linguagem como mandinga: população negra e periférica reinventando epistemologias. In: SOUZA, Ana Lúcia Silva (org.). **Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 273 -288.

NAÇÕES UNIDAS. **Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero (femicídio/feminicídio)**. Realização ONU MULHERES. Brasil, 2014. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo\\_femicidio\\_publicacao.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_femicidio_publicacao.pdf). Acesso em 20 de julho de 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009**/Guilherme de Souza Nucci. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

RAJAGOLAPAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins (orgs). *Políticas em linguagens: perspectivas identitárias*. São Paulo: Makenzie, 2006.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do discurso crítica** / Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho. São Paulo: Contexto, 2017

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.) **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2019

ROSA, S. **Mulheres mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true =Mile femmes: du revê à la réalité**. Organização: Stela Rosa. – Brasília: Ministério da Educação; 2011.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. **ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de gênero**. 2ª ed. Geneva, 2007. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_665542.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_665542.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2021

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas – Brasil. **Violência contra mulheres e meninas é a pandemia invisível**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/amp/> - <http://www.onumulheres.org.br/covid-19/>Acesso em: 20/10/2020

ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas – MULHERES. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta**. 2020. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). Acesso em: 20/10/2020

ONU – Organização das Nações Unidas. Conselho Social e Econômico. **Relatório do trabalho de grupo na violência contra a mulher**. Viena, Nações Unidas, 1992.

ORLANDI, E. P. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 1-37.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, Mayssara Reany de Jesus. **Discursos e letramentos de estudantes com deficiência intelectual no contexto da Educação Inclusiva do Distrito Federal**. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

ORTIGARA, C. **Reformas educacionais no período Lula (2003-2010): implementação nos Institutos Federais de ensino profissional**. Tese (Doutorado). UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000879099>> . Acesso em: 30 jul. 2018.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Orgs). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**, v. 8 n. (2), 164-180, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16133>. Acesso em: 20 de dez de 2020.

PINSKY, Jaime. **12 faces do preconceito**. 11ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POYNTON, C. **Language and gender: making the difference**. Oxford: University Press, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 10 de jan. de 2019

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 84-130.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 37, p. 4-28, 2002.

RECHETNICOU, Amanda Oliveira. **Discurso e letramentos críticos com perspectiva de gênero social e intersecções: uma experiência em escola-campo**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em linguística da Universidade de Brasília, 2021.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Juliana Araújo. **Discurso sobre a inclusão em escolas de línguas: o protagonismo dos alunos surdos e dos alunos cegos**. Tese defendida pelo Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2021.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996.

RUFINO, Alzira. **Bolsa poética**. Santos: Demar, 2010.

BERBER SARDINHA, Tony. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. I. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. Em: F. R. Madeira (Org.), **Quem mandou nascer mulher?** (pp.132-211). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. 1997.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4)

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 78, 2007, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 19 abril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753>; DOI: 10.4000/rccs.753. Acesso em 10 jun. 2020.

SAGUY, Abigail C.; WARD, Anna. **Coming out as fat: Rethinking stigma**. Social Psychology Quarterly, v. 74, n. 1, p. 53-75, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152- 180, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SAYER, Andrew. **Características chave do Realismo Crítico na Prática: um breve resumo**, 2000. In Realism and Social Science, Londres.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista**. Transcrição revisada de comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres. Promovido pelo NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf> Acessado em 25 de março de 2021.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCOTT, R. P. **A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global.** Revista Antropológicas, 2005, 16(1): 217-242.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018b

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T.; HANADA, H.; KISS, L., B, DURAND, J. G.; PUCCIA, M. I; ANDRADE, M. C. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, 359-367, 2007.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às Teorias de Currículo.3. ed. São Paulo: Autêntica. 2010.

SILVA, T. T. da. (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.**15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais.** 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. P.73-102.

SOARES, de Queiroz Atauan. **Educação Crítica decolonial e agenciamentos:** um estudo etnográfico-discursivo sobre o Programa Mulheres Inspiradoras. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

SOBRAL. A. Concepção de Sujeito do Círculo, In: \_\_\_\_\_. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. *Campinas: Mercado de Letras*, 2009. p.47-60.

SOUZA, Ana Lúcia Silva (org.). **Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TALBOT, M. Gender stereotypes: reproduction and challenge. In: HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. (Orgs.). *The handbook of language and gender.* 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2006. p. 468-486.

TELLES, J. A. É pesquisa, é? Ah, não quero, não bem! Sobre a pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas. **Linguagem & Ensino**, v. 5, p. 91-116, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TON, P. **Violência doméstica em Goiás aumenta 27% em 2019.** Notícia publicada em meio eletrônico. Disponível em:<<https://www.emaisgoias.com.br/violencia-domestica-em-goias-aumenta-27-em-2019-diz-estudo/>. Publicada em 19 de out. de 2020 e acessada em: 09 de dez. de 2020.

TORRE, Saturnino. de La. **Sentipensar: estratégias para un aprendizaje creativo**. Mimeo: 2001.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018

VIAN JR, Orlando. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR, Orlando; SOUZA, Anderson de; ALMEIDA, Fabíola A.S.D.P. **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmicos-funcionais com base no sistema de avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

WALSH, Catherine. Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge: decolonial thought and cultural studies \_Others‘in the Andes. **Cultural Studies**, London, v. 21, n. 2/3, p. 224-239, 2007.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**, Quito: Abya Yala, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. London: Duke, 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/33376583/World\\_Systems\\_Analysis\\_An\\_Introduction\\_by\\_Immanuel\\_Wallerstein](https://www.academia.edu/33376583/World_Systems_Analysis_An_Introduction_by_Immanuel_Wallerstein). Acesso em: 12 de jan. de 2021

WEIL, Pierre.; LELOUP, Jean Yves.; CREMA, Robert. **Normose: a patologia da normalidade**. Porto Alegre: Vozes. 2011.

WISTEN, Ricardo. **Há 190 anos, 1º código penal do Brasil fixou punições distintas para livre e escravos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes-distintas-para-livres-e-escravos>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., 2004. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0403/040310.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2018.

WOODWARD, Kathryn.; HALL, Stuart.; SILVA, T.T. (org). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Stuart Hall, **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. P.7-72.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. R. ILARI. São Paulo: Contexto, 330 páginas, 2012.

VAN DIJK, T. ‘**Cognitive context models and discourse**’. In: Stamenov, M. (Ed.) **Cognition and Consciousness**, pp.189-226. Amsterdam: Benjamins. 1997

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Trad. De Judith Hoffnagel e Karina Falcone (Org.) 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. **Semântica do discurso e ideologia**. Trad. Cristina Perales. Vol 2(1) p. 201-261 2008. Disponível em [http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2\(1\)Van%20Dijk.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2(1)Van%20Dijk.pdf). Acesso em 24 de out 2018.

VAN DIJK, T. A. **Ideology** – a multidisciplinary approach. London: Sage Publications, 1998.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Viviane Vieira e Viviane de Melo Resende. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

YOUNG, J. **The exclusive society**. London: Sage, 1999.

## APÊNDICE

### Apêndice A

#### I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido às colaboradoras da pesquisa

##### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA”**, de responsabilidade de Débora Sousa Martins, estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras (LIP), da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo geral desta pesquisa é compreender os efeitos sociais, discursivos e identitários como contribuições sociais trazidas para a vida das egressas a partir do **Programa Mulheres Mil**. Assim, gostaria de consultá-la sobre o seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas gravadas em áudio e vídeo, e questionários, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A geração de dados, que de todo modo, já contempla o levantamento de dados, será realizada por meio de entrevistas individuais e em grupo, gravadas em áudio e vídeo. E também em forma de questionários escrito e individual. É para realizar estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica nenhum risco. Espera-se apontar se ocorreram ou não melhores condições de vida das egressas a partir da realização dos cursos; verificar se o curso de fato contribuiu para a entrada das egressas no mundo do trabalho, isto é, a efetividade do Programa.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O desenvolvimento da pesquisa trará benefícios para a Instituição ofertante – o IF Goiano, bem como para a sociedade em geral, visto que analisaremos os pontos positivos e negativos dessa leva de cursos oferecidos dentro do Programa Mulheres Mil, ou seja, uma avaliação do Programa no ano de 2017. E as egressas, terão a oportunidade de expressarem opiniões e experiências de fatos ocorridos durante o processo de formação, na perspectiva de relatarem se foram momentos significativos para a vida social e econômica das famílias atendidas ou não.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderá me contatar através do telefone (64) 99218-6560 ou pelo e-mail *debora.martins@ifgoiano.edu.br* ou (61) 99984-4442 ou ainda *mlcoroa@uol.com.br*

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de encontros a serem marcados ao longo ao término do trabalho em 2020, podendo ser divulgados e/ou publicados também na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH *cep\_ih@unb.br*. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.

---

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Apêndice B

II- Instrumento de coleta: questionário de pesquisa semiestruturado

Ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas Universidade de Brasília  
Senhor(a) Coordenador(a),

Em seguida apresento o questionário que será proposto para as egressas na pesquisa **“O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DE EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA”**. Vale ressaltar que ao longo da pesquisa as questões podem sofrer pequenas alterações, sendo assim, substituídas, acrescentadas ou mesmo reduzidas.

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SEMIESTRUTURADO:  
I. PERFIL**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Situação Civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) Divorciada ( ) União Estável ( ) Outra

4. De acordo com a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera? ( ) Branco ( ) Negro ( ) Indígena ( ) Amarelo ( ) Pardo

5. Escolaridade: ( ) Até 4ª série ( ) Fundamental Incompleto (5ª a 7ª série) ( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo

6. Número de Filhos: ( ) Não tem filhos ( ) Até 2 filhos ( ) 3 a 6 filhos ( ) Mais de 6 filhos

**II. MORADIA, TRABALHO E RENDA**

1. Em relação ao seu tipo de moradia da família:

( ) Própria quitada ( ) Própria financiada ( ) Cedida ( ) Alugada ( ) Outro

2. Você trabalhava **antes** de realizar o curso? ( ) Sim ( ) Não

Em qual área ou função? \_\_\_\_\_

3. Você está trabalhando **atualmente**? ( ) Sim ( ) Não

Em qual área ou função atuação? \_\_\_\_\_

4. Qual era a sua contribuição na renda familiar **antes** do curso? ( ) Não contribuía na renda familiar ( ) Responsável parcialmente pelo sustento da família ( ) Única responsável pelo sustento da família.

5. Qual é a sua contribuição na renda familiar agora, **após** do curso? ( ) Não contribuo na renda familiar ( ) Responsável parcialmente pelo sustento da família ( ) Única responsável pelo sustento da família.

6. Em relação à renda familiar **antes** do curso: ( ) Renda até 1 salário mínimo ( ) Renda até 2 salários mínimos ( ) Renda até 3 salários mínimos ( ) Renda maior que 3 salários mínimos

7. Em relação à renda familiar **após** o curso:

( ) Renda até 1 salário mínimo ( ) Renda até 2 salários mínimos ( ) Renda até 3 salários mínimos ( ) Renda maior que 3 salários mínimos

9. Participa de alguma Programa de Bolsa Social? ( ) Sim ( ) Não

Em caso de sim, qual? \_\_\_\_\_

10. A obtenção de um certificado de qualificação profissional do Programa Mulheres Mil contribuiu para o seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da sua renda familiar? ( ) Sim ( ) Não ( ) Diretamente sim ( ) Indiretamente sim ( ) Não houve alteração ( ) Até agora não

### III. EDUCAÇÃO

1. Você estava estudando quando do ingresso no Programa Mulheres Mil?

( ) Sim ( ) Não

2. Caso tenha respondido NÃO, você retomou os estudos após ingressar no

Programa Mulheres Mil? ( ) Sim ( ) Não

3. Caso você tenha respondido SIM, na questão acima, responda: O Programa Mulheres Mil influenciou, de alguma forma, essa decisão? ( ) Não, pois você já pretendia voltar a estudar. ( ) Sim, porque o Programa despertou o desejo em continuar aprendendo. ( ) Outro motivo \_\_\_\_\_

### IV. EM RELAÇÃO AO PROGRAMA MULHERES MIL:

1. Por que você decidiu se inscrever no Programa? ( ) Para se qualificar e conseguir um trabalho ( ) Para se aperfeiçoar como profissional ( ) Para ter um certificado ( ) Para se socializar ( ) Porque é um Programa só para mulheres ( ) Outro motivo

2. O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva e significativa na sua vida? ( ) Sim ( ) Não

3. Se você respondeu SIM, na questão acima, escolha, dentre as opções abaixo, TRÊS contribuições que você considere mais importante. ( ) Elevação da autoestima ( ) Empoderamento. ( ) Reconhecer os direitos enquanto cidadã. ( ) Conhecimentos sobre *Lei Maria da Penha* e Direitos da Mulher. ( ) Conhecimentos sobre Saúde da Mulher. ( ) Reconhecer a importância de cuidar do Meio ambiente ( ) Conhecimentos técnicos (específicos sobre seu

curso) ( )Conhecimentos sobre informática e internet. ( )Conhecimentos básicos de português e matemática. ( )Noções de empreendedorismo ( )Oportunidades de interação social.

4. Os conhecimentos adquiridos na parte técnica do curso que você concluiu têm sido proveitosos na sua vida diária? ( )Sim ( )Não

5. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre os Direitos da Mulher? ( ) Sim, porque os Direitos da Mulher não são muito discutidos normalmente, e o Programa proporcionou essa oportunidade. ( ) Não, porque o que foi abordado a esse respeito você já conhecia. ( ) Não, porque você não participou das aulas que trataram dessa temática.

6. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a violência doméstica e os mecanismos de combatê-la? ( )Contribuiu muito ( )Contribuiu pouco ( )Não contribuiu em nada.

7. Após a participação no Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos? ( )Muito mais consciente ( )Um pouco mais consciente ( )Igualmente consciente, nada mudou.

8. Quanto à violência contra a mulher, você se sente mais capaz de denunciá - la? ( ) Muito mais capaz ( ) Um pouco mais capaz ( ) Igualmente capaz ( ) Ainda não se sente capaz

9. Na sua opinião, os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil no IF Goiano em 2017 corresponderam as suas expectativas? ( ) Totalmente ( ) Parcialmente ( ) Não correspondeu

10. Você acredita que o Programa Mulheres Mil, como um todo, contribuiu, de alguma forma para a melhoria da sua qualidade de vida? Justifique sua resposta em algumas palavras. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Muito obrigada por sua contribuição, sem ela, esta pesquisa não seria possível.

**Débora Sousa Martins**

**Pesquisadora responsável**